

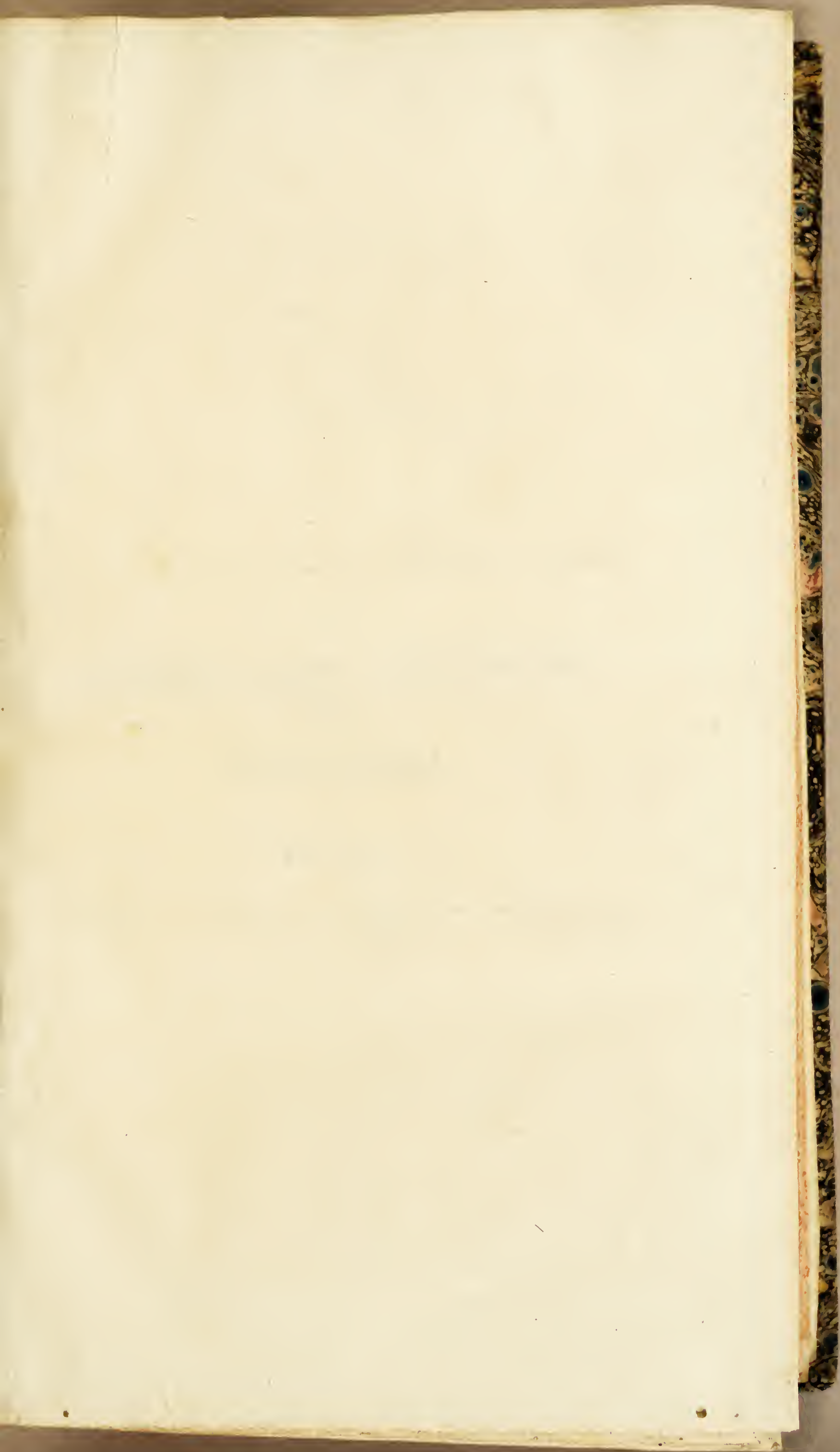


JOHN CARTER BROWN  
LIBRARY

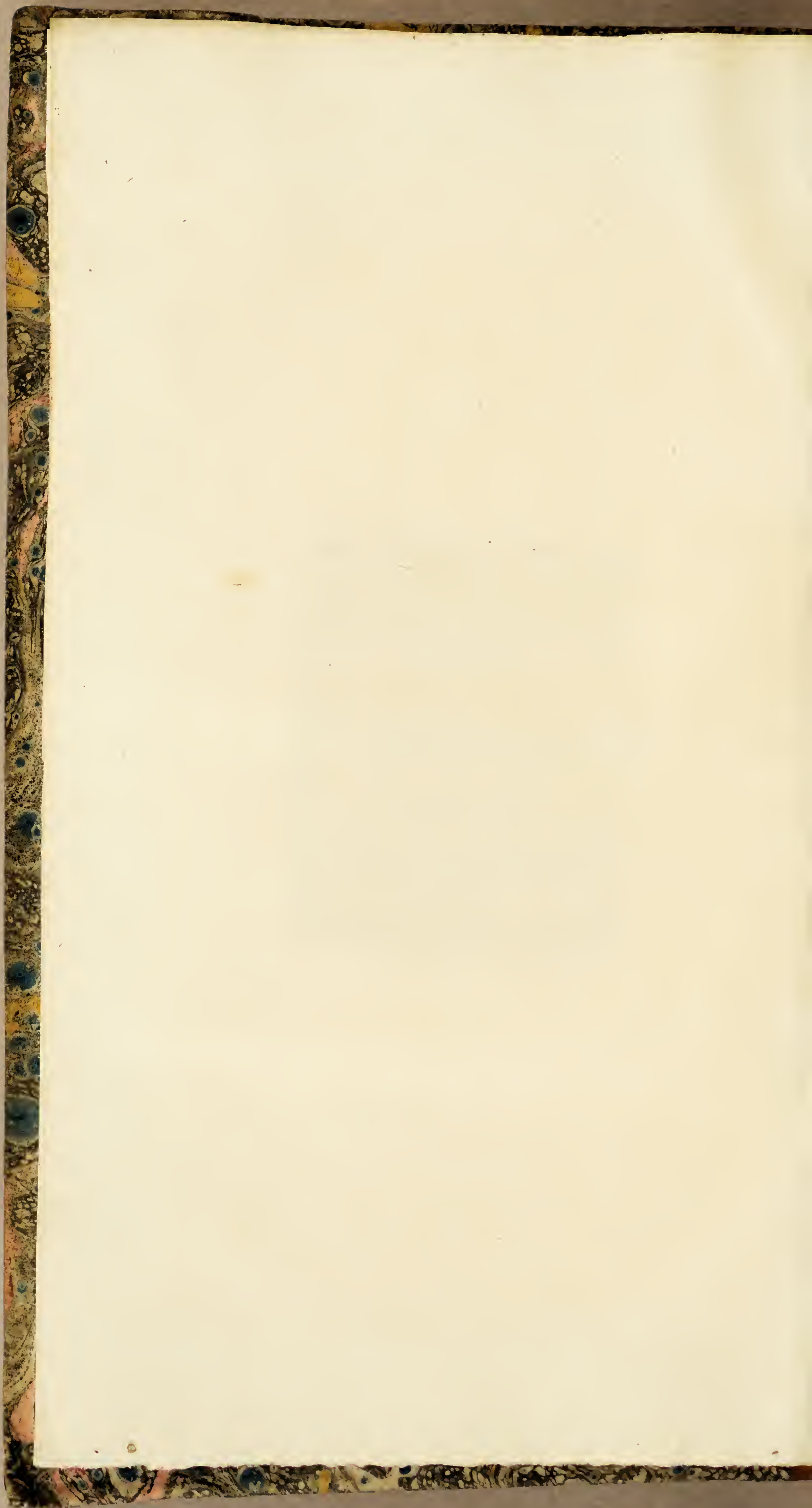
---

Purchased from the  
Trust Fund of  
Lathrop Colgate Harper  
LITT. D.











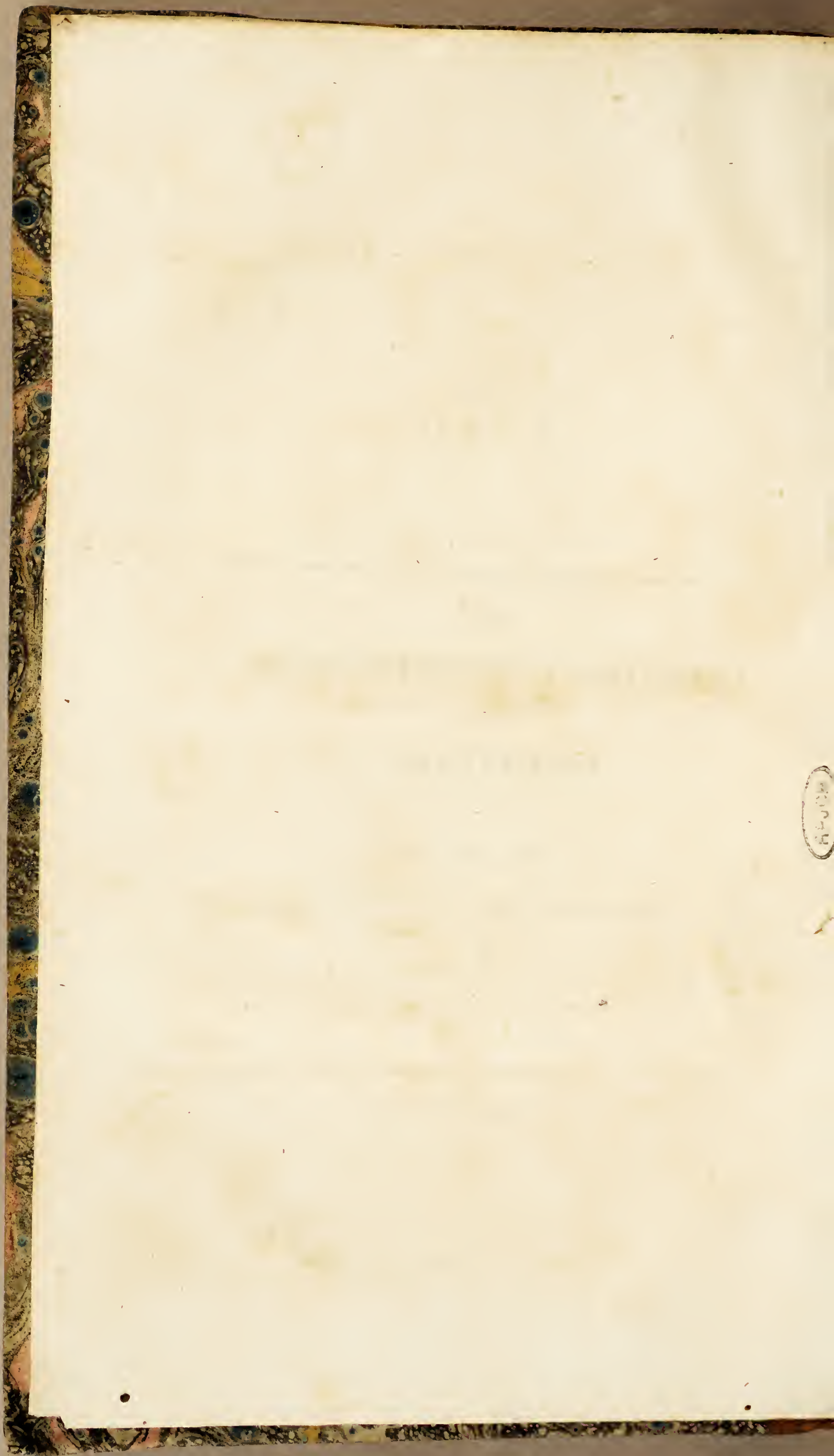
---

O  
INVESTIGADOR PORTUGUEZ  
EM  
*INGLATERRA.*

—  
VOL. XV.

---







O

Investigador Portuguez

EM

INGLATERRA,

OU

JORNAL

LITERARIO, POLITICO, &c.

~~~~~  
VOL. XV.  
~~~~~

---

*Condo et compono, que mox depromere possim.—HOR.*

---

L O N D R E S :

IMPRESSO POR T. C. HANSARD,  
Na Officina Portugueza,  
Peterborough-court, Fleet-street.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

1925

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1925

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1925

THE UNIVERSITY OF CHICAGO



---

O  
INVESTIGADOR PORTUGUEZ  
EM INGLATERRA,

OU  
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

---

MARÇO, 1816.

---

*Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.*

---

LITERATURA PORTUGUEZA.

---

PENSAMENTOS PATRIOTICOS.—*Imperio Luzo.*

**T**ODO o individuo, membro de qualquer sociedade em que por sorte ou por escolha se acha congregado, tem por obrigação contribuir do seu melhor para o bem daquela mesma sociedade, de cujos interesses os proprios participão, assim como da gloria ou humilhação de que goza ou lhe haja de sobrevir.

O escriptor, imbuido nos referidos principios, ainda que a sua pessoa não seja couza alguma na sociedade a que faz allusão, e simplesmente um mero e izolado individuo, vivendo em paiz estrangeiro, mas com a mente e olhos, constantemente fitos, na sorte presente e futura do *Imperio Luzo* nos dois Hemispherios do Globo, confia á este papel as ideas de Economia politica, relativas á firme ligação das suas diversas partes entre si,



e maior aproveitamento respectivo de todas: as quaes ideas, ainda que succeda acharem-se defeituozas, incompletas, e erradas, de que o Auctor não duvida, por isso mesmo as não defenderá, se para bem da Nação tiverem a fortuna de serem atacadas com outras melhores, mais claras, e conviccentes, por que nisto terá grande satisfação. O illuminado governo será o juiz, e rezolverá o que for mais conveniente a isto. Os votos do auctor terminaõ portanto com pedir aos Srs. Redactores do *Investigador Portuguez* em Londres o favor de darem lugar no seo Periodico á esta Memoria, se com effeito a acharem digna de ali figurar.

Deixando aos buris da historia o narrar, discorrer e commentar as causas, factos, e futuras consequencias dos publicos successos pelos quaes se acha transferida a Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, e trocada a Metropole (por assim dizer) em Colonia, e esta em Metropole, de passagem somente direi que, na minha opiniaõ, o Brazil poderá mais bem proteger Portugal do que este proteger o Brazil.

Mas o que presentemente mais emporta á Coroa, e aos respectivos habitantes hé liga-los firmemente com laços tanto de afeição como de interesses, por meio de providencias e transacçoens commerciaes, reciprocamente uteis, aproveitando-se para isto as vantagens da respectiva posicaõ geographica de ambos os paizes, e prestando-se reciprocamente os socorros de que são susceptiveis. Em huma palavra, hé preciso que, por effeito de sabias providencias do governo, achem os habitantes do Brazil maior conveniencia em receberem por Portugal quanto necessitem da Europa, e em fazer de Portugal deposito de tudo que de sua propria conta lhes convenha exportar para a Europa, não obstante a liberdade de poderem corresponder-se directamente com qualquer paiz.

Isto porem terá lugar depois que o governo, a imitação do Britanico, haja por Lei declarado com a necessaria antecipação:—1º ser prohibido a embarcaçoens estrangeiras tomarem carga alguma em Porto qualquer dos dominios Portuguezes para levar a outro porto pertencente ao mesmo Soberano, e assim tambem que nenhum será admitido a descarga em taes portos da Coroa de Portugal, tendo a bordo fazendas ou produccoens de outro paiz que não seja da propria bandeira.



2º Que os navios estrangeiros, admitidos em portos da Coroa de Portugal, serão sujeitos a pagar, a titulo de direitos de porto, igual quantia a aquella que em porto do tal navio estrangeiro se exigiria do navio Portuguez de igual lote e circumstancia.

Continuando a conservar-se abertos todos os portos do Brazil, isto hé, só os que tem alfandegas, convem regular estas e as do Reino por forma, que as respectivas tarifas de direitos, que nellas se hajaõ de pagar, sejaõ combinadas de modo que sem prejuizo da Real fazenda, alias da Cauza publica do Estado, ellas excitem os interesses dos Brazilienses a acharem a sua conveniencia em receber, *via Portugal*, tudo quanto necessitem de producçoens naturaes ou manufacturadas do Europa; e assim tambem a fazerem do porto de Lisboa o deposito de todas as producçoens naturaes ou manufacturadas do Brazil, que exportem por sua conta, e destinem para os mercados Europeos. Em ambos os cazos isto faria do local de Lisboa uma feira para onde os Povos da Europa mandariaõ todos os generos que destinassem para o consumo do Brazil, e aonde taõbem achassem tudo o-que necessitassem e ali houvesse do mesmo Brazil, em ambos os mesmos cazos o mais vantajosamente possivel, e com uma uniformidade de preços a bem do Vendedor e comprador por qualquer dos lados; pois que a situação geographica de Lisboa e a segurança do seo porto não produzem despesas extraordinarias nos fretes dos navios para qualquer das partes, simplificaõ as operaçoens individuaes, e diminuem os riscos sempre resultantes das incertesas inherentes ás Viagens de longo curso, como diminuem o respectivo empate dos capitães.

Para se realizarem tamanhas vantagens, e apertar cada vez mais os laços de uniaõ entre as duas principaes partes do *Imperio Luzo*, bastará que seo Augusto Soberano e seo esclarecido Concelho se dignem toma-las, quanto antes, em séria consideração; e fazendo-o assim entendo que o resultado será, que em Lisboa gozarão de franquia todos os productos do Brazil que se despachem para serem exportados para paizes estrangeiros, assim como tambem gozarão ali da mesma franquia todos e quaesquer productos estrangeiros, cuja entrada



for permitidã, e se re-exportarem para o Brazil. Isto feito, cuido que pouco mais será necessario.

Pêlas disposiçoens mencionadas, a respeito da navegação ficaria sendo exclusiva a Bandeira nacional entre as partes principaes do mesmo *Imperio*. Mas estando as embarcaçoens Portuguezas sujeitas á despesas que lhes são particularcs e inuteis, das quaes estão izentas as estrangeiras, e que sobrecarregão o preço dos fretes, o que recahe sobre a carga, hé absolutamente necessario ao mesmo tempo remove las, para que a Bandeira Portugueza commerciante fique a par da das outras naçoens. Assim, deve-se principiar por izemptar os navios do commercio da obrigação de levarem Capelaõ e Cirurgiaõ, e por dispensa-los demais de uma matricula das tripulaçoens, bastando-lhes so uma, em que se estipulem or cargos, preços, e soldadas de cada individuo, a qual vá no navio ao cuidado do Mestre e lhe sirva de titulo até o desarmamento, para que em cazo de fuga de algum homem nos portos estrangeiros possa o Mestre compeli-lo a recolher-se ao navio, e a cumprir com a sua obrigação.

Ja se desvaneeo a inveterada opiniaõ antiga, que a falta de estradas e de mapas exactos de Portugal eraõ duas couzas que o prezervavaõ de ser invadido de inimigos, via terra: sim, estas circunstancias poderãõ dificultar, porem nunca impedir uma invasaõ: e qualquer vantagem que dellas rezulte não hé comparavel com o immenso prejuizo que de tal privação recebe constantemente o Estado no seo commercio interior, na sua agricultura e artes, e por consequencia na sua povoação, a qual sempre cresce ou mingua insensivelmente em razão dos meios de subsistencia, como acontece a respeito dos proprios animaes. Facilitar por todos os meios possiveis as communicaçõens entre os povos, lugares, e provincias do mesmo Reino por boas e comodas estradas, canaes, e encanamento de rios, hé aproximar os povos uns dos outros, e faze-los participantes de todas as vantagens de que são susceptiveis pelo commercio interior e exterior, podendo com modicas despesas de transporte tranzitar reciprocamente as producçoens de uma para outra parte, isto hé, do lugar da producção para a aquelle do consumo ou da



exportação. Isto, ha muitos annos, se conhece e se dezeja, mas inutilmente até o presente; quando para se vencerem os obstaculos basta que o governo queira de veras, e se occupe seriamente de um systema conducente, e não só o faça pôr em pratica, mas estabeleça regras para que bem se continue sem remissão, e de pois se conserve em bom estado.

Podem as estradas fazer-se todas a um tempo por todo o Reino, principiando-se pelas Reaes, e depois pelas Vicinaes, pondo-se de parte toda a ostentação, e bastando só o necessario, para se evitarem despesas superfluas, e atrazamento de tempo. Pode-se nesse ponto, como em outros muitos, imitar Inglaterra, tendo por objecto a comodidade do tranzito, preferindo-se as linhas rectas as curvas quando estas sem obstaculo se podem evitar; preferindo-se antes alongar, adoçando os declives, do que encurtar por declives deficultozos, e penosos para os animaes; e não se lhes sofrendo, em caso algum, agoas correntes, para as quaes ha fossos de cada lado que recolhem as agoas das chavas, se hê em planicie; e de um só lado, (sempre na margem mais elevada se hé terreno de encosta,) no qual entre a estrada das carruagens e o fosso se forma com a terra deste um caminho mais elevado de alguns palmos, e com oito ditos, pouco mais ou menos, de largo unicamente para os viandantes de pé. A estrada, com largura que tres carruagens carregadas passem de frente, será sufficiente para duas que se encontrem; mas em terreno de planicie devem ser alevantadas de alguns palmos mais no centro que nos lados e o meio ser abaulado para a escoante das agoas nos lados. Em terrenos argilozos ou de barro se lhes deverá botar, quanto a miudo seja necessario, camadas de pissarra, cascalho, alias seixinhos ou pedras quebradas a masso em toda a superficie segundo se achar mais commodo, e as localidades o permitirem. Em cazo nenhum se deve permitir que as agoas atravessem a estrada por cima, e só por baixo por meio de canos de páos furados ou de pedra, a fim que por taes lugares se não arruine a estrada.

Será um mal, e grande mal que taes estradas sejam feitas por apenações dos povos dos destrictos ou vesinhanças por onde ellas passarem, mas ainda será



maior mal e prejuizo se não as tiverem. Este mal deve considerar-se como necessario, e de que receberão grande utilidade para o futuro, e até para logo que houver ja feita alguma porção; para o que se deve começar pelos bocados mais dificeis, e de que se percebe maior utilidade depois de estarem feitos. Um Official Engenheiro, assistido de um dos Magistrados Territoriaes, Corregedor ou Provedor, deverá determinar a direcção e linha que tem que seguir a respectiva estrada, seja pela antiga ou nova direcção, e medi-la e risca-la em mapa, porem de de maneira que todas se executem sobre igual escala, porque então unidos todos estes mapas formarão o mapa geral de todo o Reino com o systema exacto de suas estradas. Para esta obra ajudará muito o mapa dos triangulos, ja feito geometricamente pelo Snr. Ciera, e se encherão os espaços dos triangulos. Cuido que ninguem, melhor do que o dito Engenheiro Astronomo, seria mais capaz de se pôr a testa de tal obra e derigi-la em todos os seos pontos, para que todas as partes da Carta se correspondaõ com exactidaõ.

Creio que para contribuintes se não devem somente contemplar os habitantes dos Termos ou Freguezias, mas sim especialmente as propriedades, recebendo-se de seos donos proporcionado numero de jornaes segundo aquillo em que cada uma for racionavelmente avaliada para contribuir. E por que semelhante obra deve ser feita em tempo menos damnozo a agricultura, tal tempo será determinado peló Magistrado em Camera em que tenha convocado o Povo e Nobreza, e de acordo pela pluralidade de Votos. Da mesma sorte se determinará o numero de semanas de duração, &c. &c. em cada anno até o fim.

As obras de pedra e cal, como muros, levadas, pontes, marcos miliares, serão a custa dos rendimentos das respectivas Cameras. Será do interesse dos habitantes mais nobres e mais ricos darem em tudo o exemplo, contribuindo prontamente, ao menos, com os seos carros, bestas, e numero de jornaes que lhes competirem. Muitos haverá que, por patriotismo e por brio, excedaõ em muito a sua particular obrigação.

Naõ basta crear, hé necessario conservar sempre em boa condigaõ, e hé justo que quem se aproveita do



bem e concorre para a deterioração também contribua para os reparos, pagando ao passar pelas barreiras o prego da tarifa que nella se achar patente e legalmente posto, em tal proporção com tudo que baste para as despesas rezultantes de taes porçoens de estradas, que estaraõ ao cuidado das respectivas Cameras, e as arrematarão regularmente em certo dia do anno, sendo responsaveis pelo preenchimento das condiçoens, para o que sera este um dos casos comprehendidos nas devassas assim Janeirinhas, como nas triennas que se tiraõ dos Juizes de fora ou Ouvidores.

O fazer assim as estradas por apenação, sem que ninguem, de qualquer qualidade que seja, se possa izemtpar de contribuir pessoalmente ou por equivalente em dinheiro, hé o modo que lembra para que em todo o Reino se possaõ fazer a um tempo, mas naquelle em que cauze menos incommodo á agricultura, e em porçoens determinadas em cada anno, de forma que no fim de um certo numero delles estejaõ completas de cabo a cabo: ainda que o lapso dos annos seja de dez será sempre muito breve comparando-o com a privação eterna do beneficio rezultante do gozo constante de taõ importante beneficio. Hé de razão que, seguindo a nova estrada a direcção da antiga, sempre se devaõ primeiro fazer as partes menos transitaveis dellas, e assim successivamente até o complemento. Succedendo ser em solo de rocha, faz-se saltar esta com polvora; e não são estas as partes mais dispendiozas, mas sim as pantanozas, das quaes ficaõ em grande distancia a pedra, saibro, ou cascalho.

A factura das estradas necessita e provoca aquella das Pouzadas sufficientes em que os viandantes, ou sejaõ pessoas, animaes, ou cousas, se possaõ commodamente hospedar, e nellas encontrem as necessidades da vida sem a obrigação de as transportarem, comsigo nem de as hir buscar fora. Para isto hé necessario que a qualidade de Estalajadeiro não seja derogatoria de nobreza para quem a tiver, nem seja um obstaculo para obte-la, a fim de que pessoas de cabedaes possaõ exercita-la sem humiliação, como succede em Inglaterra.

A conservação das estradas exige providencias de legislação, quaes são,—a grossura das pinas das rodas



das carruagens de carga, exigindo-se nas barreiras maior preço por aquellas de pinas mais delgadas do que por aquellas de pinas grossas, como de 8 a 10 polegadas; porque as delgadas cortão e fazem sobre-rodas por onde passam, e as grossas, pelo contrario, melhoraõ o Caminho. Essa inspecção será confiada aos arrematantes das barreiras, que serão estimulados pelo proprio interesse. Parece desnecessario lembrar, que ao fazer as estradas se cuide no aproveitamento das agoas que se encontrarem capazes para chafarises aonde possam beber a gente e os gados, e os sobejos se empreguem nas regas, como tambem de assombrar taes lugares com plantaçoens de adequadas arvores, mas de forma que as raizes dellas nunca cheguem a hir entupir e arruinar os canos que trazem a agoa.

As boas estradas daõ valor aos terrenos por onde passam e a aquelles que lhes são vezinhos: por inferiores que naturalmente sejam sempre são aproveitados, se não ha obstaculo natural ou de instituição humana, que se lhe opponha, não permitindo que o lavrador, que os cultiva, ache nelles proveito correspondente ao seo trabalho e despesas. Por obstaculo de instituição humana entendo o excesso nas pensoens de qualquer natureza ou dominação que sejam, antigas ou modernas, alem da devacidaõ que lhes possa cauzar a caça de coutadas não muradas.

Por effeito de boas estradas se encurtaõ as distancias; deminuem-se as despesas dos transportes dos generos e das pessoas; faz-se mais em menos tempo; com a acceleraçaõ ao interior tambem se excita a do exterior; e augmentaõ-se as reproducçoens das cousas, da gente e dos animaes, e da riqueza e da força do estado. Calculaõ-se haver em Portugal tres milhoens de habitantes, e julga-se ser susceptivel de triplicado numero, se o governo lhe aplicar prporcionados meios, taes como os apontados, e outros muitos igualmente convenientes, mais breves e mais faceis, como são-dificultar as admissõens nas ordens sacras e nos claustros, como ja o havia sabiamente feito o Snr. Rey D. Joze I. e principiado a praticar, e cessou depois do seo fallecimento.

Já que no referido ponto citei o Snr. Rey D. Joze, tambem o citarei ainda no modo severo de reprimir



os contrabandos tanto em de fraudação dos direitos, como a respeito da cousa cuja entrada era prohibida e isto sem consideração alguma por qualquer que fosse o delinquente, pois que era effectivamente um inimigo do Rey e da cauza publica. A fazenda que hé admitida, pagando os direitos, e se introduz sem os pagar, hé outro tanto que se rouba do Real Erario; e a introducção daquella, que a lei repulsa, hé um ataque feito a industria nacional, e paõ extorquido ás pessoas que no Reino vivem ao abrigo das leis de tal fabricação, e nella com seos filhos despendem o producto de seo trabalho.

Proporia que não se queimassem, mas sim que, depois de marcadas com um sello particular, se vendessem desde logo em leilão pela Junta do Commercio, a sua porta, as fazendas prohibidas: e o seo producto, tiradas a parte do denunciante ou aprezador, e mais despesas, se recolhesse em um cofre, do qual sahisse convertido em premios que se mandassem dar em recompensas de novos inventos, e novas introducções de obras d'arte ou de agricultura.

A par da utilidade das estradas seria aquella da navegação interior, multiplicada por effeito de bem feitorias de que são susceptiveis os rios, fazendo-lhes para isso as obras d'arte necessarias, e abrindo canaes em todas as partes que os podem admitir convenientemente. Pelo uzo que se faz delles deveria seo rendimento indemnizar os emprehendedores, que por acções os tivessem feito com auctoridade e protecção do governo, como se pratica em Inglaterra, aonde taes, e outras obras publicas costumão fazer-se por aggregações de particulares, auctorizadas as condições pelo parlamento: assim se tem feito, e continua a fazer essa immensidade de canaes e pontes que há no Reino Unido. Hé isto uma colocação de fundos para os interessados, e grande proveito para a nação e seo commercio pela actividade que daqui recebe o publico.

Portugal e o Brazil, considerados como partes de um mesmo todo, devem para o proprio consumo preferir as respectivas producções as estrangeiras, assim naturaes como mauufacturadas, e repulsar com proporcionados direitos de entrada semelhantes generos estrangeiros. Nesse caso se devem considerar no



Brazil o Sal marinho, o Vinho, o azeite de Oliveira, o Vinagre, as fructas conservadas, prezuntos e carnes ensacadas de Portugal, como-igualmente todas as produccoens de suas manufacturas de qualquer genero; e assim, *vice versa*, em Portugal a respeito de todas as produccoens naturaes ou de arte do Brazil.

Este Imperio, cujas partes estão espalhadas em tamanha distancia umas das outras, tendo o Oceano por entre meio dellas, deve de necessidade ser Potencia maritima das da primeira ordem, se no seo proprio governo, quer seja por inercia, descuido, ou falsas prevençoens não achar opposição, e adoptar quanto antes o systema de navegação com o qual Cromwell deo a Inglaterra o senhorio dos mares do globo.

O Brazil tem abundancia das melhores madeiras de construcção; mas por pezadas não servem estas para o aparelho de mastreação e vergas; e como lhe são de muito custo, por causa da distancia, as do norte da Europa pelo Baltico ou mar Negro, me lembra propor ao Governo de mandar desde logo, por meio de ensaio, suprir esta falta com mastros e vergas ôcas, compostas de taboas amarradas com cintas de cordagem, e as juntas feitas a maneira dos constructores. Em Londres no topo e junto da ponte de Westminster, há o estaleiro de Mr. Smart, que tem um privilegio exclusivo para uzar deste methodo de construir: por este modo os mastros e as vergas podem admitir madeiros mais delgados e mais curtos. A experiencia faria o resto.

Outra materia prima, indispensavel a navegação, e não menos importante para se naturalizar no Brazil, e que julgo ser de facil execucao, hé a producção do cunhamo assim para o fabrico da cordage, sem excepção, como do velame, quer sejam estas cousas manufacturadas no Brazil quer em Portugal: pois que o transporte da tal materia do Brazil até Lisboa será com pouca differença, e por melhores mares, o mesmo que do Baltico.

O primeiro lucro a favor da navegação deve ser aquelle rezultante da construcção dos proprios vasos com materias indigenas: e talvez que applicando-se lhe os meios necessarios possa Portugal, per si mesmo, fornecer dos seus actuaes e futuros pinhaes provizaão de pês e de alcatraão, e naturalizar no Brazil os pinheiros da Europa e do norte d'America: experiencia, a que seria util recorrer quanto antes possivel.



Já houve quem recommendou os areaes das Costas do mar em Portugal para serem semeados com penisco do Pinhal d'El Rey, junto a Leiria, e o modo de o praticar. Com maior facilidade ainda se podem aproveitar para esta producção os immensos areaes das Coutadas Reaes e suas vezinhanças, que agora somente produzem matos maninhos, e que se não podem cultivar por causa da Caça, nem admitem arvoredos algum por se deitar fogo ao mato quando está crescido. Estes areaes occupão uma grande superficie na margem esquerda do Tejo, nas comarcas de Setubal e Santarem, e para que produzissem tamanha utilidade seria necessario abolir as coutadas não muradas, e applicar effectivamente a pena da lei aos incendiarios que fossem convencidos de tal delicto.

Os projectos de canaes, pontes, e encanamentos de rios podem ser concebidos por qualquer pessoa de engenho, eos planos arranjados por quem tem a sciencia e pratica necessaria, á vista das localidades, com todas as medidas, nivelações e calculo aproximado das despesas, e tudo figurado e descripto em mapas bem claros. Em dia e lugar, annunciados com anticipação nas gazetas, devem ser apresentados ao publico, a fim de que os que quizerem concorrer vejaão, ouçaão, e assignem o numero de acçoens que bem lhes pareça, depois de elleitas as pessoas que haão de servir de caixas e administradores. Convem que as acçoens sejaão, cada uma, de modica quantia, para que mais individuos lhes possaão chegar, sendo a cada um livre assignar o numero dellas que melhor lhe parecer; e estas mesmas acçoens seraão sempre transferiveis por venda e endosso como as letras de cambio, e por mais ou por menos do custo, segundo a opiniaão geral do dia no mercado. O ultimo endossado se reputará sempre o dono da apolice; porem taes estabelecimentos ou companhias, com as suas condiçoens, so poderão haver-se por legaes, depois de auctorisadas pelo governo.

Estes estabelecimentos servem para que pessoas endinheiradas possaão trazer os seus fundos em giro sem o dono ter trabalho, e os possaão realizar de novo na sua mão, vendendo as suas acçoens se tiverem melhor emprego para dar-lhes, e ficando sempre com a mesma



facilidade de poderem tornar a compra-las por mais ou por menos.

Em tal lugar, como Sacavem, não haveria então, como hoje ainda há, em deshonra da nação e governo, uma Barca de passagem, mas sim uma boa ponte, assim como outra sobre o Vouga, de Coimbra para o Porto, e mais lugares do Reino. Coimbra seria porto de mar; e o Tejo, navegavel até a Raia, seria reunido pelo Rio das Enguias e Marateca ao Sado, o qual se prolongaria até as abas de Evora e Beja. Tambem, finalmente, já se teria verificado o projecto do general Vallaré para um canal do Tejo por Benavente até a proximidade d'Elvas.

Um erro, ou omissão do governo que a boa razão pede se reforme hé,—que a não se darem maiores ordenados ou proporcionados aos lugares de primeira trança, deve-se exigir dos bachareis pertendentes a elles, que, a lem do mais a que são obrigados para poderem ser providos, provem a possessão de um patrimonio de rendimento competente, a fim de que a necessidade os não obrigue a prevaricar no exercicio de seos lugares. Se este mesmo patrimonio se exige dos individuos que se destinão para o ministerio dos altares quanto mais necessario ainda será para os que se destinão a empunhar a santa e incorruptivel Vara da Justiça, e a julgar das pessoas e fazendas? Os pais, que não poderem segurar a seos filhos o competente patrimonio, determinado pela lei, em vez de os dedicarem a magistratura, poderão destina-los a outra profissão. Para seguir os Bancos haverá sempre sufficiente concurso de moços abastados; e aos que o não forem ficará ainda aberto um campo mui vasto, como hé o exercicio da agricultura, das artes, navegação e commercio, da milicia, e até do estudo e pratica das Sciencias.

Seria de grande utilidade publica se em Portugal se estabelecessem Escollas gratuitas, á imitação das de Lancaster, já tão multiplicadas no Reino Unido, e outras naçoens do Continente que logo as adoptaram. Para principiar bastaria que o governo mandasse a Londres um sugeito de boa vontade, que viesse aprender o methodo, e la o fosse praticar, e ensinar a outros que se espalhassem pelo Reino, e fizessem o mesmo. Os



conventos podem prestar as localidades, sem ficarem incommodados, e bastaria que o subsidio litterario pagasse os ordenados aos Mestres, os quaes se poderiam tambem tirar d'entre os mesmos Religiozos, que para isso seriaõ dispensados do Côro, e outras obrigaçoens de communidade, alem de outras prerogativas que se lhes annexassem em recompensa do zello que mostrassem no desempenho do lugar. J. R.

---

*Replica "ponto por ponto" ao Relatorio Especial dos Directores da Instituição Africana por R. Thorpe.*

(Continuada da pag. 444, do No. LVI.)

7. " Quanto á civilização da Colonia não fez a companhia mais do que enviar duas pessoas para Teemboo lugar que pouco dista de Sierra Leoa, e dar a meia duzia de rapazes em Inglaterra uma educação, apenas sufficiente para serem escreventes ordinarios na colonia." O Relatorio Especial diz pelo contrario, que a companhia despendéra só em educação não menos de vinte mil libras do dinheiro dos subscriptores. Gasto este bem inutil, pois hé assas sabido, que a colonia não possui mais que meia duzia de rapazes capazes de servirem no officio de escreventes; Gabbedin, Frazer, Morgan, Wilson, York, Thorpe, e Edmunds são os unicos de que ouvi fallar; e quando estive na colonia não haviaõ vinte pessoas ahi educadas, que podessem ler ou escrever intelligivelmente, á excepção dos acima mencionados; coiza esta na verdade bem extraordinaria depois de vinte annos de instrucção, e depois de um gasto de não menos de vinte mil libras, e entãõ com pessoas, em quem, segundo o mesmo Relatorio assevera, não havia falta de comprehensão. Quanto ao que diz o Relatorio sobre a civilização e educação dos filhos do Rey do lugar, e sobre a confiança que os Chefes Africanos punhaõ na Companhia, eu somente recommendo que se lêao as cartas escriptas em Arabe, que estão em poder de M. Chisholm, e por ellas ver-se-ha o máo conceito que os chefes vizinhos faziaõ dos agentes empregados pela Companhia, e como tinhaõ em melhor conta os mesmos trafficantes em escravos. Eu nunca



ouvi que os Directores emprehendessem explorar o interior d'Africa com o intento de a civilizar; nem elles mencionão senão um só caso, qual foi o de Messrs. Watts e Winterbottom, os quaes há vinte annos partiraõ de Serra Leôa para Teemboo e Laby, fazendo, segundo elles, um circuito de quinhentas milhas: porem por indagaçoens exactas, que tenho feito, eu sei muito bem, que Teemboo não dista oitenta milhas de Rochelle no rio Sierra Leôa: quando por exemplo Mori Ibrahim, Rei de Porto Logo, me convidou para hir á sua casa, mandou ao mesmo tempo informar-se por meio do seo Secretario, que eu podia sem cansaço passear dahi até Teemboo em tres dias.

Antes que eu passe a examinar e responder á outros pontos, hé preciso que já advirta, (e o lietor concordará comigo), que hé sobremodo extraordinario o proceder que sobre esta materia tem adoptado os authores do Relatorio; por quanto elles fazem duas ou tres asserçoens, e entaõ inferem que todos os factos que hei apresentado estaõ controvertidos, e declaraõ alem disso "que depois de uma minuciosa investigação de tudo quanto diz respeito á este ou aquelle assumpto, não achaõ motivo algum para accusar a Companhia de impropria conducta:" sem comtudo produzirem factos alguns ou se referirem á elles; citaraõ talvez alguns documentos escolhidos ou falsificados; ou teraõ chamado individuos para responder á certas questoes para fins particulares; ou hé provavel que admittaõ como provas as declaraçoens de pessoas que longe de serem imparciaes estaõ interessadas no negocio: não hé porem deste modo que conseguirãõ convencer o publico de que haõ desempenhado a sua palavra e promessa, e de que tem plenamente contrariado as minhas asserçoens. Não seria por certo difficiloso achar homens tanto brancos como pretos, que podessem confirmar ou refutar todas as linhas que escrevi: por que motivo entaõ procuraõ encobrir a verdade? Por que não examinaõ e re-examinaõ publicamente testemunhas de ambos os lados? Hé sem duvida muito indigno de homens de alta consideração, o cometer a grande falta de quererem ainda illudir a nação com a idea de que se esforçaraõ por cultivar parte alguma d'Africa, ou civilizar os seus habitantes.



18. “Com um semelhante espirito de maledicencia M. Thorpe se queixa, de que a Companhia não cuidou em fomentar a religião e saã moral: assevera que só por alguns mezes rezidira na colonia um clerigo da igreja Anglicana, e tambem por alguns annos um Missionario; porem que preceptores e pregadores Methodistas os havia em abundancia. “O Relatorio se esforça entã por persuadir o publico, que dois clerigos regulares da igreja Anglicana estiveraõ na colonia por espaco de tres annos e meio, quando hé assaz notorio, que ahi não se demoraraõ a quarta parte desse tempo: tenta igualmente provar, que a Companhia tinha excellentes igrejas, e que eu fui a causa de M. Nylander deixar a colonia, em razã de não gostar do seõ simples modo de pregar, e remata com a asserção, de que o meo character tanto publico como privado servio para corroborar este ataque.

Esta taõ grande aleivosia me obriga a expôr toda a verdade, em minha propria defeza. Eu desembarquei na colonia em um domingo; indaguei se havia alguma igreja, responderaõ me que não; pedi entã que me levassem á casa do clerigo da colonia; e quando ahi cheguei, hia elle ler oraçoens á umas poucas de crianças; ahi fiquei, e ao sahir disse-me o clerigo, que eu era a primeira pessoa que elle tinha visto ajuelhar durãte o servico divino. No seguinte domingo mostraraõ-me um lugar que se destinava para a celebração de officios divinos; tal porem era o estado indecente em que se achava, que eu mesmo me vi obrigado a comprar algumas coizas, a fim de que a sua apparencia melhor correspondesse ao respeito que de justiça compete á estes lugares. Quanto ao clerigo M. Nylander, hé necessario que confesse, que em alguns pontos se desviava do nosso serviço divino regular; elle, por exemplo, não lia a Ladainha, e cantava salmos no pulpito: eu mostrei-lhe com civilidade a impropriedade tanto de uma como de outra coiza: offereci-lhe os sermoens de Blair e Moorhead, porem por um modo tal, que longe de o offender o obzequiasse; e sempre vivemos em perfeita amizade. Quando elle deixou a colonia, assegurou-me, que os vicios e immoralidade do povo o forçavaõ a retirar-se; elle esta ainda vivo, e pode mui bem corroborar a



veracidade desta minha declaração. Depois da partida deste bom homem, eu ajuntava em minha casa todos aquelles que querião assistir ao culto divino, e lia sempre um sermão e as orações do costume.

Quanto cheguei á colonia ali havia um grande numero de scismaticos; e pouco tempo depois o Dr. Coke mandou seis ou oito preceptores e pregadores, recommendados por M. Wilberforce e Macaulay. Como observei que os costumes e industria dos habitantes eraõ prejudicados pelas maximas destas diferentes seitas fiz ver a necessidade que havia de se enviar para a colonia um clerigo regular da igreja Anglicana. Fallei á M. Wilberforce sobre o assumpto; ao que elle respondeo que era summamente difficulto procurar um; prometti-lhe entãõ propor vinte clerigos respeitaveis, entre os quaes pudesse fazer escolha; porem tudo em vaõ. Eu não cuidei menos em melhorar os costumes do povo, do que em fomentar a religião. Eu puni os violadores do Domingo, reduzi as licenças para tavernas, de quarenta até sinco, e tenho em meo poder documentos publicos para provar, que cohibi a dissolução e turbulencia do povo por todos os modos possiveis. Em tal estado se achavaõ os costumes e religião quando cheguei á colonia, e taes foraõ os esforços que fiz para os melhorar. Como eu não me ajuntei com certo numero de homens, que para augmentar a sua influencia politica proclamavaõ a sua religião, bons costumes e caridade na praça publica, eis aqui por que tenho sido calumniado e perseguido.

9. “ Tanto os livros como os agentes da Companhia foraõ removidos, sem com tudo ficarem pagos os pobres colonos que para ella haviaõ trabalhado: eu pedi que as suas contas se decidissem por uma arbitração; porem esta minha proposta não foi attendida.” O Relatorio diz, que Kizell hé a unica pessoa que eu mencionei, o que hé falso; por quanto tambem apontei Read, Garrell, e Campbell; e em consequencia dessa minha exposição já Read, e Garrell foraõ pagos. O publico por certo pasmaria se soubesse as desgraças, que Read e a familia de Garrell haõ soffrido, em virtude da summa delonga que tem havido no pagamento das somas, que a Companhia lhes devia.

Ora quanto ao caso de Kizell, o Relatorio o tenta



refutar, produzindo uma consignaçaõ, que o ditto Kizell fez a Companhia de sua caza e terras, no anno de 1810. Este homem não tinha noçaõ alguma de contas, nem poudé achar pessoa alguma, que pozesse em estado claro e regular as somas que lhe devia a Companhia, até que dois Americanos prezos na cadea de Serra Leôa se incumbiraõ de as arranjar. Quando a Companhia foi sentenciada a pagar 400 libras á Campbell, Kizell quiz tambem recorrer ás leis; vendo eu porem que os depoimentos, dados debaixo de juramento no caso de Campbell, já haviaõ summa-mente exposto o ignominioso procedimento dos agentes da Companhia, quiz por tanto poupar-lhes o dissabor de verem o seo character ainda mais diffamado; e persuadi a Kizell que propuzesse decidir as suas contas por meio de uma arbitraçaõ; elle seguiu este meo conselho, e enviou os seos papeis á M. Allen para esse fim. Quanto á consignaçaõ acima ditta, hé a primeira vez que a vejo mencionada; nem posso conceber o motivo por que foi feita: de qualquer forma todos concordaráõ comigo, que quando um pobre colono não tem meios para recorrer á justiça, os principios de honra e humanidade deveriaõ ter induzido os Directores a consentir, que este negocio se decidisse por arbitramento. Eis aqui a carta que acabo de receber de Kizell sobre este mesmo assumpto; ella falla por si.

(Copia) “*Serra Leôa, 18 de Março de 1815.*

“ Quanto á asserçaõ de M. Z. Macaulay, de que eu tenho confessado estar devendo á Companhia de Serra Leôa, e supplicado a clemencia do Governador, hé preciso que observe, que M. A. Smith, em virtude de ser o primeiro magistrado na colonia, tendo em seo poder os livros da Companhia, e estando munido de summa authoridade, podia obrigar qualquer a dizer o que elle mui bem lhe parecesse; por tanto mesmo no caso de que eu houvesse confessado ser devedor á Companhia por diversas vezes, isto não devia ter pezo algum: e demais eu não tenho outros documentos senaõ os que vos remetti, os quaes são fics copias dos seos originaes. Para mais confirmar que a Companhia hé que me está devendo, M. D. M. Hamilton, que



agora se acha em Inglaterra ouvio dizer á M. George Caulker, que o Governador Ludlam reprehendêra asperamente A. Smith por querer fazer-me devedor, quando era assaz notorio, que a Companhia hé que me estava devendo avultadas somas. Quanto a mim, o melhor modo de arranjar esta materia seria de empregar um revisor, o qual houvesse de confrontar as minhas contas com os livros da Companhia."

Os Directores insistem em não pagar á Campbell em razão de haverem tido uma sentença a seu favor em 1809, quando M. Thompson era governador. Ora M. Thompson não era juiz, nem tinha influencia alguma nos Tribunaes de justiça: e nunca ouvi fallar de tal sentença. Ignoro o motivo por que Campbell litigou contra a Companhia, e por que a sentença foi contra elle; o certo hé que nada disto se mencionou no ultimo processo judicial, que foi feito com toda a regularidade, e em que a Companhia foi sentenciada a pagar 400 libras á Campbell. Como porem a Charta da Companhia logo expirou, segue-se que não se pode pôr em força a sentença, visto a sua existencia, como corporação, haver terminado; Campbell não tem sido pago, nem as suas contas decididas por um arbitramento!! Mas hé certamente de esperar, que alguns honrados membros da Companhia não se aproveitarão desse, não menos injusto que indigno, subterfugio, para recusarem satisfazer as bem fundadas reclamaçoens daquelle individuo.

Diz o relatorio, " que M. Vanneck, Hamilton, e Nicol asseverão nunca ter ouvido fallar de um tal caso, como o de Garrell, o que hé absolutamente falso; por quanto estes senhores estavam assaz inteirados das pretençoens de Read e Garell; quanto á M. Hamilton, foi elle mesmo quem se empenhou a favor de Read, e dos orfaõs de Garell, e conseguio arranjar as suas contas; nem hé possivel que ignore o caso de Campbell, pois elle assistio á todo o processo."—

Segundo o relatorio, M. Vanneck assevera, que os trabalhadores eraõ pagos todas as semanas: porem o que tem isso que fazer com a questão? Tanto Kizell como Campbell não eraõ trabalhadores, mas sim traficavaõ em proveito da Companhia fora da colonia, nem pertenciaõ á repartição de M. Vanneck.



Em fim para que o leitor possa propriamente apreciar o modo conclusivo com que o Relatorio intenta refutar as minhas asserçoens sobre esta materia, passo a inserir a mui logica conclusão com que remata esta discussão. “Em huma palavra estamos perfeitamente convencidos, que esta gravissima calumnia hé destituida do menor grau de probabilidade.” Ora hé de certo para admirar que se afoitassem a tal dizer, depois da Companhia haver so pago duas pessoas das quatro que acima mencionei; depois de haver recusado satisfazer aos outros dois em despeito da sentença, que se deo contra ella, e a pezar da mais justa proposta para uma arbitração, só por que expirou a sua Charta no mesmo tempo, em que se podia pôr a sentença em força! Hé este o modo como esses *immaculados Senhores* se deixaõ defender! Não hé um tal procedimento summamente baixo, para não dizer deshonesto?

10. “A Companhia pedio ao Governo dinheiro para construir edificios, e recebeo para este fim uma avultada soma, a pezar de haverem já anteriormente alcançado cem mil libras para aperfeçoar o estado da colonia.” O modo como refutaõ isto hé confessando, que ella actualmente recebêra duas mil libras!

11. “A maior de todas as accusaçoens com que M. Thorpe attaca a Companhia, e seos agentes, hé a de traficarem em escravos.” Aqui tornaõ a repetir, que a Companhia obrigára os seos servos a se ligarem por um escritura de nunca fazerem o commercio de escravatura, sem porem mencionarem um só caso em que ella puzesse em força o castigo merecido pela violação de taes escrituras. O Relatorio continua, “Ninguém pode ler as differentes exposiçoens e contas dadas pela Companhia, sem ficar convencido que os seos membros eraõ intelligentes, resolutos, e fervorosos adversarios do trafico de escravatura. Em 1799 M. Thornton propoz em Parlamento um Bill para se prohibir o trafico de escravatura no rio Serra Leôa, e por espaço de 500 legoas em ambas as margens do mesmo. Todos os que commerciavaõ em escravos se oppozeraõ á este Bill, nunca porem accusaraõ a Companhia de fazer tal trafico; por tanto até esse periodo, pelo menos, hé de suppor que ella estava innocente.”

Eu já anteriormente observei que de Serra Leôa não



se podia obter grande riqueza, senão depois de passar o nosso *Acto de Abolição*, por quanto o trificante de escravos era expulso do mercado, e os proprietarios dos armazens na colonia podiaõ entãõ supprir a parte vizinha da costã sem a menor competiçãõ: e quanto ao Bill proposto por M. Thornton, se tivesse passado, a unica vantagem que resultaria havia de ser para a Companhia, em razãõ de lhe dar quasi um monopolio de todo o commercio por espaço de 500 milhas em ambas as margens do Serra Leôa, visto que um chefe Africano desejoso de vender uma partida de escravos, os faria, sem a menor repugnancia, marchar 500, como 5 milhas; e segue-se por ventura que a Companhia nunca auxiliou o commercio de escravos, por que nesse tempo não foi de tal crime accusada? Quanto ás suas exposiçoens e contas, ellas são totalmente analogas ás da Instituição Africana, escritas pelas mesmas pennas, illusorias, e capciosas desde o principio até o fim.

“ M. Thorpe assevera que os servos da Companhia constantemente compravaõ os Africanos, e em uma nota accrescenta, que este facto fora confessado debaixo de juramento, em um depoimento dado perante elle e o Governador Thompson.” Quando eu tal disse, quiz alludir aos processos feitos perante o Governador Thompson no Tribunal do Vice Almirantado, onde está registrado o depoimento; parte do qual foi publicado na Gazeta de Serra Leôa, e igualmente por M. Grant em 1810; o que mais porem me fez pasmar foi o depoimento, dado por Dalu Mohammed, chefe de Lunged, que fica na margem opposta do Rio Serra Leôa. Talvez se não publicasse por ser mui longo; o que posso porem assegurar hé, que mostra pelo o modo o mais convincente, que os servos da Companhia commerciavaõ em escravos. Na acção posta por Campbell contra a Companhia, e em que eu fui juiz prouvou-se, que os servos da Companhia compravaõ escravos, e os assalariavaõ para trabalhar; que os colonos traziaõ escravos á Serra Leôa, e os tornavaõ a levar para fora; e que escravos que fugiaõ para á colonia em busca de protecção erãõ entregues a seos senhores, e mesmo aos navios de escravatura. Eu li as partes mais importantes deste processo por uma



Cômmissão da Instituição Africana, e as publicarei se os Directores assim quizerem. Eu tenho lido o depoimento feito por Jesse Porter e Thomas Gudgeon, em que accusaõ M. Ludlam e Dawes de não ignorarem, que se vendiaõ escravos na Colonia. Eu tenho igualmente lido algumas das cartas, escriptas em Arabe pelos chefes Africanos ao nosso veneravel Rey, accusando os servos da Companhia de commerciaem em escravos; e em fim muitos outros documentos, que comprovaõ o mesmo.\*

O Relatorio traz um caso de certo individuo, por nome Bradford, o qual roubou onze Africanos; e chega a confessar, que seis destes foraõ vendidos na colonia por seis centos dollars, a qual soma fora dada aos chefes, como uma compensação: ora foi uma tal conducta digna dos creados *desses immaculados Senhores?* Não se teriaõ por ventura havido com maior integridade, se das quatro centas mil libras tivessem tirado sincoenta, as enviassem á esses chefes; e não houvessem violado a sua Charta, e manchado o seo character com tal procedimento?

“ Os servos da Companhia compravaõ os Africanos, os faziaõ trabalhar sem lhes dar paga alguma, ou os alugavaõ por certas somas.” O Relatorio em varias partes admitte que se compraraõ Africanos; e para que? não de certo para ornamento, mas sim para se servirem delles: demais James Reed depôz, debaixo de juramento, que a Companhia alugava os seos escravos, e que elle havia pago ao contador da mesma quatro dollars por mez por alguns que alugara.

Diz o Relatorio, que a Companhia não comprava os Africanos, mas sim que os *resgatava da escravidão*, e

\* Serra Leôa, 11 de Janeiro de 1793.—O Duque de Buccleugh deo á vela hontem; os Francezes partiraõ hoje. Consta-me que M. Dawes comprara alguns mantimentos aos Francezes, os quaes nada queriaõ em troco senaõ escravos; e a fim de os accomodar, M. Dawes passou uma ordem sobre M. Ronnieu para os pagar como desejavaõ. A meo ver isto hé uma violação do Acto de Parlamento para a creação da companhia, o qual diz, “ A Companhia não deverá por meio de seos servos, ou por outro qualquer modo directo ou indirecto trafficar em escravos.” Parece que a mesma Providencia tal compra desaprovára, por quanto uma enchente extraordinaria levou comsigo parte dos mantimentos já depois de estarem em terra.—*Exposieaõ feita por Fauconbridge*, pag. 191.



que estes por uma escritura se obrigavaõ a ser apprendizes do resgatador por um tempo determinado. Ora eu ignoro quantos eraõ os que se haviaõ ligado por taes escripturas, porem o que sei hé, que estive na colonia vinte annos depois que a Companhia foi instituida, e que nunca ouvi que algum individuo obtivesse a sua liberdade já depois de acabar o seo tempo de apprendiz. Alem disso uma vez que se confessa, que actualmente havia compra de Africanos, que estes eraõ trazidos á Serra Leôa, em lugar de serem enviados para as West Indias, não se vê claramente que este trafico era fomentado? Que emporta que não os mandassem para as West Indias? O ponto hé este; havia quem os comprasse, e por tanto necessariamente não faltaria quem os vendesse. Se um mercador compra vinte peças de pano, e delle faz roupa; por ventura não auxillia elle a manufactura deste artigo tão efficaçmente como aquelle que vende a outrem para esse mesmo fim? E hé deste miseravel subterfugio, capaz de mover á riso rapazes de escolla, que se aproveitaõ os authores do Relatorio para repellir a accusação, de que a Companhia traficava em escravos.

12. “Os servos da Companhia consentiaõ, que se trouxessem escravos á colonia, e que fossem dahi levados para fora; e tambem permittiaõ, que elles fossem agarrados e entregues á seos senhores, quando vinhaõ supplicar a protecção da Companhia.” Isto o relatorio não refuta, mas simplesmente diz, “que o Governador e o Conselho suspeitáraõ que tal havia acontecido porem que nunca puderaõ obter provas do facto.” Testemunhas porem oculares me relatáraõ varios exemplos do que acima asseverei. M. Cooper foi á Soosoo, ahi comprou onze Africanos; e os trouxe para Serra Leôa: durante a sua auzencia, como não eraõ assas obedientes á sua mulher, teve esta a permissão “de os mandar para uma feitoria vizinha, a fim de os vender.” Escravos que fugiaõ das feitorias vizinhas eraõ entregues á seos senhores pelo Governador todas as vezes que estes assim o exigiaõ; e mesmo eraõ presos na cadeia até apparecerem seos senhores: alguns escravos que fugiraõ da Ilha Bance, foraõ agarrados, açoitados, e reconduzidos por ordem do Governador. Alguns, que nadáraõ para terra dos



navios de escravatura, que se se achavaõ no rio, foraõ agarrados por estes grandes defensores da liberdade, e recambiados para os seus grilhoens! Tobias, que he agora ferreiro em Serra Leõa, havendo fugido de um navio de escravatura, foi agarrado por ordem do Governador, e prezo na cadeia; fugindo porem igualmente deste lugar, escondeo-se nas montanhas até que os seus perseguidores deraõ á vela; e hé actualmente um mui util membro da colonia.

13. “A Companhia hé accusada de haver consentido que o guarda do seo armazem supprisse com o necessario aos feitores e navios de escravatura, e que promovesse o commercio por todos os meios possiveis.” O Relatorio procura segazmente confundir os traficantes de escravos com os chefes Africanos; e tambem provar, que a Companhia não podia commerciar senão com traficantes de escravos; e que hé falso: por quauto o escravo hé o artigo principal de commercio, e os chefes preferem sempre vender escravos, para obter o que necessitaõ; não havendo porem quem os compre, elles vendem arroz, marfim, gado, frutas, aves &c. &c. e nunca yaõ mercar escravos com aquillo que receberaõ em troca destes artigos: em uma palavra podiamos, sempre commerciar com os chefes Africanos, sem augmentar, mas sim diminuindo sempre o trafico da escravatura. Mas supponhamos nós ser um facto que a Companhia não podia de forma alguma commerciar sem fomentar tal trafico; que deveriaõ esses *immaculados senhores* fazer em tal caso? Por certo que lhes faria muita honra se dicessem, “acabe a Companhia, para que o nosso character não fique manchado; restituamos á cada proprietario a soma que lhe pertence; as nossas promessas não devem por modo algum ser violadas; nem podemos trocar a nossa honra e fama por marfim e arroz.” Se a Companhia vendesse aos chefes tudo o que estes precizavaõ por um preço mui moderado, ella efficazmente concorreria para os desviar do commercio de escravos, mostrando-lhes que derivavaõ maior lucro, vendendo producçoens naturaes, do que supprindo aos feitores e navios com escravos: ella não devia ao mesmo tempo negociar com aquelles, que fossem trocar as suas mercadorias por escravos; a sua conducta pelo contrario foi mui diversa, por quauto vendiaõ tudo aos feitores e aos capitaens dos navios de escravatura; os quaes se



viaõ entaõ habilitados para obter escravos dos chefes Africanos; e deste modo se hia nutrindo a vibora, que a Companhia havia fielmente promettido destruir a ponto tal, que Botifer, e outros mais negociantes de escravos, confessavaõ, que á Serra Leõa, e aos artigos que compravaõ do armazem da Companhia deviaõ elles os seos principaes ganhos.

14. M. Thorpe diz, “que mesmo durante a administração de M. Ludlam duas carregacoens de escravos, que se haviaõ tomado aos Americanos, foraõ publicamente vendidas a vinte dollars por cabeça.” Isto hé um facto, o capitão Parker; que foi quem aprisionou os dittos navios e escravos, era amigo dos Directores da Companhia; estes desejando obzequia-lo, consentiraõ por conseguinte que sem processo algum previo tudo fosse vendido em proveito dos capttores! Não foi um tal procedimento imperdoavel? O Relatorio affirma, que os escravos não se vendêraõ; eu porem posso provar com o testemunhas oculares, que os escravos foraõ todos levados á hum mercado publico, que foraõ apregoados, e expostos para venda em leilão publico; que haviaõ vendedores e compradores; que se pagaraõ os preços, e que os senhores levarãõ consigo os seos escravos: e isto entaõ não hé venda!! M. Nylander, Hamilton, e Vanneck tiveraõ o offerecimento de alguns; elles porem declarããõ que não queriaõ comprar escravos; Mr. Forbes comprou dois; e ao deixar a colonia perguntou ao Governador Ludlam se os podia vender, ao que elle respondeo, Que sim; elle por tanto os vendeo por vinte dollars cada um, que era pouco mais ou menos o preço de taes escravos nos rios vizinhos. O Relatorio igualmente assevera, que o governador Ludlam puzera de parte quarenta dos melhores, e que os empregára no servico do governo, promettendo-lhes a sua alforria no fim de tres annos. Ora eu estive na colonia tres annos, depois de isto haver occorrido, e nunca ouvi que esta promessa houvesse sido fielmente desempenhada.

Havendo finalizado a minha replica ao Relatorio Especial, pelo que diz respeito á Companhia de Serra Leõa; resta-me agora propor varias questoes, a fim de que os Directores hajaõ de meditar sobre ellas.

(Continuar-se-ha.)



*Historia da Embaxada no Graõ Ducado de Varsovia.  
em 1812.*

Por M. de Pradt, Arcebispo de Malines, &c.\*

Discite justitiam moniti, et non temnere reges.

“ O Imperador foi apanhado de subito quando do fundo de uma das suas tenebrozas cogitaçoens deixou escapar estas palavras memoraveis: *Senaõ existisse um certo homem, eu teria sido o Senhor do mundo . . . .* E quem será este homem, que participando, por assim dizer, da omnipotencia da Divindade, poudé dizer á esta torrente—*non ibis amplius?* . . . . pararás aqui? Quaes eraõ as suas armas, os seos thezouros e os seos meios para ter maõ nesse soberbo dominador da França e da Europa, que, por cima de pedaços de thronos, de naçoens e de Leis, com um pé mergulhado em sangue e outro sobre ruinas, se arrojava em idea até os limites do mundo, e na sêde insaciavel de dominação parecia por alguma forma estar sufocado no meio de todo o universo? . . . .

“ Este homem era eu. Por esta expreção, eu devo ter salvado o mundo, e com este titulo na maõ podia tê-lo

\* Em o nosso No. 53 annunciamos esta Obra, e principiamos a dar della os Extractos, que nos haviaõ sido enviados por um sabio e respeitavel Correspondente, e que prometia continua-los. Com tudo como vemos que as suas circumstancias de certo o tem impedido de realizar as suas promessas, a neste intervalo nos veio a maõ a Obra citada, vamos tomar a nosso cargo o faze-la conhecida aos nossos leitores Portuguezes. A Embaxada da Polonia está conexa com os grandes successos, que destruíram o novo Imperio do Occidente, e esta circumstancia só basta para fazer o grande interesse deste livro.

Para entender-se o espirito do Auctor nas denominaçoens que ainda conserva, fallando de Buonaparte, hé bem saber-se o que elle diz em um dos Prefacios da Obra.—“ Este livro foi composto em Março de 1814; e devia-se, portanto, quando se fallava de Napoleaõ, usar habitualmente das unicas denominaçoens, que entaõ existiaõ. Empregar a palavra—*Buonaparte* em 1812 seria taõ fora de proposito como empregar hoje a de—*Imperador*. Os nomes naõ conferem direitos: são unicamente sinaes com que se designaõ cousas positivas e existentes, e empregão-se para melhor se aclararem as ideas.” Esta explicação servirá para tirar os escrupulos a muitos Leitores, por que há escrupulos em religião como em politica.—Os Redactores.



desafiado para ver se era capaz de igular o seo reconhecimento a tamanho beneficio. Porem mui longe de mim está a idea de querer attribuir-me taes direitos!

“ A exclamação do Imperador Napoleão; as mil alegações que fez de que eu tinha deitado a perder os negocios da Polonia; que eu não *tinha sabido* o que era a Polonia, expressão familiar á este Principe, como á todos os revolucionarios, que todos igualmente tem extrahido a sua lingoagem eas suas ideas dos Dictionarios da Revolução; todas estas imputações, repito ainda, não tem o mais pequeno fundamento. As provas de tudo isto vou eu já apresentar; todas estas accusações devem-se imputar ás causas seguintes:

1ª. A disposição de espirito de um Principe que, pondo a sua propria infallibilidade na classe dos axiomas mais rigorosos da geometria, não pode em caso algum attribuir á si a falta de successo em todas as suas empresas; o que sendo sempre verdadeiro o hé ainda mais na epocha de um primeiro revez, que hé tambem a da maior sensibilidade; revez, que o amor proprio admirado e zangado não pode explicar senão lançando a culpa sobre os que concorreram na acção. . . . . Hé necessario um culpado, e aquelle, que só tem o direito de o designar, nunca se nomea a si.

2ª. A falta de attenção que sempre dá a tudo o que o rodea, assim como á falta de instrucção da maior parte daquelles á quem por dever competia, por assim dizer, nunca o perderem de vista. . . . . Mas isto precisa de explicação.

O Imperador hé superiormente ignorante: a mesma qualidade do seo espirito movel, e habitualmente propenso para especulações de toda a especie, nunca o deixará adquirir uma verdadeira instrucção. Elle sonha ou falla, assigna papeis, e nunca os lê: falla sobre tudo, mas não profunda nada. Basta ver como o Imperador corre um livro, ou outro qualquer escripto para se ver que proveito poderá d'elle tirar. As folhas vão-lhe debaixo dos dedos, os olhos correm, como a galope, sobre cada uma das paginas, e em pouco tempo o desgraçado escripto hé quase sempre pôsto de parte com um sinal de desprezo, e com todas as formulas geraes do desdem. “ Neste livro não há senão tolices: o seo auctor hé um Ideologista, um



Constituente, um Jansenista.” Este ultimo epitheto hé o *maximum* das injurias. Com a cabeça sempre nas nuvens, e derigindo o vôo para o empireo, quando se acha neste ponto elevado, a sua pertençaõ hé de ver a terra com os olhos da aguia, e quando tem a condescendencia de a tocar com os pés, de correr sobre ella com passos de gigante.

Porem não hé assim que se trataõ os negocios, nem que os frageis humanos adquirem a instrucção . . . O mais que isto faz hé conhecer os objectos em massa, o que vem a ser o mesmo que não os conhecer. Assim, o Imperador não conhece nem os homens nem as cousas do seo paiz . . . arrasta, impele a umas e outros, e nem estes nem aquellas conhece. Algumas boas lembranças, alguns rasgos de discernimento, certos relampagos de memoria compoem quase toda a riqueza da sua instrucção, assim como alguns folhetos formaõ todo o fundo da sua bibliotheca . . . Hé preciso tê-lo visto de perto, e particularmente ter viajado com elle para ter idea de uma ignorancia, que muitas vezes dá occasiaõ a fazerem-se juizos os mais extravagantemente errados a cerca dos homens, e os mais loucos e grosseiros a cerca das cousas. Eu fui disto testemunha em muitas occasioens, e em tempo e lugar convenientes apontarei exemplos que confirmem esta verdade.

O Imperador corre sempre a traz da sua idea, que hé como uma especie de caça de que ninguem hé capaz de desvia-lo. Em quanto está occupado com um objecto nada mais existe para elle: assim, cousa maravilhosa, ainda que bem contraria em apparencia ao genio e reputação do governo Francez, todo o agente do governo, que directamente se não encontra, por assim dizer, com elle no mesmo caminho, fica como independente no meio de um violento despotismo, e pode fazer com impunidade todas as extravagancias que quizer, assim como todo o bem que dezejar sem que pessoa alguma repare para isto.

Quanto acabo de dizer hé bem extraordinario, e parecerá de todo novo a muita gente. Podem mui bem dizer que eu só tento mostrar um espirito de critica, e que tenho a mania de passar por homem de muita



sagacidade; digão o que quizerem, com tanto que se lembrem que tudo isto se passa assim no Imperio de Napoleão, por que então lhes será facil explicar tudo.

3º A immensidade dos objectos que o Imperador abrange a um tempo, assentando que assim augmenta a sua gloria, e taes como as suas circumstancias lhe tem feito e faraõ aindaprehender, são um obstaculo invencivel para poder profundar qualquer assumpto, e para bem o julgar com madureza, isto hé, miudamente. Porem no governo de Napoleão e no Imperio Francez não se repara senão nas massas; os individuos são considerados como insignificancias, ou bagatellas, por todos esses homens superiores e por esses omnipotentes genios . . . E este genero de distracção, sem duvida bem horrorozo, com que se olha para a immensidade dos negocios de França, hé um dos maiores flagelos com que se oprimem os seos desgraçados habitantes.

Eu já disse que ao Imperador faltaõ os meios de instrucção, e particularmente por aquelle mesmo lado donde exigia o dever que elles lhe viessem; mas nisto mesmo tem elle o castigo pelo embaraço que pessoalmente lhes poem. Só duas cousas podem apresentar-se com afoiteza diante do Imperador, e estar sempre a seo lado—O terror, e a lisonja: nellas consiste toda a sua guarda e concelho. Mas hé bem claro que com isto só ninguem hé bem guardado, nem bem instruido. Todo o talento, e trabalho das pessoas que o rodeaõ consistem em advinhar o seo pensamento, e em traduzir as suas ideas: isto só para ellas hé sublime.\*

\* Esta asserção geral admite uma excepção, relativa á dois ministros que Napoleão, depois que se julgou omnipotente, procurou arredar de si por motivo de qualidades, que mais estimados lhos deviaõ fazer. Não podia suportar a sua fama, nem a independencia que conservavam no meio da servidaõ geral. Temia que se lhes podesse attribuir parte da sua gloria, e que se dicesse que alguma cousa devia aos seos concelhos: esta foi a causa verdadeira porque os separou de si. Napoleão nunca poudé encarar com o talento; e tinha formado uma empreza, desconhecida a todos os homens, depois que há sociedades, que era de reinar—sem concelho; e que digo eu? até de proscrever todo o concelho! Quantas vezes o ouvi eu exclamar em furor:—“Querem dar-me concelhos! Concelhos, á mim! . . .” Mas o caso hé que a falta de todos os concelhos o perdeo. O prazer de reinar sobre homens



O Imperador tanto repelia sempre toda a instrucção que não condiz com os seus pensamentos, e a sua tenacidade era sempre acompanhada de taes violencias e insultos, que ninguem ousava falar—lhe senão do que elle queria. Assim constantemente metido entre duas sentinellas perfidas—“O terror e a lizonja” nenhum bom concelho podia chegar-lhe aos ouvidos: havia-se nos seus negocios como certo Sultão se houve a cerca da sua saude; tendo imposto pena de morte contra quem falasse da sua, morreo sem que os medicos aterrados ousavam falar-lhe na molestia.

A injustiça das queixas do Imperador Napoleão contra mim hé logo evidente. Nem eu pertendo attribuir-me a execucao de successos que na sua opiniao, malograram o projecto de ser Senhor do mundo, e vão influir tão grandemente sobre todos os homens e em todos os seculos. De certo, nada há tão contrario ás minhas ideas e character como essa applicação infatigavel, que constituia a turbulenta actividade desse homem; que subindo do ultimo gráo da escala social até uma altura que nunca teve igual, e isto pelos esforços de um povo que só lhe pedia a cura das suas profundas feridas, só cuidou em lhas fazer ainda maiores, e em lhas tornar incuraveis: que aspirando a passar pelo restaurador da religião andou sempre em guerra com ella, e arrastrou de prizaõ em prizaõ o seo Veneravel Pontifice, até prendendo aquellas mesmas mãos que lhe haviaõ sagrado a frente, cerimonia só reservada para os Reis: que sentado no primeiro assento do augusto Collegio dos Reis, não fez senão avassallar e ultrajar os Reis: que distribuindo reinos e thronos destruiu o reinado com afrontas e baixezas, incompativeis com a idea do reinado: sim, Napoleão creou Reis, porem destruiu o reinado . . .

Que homem politico ou moral podia gostar dessas commodas invasões, por meio das quaes, tomando sempre Inglaterra por pretexto, Napoleão um dia declarava que Roma lhe pertencia, como a descendente

mediocres custou-lhe bem caro: custou-lhe todo o valor da sua Coroa, e a existencia da sua familia . . . Isto todavia seria insignificante, se a França tambem não houvesse pago por elle o mais precioso que tinha:—o seu sangue, a sua honra, as suas riquezas, e a sua consideração entre as nações.—*Nota do Autor.*



de Carlos Magno; e estabelecia como principio, que um homem não podia reinar debaixo das formas do sacerdocio, como se por que o primeiro Rey foi um soldado feliz, necessariamente se houvesse de seguir que para ser Rey fosse preciso ser soldado! Que em outro dia, com um só rasgo de penna, estendia o seo império das margens do Escalda até as praias do Baltico, acumulando dentro de linhas, traçadas com a espada, estados e Principes que pelo *Moniteur* vinhaõ a saber estarem suprimidos, como se fossem pequenos officiaes assalareados, e a quem, debaixo do novo titulo de Principes despojados, apenas se dava a esperança remota e indefinida de indemnidades imaginarias!

Que homem, guiado pelas regras da Logica ou da decencia, não sentio sempre o coração sobresaltado de dor quando via toda essa má fé e insolencia que, fiada na força, ainda acumulava os sophismas e o escarneio, (indignidade que o homem de bem e de luzes nunca pode suportar) ou lia essas publicações infames, afixadas no *Moniteur*, do qual no espaço de tantos annos se servio Napoleaõ como de *Pelourinho*, em que apresentava tanto os Reis como os ministros, e em fim todos os homens, que eraõ assas atrevidos para determinar-se a contradize-lo! Sim, neste famozo *Pelourinho* se affixavaõ tanto as suas grandes combinações, como as suas rasteiras injurias, ou os seus ameaços terriveis; e nelle por espaço de dez annos se gravou taõbem sempre em grossos caracteres a sentença de desthronisação, dada contra todos os Principes, que tinhaõ a temeridade de comprar uma vara de fazenda Ingleza, ao mesmo tempo que Napoleaõ dava trezentas licenças para se commerciar com Inglaterra.

Que Francez, amigo da sua patria, podia deixar de lamentar toda essa agregação de elementos heterogeneos, repelida por antipathias inveteradas, e só fundada em afinidades creadas pela força: ou poderia ser insensivel ao ver que tantos interesses, novos, estranhos, e todos incompativeis, roubavam a maior parte das attentões d'esse homem que só devia emprega-las na França! Todo o tempo que se gastava com os negocios de Roma, Hollanda, Hamburgo, &c. &c. era tempo furtado a felicidade dos Francezes. Seria neste sentido que se trabalhou para que houvesse um 18 *Brumaire*? ...



Mas voltemos ao nosso assumpto, e apontemos as causas verdadeiras da perda da expedição da Polonia. Ellas foraõ :—1, o Imperador :—2, o Duque de Basano :—3, os Polacos :—4, a excellente defeza dos Russos :—5, o delirio geral que havia na execução desta empreza :—6, a separação da Lithuania do Ducado de Varsovia, e a resposta do Imperador em Wilna á Depu-tação da Dieta de Varsovia :—7, a natureza das minhas instrucçoens, e a ordem que me deo o Duque de Basano de me deixar dos negocios politicos para me occupar das subsistencias do exercito.

(Continuar-se-ha.)

---

EXTRACTOS *das Cartas de Joze da Cunha Brochado,*  
*escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuados da pag. 450 do No. LVI.)

*Carta de 30 de Junho, 1708.*

Naõ sei se no Correio passado escrevi á V. E. o que se dizia do nosso exercito na marcha que fez contra o inimigo; e nesta duvida tornarei a repetir o pouco que elle fez e o pouco que eu sei do que elle podia fazer. Resolvemos, como em reпреzalia, mandar demolir a fortificação de Valença depois que o seo clima nos consumio muita gente. Teve Bay noticia que os minadores tinhaõ pegado na obra, e mandou um grosso destacamento para tratar de surprehender a praça, e sabendo o nosso General, que esta diminuição, sem a junção de Ossuna, o fazia superior ao inimigo, passou com o nosso exercito pela ponte de Xevora; porem o inimigo, sentindo a marcha, levantou o Campo com precipitação, e foi abrigar-se de um bosque no Campo de Montijo, donde contramandou o destacamento; e vendo o nosso General a difficuldade do ataque repassou o rio, e naõ sei aonde fica presentemente. Logrou-se a demolição de Valença, e com ella se vai acabando a Campanha do estio; e hé tudo o que grosseiramente posso dizer á V. E. da situação dos nossos progressos na provincia do Alemtejo.



O mastro para os toiros não se levantou, porque entrou em questão politica ou moral se seria mais decente, que esta ostentação, ou preludio festival, se fizesse com a nova de haver-se celebrado a funcção do casamento; porem torno a ouvir que se não esperava este dia, e que o tal mastro havia de apparecer bem de pressa, em cuja averiguação me não embarço muito. Tambem oigo que o Visconde de Villa Nova da Serqueira, e os Condes do Rio e S. Lourenço eraõ os luctadores de cavallo, e que, como Embaxadores á Vienna, se lhes faziaõ os gastos pela fazenda Real. Ajude Deos a quem descobre tanto dinheiro; não sei se será o mesmo depois da chegada da Rainha.

Para esse dia manda S. M. fazer uma boa e rica abotoadura de diamantes, e o Snr. D. Francisco, para conservar igualdade, manda fazer outra.—Lisboa, &c.

*Carta de 7 de Julho 1708.*

Espera-se maior confirmação da preza de Lek, porque um navio que veio de Cadiz não dá noticia alguma desta acção, nem o Embaxador de Inglaterra a afirma; porem o Conde da Castanheira, que ao principio duvidou do successo, foi mal avaliado ou de incredulo, ou de ter menos boas disposições á favor do poder de Inglaterra, sem embargo de que muitos Ingleses apostaõ que Lek não fizera a tal preza. O certo hé—*que em Portugal tudo hé Inquisição*; e da qui procede que somos tão ignorantes das nossas coizas como os Mahometanos o são da sua falsa seita, pela defensa da disputa sobre as frialdades do seo Alcoraõ,\*

Por esta mesma cauza se não falla na bella passagem e regresso do nosso exercito, e da prudencia da nossa cavallaria, que a pode ensinar aos mesmos elephantes. Oigo que o Marquez de Fronteira quer vir para as Caldas, e que o das Minas hirá succeder-lhe na Cam-

\* Hé bem para fazer desesperar da perfectibilidade das cousas humanas ver que o sistema Inquisitorial e de misterio, que prevalecia no tempo de I. da C. Brochado, dure ainda em Portugal, com bem poucas excepções. Não se conhecerá por uma vez, que as trevas não podem produzir-se não erros, latrocínios, e fantasmas? Ora pois acendaõ-se as luzes, vejaõ todos tudo; e se não tornará a ser preciso que procuremos moços de cegos nas nações estrangeiras para nos trazerem pela mão,—*Nota dos Redactores.*



panha do Outono. Este fidalgo em tudo hé unico, e até o hé em não termos outro.

Mandaram fazer preces pelo nosso exercito, e perguntando eu a cauza, me diceram, que o nosso destacamento, que foi a demolição de Valença, e a conduzir a artilharia, estava em grande aperto, por que Bay mandára outro de maior força, e se Deos se poem sempre da parte dos esquadroens mais grossos, como dizia o Principe de Condé, melhor fôra que a estas preces se ajuntasse outro destacamento. As Juntas de guerra continuão, e por ellas se tomaõ muito boas e vigorozas resoluçoens mas não vejo que tenhaõ execução. Não basta dizer-se que se faça a luz, mas hé necessario que a luz seja feita, porque se a ordem não fôra seguida da execução em tudo o que Deos fez no principio do mundo, ainda agora estivera por fazer a maior parte do Universo. Não vejo porem que haja tempo entre a ordem e a execução nas couzas que pertencem ao recebimento da nossa futura Rainha, porque disse El Rey—levante-se o mastro, e levantou-se o mastro; faça-se a ponte, e fez-se a ponte; e vio S. M., seguindo a fraze da Escriptura, que tudo era bom e muito bom. Queira Deos que venha já o setimo dia para descansar de um trabalho tão glorioso. Lisboa, &c.

*Carta de 14 de Julho, 1708.*

Ainda que eu supozera que V. E. queria acrescentar a esse divertimento o de ouvir algumas novas desta corte e cidade, são ellas tão poucas que não tenho com que servir a curiosidade de V. E. Chegou o Snr. Conde da Ericeira, que miudamente conta todos os successos da campanha, todas as marchas, contra-marchas, embuscadas, correrias, e outros estratagemas militares, em que luzio a nossa disciplina, e em que tiveraõ muito que aprender os cathecumenos da religião da guerra. Tambem diz, que por uma ordem, equivocamente entendida, se não proseguio o inimigo na passagem do Xevora, em que ao menos podiamos cortar-lhe a bagagem, e cravar-lhe a artilharia, e faze-los fugir com as nossas espadas sobre as suas costas. Se este facto se achasse no regimento do Concelho da Fazenda, assim como succedeo nos da nossa cavallaria, poderia eu entrepor meo parecer; e assim no seo referimento não



faço mais papel que o de simples historiador. Espera-se brevemente o Marquez de Fronteira e o das Minas, e fica governando o Mestre de Campo General D. João Manuel.

Naõ temos novas do norte; queira Deos traze-las como a qui se pintaõ, que são batalhas ganhadas, praças rendidas, e provincias conquistadas: se assim for, brevemente teremos plenipotenciarios em Holanda, e os nossos toiros teraõ dobrado motivo de festa. Entre tanto, os navios Ingleses, que foraõ buscar frota, enfadados de esperar, voltaram para este rio.—O Snr. Infante D. Francisco partio para a romaria do Cabo, e ainda achou quarenta bestas de carga, e quarenta de cella, que se *tomaram a sua ordem*. Elle teve repetidos avizos de El Rey para despejar o seo quarto: e assim entendo que virá para a Corte Real: e assim hé necessario para que S. M. se retire da muita caliga, que no seo quarto levantou a abertura de muitas portas e janelas com mais de 800 officiaes que trabalhaõ nestas obras.—Lisboa, &c. &c.

*Carta de 27 de Julho, 1708.*

Chegou El Rey, e dizem que ficára muito agradado do palacio de Cintra, e que quizera consignar-lhe cinco mil cruzados cada anno para reparos e novas obras. El Rey hé descendente e successor de El Rey D. Denis, que fez quanto quiz; e quem dinheiro tiver tambem fará o que quizer; sendo que, na minha opiniaõ, como já disse, naõ obra as coizas o poder mas a vontade, e vale mais esta potencia sem olhos do que o entendimento com muitos braços.

O Snr. Infante D. Francisco, depois de se divertir na festa do Cabo, voltou para a Corte Real, porem dizem-me que dorme nas cazas que foraõ do Monteiro mor. Tambem ouvi que despedira do seo serviço o Conde de Avintes, mas que tornára a recebe-lo, e a reconcilia-lo. João do Sôbral está feito Secretario de S. A. com grande aclamação deste povo, que o destina e a Crispim Mascarenhas para Concelheiros da Fazenda.—Lisboa &c. &c.

*Cartas de 11 e de 18 de Agosto, 1708.*

A nossa Corte recebeo duas desconçolaçoens a fio



neste e no outro Paquebot, que ambos chegaram sem trazerem malas da Holanda, e por consequencia não houve novas de Vienna: e assim por maldade do vento não temos noticia do dia em que se recebeo a Rainha, minha Ama, do dia em que partio, e do caminho que poderá ter feito a estas horas: nada disto se sabe mais que por orçamento, pelo qual, se partio em 9 do passado, poderá a estas horas estar em Holanda. Os quartos do Paço estão muito cheios de calça, e ainda hé necessario muito tempo para acabar todos os preparativos exteriores e interiores, entre os quaes se conta uma grande Béca de André Freire que há de fazer a pratica aos dois Principes noivos com grandes vivas e aplausos para se imprimir com a de Manuel Lopez de Oliveira.

Ainda não temos novas d'Alemanha, e cresce o dezejo em um Principe moço para saber a certeza do seo estado, se passou ou não passou para marido, preferindo a sociedade conjugal aos desembaraços de celibato, tudo pelo interesse de seos vassallos, e firme segurança da sua coroa.

V. E. bem saberá que não deraõ companhia de guarda para a porta do palacio do Snr. Infante D. Francisco, e que mandando-lhe depois uma esquadra com um cabo, elle a não quiz aceitar, e mandou derribar o antigo telhado do corpo da guarda. Este Principe, sem grandes conselheiros de Estado, toma resoluçoens grandemente vigorozas, que fazem admirar nelle um genio maravilhoso, com disposição para producçoens excellentes.

A Cavallaria de Olivença, que se compunha do regimento de Pedro Machado, teve um encontro menos feliz com toda a Cavallaria de Badajoz, em que o seo valorozo coronel ficou prizioneiro e ferido. Não houve circumstancia que mereça relação porque tudo consistio em uma retirada com precipicio, depois de uma sahida com mais brio que cautela.—Por um navio das ilhas soube-se ficar naquelles máres Gaspar da Costa com quatro navios, porem na mesma altura cruzavaõ sete navios Francezes, e no mesmo rumo se encontráram mais 12. Porem o mar hé largo, e a frota chegará sem dar vista dos nossos inimigos: na



falta de maiores comboys haõ de suprir as disciplinas nas costas dos nossos Frades.—Lisboa, &c. &c.

(Continuar-se-haõ.)

## LITERATURA ALLEMAM.

*As Analogias de Carolina Pichler.*

### IX.— O Geranio triste.\*

A's minhas Amigas, a Baroneza de RICHTER, e suas Irmans.

SILENCIOSOS estaõ os vesinhos suburbios, e ainda mais silencioso o solitario e escurecido Jardim, que a occupada multidaõ abandonára. O sol hé posto; e apenas seos ultimos e dourados raios corôaõ o tope daquella distante montanha, e se despedem do rizonho dia, que almo regozijava as plantas e animaes, e chamára o homem ao contente exercicio das suas forças. Tudo está mudo—dezerto,—sombrio. O brilhante colorido, que a luz do sol avivava nas flores, désappareceo com ella; murchou-se o animado verde dos arbustos, o variado jogo da luz e sombra nos verdejantes passeios. Os cantores do ar emmudecêraõ, e de todos os habitantes do mundo vegetal e relvoso somente aqui e ali sussurra o Gafanhoto, ou zune o Bisouro com pezado vôo em torno da nossa cabeça.

Vinde, amigas, segui-me até á latada, onde esta manham admiramos as brilhantes flores dos multiformes Geranios, e as vivas tintas do Cravo vos entusiasmáraõ. A penas agora se destingue o lugar, em que elles jazem. Todos os seos encantos desapparecêraõ com a luz, e hé o mesmo para nós que assombrados berços estejaõ agora cheios de inutil Grama,

\* Huma daquellas plantas, cuja flor só se abre de noite,



ou de mimos de Flora—Mas vós ainda vos lembraes da parda obscura Florzinha, que sobre hastea tenra bamboleava entre os baixos Arbustos? Nem cor, nem cheiro então a recommendava; o seu mesmo nome, que experime lucto, a tornava aborrecida, e passava-se por ella com desprezo—Aproximai-vos agora, e experimentai, que balsamico perfume ella exhala! Semelhante a essa odorifera viração, que no Indico Oceano se derrama sobre os navios do seio de aromaticas Ilhas. Taõ forte, taõ excitante, e ao mesmo tempo, taõ suave! E todos estes thesouros estão guardados pela sombria noite, em quanto se perdem outras bellezas de Flora, e debalde procuraõ recrear-se os socegados sentidos.

Prestavel espera a Florzinha, que passe o sol ardente, e os prazeres do claro dia: então abre ella o seu odorifero chaliz, e enche o ar de suaves perfumes e alegra o solitario divagante, que talvez da sombria noite fez a confidente de suas penas.

Oh como se nos môstra amigo nas vicissitudes da vida um espirito quieto! Se elle nos acompanha até ao momento, em que ella se escurece, e fogem diante dos turvados olhos os prazeres do mundo, e nenhum brilha mais para nós d'esses risinhos deleites! Como hé então conçolador o doce silencio de um coração satisfeito! Que bem mesmo lhe faz a leve magoa, que semelhante a sua, se communica com reciproca linguagem! Profunda e inexaurivel hé a impressãõ, que prazeres assim achados fazem sobre o nosso espirito, e solidos são os vinculos, que formados em dias de afflicção, de nenhum tempo carecem para confirmar-se. Se então voltaõ outra vez alegres horas, movido o coração se recorda d'esse tempo com suave melancolia, e reconhece agradecido suas eternas obrigaçoens.

#### X.—*A Salva.*

Ve, quam bellas, quam juntas, renacem ali as tenras folhas da Salva! A penas mais bellas vecejavaõ na primavera, antes que o Jardineiro as cortasse rentes, deixando só ficar o luctuoso pé. Como alterada pareceo ella nesse tempo! Uma hastea verdejante e carregada de folhas, que tantos beneficios procuraõ, der-



ramava então doces perfumes; e uma chusma de Borboletas pouzava em suas longas e aniladas flores; passou logo a não ser mais, que tóco obscuro de seco, e fanado restolho: A chusma das Borboletas fugio, nenhuns doces perfumes se exhaláraõ, nenhum passageiro colheo agradecido as suas folhas. A pobre Salva foi dezemparrada de todos, excepto da mão do seu Creador. Tepidos choveiros lhe amaciáraõ em torno a madre terra, doces gôttas de orvalho penetráraõ, pela cortada hastezinha, a seiva da vida começou a circular e a nutrir, e em pouco tempo tornou ella a apparecer na sua precedente belleza!

Agora hé outra vez odorifera, e já recrea o passeante; só as inconstantes Borboletas não mais voltijaõ em torno d'ella; acabou-se á muito essa aerea e ligeira raça com os dias da primavera, que limitáraõ seu nascimento e sua morte.

Naõ te entristeças pois, alma nobre, se o destino, e não mercedos revezes te acurvaõ, se desapareceo o brilho da fortuna, que te cercava, se o mundo com malicioso surrizo te sobreolha, e em mais estreita esphera te aperta, e te magõa de todos os lados. Naõ, te intristeças! Deus vela e domina sobre ti: Elle, que deo á Salva novas folhas, tambem hade outra vez beneficiar-te. De fonte desconhecida te hade elle trazer o soccorro, e a consolaçaõ; lagrimas de compaixaõ, e de sympathia haõ de refrigerar-te; tu has de outra vez medrar, como a Salva outra vez medrou. Talvez naõ voltigem mais Borboletas a roda de ti; mas cre-me, hé já lucro ter aprendido a conhecer o vergonhoso berço dos lizongeiros e falsos prazeres, que sempre acompanhaõ o esplendor da fama, e o estrepito do regozijo.—E então, que hé feito dessas flores e folhas, que o jardineiro cortou? Naõ foi debalde, que elle despejou o bello tronco do seu ornamento. Em salutar bebida, em póz medecinaes aproveitaõ ellas nos males da especie humana. Consola-te, alegra-te no sublime pensamento, que a tua infelicidade, enlaçada na cadea eterna dos destinos, foi necessaria; servio para o bem do todo, ainda que tu naõ podeste aperceber te da ligação. Nós cremos n'uma poderosa e amiga Providencia, e esta crença faz indubitavelmente certos todos os nossos aquietadores pensamentos.



XI.—*As Plantas exoticas.*

De certo! São lindas, estas plantas estrangeiras com suas esmaltadas flores, e singulares folhas. Mais que as grades, que as separão das outras plantas do jardim, a separa a sua forma, e a sua belleza daquellas. Que pompa! Que soberbas graduagoens! Que luzentes cores, que só os raios perpendiculares do sol podiaõ sazonar! Seguramente, ellas são arrebatadoras, e offercem ao olho do observador uma vista infinitamente agradavel. Mas pobres estrangeiras! Nem dar fructo, nem chegar ao grau natural de sua perfeição e belleza podem debaixo da nossa zona. Arrancadas do seu solo materno, affeitas a sol mais quente, e mais doces ares, definhaõ ellas aqui neste desacostumado clima. Enganadas por mornas auras, ou por um dia estivo de sol ardente abrem ellas os seos pequenos botoens, dezabrochaõ flores, que se ostentaõ no mais alto lustre de belleza, e promettem saborosos fructos. Mas ah! primeiro que o germen se forme na variegada coberta, primeiro que as flores se desfolhem, e o tenro fructozinho se mostre; um frio Nordeste zune sobre ellas, e as precipita, ou os fructos morrem de fiio na sua primeira mocidade. Com tudo flor recresce sobre flor, novos botoens substituem os amortecidos, e sustentaõ o caule com duradoura belleza. Pobres enganadas plantas! Que buscaes aqui? Aqui não hé vossa patria. Debalde fecundaes vossas flores, debalde as nutris com os vossos mais preciosos sucos; a zona, em que estaes transplantadas, não as deixa chegar á madureza.

Oh coração humano! Como te assemélhas nas tuas expectaçoens e esperanças, ás plantas exoticas, que sempre florecem, e que nunca dão fructo! Illudido pelo esplendor de uma proxima felicidade, tu te abandonas a gostozas commoçoens, sonhas futuras delicias, sacrificas as tuas melhores faculdades á esse mentiroso prospecto; e cres achar no seu complemento mais que terrestre satisfação. Mas bem depressa o frio sopro da realidade murcha as soberbas flores, e os teos sonhos, e os teos dezejões se dezalentaõ perante obstaculos continuamente renovados.

E comtudo não cessâmos de esperar. Debalde nos ensinaõ mil frustradas tentativas, que aqui em baixo



nenhuma felicidade perfeita se pode obter; debalde nos lembramos das feridas do nosso coração a respeito de tudo aquillo, que já desejamos e nunca conseguimos.—O mais remoto prospecto de um possível melhoramento nos alenta de novo o espirito, e nos mostra outro bem, posto que da mesma sorte inattin-givel. E para que hé esta actividade inquieta? Para que esta inexhaurivel fonte de soffrimento e esperança sobre melhores tempos, que nunca chegam? Foraõ-nos dadas por ventura estas affeçoens para continuo tor-mento? Naõ! Essa idea seria indigna de uma Provi-dencia, que formou as creaturas pelo amor e as destina para a felicidade. Tambem naõ estamos nós aqui em a nossa patria, da mesma sorte que as plantas exóticas. Designados de mais alta origem e para mais nobres fins, que nós aqui podemos obter, consideramos nós, que há uma felicidade pura, uma alegria sem pertur-bação, e debalde a procurâmos; debalde construimos planos, e expectaçõens, que nunca se pre-enchem, até que a final a morte resgata a nossa alma da prizaõ, e lhe dá a liberdade, para voar em mais bella primavera ao seu paiz natal, onde seos Germes haõ de prosperar, e as suas flores dar fructo.

## XII.—*A Borboleta expirante.*

Lá pende ella expirando sobre seos filhos recém na-cidos, essa mãe terna! A sua morte hé vida de outros. Apenas rompeo ella a sua larva pezada, e acordou para mais bello gozo, e mais livre existencia, seguiu obediente á voz da natureza, renunciou aos graciosos e voltijantes cardumes, que divagam pelo mundo das flores e perfumes,—procurou um consorte, e prendou seos filhos com o derradeiro alento da sua vida. Cui-dadoza depositou ella os ovos na fenda de alguma casca, que esbulhára do lanoso vestido, para lhes dar abrigo contra os frios do inverno, e finou-se em doces sensaçõens de sacrificio, e amor sobre o seu Ninho, a quem tudo havia dado, como á uma parte de si mesmo.

Eisaqui, oh Donzella, um quadro de verdadeiro amor e ternura, tal como o que faz o principal adorno do teu sexo. Tambem peitos femeninos podem intima e fortemente amar; tambem nas ternas almas do fraco



sexo rebentaõ vehementes paixoens ; mas ellas devem nos seos phenomenos e consequencias trazer o character do sexo, e não manifestar a impetuosidade, que pertence ás do homem. Não creas que as paixoens tumultuosas, como alguns romances, e os theatros pintaõ para encantar, sejaõ verdadeiro amor. Todo o affecto dezenfreado, que não conhece limites, nem contemplaçoens recorre a sophismas para desculpar violados deveres, e muitas vezes toma o sacrificio da innocencia, e da honra no tumulto dos sentidos, por um perdoavel e até apetecivel acabamento. Taes chamas podem ser poeticamente bellas, não o são moralmente decerto, e ainda muito menos verdadeiramente mulheriz. Tambem não fazem ellas o amado objecto feliz, nem mesmo a mulher amavel a seos olhos. A mariposa expirante te ensine o verdadeiro amor matronal. Elle hé a silenciosa renuncia de um coração terno, que só vive para fazer feliz a quem ama, e não lhe importa o destruir-se a si mesmo no exercicio de seos deveres ; elle hé um doce fogo, que bem fazejo aquece, e chameja sem devastar. Os obstaculos e desventuras o irritaõ sem o tornar tumultuozo, e no seu mais forte vigor debaixo da imprensa do soffrimento, como nos momentos do maior enthuziasmo se comporta elle com toda a virtude e decoro moral, respeita contemplaçoens, ouve a grata voz do dever, e se não pode lutar mais com elle, se sacrifica voluntariamente.

### XIII.—*Os Vagalumes.*

A clara estiva noite nos convida em liberdade. Vizitemos os silenciosos retiros, onde profundas sombras induzem a serias consideraçoes. Vede ! Que hé isto ? O ceo estrellado desceo para o valle. Não observas esses luzentes pontos na relva, e esverdeadas scentelhas, que de ramo em ramo se movem ? Já placidos existem, já ondeaõ diante de nós, perdem-se na escuridade nocturna, e brilhando reaparecem.

Eu vos conheço, mimosos seres, luzentes phenomenos, que aformoseaes as nossas noites estivas ! Os alados mancebos revoaõ aqui, e a li, e exhibem a sua luz bella ; nada os retem, nada estorva seos movimentos ; elles procuraõ as suas esposas, buscaõ voando



o sustento, ou brinção com seos companheiros. A espoza jaz silenciosa e agachada na relva, não tem azas para elevar-se, e so esclarece o proximo restolho com brilhante luz. Em quanto porem o livre mancebo com incerto brilho ora desaparece de todo, ora illumina escassamente as folhas, sobre que descança, e umas vezes perigosamente incoberto succede ser esmagado com os péz, e outras vezes attrahe a mão do curioso, á colher a fugitiva scentelha; descança mais segura a esposinha no pequeno circulo, que a rodea. De longe avista o passageiro a tranquillã e verde luz no chaõ, aproxima-se com lentos passos, olha com prazer as proximas plantas esclarecidas ao doce claraõ, e não lhe destroe o jazigo. Assim benigna lhe compensou a natureza a falta de liberdade com uma luz mais clara, e com segurança.

Naõ invejes, determinada, e moça Donzella! Naõ invejes a sorte dos homens, nem dezejes trocar o teu sexo assim taõ fraco pelo outro mais forte; so porque a natureza e estado lhe haõ conferido prerogativas e liberdades, que a limitada mulher não pode gozar. Cingida tranquillamente ao estreito circulo das occupaçoens domesticas, ella não estende a sua esphera de accoens alem das paredes de sua caza. A decencia, e a modestia lhe prohibem todo o commercio exterior, e conducta publica; a natureza mesma, dando-lhe uma estrutura mais delicada, e deveres maternos, parece exclui-la de ter parte nos publicos negocios.

Todavia, em quanto o homem goza das suas maiores vantagens não sem perigo; em quanto penas, fadigas, e innumeraveis difficuldades assaltaõ o estadista, o literato, e o militar, e a ingraticidaõ ou duvidosa fama saõ o sua ultima recompensa, desfructa a mulher no seio da sua caza o seu não ameaçado repouzo. Claras e honorificas brilhaõ suas tranquillã virtudes aos olhos do feliz esposo, e de alguns amigos. A satisfacção domestica, e filhos attentamente educados a recompensaõ mais docemente, que provincias conquistadas, ou intrigas politicas bem succedidas; e por filhos e netos á melhorada posteridade passaõ suas virtudes com mais segurança que os monumentos dos sabios, cujos nomes distantes seculos repetem com assombro. Naõ, cara Donzella! A providencia não foi madrasta



com o nosso sexo. De mil modos pelas leis de natureza nos traga ella o caminho, que elle deve seguir. Cada um tem seu juz, seos gozos, seos deveres, que escrupulozamente preenchidos não são menos meritorios.—Pernicioso hé pois o descontentamento do nosso estado ; e uma falsa ou desprezível representação dos nossos deveres e direitos nos faz bem depressa esquecer de uns, e perder os outros.—De certo somos nós tristes creaturas sem designação, sem merito—mas não o somos por natureza ; se o somos hé por nossa culpa.

---

## SCIENCIAS.

---

*Nova Exposição dos Progressos que fizeram as Sciencias  
no anno de 1815.*

(Continuada da pag. 462, do No. LVI.)

### *Optica.*

As mais importantes descobertas que se fizeram nesta sciencia o anno passado, foram devidas ás investigações sobre a polarização da Luz em diversos corpos. O Dr. Brewster e M. Biot foram os philosophos que mais zelosos trabalharam neste ramo. O Dr. Brewster com particularidade foi indefesso, e publicou durante o anno não menos de seis differentes Memorias sobre a materia ; cinco nas Transacções Philosophicas de Londres, e uma nas Transacções Philosophicas de Edinburgh. Passaremos em primeiro lugar a dar uma breve noção dos trabalhos de Biot, e exporemos depois as descobertas de Brewster.

1. Biot achou que a tourmaline no estado mui delgado causava uma refacção dupla, á maneira do espato calcareo ; e que no estado porem de laminas grossas produzia somente refacção singela : daqui segue-se, que neste mineral existem duas distinctas causas de polarização ; uma procede das moleculas cristallinas da tourmaline, e a outra depende das laminas de que o



cristal hé composto. A primeira destas causas opera sensivelmente só quando o mineral hé mui delgado; e a segunda, quando tem um certo grau de grossura.

Biot igualmente verificou, que a agata sendo mui delgada transmite luz em todas as direcções, e que tem as propriedades de um corpo duplamente refractivo. Elle hé de opinião, que este mineral apresenta os phenomenos observados por Brewster unicamente quando possui um certo grau de grossura.

2. Malus depois de descobrir que a luz era *polarizada* sendo reflectida da superficie de corpos diafanos, repetio esta mesma experiencia com os metaes, e achou que a luz reflectida da superficie destes não soffria uma polarização igual á que era produzida pelos corpos diafanos. O Dr. Brewster porem veio depois a verificar, que quando um raio de luz já polarizado hé por varias vezes reflectido da superficie de chapas de prata ou d'ouro, experimenta uma modificação tal, que analizada por meio de um prisma de spato da Icelandia, se divide em duas porções de diferentes cores. Biot repetio esta experiencia, e achou que estas cores erão exactamente analogas aos circulos colorificos observados por Newton: estes resultados por tanto não coinsidiraõ com os de Brewster. Biot mencionou esta singularidade a M. Arago, o qual asseverou que as suas observaçoens haviaõ sido semelhantes ás do Dr. Brewster; e deo a Biot uma chapa de prata por meio da qual este philosopho poudé entãõ obter os mesmos resultados. Admirado de uma tal differença, elle investigou esta materia com cuidado, e descobrio que os phenomenos dependiaõ do modo como a chapa metallica tinha sido brunida. Há dois modos de brunir chapas metallicas, a saber, batendo-as com martello, ou esfregando-as: quando se pratica o primeiro, se observaõ os phenomenos mencionados por Biot; e usando-se o segundo, se obtem os phenomenos observados por Brewster. Biot finalmente verificou que uma superficie metallica brunida por meio de fricção produz na luz dois effeitos distinctos: a saber, ella dá á uma parte da luz incidente o que elle denomina polarização movel, que hé analogá á que hé occasionada por uma lamina delgada de cristal; hé entãõ que se observa a serie dos circulos colorificos de Newton: e



tambem dá a luz incidente branca uma polarização fixa no plano de incidencia, analoga á que hé produzida por uma lamina grossa de cristal. A primeira destas polarizaçoens hé só perceptivel em certas posiçoens, quando a chapa metallica hé brunida por meio de fricção: e eis aqui o motivo por que não foi observada por Brewster; como ella porem hé assaz evidente quando a chapa hé brunida por meio do martello, Biot por conseguinte a poudé perceber.

3. Há muito que Biot mostrou, que quando a luz atravessa certos cristaes, a força repulsiva que produz a polarização extraordinaria opera com maior intensão nas moleculas violaceas do que nas azues, maior nas azues do que nas verdes, e assim em proporção, vindo a operar com a menor intensão no raio vermelho. A illação natural que daqui se segue hé, que a refração extraordinaria opera do mesmo modo nas moleculas da luz, visto ella estar tão intimamente ligada com a polarização. Em uma Memoria publicada nos Annaes de Chimica de Junho do anno passado (Vol. XLIV. p. 281) Biot mostrou que esta lei se verificava tanto no cristal da Icelandia, como em todos os cristaes em geral.

Passaremos agora a fazer uma breve exposição das descobertas que sobre esta mesma sciencia o Dr. Brewster publicou no anno de 1815.

1. Elle achou que as lagrimas de vidro (as quaes se fazem lancando n'agua vidro derretido, e vulgarmente são chamadas *Prince Rupert's drops*,) tem a propriedade de depolarizar a luz, taõbem como os corpos cristallizados. Elle observou que estas lagrimas de vidro tem intersecçoens analogas ás dos corpos cristallizados: sendo ellas bem aquecidas, e esfriadas vagarosamente, perdem a virtude de depolarizar; donde claro está, que o calor produz no vidro uma textura cristallina, e que se este hé rapidamente esfriado conserva esta textura.

2. O Dr Brewster descobrio, que as substancias seguintes possuem a propriedade de depolarizar a luz; e que tem por tanto uma textura semelhante á dos cristaes:—



- Goma-arabica  
 Goma da cerejeira  
 Catechu  
 Cera branca  
 Mistura de resina e cera  
 branca  
 Cela da abelha  
 Manná  
 Camphora  
 Balsamo de Tolu  
 Uma mui delgada mem-  
 brana achada na raiz da  
 Calla Ethiopica  
 Febras de linho, canhamo,  
 e algudaõ  
 Uma folha d'alga delgada  
 branca, e semi-transpa-  
 rente  
 Adipocere da fibra mus-  
 cular  
 Do. do cemiterio dos in-  
 nocentes em Paris  
 Do. de calculos biliarios  
 Acidos benzoico e oxalico  
 Spermaceti  
 Folha de oiro  
 Sabaõ transparente, e or-  
 dinario  
 Cabello humano  
 Pelos de uma porca  
 Fibras de seda, e de lãa  
 Tripa do bicho da seda, e  
 de carneiro  
 Cuticula humana  
 Pergaminho  
 Excrecencia cornea no pé  
 humano  
 Membrana transparente  
 nas juntas das pernas do  
 caranguejo  
 Unha humana  
 Uma penna, e a delgada  
 membrana que forra a  
 sua parte interior  
 Um sternon cartilaginoso  
 de um frango  
 Cartilagem transparente  
 do hombro de um car-  
 neiro  
 A extremidade transpa-  
 rente das pennas  
 Pennugem de pato e da  
 abestruz  
 Espinhas chatas de um  
 bacalhau  
 Espinhas cylindricas de um  
 peixe  
 Marfim  
 Barba de balea  
 Corno  
 Madreperola  
 Bexiga de uma vaca  
 Cornea humana  
 Cornea de uma vaca  
 Da. de um peixe  
 Cola  
 Ichthyocolla dura  
 Acetato de chumbo  
 Vidro de borax  
 Ambar  
 Gum-animé  
 Enxofre  
 Oleo de maça  
 Cebo  
 Concha da tartaruga  
 Vidro aquecido  
*Prince Rupert's drops*  
 A extremidade semi-trans-  
 parente das pernas de  
 um caranguejo  
 Uma membrana tubular  
 do corpo de um caran-  
 guejo



O Dr. Brewster achou que as seguintes substancias não tinham a propriedade de depolarizar a luz :—

Lamina de ouro	Fevra da pinna marina
Alguns cristaes de diamante	Aza da meloe vesicatoria, ou cantharida
Sal commum	Pellicula tirada da erva dente de leão
Spato fluorico	Da. de uma cebola
Spinell	Da. da folha do saiaõ Americano
Sal ammoniaco	Tolha da hydrangea
Sal rupellensis, ou soda tartarisata	Spatha de um lilio
Nitrato de chumbo	Pellicula de gomma arabica
Tunica sclerotica de um peixe	Resina
Lente cristallina de um peixe	Copal
Da. de uma vaca	Fragmentos delgados de <i>gomme animé</i>
Capsula da lente de um peixe	Galbano
Ambar gris derretido e esfriado	Goma do Zimbro
Membrana de hydatis	Balsamo de Canada inducido
Da. que forra as costellas de um cordeiro	Pellicula do talo da açucena
Da. do tallo do rheubarbo	Delgadas lascas de uma obrea
Da. que cobre a concha do <i>solenensis</i> , uma especie de lingueiraõ.	Pappus do dente de leão
Resina da bila derretida e esfriada	A pellicula que forra a casca de um ovo
Gelée dos pés de vitella	Casca de uma uva secca
Pelle de gallinha	Phosphoro
Casca tirada do corpo de uma abelha	Pelle de uma criança de onze mezes de idade
Pelo de uma abelha	Pelle de uma criança settemesinha
Aza de uma abelha	Pelle de um arenque
Aza de um escaravelho	Mastique
Aza de uma mosca	Pez de borgonha.

O Dr. Brewster tem mostrado, que os modos como os corpos depolarizaõ a luz, se podem reduzir á sette, a saber :—



1. Quando o cristal tem eixos neutros, e forma duas imagens que podem ser perceptíveis; como no spato calcareo, topazio, &c. &c.

2. Quando o cristal possui eixos neutros, e apresenta unicamente uma imagem; como no cabelo, e varias pelliculas transparentes.

3. Quando o cristal não tem eixos neutros, porem depolariza a luz em todas as posições, como na goma arabica, catechu, e concha de tartaruga.

4. Quando há uma approximação do eixo neutro, como na folha de oiro, &c.

5. Quando o cristal depolariza, ou restaura só uma parte da imagem polarizada, como na pellicula extrahida da alga, e do caranguejo.

6. Quando o cristal depolariza sectores luminosos de luz nebulosa, como no oleo de maça.

7. Quando o cristal restaura a imagem depois de desaparecida, porem a deixa desaparecer outra vez, como durante a revolução do spato calcareo.

O nosso autor propoem uma theoria destas diferentes especies de depolarização, e as reduz todas á primeira especie.

3. O Dr. Brewster descobrio, que se a geléa de pés de vitella, ou ichthyocolla coagulada são comprimidas, adquirem a propriedade de depolarizar a luz, e de novo a perdem, quando se remove a compressão: experiencia esta que parece provar, que estes corpos com a compressão adquirem uma textura cristallizada.

4. O Dr. Brewster descobrio por meio de muitas observações que o *index de refração* hé a *tangente de polarização*. Na Memoria, em que prova a existencia desta lei, elle expoem mui circunstanciadamente as leis de depolarização da luz quando hé reflectida das primeiras superficies de corpos transparentes; não podemos porem fazer extractos desta sua memoria, sem entrar em minucias incompatíveis com a natureza desta resumida exposição.

5. Algumas amostras de spato calcareo tem a propriedade de multiplicar imagens, e de apresentar uma mui linda serie de cores. O Professor Robinson de Edinburgh foi o primeiro que descobrio este facto, e o communicou á Mr. Benjamin Martin. Estas amostras foraõ examinadas por Martin, Brougham, e Malus,



os quaes attribuirão este phenomeno á fendas que existião nos cristaes. O Dr. Brewster tem pelo contrario mostrado, que as fendas não são sufficientes para produzir este effeito, mas sim que este hé devido á materia calcarea cristallizada que existe na fenda; e conseguio imitar estas mesmas amostas pondo uma pequena porção de sulphato de cal entre dois prismas de spato calcareo. As cores são produzidas pela transmissão da luz polarizada a travez da materia cristallizada interposta.

6. Quando um corpo luminoso hé visto por entre duas laminas paralelas de igual grossura, as quaes estejam distantes uma da outra quasi a decima parte de uma polegada; se em tal caso algum tanto inclinar-mos um dos vidros, até que a imagem reflectida do corpo luminoso fique distinctamente separada da brilhante imagem formada pela luz transmittida; e venha a ferir o olho situado atraz das laminas; observa-se então a imagem atravessada de quinze franjas paralelas de cores mui lindas. As tres franjas centraes constaõ de listras algum tanto pretas e brancas; e as exteriores são de um vermelho brilhante, e verde. Estas franjas são formadas pela acção simultanea das quatro superficies reflexivas do vidro, por quanto ellas são destruidas quando uma destas superficies hé coberta com um pouco de balsemo de Canada, o qual interrompe a sua acção. A direcção destas franjas hé sempre paralela á secção commum das quatro superficies reflexivas, as quaes operão sobre a luz incidente. A sua largura está na razão inversa da inclinação das laminas. A sua grandeza está tambem na razão inversa da grossura das laminas: e em geral a grandeza das franjas está na razão inversa tanto da grossura das laminas, como do seo angulo de inclinação. O Dr. Brewster assenta, que estas franjas se podem explicar pela theoria de Newton relativa á *Facil Reflexão e Transmissão da Luz*.

M. Knox publicou no ultimo volume das Transacções Philosophicas algumas curiosas observações sobre as cores produzidas por delgadas laminas de vidro, postas uma sobre outra; ou por uma lente convexa posta sobre uma superficie plana de vidro. Elle unicamente descreve os phenomenos que observára,



sem tentar explica-los. Estes constavaõ de certas series de franjas colorificas; e eraõ tangentes áos circulos colorificos primarios de Sir Isaac Newton; ou, quando se produziaõ duas series de cores primarias, consistiaõ em circulos que passavaõ por entre os pontos em que estas series primarias se crusavaõ: seria porem inutil descreve-los, por isso que seriaõ pouco ou nada intelligiveis sem estampas.

(Continuar-se-ha.)

---

## POLITICA.

---

### NAPOLLES.

---

*Regulamentos sobre o Commercio externo do Reino.*

*O Director das Taxas indirectas á S. E. o Secretario das Finanças.*

HAVENDO S. M. ordenado que, aos navios Inglezes, Hespanhoes e Francezes, no que toca a vezita, sejaõ concedidas as mesmas exempçoens, de toda a qualidade, que gozavaõ antes da occupação militar, segundo o sistema entaõ adoptado, só com a limitação que deste privilegio fossem excluidos os navios Maltezes, e das Ilhas Ionicas, e todos os outros vazos cobertos com bandeiras das ditas tres potencias; e finalmente que as leis maritimas sejaõ exactamente observadas sobre a qualidade das tripulaçoens: em ordem a pôr em execução as determinações Regias, hei julgado do meo dever, lavrar as seguintes regulamentos, que rogo á V. E. queira apresentar para receberem a sancção de S. M.

Art. 1. Os navios Inglezes, Hespanhoes e Francezes deveraõ trazer os despachos dos portos perten-



centes aos seus respectivos Soberanos. Os vãos Hespanhoes e Francezes deverão trazer capitão e dous terços da tripulação, todos vassallos dos suas respectivas nações; e os vãos Ingleses deverão estar prontos para apresentar o seu registo.

2. Os navios acima especificados estarão livres da vezita dos officiaes de alfandega, assim na sua chegada como na sahida; porem haõ de ser cuidadosamente vigiados pelas barcas das alfandegas para que não possam descarregar nem tomar a bordo alguma fazenda com intento de defraudar os direitos.

Os outros artigos, 10 em numero, dizem respeito as vezitas dos officiaes de quarentena; ao modo porque há de ser assegurado o pagamento dos direitos depois do desembarque das fazendas; ao comportamento dos donos e consignatarios; a arrumação nos armazens; ao re-embarque, e costeo, &c.

3. Considerando que a situação de Inglaterra e suas dependencias, alem do Mediterraneo, apresenta circumstancias particulares, que excluem toda a idea de fraude, e que aquella nação não deverá ser tractada, respectivamente aos vãos que vem dos lugares de fora do Mediterraneo, e do Continente da Europa, com os mesmos regulamentos como aquelles, sobre que as presentes instrucções geraes são fundadas para as ditas nações, e as outras que gozão do beneficio de bandeira privilegiada:—Tem-se determinado, que o capitão de todo o vao Inglez traga consigo o manifesto de toda a sua carregação, assignado pelas proprias auctoridades do porto donde o navio partir; e que immediatamente a sua chegada o apresente aos officiaes da alfandega. Depois disto, o negociante, á quem as fazendas forem consignadas, deverá apresentar, dentro de tres dias depois da chegada do navio, uma relação circumstanciada dos contheudos no manifesto.

Attendendo comtudo, ás particulares circumstancias de Inglaterra, de estar separada do Continente, será permitido executar immediatamente a declaração circumstanciada (dando segurança de que os documentos ainda não tem chegado), conforme um manifesto assignado pelo capitão: e logo que esteja feita esta declaração, todos os generos, destinados para o reino



de Napoles, poderão descarregar-se na Caza da Alfandega, para se fazer o exame e liquidação na presença dos donos, ou dos seus consignatarios.

---

## REINO DOS PAIZES BAIXOS.

---

### *Convenção entre o Governo Inglez e o dos Paizes Baixos.*

Em nome da Sanctissima e Indivisivel Trindade.

S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. El Rey do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda, desejando promover e confirmar a harmonia e boa intelligencia, que tão felismente subsistem entre os seus Estados, por meio da actual execução daquella parte das estipulações do 1º artigo addicional da Convenção de 13 de Agosto, 1814, que diz:—"Os vassallos de S. M. El Rey dos Paizes Baixos, que possuem terras nas colónias de Demerary, Essequibo, e Berbice, terão liberdade para traficar entre os ditos estabelecimentos e as terras de S. M. Britannica na Europa, debaixo de certas condições:"

Haõ nomeado para seus plenipotenciarios, a saber:—S. M. El Rey dos Paizes Baixos, Henrique, Barão Fagel, Embaxador extraordinario junto da Corte Britannica; e S. M. El Rey do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda, Henrique, Conde Bathurst, um dos seus principaes Secretarios de Estado; os quaes havendo communicado os seus respectivos plenos poderes, que se acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:—

Art. 1. O sobredito trafico será continuado pelo periodo de 5 annos, a começar do 1º de Janeiro de 1816, em vazos, cuja propriedade seja de vassallos de S. M. El Rey dos Paizes Baixos, *naõ obstante o lugar de sua construcção, e sem estipulação alguma ou restricção, quanto aos marinheiros, que os houverem de navegar*: porem assim que expirarem os ditos 5 annos,



ou antes, se S. M. El Rey dos Paizes Baixos o julgar conveniente, o dito traffico será limitado exclusivamente á navios de construcção Hollandeza, e tres quartos da tripulação destes deverão ser vassallos de El Rey dos Paizes Baixos.

2. El Rey dos Paizes Baixos retém o juz de pôr os direitos que bem lhe parecer, sobre a importação dos generos das ditas colonias nos seos Estados Europeos, e *vice versâ*, sobre a exportação; porem os direitos, que houverem de ser impostos nas colonias, deverão ser igualmente applicaveis ao commercio Hollandez e Inglez.

3. Os vassallos de S. M. El Rey dos Paizes Baixos, que forem proprietarios de terras nas ditas colonias, gozarão plena liberdade de sahirem, e entrarem nellas sem para isso estarem sugeitos a demora ou difficuldade alguma; e poderão tambem nomear pessoas, que em seo nome cuidem nos negocios da sua fazenda, ou tenhaõ inspecção sobre ella; ficando, com tudo, as ditas pessoas, durante a sua estada nas mesmas colonias, sugeitas ás leis e ordenações que lá governarem. Gozarão tambem plena liberdade de dispor dos seos bens, do modo que melhor lhes parecer; bem entendido que em respeito aos pretos, estaraõ sugeitos aos mesmos regulamentos que os vassallos Britannicos.

4. Em ordem a proteger os donos de plantaçoens nas ditas colonias contra as ruinozas consequencias que poderiam seguir-se da immediata execução nas hypothecas, pelas quaes estaõ seguras as dividas dos vassallos de S. M. El Rey dos Paizes Baixos, as Altas Partes Contractantes concordaram tambem em que, toda a vez que o dono de uma plantaçoẽ apresentar a segurança, abaixo mencionada, ao possuidor de uma hypotheca na dita plantaçoẽ, anterior ao 1º de Janeiro de 1814 (sendo o possuidor da hypotheca vassallo d'El Rey dos Paizes Baixos), o possuidor da hypotheca não poderá proceder á immediata execução della: porem, dado caso, que o dono não offereça a tal segurança, o possuidor da hypotheca gozará de todo o direito para proceder na sua execução.

A requerida segurança deve estipular, que o possuidor da hypotheca receberá outra nova (sendo as despesas desta feitas a custa do dono da plantaçoẽ)



pela importancia total da divida incluindo assim a parte da divida original que não estiver satisfeita, como o juro da mesma até o dia 31 de Dezembro de 1814. Tambem a segurança reservará para o possuidor da hypotheca o direito de preferencia a quaesquer outros possuidores de hypothecas, ou credores, a que elle tinha juz pella sua hypotheca original; estipulará um juro annual pela dita soma, a começar do 1º de Janeiro de 1815, e pagavel do mesmo modo que fora prescripto na hypotheca original; e finalmente declarará, que o total da nova divida será pago em oitos periodos annuaes, o primeiro dos quaes terá lugar no 1º de Janeiro de 1820. Esta nova segurança garantirá ao possuidor da hypotheca todos os meios de satisfacção legal, no caso de lhe não ser pago o juro, ou de atrasamento na satisfacção do principal, quando chegar o tempo do seo vencimento; e todos os mais direitos de preferencia e vantagens que lhe competião pela hypotheca já existente; e o porá, em relação a divida pela qual lhe hé offerecida a segurança, na mesma situação original de direito que adquirira á plantação, excepto unicamente no que diz respeito ao tempo em que o pagamento se pode obrigar: e tudo isto de modo que nenhum credor mais moderno obtenha deste arranjo a menor vantagem em prejuizo dos direitos do credor original, nem se possa pospor o termo do pagamento alem do que vai aqui fixado, sem especial consentimento do credor.

Tambem fica estipulado que, em ordem ao possuidor da hypotheca ter juz á segurança, de que aqui se trata, será obrigado, logo que ella se fizer e for registada na colonia, e posta nas mãos d'elle possuidor da hypotheca, ou do seo agente na colonia, (de cujo registo devereão ser as despesas por conta do dono da plantação) a entregar o primeiro instrumento de hypotheca que tinha para ser invalidado; ou a dar prova legal, de que o dito instrumento de hypotheca, ou segurança de divida, fôra invalidado em devida forma, e de que já não tem valor ou effeito algum.

E fica, outro sim, expressamente determinado, que a excepção das providencias, especificadas neste artigo, os direitos dos possuidores de hypothecas, ou credores permaneceraõ em toda a sua força.



5. Todos os proprietarios, reconhecidos por taes em virtude da presente convenção, serão competentes para suprir, dos Paizes Baixos, as suas plantações de tudo aquillo que precisarem, segundo o seu costume: e da mesma forma exportar, para os Paizes Baixos o producto das ditas plantações; porem toda a outra importação de generos dos Paizes Baixos para as colonias, ou exportação de producto das colonias para os Paizes Baixos, são extrictamente prohibidas: e fica tambem determinado, que para as colonias se não possa exportar dos Paizes Baixos cousa alguma que dos Estados Britannicos seja prohibido para la exportar.

6. Por proprietarios Hollandezes, deverão entender-se: 1. Todos os vassallos de S. M. El Rey dos Paizes Baixos, que rezidem nos seus Estados da Europa, e que actualmente são proprietarios de terras nas sobre-ditas colonias. 2. Todos os vassallos de S. M. que pelo tempo a diante entrarem de posse das ditas plantações, actualmente pertencentes a proprietarios Hollandezes. 3. Todos aquelles proprietarios, que ao presente rezidem nas ditas colonias; que nasceram nos Paizes Baixos, e que na conformidade do Art. 8 desta Convenção, declararem que dezejaõ ser para o futuro considerados como proprietarios Hollandezes. 4. Todos os vassallos d'El Rey dos Paizes Baixos, que forem possuidores de hypothecas ou plantações nas ditas colonias, anteriormente a data da ratificação desta Convenção: e que em consequencia da sua escriptura de hypotheca possuem o direito de exportar o producto das ditas plantações para os Paizes Baixos, com a restricção declarada no art. 9

7. Em todos os cazos, em que o direito de fornecer o necessario para as plantações hypothecadas, e o direito de exportar a producção das mesmas para os Paizes Baixos, não estiverem actualmente assegurados aos possuidores de hypothecas, poderaõ estes somente exportar das colonias a quantidade de producções, que, avaliadas segundo o preço corrente do mercado da colonia, forem sufficientes para pagar a soma de juro ou capital que se lhes dever; e da mesma sorte, introduzir na colonia os generos necessarios na mesma proporção.

8. Todos os proprietarios, vassallos de S. M. El Rey



dos Paizes Baixos, e actualmente rezidentes nas colonias, para terem direito aos beneficios desta Convenção, são obrigados a declarar, dentro de tres mezes da sua publicação nas ditas colonias, se para o futuro querem ser considerados como taes.

9. Quando vassallos Holandezes e Inglezes tiverem por hypotheca uma mesma plantação nas ditas colonias, o total da producção será consignado aos differentes possuidores da hypotheca, na proporção da quantia da divida, a cada um delles respectivamente.

10. Para que as disposições da presente Convenção sejam mais prontamente executadas e conservadas em effeito, fica determinado, que todos os annos, por ordem d'El Rey dos Paizes Baixos, se façam listas correctas e especificas, contendo os nomes e lugares de residencia dos proprietarios, habitantes dos Paizes Baixos, juntamente com os nomes e descripção das plantações, pertencentes á cada um delles; se as ditas plantações são de assucar, ou de outra cousa; e se os donos o são do todo, ou só de parte das plantações. E se farão tambem listas das hypothecas de plantações que estiverem em poder de Holandezes, especificando a importancia da divida ou hypotheca, no estado em que a presente se acha, ou como deve ser paga em virtude do art. 4. Estas listas serão dadas ao governo Britannico, e enviadas para as sobreditas colonias, para que juntamente com as listas dos proprietarios Holandezes rezidentes nas ditas colonias, possam servir para se conhecer a totalidade da população Holandesa, e da sua propriedade ou rendas nas ditas colonias.

11. Havendo S. M. El Rey dos Paizes Baixos, e S. M. Britannica considerado, que os negociantes Holandezes, e interessados, conhecidos pelo nome de *Societeit von de Berbice*, tem justas pertençaes á plantações em outro tempo roteadas por elles na colonia de Berbice, e das quaes foram despojados pelo governo revolucionario da Hollanda, e que pela ultima occupação das ditas colonias pelas armas Britannicas foram considerados como propriedade do governo; obriga-se por tanto, S. M. Britannica a restituir a dita companhia de Berbice, dentro do periodo de 6 mezes, a datar da troca das ratificações da presente Convenção, as plantações *Dageraad*, *Dankbaarheid*, *Johanna*, e *Sandvoert*,



com seos negros, e mais pertencas actualmente dellas, e isto em plena satisfacção de todas as reclamaçoens que a dita Companhia tiver, ou pertender, sobre S. M. Britannica, ou seos vassallos, a respeito de alguma propriedade que em outro tempo pertencesse a dita Companhia na colonia de Berbice.

12. Todas as questões que se excitarem entre pessoas particulares sobre direitos de propriedade, quaes estão determinados pela presente Convenção, serão decididos pelos competentes Tribunaes, segundo as leis estabelecidas nas ditas colonias.

13. S. M. Britannica obriga-se a proceder com a maior equidade e imparcialidade em todos os cazos em que se envolverem direitos ou interesses de proprietarios Hollelandezes.

14. As duas Partes Contractantes reservão para si o poder de fazerem para o futuro na presente Convenção aquellas modificaçoens que a experiencia mostrar serem convenientes para os interesses de ambas as Potencias.

15. Finalmente fica concordado que as estipulaçoens desta Convenção tenham vigor desde o dia da troca das ratificaçoens.

16. A presente Convenção será ratificada, e as ratificaçoens trocadas em Londres dentro de tres semanas depois da sua assignatura, ou antes, se poder ser.

Em testemunho do que, os respectivos Plenipotenciarios, a assignaram, e lhe pozeram os sellos das suas armas.

Feita em Londres, aos 12 de Agosto do anno de nosso Senhor, 1815.

(L. S.)

H. FAGEL.

A presente Convenção foi ratificada aos 23 de Agosto de 1815 por El Rey dos Paizes Baixos, aos 28 de Setembro do mesmo anno por S. M. Britannica.

### *Discusçoens entre a Baviera e a Austria.*

Bamberg, 21 de Janeiro, 1816.

A attenção publica está agora toda voltada para as negociaçoens entre a Baviera e a Austria. Conforme as ultimas noticias de Munich, o Conde de Monteglas,



primeiro Ministro da Baviera, transmittio ao Field Marechal Barão de Vacquant, Ministro Austriaco na Baviera uma mui importante Nota, que immediatamente foi remetida para Milão. Diz-se que nesta Nota, que foi apresentada como o *Ultimatum* da Baviera, esta Potencia já se não oppoem a troca do Innviertel e do principado de Schwarsbourg, mas debaixo da condição expressa que os territorios Austriacos, na margem esquerda do Rheno, que devem ceder-se a Baviera, servirão para novas trocas que ella intenta fazer com o Wertemberg, e Gram Ducado de Baden. Disto resultaria que a Baviera não viria a possuir couza nenhuma na margem esquerda do Rheno, quando cedesse toda a margem direita do Inn. Alem disto, a Baviera pede a Austria 11 milhoens de florins em dinheiro.

Todos estes arranjos territoriaes, sobre que agora disputaõ as duas naçoens, parecem consistir, segundo noticias anteriores da Baviera com data de 16 de Janeiro, na restituição de todo o Tirol, Vor. Alberg, o Innviertel, Hansruch, Viertel, e grande parte do Ducado de Salzburg. A Baviera deve receber em troca Wurzburg e Asschaffenburg, consideraveis territorios na margem esquerda do Rheno, incluindo Duas Pontes, Spira, Worms, e differentes povoaçoens em Fulda, Darmstad, e Baden. Comtudo, nenhuma destas discusçoens parece estar ainda terminada, nem haver mui boa harmonia entre as duas partes litigantes, segundo o artigo do *Observador Germanico*, de que fazem menção as noticias de Frankfort de 25 de Janeiro. Este artigo hé o seguinte:—

“As noticias de Brannau annunciaõ, que dentro de  
“poucos dias os negocios tem tomado naquellas vezin-  
“hanças um aspecto de guerra. As authoridades  
“Bávaras tem ordenado um alistamento geral, e con-  
“forme as expreçoens da Proclamação do Juiz Pro-  
“vincial, Conde de Armansperg, as guardes nacionaes  
“são convidadas a pegar em armas pelo Rey e pela  
“Patria. Este procedimento tem produzido uma con-  
“sternação geral em todas as classes do povo.”



## R U S S I A.

S. Petersburgo, 13 de Janeiro, 1816.

O Manifesto seguinte foi mandado publicar por S. M. I. em dia de Natal:—

Pela graça de Deos, Nós Alexandre I. Imperador e Autocrata de todas as Russias, &c. fazemos saber,—

Que havendo visto pela experiencia, e pelas consequencias desastrosas para todo o mundo, que as relações politicas entre as Potencias da Europa não se tem estabelecido nos verdadeiros principios em que a Sabedoria de Deos, nas suas Revelações, fundou a paz e a prosperidade das nações.

Temos, por consequencia, conjunctamente com suas Magestades, o Imperador d'Austria, Francisco I., e El Rey de Prussia, Frederico Guilherme, formado uma alliança entre nós, (para qual todos as mais Potencias Christans são convidadas) em que reciprocamente nos obrigamos, tanto em relação a nós como a nossos vassallos, a adoptar, como unico meio de conseguir este fim, o principio deduzido das palavras e doutrina de nosso Salvador Jesus Christo, que diz—não vivamos em inimizade e odio porem em paz e amor. Nós esperâmos e implorâmos as bençãos do Altissimo, para que esta sagrada uniaõ seja confirmada por todas as Potencias para seo bem geral; e para que nenhum (aterrado com a uniaõ dos outros) se atreva a separar-se della. Em consequencia disto, ajuntamos aqui uma copia desta uniaõ, ordenando que se publique, e se lêa em todas as Igrejas.

S. Petersbourgo, dia do Nascimento do nosso Salvador, 25 de Dezembro, 1815.

ALEXANDRE.

## TRATADO.

Em nome da Sanctissima e Indivizivel Trindade.

Suas Magestades o Imperador d'Austria, El Rey de Prussia, e o Imperador da Russia, havendo, em consequencia dos grandes successos que tem marcado o periodo dos três ultimos annos na Europa, e especial-



mente das benções que a Providencia divina tem deramado sobre todos os Estados, que nella pozeram a sua confiança e as suas esperanças, adquirido a intima convicção da necessidade de fundar o comportamento futuro das Potencias, no que diz respeito as suas relações reciprocas, sobre as sublimes verdades que ensina a santa religião do nosso Salvador :

Elles solemnemente declaraõ, que o presente Acto não tem outro fim mais do que publicar á face de todo o mundo a sua firme resolução, tanto no que toca á administração dos seos respectivos Estados, como ás suas relações politicas com os outros governos, de tomarem por unica norma e guia os preceitos da santa religião, isto hé, os preceitos da *Justiça, Caridade Christam, e da Paz*, os quaes, mui longe de serem tão somente applicaveis aos negocios particulares, com mais razão ainda devem ter uma influencia immediata nos Concelhos dos Principes, e guiar todos os seos passos, como unicos meios de se consolidarem as instituções humanas, e de se remediarem os seos defeitos.

Em consequencia, Suas Magestades concordaram nos Artigos seguintes :—

Art. 1. Em conformidade das palavras das Santas Escripturas, que ordenaõ que todos os homens se considerem mutuamente como irmãos, os tres Monarcas contractantes se conservaráõ unidos pelos laços de uma verdadeira e indissoluvél fraternidade ; considerando-se como concidadãos, mutuamente se auxiliaráõ em todos os lugares e occasiões ; e reputando-se, relativamente a seos vassallos e exercitos, como paiz de familia, os governaráõ sempre com o mesmo espirito de fraternidade de que estão animados para proteger a religião, a paz, e a justiça.

Art. 2. Portanto, o unico principio que estará sempre em vigor, quer seja no que diz respeito aos sobreditos governos, quer aos seos respectivos vassallos, será—o de cada um fazer reciprocamente todos os bons serviços que poder, e de mostrar por uma inalteravel boa vontade a mutua afeição de que todos devem estar animados, considerando-se tambem todos como membros de uma, e a mesma nação Christam. Os tres Principes alliados, considerando-se como meros delegados da Providencia para governarem tres ramos de



uma mesma familia, isto hé, a Austria, Prussia, e Russia; e confessando que a nação Christam, de que elles e seos povos formão uma parte, não tem na realidade outro Soberano senão aquelle a quem todo o poder pertence, porque n'elle só estão fundados todos os thesouros do amor, da Sciencia, e infinita sabedoria, que hé—Deos, nosso Divino Salvador, a Palavra do Altissimo, e a Palavra da Vida: recommendão por consequencia Suas M. M. ao seo povo, com o mais terno disvello, e como unicos meios de gozar da paz que nasce da boa consciencia, e que só hé duravel, que cada dia mais e mais se fortifique nos principios e exercicio dos deveres que o Divino Salvador tem ensinado aos homens.

Art. 3. Todas as Potencias, que solemneamente quizerem confessar os sagrados principios que dictaram o presente Acto, e conhecerem quaõ importante hé para a felicidade das naçoens, por tanto tempo agitadas, que estas verdades de hoje em diante influaõ sobre os destinos dos homens, serão recebidas com igual ardor e affeição nesta *Sancta Alliança*.

Feito por *triplicata*, e assignado em Paris no anno da graça 1815 (antiga data, 14) aos 26 de Setembro.

(L. S.) FRANCISCO.

(L. S.) FREDERICO GUILHERME.

(L. S.) ALEXANDRE.

Comforme com o original,

ALEXANDRE.

Publicado em St. Petersburgo no dia do Nascimento do nosso Salvador, 25 de Dezembro, 1815.

---

## FRANÇA.

---

*Instrucções sobre a Lei de Amnistia, dadas aos Procuradores Geraes e Ordinarios d'El Rey.*

Senhor Procurador Geral; Eu tenho que dar-vos algumas instrucções a cerca da Lei de Amnistia de 12 de Janeiro.



Em conformidade do artigo 1º da Lei, todos os individuos, que estavaõ prezos em consequencia de accusaçõens por haverem auxiliado directa ou indirectamente a rebelliaõ ou usurpação de Napoleaõ Buonaparte, e contra os quaes não havia sentença nem processo intentado antes da promulgação da Lei, devem ser postos em liberdade, se não estiverem incluídos nas excepções, ou prezos por outros motivos. Por acção legal, intentada contra qualquer individuo, tão somente se devem entender os actos rigorosamente judiciaes; e por consequencia, quando não houver ordem ou mandado expresso de prizaõ, hé sempre applicavel a Amnistia.

Se entre os prezos se acharem individuos, cuja detençaõ tenha sido recommendada pelas auctoridades administrativas, como medida de segurança geral, em execuçaõ da lei de 29 de Outubro, proximo passado, o Procurador d'El Rey se conformará com o assento lançado no livro do Carcereiro, em virtude de um acto judicial, deixando em pleno effeito a recommendação da auctoridade administrativa.

Os Procuradores geraes e ordinarios de S. M. devem ficar entendendo, que os 38 individuos, designados no decreto de 24 de Julho, 1815, e de 27 de Janeiro, 1816, e os individuos, designados como Regicidas, no Art. 7 da lei de 12 de Janeiro, são obrigados a sahir do reino dentro do tempo prescripto; e portanto, procederão contra todos os que se conservarem em França depois de findo aquelle termo.

Os Funcionarios e pessoas empregadas, de que falla o Art. 7, são todas aquellas que tiveram empregos directa ou indirectamente conferidos pelo Usurpador, ou os aceitaram e exerceram em seu nome.

O Art. 1º da Lei hé tambem applicavel a todas os delictos politicos, cometidos entre as epochas do 1º de Março, 1815, e a da volta d'El Rey para a sua capital, quando foi reconhecido em todas as partes do reino.— Aceitai, &c. (Assignado) MARBOIS.

---

*Incomprehensiveis destinos dos homens.*

Sieyes, Gregoire, Garat, Carnot, e Lanjuinais votaram contra o Consulado Vitalicio de Buonaparte, e depois



contra o seu titulo de Imperador. Destes os primeiros quatro são agora banidos de França, por motivo desse mesmo Buonaparte, á cujas empresas ambiciozas sempre se oppozeram; e o ultimo, sujeito aos repetidos e escandalozos insultos de seus colegas, hé tambem ainda um objecto de bem conhecido ciúme para o governo actual.

---

MONITEUR.

*Vicissitudes humanas mais felizes.*

O *Moniteur*, esse Pelourinho de nova especie, como lhe chama M. du Pradt, sobre o qual mandava gravar Buonaparte suas decisoes, e suas sentenças contra os Reis e os Povos, tem sido mais feliz em o novo governo do que os individuos, que no artigo antecedente mencionámos. Para prova da sua boa fortuna, transcreveremos a noticia seguinte, que elle mesmo publicou:—

“ *Noticia.*

“ Em virtude de uma decisão de S. M., fundada no  
“ Relatorio de S. E. o Guarda Sellos, Ministro Secre-  
“ tario de Estado, a *Gazeta Official* deixará de pub-  
“ licar-se desde a data do 1º de Fevereiro, 1816.

“ Desde aquelle dia o *Moniteur* constará de duas  
“ partes—uma *official*, e outra *naõ-official*, separadas  
“ ambas por dois bem distinctos titulos typographicos.”  
—(*Moniteur.*)

---

POZZO DI BORGHO.

*Carta de Sir Roberto Wilson.*

Prizaõ de la Force, 23 de Janeiro, 1816.

“ Querido Senhor; Sou informado de que um papel, interceptado no momento em que me vinha ser entregue, tem sido considerado como o manuscripto original de uma Exposição attribuida a vossa pessoa; e alem disto, que sou accusado ou de ser o seu auctor, ou de haver entrado na sua fabricação.



“ Eu desprezo uma tal imputação, porem pelo respeito que tenho ao Imperador, e pela consideração que me deve a vossa pessoa, eu declaro debaixo da minha honra,—que aquelle papel interceptado era uma copia que eu nunca li, ainda que a pedi emprestada; e alem disto, que nunca ouvi ser-vos aquella Exposição attribuida até o momento em que me foi lida por alguns dos meos amigos, e de la se tiraram extractos para se mandarem para Inglaterra, por pessoas, que sendo necessario, declararão este mesmo facto em Parlamento.

“ Rogo-vos pois queiraes desmentir a calumnia por esta minha declaração.

“ Sou vosso, &c.

“ ROBERTO WILSON.”

“ A S. E. o Conde Pozzo di Borgho.”

“ Pede-se que esta Carta seja publicada nas gazetas Inglezas, não havendo inconveniente, para com ella se refutarem as muitas calumnias que o *Courier* tem publicado contra Sir R. W.

“ R. W.”

“ *Prizaõ de la Force, 20 de Janeiro, 1816.*”

*Individuos excluidos d'Amnistia, e banidos de França—  
Noticias de Paris de 30 de Janeiro, e 3 de Fevereiro,  
1816.*

Carnot, antes de partir para a Russia, vendeo todos os seus bens, que montaram a soma enorme de 50,000 francos!!! (vinte mil cruzados.) Carnot, em razão de economia, sahio de Paris em um *cabriolet*, puxado por um só cavallo que elle comprou para hir com menos despeza até Varsovia. Quando ali chegou foi graciosamente recebido pelo Imperador Alexandre, que só então lhe deo a Patente de Tenente General de Artilharia no serviço Russiano. Carnot não hé o unico Convencionalista empregado pelo Imperador Alexandre: M. Fery, outro Membro da Convenção, que votou de morte contra Luis XVI. e que era Director da Escola de Artilharia em Metz partio tambem



para a Russia para ali ser empregado. Diz-se que Cambaceres já está naturalizado pelo Imperador Alexandre.

O Marechal Soult recebeo igualmente, se conta, um convite para entrar no serviço do Governo Russo, o qual tem feito as mesmas offertas á outros muitos militares distinctos, assim como aos primeiros sabios de França. Lacepede, o naturalista, e Chaptal, o chimico, e ex-Ministro do Interior, não aceitaram o convite, e estão-se preparando para hir para os Estados Unidos d'America. Affirma-se, que outros *literati* seguirão este mesmo caminho.

---

*Artistas Francezes, destinados para o Brazil.*

Quando as nossas Gazetas nos fallão dos chefes d'obra, tirados do Museum, conçolaõ-nos com dizer, que ainda nos restaõ os nossos Artistas, e que na Exposição do anno seguinte apresentarão ao publico novos primores das artes. Mas nem esse mesmo recurso já parece que nos fica; porque muitos artistas estão para se embarcar para o Brazil. O *Embaxador Portuguez* lhes tem prometido, segundo se affirma, em nome de seo Soberano, bons salarios, as despezas da viagem, e até propriedades de terras no Brazil. Vinte já são os que tem aceitado o convite. O Principe Regente parece que intenta fundar ali uma *Academia das Artes*. (The Literary Panorama, February, 1816.)

---

HESPANHIA.

---

(*Morning Chronicle*, 12 de Fevereiro, 1816.)

Sabemos por cartas de Madrid, com data de 24 de Janeiro, que D. Pedro Cevallos, aquella alfaia movel do Monarca Hespanhol, fôra inesperadamente deposto do seo emprego de Ministro dos Negocios Estrangeiros, e desterrado para Santander. D. Luis Salazar



foi ao mesmo tempo, dimitido da Secretaria da Marinha, D. Joze Ibarra, da Secretaria das Finanças, e D. Thomas Lozano da de Graça e Justiça, nomes, que hé bem advertir, não tem em Hespanha a mesma significação que em Inglaterra. Todos os ex-Ministros, tiverão ordem, na forma do costume, de sahirem da Corte. Os seos successores são:—D. Vicente Torres Lozano, para os Negocios Estrangeiros; O Bispo de Mechoacan, para a Graça e Justiça; D. Joze Vasques Figueroa, para a Marinha; e D. Manoel Lopes Arranjo, para as Finanças. Mas apenas os novos Ministros haviaõ tomado posse das suas Secretarias, D. Pedro Cevallos, que passava por alfaia movel do Monarca deo a conhecer, que pelo menos era um dos trastes fixos da presente Caza Real. No dia 27 de Janeiro appareceo uma gazeta extraordinaria, em que haviaõ cinco cartas officiaes derigidas por S. M. a D. Pedro. Na primeira informa El Rey o seo fiel Ministro, que duvidando ainda da veracidade dos motivos que o induziraõ a tirar-lhe o posto dos Negocios Estrangeiros, e estando ao mesmo tempo muito satisfeito com o zelo, punctualidade, e affeição com que D. Pedro o servio, e a o estado em circumstancias mui criticas, havia determinado restitui-lo ao seo emprego, do qual lhe ordenava fosse immediatamente tomar posse. No segundo dos ditos papeis officiaes El Rey Fernando se exprime da maneira seguinte:—

“O primeiro dever de um Soberano hé extinguir todos os receios, e tranquillizar os espiritos dos seos vassallos. Quando estes são julgados pelos tribunaes, estabelecidos pela Lei, vivem entaõ socegados debaixo da sua protecção, mas quando são processados por Commissoens, nem a minha consciencia fica livre de escrupulo, nem elles podem confiar na administração da justiça, sem o que não há segurança social. Para prevenir tamanho mal, hé minha vontade que se annullem todas as Commissoens instituidas para as cauzas criminaes, as quaes desde hoje em diante serão processadas nos tribunaes competentes, aonde os accusadores apparecerão publicamente, e ali ou mostrarão que são estimulados pelo bem da patria, ou receberão o castigo da lei.” Depois passa a dizer:—“Em quanto estive auzente de Hespanha dois partidos se



levantaram, chamados *Servis*, e *Liberaes*. A des-união, que há entre elles, espalhou-se na maior parte dos meos dominios, e sendo um dos meos primeiros deveres, como pay do meo povo, acabar com esta des-união, hé minha vontade Real, que de hoje em diante os acusadores fação as suas denuncias per ante os meos Tribunaes de Justiça com todas as formas e responsabilidade, prescriptas pela Lei; que as palavras—*Servis*, e *Liberaes* fiquem para sempre banidas do uso commum; e que dentro de seis mezes, todas as cauzas, originadas por esta differença de partidos, se concluam segundo as regras da Lei, e a mais estricta administração de justiça.”—Assignado *Yo El Rey*, e datado do Palacio, Janeiro, 1816. A. D. Pedro Cevallos.

“No terceiro papel official confere El Rey Fernando á Ibarra, o ex-Ministro das Finanças, o lugar de Concelheiro de Estado, e confirma a nomeação de Arranjo para seo successor.

“No quarto dá á Moyano o titulo e ordenado de Concelheiro de Estado sem exercicio, e confia *pro interim* a administração da Graça e da Justiça a Cevallos.

“Pelo quinto nomea Figueroa para a Secretaria da Marinha, e recompensa o ex-Ministro Salazar com o titulo e ordenado de Concelheiro de Estado, do mesmo modo que Moyano.”

## PORTUGAL.

### *Exportação de Vinho do Douro no anno de 1815.*

	Pipas.
<i>Para</i> Inglaterra .....	31,641 $\frac{3}{4}$
Gibraltar .....	32 $\frac{3}{4}$
Terra Nova .....	70 $\frac{1}{2}$
Hamburgo .....	376 $\frac{1}{2}$
Russia .....	480
Hollanda .....	61 $\frac{1}{4}$
França .....	51 $\frac{3}{4}$
America do Norte .....	176
Elseigneur .....	60



Stetin .....	Pipas, 2
Suecia .....	20
Cadiz .....	60
Portos do Mediterraneo.....	$24\frac{1}{2}$
Galiza .....	$\frac{1}{4}$
Para uso das Fragatas .....	$18\frac{1}{2}$
Soma total .....	<u><math>33,075\frac{3}{4}</math></u>

## REINO DO BRAZIL.

### RIO DE JANEIRO.

Dom João por Graça de Deos, Principe Regente de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'álem mar, em Africa de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c.— Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem, que tendo constantemente em Meu Real Animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados, que a Providencia Divina confiou ao Meu Soberano Regimen: E dando ao mesmo tempo a importancia devida á vastidão e localidade dos meus dominios da America, á copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contem: E outrosim reconhecendo quanto seja vantajosa aos meos fieis vassallos em geral uma perfeita uniaõ e identidade entre os meos Reinos de Portugal e dos Algarves, e os meos dominios do Brazil; erigindo estes áquella graduacão e cathegoria politica, que pelos sobreditos predicaos lhes deve competir; e na qual os ditos meos dominios já foraõ considerados pelos Plenipotenciarios das Potencias, que formáraõ o Congresso de Vienna; assim no Tratado de Alliança concluido aos oito de Abril do corrente anno, como no Tratado Final do mesmo Congresso: Sou por tanto servido, e Me Praz ordenar o seguinte:—



I. Que desde a publicação desta Carta de Lei o Estado do Brazil seja elevado á dignidade, pre-eminencia e denominação de “REINO DO BRAZIL.”

II. Que os Meus Reinos de Portugal, Algarves e Brazil formem d’ora em diante um só e unico Reino debaixo do titulo de “REINO-UNIDO DE PORTUGAL, E DO BRAZIL, E ALGARVES.”

III. Que aos titulos inherentes á Coroa de Portugal, e de que até agora Hei feito uso, se substitua em todos os Diplomas, Cartas de Leis, Alvarás, Provisóens, e Actos Publicos o novo Titulo de “PRINCEPE REGENTE DO REINO-UNIDO DE PORTUGAL, E DO BRAZIL, E ALGARVES d’aquem e d’alem mar, em Africa de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da Índia, &c.” E esta se cumprirá como nella se contem. Pelo que Mando a uma e outra Meza do Dezembargo do Paço e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meo Real Erario; Regedores das Cazas da Supplicação; Conselhos da Minha Real Fazenda, e mais Tribunaes do Reino-Unido; Governadores das Relações do Porto, Bahia, e Maranhão; Governadores e Capitaens Generaes, e mais Governadores do Brazil, e dos Meus Dominios Ultramarinos; e a todos os Ministros de Justiça e mais pessoas a quem pertencer o conhecimento e execução desta Carta de Lei, que a cumprão e guardem, e fação inteiramente cumprir e guardar como nella se contem não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos ou Ordens em contrario, por que todos e todas Hei por derogadas para este effeito somente, como se dellas fizesse expressa e individual menção, ficando aliás sempre em seu vigor. E ao Doutor Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do meo Conselho, Dezembargador do Paço, e Chanceller Mor do Brazil, Mando que a faça publicar na Chancellaria, e que della se remettaõ copias á todos os Tribunaes, Cabeças de Comarca, e Villas deste Reino do Brazil; publicando-se igualmente na Chancellaria Mor do Reino de Portugal; remettendo-se tambem as referidas copias ás estações competentes; registando-se em todos os lugares onde se costumão registrar semelhantes Cartas; e guardando-se o Original no Real Archivo, onde se guardaõ as Minhas Leis, Alvaras,



Regimentos, Cartas, e Ordens deste Reino do Brazil.  
—Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos dezeseis de  
Dezembro de mil oitocentos e quinze.

O PRINCIPE, com Guarda,  
Marques de AGUIAR.

Carta de Lei, pela qual Vossa Alteza Real há por  
bem elevar este Estado do Brazil á graduacão, e cathe-  
goria de Reino, e uni-lo aos Seus Reinos de Portugal  
e dos Algarves de maneira que formem um só Corpo  
Politico debaixo do titulo de “REINO-UNIDO DE  
PORTUGAL, E DO BRAZIL, E ALGARVES:” tudo na  
forma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver

MANOEL RODRIGUES GAMEIRO PESSOA a fez.

Registada nesta Secretaria de Estado dos Negocios  
do Brazil no Liv. II. de Leis, Alvarás, e Cartas Regias  
a fol. sessenta e nove. Rio de Janeiro em dezeseis de  
Dezembro de mil oitocentos e quinze.

MANOEL RODRIGUES GAMEIRO PESSOA.

THOMAS ANTONIO DE VILLANOVA PORTUGAL.

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria  
Mor do Reino do Brazil. Rio de Janeiro dezeseis de  
Dezembro de mil oitocentos e quinze.

JOZE MARIA RAPOSO DE ANDRADE E SOUZA.

Registada na Chancellaria Mor do Reino do Brazil  
a fol. trinta e seis do Liv. II. das Leis, Alvarás, e  
Cartas Regias. Rio de Janeiro dezeseis de Dexembro  
de mil oitocentos e quinze.

JOZE LEOCADIO DO VALLE.

*Despachos mais notaveis, publicados na Corte do Rio de  
Janeiro no Faustissimo dia 17 de Dezembro de 1815,  
Anniversario de S. M. a Rainha Nossa Senhora.*

O Principal Gomes Freire de Andrade—Patriarcha  
de Lisboa.



*Titulos.*

Antonio de Araujo de Azevedo, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos—Conde da Barca.

O Visconde de Barbacena, Luis Antonio Furtado de Castro, do Rio de Mendonça—Conde do mesmo Titulo.

D. Maria Luiza de Sá Pereira de Menezes—a Mercê do Titulo de Condessa da Anadia, e dos Bens da Coroa e Ordens que possuio o fallecido Conde deste Titulo, João Rodriguez de Sá e Mello, e que tendo já sido concedida á seo Pai o Visconde de Alverca, não teve effeito; e a do Titulo de Viscondessa de Alverca com os Bens de Coroa e Ordens que possuio seo Pai, em verificação da Vida que tem com dispensa da Lei Mental.

O Tenente General, Antonio de Lemos Pereira de Lacerda—Visconde de Jerumenha.

Ignacio Xavier de Lemos Castello Branco—Visconde do Real Agrado.

Francisco de Paula Vieira da Silva de Tovar, Senhor de Molellos—Barão de Molellos.

---

B A H I A.

---

*Extracto de uma Carta com data de 7 de Novembro, 1815.*

Tambem aqui chegou um Brigue Portuguez da Costa da Mina com a noticia dos Inglezes terem la tomado mais 3 embarçaõens de escravos, e metido á fundo o Brigue “Leal Portuguez,” o qual, dizem, que se bateo com uma chalupa de guerra até a ultima.

Manoel da Silva Cunha está aqui armando o Brigue “Temerario,” (que hé muito bom de vela) para lá, o qual leva 20 peças, e couza de 60 homens abordo com um bom Capitão; e este vai resolutto a não se deixar tomar impunemente se acazo os Inglezes tentarem isso; e como elle hé um homem bem conhecido ja pela Praça, todos esperaõ muito nelle.



*Noticias do Brazil, publicadas nas Gazetas Inglezas.**(Morning Chronicle, 17 de Fevereiro, 1816.)*

“Pelo ultimo paquete recebemos cartas do Brazil com data de 23 de Dezembro, de que dâmos os extrac-tos seguintes:—O Principe Regente elevou, há poucos dias, estes dominios ao titulo de Reino, e já começou a intitular-se—“ Principe Regente do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarve.” Isto, na opiniaõ dos cortezaons, confirma, se mais provas erãõ necessarias, a idea de que a Corte está rezolvida a não sahir do Rio de Janeiro. A fim de dar mais segurança aos limites do Sul, crê-se que as tropas Portuguezas im-mediatemente occuparáõ Monte Video, e toda a mar-gem oriental do rio da Prata. Para este effeito, diz-se, que as tropas chegadas de Lisboa marcharáõ para o Rio Grande, e actual fronteira por aquella parte. O seo numero não hé menos de 5000 homens; e as mili-cias do paiz, assim como o resto das tropas regulares, estão-se preparando para o mesmo serviço. Não se sabe, se estes movimentos se fazem ou não de accordo com o governo Hespanhol; porem hé certo que esta operação não pode por muito tempo demorar-se.

“Entre tanto o General Vigodet, e o Padre Cirilo, os agentes matrimoniaes, rezidem aqui, mal-vistos da Corte, ainda que grandemente festejados pela Prin-ceza Carlota. Como esta missãõ era mui occulta, e havia sido preparada pelo suprimido Ministerio das Indias em Hespanha, sem nenhuma participaçãõ feita pelo Ministerio de Estado, esta circumstancia tem creado sérias difficuldades no gabinete do Brazil; e hé de certo mui duvidozo, se o casamento se fará, apesar de que o contracto matrimonial já está assig-nado com todas as formalidades.”

---

## AMERICAS HESPANHOLAS.

---

As gazetas de Boston, que ultimamente chegaram com noticias até 21 de Janeiro, referem recentes van-



tagens ganhadas pelos Realistas do Mexico sobre os Insurgentes. A parte official deste successo foi publicada na *Sentinella Columbiana* pela maneira seguinte:—

“ *Atango del Rio, 6 de Novembro, 1815.*

“ Senhor; Acabo de receber pelo Coronel D. Manoel de la Coneha a gostosa noticia de que o exercito de Morellos foi ultimamente derrotado perto deste lugar; e que elle e outro dos seos primeiros officiaes, chamado Morales, com toda a sua artilharia, armas, municoens, e um rico despojo ficaram prizioneiros. O numero de mortos e prizioneiros hé muito consideravel: entre os primeiros achão-se os chefes Sessma, Lobats, e muitos outros.

“ Esta glorioza e importante victoria, alcançada por effeito das medidas que eu previamente havia tomado, e pelo valor das tropas que eu tenho a honra de commandar, sua firmeza durante a acção, e constancia em todas as fadigas e perigos, não deixará de ser recompensada, como espero, por S. M. com aquella generosidade, correspondente a tamanho zelo e patriotismo. Eu recomendo mui particularmente a V. E. o distincto merecimento do Tenente Dom Matias Carrasco, que teve a gloria de perseguir, agarrar, e entregar com vida ao seo commandante o monstro Morellos.—Deos guarde por muitos annos a vida de V. E.

(Assignado) EUGENIO DE VILLASANA.

“ A' S. E. o Vice Rey da Nova Hespanha,  
D. Felix Maria de Calleja.”

---

*Tomada de Carthagená pelas tropas Hespanholas de Morillo.*

As gazetas da Jamaica trazem a este respeito a seguinte noticia:—Na manham do dia 6 de Dezembro um official Hespanhol prizioneiro, a quem se havia dado a liberdade chegou de Carthagená ao campo do General Morillo, trazendo a certeza de que os Francezes e tropas de Carthagená haviaõ largado a cidade, sahindo della em 11 escunas em consequencia de verem os habitantes que a resistencia era impossivel por esta-



rem já todos a morrer de fome. Os Fortes de la Popa e S. Lazaro foram abandonados depois de se lhe haverem encravado as peças, e já estão em poder dos Realistas. As escunas com os fugitivos escaparam: houve grande confusão em Carthagena, aonde o povo esteve alguns dias sem ter que comer: o General Morillo está acampado em Torrecilla. Carthagena parece ter sido evacuada de todo no dia 7 de Dezembro.

---

## INGLATERRA.

---

### *Abertura do Parlamento Imperial.*

No dia 1º de Fevereiro se abriu o Parlamento, e o Lord Chancellor, na qualidade de primeiro Commissario, fez a fallá seguinte em nome do Principe Regente:—

“ My Lords e Senhores ;

“ Nós temos ordem de S. A. R. o Principe Regente para vos expressar a seo profundo sentimento pela continuacão da lamentavel indisposicão de S. Magestade.

“ O Principe Regente nos determina o dar-vos a conhecer a grande satisfacção que elle tem de vos convocar em circunstancias, em que já vos pode annunciar o restabelecimento da paz em toda a Europa.

“ Os esplendidos e decisivos successos, obtidos pelas armas de S. M. e de seos Alliados, concorreram, logo no principio da campanha, para o restabelecimento da auctoridade de S. M. Christianissima, na sua capital e dominios; e desde essa epocha os primeiros cuidados de S. A. R. foram de promover os arranjos, que mais adequados lhe pareceram para dar á Europa um permanente repouzo e segurança.

“ Para o ajuste destes arranjos era bem natural esperar que occorressem muitas difficuldades; mas o Principe Regente confia, que a todos será patente, que, por meio de moderação e firmeza, todas ellas se venceram.



“ As nações do continente tem, por duas vezes, devido a sua liberdade á intima união, que tão felizmente subsiste entre as Potencias Alliadas. S. A. R. não duvida do muito que sereis sensíveis á grande importancia de manter em plena força aquella alliança, da qual já tantas vantagens se tem recebido, e que ainda, além disto, dá todas as esperanças de uma paz continuada.

“ O Principe Regente ordenou, que vos fossem apresentadas as copias dos diversos Tratados e Convenções que se tem concluido.

“ A situação extraordinaria, em que se tem visto as Potencias da Europa pelas circumstancias da Revolução Franceza, e mais particularmente ainda pelos successos do anno passado, determinou os Alliados a adoptarem medidas de precaução, que elles consideram indispensavelmente necessarias para a segurança geral.

“ Como S. A. R. entrou em todas estas medidas pela persuasão em que estava da sua justiça e bem fundada politica, tambem mui confiadamente espera, que haveis de co-operar em tudo quanto se julgue necessario para a sua completa execução.

“ Senhores da Caza dos Communs;

“ O Principe Regente ordena que vos sejam apresentadas as estimativas do presente anno.

“ S. A. R. se tem por mui feliz por vos poder informar, de que as manufacturas, commercio, e rendas do Reino Unido estão no estado mais florescente.

“ As grandes couzas, que o habilitastes para executar no anno passado, deraõ-lhe os meios de concluir tão pronta e gloriosamente a contenda em que estavamos empenhados.

“ O Principe Regente lamenta o pezo dos sacrificios que o paiz devia necessariamente fazer para se executarem tão grandes couzas; e S. A. R. nos ordenou de certificar-vos, que podeis contar, pela sua parte, com todas as disposições que possam concorrer para quaesquer medidas de economia, que sejam compatíveis com a segurança do paiz, e com a figura que representâmos na Europa.

“ Mylords e Senhores;

“ As negociações que no fim da ultima sessão do



Parlamento vos annunciou o Principe Regente como mui adiantadas, e que eraõ relativas a um arranjo de commercio entre este paiz e os Estados Unidos d'America, estaõ já felismente concluidas. S. A. R. deo ordem para se vos apresentar uma copia do Tratado que se terminou; e confiadamente suppoem, que as estipulaçoens do dito Tratado seraõ muito vantajozas para os interesses de ambos os paizes, e fortificarão a boa intelligencia que taõ felismente subsiste entre elles.

“ O Principe Regente nos mandou informar-vos, que as hostilidades em que andavamos na Ilha de Ceylaõ, e no continente da India, tiveraõ um successo decisivo.

“ As de Ceylaõ terminaram por um arranjo, emminente honrozo para o character Britannico, e que não pode deixar de augmentar a segurança e prosperidade interna daquella valioza possessaõ.

“ As operaçoens na India produziram um armisticio, que dá todas as esperanças de se poder concluir uma paz vantajosa para os nossos interesses naquella parte do mundo.

“ No fim de uma contenda taõ interessante, como aquella em que depois de tanto tempo temos estado empenhados na Europa, e que tanto tem enobrecido o character, e reputação militar da nação Britannica por feitos superiores a todos os antigos, o Principe Regente não pode deixar de confessar, que, depois da Providencia, elle deve todo o bom successo dos seos trabalhos á sabedoria e firmeza do Parlamento, e a perseverança e espirito publico do povo de S. M.

“ O constante disvello do Principe R. será de sempre manter, pela justiça e moderação do seo procedimento, o eminente character que este paiz tem adquirido entre as naçoens do mundo; e S. A. R. nos determinou que vos expozessemos a sincera e firme esperança em que está, de que a mesma uniaõ, que até agora nos habilitou para vencer tamanhos perigos, e taõ afortunadamente servio para terminar esta duvida contenda, taõbem nos animará na paz, e nos induzirá a cooperar-mos cordialmente para todas as medidas, que melhor possaõ mostrar a nossa gratidão



para com a Providencia Divina, e mais efficasmente hajaõ de promover a prosperidade e fortuna da nossa Patria."

*Estado Comparativo dos Tributos da Gran Bretanha apresentado em Parlamento pelo Chanceler do Exchequer.*

	£.
Direitos de Alfandegas—até 6 de Janeiro, 1815, emportaram	10,487,000
- - - - - 1816 .....	11,059,000
Acrescimo no ultimo anno .....	572,000
Sizas—até 6 de Janeiro, 1815 .....	25,145,000
- - - - - 1816 .....	26,562,000
Acrescimo no ultimo anno .....	1,417,000
Estampas, ou Papeis sellados—até Janeiro, 1815.....	5,598,000
- - - - - 1816.....	5,865,000
Acrescimo no ultimo anno .....	267,000
Postas e Correios—até Janeiro, 1815.....	1,460,000
- - - - - 1816.....	1,548,000
Acrescimo no ultimo anno .....	88,000
Taxas Indirectas ( <i>Assessed Taxes</i> )—até Janeiro 1815 .....	6,214,000
- - - - - 1816 .....	4,377,000
Diminuição no ultimo anno .....	1,837,000

Esta diminuição hé attribuida naõ a deficiencia verdadeira no producto destes tributos, porem a demora dos pagamentos.

Tributo sobre as propriedades—até Janeiro 1815 .....	14,265,000
- - - - - 1816 .....	14,382,000
Acrescimo no ultimo anno .....	117,000
Tributo territorial—até Janeiro, 1815 .....	1,079,000
- - - - - 1816 .....	1,100,000
Acrescimo no ultimo anno .....	21,000

DIVERSAS ESPECIES DE TAXAS. (*Miscellaneous Taxes.*)

Acrescimo no ultimo anno .....	306,000
O acrescimo total das rendas hé o seguinte:—	
Producto total até 5 de Janeiro, 1815 .....	65,430,000
- - - - - 1816 .....	66,443,000
Acrescimo total no ultimo anno.....	1,013,000

Naõ incluidas as quantias votadas no ultimo anno, a divida naõ hypothecada (*unfunded*) estava reduzida a 21 milhoens, alem de outros 21 milhoens, já antes reduzidos, fazendo ao todo a reduccão de 42 milhoens.



A divida total, não hypothecada, era em 5 de Janeiro, 1815	68,548,000
- - - - - 1816	47,700,000
Diminuição neste ultimo anno .....	20,848,000

## EXPORTAÇÕES.

Em os 9 mezes, findos em 16 de Outubro, 1814 .....	37,167,000
- - - - - 1815 .....	42,425,000
Acrescimo no ultimo anno .....	5,258,000

## EXPORTAÇÃO DE ALGUDOENS.

Em 9 mezes, findos em 14 de Outubro, 1814 .....	13,169,000
- - - - - 1815 .....	15,367,000
Acrescimo no ultimo anno .....	2,198,000
De linhos.....1814 .....	1,100,000
- - - - - 1815 .....	1,340,000
Acrescimo no ultimo anno .....	240,000
De fazendas de Lam 1814 .....	6,000,000
- - - - - 1815 .....	8,074,000
Acrescimo no ultimo anno .....	2,074,000

*Convenção entre a Gran Bretanha e a Austria.*

Em nome da Sanctissima e Indivisivel Trindade.

Napoleão Buonaparte estando agora em poder dos Soberanos Alliados, Suas Magestades El Rey do Reino Unido, da Gran Bretanha e Irlanda, o Imperador d'Austria, o Imperador da Russia, e El Rey de Prussia concordaram, em virtude das estipulações do Tratado de 25 de Março, 1815, nas seguintes medidas, que lhes pareceram ser as mais adequadas para tornar impossivel qualquer empreza que elle podesse intentar contra a tranquillidade da Europa. [Seguem-se aqui os nomes dos Plenipotenciarios.]

Art. I. Napoleão Buonaparté hé considerado pelas Potencias, que assignaram o Tratado de 25 de Março proximo passado, como seo prisioneiro.

II. A sua guarda fica especialmente confiada ao governo Britannico.

III. As Côrtes Imperiaes da Austria e Russia, e a Corte Real da Prussia nomearão Commissarios para hirem habitar no mesmo lugar que for designado pelo governo de S. M. Britannica para residencia de Napoleão Buonaparte, os quaes, sem serem responsaveis



pela segurança de sua pessoa, serão testemunhas oculares da sua presença.

IV. S. M. Christianissima também hé convidada, em nome das quatro Cortes, ácima mencionadas, para mandar da mesma forma um Commissario Francez para o lugar de detença de Napoleão Buonaparte.

V. S. M. El Rey do Reino Unido da Gram Bretanha e Irlanda obriga-se a cumprir com as condiçoens que por esta Convenção lhe competem.

VI. A presente Convenção será ratificada, e as ratificaçoens trocadas dentro de quinze dias, ou mais cedo se for possível.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciarios assignaram a presente Convenção, e lhe affixaram os sellos das suas armas.

Feita em Paris aos 2 de Agosto, do anno de nosso Senhor, 1815.

(Assignados)	(Assignado)
(L. S.) CASTLEREAGH	(L. S.) O PRINCIPE DE
(L. S.) WELLINGTON.	METTERNICH.

(Convençoens semelhantes se assignaram com a Rússia, e Prussia.)

---

## REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

---

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, a nossa Patria, e o Augusto Principe que a governa.”)

### LITTERATURA PORTUGUEZA.

Principiámos este Artigo com a Memoria intitulada—  
“Pensamentos Patrioticos,”—e este titulo bem com diz com os honrados sentimentos do benemerito auctor que, ainda longe da patria que adoptou, não cessa de trabalhar por ella, e de a honrar e illuminar como



sempre fez em quanto lá viveo. As suas ideas parecem ter sido fructo de uma santa inspiração, porque as deo ao publico na mesma epocha em que recebemos a noticia da nova elevação politica em que está hoje o Brazil pelas sabias e generosas vistas do Soberano Portuguez. Nós não entraremos na analyse das suas ideas nem julgâmos necessario fazer-lhes o elogio que merecem: o publico e o ministerio serão as seus juizes. Se alguma cousa porem ainda temos que dezejar hé, que o autor continue a publicar o resto dos seus Pensamentos Patrioticos, e não prive a patria e o governo de instrucções e avizos de tão reconhecida utilidade. Todavia como nelle reconhecemos indisputaveis merecimentos, e até para talvez poder servir de auctoridade para aquelles mesmos que governão, apontaremos algumas reflexoens sobre um unico assumpto em que não podemos ser da sua opiniaõ.

O Autor fallando da necessidade indispensavel de estradas e canaes, diz a respeito das primeiras:—"Um official Engenheiro, assistido de um dos Magistrados territoriaes, *Corregedor* ou *Provedor*, deverá determinar a direcção de linha que tem que seguir a respectiva estrada, &c." Nós em outros Numeros de nosso Jornal já temos manifestado as nossas ideas á este respeito, e ainda agora as confirmaremos. Nada temos contra as pessoas dos Magistrados como Juizes, mas não podemos conformar-nos em que, ao mesmo tempo que são julgadores, sejam tambem administradores das obras publicas, ou cobradores de tributos. Por uma pratica antiquissima, e quaze inexplicavel, sempre uzada em nossa terra, os Magistrados, e particularmente os *Dezembargadores*, tem sido constantemente considerados como *omniscientes*, isto hé, *Encyclopedicos* em todas as Sciencias, Artes e Officios: e disto há resultado, que não tem havido uma só empresa publica em Portugal que para a sua direcção não se haja escolhido um Magistrado. O bom fim e execucao de todas essas empresas hé assas conhecido; e ainda que não ouzemos attribui-lo exclusivamente a sua agencia incompetente não podemos todavia deixar de confessar que grande parte do mal vem desta origem. Os mesmos Magistrados Portuguezes, vendo-se de facto considerados pelo governo habeis para tudo o que depende da intelligencia e



letras humanas, proclamaram a Sciencia positiva das Leis, isto hé,—“a Theologia Civil,” como a primeira e unica das Sciencias, chegando até a designar com o titulo de *Leigos* a todos os que não erão da sua profissão. Ora isto que podia ser toleravel em outros seculos em que a Béca ou a Lôba ecclesiastica erão sinaes exclusivos de Sciencia para o povo, que via em suas maons suas consciencias, vidas, e fazendas, já não pode ser util nem da moda em uma era, em que a instrucção e os talentos do homem não se medem pela côr nem pela figura dos vestidos.

Hé pois incontestavel que os Magistrados, como Juristas, nem aprenderam as Sciencias Physicas, nem mesmo as de Economia Politica; e que se entre elles há mui distinctas excepções, estas dependem do seo estudo e applicação particular, e não do conhecimento da Sciencia positiva das Leis. Então, para que se haõ de cometer aos que só estudaram leis Romanas e Patrias empresas, que requerem eminentes estudos quer seja em Mathematica, e em Physica, ou em Economia Politica? Alem disto, o Magistrado, que hé pôsto em uma terra para administrar a justiça, se ao mesmo tempo hé empregado em director de obras publicas, não pode ter tempo para bem ouvir e julgar, e assistir igualmente a execucao de obras que exigem uma constante e aturada applicação. Succede logo que nenhuma cousa pode fazer bem; isto hé, que nem pode ser bom Juiz, nem bom administrador. Mas assim como dicemos que a Sciencia das Leis não confere, *ipso facto*, todas as mais sciencias humanas, tambem não pretendemos a firmar, que ella exclue no mesmo individuo outros mui uteis e variados conhecimentos. Quando algum magistrado os possua hé bem que os empregue no serviço publico, porem não como magistrado, mas como homem eminente naquelle outro ramo de Sciencia. Então em lugar de ser nomeado Juiz para um territorio, se lhe dará o emprego em que pode causar maiores utilidades, e para o seo pôsto de julgador se nomeará outro individuo, que podendo ser bom juiz não pode ser mais cousa nenhuma; premiando-se cada um conforme a variedade e importancia de seos serviços, e não se dando, por exemplo, honras e qualificações de magistrados a homens que



se empregão em objectos diametralmente opostos, como a cada passo se vê em Portugal.

Applicando agora estes principios á lembrança que teve o Autor dos Pensamentos Patrioticos de querer que os Magistrados territoriaes sejam co-operadores na fabrica das estradas, parece-nos que esta idea nem hé proveitosa neste cazo, nem em outros muitos, em que se verifiquem analogas circumstancias. Se o respeitavel, e patriotico Autor tem para si que o meio mais pronto de fazer a um tempo a estradas hé entregar esta obra as differentes Cameras do Reino, então hé bem que igualmente se deixe á sua disposiçaõ a escolha dos individuos que, com os engenheiros, devem olhar pela execuçaõ da empreza. Ninguem hé melhor administrador de qualquer dinheiro do que a pessoa que o paga: ora pois se o povo há de pagar e fazer as despesas, porque se lhe há de negar o direito de escolher quem as fiscalize em seu nome? Os magistrados, que não são municipaes, são de ordinario homens estranhos, que só pertendem contar triennios para obterem maiores graduacoens, e não tem por assim dizer patria, porque o seu destino hé correrem o reino de uma parte para outra, e só com a mira de chegarem brevemente a uma relação; portanto em todas as suas viagens judiarias o primeiro alvo para que olhaõ hé finalizar quanto antes, e com proveito pessoal, o circulo que as leis ou a sua boa fortuna lhes traçaõ para correr. Hé por consequencia mui difficil achar Magistrados que se interessem pelo bem de um paiz, aonde esperaõ só estar tres annos, como os individuos do mesmo paiz, que ali nasceram, e ali esperaõ morrer, e que fazendo as despesas sabem melhor que ninguem como se devem economizar. Este primeiro e grande interesse de—gastar pouco para pagar menos—só pode ser sentido exactamente pelo individuo que hé contribuinte, e não pelo homem estranho que, não paga, e só hé pago; e que se lembra que em pouco tempo mudará de lugar. Concluâmos pois com duas maximas geraes: 1. Os Magistrados, como juizes, nunca devem ser senão administradores de justiça. 2. Quando as despesas de alguma obra forem feitas immediatamente pelo povo, ou por alguma associacão particular, a destribuiçaõ e economia destas despesas deve correr



pelas mãos do povo, ou daquella sociedade que as paga. Toda a administração que não tiver por bases estes principios, e for da qualidade desta em que fallâmos, será sempre defeituoza, e não produzirá a metade do beneficio que era capaz de produzir. Quando o governo paga do thezouro publico as obras que immediatamente derige, pode nomear para ellas os administradores que melhores lhe parecerem, porem quando o povo, por fintas extraordinarias for obrigado, ou se offerecer voluntariamente para a execução de alguma obra, então a elle só, que paga, se lhe deve deixar a administração dos seos fundos. A obra nestes cazos será sempre mais pronta e mais barata; porque o povo há de poupar tanto o seo trabalho corporal, como o seo dinheiro.

Repetiremos ainda agora o que já outra vez dicemos em uma parte do nosso Jornal. Quando assim fallâmos dos Magistrados Portuguezes, não hé porque os não respeitemos como merecem, geralmente fallando; hé antes, pelo contrario, em razão do muito respeito que lhes temos. Queremos que os individuos, destinados para terem na mão a incorruptivel balança da justiça, não sejam degradados nem a serem publicanos, nem a intendentes de obras publicas: o seo officio hé tão sublime, que não deve misturar-se com outros: com effeito que couza há mais nobre, mais santa, e mais augusta do que administrar a justiça, e ter a guarda da fazenda, da honra, e das vidas dos cidadãos! Mas para o melhor desempenho destas suas tão elevadas funcçoens dezerjariamos ainda que na administração civil e judicial se fizessem todas as reformas que dicta a boa razão, e as luzes do presente seculo requerem. Hé preciso que os Juizes, para que possam ser incorruptiveis, sejam, quanto possivel for, independentes; e esta independencia lhes virá, uma vez que os seos officios forem vitalicios, e os seos salarios certos e sufficientes. Quando o Juiz depende de alguem para subsistir, ou conservar o seo emprego, a sua probidade e rectidão correm sempre grande risco.



## POLITICA.

*Reino dos Paizes Baixos.*

Neste artigo pag. 52 publicámos a Convenção de Commercio entre os Paizes Baixos e Inglaterra; e já em o nosso No. passado pag. 477 tínhamos publicado outro Tratado Commercial entre os Estados Unidos da America e a Gram Bretanha. Pelo que respondeo Lord Castlereagh, na Sessão da Camera dos Communs do dia 14 de Fevereiro, á pergunta que lhe fez Mr. Gordon—“Se algum novo Tratado de Commercio se havia feito com Portugal, ou se o antigo ainda estava em vigor?” Vemos que ainda existe o antigo como d’antes, mas que sobre elle tem havido todavia entre os dois governos uma longa correspondencia, e consideraveis differenças de opiniaõ. Isto supposto, nos parece sempre mui proveitozo apresentar á nossa nação e governo modellos recentes por onde possa regular os seus ajustes futuros nesta importantissima materia.

No artigo 1º desta Convenção se estipula claramente, que os vassallos de El Rey dos Paizes Baixos, que possuem terras nas colonias de Demerary, Esse- quibo e Berbice, poderaõ commerciar entre os sobre- ditos estabelecimentos e as terras d’El Rey na Europa, pelo espaço de 5 annos, em navios, cuja propriedade seja de vassallos dos Paizes Baixos, naõ obstante o lugar de sua construcção, e sem estipulação alguma ou restricção, quanto aos marinheiros que os houverem de navegar. Ora esta excepção favoravel, feita agora em beneficio dos Hollandezes, proprietarios de terras nas sobreditas colonias, sendo diametralmente opposta ao artigo 5º do nosso Tratado de 1810, que hé absoluto e geral para todo o nosso commercio, dá tambem certa- mente occasiaõ ao governo Portuguez para exigir o cumprimento do artigo 2º do mesmo Tratado de 1810, que confere aos Portuguezes o direito de gozarem de quaesquer favores, privilegios e immunidades que a Gram Bretanha conceder a outras naçoens em materias de navegacão e de commercio. Hé verdade que estas immunidades e privilegios saõ parciaes e restrictos a



certos individuos e a certo commercio, porem nem por isso auctorisaõ menos o governo Portuguez para os exigir com outras certas restricçoens, ou para pedir por elles alguns equivalentes. Ao menos esta circumstancia pode servir ou para abrir caminho a um novo Tratado, ou para reformar o antigo, tomando-se por motivos mui verdadeiros e ponderaveis as novas estipulaçoens mui amplas, que a Gram Bretanha acaba de concluir com os Estados Unidos d'America e El Rey dos Paizes Baixos. A necessidade desta reforma em o nosso Tratado de Commercio deve ser já assás patente ao Governo Portuguez, não só pelo que a experiencia lhe deve ter mostrado neste ponto, mas até pela excellente analyse, e fortes reflexoens, que sobre o dito Tratado de 1810 fizeraõ os negociantes Portuguezes, residentes em Inglaterra, e que derigiram ao nosso Augusto Principe, que as recebeo e que as lêo, como hé constante.

Ainda que, porem, sejamos de opiniaõ que nunca tanto como agora se tem feito necessaria esta reforma commercial, todavia não nos parece justo, nem de certo vantajozo, que se pertendaõ nacionalizar os navios Portuguezes pela simples circumstancia de serem propriedade de vassallos do Reino Unido de Portugal, &c. Esta circumstancia pode servir para requerer equivalentes, mas não julgariamos prudente que se pertendesse applica-la a navegaçaõ Portuguesa. Este ramo de industria está tão pouco adiantado entre os nossos compatriotas, que se lhes fosse permitido nacionalisar os seos navios só pela Clauzula de propriedade pessoal, de certo os nossos estaleiros pouco ou nada teriaõ que fazer, e em pouco tempo compraria-mos aos estrangeiros os seos navios com a mesma facilidade com que lhes comprâmos as botas e os sapatos. Apezar do obstaculo que o artigo 5º do Tratado de Commercio de 1810 oppoem a nossa navegaçaõ em vasos que não são rigorosamente de construcçaõ ou de tomadia legal Portuguesa, hé bem sabido que muitos negociantes Portuguezes ainda não perderam a mania de comprar os navios estrangeiros em lugar de os fazer construir dentro da patria. Nisto consta-nos que os abuzos tem sido tão grandes, e tão escandalozos, comprando-se navios estrangeiros velhos, e que nada ou pouco valem,



que os seguradores de Lloyd's, aqui em Londres, costumão exigir pelo seguro de navios, chamados Portuguezes, 2 ou 3 por cento mais do que por outros quaesquer navios, quando não sabem que taes vazos pertençam a cazas respeitaveis e bem accreditadas. Ora sendo isto assim, como nos afirmou pessoa a quem damos todo o credito, que seria se a simples propriedade constituísse Portuguez qualquer navio? Seguir-se-hia, que poucos ou nenhuns navios se tornariaõ a fabricar em os nossos estaleiros; e que aquelles, que impropriamente navegassem com o titulo de Portuguezes, ficariaõ, pela maior parte, desaccreditados na primeira Praça commerciante do mundo.

Bem ponderadas estas circumstancias, apezar de conhecer-mos toda a necessidade e urgencia que há de reformar-mos com Inglaterra o nosso Tratado de Commercio, nunca quizeramos que se pertendesse annular a estipulação do artigo 5º do presente Tratado. Nem isso seria possivel conseguir-se, porque a Gram Bretanha tem adoptado para a sua navegação este mesmo principio, que hé uma das causas da sua grandeza maritima. Em Inglaterra os navios somente são considerados como vazos Britannicos pelas duas seguintes qualificaçoens:—construcção nacional; e legitima preza, sentenceada e julgada, como tal, pelos tribunaes competentes. A' vista disto, concedendo ella aos outros o que pratica em caza, não há razão para se lhe exigir outra couza. Quanto mais, a sua politica talvez seria impedir a construcção de navios nos paizes estrangeiros; e de boa mente ella se obrigar a fazelos em caza, e depois a vende-los como faz ás suas fazendas de lam e algudaõ. Que os Portuguezes não queiraõ pois fabricar os seos proprios navios, taõ longe está isto de cauzar ciumes a Inglaterra, que antes ella folgaria muito com isso. Mas já que temos tocado neste ponto importante da nossa navegação, e navegação Ingleza, concluiremos este artigo com um facto que ainda há poucos dias nos chegou á noticia. Talvez que ninguem até agora tenha advertido, que muitos dos navios Portuguezes, aprezados com escravos na costa d'Africa, não foraõ sentenceados, e declarados legalmente em Londres por boa preza; e por consequente tambem não foraõ considerados vazos Britan-



nicos pelas leis Inglezes. Se os seos antigos donos (antes do ultimo ajuste), os tivessem encontrado em algum porto do Reino Unido Portuguez, e lhes lançassem a mão, o Governo da Gram Bretanha de certo os não teria reclamado, pois que os não tinha declarado como seos; e os aprezadores os teriaõ perdido pela mesma forma que os ganharam. Sobre este ponto ainda esperâmos ter mais exactas informaçoes, que não deixaremos de publicar.

---

BAVIERA.

Entre este reino e a Austria se passaõ agora grandes discuções sobre arranjos de trocas de territorios; mas se elles acabarãõ em paz ou em guerra hé o que por hora se não pode decidir, porque as noticias sobre este ponto tem sido e ainda são assas contradictorias. As quatro grandes Potencias da Europa estão estreitamente ligadas para os interesses communs do mundo, como tem por varias vezes publicado, e já tem dado principio á esta grande obra, applicando seos principios generozos á seos interesses particulares, fundados sem duvida naquella maxima Christam, que diz:—“Que a bem ordenada caridade começa por nós mesmos.” Até destas mesmas quatro Potencias as tres, verdadeiramente continentaes, tambem fundaram uma Sancta Liga, ou Sancta Uniaõ, de que ainda fallaremos no artigo—Russia; e com taes disposições, e com taes meios que perfectibilidade moral e politica não vai abençoar a terra? Uma só couza nos admira: como hé possivel, que as nações da segunda ordem vejaõ toda esta extensa politica dos grandes potentados, e não sigão o seo exemplo, formando igualmente uma sancta liga e uniaõ, que as ponha a coberto de todas as tentações da consciencia da força e do poder? Em tempos antigos, porem não mui remotos, os veneraveis inquisidores (e eraõ sanctos) queimavaõ os corpos dos infieis e incredulos para lhes salvarem as almas, fundados no principio indisputavel, que a alma hé mais nobre do que o corpo, e que pouco importava que este se arruinasse se aquella hia tomar nova vida.



Quem diz pois também ás nações da segunda ordem, que as grandes Potencias Christãs, e mais Christãs porque são mais fortes, não tentem pouco a pouco hi-las encorpóndo a si para as converterem, e dar-lhes um verdadeiro espirito Christão, ainda que de facto lhes destruaõ sua independencia?

O que se passa entre a Austria e a Baviera indica que da parte da primeira há demaziado afferro ás fruições terrenas; e se para as conseguir empregar a violencia ou os ameaços fica entãõ assás claro, que as Potencias menores não podem achar outro refugio se não na sua intima e sincera uniaõ. Quem tem forças demaziadas sente ordinariamente mais precisoens do que o fraco, e como não encontra obstaculos em satisfaze-las, emprega sempre o seo poder com uma indifference igual a facilidade que acha no desenvolvimento das suas faculdades. Quando Napoleaõ abrangia em suas mãos todos os recursos da Europa, a sua voracidade e appetite de dominio cresciaõ sempre a proporção que augmentavaõ os seos dias de reinado; e por isso o vimos passar successivamente do Rheno ao Elbo, daqui ao Oder, ao Vistula, ao Niemen e ao Volga; e quem sabe se no seo pensamento já estava no Indo e no Ganges! Mas desgraçadamente esta doença não tem só atacado a pessoa de Buonaparte; antes e depois d'elle mui altos e poderosos senhores tem adoecido da mesma enfermidade. As tres mesmas devotissimas Potencias, que hoje formão a liga sagrada, já antes, para melhor Christianizarem a Polonia, a tinhaõ dividido entre si; a Russia depois converteo a Filandia, e ensinou o mesmo catecismo a Suecia para converter a Norwega; e finalmente também a Austria e Prussia fizeraõ conversoens admiraveis, uma na Saxonia, e outra na Italia. Ora pois se todas as Potencias fortes tem tamanha tendencia para esta especie de conversoens do seo proximo, não temos mais que razãõ para inculcarmos ás potencias pequenas que, quanto antes, sincera e resolutamente se unaõ para não serem obrigadas a mudar de catecismo quando menos o cuidarem?

Felismamente Portugal, ainda que uma das potencias de segunda ordem, occupa todavia uma tão forte posição, e pode empregar tão efficazes recursos, que de



todas ellas hé quem está em todo o sentido mais seguro? Porem para que esta segurança rezulte de fundamentos verdadeiramente solidos, convem-lhe, que olhe de veras para o que hé, e para o que pode ainda ser, e derija todos os seos passos em consequencia destas duas consideraçoes. Que hé pois actualmente Portugal, ou para fallar-mos mais correctamente o Reino Unido de Portugal, do Brazil, e dos Algarves? Um reino fraco, pobre, e despovoado: um reino quase sem agricultura, sem commercio, sem artes e sem industria: um reino, finalmente, com bem pouca ou quase nenhuma consideração politica na Europa e no mundo. Quando dizemos que não tem agricultura, nem commercio, nem artes nem industria, não hé nosso intento que se entenda que nada disto possue; porem que só disto tem muito pouco ou quase nada, comparativamente aos seos immensos recursos e faculdades. Estas terriveis verdades são bem duras para se dizerem e se ouvirem: mas seria possivel que tivessemos tão pouco patriotismo para as occultar-mos ao melhor e mais bem intencionado dos Principes, que tão repetidas demonstraçoens já tem dado de querer o bem do seo povo, e o brilhante esplendor da sua corôa? Não: Os mais leaes e amigos do seo Soberano são e sempre foraõ os que dizem franca e respeituoamente a verdade: para o baixo emprego de aduladores já são sobejos os muitos, que sempre rodeaõ os thronos, e que disso vivem e engordaõ! Para esses tudo vai bem; e o mundo, em que vivem, é em que accumulaõ enormes riquezas e honras hé sempre o melhor de todos os mundos possiveis.

Mas não desesperemos: se este hé o actual estado da nossa patria, ella pode, quase em um momento, mudar-se e converter-se em uma das mais poderosas monarquias do mundo. Que pode por consequencia vir ainda a ser o Reino Unido Portuguez? Tudo quanto hé grande e sublime; porque hé governado por um dos melhores Principes da terra; e por que hé habitado por um povo, que não tem igual em lealdade e valor! Com estes elementos quem ouzaria duvidar da futura e proxima grandeza e felicidade do Reino Unido Portuguez? Hé por tanto necessario começar por dar uma povoação sufficiente aos tres reinos, por-



que desertos immensos sem gente valem menos que algumas legoas de terreno bem povoadas. Para o augmento da povoação nos reinos da Europa não se requerem mais do que boas leis; liberdade racionavel e bem entendida; proporção e igualdade de tributos; protecção de commercio, de industria, de artes, e sciencias; e para cumprimento de tudo, execução rigorosa e bem entendida dessas boas leis, que devem ser para todos, e tanta força e respeito devem ter dentro do palacio dos grandes como dentro da choupana dos pobres. Para o reino do Brazil ser competentemente povoado ainda mais alguma cousa se requer do que as circumstancias apontadas, hé preciso crear ali a povoação por meios extraordinarios, isto hé:—convidando novos habitantes, como tem feito e ainda fazem os Estados Unidos d'America. A Europa pode suprir parte desta falta, empregando-se para isto muito discernimento e constancia: a outra parte pode igualmente supri-la o mesmo Brazil, convidando e atrahindo para a civilisação os Indios indigenas; para o que não menor discernimento e constancia se requerem. O Governo do Brazil deve já ter bem conhecido pela experiencia, que uma povoação de negros escravos, misturados com brancos e senhores, nunca pode constituir uma grande e respeitavel nação. Alem disto, pelas medidas actuaes, que tem adoptado toda a Europa, instigada por Inglaterra, hé forçoço que o commercio de escravos acabe de todo, mais cedo ou mais tarde; e neste cazo hé melhor que o Governo Portuguez por sua propria auctoridade lhe ponha termo do que compelido a final por todos os clamores da Europa. Nem se engane o nosso Governo a este respeito pelo que lê em muitos papeis publicos Inglezes; a opiniaõ hé aqui decidida e universal contra o commercio da escravatura: tudo quanto se tem escripto, que pareça contrariar nesta parte a politica do Governo Britanico, tende unicamente a censurar as más medidas ou abuzos, que neste ponto tem cometido os agentes Inglezes, como por exemplo, em Serra Leôa. O voto nacional já abolio solemnemente este commercio.

Ainda mais: se o interesse e a politica faziaõ em outro tempo com que o Governo Portuguez desse preferencia á esta povoação heterogenea de negros



escravos para os seus dominios do Brazil, as cousas estão já hoje de todo mudadas. Em outros tempos podia-se desejar que o Brazil fosse pouco povoado, e que na maior parte só o fosse de escravos; mas hoje que a Monarquia e o throno parecem ter estabelecido o seu assento no Brazil, esta politica, longe de já ser proveitoza, hé ruinoza e fatal. O Brazil tem por todas as suas fronteiras occidentaes um povo immenso, rico, e que actualmente lucha pela independencia e liberdade. Quem sabe quaes serão ainda os destinos deste povo, qual a sua forma de governo, e a sua extensa influencia no continente Americano? Suponhamos que todo ou parte deste mesmo povo vem a ter ainda desavenças com o reino do Brazil, e que há uma guerra declarada: Será, nesta supposição, extraordinario que o primeiro acto hostile dos inimigos do Brazil seja a proclamação de promessas de liberdade aos negros escravos? E serão estes insensiveis a tão perigozo e magico convite? Considerações tão sérias são estas, que nem ousamos dar-lhes a explanação que ellas merecem: todavia sempre dicémos bastante para ter em que meditar o Governo do Brazil.

Pelo que temos exposto, se as nações de segunda ordem muito tem que arreçar-se das confederações das grandes Potencias, o Reino-Unido Portuguez acha-se com tão extraordinarias e felizes proporções, que só por grande innercia, e cumulo de vergonha, se tornara a ver em circumstancias de ser dominado ou influido pelos governos estranhos, qualquer que seja a sua força ou politica consideração. A natural alliança, que mais se conforma com os interesses e habitos do Brazil, hé a dos Estados Unidos da America: esta alliança hé pois hé a que em todos os cazos e em todas as circumstancias lhe pode ser realmente util. Com ella não só nada tem que temer, porem até pode ainda vir a dar leis, (leis justas queremos dizer) a todos esses de quem até agora mal aconcelhado as tem desairoza-mente recebido.



## RUSSIA.

Este Tratado, ou Sancta União, que transcrevemos a pag. 59 traz consigo caracteres tão novos e tão extraordinarios, que nem sabemos que juizo recto delle possamos fazer. A que proposito virá agora a solemne profissão de fé religiosa destes tres Potentados, que sempre quizerão passar no mundo por muito bons Christaons? Será que o castigo exemplar e queda fatal, que por seos crimes recebeu o *peccador* Napoleão Buonaparte, fizessem entrar em sentimentos de arrependimento estes poderozos Senhores, e queiraõ agora patentear ao mundo a sua milagroza conversão? Estes prodigios da graça divina não são novos, nem raros na historia dos homens. Todavia quando elles apparecem, os novos convertidos executaõ a risca as maximas do Evangelho; e se tem engordado com o sangue dos pobres começaõ por fazer plenas restituicoens, porque sem restituicao do alheio não há sincero arrependimento nem valioza absolvição. Esperavamos portanto, que antes deste Acto publico das suas confissoens, tivessem dito, por exemplo aos Polacos:—“Pecámos; e por isso vimos nossas terras e capitaes entradas, saqueadas e queimadas pelo Anjo exterminador do Senhor: agora tomai lá o que sem razão, nem motivo, nem justiça vos tirámos: oxalá que a sombra do grande Sobieski nos perdoe!” Esperavamos mais que um delles tambem dicesse aos Saxo-nios: “Eu fui tão peccador como vós, porque, em quanto pude, auxiliei e segui as bandeiras de Belzebut: e entãõ porque me heide prevalecer agora de alguns dias em que primeiro de que vós renunciei á alliança do Flagello de Deos? Quanto mais, nem eu nisto tive merecimento: foi só um dos meos Generaes (o General York), que, desobedecendo-me, e seguindo nesta desobediencia a voz da nação, me salvou a mim e o povo. Tomai lá outra vez a parte da vossa patria que eu havia lacerado; e perdoaime.” Esperavamos finalmente que ainda outro dicesse:—“Não sois vós, Venezianos, os mais antigos povos civilizados da Europa moderna; e a destruição da vossa independencia não foi um dos grandes pecados de Napoleão



Buonaparte? Pois bem! do meo coração nunca sahio o respeito que tenho á illustre Esposa do mar Adriatico; hide ser livres, e grandes navegadores e negociantes como fostes nos mais bellos tempos da vossa gloria; e perdoaime.”

Estas e outras semelhantes confissoens esperavamos nós ouvir da boca dos tres illustres convertidos; mas não hé assim; toda a sua conversão está em palavras e não em obras; e todo o mundo sabe, que boas palavras não custão dinheiro. Qual será logo o fim verdadeiro desta Sancta União, nós o tornâmos a repetir, se com ella fica o mundo tão bem ou tão mal como antes estava? Há quem diga, que esta liga sagrada hé para obstar aos progressos dos Jezuitas; mas esta lembrança faz demaziada honra a roupeta daquelles bons Padres. O maior castigo que lhes podia dar o Papa foi o de ressuscita-los neste seculo: se os tivesse deixado estar como estavaõ, ainda poderiaõ contar com o elogio funebre de alguns individuos; agora só podem contar com o ludibrio e escarneo do mundo. Dizem porem outros, que a nova cruzada hé para Christianizar os Turcos, e para tornar a arvorar o *Lúbarum* nos Campanários de Santa Sophia na cidade de Constantinó: tudo isto pode muito bem ser. Ainda outros dizem mais . . . mas nós não repetiremos o que elles dizem. O que tão somente dizemos hé:—que as Potencias pequenas ou fracas devem estar sempre com os olhos bem abertos para esta Sancta União, e imitar no seo comportamento a prudencia da Rapoza da fabula. Quando o Leão, Rêy dos animaes, enfermou gravemente, todos os vassallos o foraõ comprimentar; e cuidando que a doença teria amaciado a aspereza do seo antigo natural, (pelo menos hé o que á bôca cheia diziaõ todos os cortezaons) entraram a chegar-se mui perto d'elle. Mas os que cahiram nesta indiscrição foraõ victimas da sua confiança. A Rapoza, somente, como mais experta, não quíz passar da porta; dalli respeituosamente saudou S. M.; e a consequencia foi que ficou salva. Aplicâmos o conto: as naçoens pequenas, e fracas nem sejaõ credulas nem improvidentes; fiquem sempre de longe; e espreitem os movimentos dos que tem a força, e podem dispor della quando bem quizerem.



## FRANÇA.

O Governo deste reino, segundo se vê pelos Documentos publicados a pag. 61, está agora particularmente occupado em desfazer-se da povoação sobeja, que o afronta ou que o abafa. Imitando o Saturno da Fabula, devóra seos filhos, e manda para ás naçoens estrangeiras, rivaes ou inimigas, os grandes homens que ainda podiaõ fazer assignalados serviços á patria. Dizia-se que a revolução Franceza havia lançado fora na sua exaltada fermentação somente a espuma, e nada tinha perdido do que era realmente interessante. Esta comparação parece ser exacta, por que bem poucos homens notaveis sahiram do seo paiz, e alguns mesmos mais importantes, que deraõ este passo por violencia ou por erro de calculo, tornaram a elle assim que tiveram a porta aberta. Porem esta nova revolução, que na realidade não devia ser revolução, mas o termo e a cura de todas as revoluçoens anteriores, tem tomado um character bem extraordinario, e oposto a todas as leis da physica; porque a espuma e todos os elementos leves se precipitáram no fundo do vazo, e pela bôca vão sahindo as materias mais pezadas. Quando, na classe dos Sabios expulsos, vemos os illustres nomes de um Chaptal e Lacepede, e na classe dos militares, outros nomes, igualmente grandes e illustres, pasmâmos com a inconsideração e vertigem das cabeças dos homens, e chegâmos quase a ter vergonha de termos já algumas vezes imaginado, que a especie humana era susceptivel de alguma perfeição. Sim, quando reflectimos nos assassinios de Lavoisier e de Bailly, cometidos em nome da Liberdade, e prezençâmos a expulsão de um Chaptal e Lacepede em nome e no reinado de um descendente de Henrique IV., completamente temos por quimera toda a idea de perfectibilidade. Os dois reinos de França e de Hespanha daõ actualmente, de certo, provas bem fataes contra estas lizongueiras theorias.

A guerra contra os talentos em França apresenta diversas faces, e todas miseraveis. Em quanto uns fogem, ou são empurrados para fora com violencia, dentro de caza se celebra ao mesmo tempo o que os



Francezes chamaõ a *Festa da Purificação*. Parte desta cerimonia festival acaba de ter lugar, se as ultimas cartas de Paris não são mentirozas, dentro do Instituto nacional Francez. Por uma ordem expressa de El Rey foraõ riscados da Lista daquella sábia corporação os nomes dos oito Membros seguintes:—Arnaud, Garat, Merlin de Douai, Cambaceres, Rœderer, Maret, Duque de Bassano, Cardeal Maury, Luciano Buonaparte, Regnault de St. Jean d'Angely, e Sieyes. Diz-se que para os substituir, foraõ nomeados, entre outros, o Conde de Lally Tolendal, o Bispo de Langres, M. de Beaussel, M. Ferrand, o Duque de Richelieu, &c. &c. O que porem as mesmas cartas affirmão, alem de tudo isto, hé:—que as quatro classes do Instituto se convocaram por este motivo, e fizeram um protesto contra o arbitrario exercicio da auctoridade de El Rey.

Mas todas estas extravagancias e vinganças pueris do governo de França podem ainda ter consequencias bem serias. Ninguem cuide desprezar ou insultar impunemente os talentos: se estes não tem baionetas, tem uma força moral maior que a de todos os exercitos do mundo; e lá chega uma hora, em que boa gente déra quanto tivesse por não os haver vilipendiado! A consequencia mais proxima hé porem a que já estamos vendo. Ao passo que a França arremessa de si os seus grandes Sabios ou os mais distinctos Generaes, lá está a Russia, por exemplo, com os braços abertos, que lhes acena, e que os recebe. A sciencia militar Franceza vai disciplinar e instruir as legioens immensas desse monstruozo Imperio Asiatico-Europeo; e nem sequer a França repara, que já não poderá voltar á Moscow, porem que os Cozacos e Kalmucs, que por duas vezes já estiveraõ em Paris, a ella ainda podem tornar terceira e quarta vez; e quem sabe se até poderão chegar á Madrid e a Lisboa? As invazõens do meio dia para o norte só podem ser momentaneas; porem quando as legioens do norte largaõ seus gêlos, e chegaõ a provar as doçuras meridionaes, com diffi-culdade querem voltar para o ponto donde sahiram.

Bem haja o nosso illuminado governo do Brazil, que tambem começa a aliviar do maior dos seus grandes cuidados o actual Governo Francez, convidando a muitos dos seus artistas. Este artigo extra-



hido das gazetas Francezas, e que lêmos nas Inglezas, deo-nos grande satisfacção; e por esta sábia medida bem sinceramente dâmos nossos agradecimentos ao governo Portuguez.

---

H E S P A N H A .

O governo actual Hespanhol não só hé inconsideradamente impolitico em quantas medidas e rezoluçoens até agora tem tomado, porem mostra uma incoherencia de proceder, e uma vacillação tal de operaçoens, que evidentemente indica, que nelle nem há coherencia e unidade de sistema, nem estabilidade ou força verdadeira. O thermometro mais exacto para calcular a consistencia e firmeza de um governo hé o seo Ministerio: assim, quando este muda á cada passo, e o Monarca se vê sempre desconfiado ou perplexo na sua escolha, a confiança publica acabou, e auctoridade Real nem pode ter respeito nem vigor. Quando os Ministros consideram, que seo âmo os troca com a mesma facilidade que muda de vestidos ou de trastes de palacio, necessariamente haõ de ser máos ministros; porque o menor mal que podem fazer hé esquecer-se dos negocios de estado só para se empregarem nos da sua propria conservação. Porem as vezes não param só aqui as suas vistas; o amor do proprio interesse e da segurança pessoal os leva a conceberem e a executarem planos mais fataes a tranquillidade dos Monarcas. Na historia moderna temos nós exemplos recentes, que confirmaõ o nosso raciocinio. A Corte da Russia, no tempo de Paulo I., sem poder comparar-se todavia, á outros respeito, com a insignificancia, e mal prevista politica da presente Corte de Hespanha, andava na mesma oscillação e incerteza de operaçoens, e de ministerio. Os Ministros, que um dia gozavaõ de uma illimitada confiança, e do maior auge de favor recebiaõ no outro dia uma ordem para serem enterrados nos gêlos da Siberia; e o Monarca, sem saber em quem se fiasse, nem que Concelhos tomasse, appareceo em fim uma manham assassinado na sua Cama. Dos dois Gustavos de Suecia um teve os mesmos destinos, e o outro talvez os tenha ainda peores; porque em quanto

§



vê junto do seo throno um estrangeiro, que com um braço trabalha para subi-lo, e com outro arreda para ao longe os descendentes dos Wazas, elle mesmo hé obrigado á passar a sua vida em devotas perigrinaçoens á terra Sancta. Então que firmeza ou representação tambem pode ter agora o governo Hespanhol? Nem o mesmo *indispensavel* Cevallos escapa as desconfianças do Monarca: em um dia hé deposto e desterrado, no outro torna a ser convidado; e quem sabe se até este mesmo *indispensavel* Cevallos se cançará ainda uma vez dos caprichos e inconstancia de seo âmo? Ao mesmo passo que isto se passa dentro do palacio, as inquietaçoens das Provincias, taes como a Andaluzia, a Navarra, e a Galiza, mostraõ que ao throno ainda falta alguma cousa para estar cabalmente seguro. Mas porque não cumpre El Rey Fernando com as promessas que fez á nação, quando, depois de findo o seo captiveiro, voltou para sua caza, e não só dissolveo, mas punio aquelle mesmo governo e as Cortes, que o libertaram do jugo estrangeiro? Se a palavra dos Reys chega a perder o character de sagrada, que sempre teve, e sempre deve ter; aonde pertenderão achar os Monarcas outro escudo de veneração e de respeito?

Estas consideraçoens, que muito devem dar em que meditar aos amigos da ordem e da publica tranquillidade, fizeraõ em nós mais profunda impressão depois que lêmos nas gazetas Inglezas um artigo, relativo ao Brazil, e que a pag. 72 deste No. deixamos copiado. Nelle se diz que o casamento das nossas bellas Princezas tem encontrado ultimamente alguns embarços. Se assim hé, parece que a mão da Providencia está attenta para se não precipitar um negocio da maior ponderação. Com effeito, que pressa pode haver em concluir uma alliança que, para ser felis, depende de imperturbabel tranquillidade na Hespanha? Hé este um ponto tão melindroso, que á cerca delle receâmos ou dizer de mais ou de menos. Todavia se hé prudencia calar-nos, não seria menor prudencia na Corte do Brazil esperar, que o tempo lhe deixasse examinar vagarozamente o horizonte de Hespanha.



## P O R T U G A L.

Neste Artigo publicámos o resumo da exportação do Vinho do Douro no anno passado de 1815. Ainda que temos em nosso poder a lista dos nomes dos exportadores, e as quantias que cada um exportou, julgámos prudente não a publicar para não dar-mos occasião a occiosidade de fazer commentarios sobre o que este ou aquelle individuo exportou, e sobre o que podia ou não podia exportar. O que pode interessar o publico hé somente o conhecimento da soma total da exportação, e a isso hé que unicamente nos limitámos. O numero dos Exportadores, entrando nelle a Illustre Companhia dos Vinhos do Douro, foi de 93 individuos, que todos elles exportaram a quantia já mencionada de 33,075 pipas e  $\frac{3}{4}$ . Sobre este assumpto só faremos duas observações: a 1ª hé, Que de toda esta exportação entraram em Inglaterra 31,641 pipas  $\frac{3}{4}$ ; e o resto, bem pequeno, se dividio pela Europa, e Norte d'America. 2ª. Que a Illustre Companhia hé taõbem contada como exportadora de 2,595 pipas e meia.

Quanto á primeira, hé bem para lamentar que toda a Europa, a excepção de Inglaterra, ainda com diversas partes da America do Norte, só importasse a insignificante quantidade de 1,434 pipas; de maneira que vemos estar este negocio em tal estado, que se Inglaterra deixar de beber o nosso vinho não temos para onde o exportar, de certo por não o ter-mos feito conhecido até agora taõ amplamente como nos convinha. A Illustrissima Companhia, que recebe e tem recebido os immensos lucros deste riquissimo commercio, deveria sem duvida tê-lo promovido com grande actividade em o norte da Europa e da America; e hé bem de presumir, que se á este ponto houvesse dado toda a attenção que merece, as nossas exportações para os paizes, fora de Inglaterra, seriaõ muito mais consideraveis. Hé justo portanto, que se não esqueça, por mais tempo, de promover o mais extensamente que poder, a exportação deste nosso precioso producto; e fazendo-o assim, ao menos mostrará nesta parte, que a sua instituição não hé taõ inutil como querem os seus opposcentes.



A segunda observação excita-nos a fazer-mos ainda outro reparo. Se a exportação total para os paizes, fora de Inglaterra, foi de 1,434 pipas, e a da Illustrissima Companhia de 2,595 e meia; ainda quando ella tivesse feito só á sua parte a dita primeira exportação; seguia-se, que sempre véio tambem a exportar para Inglaterra 1,161 pipas e meia. Ora não seria melhor, em lugar de competir ainda neste ramo com os exportadores particulares, sobre os quaes tem vantagens tão essenciaes, procurar fazer todas as suas exportações para paizes que não fossem Ingleses? Com isto causaria dois proveitos: 1º. Não afrontaria os negociantes particulares, até no mercado de Inglaterra, tendo em recompensa já bastantes exclusivos com que se devêra contentar. 2º. Abriria, por este modo, nas outras partes da Europa, e em toda a America do Norte, novos e ricos canaes para este commercio, com que, muito se enriqueceria, e a nação.

“ PORTUGUEZ” de Fevereiro, No. 22.

Já que temos fallado em uma das nossas companhias de Portugal, fallaremos tambem ainda agora em outra que hé a do Algarve. Em o nosso No. 56 pag. 545 a pontámos nós duas ou tres razoes, porque nos parecia que a sua prorrogação seria necessaria, e por consequencia proveitoza. O Redactor do *Portuguez*, tratando a mesma questão no seo No. 22, pag. 376, não achou boas aquellas nossas razoes; todavia hé preciso confessar-mos, que em todas as que tambem produzio contra nos achámos muita mais polidez do que força. Nós dicemos:—“ Que o Reino do Algarve tenha tirado grandes proveitos desta instituição, prova-se pelo preambulo do mesmo Alvará, &c.” A isto respondeo o Redactor do *Portuguez*:—“ Se este argumento fôra bom, e provára, então nenhuma lei se podia ter por injusta ou ruim; pois todas no seo preambulo trazem a carta de recommendação de que são justas, uteis, e necessarias: nós cremos (e não nos enganamos) que os Redactores nunca deram muita fé a infalibilidade do Papa: como a darão elles a dos governos, que, ainda não querendo enganar, estão sугeitos a enganos? Razoes de auctoridade do Legislador são, como no



fôro, allegaçoes da parte a seo favor, que nada provaõ para o critico julgador.”

A resposta do Redactor prova de mais: porque se do nosso argumento se seguisse, que nenhuma lei se podia ter por injusta ou ruim; do seo se concluia que nenhuma lei se podia ter por justa ou por boa: bastava que o legislador asseverasse um facto para que o publico o tivesse por mentirozo. Os corolarios, que daqui se podem seguir, não são desconhecidos ao Redactor. Do nosso argumento conclue-se; que quando o Legislador assevera um facto, este não pode ser desmentido simplesmente por meras possibilidades; necessitaõ-se, para o contradizer, provas positivas de facto; e em quanto estas não apparecem, a auctoridade do Legislador está intacta. Quando qualquer homem assevera uma cousa, quem tem direito a desmenti-lo, só pela razão geral que o homem pode mentir ou ser enganado? Ninguém: são precisas provas de facto; e neste cazo está sempre todo o legislador, assim como agora ainda está o do Alvará em questaõ.

“ Os Redactores não crêem que o Papa nem os governos sejam infalliveis,; mas por que não acreditaõ esta doutrina, haõ de acreditar que são sempre mentirozos? Esta hé a conclusãõ que se infere do argumento do Redactor do *Portuguez*.

“ Razoens de auctoridade do legislador são como, no fôro, allegaçoes da parte a seo favor, que nada provaõ para o critico julgador.” Porem se não provaõ a seo favor, que provaõ contra elle? Em quanto ellas não são legalmente desmentidas provaõ tudo a favor de quem as faz: a mera possibilidade de mentira ou de erro nunca pode constituir de facto um homem por mentiroso. O Redactor, acuzando-nos de um excesso, isto hé de acreditar-mos de leve, precipita-se em outro ainda maior, que hé:—de uma simples possibilidade concluir a existencia de um facto. “ Porque os governos, ainda não querendo enganar, estão sujeitos a enganar;” logo de facto sempre se enganaõ; logo o Governo Portuguez, que está sujeito á enganar, tambem desta vez se enganou.

Diz mais:—“ Mas a prorogaçãõ da Companhia foi requerida por todas as Cameras do Algarve: se isto assim se passou, para cantar-mos os louvores



da Companhia, só nos faltava saber, se nos actos de Veração das Cameras que a continuação da Companhia requerêram, não houve soborno, malicia, ou violencia, &c.” O Redactor não ouza negar o facto da petição das Cameras, mas recorre ainda ao seu argumento de possibilidade—“Só nos falta saber, &c.” Neste caso a mesma ignorancia, que confessa do modo porque procederam as Cameras, hé sinal de que o nosso argumento não hé tão máo como a elle lhe parece; e no em tanto existe intacta toda essa prova de direito a seu favor, em quanto não for desmentida. Porem supponhamos que no requerimento das Cameras houve soborno, malicia, ou violencia: que culpa tem nisto ou Legislador? Elle emprega os meios legais para saber a verdade, e diz aos interessados que francamente exponhaõ a sua opinião; mas se estes são tão vis, tão cobardes ou tão corruptos, que nem se quer ouzaõ publicar a verdade sobre aquillo que mais os interessa; entaõ como pode remediar-se este mal? A culpa não hé sua; hé todo das almas baixas, que nem tem animo para defender a sua cauza. E que medo podia ter um povo inteiro de fallar o que sentia quando era para isso convidado? As vinganças da Companhia? Mas estas são puros fantasmas; porque se o Legislador queria saber a vontade do povo, ou este se havia de declarar contra a Companhia, ou a favor: se fosse contra, expiraria a dita Companhia, porque o Soberano de pois de conhecer a vontade expressa do povo, a quem para isso mesmo de proposito havia consultado, não havia de hir contra ella, porque era contradizer-se, ou faltar á sua palavra: se fosse a favor, longe de temer a Companhia, antes esta lhe ficaria obrigada. Quanto mais, se a consulta das Cameras está sujeita á taes inconvenientes, a muitos maiores ainda está a simples indagação de um só individuo, a quem o Legislador incumbir desta commissão. A medida de consultar o povo por meio das Cameras hé portanto a mais justa e legal; e se o povo, ou os seus representantes tem tão pouca energia, ou tanta baixeza para se deixarem intimidar ou seduzir, entaõ não se queixem do Legislador, queixem-se unicamente de si.

Naõ sabemos a que proposito o Redactor do *Portuguez* concluiu a final a sua critica com as seguintes



observações:—“Inglaterra também tem a sua Companhia d’Indias (e também de Docks, &c.); logo, que muito se conserve a do Algarve em Portugal? . . . .  
 “Para que fallámos nós na Companhia da India Ingleza? Para mostrar:—“que nem sempre a continuação das Companhias, bem que estas por sua natureza sejam monopolios, hé prejudicial á um paiz.” Logo porque a Companhia do Algarve hé pobre, e hé pequena em comparação da Ingleza, e tal como *a ilha Barataria de Sancho, comparada com as ilhas Britannicas*, segue-se por ventura que não dê preveitos proporcionaes ao Algarve? Com effeito, confessámos não poder aqui entender a força do argumento do *Portuguez*. Porque duas Companhias são instituidas; uma para promover um commercio immenso, outra um commercio limitado; e por que uma destas mesmas Companhias dá lucros immensos ao governo, e a outra lhe dá lucros limitados, mas ambos em gráo proporcionado á sua instituição; pode legitimamente concluir-se, que só a primeira hé boa, e a segunda não presta? Esta conclusão, na realidade, não achámos nós incluída na proposição que avançámos.

Os elogios, que o Redactor do *Portuguez* dá ao nosso No. 56, nascem sem duvida de exquisita civilidade: as criticas, que nos fez, são effeito de uma diversa opinião neste assumpto. Nesta ultima parte nada temos que estranhar-lhe; porque, felismente, todos vivemos em um paiz, em que á cada um hé dado expor os seus pensamentos, quando elles não offendem nem o particular nem o publico. Quanto á improcedencia das nossas razões, os leitores, para quem escrevemos, farão dellas o juizo que lhes parecer; porque em nenhum cazo nós pertenderemos passar por infalliveis.

---

#### REINO DO BRAZIL.

A data da Carta de Lei, porque o Brazil foi creado Reino, e os dominios Portuguezes tomaram o novo titulo de—*Reino Unido de Portugal, do Brazil, e dos Algarves*, formará uma epocha que nunca esquecerá á memoria dos homens; e que será colocada, no famoso reinado do nosso Augusto Principe, logo a poz da-



quella outra epocha, ainda mais memoravel, em que S. A. R. tomou a nobre e heroica resolução de transportar seos Caros Penates e o throno para as terras abençoadas de Cabral. Assim que o nosso Principe pôz os pez no Brazil, aquelle rico paiz deixou logo de facto de ser colonia, e se converteo em uma das mais illustres partes da monarquia; faltava-lhe, por tanto, só a denominação de direito, e esta hé a que a sabia politica do nosso Principe agora lhe deo pela Carta de Lei que deixamos transcripta no artigo—*Reino do Brazil*. Está por consequencia já dado o primeiro grande passo, que a justiça e a politica pediaõ, porem ainda não está feito tudo. O nosso Principe contrahio por aquella famoza Carta de Lei obrigaçoens e deveres, que hé preciso cumprir, para que a creação do Reino do Brazil e a sua uniaõ com os Reinos de Portugal e Algarves não sejam simples palavras, mas tenham toda essa realidade que tão importante e sério objecto demanda. Sim, para que o Reino do Brazil seja verdadeiramente um reino não basta só que tenha esse titulo, hé preciso que novas leis e instituçoens o governem, e se risquem para sempre todos esses regulamentos que o governavaõ como colonia.

O Governo do Brazil era até agora verdadeiramente militar, e na mão de governadores e capitaens generaes estava na realidade a absoluta Soberania de todo aquelle immenso territorio. Se a antiga politica colonial, quando o throno estava na Europa, julgava prudente ou necessaria esta forma de administração; hoje, que as circumstancias absolutamente mudaram, tambem ella deve mudar. Nós já o dicemos, e ainda o repetiremos, o governo e despotismo militar hé só bom para soldados; as naçoens não se podem nem devem governar como um exercito. Logo o primeiro passo que deve tentar o governo do Brazil, e uma das primeiras obrigaçoens que contrahio o nosso Principe, hé de dar um governo puramente civil ao seo novo Reino. Hé preciso, que de hoje em diante todos os Brasileiros sejam cidadãos: até agora elles eraõ, pouco mais ou menos, avaliados e tratados como soldados, dispersos em diversas guarniçoens. E que tem daqui resultado? Que os despotismos militares tem sido atrozes em algumas capitanias: e que a povoação e a cultura do



riquissimo terreno do Brazil não tem feito a metade dos progressos que deverião fazer. Ainda agora mesmo que o melhor dos Principes já minóra com a sua presença milhares de vexames e injustiças, há procedimentos de alguns governadores, que fazem estremecer e horrorizar. Ainda não há muitos dias que nós mesmos vimos duas relaçoens identicas de factos, actualmente praticados em uma das capitanias do Norte, que nos fizeraõ lembrar a energica expressão de Tacito no principio da vida de Agricola—*dedimus profecto grande patientiæ documentum*: “temos dado com effeito um grande exemplo de paciencia!” Mas como estes papeis não nos foraõ derigidos, nada delles nos compete particularizar; e hé provavel que o publico e o Principe venhaõ brevemente a conhece-los pelo grande revelador de todos os misterios e de todas as iniquidades;—a *Imprensa*.

Não basta com tudo mudar a legislação do Brazil, e convertê-la de puramente militar em puramente civil, hé preciso ainda, e nisto está a maior difficuldade, faze-la exactamente cumprir pelas auctoridades civis. Mas como se poderá isto bem executar em um paiz taõ extenso, e que tem o throno as vezes taõ distante que a elle não poderião chegar os clamores contra a injustiça, ou corrupçoens administrativas senaõ depois de grandes males estarem já feitos, e precisarem de remedios, que talvez já sejaõ bem difficultozos? Hé necessario que o nosso Principe tenha em cada Capitania, ou Provincia (que melhor lhe cabe agora este nome), uma espia, ou sentinella incorruptivel, que constantemente o avize dos bens ou dos males que tiver o seo povo. Qual há de ser porem esta sentinella incorruptivel?—A *Imprensa, racionavelmente livre*. Sem ella, nunca espere o governo e o Principe conhecer cabalmente o que se passa em seos Estados; sem ella, nunca espere remediar os abuzos, e estimular a instrucção e a industria; sem ella, finalmente nunca espere pôr um freio irresistivel as injustiças, as dilapidaçoens, e a toda a sorte de prevaricação publica. A imprensa hé o alto *Pelourinho*, como lhe chama o Abade de Pradt, aonde até os maiores criminozos, e maiores prevaricadores tremem de ver gravados seos nomes; e hé a unica força no mundo, que hé capaz de



conter, ou moderar os crimes e os abuzos. E se esta força moral hé tão proveitoza em todos os paizes, hé essencialmente necessaria para o Brazil, aonde o centro da monarchia está tão distante das extremidades de todas as suas partes.

Mas dizem quase todos os que rodeão os Principes, e a quem não faz conta que elles saibão o que se passa em seos estados, para melhor cometerem á sombra da auctoridade Real todas as suas dilapidaçoens e injustiças:—"Os abuzos da imprensa são horriveis; ella calumnia os homens de bem; e revela os misterios do palacio e das Secretarias, que sempre devem ser sagrados, e vedados para o publico." Se a imprensa hé má porque comete grandes abuzos, e por isso se deve aniquilar, então, para hirem coherentes seos inimigos, aconselhem tambem aos Principes, que mandem cortar as mãos a todos os subditos, porque com ellas muitos roubaão e assassinaão. Se as leis são bastantemente poderozas para punir o ladraão e o assassino, e se ellas tem força para cohibir outros crimes e maldades, porque não terão a mesma força para castigar ou prevenir todos os crimes e abuzos da imprensa? Não são estes crimes sociaes da mesma natureza dos outros; e até não são mais faceis de examinar e de provar, porque correm em muitas mil copias estampados, e tem, por assim dizer, sempre por hypotheca o auctor ou o Impressor? Em se considerando os crimes ou abuzos da imprensa como quaesquer outros, todos os receios devem desaparecer; porque a lei, que hé feita para uns, pode tambem applicar-se aos outros. Quanto ás mais accusaçoens, respondemos:—A imprensa não tem nunca que fazer couza alguma com o que se passa dentro do palacio. A pessoa do Soberano deve ser sempre inviolavel, e nunca pode ser responsavel ao publico pelo livre exercicio das suas accoens. Somente os Ministros tem, e devem ter, uma rigorosa responsabilidade, e tanto maior, porque obraão em nome do Soberano, cuja auctoridade e respeito nunca devem aviltar; e por isso longe de ser um mal que a imprensa revele os misterios das Secretarias ou diversas Repartiçoens publicas, hé antes um grande bem, para impedir as violencias, os abuzos, ou a innercia dos que mandaão em nome dos Monarcas. Quanto mais examinado e



publico for o comportamento dos Ministros, mais respeitada e inviolavel será a sagrada pessoa dos Reys : os Ministros que esta practica não querem ou reprovão, hé por interesse seo particular, e não dos Monarcas ; transtornaõ com isto toda a essencia da Monarquia ; não querem que se ralhe delles para que se ralhe do Soberano ; e querem só elles ser inviolaveis para que os Principes o não sejaõ.

Se estes argumentos ainda não parecerem sufficientes, recorrâmos a outro de facto. Quando há duvida sobre a utilidade de uma medida publica, a prudencia e a sabedoria ensinaõ, que se examine se esta medida já tem sido practicada por outros, e qual hé o effeito que teve. O unico paiz do mundo, em que já depois de muito tempo, e ainda actualmente, há verdadeira liberdade de imprensa hé a nobre e poderosa Inglaterra, á sombra da qual e de suas leis incomparaveis estamos escrevendo este Artigo para bem do nosso Principe, e da nossa Patria : nesta Inglaterra, a Rainha das naçoens pelo seo bom governo e industria, como já uma vez a chamâmos, nada há oculto, nada há mysteriozo ; todas as operaçoens do governo, e das auctoridades publicas são patentes, examinadas, louvadas, ou criticadas : perguntâmos agora :—que paiz há mais forte, mais rico, e mais bem governado que a Gran Bretanha ; e que monarca há mais poderoso e mais respeitado que o Monarca Britannico ? Logo a liberdade da imprensa, bem entendida, longe de enfraquecer os Estados, e diminuir o respeito e auctoridade Real, antes a fortifica e augmenta.

Perguntamos mais :—E que força, consideração publica, e riqueza, comparadas com as de Inglaterra, haõ tido e ainda tem as naçoens aonde nunca de facto existio essa liberdade, começando pelo nosso Portugal, de quem já dizia Joze da Cunha Brochado, no tempo do Snr. Rey D. João V.—*aqui em Portugal tudo hé Inquisição ?* Logo esta prova de facto deve dar como resolvido o problema da bondade ou maldade da liberdade da imprensa ; e deve fazer abrir bem os olhos sobre a importancia e necessidade desta medida.

Se o Brazil, pela summa extensaõ das suas partes, não pode ser bem governado sem este preservativo, e vigilante sentinela, muito menos o poderá ainda ser o



Reino de Portugal, com todo o Oceano de permeio. Portugal, como Reino Unido ao Brazil, não exige menores considerações politicas do que o paiz aonde está hoje firmado o throno Portuguez. Este throno, para segurança e estabilidade do Monarca e da Monarquia, nunca mais deve tornara abalar-se do sitio em que está. Necessita, por consequencia, prender com laços Moraes, os mais fortes, os membros grandemente dispersos de todo o Reino Unido; e á Portugal, hé preciso que se dê a arma protectora de poder livremente enviar seos gemidos ou congratulações até os pés do throno, para que não possam por modo algum ficar sufocadas no meio-do oceano. Sem esta providencia hé impossivel que possa haver estreita, e sincera uniaõ. Dado este primeiro passo indispensavel, cumpre entaõ applicar-lhe todas as mais providencias legislativas que as novas circunstancias exigem; e para isto será bom nunca perder de memoria,—que o Portugal e o Brazil de 1816 já não são o Portugal e o Brazil de 1807: nesta advertencia temos dito tudo.

Pelo que diz respeito ás providencias commerciaes, que devem ligar os Reinos da Europa e da America, excellentes e mui proveitozas ideas incluem os *Pensamentos Patrioticos*, que publicámos no principio deste Numero. O governo Portuguez os deve ler e meditar, e nelles achará luzes bastantes para preencher os desejos e as esperanças dos Portuguezes de ambos os mundos. Mas em todos os cazos, deve principiar-se por dar a necessaria subsistencia ao povo, sem que seja obrigado a recebê-la dos estrangeiros: quando elle viver abastado, entaõ cuidará logo em ser industrioza; a mendicidade não gera nem brios nem virtudes. Quando á um dos nossos Portuguezes, que ainda hoje vive, e hé assás conhecido pela sua muita intelligencia e bons ditos, alguem contava como couza de grande proveito e maravilha, que o chá hia a ser cultivado com muita vantagem em os nossos territorios; respondeo elle com muita força de juizo:—“A minha opiniaõ seria que se cuidasse primeiro em nos darem as fatias.” Sim, abundancia de fatias, e uma racionavel liberdade farão dos Portuguezes do Reino Unido um dos primeiros povos do mundo. Para os Romanos, escravos, applicava-se—*panem et Circenses*; “paõ, e



Espetaculos :” porem o nosso bom Principe, que de certo, tem em melhor conta o seo povo, há de saber dar-lhe mais alguma couza do que—paõ e Espetaculos.

---

O pequeno Extracto de uma Carta da Bahia, que tambem publicámos neste No. prova, que a delicada questão do nosso commercio de escravatura ainda não está de todo terminada com Inglaterra, apesar da ultima Convenção que se assignou sobre este ponto. O governo Portuguez deve tomar uma resolução definitiva e energica sobre esta materia, que não deve ser tratada, como até agora o foi em muitos cazos, nos Tribunaes ordinarios Inglezes : este ponto hé mui serio, e merece ser discutido e concluido immediatamente por ambos os governos. As perdas mercantis, que soffrem com isto os especuladores, ou cultivadores Portuguezes, não são ainda em nossa opiniaõ de tamanha consequencia, como o effeito moral, que estas desavenças continuadas vão produzir nos espiritos dos povos de ambas as naçoens. A natureza e os mutuos interesses estão convidando a amizade de ambos os Reinos Unidos ; porem se se permite, que este fermento de odios e indignação ainda continue por largo tempo, produzirá males ou rancores, que poderão ser de bem fataes consequencias. Não veja pois com indifferença o nosso Governo esta quebra de boa harmonia entre os dois povos, e acautelle o mal com prudente antecipaçaõ. A Bahia vai mandar um navio, armado em guerra, com tençoens de pelejar ; outro já foi ao fundo combatendo : que resultado vantajozo para ambas as naçoens podem todos estes máos principios produzir ? Hé bem para recear que este negocio, se não for prontamente prevenido, ainda dê muito que sentir.

---

#### AMERICAS HESPAÑHOLAS.

As ultimas noticias recebidas, segundo as copiámos, são mais favoraveis a cauza da Corte de Madrid. Uma importante victoria, que se diz alcançada no Mexico, e



a tomada de Carthagera por Morillo, podem ressuscitar ainda algumas esperanças no gabinete Hespanhol; todavia a opinião, que até agora temos formado da sorte futura daquella parte do mundo, nem por isso deixa de continuar a ser a mesma. Que podem ultimamente fazer alguns batalhoens Hespanhoes, espalhados por uma immensa superficie? Quanto mais vencerem mais de pressa serão aniquilados. O nosso modo de pensar neste ponto hé o de M. de Pradt, quando diz em uma nota do seo *Congresso de Vienna*, pag. 173.—“ Os Hespanhoes d’America fazem a guerra contra os Hespanhoes da Europa como estes a fizeram contra os Francezes. O mesmo methodo não pode deixar de ter os mesmos resultados.”

---

INGLATERRA.

A Sessão do Parlamento Imperial abriu-se no 1º de Fevereiro pela falla, que fizeram os Commissarios do Principe Regente, e que já fica transcripta neste artigo, á pag. 74. A primeira proposta, que então se fez, foi a dos agradecimentos ao P. R. na forma do costume, e sobre este ponto houverão as ordinarias discussões entre o partido ministerial e da opposição. Neste ultimo, e na Caza dos Communs se fez logo notar Mr. Brougham, como successor do celebre e sempre lamentavel Mr. Whitbread, mas que em nossa opinião não parece ter os mesmos talentos, nem oratorios nem politicos, que tinha o seo antecessor: neste artigo faremos ver, apontando algum dos seos discursos, quaes são as suas opinioens politicas, e o seo estilo em as defender; assim como o espirito do Parlamento na presente sessão.

Na sessão de ambas as Cazas, no dia 8, diversas questoes se fizeram aos Ministros á respeito dos Tratados e Convenções, e das negociações que sobre isto houverão. Na Caza dos Lords procurou saber o Marquez de Lansdown o que se havia passado entre as Potencias Alliadas depois do Tratado de 25 de Março, assignado em Vienna, e antes da ultima occupação militar de Paris, relativo ao estabelecimento de um governo em França, no cazo do bom exito das suas armas. O Conde de Liverpool disse, que não podia



asseverar nesta materia qual era a natureza das negociaçoens então tratadas ; porem que ao mesmo tempo que positivamente affirmava que naquella epocha não havia estipulação alguma para dar por força um governo ao povo Francez, admitia, com tudo, haver *intelligencia*, de que S. M. Christianissima seria restituído ao seo throno. No tocante a outro ponto, relativo ás communicaçoes que tinhaõ havido com o Governo Provisional, respondeo o Ministro, que em nenhuma negociaçoes se havia entrado com aquelle governo ; porem, como lhe replicasse o Marquez de Lansdown ser couza notoria que o Governo Provisional tinha offerécido negociar, e que neste cazo se via que se lhe não tinha recebido a offerta ; confessou Lord Liverpool que *assim era*. S. A. o Duque de Sussex tambem perguntou pela—*Sancta Liga*, isto hé, pelo tratado entre a Russia, Austria, e Prussia, que nós nesta No. publicámos ; e o Ministro admitio que um tratado daquella natureza fôra assignado em Paris. A' este Documento tambem alludio Mr. Brougham na Caza dos Communs, e a seo respeito fez, entre outras observaçoes, a seguinte :—“ Que as suas pertengoens pareciao justificar as suspeitas de que as tres Potencias se tinhaõ ligado contra algum Estado *naõ-Christaõ*. As suas sanctas pertengoens eraõ taõ indefinidas e paliativas, que um tal contracto excitava com razao muito susto, e ciumes.” Este mesmo Membro perguntou tambem por outro documento, ainda mais importante, e que hé um dos mais notaveis na historia Secreta destas negociaçoes, e vem a ser :—Um Tratado entre a Austria e França, á que tambem accedeo uma terceira Potencia, (que não se nomêa) e cujas estipulaçoens se dizem ser certas garantias contra a Russia. Lord Castlereagh não se atreveo a negar a existencia deste Tratado. Na sessaõ do dia 9 propoz Mr. Brougham, que se apresentassem á Caza os dois sobre-ditos Tratados, o segundo dos quaes já em fim se sabe que fôra assignado, em Janeiro de 1815, entre a Gram Bretanha, França, e Austria ; porem Lord Castlereagh não julgou prudente apresenta-los, e sendo a questao posta a votos houve a favor da apresentação do primeiro—80 votos ; contra, 104 : a favor do segundo—25 ; contra, 92.



A Sessão do dia 12 hé extraordinariamente notável pelo Budget que nella apresentou o Chanceller do Exchequer, e pela exposição que fez das despesas que se julgavaõ necessarias no presente estado de paz. Porem entre tudo isto o que deve dar motivos para mais profundas reflexoens aos homens de Estado de todos os paizes hé a força militar que já pertende conservar em tempos de paz esta mesma Inglaterra, que até agora passava por simples Potencia maritima. O Governo pede subsidios para 99,000 homens, dos quaes 25 mil devem guarnecer a Gram Bretanha, Escocia, e Ilhas de Guernsey e Jersey; 25 mil a Irlanda! e o resto fica espalhado pelas suas conquistas da Europa, America, e Africa. Alem destas tropas compoem-se mais o seo exercito, em tempo de paz, de 30 mil homens, residentes em França, e pagos por ella; e de 20 mil nas possessoens da Asia, os quaes são pagos pela Companhia. Donde se vê, que o Governo Britannico pertende guardar na paz uma força de 149 mil homens! Não pode logo admirar a soma das despesas que o governo calcula para o anno corrente, que são nem mais nem menos—29 milhoens sterlinos, a forá os juros da divida nacional.

Esta proposta do Ministerio tem sido vigorosamente debatida em ambas as Cazas, porem entre os muitos Membros que della tem fallado escolheremos Lord Grenville; porque quando os Lords de uma nação assim pensão, e assim fallaõ, não pode haver erro em se conhecer qual seja o espirito publico. Tocando no ponto mais essencial para um povo livre,—a força militar posta á disposição do Governo, disse as bellas cousas seguintes:—“ Quando todos os Membros da “ Camera viaõ já tão proxima a existencia de um “ governo militar, que de necessidade devia transtornar “ e destruir a Constituição, garantida pelo sangue de “ seos antepassados, de certo era este o tempo em que “ a Caza era obrigada a fazer quanto podesse para “ salvar a patria d’esta horrivel catastrophe. Pelo “ que se tinha passado na ultima sessão vio elle que “ este projecto já então estava meditado, e por con- “ sequencia, o seo dever foi então acautellar os seos “ membros para se opporem á ruina e destruição da “ constituição, e das liberdades de todos. Desgraca-



“damente porem os seus receios estavam agora realizados; mas assim mesmo elle ainda confiava que Suas Senhorias não seffreriaõ, que um projecto de tão fataes consequencias chegasse a realizar-se, e que a patria cahisse sem auxilio ou socorro nas mãos de um governo militar. Era possivel tolerar-se, que neste anno de paz a Gran Bretanha arruinasse as suas finanças, arruinasse a sua constituição, e destruisse a sua liberdade para manter 150 mil homens, dos quaes 50 mil, numero até agora inaudito, deviaõ ser mantidos dentro do Reino Unido? Para isto era que a Patria havia consentido em tamanhos sacrificios, e por tamanhas privações tinha passado? Apesar de já estar em uma idade avançada, elle seria o primeiro em não largar o seu posto, assim como o mais activo em se oppor á monstruosa proposta que se intentava aprovar . . . . .”

Os debates sobre esta importantissima questão ainda continuaõ, e foraõ assas fortes na Sessão do dia 26: hé impossivel com tudo poder advinhar se o partido ministerial vencerá. O que muito nos custa hé reflectirmos, que parece que o Governo Britannico tambem intenta perder as lições da experiencia, não advertindo, que quanto mais forte quer ser mais se debilita. Se Buonaparte e a França nunca transpозessem o Rheno, e não quizessem dominar desde o Tejo até o Volga, quem poderia arrostar-se com elles? Assim o seu muito poder os esmagou, porque não reflectiram que as forças humanas sempre são limitadas, e que tem sempre um ponto, alem do qual tudo hé fraqueza. Quanto não sentimos pois que Inglaterra, a patria de uma nobre Independencia e das Leis, e este azillo generoso e seguro de todos os perseguidos e infelizes do mundo queira perder, pelos desejos de dominio, a melhor cousa que tem, e que nenhuma outra nação possue como ella.—a liberdade!

Outra questão não menos importante, que agora se agita, hé a da continuacão da Taxa, chamada de Propriedade. O povo já começa a exaltar-se, e a reclamar pelo meio legal das assembleias e petições. Recorrerá elle ainda, como já uma vez executou nas questões do preço do pão (Corn Bill) ás vias de facto e a violencia. Entaõ, cousa extraordinaria, se vio



Londres cercada e corrida de tropas, como se fosse uma cidade tomada de assalto, e o povo ainda d'essa vez não proclamou a victoria. Mas se por muitas vezes lhe derem occasião para combates, lá virá um dia em que elle possa ser vencedor, e então quaes serão os resultados? Nós estremecemos só com d'isto nos lembrar-mos. Toda a politica está em nunca permitir que o povo exercite as suas forças: o ficar por uma vez vencido não hé sinal de fraqueza; hé só falta de exercicio ou de experiencia, que nunca se lhe deve deixar adquirir. As questoes, que agora se tratão em Parlamento são taes, que ainda podem influir grandemente na sorte futura de Inglaterra.

Na Sessão do dia 15 fez Mr. Brougham uma proposta na Caza dos Communs, que sem ter relação immediata com os interesses Britannicos, foi esperada e ouvida com uma avidez extraordinaria por todas as classes do povo. Ella com effeito eminentemente honra não só o illustre Membro, que a concebeo e que a fez, porem o Augusto Senado aonde foi exposta. Fallámos da *moção* a favor dos Patriotas Hespanhoes perseguidos. Hé todavia para lamentar, que o generoso Orador, que tomou a seo cargo tão honrosa empreza, a desempenhasse tão mal, em nossa opiniaõ. Esta questãõ era assas delicada, e todas as forças oratorias se deviaõ derigir ao coração e não ao entendimento. Precisavaõ-se não tanto razoes, como fortes movimentos oratorios, que movessem e arrastrassem; em uma palavra convinha empregar a lingoagem energica do sentimento e das paixoes generosas, e cuidar pouco em ostentar argumentos. Quando se pertende empregar razoes em discursos, cujo effeito deve ser persuadir e mover, estas devem ser poucas, e taes que sobre ellas não se excite a mais pequena duvida. Quando o Orador Romano tentou vencer a obstinada tenacidade de Cesar contra Ligario não se occupou em distrahir-lhe a attençaõ com argumentos ou exemplos, fez todas as suas pontarias a alma do Dictador, inflamou-lhe o coração, alienou-lhe as faculdades, e o venceo. Como se houve porem na causa dos Patriotas Hespanhoes o Orador Britannico? Começou por estabelecer um principio assas delicado,—o da ingerencia de um governo em os negocios do outro; quiz prova-lo



com muitos exemplos, e logo mostrou assim a fraqueza da causa. Passou depois a mencionar cousas ainda mais delicadas, como o comportamento das Cortes, e dos Patriotas que nellas figuraram; e com isto trouxe a memoria o pouco affecto, que as mesmas Cortes haviaõ mostrado para com os Inglezes, destruindo assim qualquer bom effeito que as boas intencõens do seo discurso poderiaõ produzir. Um só movimento verdadeiramente oratorio, em pregado por Mr. Brougham, a pezar de não tirar d'elle todo o effeito que podia produzir, foi aquelle em que fallando do illustre Arguelles, dice:—"Esse malfadado Cavalheiro, que  
 "nunca empregou seos grandes talentos senão na  
 "defeza da sua patria, e que tão heroicamente con-  
 "seguiu das Cortes a abolição do commercio de escr-  
 "vatura que estava a ponto de decretar-se, está agora  
 "condemnado por Fernando a servir de soldado razo  
 "na guarnição de Ceuta, e em uma prizaõ pestilencial  
 "da costa d'Africa, e a vista da nossa propria fortaleza  
 "de Gibraltar!" Com effeito, esta idea feliz faz-nos lembrar a passagem de Cicero, em que, accusando Verres, diz pouco mais ou menos:—"E até para maior insulto, um cidadão Romano hé crucificado á borda do mar, e em frente das terras de Roma, para que a mesma vista do paiz da liberdade fosse um dos seos mais dolorozos tormentos!" A proposta de Mr. Brougham foi a final regeitada por 123 votos contra 42, que unicamente teve a seo favor.

Lord Castlereagh respondeo-lhe mui vigorosamente, e talvez porque a cauza o ajudava. Nós transcreveremos algumas passagens do seo discurso, que hé bem não se risquem da memoria, porque talvez ainda venha occasiaõ em que, sem lembrar-se do que entaõ disse, não faça reparo de as contradizer na pratica. A principal força das suas respostas consistio pois em mostrar, quanto era incompetente que um governo pretendesse interferir em os negocios puramente domesticos de outro governo; e a este respeito, disse, entre outras cousas, o seguinte:—

"Não há couza mais singular do que ver o honrado Membro, recomendando no seo discurso a interferencia do nosso Governo em os negocios do Governo de Hespanha, e ainda mesmo sem previamente saber se



neste negocio temos dado alguns passos, e quaes elles tenhaõ sido. Mas toda a politica do honrado e sabio Membro se limita em geral ao sistema de interferencia, sem se recordar que esta, em vez de ser preveitoza, seria talvez, antes bem prejudicial para aquelles em beneficio de quem se empregasse. Se elle na realidade suppunha que alguma interferencia, em que não entrasse a força das armas, podia ser de utilidade aos individuos de quem se tratava, de certo era impossivel que dentro dos muros da salla se tivesse ouvido em tempo algum um discurso tão pouco proprio para estabelecer a opiniaõ do honrado Membro. Porque; quaes haviaõ sido os seos mais vigorozos argumentos? imputaçoes, e accusaçoes pessoas contra o Monarca de Hespanha. Se o sabio e honrado Membro estava persuadido que a Caza tinha direito de julgar do merecimento ou desmerecimento de qualquer independente Soberano da Europa, estava de certo altamente enganado; e por tanto a elle (Lord Castlereagh) se fazia preciso nesta occasiaõ fazer algumas observaçoes acerca da qualidade de interferencia que em alguns cazos poderia utilmente praticar a Gram Bretanha. De boa mente admitia que nada era mais proprio da liberdade, e mais conveniente para o melhoramento da Europa, e progressos do espirito humano, do que o discutirem-se no Parlamento Britannico as grandes questoes de politica geral, para cuja discussaõ elle era competente. Mas, ao mesmo passo, não podia deixar de fortemente protestar contra a sua ingerencia em julgar os Soberanos independentes da Europa, e em decidir entre elles e os subditos questoes, não puramente Britannicas, não de natureza geral, como—*a abolição da escravatura*, mas questoes particulares que só pertencem as auctoridades locaes dos paizes; em uma palavra, questoes que estão ligadas com a interna administração da justiça.

“Verdade era que, levada algumas vezes do seo forte impulso moral, a Gram Bretanha havia transgredido nesta parte os limites que a prudencia prescrevia, porem tambem era certo, que talvez estas transgressoes houvessem salvado o mundo; e á vista das suas circumstancias bem se podia presumir, que as naçoens da terra justificariaõ os factos a que elle



alludia. Sim, era preciso confessar, que tinhaõ havido occasioens de bem *injudicioza* interferencia em os negocios dos outros paizes; e que se esta não fosse repremida, muito viria a perder a Gram Bretanha d'aquella consideração e character, em busca do qual tão nobremente e depois de tanto tempo trabalhava. Era impossivel, que qualquer homem que houvesse estado no continente, e que soubesse o que ali se havia passado, e ainda se passava (elle Lord Castlereagh não pertendia com isto individuar ninguem, nem facto algum particular), não fosse sensivel ao ver o tom de interferencia, de commando, e até de desprezo, que os Inglezes mostravaõ em tudo que se não conformava com as suas instituicoens. Ora pois, se em taes praticas não houvesse emenda, grande prejuizo sofreria a Gram Bretanha; e em lugar de gratidão, da parte d'aquelles entre quem isto acontecia, era muito para temer que nascesse grande falta de admiração e confiança.—Com tudo podia certificar ao sabio e nobre membro (ainda que não julgava conveniente apresentar as peças justificativas do que dizia), que se o governo de S. M. tinha cometido alguma falta neste ponto, era de se haver intrometido n'elle muito mais que o seo dever lhe permitia. . . .”

Transcrevemos esta parte do discurso de Lord Castlereagh, não só para mostrar que ao Governo Britanico não tem sido indifferentes as perseguiçoens e os trabalhos dos infelizes Patriotas Hespanhoes; porem para conservar-mos em lingoagem Portugueza uma parte mui interessante das *Confissoens politicas* deste celebre Ministro. Ellas podem ser mui uteis, e até dellas tambem ainda se poderaõ fazer mui concludentes applicaçoens.

Mas de tudo o que se tem dito e passado em Parlamento no curto espaço desta Sessão nada nos parece tão extraordinario, e tão digno de ser mencionado, como o Protesto seguinte de Lord Holland:—

*Protesto de Lord Holland contra os Agradecimentos em approvação dos Tratados, agora apresentados em Parlamento.*

“ Pois que os Tratados e Contractos incluem em si uma directa garantia do actual Governo de França



contra o povo d'aquelle paiz; e na minha opiniaõ tambem incluem uma geral e perpetua garantia de todos os Governos Europeos contra os governados: Eu tenho por illegaes estes procedimentos; creio que sãõ impraticaveis; e recordando-me dos principios, em que estãõ fundadas a Revoluçaõ de 1688 e a successaõ da Familia de Hanover, nãõ posso sancionar com o meo voto um sistema, que, se houvesse prevalecido n'aquelles tempos, teria privado o Reino de todos os beneficios, que tem rezultado de um governo nacional, e de uma livre Constituiçaõ.

(Assignado) "VASSAL HOLLAND."

---

*Assumpto novo.*

No Artigo—Correspondencia do nosso No. 56, pag. 557, respondemos nós ao *Leitor Constante*, que se tinha muito empenho em saber quaes eraõ os nossos sentimentos á cerca das materias politicas á que alludia, no proximo No. teriamos occasiaõ de o satisfazer. Este hé por consequencia o ponto de que agora vamos tratar, e quaze por uma especie de obrigaçaõ, depois que lemos em o No. XXII. do *Portuguez* de Fevereiro, a pag. 411, as seguintes expreçoens:—"E quem disse ao *Leitor Constante* que nãõ sãõ os Investigadores sequazes do nosso Credo?" Os Redactores do *Investigador* nenhuma força tem que os obrigue a manifestarem sempre as suas opinioens, portanto podem calar-se quando assim o julguem conveniente; mas uma vez que francamente as enunciem, podem estar certos os seos Leitores, que dizem sempre o que na realidade pensãõ da materia de que trataõ. Podem enganar-se, podem ter ideas que se nãõ conformem com as de muitos que os lerem; mas isto hé bem natural que assim succeda, uma vez que no mundo nãõ pode haver infalibilidade nos factos humanos, nem hé possivel que exista uma opiniaõ exactamente universal. O que vamos dizer hé por tanto a expressaõ, e copia fiel dos nossos pensamentos.

O *Portuguez* de Janeiro No. XXI. pag. 195, disse:—"Eu tenho um respeito santo e religioso por todas as revoluçoens da natureza, e tambem por as da politica, se estas



*saõ feitas por o povo.* Os Redactores do Investigador Portuguez dizem:—*Nós temos um medo horrorozo de todas as revoluçoens da natureza, e tambem das da politica, se estas saõ feitas pelo povo.* Expliquemo-nos. O que vulgarmente se chama revolução da natureza, isto hé, um grande transtorno da ordem physica do mundo, hé sempre uma terrivel calamidade, apezar de quaesquer bens que d'ella possaõ rezultar: o que vulgarmente se chama revolução politica ou moral, isto hé um grande transtorno dos antigos habitos e leis de uma nação, hé tambem, e sempre tem sido uma terrivel calamidade, quando tem sido feita pelo povo, apezar de quaesquer bens que della tenhaõ rezultado. Provemos a nossa these.

Que fazem as grandes revoluçoens physicas da natureza, e por exemplo, que fez a do espantozo terremoto de 1755, que subverteo Lisboa? Em poucos segundos fez desaparecer muitas mil cazas, e debaixo das suas ruinas sepultou 100 mil habitantes. Hé isto um bem? de certo, não. Hé verdade, que depois desta catastrophe resurgio a nova Lisboa, como a Fenix das cinzas, mais bella e mais airoza que antes era; mas da sua sepultura reconduzio tambem comsigo as muitas mil vidas, e riquezas que la se tinhaõ engolido? Não: logo, apezar de todas as vantagens, que se seguiraõ da re-edificação da nova Lisboa, as primeiras calamidades nunca se poderam resarcir. Logo, podemos dizer com bem razão, temos medo e horror de todas as revoluçoens da natureza. Hé bem verdade tambem, que talvez sem aquelle desastre não teria hoje Lisboa as muitas e variadas commodidades que ganhou na sua re-edificação; porem valem ellas o preço que custaram? Certamente nenhum dos habitantes, que lá pereceram ou perderam suas fortunas, quereriaõ te-las comprado por tal preço! Quanto mais, toda essa beleza e regularidade, que se deo á nova capital, não se lhe poderia ter dado pouco a pouco pelo trabalho e industria do homem; e não seria melhor que todos os seos habitantes gozassem destes beneficios, que só ficaram guardados para seos filhos, e netos? Seguramente teria sido mais util, que a revolução phisica, que transtornou Lisboa, tivesse vindo das maons dos homens do que das mãos da natureza. Não podemos



todavia negar, que as revoluçoens physicas sejaõ effeito necessario de cauza mui poderozas e occultas, e que não está na mão do homem o pode-las impedir. Porem, porque são necessarias, isto hé effeitos de cauza necessarias, segue-se que não tenhamos os mesmos motivos de teme-las? Tanto hé natural ao homem ter-lhe horror, e procurar desvia-las sempre de si, que tambem faz sempre quanto pode para as prevenir. A sabedoria humana achou, por exemplo, o modo de prevenir o terrivel effeito do raio; e quanto déra se tambem lhe fosse facil achar o importantissimo segredo de impedir um terremoto, ou seos effeitos calamitozos? Vê-se portanto que tivemos bastante razão para estabelecer a primeira parte do nosso *Credo*; e que elle hé conforme neste ponto ao sentimento universal dos homens, se hé certo que possa haver um sentimento universal.

Se os effeitos das revoluçoens da natureza são necessarios, são desastrozos, e grandemente dignos de horror, porque se não podem impedir; igualmente necessarios, e desastrozos são os effeitos das revoluçoens politicas, quando feitas pelo povo, e não houve a prudencia de as prevenir. Não são todavia tão horrorozas no sentido em que se podem embaraçar: passaõ com tudo a ser horrorosissimas quando não se previnem. Sim, as revoluçoens politicas tem uma ventagem sobre a revoluçoens physicas; em que a natureza para estas opera sempre em segredo, e faz sua explosão quando menos se espera; e para aquellas operaõ os homens, mais ou menos as claras, de sorte que nunca fica duvida ao experto observador da necessidade, ou proximidade de uma revolução. Quaes são pois as cauza, e os sinaes viziveis de uma revolução moral ou politica? As cauza primeiras estão no andamento dos seculos, na variedade das opinioens e das ideas, na contradicção das leis com os costumes dos povos, e finalmente na falta de execuçaõ das mesmas leis, e nos abuzos de administraçaõ, males inherentes á tudo o que hé obra do homem. Os sinaes das revoluçoens são-o descontentamento publico e geral, as queixas repetidas dos povos sem se lhes dar satisfacção, o desarranjo das rendas publicas, a falta de credito nacional, e em uma palavra, a opposiçaõ manifesta e constante as



operações do governo, que chegou a cahir em descredito ou fraqueza.

As leis de um paiz envelhecem como envelhecem os seos edificios, que hé preciso regularmente reformar depois de um certo periodo de tempo; e se esta reforma se não faz, cahem as cazas assim como cahem os governos. Hé um principio indisputavel em politica, que as leis devem accomodar-se aos homens, e não os homens accomodar-se as leis. Expliquemonos. As ideas dos homens, e seos habitos e costumes variaão com os seculos; e isto supposto as leis que são boas para um tempo são detestaveis e perigosissimas para outro. Querer logo governar homens, por exemplo, no seculo presente com leis feitas há dois mil annos, não hé accomodar as leis aos homens mas os homens ás leis. E que se faz com isto? Hé uma couza ainda peor, mais perigoza, e mais rizivel, que se agora se pertendesse que os homens vestissem o mesmo traje que se uzava no seculo de quinhentos, ou ainda em eras mais remotas. Vê-se pois que se em legislação não se fazem estas mui prudentes reformas, e não se vão constantemente applicando as leis aos homens existentes, as cauza das revoluções operaão, e vão ter um effeito necessario,—que hé uma explosão. Mas nós já dicemos, que os sinaes destas revoluções eraão visiveis: que se deve pois fazer? preveni-las com tempo. E como se devem prevenir? fazendo-se pacifica e tranquilamente as reformas convenientes.

Os que tem todo o direito e interesse de as fazer são os que governaão. Estes pelo seo bem, e pelo bem do Estado são os que devem cuidar na conservação do edificio social, e impedir que um terremoto politico o destrua, concertando-o bem á tempo. Mas que hé o que propriamente se pode chamar um terremotu politico? Hé uma revolução feita pelo povo; hé uma das maiores calamidades por que possa passar uma nação; e, apezar disso, hé um effeito necessario, se a prudencia e sabedoria humana o não embaraçarem pelos meios que ficaão apontados. A razão porque dicemos pois na segunda parte do nosso *Credo*, que tinhamos um medo horrorozo das revoluções da politica, se eraão feitas pelo povo, são as seguintes.

Quando o povo se arroga o direito de transtornar



uma legislação estabelecida, hé só no momento em que o governo já não tem energia nem respeito; e neste cazo, sem leis, sem governo, e sem receio de responsabilidade, o povo hé como um animal ferós, que quebrou as suas prizoens, e devora tudo o que encontra diante d'elle. Hé uma inundação espantoza, que não fertiliza, porem destroe; hé um terremotu, que derriba, e nunca edifica senão despotismo, pilhagens, cadafalsos. Isto porem hé natural que assim succeda. O povo sem luzes, sem discernimento, e por consequencia ciozo e desconfiado, havendo vivido sempre em continuas privaçoens, o primeiro passo que dá em todas as revoluçoens, em que hé parte activa, hé fazer guerra á propriedade e riquezas que não possue. Assim a riqueza sempre hé pretexto de traição, e as dignidades sociaes são falta de patriotismo, ou sinaes de inimizade popular. Depois de mil assassinios, roubos, e incendios, qual hé o resultado das revoluçoens feitas pelo povo? Uma tirania e despotismo mais atroz do que tudo o que antes se quiz remedear. Os proprietarios e cidadaons pacificos, cançados e oprimidos, sujeitaõ-se em fim ao primeiro ambiciozo ou atrevido, que se apresenta na confusão geral para governa-los; e este mesmo ambiciozo hé recebido, no momento da inquietação e da incerteza, como um Anjo tutelar, e um verdadeiro Salvador.—“Eu antes quero ser escravo do Dey de Argel, dizia já cançado das violencias populares, o celebre Mirabeau, do que cidadaõ, governado pelo povo.”

Mas já que fallámos em Mirabeau, fallemos tambem da Revolução Franceza. Quaes foraõ as consequencias desta revolução, assim que se permittio ao povo tomar nella a parte mais activa? Assim que o povo Francez forçou os *Invalidos*, se apossou das armas que ali estavaõ, e foi fazer a conquista da Bastilha em 1789, levantou logo ali o throno de sangue, em que se devia sentar Roberspierre: assim que o mesmo povo, em 1795, forçou a Convenção Nacional, assassinou dentro della o seo Representante *Ferraud*, e arvorou dentro da Salla a sua cabeça, espetada em uma lança, logo ali ergueo tambem o throno em que devia sentar-se Buonaparte para fazer a desgraça da França e do mundo. Não gostâmos pois, sinceramente, das revo-



luçoens feitas pelo povo : a revolução Franceza fez-nos com muita particularidade aborrecer esta especie de reformas.

A nossa maravilhoza Revolução de 1640, que poz no throno a nossa Augusta Familia Reinante, não foi uma revolução popular : foi uma revolução feita pelos homens instruidos e mais respeitaveis da nação ; e o povo neste cazo não fez mais que seguir os seos proprios dezejos, obedecendo prontamente aos que lhes ensinaram os meios de recobrar a liberdade. Que começava porem a ser já a revolução do Porto em 1809 ? O povo já tinha forçado as prizoens, tinha roubado e assassinado, começava a embriagar-se de sangue ; e tal era já a geral consternação, que se chegou a avaliar por boa fortuna a pronta entrada do inimigo na cidade !

Temos conseguintemente dado a nossa opiniaõ á cerca das revoluçoens, assim como prometemos ao *Leitor Constante*, e acabaremos este artigo pela nossa Profissão de Fé politica, como a annunciámos no principio :—*Nós temos um medo horrorozo de todas as revoluçoens da natureza, e tambem das da politica, se estas são feitas pelo povo.* Os Francezes, já desenganados bem cruelmente do que eraõ revoluçoens, feitas pelo povo, proclamaram uma maxima, que deve servir de norma para todos os homens e para todos os seculos :—*Tout pour le peuple, et rien par le peuple.* “Tudo á favor e em beneficio do povo, e nada feito pelo povo.” Mas quem há de fazer tudo á favor e em beneficio do povo ? Os governos ; para que o povo nada faça.

---

RESPOSTA A' UM SNR. CORRESPONDENTE.

Recebemos por um Navio mercante os Papeis que nos enviou, e faremos tudo o que nos recomenda. Quanto á sua publicação, ainda nada podemos dizer ; porque não tivemos tempo de os examinar.



---

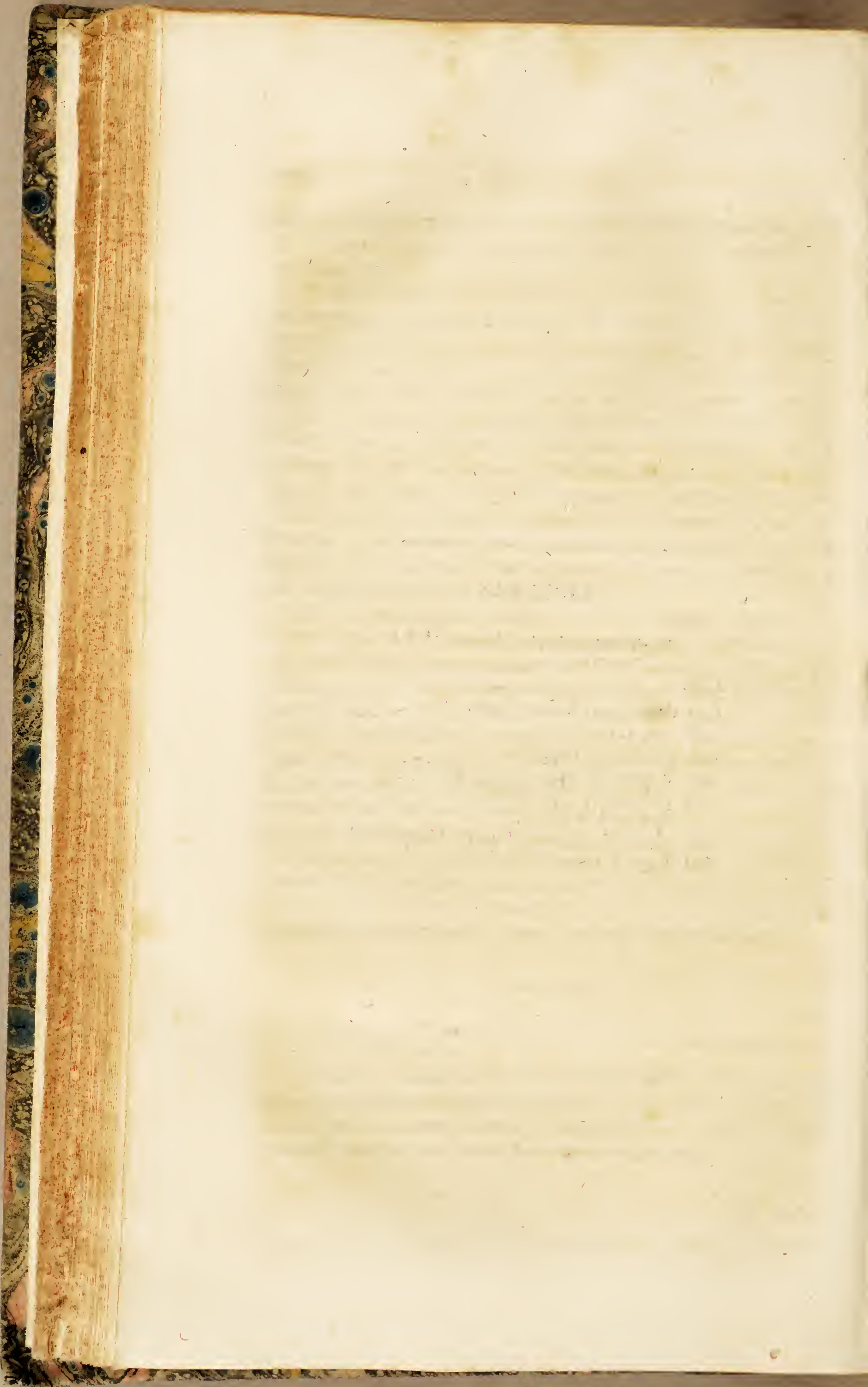
## ERRATAS

*Mais notaveis do Numero LVI*

*Pag.*

- 426 desculper, *l.* desculpar.
- 447 dar, *l.* da.
- 451 arraiga, *l.* arreiga.
- 461 o grau de calor, *l.* o grau de luz.
- 468 podecido, *l.* padecido.
- 473 apeza, *l.* a pezar.
- 542 povo Hespanho, *l.* povo Hespanhol.
- 551 fime, *l.* firme.







---

O  
INVESTIGADOR PORTUGUEZ

EM INGLATERRA,

OU

JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

---

ABRIL, 1816.

---

*Condo et compono, quæ mox depromere possim*—HOR.

---

LITERATURA PORTUGUEZA.

---

*Extractos da Historia da Embaxada de Polonia, pelo  
M. de Pradt, feitos por M. de C. P. de M.\**

(Continuada da pag. 31, do No. LVII.)

O IMPERADOR, desde que nasceo, nutrio na sua elevação, e depois de subir ao throno, o appetite e o dezejo de invadir o mundo. Nas duas extremidades da escada foi sempre o mesmo homem: vassallo o mais obscuro, o mais desemparedado, o mais pobre; assim como o mais brilhante e o mais poderoso dos

\* Depois de haver-mos começado a fazer os Extractos desta Obra, os quaes publicámos a pag. 25 do nosso No. LVII, recebemos (*via Lisboa*) estes, que agora continuâmos, feitos pelo Snr. M. de C. P. de M., o mesmo, que já nos tinha enviado os que publicámos a pag. 1 do No. LIII.—Mil agradecimentos ao seu Auctor.—*Nota dos Redactores.*



monarcas. Nestas duas posições tão diferentes não cessou de sonhar sempre com thronos, dominio, constante elevação, perturbações, agitações de estados, e catastrophes politicas: tal era o alimento habitual do seu espirito, nutrido unicamente com as ideas de Machiavel, seu unico Mestre!

“ Tacito escreveo Romances,” dizia elle a M. de Jacobi em 1804; “ Gibbon hé um fallador; Machiavel hé o unico livro que se pode ler.” Eu mesmo lhe ouvi estas palavras, e todos viram os progressos que fez com tão bom mestre.

“ Há dois thronos abalados que eu vou firmar,—o da Turquia, e o da Persia,” dizia elle, em 1794, depois da sua deposição, acabado o sitio de Toulon! Um dos generaes, que assistio ao dito sitio, me dice, que em um conselho de guerra, a que fôra chamado, elle falára com um tom tão decisivo e magistral, que a penas seria desculpavel em um velho general acreditado por seus longos serviços.

O Marechal Duroc, que o conhecia melhor que ninguém no seu interior, me disse,—que desde o momento em que chegou a Italia em 1796 para commandar o exercito, pozéra os generaes e todo a gente em tanta distancia de si, como quando estava no seu palácio, cercado de guardas, que vigiavaõ a roda do Louvre. Pouco depois da sua entrada em Milão e da batalha de Lodi, certo ministro estrangeiro, que me contou este facto, lhe fallou de que elle poderia obter para si aquelle Ducado em premio de seus serviços; ao que elle respondeo:—“ Está um Throno vago, que hé muito melhor que este Ducado.”

O gosto e appetite de governar hé geralmente innato em Napoleão. . . . . Para elle reinar hé tudo, e para isso sacrificaria o universo sem hesitação nem remorsos. Hé facil agora de conjecturar até onde pode um homem ser levado por uma tal disposição de espirito desde que obtem algum poder. Hé a alavanca de Archimedes, que não carece se não de um ponto de apoio para levantar a terra e os céos: assim não temos mais do que seguir a marcha de Napoleão para ver se ella se desvia um só instante desta linha de progressão ascendente. O general do 13 *Vendimiaire* faz o general em chefe de Italia, e este o Dictador daquelle



exercito, tornado centro de todos os exercitos Francezes, o negociador de Leoben, de Campo Formio, e de Tolentino, e o chefe, olhado pelo Directorio como uma potencia, e pelos Francezes como uma esperanza. O Egypto se lhe apresenta entao como um ensaio de soberania, que em cazo de desgraça lhe offerecia um azillo independente. Desde esse tempo existia na sua cabeça o projecto de transtornar o Imperio Ottomano, e de se estabelecer na Asia Menor: tal foi o verdadeiro objecto da expedição de S. João d'Acre.

“ Não há já que fazer na Europa, há duzentos annos a esta parte,” me dizia elle em em Setembro de 1804: “ hé sómente no Oriente, aonde se pode trabalhar em grande.” Mil vezes lhe ouvi repetir esta idea, e queixar-se dos limites que a civilisação da Europa oppunha ás grandes empresas. Ora um espirito que só vê os objectos com tanta generalidade, deve sempre tender a estender-se, e a desgostar-se rapidamente das couzas sensiveis e uzuaes para correr a traz das que só a imaginação pode crear e tocar. Assim vimos nós o progresso illimitado de suas empresas, sem que nunca se podesse contentar com o pôsto a que tinha chegado. O Consul, por dez annos, aniquilla, subjuga, e anulla os seus collegas; destroe a constituição, excluindo della o Tribunado; faz-se Consul por toda a vida; e quando tinha calculado bem o que podia, eleva-se a esse throno, que há muito cobicava, e o condecora com um titulo mais brilhante, só na idea de ficar mais alto para poder ser visto de mais longe. Depois encarrega-se de uma nova coroa em Italia; engrandece-a com os despojos dos pequenos estados, que ainda existiaõ naquella Península, e com os dos Austriacos, nas provincias Venezianas; com o reino de Napoles, que dá em uzo fructo eventual a sua irmam; e com os despojos da Prussia, cujas fronteiras faz recuar entre ruínas, das quaes elle mesmo fica em parte gozando. Depois ainda estabelece sobre um novo throno outro irmão, que vem correndo da America ao cheiro desta immensa céva de thronos da Europa; povoa a Alemanha de grandes feudatarios, aos quaes vende as novas dignidades á custa da sua dignidade pessoal, do sangue, do dinheiro dos povos, e da felicidade de seus proprios vassallos. Entao tranquillo a respeito do



Norte e do l'Est da Europa, passa a envadir a Toscana e Portugal, e a representar, por meio da mais execravel traicão, as deploraveis scenas de Hespanha, daqual se pertendia asenhorear, como elle mesmo me disse em Valladolid. Segue-se a expulsão atroz do Papa, e a attribuição desta Soberania nominativa para o primogenito da sua familia; a expulsão escandalosa de seo proprio irmão de Hollanda; o despojo do de Westephalia, privado de uma porção de seos Estados pela invasão das terras da baixa Allemanha, encravadas entre a França e as cidades Anseaticas; e finalmente, apodera-se destas sem razaõ e sem cerimonia, para unir com o Imperio Francez territorios que de nenhum modo podiaõ ter connexão com elle. Esta serie de invazoens, das quaes uma servia sempre de estrada para a outra, deixa bem ver a verdade da asserção, que Napoleaõ não perdêra um so instante de vista o projecto de sobmeter o mundo ao seo dominio. Elle queria fazer com este o que fez com a França, daqual se constituiu despota desde o dia em que subio ao throno. Era taõ impossivel para elle supportar uma contradicção na Europa como em França.—O homem que nos mais graves debates com as maiores potencias da Europa tratava publicamente os embaxadores destas como os seos propios Camaristas, ou o seo Corpo Legislativo, não podia co-existir com couza alguma que fosse semelhante ou paralela a elle. O mundo não podia ter dois senhores, nem podia Napoleaõ consentir em ser o segundo.

Poucos dias antes da sua partida para a Russia, em uma audiencia que deo aos Bispos que voltavam de Savona, aonde estava entaõ o Santo Padre, lhe ouvi eu proferir as seguintes palavras:—"Logo que eu terminar o que se prepara, e mais dois ou tres projectos, que tenho em vista, disse elle batendo na testa, hade haver vinte Papas na Europa; cada um há de ter o seo."

Em Novembro de 1811, no fim de uma longa conferencia em que se alargou a respeito das particularidades lisongeiras da sua viagem a Hollanda, me disse transportado de prazer pela sua posição:—"Dentro de cinco annos heide ser o senhor do mundo: não me falta mais que a Russia, mas eu a esmagarei.



Paris há de estender-se até Saint Cloud. Eu construo quinze náos cada anno, mas não hei de lançar uma só ao mar em quanto não tiver cento e cincoenta. Hei de domina-lo assim como a terra, e então todos haõ de passar por minhas mãos para o commercio, e não hei de admitir se não o que me trouxer milhaõ por milhaõ." Tal hé a sua unica theoria de Commercio, que já me tinha largamente desenvolvido em outra conversação que com elle tive na volta de Hespanha.

Esta tendencia para os thronos e para o poder não hé exclusiva em Napoleaõ : ella existe em toda a sua familia. Joze, Jeronimo, Luis, a Gram Duqueza, tão galantemente denominada-a Semiramis de Luca, todos tem a mania de possuirem thronos, e não pensão nem ambicionaõ senão honras soberanas. Não há um só individuõ desta singular familia, que se não creia *ab eterno* destinado para reinar e commandar; que não olhe a privação de um throno como a violação de todos os direitos divinos e humanos; e que se não julgue indispensavel para a felicidade dos povos: por mais que o mundo os repulse e afaste com horror, elles não se julgaõ menos soberanos legitimos, necesarios, imprescriptiveis. Não sei quem poderá explicar a facilidade com que se esqueceram do passado para não verem mais que o futuro; mas hé certo que esta disposição de espirito existe em todos elles, e hé preciso absolutamente que reinem. Joze pensa, que todo o sangue e todo o oiro de França saõ bem e justamente empregados para o estabelecer no throno de Hespanha. Por mais que esta lhe grite com o sangue de dois milhoens de Hespanhoes, mortos para o expulsar, e com a voz de todos aquellès que o seo furor deixa respirar na quella terra desolada,—que ella o não quer; por mais que a França (que até o não conhece se não pela luxuria e desastres, que o acompanharam em todos os thronos em que se tem ensaiado) lhe faça saber que já basta de sangue Francez, derramado para o fazer senhor de um povo, que antes quer a morte do que tê-lo por Soberano; elle não persiste menos em querer reinar em Hespanha. Luis hé maniaco com a soberania da Hollanda: a França, a Hollanda, e a Europa inteira o declararam decahido do throno, e elle continua ainda a julgar-se Rey de Hollanda pela graça de



Deos, e a conservar no interior de sua caza uma sombra de soberania a mais ridicula do mundo. Jeronimo hé, depois de Napoleão, o mais ambiciozo de reinar: bem cuidou elle ser Rey de Polonia!

Esta mesma disposiçãõ existe no mais alto grão entre algumas mulheres desta familia. A Gram Duqueza merece um lugar mui distincto entre as pessoas do seo sexo, que mais se asignalaram pela voracidade das suas ambiçoens.—Hé Agripina, sempre disposta a proferir a verdadeira expreção do ambiciozo—*Occidat modo imperet*; “Morrâmos, com tanto que reinemos.” A Rainha de Napoles não lhe cede nada nesta linha de comportamento. Esta paixão não hé porem nesta familia, como entre os grandes homens, um motivo de grandes acçoens, de grandes virtudes, e o germen e desenvolvimento das qualidades elevadas, que distinguem os grandes ambiciozos; não, nada há pessoalmente mais obscuro nem mais rasteiro do que esta récuã de cobigadores, e possuidores de thronos. Seo unico titulo hé seo irmão: desde que este foi feito Soberano, todos elles o quizerão tambem ser, e não cessaram de o atormentar com suas pertençaens. Todos sabem a engraçada resposta que deo o Imperador a um destes reys, seos familiares, que se inflâmava para o persuadir que lhe devia augmentar os seos estados: “Quem nos ouvir,” disse elle, “há de pensar que vos privo da herança do defuncto rey nosso pai.” A ambição do Imperador, mais elevada e poderoza, absorvia estas ambiçoens subalternas, reunidas em torno da sua, como satelites a roda de um planeta . . . .

O auctor, depois de descrever os meios que empregou Napoleão para adormecer o governo da Russia desde a paz de Tilsit até o momento da invasão deste Imperio em 1812, prova com toda a evidencia, que Buonaparte foi o auctor voluntario, e não provocado, da dita guerra; e que o Imperador Alexandre fez quanto cabia na dignidade de um grande Soberano para evita-la. As seguintes passagens desta parte da obra me parecem dignas de ser conhecidas:—

Devemos confessar, que desde a paz de Tilsit, desta paz, em que a guerra ficou tão bem estabelecida, todos os que sabião pensar viram formar-se e engrossar-se a nuvem de que devia rebentar a tormenta com que se



haviaõ de perturbar os dois Imperios; e marcaram a grande epocha da explosãõ, conhecendo, que a questaõ se havia de estabelecer sobre o commercio com Inglaterra; e que Napoleaõ, com o pretexto do seo sistema continental, havia de querer estender-se até o fundo do Báltico, deixando á Russia a escolha de resistir a todo o risco, ou de receber guarniçoens desde Riga até Arcangel. Isto era publico em Paris. Os que ouviaõ os Polacos naquelle tempo viaõ igualmente que a guerra era inevitavel. O Ducado de Varsovia era o ponto de esperanza. Isto era como o segredo da Comédia, que o sabe todo o auditorio. O Imperador mo declarou mesmo na sua audiencia de Dresda; e a dizer a verdade, bem podéra poupar o trabalho dáquella revelação, por que havia já muito tempo que eu o sabia.

Em todo o inverno de 1811 para 1812 não se ouviaõ em Paris se não o estrondo de preparativos, e os ameaços de guerra contra a Russia. Paris estava feita uma praça d'armas, e uma terra de tranzito para as tropas que vinhaõ de todas as partes do Imperio para esta expedição. Os Polacos foraõ mandados vir do fundo de Hespanha; a guarda Imperial tinha partido de Paris; os contingentes da Confederação estavaõ em movimento: não se esperava mais que a aparição do sol sobre um horizonte mais elevado para dar o sinal do combate.

Seja-me permitido fazer aqui uma comparação da conducta de Napoleaõ á respeito do Imperador Alexandre com a que elle teve com o desgraçado Principe das Asturias. Em ambos os cazos tratou de proceder por doble surpresa á respeito de um e de outro; surpresa de couzas, e surpresa de pessoas. Antes da expedição de Hespanha, o Imperador fazia espalhar mil boatos sobre o seo projecto:—era o cerco de Gibraltar, a invazão de uma parte da costa de Africa para interceptar completamente a entrada do Mediterraneo. A desgraçada Côte d'Hespanha só na ultima extremidade hé que soube a sorte que lhe destinavaõ pela rapida carreira, que para isso fez um tal Ezquierdo, agente do Principe da Paz. Assim tambem, para enganar a Russia sobre os destinos das tropas Francezas, fizeraõ circular, durante o inverno, boatos



bem ridiculos á cerca de colonias imaginarias. Falavam de reunioens de artistas, de horteloens, de relojeiros, de transporte de ricos vestuarios, e até dos trastes mais preciosos do guarda-moveis. Tudo isto eraõ tentativas para desviar a imaginação do publico do objecto verdadeiro; e hé ao mesmo motivo que devemos attribuir os protestos, as caricias, e as negativas que se prodigalisaram em Paris e S. Petersburgo. Foi somente no instante de começar, que o Duque de Bassano, partio de Paris sem dizer nada, e deixou o Principe Kourakin, cansado de esperar por uma audiencia que lhe havia prometido, assim como os seus tardios passaportes; porque levaram o disfarce até aquelle ponto, muito de proposito para o entreter. O plano do Imperador era doble entã como o havia sido com Hespanha. Por uma parte, queria chegar de repente ao exercito Russo para o esmagar por surpresa; e por outra, esperava fazer-se senhor da pessoa do Imperador Alexandre. Tinha tomado gosto em Hespanha á este modo de acabar com os Reys; e tudo quanto este methodo lhe havia custado ainda não bastava para corrigi-lo: pelo contrario, esperava indemnizar-se na Russia do que a Hespanha lhe tinha custado. A' mim mesmo mo disse elle na Conferencia de Dresda.

O Imperador sahio de Paris a 9 de Maio. Eu parti no dia 10 com uma parte da Côrte. Ao chegar a Metz, no dia 11, M. de Vaublanc veio ter connosco, e nos disse, que o Imperador, que se havia apeado no palacio da Prefeitura, passára o seraõ mui contente e lhe dicéra que hia restabelecer toda a Polonia. Notando porem que o Prefeito se admirava, continuou, dizendo:—"Toda a Polonia certamente, toda a Polonia; deseseis milhoens de Polacos." Depois disto, fallou largamente, conforme o seu costume, dos seus successos e consequencias que deviaõ ter.

Cheguei a Dresda no dia 17 de Maio depois de uma viagem muito incomoda, como são todas as que se fazem com a comitiva do Imperador, nas quaes homens e mulheres, de qualquer estado, condicão ou idade, devem correr de dia e de noite como se fossem correios de gabinete. O Imperador tinha tomado o caminho da Franconia para não passar por Weimar, residencia



da irman do Imperador Alexandre. O governo de Saxonia tinha mandado concertar á sua custa todas as estradas desde a fronteira, á travez das montanhas, até Dresda.

O Vós, que quereis ter uma idea exacta da prepotencia que Napoleão exerceo sobre a Europa, se dezejaes calcular os grãos de susto que dominavaõ em quaze todos os Soberanos, transportai-vos em espirito a Dresda, e vinde contemplar este Principe soberbo no mais alto grão da sua gloria, taõ proximo ao de sua degradação.

O Imperador occupava o quarto principal do palacio; tinha levado comsigo uma grande porção da sua Caza; dava meza publica; e a excepção do primeiro domingo, em que El Rey de Saxonia deo uma funcção, era em Caza de Napoleão que os Soberanos e parte de suas familias se reuniaõ por meio de convites por escripto, feitos pelo Gran Marechal (Mordomo-mor) do seo palacio. Alguns particulares eraõ admittidos a estas assembleas; e eu gozei desta honra no dia em que fui nomeado Embaxador para Varsovia.

Os *Levers* (Côrte pela manham) do Imperador eraõ, segundo seo costume, ás nove horas da manham. Era ali que se podia ver em que numero, e com que submissão temoroza uma chusma de Principes, confundidos entre os cortezaõs e apenas vistos por estes, esperava o momento de apparecer diante do novo arbitro dos seos destinos. Aquelle espetaculo renovava em mim toda a afflicção que me cauzavaõ as audiencias diplomaticas, que tinha prezenceado. Era preciso ouvir as perguntas triviaes que o Imperador lhes fazia, e as respostas humildes que sobmissamente lhe tornavaõ. Foi em um desses *Levers* que eu ouvi sahir da boca de Napoleão essas palavras dignas de occupar o primeiro lugar nos fastos do orgulho.

O Imperador, chegando-se para o Principe de Neufchatel, dice lhe com aquelle surrizo sardonico, de que uza tantas vezes:—"E entaõ que temos?" Tratava-se de uma conversação que este Principe devia ter tido com o Conde de Metternich á cerca da troca da Galicia pelas provincias Illyricas. Eu ouvi Neufchatel, que respondia:—"Elle poem difficuldades, e não quer." Entaõ o Imperador com aquelle ar e tom que



sempre daõ a conhecer nelle uma forte agitação de alma, pronunciou estas proprias palavras:—"Pobre homem, que quer *diplomatar* comigo! . . . ." E depois, continuando com mil expressoens de desprezo, que lhe saõ familiares, se voltou para nós com um ar que ninguem poderá nunca exprimir, e dice:—"Hé uma bem grande prova da fraqueza do espirito humano o pensar de poder lutar comigo!" Naõ, nunca palavras algumas me fizeraõ tanta impressaõ como estas; e nada as poderá riscar já mais da minha memoria! Nabucodenosor, o Soberbo, devia certamente ser um modelo de humildade á vista de um homem, imbebido em taõ copioza dóze de amor proprio!

Na minha chegada a Dresda o Imperador se informou com muita attençaõ do estado da minha saude; e quando eu lhe disse que tinha resistido á fadiga da jornada, respondeo elle:—"Ora ahi tem as mentiras que se contaõ: hontem, no quarto da Imperatris, se dice, que vos tinhaõ posto dois vesicatorios no peito." Certifiquei-lhe que naõ era assim, o que pareceo dar-lhe muito gosto. Eu naõ sabia a que houvesse de attribuir esta ternura taõ desusada de Napoleaõ. Bem suppunha que naõ era o dezejo de cumprir com as observancias religiosas que tinha motivado a minha jornada nesta occasiaõ. Pensei mesmo, que o Imperador tinha suas vistas sobre o Clero de Polonia, e era a supposiçaõ que me parecia mais provavel; mas nem por sombras podia lembrar-me do papel para que estava destinado. Finalmente, no momento competente declarou-se comigo da maneira seguinte.

No domingo 24 de maio mandou-me chamar, acabada a missa, e de pois de me haver novamente fallado a respeito da minha saude, me communicou as vistas que tinha em mim, sem todavia se explicar claramente: foi só em caza do Duque de Bassano que eu sube o titulo e a natureza da minha missaõ. . . . Elle fallou só de mandar-me á Polonia, dizendo-me:—"Hidetrabalhar; eu vou experimentar-vos. Já bem deveis saber que naõ hé para dizer missa que vos mandei aqui vir. Hé preciso que vivaes em grande apparato . . . . Lizongei as mulheres, que hé o essencial naquella terra. Já deveis conhecer a Polonia, porque já lestes Rhulieres . . . . Dentro de quinze dias



“podeis ter cozinheiros . . . . Eu vou bater os  
“Russos . . . . o tempo passa. Hé preciso ter aca-  
“bado para o fim de Setembro, e talvez que já tenha  
“perdido tempo. Enfastio-me de estar aqui . . . .  
“há oito dias que estou fazendo de galan, e de pequeno  
“Narbonne a o pé da Imperatris d’Austria.” Não  
sei que aversão elle tinha concebido contra aquella  
Princeza; mas hé certo que se explicou a seo respeito  
em termos que a decencia me não deixa referir. Fa-  
zendo-lhe algumas perguntas sobre o modo como devia  
portar-me em Polonia a respeito das potencias que a  
dividiram e que eraõ agora suas alliadas, respondeo-  
me vagamente, porem sempre de sorte que mui bem  
me deixou perceber, que depois de acabar com a Russia  
saberia tambem acabar com a Austria, obrigando-a a  
aceitar a Illyria ou a passar sem ella. Dice claramente,  
que não sabia ainda a quem daria o reino de Polonia,  
restituido á sua primeira integridade. Quanto a Prussia,  
a sua sorte estava bem clara:—ser absoluta e completa-  
mente despojada da Silezia e da Prussia propriamente  
assim chamada. Napoleaõ exprimia-se sempre a  
respeito desta potencia com o mais profundo desprezo.

Declarou-me entaõ que o Papa tinha chegado a  
Fontainebleau, acrescentando, que a appareçaõ de alguns  
vazos Inglezes na bahia de Savona tinha servido de  
pretexto para a sua tresladaçaõ. Depois continuou  
dizendo:—“Vou a Moskow, e uma ou duas batalhas  
“faraõ a festa. O Imperador Alexandre há de por-se  
“de joelhos; eu mando queimar Thoula, e ahi fica a  
“Russia desarmada. Já la me esperaõ: Moskow hé  
“o coração do Imperio: alem de que, eu hei de fazer  
“a guerra com sangue Polaco. Quero deixar 50 mil  
“francezes em Polonia; fazer de Dantzik um Gibrál-  
“tar; dar 50 milhoens de subsidio annual aos Polacos  
“porque elles não tem dinheiro, e eu sou bastante-  
“mente rico para isso. Sem a Russia o sistema con-  
“tinental hé uma tolice. A Hespanha custa-me bem  
“caro; se não fosse ella já eu estava senhor da Europa.  
“Quando isto acontecer, meo filho não preciso mais  
“que de saber conservar-se: para isso não hé precisa  
“grande esperteza. Hide fallar com Maret.” Tal  
foi, palavra por palavra, a sua conversaçãõ; bem  
importante sem duvida pelas noçoens que dá dos seos



planos. Elle adogou tudo isto com alguns elogios á minha pessoa, do genero daquelles que mui bem sabem dar quando o seu interesse o exige, mas que nos momentos de colera com muito prazer torna a tomar: então não há para elle senão tôlos e patétas.

Napoleão contava com o exito mais completo da sua empreza; e a dizer a verdade, esta confiança era geral em todos os que estavam perto d'elle, tanto nacionaes como estrangeiros. Toda a mocidade militar de Paris olhava para a expedição da Russia como para uma grande partida de Caça de seis mezes. O exercito todo corria para esta empreza com a segurança de um resultado feliz, com os dezejões de adiantamento, e com a voracidade das dotagoens. Todos queriaõ ser da partida; e os que o não eraõ queixavaõ-se da sua má estrella, ou da justiça do Imperador.

M. de Pradt conta o desgosto que lhe cauzou esta sua nomeação; os obstaculos que teve para arranjar os preparos para ella; as difficuldades que achou em obter uma audiencia do Duque de Bassano; e depois continua assim.

Naõ quero deixar Dresda sem fallar de algumas outras observagoens que fiz quando ali estava. Podia-se applicar a estada de Napoleão em Dresda o que Phædra dice de Hypolito:

“Même au pied des autels, que je faisais fumer,  
“J’offrais tout à ce Dieu . . . .”

Com effeito, Napoleão era o Deus de Dresda, o Rey entre todos os Reys, que ali appareceram,—O Rey dos Reys! Era sobre elle que se fixavaõ os olhos de todos; era em sua caza, e em torno d'elle, que se reuniaõ os Augustos hospedes, que habitavaõ o palacio d’El Rey de Saxonia. A affluencia dos militares, cortezaõs, e estrangeiros; a chegada e partida dos correios que se cruzavaõ em todas as direcçoens; a multidaõ que concorria á porta do palacio, ao menor movimento do Imperador, correndo em chusma atraz d'elle com esse ar que inspiraõ a admiracão e o pasmo; a expectacão dos acontecimentos, pintada nas caras de todos; a confiança de um lado, a anciedade de outro; este todo, variado e grande, apresentava o quadro mais vasto e mais delicado, e o monumento mais brilhante da gran-



deza de Napoleão. Foi o seu mais alto ponto de gloria: bem podia contentar-se com elle, porque excedê-lo parecia impossivel.

El Rey de Prussia chegou bastantemente tarde. A sua entre vista com o Imperador excitava vivamente a curiosidade, por ser entre duas pessoas, que se achavam em tão diversa posição; tão ameaçadora de um lado, e tão constrangida do outro! Correo porem no palacio que El Rey sahira della contente; e devo confessar que isto deu prazer á todos, sem excepção, Allemaens e Francezes.

Todos estavam impacientes por ver apparecer a Imperatris d'Austria. Sempre me há de lembrar a impressão que esta Princeza fez quando atravessou as grandes salas do palacio, precedida pelo Imperador Francisco! Como toda a gente corria para encontrar-se com ella! Como todos os olhos se fixavam sobre este novo espectáculo! Caminhava com a mais engraçada magestade, vestida á Hungara, traje, que realçava a beleza de seu rosto, e encobria o que lhe faltava de gordura. Sem os ouvir, não se faz idea dos aplauzos respeituosos, que se propagavam por onde ella passava, nem do que cada um dizia a cerca da impressão, que lhe tinha feito esta pessoa verdadeiramente Real! O encanto cresceu ainda quando ella deu audiencia (como todos os outros Soberanos) aos estrangeiros reunidos em Dresda. O bom senso das suas perguntas, o decoro de suas expressões, a graça de seu porte e de suas palavras, sempre cheias de bondade, encantaram a todos; e se esta Princeza pudesse ler no fundo dos corações então veria, que nenhum tinha deixado de ganhar. Cada um de nós se sentiu congoçado pelo longo eclipse que tinha sofrido a Realeza, ao vê-la brilhar com um resplendor tão puro nesta admiravel Soberana.

O Auctor passa a contar como recebeu em fim as suas mesquinhas Instrucções da mão do Duque de Bassano, e partio para Varsovia. Eis o que elle diz da sua viagem, e entrada em Polonia.

Não posso exprimir o que senti desde que passei o Elbo, e comecei a subir para as montanhas que dominam a margem direita deste rio. Quando atravessava os negros bosques, que logo começam nos arrabaldes de



Dresda, cobrem suas alturas, e estendem o crepe de sua funebre verdura até o fundo das terras septentrionaes; cada arvore se me figurava um cipreste. Ao passar o Elbo parecia-me, que entrava em um mundo novo, e que os laços que me prendião ao que deixava se rompia, despedaçando-me o coração. Achava-me igualmente consternado pelo que deixava para traz de mim, e pelo que se me apresentava em frente; pelo que perdia, e pelo que hia buscar. A Europa se me representava acabada ao passar o Oder. Ali começa uma lingoagem estranha, e costumes differentes dos da Europa. A povoação Judaica, que se distingue muito da natural do paiz, trajando sempre á moda da Asia, dá a aquella terra um ar Oriental mui assignalado. A Polonia ainda não hé Asia, mas já não hé Europa: seo terreno hé esteril, sua cultura está ainda na infancia. Estava-mos no mez de Junho, fazia um tempo admiravel, e a terra se conservava triste. Os animaes me pareciaõ hideondos e enguiçados; o povo coberto de farrapos, e os Judeos de trapos nojentos. Os homens de raça Polaca são altos e tem belas cores, mas sem expressão alguma nos olhos. As cazas são outros tantos azilos da miseria, da porcaria, e dos insectos: as aldeas parecem esmagadas debaixo do pezo do Cólmo e enterradas em lama: as villas e cidades, construidas de madeira, são desprovidas de ornatos e de todas as provisoens, que estão a cima das mais grosseiras necessidades. As cazas nobres são feitas á proporção: os alimentos repugnaõ ao gosto e ao cheiro: e as bebidas são nauseantes ou damnozas. Tudo isto não podia pois diminuir os tristes pressentimentos que me acometiaõ: e quando perguntava á mim mesmo, se uma nação tão pouco adiantada, era susceptivel do que se lhe pertendia fazer, uma resposta mortal ressoava no fundo de meo peito.

(O fim destes Extractos se dará em o No. seguinte.)

---

*Extractos de uma Memoria intitulada: “Dissertação Historica e Politica de Portugal.”*

A prosperidade de Portugal pende absolutamente d'uma reforma Económica, e Politica: a destruição do



Papel-moeda hé um dos primeiros problemas, que devem resolver-se para est fim. Esta proposição hé susceptivel de diversas soluçoens: Um Secretário d'Estado dirá, que se augmentem os tributos, se diminua o exercito, e os tribunaes: hum grande da Corte dirá, que se publique huma bancarrota: um cidadão patriota dirá que se estabeleça a economia desde o Soberano, até ao particular; porêem um sabio não adoptará nenhum destes pareceres; um sabio, como funda todos os seus projectos na Humanidade, na Moral, e na Ethica indagará o meio de destruir a Moeda-papel sem prejuizo de um so vassallo, nem do Estado, e ponderará as utilidades, e desconveniencias deste partido. Em tempo de El Rei D. João Quinto, criaraõ-se trez cunhos novos de moeda de oiro;—o de 6400, de 12,800, e de 24,000 reis. Portugal não continuou a uzar das duas ultimas moedas, talvez, porque conheceo que da qui lhe resultáraõ prejuizos notaveis: ora se entaõ foi util destruir estes cunhos; porque se não há de agora destruir o primeiro, sendo necessario? Eis aqui o meio de matar a Moeda-papel. Toda a moeda assim de oiro, como de Prata tem 20 per 100 de prestaçaõ; a moeda de 6,400 tem seis mil reis de pezo como oiro de 25 quilates, logo devia ter 1,200 de prestaçaõ; mas tendo so hum cruzado, segue-se, que o Estado tem deixado de lucrar tantas vezes dois cruzados, quantas saõ as moedas de 6,400 que se tem cunhado; por consequencia tem direito a resarcir esta perda logo que seja necessario. Suppondo que em Portugal haja 30, ou 40 milhoens de moedas de 6,400 fazendo-as entrar no Erario para se dar o seu equivalente em moedas que tenhaõ 20 por 100 de prestaçaõ, lucrárá o Estado 60, ou 80 milhoens de cruzados, menos  $2\frac{1}{2}$  per 100 (pouco mais, ou menos) pois tanto perderá o oiro deste toque tornando ao fogo.

Para este fim hé precizo que no Erario haja huma somma em moedas miudas capazes de cambiar a primeira porçaõ de moedas de 6,400 que se apresentar; por que depois estas mesmas tornando ao fogo, e desfeitas em moedas menores sustentaõ o giro até se extinguirem nos cofres particulares. Outra utilidade maior do que o consumo do Papel-moeda se tira deste procedimento, que hé o ficar a exportação da nossa



moeda de oiro. Todos os Politicos tem conhecido quam necessario seja vigiar rigorosamente sobre esta prohibiçaõ; e o Marquez de Pombal na carta em que pedio satisfacção á Gran Bretanha de se ter queimado a Esquadra Franceza defronte de Lagos, lhe mostrou qual seria a sua decadencia se Portugal uma vez impedisse esta exportação, e não quizesse por este meio concorrer para os interesses da Inglaterra.

Notaveis são as utilidades deste plano, e bastantes os seus inconvenientes; porêem todos remediaveis: em os penetrar, e prevenir hé que se deve empregar a politica, querendo-se adoptar este projecto. Conseguido que seja por este meio o resgate do Papel-moeda, Portugal tem dois partidos a seguir:—ou tornar a cunhar a moeda de 6,400, e conservar-se no Estado em que está, fazendo consistir a sua estabilidade no commercio pobre; ou tomar uma nova forma, e constituir-se formidavel, e os seus cidadãos. O primeiro hé mais suave (por ora) ao Soberano, á Corte, e a uma parte dos magistrados; mas quasi insuportavel ao corpo do Estado: O segundo pelo contrario será desagradavel á quelles, e aprazivel a estes. O primeiro não hé util a ninguem; o segundo hé necessario a todos: As consequencias do primeiro serão infalivelmente desgraçadas; e as do segundo de certo haõ de ser felizes. Se o Ministerio Portuguez, estende as vistas alem do presente, deve adoptar o segundo partido; deve reformar o Exercito, a Marinha, e os Tribunaes; deve enviar colonias, deve distribuir os empregos, e não amontoalos em poucos sujeitos; deve promover a agricultura, animar as manufacturas, e obrigar os nacionaes a consumir os effeitos do paiz; porêem se estes procedimentos parecem peizados, e rigorosos; se o Governo Interior, Economico, e Politico de Portugal não pode deixar de ser derigido por alguma nação da primeira ordem, entãõ será melhor estabelecer um tributo positivamente para fundos de Amortização do Papel-moeda; bem entendido que sem uma regulacção da despesa do Estado, sem profundar, e cortar bem pela raiz as cauzas do nosso alcance publico, nenhuma determinacção será de algum effeito.

Quaesquer que sejam as resoluçoens do nosso Ministerio em reparar as desordens Economicas, e Poli-



ticas, que estão diariamente demolindo o estado, ellas devem ser tomadas quanto antes. Luiz Quatorze disse: que a França precisava de uma revolução; mas por satisfazer-se de impedir que succedesse no seu tempo, vieraõ os seus netos a ser victimas desgraçadas do furor popular.

Nós somos obrigados por direito natural, e divino a concorrer para a conservação, e prosperidade dos nossos filhos, e dos povos, que a Providencia nos subordinou. Este dever não se cumpre preparando-lhes hum seculo desgraçado: Que homem (digno deste nome) deixará de sacrificar o seu gosto, os seus interesses, e ainda a sua existencia pelo bem do estado? A beneficencia, e a humanidade são virtudes capazes de nos adquirir o amor dos homens, e a protecção da Providencia: Alexandre Magno hé mais louvado quando chora por ver a infeliz familia de Dario despojada da sua soberania, do que quando alaga a terra com o sangue dos seus semelhantes: O Imperador Otho Silvio não seria elogiado eternamente se não escolhesse antes a morte\* do que conservar-se no throno á custa de immensas vidas: Cosseio Nerva vendeo quanto tinha de valor para comprar campos, que dividio pela gente pobre, dizendo:—“ Assim como todos sustentão o estado do Imperio com os seus tributos,† assim o Imperador deve sustentar a todos com o mesmo que elles lhe daõ.” Com effeito este sensato Imperador conheceo bem, que os soberanos não são mais do que huns depositarios das rendas do estado para as distribuir sem avareza, nem prodigalidade.

Constantino grande sendo ainda pagaõ quiz antes viver enfermo toda a vida,‡ do que fazer derramar o sangue de muitos Innocentes para banhar-se: Trajano commetteo tantos actos de humanidade, que o Papa S. Gregorio lastimado por se ter perdido um homem de tantas virtudes *pedio, e conseguiu de Deos a salvação daquelle hereje § morto haviaõ mais de 500 annos !*||

\* Suetonio in Otho. c. 11.

† S. Izidoro de Imperatori.

‡ Socrates Histor. Ecclesiast. l. 1, c. 1.

§ S. Thomas 1 e 4, das Sentenças. S. Antonio p. 2, t. 12, c. 3.

|| Nós respeitamos tanto as virtudes de S. Gregorio Papa como a auctoridade de S. Thomas: todavia parece-nos bem exquisita



Sobre semelhantes monarchas hé, que o Todo Pederozo vigia, e lança as suas bençãos; hé nos seus estados, que o Senhor dos exercitos conserva a fraternidade, e abundancia; hé Deos quem muda os reinos\* de um povo para outro em castigo das violencias, e injustiças, que se commettem; hé elle quem concedeo aos Romanos serem senhores de uma grande parte da terra,† em premio da moderação, e equidade do seu governo; concedendo as virtudes puramente humanas, prémios que tambem o eraõ: hé elle quem chama os monarchas de Babilonia‡ para castigar a prevaricação do seu povo: hé elle quem conduzio como pela mão o Principe de Média§ para punir a soberba dos Assirios, e libertar Judá. Hé pois este Deos, que as principes devem respeitar, e obedecer, abrigando igualmente os grandes, e pequenos; os ricos, e os pobres, como se explica a Escritura Sagrada comparando o throno a uma arvore grande e robusta, cujos ramos sobem ao céu, e parece estender-se até as extremidades da terra, que coberta de folhas, e carregada de frutos serve de ornamento, e felicidade ao campo; que offerece uma sombra agradavel, e seguro agasalho a todos os animaes; á cuja sombra os mais mimozos, e os mais ferozes se abrigaõ; cujos ramos daõ morada ás arves do céu, e aonde todos os viventes achaõ o precizo alimento.||

Sendo semelhantes a esta árvore hé, que os principes agradaõ ao autor da existencia, conciliaõ o amor dos povos, e conservaõ os seus estados: hé por esta razão que os Portuguezes viraõ com socego depôr do throno D. Sancho Segundo, ao mesmo tempo que achavaõ pouco dar a vida pela existencia de D. João Segundo.

Em toda a Historia do Mundo não há noticia de um estado cujos monarchas não fossem um dia sacrificados, ou perseguidos pelo seu povo á excepção de Portugal; parece logo que não há um povo tão digno de ser estimado pelos seus principes como os Portuguezes.

toda esta historia para se citar de boa fé. Trajano não foi hereje era um bom Pagaõ, e melhor que muitos Christaons.—*Nota dos Redactores.*

\* Ecclesiastico, 10, 8.

† S. Agostinho. Tratado da Cid. de Deos, l. 5, c. 19, 20.

‡ Izaías, 5, 25, 30, 10.

§ Ibid. 45, 13, 14.

|| Daniel, 4, 7, 9.

Valerio Maximo, l. 6, c. 4.



Com effeito os Portuguezes são hoje aquelles mesmos Luzitanos, que responderam a Decio Bruto que tinham herdado armas para defender a patria de Tiranos,\* e não dinheiro para comprar a liberdade a homens ambiciosos.

São aquelles mesmos a quem o grande Metridates, Rei do Ponto, mandou embaixadores,† pedindo-lhes soccorro para resistir á potencia Romana: são aquelles mesmos, que ensinaram aos Francezes a arte da guerra,‡ e os auxiliáraõ contra Cezar: são aquelles mesmos, que senão satisfizeraõ sem entregar prezo § D. Sancho Rei de Castela, a seu irmão D. Garcia Rei de Portugal: são aquelles mesmos, que se tem libertado por muitas vezes da sujeição estrangeira: são aquelles mesmos, que puzeraõ no throno de Portugal a Serenissima Caza de Bragança: são aquelles mesmos, que tem abrilhantado a Historia do Mundo com as suas acçoens: são finalmente uns povos, capazes de sustentar no solio a Dom João o Sexto.

---

*Replica "ponto por ponto" ao Relatorio Especial dos Directores da Instituição Africana, por R. Thorpe.*

(Continuada da pag. 24 do No. LVII.)

Naõ declara por ventura o Acto de Parlamento feito para se encorporar a Companhia de Serra Leõa;— "Que a Companhia naõ deveria por modo algum, tanto directa como indirectamente, por meio de agentes, creados, ou outros quaesquer individuos, commerciar em escravos, ou possuir, conservar, e empregar em seo serviço alguma pessoa ou pessoas em estado de escravidão?" E naõ tem a confissão de seos proprios creados, patente nas suas mesmas publicações, junto com os documentos que hei apresentado, mui claramente comprovado que os ditos creados compráraõ escravos, que os possuiráõ, e empregáraõ como taes; e que apezar disso os Directores desta Companhia fomentáraõ pro-

\* Valerio Maximo, l. 6, c. 4.

† Plutarco in vita Sertor. Lucio Floro, l. 3, c. 22.

‡ Paulo Orozio, l. 6, c. 3. Commentários de Cezar, l. 3.

§ Hist. Geral de Hespanha, p. 4, c. 2.



tegêrao, e promovêrao os interesses desses mesmos creados? Acaso não ordena o Acto Parlamento do quadregesimo septimo anno do reinado do presente Rei, capitulo 44, secção 4—“ Que não será licito á quaesquer pessoa ou pessoas, que residirem ou se acharem, ou que para o futuro venhão a residir ou estar na dita península ou colonia de Serra Leôa, já directa ou indirectamente commerciar em escravos ou dar o menor auxilio á hum tal trafico, tanto na dita Península como em outra qualquer parte?” E não obstante isso, não confessa o Governador Ludlam, que elle comprára quarenta escravos para o serviço do governo das carregações da xalupa Americana Baltimore, e Escuna Eliza, as quaes foraõ levadas á Serra Leôa, pelo navio de guerra Britannica Derwent, sem que porem nunca houvessem sido condenadas? E não confessa o dito Governador Ludlam, que consentira e auxiliara a venda e compra de escravos das preditas carregações na colonia de Serra Leôa, já depois de haver passado o Acto? E não foi Ludlam, depois deste acontecimento, promovido por intervenção dos Directores á hum emprego com hum salario de mil e quinhentas libras por anno? Não foi o grande amigo desses mesmos Directores, Mr. A. Macaulay, irmão e agente de Mr. Z. Macaulay, quem nesta occasião comprou escravos, e prestou todos os auxilios necessarios aos captadores? Não foi Mr. Smith tambem hum dos compradores neste mesmo mercado; e apezar disso não foi elle recommendado ao Capitaõ Columbine por alguns dos Directores para que este lhe desse o meo lugar de Juiz do Tribunal do Vice Almirantado? Não fizeraõ elles com que Lord Bathurst mandasse dar ao mesmo Smith setecentas libras do meo salario? E não fecharam elles os olhos ao seo iniquo procedimento em quanto presidio nesse tribunal? Em uma palavra não se tem elles esforçado por palliar esta não menos abominavel que illicita venda e compra de escravos, por amparar, e auxiliar todos os seos antigos creados, que nella se acharaõ implicados? Não declaráraõ os principaes Directores da Companhia, que considerávaõ o commercio de escravos como injusto e deshumano? Não julgaraõ elles ser insufficiente a simples pena pecuniaria: e não alcançaraõ por tanto hum Acto de



Parlamento que diz ser crime capital o traficar em escravos, ou o auxiliar por qualquer modo este commercio, quer seja por meio de creados, agentes, feitores, &c.? E apesar disso não tem o Governador Ludlam e outros mais admittido, que os agentes, e feitores da Companhia compravaõ escravos na Africa e os transportavaõ para Serra Leôa, onde os fazião trabalhar sem lhes dar a mais pequena remuneração, e os assalariavaõ por certas somas? Não confessa o mesmo Relatorio Especial que os creados da Companhia suppriaõ as feitorias e donos de navios de escravatura com todos os artigos de que estes precisavaõ para mercar escravos? E não era isto auxiliar e promover este illicito commercio? E não obstante isto os mesmos senhores, cujos creados, commetiaõ tão grande falta são chamados “os intelligentes, resolutos, e fervorosos adversarios deste trafico;” e estes mesmos creados que compravaõ escravos e os empregavaõ como taes, e suppriaõ com mercadorias *escolhidas* do armazem da Companhia individuos, que por espaço de dezeseis annos as claras commerciauaõ em escravos, são mesmo agora protegidos pelos Directores! Estes senhores talvez tenhaõ até o presente gozado da fama de immaculados; o publico porem parece-me que não continuará a considera-los tão innocentes se elles continuarem a apatrocinar, promover, e elogiar aquelles, que confessaõ e procuraõ justificar tal procedimento: e até sou de parecer, que elles serão antes tidos por fautores, e complices naquelle mesmo crime que elles sempre tão altamente professáraõ abominar, apesar do Relatorio assegurar-nos que os Directores sobre este ponto estaõ assaz convencidos da sua innocencia: mas isto não basta, hé necessario que se apresentem provas de maior pezo, do que meras palavras.

Eu muito sinto ter sido forçado a expor publicamente tão duras verdades. Eu trabalhei por preservar a fama e popularidade daquelles que eu considerava realmente dignos de respeito e contemplação; e me esforcei por persuadi-los á que puzessem em execução as suas declaraçoens e promessas a respeito da Africa: se elles porem obstinados perzistirem em illudir o publico, ou por soberba, ou por algum sordido interesse; veraõ que prejudicaõ a si mesmos, ao passo que procuraõ opprimir-me: toda a perseguição que hei



soffrido não me hé inexperada, a pezar de haver sido mui violenta. Na minha carta escrita á M. Wilberforce á pag 37 disse. “ Eu repetidas vezes faço pausa ao escrever esta, e pondero se fama, riquezas, e influencia podem a temORIZAR-me de que prosigua na investigação da verdade; considerando porém no character Inglês recobro forças e continuo;” e esta mesma reflexão hé a única coiza que até esta hora me tem animado.

Passo agora a replicar á resposta que a junta dos Directores da Instituição foi servida dar áquellas partes da minha carta que lhe dizem respeito; e em primeiro lugar seja-me permittido declarar que aquella carta foi escrita em termos os mais respeituosos quanto á Instituição Africana; e espero que se me faça a justiça de que a fiz por motivos os mais disinteressados. Eu julgáva ser a Instituição composta dos melhores individuos da nação, que possuião talentos, informação, e influencia, e que eraõ guidos pelos mais puros principios. Eu sincero anhelava a civilização d’Africa, e universal abolição do trafico de escravos, e suppuz que o maior favor que podia conferir aos membros imparciaes da Instituição era mostrar-lhes o modo como taõ importantes fins se podiaõ realizar; o como elles haviaõ sido illudidos; que as suas protestaçoens e promessas não haviaõ sido desempenhadas: que os seos fundos se haviaõ consumido; e que a sua reputação soffreria consideravelmente se consentissem em que se fizessem falsas representaçoens, sancionadas pelos seos nomes; e ao mesmo tempo assegurei-lhes que estava muito prompto para auxiliar os seos philanthropicos esforços com aquella informação, que possuia sobre os principaes objectos da Instituição—fructo de uma assidua attenção á esta materia por espaço de oito annos.

O Relatorio procura defender os membros da Instituição, dizendo “ que os Directores, afiançados na liberalidade do publico, calculáraõ com obter fundos que os habilitassem para com fervor proseguir na execução de certos objectos que desejavaõ promover.” Eu porém não tenho a menor duvida de que os fundos eraõ assas sufficientes para elles terem dado principio aos varios objectos que professavaõ querer realizar;



mas em lugar disso os fundos foraõ consumidos em muitas coizas, que nenhuma utilidade publica haõ produzido.

O Relatorio continua asseverando “que o primeiro dever dos Directores era por certo vigiar sobre as leis que recentemente se haviaõ feito para abolir o commercio de escravos, suggerir os meios de as fazer mais efficazes, e procurar conseguir que este trafico fosse igualmente abolido pelas potencias estrangeiras.” Quando se passaõ leis, há sempre individuos cujo dever hé vigiar sobre ellas e fazer com que sejaõ executadas; o unico passo por tanto que a Instituição devera ou podia ter dado com vantagem, era haver pedido ao secretario de estado que por meio de uma circular intimasse aos governadores das colonias, que quando tivessem noticia de alguma infracção dos actos de abolição, dessem parte aos officiaes de justiça, á fim de que estes procedessem sem demora contra os transgressores. Em ambas as Cameras do Parlamento elles podiaõ ter proposto os meios de fazer os ditos actos mais efficazes; e já pela sua influencia com os ministros, ou por meio de uma petição ao poder executivo, deveriaõ ter procurado conseguir que as potencias estrangeiras cooperassem na abolição do trafico dos escravos. Porem para tudo isto não era necessario que se despendesse uma só libra das subscripções.

Os Directores passaõ a examinar circunstanciadamente as minhas accusações contra a Instituição. “1º Quanto á pouca ou nenhuma attenção que prestáraõ á educação.” Elles admittem ser isto verdade, mas procuraõ desculpar-se pondo toda a culpa sobre o Governador Thompson que agora se acha nas Indias Orientaes. Ora este sincero adversario do commercio de escravos, e fervoroso fomentador da civilização d’Africa era socio de Queen’s College em Cambridge, e fez sempre todos os esforços para generalizar a educação; e quanto ao elle não consentir que os jovens Africanos educados na colonia servissem de mestres de escolla, eu estou certo que isto procedeo de elle os ver taõ imperfeitamente instruidos, que não se achavaõ em etado de bem desempenhar o emprego de preceptores. Ninguem mais ancioso anhelava ver realizados os



desejos que a Instituição mostrava ter sobre esta materia, e em prova disto subscreveo com libras para esse fim; quando elle porem vio que a Instituição não punha em força as suas promessas, mas sim que objectos mercantis erao o seo principal alvo, deo de mão á este negocio com bastante dissabor. Diz entao o Relatorio Especial, “que Mr. Thorpe acusa os Directores de illudirem uma nação liberal, quando disserao:—E deste modo se offerece uma melhor oportunidade de restituir alguns dos negros aprizionados aos seos parentes; e alguns destes depois de receberem na colonia uma util e sufficiente instrucção em agricultura, e outras varias artes de primeira necessidade, se poderao com grande vantagem empregar em generalizar por outras partes d’Africa os muito importantes conhecimentos que tenhao adquirido.”—Ora não tive eu razão bastante para os increpar de que enganavao a nação, considerando que depois de blazonarem por varios annos das maravilhas que estavao fazendo; que tinhao escollas para se aprender e Arabe, Joosoo, Inglez, a escrever, as artes, e agricultura, &c. a final nenhuns destes bellos planos foi executado, e nem um só dos negros aprisionados voltou para a sua patria, ou recebeo instrucção alguma na colonia?

“Mr. Thorpe á paginas 10 ataca a Instituição Africana de haver mandado para a colonia sementes de algudaõ e varias maquinas muito antes de ellas poderem ser de alguma utilidade.” Os Directores já que citarao esta passagem da minha carta deviao te-la exposto por extenso; a fim de que os leitores pudessem bem apreciar, se a haviaõ ou não contrariado. Eu não tenho duvida de reasseverar o que disse a este respeito na dita carta, isto hé, “que os Directores mandárao sementes d’algudaõ e maquinas antes de se haverem dado terras aos colonos, antes do terreno estar adaptado para as receber, e sem haverem instrumentos ruraes com que este se pudesse preparar para este fim; vindo disto a resultar, que as sementes apodrecêrao e foraõ lançadas ao rio, e as maquinas postas de parte e arruinadas:” e em uma nota acrescentei “que haviaõ na colonia muitas pessoas que estavao presentes quando os ditos artigos chegaraõ, as quaes podiaõ confirmar esta minha asserção, e que mesmo



em Londres se podiaõ obter bastantes provas para estabelecer este facto." Os Directores procuraõ defender-se attribuindo a culpa ao Governador Thompson. Não me toca mostrar a innocencia deste benemerito individuo, por quanto elle hé mui capaz de sahir a campo em defeza da sua propria cauza: o que posso porem dizer hé que não conheço uma só pessoa que mais zelosa se esforçasse por promover tudo que melhorar podia o estado d'Africa; e que elle de certo não veria o seo character atacado, se em lugar de marchar direito pela estrada da honra, houvesse corrido com as vistas de certos senhores.

"Mr. Thorpe ataca o terceiro relatorio da Instituicao de falsidade e engano; visto este asseverar que a colonia produziria canhamo, algudaõ, seda, assucar, chá, quina, camphora, tabaco, &c. &c. quando á excepção de um pouco de algudaõ nunca esta dera coiza alguma." Eu de novo affirmo que nunca vi, nem ouvi fallar de alguma dessas valiosas producções mencionadas no dito relatorio; se estou enganado em julgar que os Directores nesta exposicao tiveraõ em vista illudir a nação, por que não mostraõ o meo erro? Mas não, o mesmo Relatorio Especial não traz um só facto com que tente provar que a colonia na realidade produz taes preciosidades: e por uma especie de exasperação, dirige varias invectivas contra mim e Mr. Thompson: porem isto nada vale; queremos provas do que asseveraõ, e refutação do que hei avançado.

Os directores igualmente, não negaõ de que elles actualmente enganaõ os commandantes dos navios de guerra Britannicos com persuadir-lhes, que segundo o acto da abolição da escravatura, elles receberiaõ do Erario por todo o escravo que aprisionassem (depois de condemnado como boa preza) á razão de quarenta libras por cada homem, trinta por cada mulher, e dez por cada criança.

"Mr. Thorpe diz que os Directores, no seo quinto relatorio, manifestaõ uma completa ignorancia á respeito das possessoens Portuguezas ao norte do equador. Ora tudo o que os Directores disseraõ sobre esta materia foi que os Portuguezes não tinhaõ possessoens ao norte do equador á excepção da pequena ilha de Bissão. Não vemos que haja nisto alguma



erro." Se elles estão ou não ignorantes a este respeito, basta mencionar que as ilhas de S. Thome, Principe, e do Cabo Verde são todas possessões Portuguezas, e nellas commerciaõ os Portuguezes em escravos; alem disso elles tem possessões em Ajuda e tambem ao nordeste de Bissão no Continente d'Africa; e estes lugares ficaõ ao norte da Linha: veja daqui o leitor como bellamente se defendem os Directores.

" Mr. Thorpe accusa aos Directores de darem aos officiaes de marinha uma erronea informaçã á respeito dos navios Portuguezes, empregados no traffico da escravatura, isto hé, que era necessario que estes fossem construidos em dominios Portuguezes, ou condemnados como boas prezas nos Tribunaes do Almirantado Portuguez; admittimos que isto foi um engano; porem que Mr. Thorpe era tambem desta mesma opiniaõ bem se vê por varias das suas decisões, como nos casos do Calypso, Urbano, e Paquete Volante." Em primeiro lugar, quanto ao Calypso era um caso mui differente dos outros, e foi condemnado por motivos tambem mui diversos; e pelo que diz respeito ao Urbano e Paquete Volante, a cauza de serem condemnados foi esta:—quando o capitão Bones trouxe estes dois vasos á Serra Leoa elle não só allegou a erronea informaçã que a Instituiçã Africana havia dado sobre os vasos Portuguezes; porem alem disso apresentou direcções dos Lords do Almirantado para que eu os houvesse de condemnar. Eu estava bem convencido do erro em que estava a Instituiçã sobre esta materia; por tanto foi somente em virtude das ordens do Almirantado que eu me vi obrigado a condemnalos; mas ao mesmo tempo informei ao capitão Bones que estava persuadido de que a sentença havia de para o futuro ser revogada; e não deixei de mostrar perante os capitaens Irby e Scobell a grande confusã e engano que havia quanto á esta parte do tratado, para ver se impedia que para o futuro se fizesem tomadias debaixo do mesmo pretexto.

" Mr. Thorpe censura asperamente a conducta do Governador Maxwell, e dos Capitaens Scobell e Maxwell em razã de destruirem as feitorias de escravos situadas nos rios Masarado e Pongas; e de porem em liberdade os escravos que ahi acháraõ." Diz á isto o



Relatorio Especial “ que as feitorias, que se destruíraõ, pertenciaõ exclusivamente á vassallos Britannicos e Americanos”—o que hé falso.—“ Que as feitorias estavaõ situadas em terreno sobre o qual os chefes do paiz não tinhaõ jurisdicção alguma :” o que hé falso.—Que ellas não fazião parte, e se achavaõ separadas das villas e aldeas dos naturaes do paiz,—o que hé falso.—Diz demais o Relatorio “ Mr. Thorpe chama ao ataque e destruição das feitorias uma invasão dos territorios dos nossos alliados ; á libertação dos captivos, que se achavaõ agrilhoados por esses violadores das leis do seo paiz, chama levar á força os vassallos dos nossos alliados ; e á demolição das casas em que estes malvados tinhaõ prezos os seos escravos, chama destruir as possessoens dos naturaes do paiz.” Nunca me lembra ter lido uma mais fallaz e injusta rapsodia de invectivas ; porem mesmo no caso que tudo isto fosse verdade, a minha accusação não deixava de ficar em pé ; eu o mosto :—A Gram Bretanha não tem possessoens algumas no Cabo Mesarado, nem no rio Pongas ; não obstante isto o Governador de Serra Leõa enviou para ali tropas, as quaes atacáraõ, destruíraõ as habitaçoens, e leváraõ consigo indiscriminadamente a propriedade dos homens brancos, que tinhaõ por espaço de vinte annos residido nos dominios e debaixo da protecção dos Reis e Chefes Africanos. Todos os escravos foraõ nesta occasião agarrados sem a menor distincção, tanto os que pertenciaõ aos brancos como os que eraõ dos pretos ; e muitos dos que foraõ levados não eraõ escravos : algumas pessoas, que indignadas de verem taes violencias, comettidas no seo paiz, ousáraõ resistir á estas pilhagens, foraõ mortas ou feridas, ou obrigadas a fugir de suas cazas. Os individuos brancos foraõ agarrados, e levados em ferros para Serra Leõa, onde sem ser processados foraõ condemnados á um degredo de quatorze annos por uma authoridade incompetente ; entretanto que os negros foraõ todos condemnados como boas prezas para o nosso Soberano, e immediatamente alistados para soldados por toda a vida, ou empregados no que o Governador mui bem lhe pareceo : ora por estes actos de despotismo, por forçadamente tirarem os negros da sua felicidade, senhores, e parentes, exigem estes senhores



grande aplauso da nação, e remuneração do Erario. Na minha opinião foi esta uma tão verdadeira invasão dos territorios dos nossos alliados, como se tivessemos por este mesmo modo invadido a Russia ou a Hollanda; e ainda muito mais cruel e ignominiosa; por isso que os negros são uma pobre gente, innocente, e indefensa, que espera achar nos Inglezes protecção, bons exemplos e preceitos. Um dos individuos brancos por nome Bostivick foi mettido na cadeia e sem forma alguma de processo degradado por quatorze annos; as suas cazas queimadas; a sua propriedade destruida: sua pobre may vilipendiada; e em fim de todo arruinado: tentaraõ ver se elle accusava alguns negociantes de Liverpool de terem parte no commercio dos escravos, porem elle declarou, que não conhecia um só; disseraõ-lhe entaõ que se elle confessasse, que traficava em escravos que lhe perdoariaõ; elle assim fez; mas logo o carregáraõ de ferros sem que apparecesse accusação alguma, e sem se examinar uma só testemunha. M'Queen foi tratado do mesmo modo; e ambos estaõ agora em Botany Bay. Samo foi com a maior injustiça privado de todos os seos bens, e quase que hia sendo victima do cruel tratamento que recebeo; a sua sentença foi porem revogada; e elle teve a felicidade de se ver restituído ao seio da sua familia, ainda que indigente e miseravel. Quanto á Hickson, esse está agora trabalhando nas obras publicas em Serra Leõa. Hé bem para affligir o vemos um homem branco, e vassallo Inglez, em um tal clima, e em todas estaçoens a trabalhar debaixo de um sol vertical! esta vista porem hé ainda mais atormentadora, quando se considera que este individuo foi injusta, e illegitimamente condemnado á um tal castigo. De Cook e Dunbar não sei mais coiza alguma senaõ, que um era Americano, e outro Hespanhol; e que por conseguinte nenhuma jurisdicção tinha sobre elles o governo de Serra Leõa. E a pezar de tudo isto, este pessimo procedimento hé aplaudido por esses religiosos, rectos, e benevolos Senhores, que achando-se incapazes de defender os seos apaixonados, se esforçaõ por implicar-me no seo crime; e que, visto eu não acreditar implicitamente em tudo o que professão, e nem os reverenciar como immaculados, atacaõ-me com os nomes os mais



ignominiosos, ao passo que são sobremodo prodigos de elogios quanto ás suas proprias pessoas. A sua exasperação lhes faz perder a cabeça; e cahem em manifestas contradicções quando procuraõ denegrir o meo character: dizem por exemplo que eu manifesto summa anxiedade pelos interesses dos traficantes de escravos, entretanto que, publicando elles extractos das minhas cartas, apresentaõ ao mundo provas irrefragaveis de que eu de todo o coração me dediquei á cauza da abolição do commercio de escravatura; que por ella desprezei todas as commodidades da vida; e que até arriscaria a vida para a promover. Os Directores declaraõ ter empregado todos os meios para conservar em boa harmonia os Chefes Africanos, e ao mesmo tempo elogião e approvaõ a conducta daquelles que os tem irritado, e exasperado a ponto de quasi os forçar a declarar uma guerra; elles se denominaõ os Protectores de Serra Leõa; porem depois de motivarem uma insurrecção, em consequencia de não comprirem a promessa feita aos colonos, poem alem disso em grande perigo a existencia dos seos habitantes, em razão de faltarem á fe aos chefes vizinhos.

(Continuar-se-há.)

---

MORTE

DA

ILL<sup>ma</sup> S<sup>ra</sup> D. MARIANA LA TUELLIERE MONTEIRO.

---

ELEGIA.

Doirando a Terra, aviventando as flores  
Na mimoza estação o Sol divaga  
D'entre os hymnos de aligeros cantores;

Enfeita os Ceos, a Natureza affaga,  
Té que se esconde no ceruleo Occeano,  
E de nos fôge, e para nos se apaga:



D'est'arte em doce passageiro engano  
A vida mais feliz, mais pura, e nobre  
Exhaure o brilho seu formozo, e ufano.

Sem que a Virtude, sem que o Pranto a dobre,  
Sem que a Belleza lhe suspenda o passo,  
Tudo em seu seio a negra Morte encobre.

Ou longo, ou breve da existencia o espasso,  
A foice descarrega, e rompe altiva  
Das mais saudozas relaçoens o laço.

De quantos bens com que rigor nos priva!  
Dos mais firmes projectos escarnece,  
Desfaz mil gostos, penas mil motiva.

Que triste scena aos olhos meus off'rece  
Oh dura Morte a crueldade tua!  
Submersa em ais minha alma desfallece.

Solta-se opranto meu, a voz recua,  
Com fortes comoçoens palpita o seio  
Tentando descrever a magoa sua.

Oh raro Esp'rito de mil graças cheio,  
Armania singular já te não vêmos!  
A'nos roubarte a cruel Morte veio.

Ai mizeros de nos! Tal bem perdêmos!  
E há muito o susto de tamanha falta  
Com taciturna negra dor soffremos!

Oh nobre Esp'rito os vastos Ceos esmalta,  
Acolhe os versos meus, a lyra escuta,  
Que entre queixumes mil porti se exalta.

Te vi na acerba, na continua luta  
De atroz doença tão constante, e forte,  
Qual a que em paz suaves bens desfructa.

A negra imagem da terrivel Morte  
Vendo a miudo sopeaste o medo  
Magoas poupando ao candido Consorte.

Suspiravas em lugubre segredo  
Té que á celeste Região subiste,  
E te auzentaste d'entre'nos tão cedo.



Bem que o final sentido adeos cubriste  
De ais melindrosos, e saudozo pranto,  
Quaõ resignada a lethal foice viste !

Santa Religião tu podes tanto !  
Entre mil perdas e crueis tormentos  
Adora-se o decreto sacrosanto !

Da vida aos mais queridos pensamentos  
Aprezentaste rezoluta o peito,  
Perdeste assim os ultimos alentos.

Meiga volvendo o gracioso aspeito  
Ao respeitavel gemebundo Epozo,  
Que soluçava em lagrimas desfeito ;

Forças tomou teu coração virtuozo  
E moribunda vozes taes soltaste,  
De audaz rezignação penhor mimozo.

“ Se em mim té hoje a tua dita achaste,  
“ Se escolha tua, e teu amor eu era,  
“ E a mim ligado os laços teus amaste ;

“ De hoje em diante maior dita espera,  
“ Farte-há feliz o omnipotente Nume,  
“ Que sobre a Terra, e sobre os Ceos impera.

“ Illudido o Mortal em vaõ prezume  
“ Na ventura terrestre achar firmeza,  
“ Segue-se aos gostos aspero queixume.

“ Falso o deleite, varia a natureza,  
“ Não te allucinem ; teus dezejões ceva  
“ Nos bens celestes, na mais digna empreza.

“ A’ eterna Estancia o pensamento elleva ;  
“ Alli te espero eu, alli um dia  
“ Divino laço reunir-nos deva !

Assim fallou, e em lucida alegria  
Sua alma virtuoza dezatando  
As corporeas prizoens aos Ceos subia,

Entre os Coros Angelicos pouzando  
Te contemplo, oh modesta, oh meiga Espoza,  
A mil virtudes justo premio achando  
Gentil Armania os bens celestes goza.

*Por um Portuguez.*



## LITERATURA ALLEMAM.

*As Analogias de Carolina Pichler.*XIV.—*As Drupas (Fructos de Caroço).*

Hé pena, que tantas Cerejas e *Abrunhos* jazaõ sem proveito aqui sobre a terra, e apodreçaõ! me disse hontem Emilia no pomar, e mostrou-me uma quantidade de fructos semi-maturos, e outros damnificados pelos passaros, que ali jaziaõ espalhados pelo chaõ. Hé pena, continuou ella, que tudo isto se perca sem prazer, e debalde, pois se chegassem á madureza, ou não soffressem prejuizo, dariaõ excellentes fructos! Debalde não se perdem elles, lhe voltei eu; olha ainda um pouco á roda de ti. Não ves brotando aqui da relva uma infinidade de tenros *Arbustinhos*, que apenas se levantaõ como o restolho, que os cerca? Como poderiaõ elles aqui nascer, se ninguem os plantou? Repara, Emilia; os fructos, que por cauzaas diversas cahem na terra, apodrecem n'ella; mas o tenro germen se desenvolve na humidade, que o rodea. Ao brotar, lhe serve de primeiro e leve sustento a polpa do fructo, antes que possa extrahir do chaõ duro pelos seos vazinhos o conveniente alimento, á maneira do tenro infante que vive do leite materno, antes que a sua mimosa estrutura soffra mais forte sustento. Por fim se arraiga a plantazinha na terra; sua debil hastea se levanta pouco a pouco: e assim brotaõ estas *Arvorezinhas*, que um dia haõ de assombrar o Vergel com os seos ramos de melhor modo arrançados. Nenhum fructo pois cahe sem fim; os poucos mesmo, de que não brota germe, servem de comida ás Aves do Ceo, que tambem Deus ama, e das quaes igualmente cuida. Sim, minha Amiga, a Providencia hé tão boa e sabia no pequeno, como grande. Nada se perde na sua propria economia, nada fica sem effeito, e effeito salutar para o todo. Não hê debalde que a drupa cahe, e se corrompe, nem tão pouco se perde a mais



pequena consequencia de nossas acçoens, posto que nós, imprevistos mortaes, julguemos ver o contrario muitas vezes, e nos pareça, que muitas cauzas ficam sem consequencia, e muitas forças sem correspondente effeito. Cada acção boa, ou má, cada incentivo para o mal, cada exemplo de silenciosa virtude, produz sem duvida uma alteração no circulo, que nos rodea; e sem ser notada, silenciosa se propaga esta, até que depois de longo tempo, quando já de todo nos tem esquecido a primeira occasião, vemos nós com prazer ou com terror os consequencias, que, não vistas, nos rebentárao de pequenos e insignificantes germes. Ah! possa nossas acçoens imitar sempre as nobres drupas, que sem estrepito cahem sobre a relva, mas que bem depressa, passam a ser arvores uteis, que um dia haõ de dar aos nossos Evos o refrigerio e a sombra!

#### XV.—*Os Pinheiros.*

Eisaqui arrancados, e destinados para lenha, os já sêcos pinheiros, que tanto tempo zombárao da diligencia e culto do jardineiro. Todas as suas fadigas e cuidados foraõ inuteis com estas arvores, que vecejárao e cessárao de reverdecer. Sim, mesmo a pouca seiva, que tinhaõ, quando foraõ transplantados de seos viveiros, secou-se, e os pinheiros morreráõ. Involuntario á final os arrancou o jardineiro do chaõ, que desfiguravaõ, por quanto achou, que elles tinhaõ poucas ou nenhumaes raizes. Elles foraõ, como as pequenas arvores, que se arrancaõ ou cortaõ nos arvoredos; e pouco importou, se os pobres pinheiros podiaõ medrar. Se elles tivessem ficado nos seos bosques maternos, continuariaõ a reverdecer, e em poucos annos alastrariaõ ramos uteis, cujas sombras balsamicas seriaõ gratas ao cansado viajante; e eilos aqui agora convertidos n'hum duro, e inutil feixe de lenha.

Assim acontece a muitas jovens e inexpertas donzellas, que mui cedo foraõ das sombras da caza paternal transplantadas para o grande mundo. De que uzo lhe pode ali ser o retrato da virtude, o costume, o exemplo? De que lhe serve uma descripção, que ainda não tem resistido aos attractivos da Lizonja, uma honestidade, que nunca foi provada por alguma occulta



occasiaõ de pecar, uma innocencia, que ainda nenhumas tentações tem vencido com valor e constancia? As donzellas foraõ boas, por que nunca tiveraõ occasiaõ de incentivo para serem más. Agora porem no vortice das dissipações, incitadas por uma falsa honra, sitiadas pela seducção e attrahidas pelos grandes exemplos, como depressa perdem ellas os poucos bons sentimentos, que lhes serviaõ de principios, e se viciaõ, como os individuos, que as rodeaõ! Se ellas naõ fossem taõ cedo arrancadas do seu protector retiro, ellas se sasonariaõ na simplicidade e innocencia para serem dignas esposas. Um homem de bem acharia a sua suprema ventura em seos braços, e virtuosos filhos um dia lhe agradeceriaõ sua plena felicidade.

#### XVI.—*As Ruas do Jardim.*

Olha, amiga, como estas tenras arvores entrelaçãõ densamente seos visinhos ramos, como formaõ sobre as nossas cabeças hum tecto verde-claro, atravez do qual o sol brilha, e disperge as variadas sombras das folhas, já sobre o caminho, já sobre os nossos brancos vestidos. De modo e altura igual estaõ ellas em ambos os lados; plantadas ao mesmo tempo, attendidas com o mesmo cuidado cruzáraõ ellas já, como doceis, as vergontes e seos raminhos tenros; crescêraõ umas com outras, e para as outras; e se uniraõ fazendo sombria arcada, á proporção que crescêraõ, e se vigoráraõ. Enlaçadas e somidas umas com outras, augmentaõ progressivamente seos laços, vigoraõ a sua uniaõ a despeito dos tempestades, e umas ás outras prestaõ fortaleza e vigor.

Doce imagem de intima amizade e de Amor entre almas da mesma tempra, e identicas relações; em que nada mais se reclama do que se concede, nada mais se recebe do que se dá: em que nenhuma dissonancia pela differença de estado, de idade, e temperamento interrompe a bella harmonia; em que um pensa, ama, e vive como o outro, e as faltas de um desaparecem nas boas qualidades do outro; em que as duas almas se unem n'um bello todo, apezar dos revezes, e do que naõ dura so para este mundo!

Mas vamos um pouco mais adiante. Há tambem



aqui um passeio coberto, tambem aqui se arquea um verde tecto sobre nós. Mas notas tu a differença? Não ves o forte castanheiro como suberbo se levanta, e comprime diante de si os humildes arbustos, que ali começavaõ a crescer, quando elle já era uma arvore perfeita? Não ves o crescido alamo, que não mais idoso, porem de maneira diversa medrou rapidamente, e não ligou com os arbustos tarde-crescentes os seos aereos ramos, que ali se vem como envergonhados e tristes, e junto a seos grandes vesinhos tem apenas lugar e sol, para viverem? Pois tambem murchaõ e morrem muitos em disparatada uniaõ. Agrada-te mais aquelle passeio, do que este? Careces ainda explicaçoens sobre iguaes e desigoaes allianças.

#### XVII.—*As Arvores enxertadas.*

Hé huma bella descoberta a enxertia das arvores! Todos estes tenros pimpolhos, que de fructos cahidos espontaneamente rebentáraõ, darão em poucos annos bons fructos, em ves dos sylvestres, que aliás dariaõ. Com sabia escolha, e previdencia fendeo o jardineiro a tenra casca, introduzio nella um gommo de arvore fructifera, e ligou a ferida com vimes. Eis se altera toda a natureza do arbusto; as funcçoens de todas as suas veas e vasinhas se mudaõ. A sua structura interna hé differente. Os sucos, que elle attrahe da terra, são elaborados diversamente. Suas folhas absorvem o orvalho, e o ar de outro modo; e o mesmo alimento, os mesmos raios do sol prepáraõ um estado futuro de amendoa amarga, ou de ameixa azeda; de rubro pecego, ou de aureo damasco. Taõ forte hé a acção do gommo enxertado sobre o character da arvorezinha, que altera todo o seu ser.

Da mesma sorte, operaõ sobre os nossos coraçoens o commercio, e as allianças amigaveis, cujo poder a inexperiente conhece pouco, e a que imprevista se entrega. Pois assim como toda a natureza da arvore se muda pelo extranho effeito do enxerto, assim um commercio de confiança altera o nosso modo de pensar, e costumes. Os pensamentos de nossos amigos passaõ para nós: suas palavras, suas acçoens obraõ sobre nós; insensivelmente tomâmos seos habitos, seos modos de



vida, e começámos a considerar as couzas debaixo do mesmo ponto de vista, em que as consideraõ os nossos amigos; as nossas decisoens, e conducta não procedem mais de nossos meros principios: fazemos muito em attençaõ aos nossos amigos, e muito sem disso nos aperceber-mos; de maneira que a final somos entes totalmente diversos do que eramos antes.

Mas não deveríamos nós por tão importantes consequencias seguir o sabio exemplo do jardineiro, que nunca para um tronco de arvore silvestre vai buscar enxertos de especie totalmente diversa; e não ligar-nos á homens cujo modo de pensar impeorasse o nosso, e cuja disposiçaõ estranha se oppozelle ao nosso natural character? Sim, á imitação do jardineiro, que para não esperdiçar as suas arvores, nunca enxerta sobre o mesmo tronco, e ao mesmo tempo, ramos de multiplicadas espécies, nem os enxertos deste anno reserva para o seguinte, devemos nós tambem, se queremos buscar honra e felicidade em amigavel alliança, não ligar-nos á diversos homens, e de diverso character, ou procurar repetidamente novas allianças; para que a continua operaçaõ de novos e diversos temperamentos, entorpecendo as nossas funcçoens, e perturbando os nossos sentimentos, nos não converta á final n'um miseravel complexo de tantas opinioens, quantos são os nossos amigos, e em desordenadas relagoens nos faça perder os nossos Principios e a nossa propria entidade.

#### XVIII.—*A Nevoa da Manham.*

Vede, já se dissipáraõ as sombrias e densas nevoas, que abafavaõ o claro aspecto desta manham. Apenas podia o sol romper por entre ellas; longa e duvidoza fô a lucta; mas a final elle se ergueo victorioso com luminosa pompa, e as nevoas se abismáraõ. Enrolando-se sobre si, ellas retrocedêraõ, e o sol com desassombrada belleza montou o throno do dia. Mas acolá sobre as distantes montanhas inda pendem denegridas e condensádas, essas humidas filhas da noite; mas os zephyros bem depressa dilacêraõ o manto dessas massas escuras, e as reconduzem sobre o céu apenas esclarecido, para cobrir n'um momento a luz do sol. Ahi esperaõ ellas pelo crespusco da tarde; pois



quando o sol com mais fraca luz as visita, ellas se levantaõ nas azas do Nordeste, cobrem lhe a rubra face, e alastrando sobre os bellos Céos da tarde um luctuoso e humido véo, offuscaõ mais cedo com a noite a athmosphera.

Taõ forte como a nevoa da manham hé o poder de nossos primeiros prejuizos, habitos máos, ou erros de mocidade, profundamente arreigados, que só em madura idade se abrandão ao raio penetrador da razão. No infimo assento d'alma elles estão agachados. Cada movimento impetuoso, cada pequena omisssão os deixa mais a larga; elles empolgaõ, e subindo cobrem de nevoa a razão, e a embarçaõ. Quando porem a velhice, a doença ou os desastres enfraquecem nossas faculdades mentaes, quando já não podemos mais lutar com os nossos antigos inimigos, e o sentimento dos presentes males remove cada vez mais a nossa attençaõ; elles se levantaõ com todas as suas forças, offuscaõ a razão; destroem nosso descanso; e o fim da nossa vida se assemelha ao seu nebuloso começo.

#### XIX.—*As Plantas á Sombra.*

Hé uma singular observaçaõ, que eu tenho muitas vezes feito, e cada um pode fazer, que não visita indifferente o reino das plantas e flores, a saber;—que todas ellas se voltaõ para a luz e sol, e na falta destes adocem e murchaõ. Estas tenras figueirinhas, que de fresco foraõ plantadas, não se inclinaõ ellas para o oriente, e para o meio dia? As flores nos canteiros curvaõ as suas cabeças para o sol; e mesmo nas estufas, onde as plantas vivem encarceradas n'uma situaçaõ desnatural, suas folhas e flores remontaõ para as janellas. Logo que uma planta acha a mais pequena fenda, se esforça a sahir por ella nas direcçoens mais estranhas, a fim de gozar do ar livre, e da luz não contrafeita do sol. Nos lugares sombrios só crescem poucas ou enfermas plantas; sem animadas côres, sem abundancia de folhas, ali estão ellas como amarellos e lenhosos vegetaes, e depoem claramente contra a sua situaçaõ opposta á natureza. Só a terrivel gullodice hé que podia ensinar ao homem concupiscente, a submetter ao seu serviço esta innata precisaõ de luz. Elle subtrahe mui cedo o



debil espargo á luz animadora do sol, para o fazer doente e macio; liga a mui viçosa alface, para que suas folhas internas sem calor, sem luz se amaciem, e suffoca assim o natural instincto, para procurar-se uma deleitosa comida.

Indispensavel como hé nas plantas a necessidade da luz, hé nos homens a da energia mental. Ainda quando poder externo ou urgentes circumstancias a estorvão, lucha sempre a alma por novas ideas; e só á pura luz da verdade medraão seos mais bellos fructos. Lá onde porem a necessidade, a penuria, o clima, e amargurada subsistencia suffocaão a desenvoluçãõ deste instincto, onde uma brutalidade hereditaria reina, como as sombras nocturnas, em selvaticas naçoens como na Terra do Fogo, e entre os Esquimós; bem depressa se perde, e se apaga todo o vestigio da razaõ; e parece apenas possivel, que os miseraveis Filandezes e Newton pertençaõ á mesma classe de creaturas. Hé esta uma consequencia bem triste das leis physicas do mundo.

Mas quam revoltante não hé para todo o Ente sensivel o horroroso Egoismo d'esses afeminados e ciosos Orientaes, que metade da especie humana tem humilhado á condicão dos brutos, que de inveja prohibe ás deploraveis mulheres todos os conhecimentos, toda a luz da verdade, e religiosamente lhes recusa as delicias do Paraíso, para lhes arrancar de todo as pertençaõs á immortalidade, e consequente educaçãõ, a fim de as dominarem tranquillamente á descripçãõ de seos caprixos; e reduzirem Seres, que trazem no seio as mesmas celestes scentelhas da razaõ, á baixeza de automaticos instrumentos da sua voluptuosidade! Mas a constrangida natureza aqui, como por toda a parte, vinga terrivel o espezinhamento de suas leis. O espirito dessas mulheres pela oppressão e prejuizos, não podendo franquear-se um caminho direito para satisfazer seu ardor pela actividade, tende para a meta com violencia, por mil viciosas circumvoluçoens. As insidias e intrigas fazem seu unico emprego: e a execuçãõ de seos planos egoisticos hé todo o campo, em que podem exercer-se as suas faculdades mentaes. Assim de todo o tempo haõ sido os Serralhos o berço dos vicios e mais enormes crimes. Luctuosa hé a condicão do espirito humano, se á imitaçãõ das plantas artificiaes, deve



elle amortecer-se ou degenerar, para assim poder deleitar-se no pacifico gozo de seos prazeres!

## XX.—*Os Arbustos Outonaes.*

Hé verdade, querida amiga, os arbustos outonaes são os precursores do proximo inverno; seu diverso e florecente lustre hé o derradeiro; e o imperio das flores passa com elles. Todavia elles são bellos, e vale apenas o contemplalos. Vede! que diversidade de cores e de formas, que abundancia, que pompa! Aqui o azul-escuro, ali o purpureo-roxo, o roxo-pallido, e a cor do *lilás*. Todos os aureos seios, bordados de um circulo d' *m* folhas espessas, e outros brancos sem estames, mas com *m* peito arqueado absorbem por cem tenues vazos o orvalho dos ceos. Que leves figuras! Como oscillaõ essas estrellas sobre as suas flexiveis hasteas, e ao mais pequeno sopro ora curvaõ, ora levantaõ suas cabeças, offerecendo á vista uma continua variaçaõ de cores! Mas a sua cultura foi trabalhosa, e custou ao jardineiro muitas horas ardentes. Vede, acola tambem naquellas roseiras há ramos, mas quam diversos! Pequenos, inconsideraveis, cingidos só de uma coroa de escassas folhas, la estaõ, semelhantes á flor da relva, sem merecerem ser vistos. Com tudo elles crescêraõ das mesmas sementes, como os outros vigosos arbustos; das mesmas sementes, que o outomno passado vieraõ de taõ bellas flores.—Eu vi mesmo o jardineiro lançar os caroços que lhe restavaõ da sementeira, no bosque; onde elles crescêraõ n'um chaõ ariente, sem cultura, sem amanho, sem que amiga mãõ os alimpasse dos cardos, ou regasse nos dias ardentes, em que desfaleciaõ. Hé pois maravilha, que deixados assim ao acazo, em total degeneraçãõ, elles pareçaõ ser outra especie de flores?

Oh minha amiga! Tu hês mãi, tu tens tenras plantas que cultivar. Não deixes sahir do teu espirito estas duas especies de arbustos! Se o jardineiro para ter boas flores, mistura a terra com deligencia e arte, lança primeiro as sementes em abrigados e quentes leitos, e logo que as plantas estaõ meio-crescidas as transplanta para os canteiros do jardim, e ali as cultiva, as rega, monda, e espeda, e lhes presta todos os cuida-



dos; porque não hade uma mãe fazer o mesmo por seus filhos? O que a cultura hé para as plantas, hé a educação para os mancebos; e quanto estes mais crescem, mais assidua cultura requerem, e tanto mais deploravel se faz seu crescimento inculto. No bom chaõ dos puros e domesticos lares se desenvolvem primeiro as tenras plantas.—O bom exemplo, doutrina instructiva as esclarecem, como a branda luz do sol; um cuidado honesto remove as más impressões das puras almas; dá aos novos talentos e ás ideias um novo attractivo, até que á final o glorioso desenvolvimento se apresenta aos olhos de uma mãe feliz, em todo o lustre da mocidade e belleza. Oh cara amiga! Que sentimento se pode comparar com este? Que recompensa pode haver mais rica, que promessa mais lisongeira para cumprir-mos com os nossos deveres, do que a espectação destes mais que terrestres prazeres, que são obra pura do espirito, que só por elle se podem gozar, e que nos aproximão á ventura de Seres sobre-humanos!

---

*EXTRACTOS das Cartas de Joze da Cunha Brochado, escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuados da pag. 36, do No. LVII.)

*Carta de 25 de Agosto, 1708.*

Esta terra teve estes dias a congoção de receber as novas do casamento de El Rey N. S. que foi celebrado em 8 de Julho em um lugar a tres legoas de Vienna; e fez a cerimonia do recebimento o Cardeal de Saxa-zeits, e no mesmo dia foi S. M. dormir em outro lugar, duas legoas mais distante, aonde no dia seguinte foi vezitada pelo Imperador, pela Imperatris Viuva, e pelas Archiduquezas suas irmans, que jantaram com a rainha, e de tarde se despediram della pela ultima vez, e voltaram para Vienna. No dia 10 voltou o Imperador pela posta a dar a rainha o ultimo adeos. Em 15 chegou S. M. a cidade de Praga, aonde havia de assistir até o dia 19, em que continuava a sua marcha. Esta se faz com



deligencia e passos de gigante, porque de quatro em quatro dias há de somente descangar um, mudando de cavallos em cada duas postas, para cuja mudança são necesarios 600 cavallos, que em Alemanha não hé difficultozo este provimento. Dizem que a rainha vem acompanhada, alem do Embaxador de Portugal que faz o officio de conductor e estribeiromor, do Conde da Torre, do Bispo de Lubania que vem por Embaxador a esta Corte, de uma Camareira mor, que hé a mulher do dito Conde, duas Damas de honra, tres moças da Camera, e outras pessoas subalternas que devem accompanhar S. M. até Holanda. Isto hé o que aprendi no Paço; o mais ficaria reservado para os grandes ministros que entraõ purificados no *Sancta Sanctorum* do tabernaculo. Desta relação infiro, que a nossa rainha foi recebida incognitamente, para não dizer clandestinamente, que em materia de matrimonio não hé termo louvavel; e por esta maneira entendo que fez as honras da sua caza, e segundo o tempo pode estar a estas horas no meio do canal, no cazo em que a armada não tivesse embarço da expedição que dizem vai fazer nas costas de Normandia; mas eu julgo que esta ordem há de ser contramandada, porque o exercito da liga necessita daquellas tropas para tratar de tirar as vantagens da sua victoria, de que até agora não houve mais fructo que a gloria de ficar senhor do campo da batalha. Dizem que o inimigo se acha com 60 mil homens de tras do Canal de Burges, aonde não tem a subsistencia necessaria. O Principe Eugenio entretem da parte de Bruxellas as forças do Duque de Berwic, e hé tudo o que sabemos daquella parte.

Tivemos luminarias 3 dias, e subiram os Tribunaes a beijar a mão a S. M., e o Snr. Marquez de Alegrete nos fez a honra de se pôr na frente do nosso Concelho, e fez seo discurso breve, que dividio em tres pontos: no primeiro agradeceo a S. M. a honra que fez ao tribunal em participar-lhe a nova do seo feliz recebimento; no segundo louvou a acção e a escolha; e no terceiro prognosticou a S. M. uma venturoza e longa successão.

Agora não se cuida mais que em buscar amostras para fazer galas, e já esquecem as ruinas do inverno passado, e os descontos da guerra presente. Tam



mudavel como isto hé o affecto do homem recebedor de continuas impressões; por que a natureza corrompida, depois do primeiro pecado, ficou com a aghaque na vista, e assim como a memoria costuma equivocar os nomes, assim os olhos costumão tambem trocar as especies.

Algumas couzas tem succedido nesta terra assim de noite como de dia, de que hé escuzado, e perigozo fazer relação a V. E., a quem peço que queira perdoar-me a continuacão desta impertinencia, em que não há mais reo que a bondade de V. E.—Lisboa, &c. &c.

*Carta do 1 de Setembro, 1708.*

Chegou outro Paquebot, porem nelle não tive carta de Holanda, e não sei positivamente aonde ficava a rainha. D. Luis da Cunha escreve que os Hiates tinhaõ partido em 13 de Agosto, e que haviaõ de trazer a rainha ao porto de Portsmouth donde a armada a havia de conduzir a Portugal; mas esta conducção se havia de fazer depois de uma expedição de que já houve noticia na posta passada. Por este modo virá a rainha a Inglaterra, accompanhada de uma pequena esquadra; a sua assistencia naquelle reino será incerta, e o incommodo será grande pela estreiteza da villa e pelo pouco saudavel do terreno. Se a rainha vier a salvamento, como Deos permita, pouco emporta que venha mais tarde, para que tenhaõ tempo as obras do Paço de chegar a sua perfeição, porque ainda que os officiaes são muitos, trabalhaõ como em obras da Sé; e creia V. E. que se podia fazer um palacio novo com o dinheiro que se tem gastado em concertos e remendos interiores. Sem duvida a rainha de Inglaterra virá ver a nossa, e nunca estas entre vistas reaes se fizeraõ sem queixa de alguma das Magestades; porem da nossa parte não haverá duvida em nada, porque só no terreiro do Paço, e na salla dos Tudescos sabemos pleitear precedencias e prorogativas de honra. O mais verá V. E. na carta incluza, em que se não falla uma só palavra na Campanha de Flandres.—Lisboa, &c. &c.



*Carta de 8 de Setembro, 1708.*

Dou o parabem a V. E. de haver começado os banhos nessas doces e scientes agoas do saudozo e pacifico Mondego, porque neste remedio achará o temperamento de V. E. uma completa victoria contra os males que tanto nos assustão, e que são cauza de V. E. não assistir hoje a El Rey N. S. que veio com os Infantes seos irmaons ver a procissão da nova Igreja a caza do Snr. Marquez, aonde merendou, e se deteve largo tempo. El Rey veio incognito, ou para me servir de melhor termo, veio as escondidas, porque entrou pelo bêco, a que se seguiu outra passagem de menos decoro. Não sei que seja escudeirice nos Reys virem a caza de um grande, tam grande, que o menos que tem hé ser Concelheiro de Estado. Em fim são etiquetas do paço, em que só os cortezaons são peritos, e a nós os mortaes não toca interpor juizo sem temeridade.

A procissão se compoz de 20 figuras a cavallo, que representavaõ outras tantas figuras de que se compunha o triumpho do Sacramento. Seguia-se um Carro de grande altura com alguns musicos dentro, e ainda não sei o que significava: foi projecto e idea do Conde de Vimiozo, que mostrou bem na elevação da maquina a alta comprehensão do seo discurso. Todas as figuras, por partes, eraõ de grande custo e luzimento, porem sem alma, nem ordem, e se pareciaõ com o Page de S. Jorge. Toda a rua direita esteve pompoza, e até o Snr. Inquisidor Geral veio a ella, e esteve em uma janela de frente da em que El Rey estava.

Chegou um navio do Brazil, e não traz boas novas das frotas, por que não podem partir sem lhes chegarem mais comboys pelas suspeitas de haver naquelles máres alguns Corsarios Francezes. Esta nova tem posto os homens de negocio na ultima consternação, e não sei como se haõ de continuar as despezas começadas, que já excedem os algarismos. El Rey he naturalmente inclinado a obras; não lhe representaram os inconvenientes de achar dinheiro para ellas, e agora já hé tarde, porque hé necessario acaba-las, e hé impossivel achar os meios.—Lisboa, &c.



*Carta de 15 de Setembro, 1708.*

Chegou hontem um Paquebot, e consta, que a Rainha chegou em 15 d'Agosto a Rotterdam, aonde se deteve até 19, e neste dia partio para Haya, e se aposentou nas cazas de Francisco de Souza Pacheco, que são um Hotel grande, pertencente a Carlos 3º por serem do dominio dos Reis de Castella, em que sempre morão os Embaxadores daquelle coroa, e entrou nellas o nosso Inviado em tempo em que o dito Carlos não estava aclamado, e era necessario um Ministro Catholico para conservar a grande capella que tem. A comodidade destas cazas hé mais que bastante para uma Rainha incognita. As cartas de Inglaterra são de 28 do passado, e ainda os Hyates não tinham partido, por cauza do tempo, para trazerem a Rainha a Portsmouth, aonde supponho que o vento, que nem sempre hé grande servidor das Damas, terá nesta occasião mais cortezia por haver conduzido já a Rainha e toda a sua comitiva: a sahida porem daquelle porto Inglez hé incerta em quanto ao tempo; e sempre a dilação será o fructo mais certo desta empreza em que a Rainha será a mais prejudicada, e a fazenda de El Rey N. S., por que em Holanda fazia o Imperador a despesa da jornada, excepto a do Embaxador e da sua gente, e em Inglaterra será tudo por nossa conta, menos algum presente comestivel da Rainha Ingleza. Nestes termos as reflexoens prudentes não são muito favoraveis a pronta chegada da Rainha, porque será obrigada a vir buscar os nossos máres em tempo em que elles não são muito agradaveis, e em que o cordão de S. Francisco não hé tão benefico como o orêlo de S. Francisco Xavier; e quando se queira evitar este sobre salto ficará a Rainha na dura obrigação de passar o inverno na tristissima Villa de Portsmouth á custa da fazenda de seo marido, que junta com as finezas de galan, será preciso, que a despesa seja tamanha como o seo amor.—Lisboa, &c.

(Continuar-se-hão.)



## SCIENCIAS.

---

### *Nova Exposição dos Progressos que fizeram as Sciencias Physicas.*

(Continuada da pag. 50, do No. LVII.)

#### *Electricidade.*

1. Hé um facto bem sabido, que se ao primeiro conductor de uma maquina electrica unirmos um corpo metallico pontagudo, a electricidade não se accumula no conductor, porem escapa da extremidade do corpo pontagudo na forma de um fio de luz assaz vizivel. O Professor Hildebrandt fez ultimamente algumas experiencias comparativas com o intuito de verificar qual era o metál, que em taes circumstancias situado expellia de si maior porção de luz electrica. A figura dos metaes era conica, e a sua ponta algum tanto romba; elles estavam collocados sobre a extremidade de uma vareta de cobre, a qual estava em contacto com a parte superior do primeiro conductor. Eis aqui a ordem dos metaes que se experimentaraõ, começando com o que lançou a maior, e terminando com o que lançou a menor quantidade de luz electrica.

Antimonio

Bismute }

Ferro }

Oiro

Cobre }

Chumbo }

Niccolo

Estanho

Aço molle

Bronze

Zinco

Aço duro

2. Tres hypotheses se haõ proposto para explicar os phenomenos do galvanismo; e ainda porora estão os philosophos indecisos, qual hé dellas a verdadeira. Segundo a primeira, que hé a de Volta, os phenomenos são simplismente electricos; e dependem dos diversos estados de electricidade em que se achão os dois metaes empregados; e quanto aos phenomenos chimicos, julga elle que não são mais que consequencias accidentaes da descarga electrica. Conforme a se-



gunda, que hé a de Berzelio, os phenomenos são puramente chimicos, e a electricidade hé desenvolvida só por effeito dos processos chimicos. A terceira hypothese suggerida por Davy abraça as duas precedentes, isto hé, os phenomenos são em parte considerados como electricos, e parte como chimicos.

O Professor Pfaff de Kiel publicou há pouco uma excellente memoria sobre o merecimento comparativo destas tres hypotheses. Elle dá toda a preferencia á theoria de Volta, e propoem numerosos e fortes argumentos contra a de Berzelio. Não nos hé possível dar aqui extractos deste opusculo; por quanto elles não poderiam ser sufficientemente intelligiveis, sem uma mui circunstanciada exposição de experimentos e phenomenos galvanicos; para o que seria necessario um campo maior, do que convem á natureza deste nosso trabalho: mencionamos com tudo esta memoria, por que a julgamos mui digna de ser lida por todos aquelles, que tem predileção por assumptos electricos e galvanicos. E na verdade não temos idea de um tratado, que em tão curto espaço tanta informação contenha sobre a materia (veja-se o Jornal de Schweigger, No. X. pag. 179.)

3. Há sinco annos que no Jornal de Nicholson se publicou a singular descoberta que De Luc fez de uma pilha galvanica secca, a qual se conserva em actividade por varios annos sem soffrer interrupção: este facto importante attrahio desde logo a attenção geral dos philosophos. Zamboni, Professor de Historia Natural no Lyceo em Verona, tem alterado a sua construcção, e a prepara do modo seguinte:—elle poem pedaços de papel prateado uns sobre os outros, e cobre a parte não prateada do papel com uma porção de oxide negra de mangase misturada com mel; depois de amontoar dois mil destes papeis, elle então os cobre por fora com laca batida, e os mette em um cilindro de bronze concavo. Se collocarmos duas destas pilhas distantes uma d'outra quatro ou sinco polegadas, e entre ellas suspendermos uma leve agulha metallica, está se observará, ser attrahida alternadamente para uma e outra pilha por tal sorte, que terá entre ellas um movimento constante á maneira de um pendulo. Já tem havido muitas tentativas com o intuito de



fazer com que este pendulo electrico seja o poder motriz dos relogios; e até certo ponto ellas tem sido coroadas de feliz successo. O Dr. Jager de Stuttgardt, fez ultimamente muitas experiencias com esta pilha de De Luc, alterada por Zamboni; não vemos porem que os seus resultados ampliem muito os nossos conhecimentos sobre esta materia.

4. A batteria galvanica elementar descripta pelo Dr. Wollaston em o No. 33 dos Annaes de Philosophia, deve por certo ser considerada como uma descoberta de consideravel importancia. Ella claramente mostra a vasta porção de electricidade que se desenvolve durante a acção chimica que há entre os acidos e os metaes; e por tanto não pôde deixar de esclarecer muito a theoria do galvanismo, que por ora ainda hé algum tanto obscura.

5. Os resultados que M. Children há obtido das experiencias feitas com a sua immensa batteria galvanica, são algum tanto interessantes; e os passaremos a mencionar. A batteria consta de vinte pares de laminas de cobre e zinco, cada uma das quaes tem seis pes de comprido e dois pes e oito polegadas de largura, apresentando no todo uma superficie de 32 pes. Ellas se communicação por meio de tiras de chumbo, e estão situadas em vasos de páo cheios d'gua, a qual contem uma mistura dos acidos nitrico e sulphurico: alem disso as chapas estão por tal modo suspensas e contrapezadas, que se podem mui elevar ou abaixar quando quizermos; e entre cada duas chapas de cobre há de permeio uma de zinco. Eis-aqui a ordem, em que se tornáraõ vermelhos os fios metallicos, que uniraõ os dois polos desta batteria:

Platina	Cobre }	Zinco
Ferro	Oiro }	Prata

Visto que o estanho e chumbo se derreteraõ antes de ficarem vermelhos, não se poudé por tanto verificar que lugar lhes competia. M. Children hé de opiniaõ, que os metaes ao conduzir a electricidade se tornaõ vermelhos na razão inversa do seo poder conducente. Segundo esta supposiçaõ, o poder conducente destes metaes respectivamente á electricidade hé da forma seguinte:—



Prata  
Zinco

Oiro }  
Cobre }

Ferro  
Platina

A força desta immensa batteria se poderá bem apreciar por meio das seguintes experiencias:—

Sinco pes e seis polegadas de fio de platina, cujo diametro era a undecima parte de uma polegada, ficaraõ vizivelmente vermelhos a luz do dia.

Oito pes e seis polegadas de fio de platina, cujo diametro era a quadregesima quarta parte de uma polegada, se tornaraõ vermelhos.

Uma barra de platina da largura de  $\frac{1}{6}$  de uma polegada, e do comprimento de duas polegadas e meia, se tornou tambem vermelha, e derreteo-se no fim do processo.

Os effeitos chimicos produzidos por esta batteria foraõ os seguintes:—

1. O carvão de lenha foi elevado á um mui intenso grão de combustaõ dentro de um vaso que continha o gaz chlorine; porem nenhum phenomeno particular se observou; e o mesmo aconteco quando em lugar de chlorine se fez uso do gazazote.

2. A oxide de tungsten foi derretida e um parte reduzida ao seo estado metallico. A porçaõ metallica tinha uma cor branca azulada, era brilhante, pezada, e mui fragil.

3. Da oxide de tantalo somente se derreteo uma mui pequena porçaõ: os seos grãos tem uma cor amarella avermelhada, e saõ summamente frageis.

4. A oxide de aranio foi derretida, mas não reduzida ao estado metallico.

5. A oxide de titanio foi derretida, mas não convertida em metal: quando foi aquecida até adquirir um intenso grão de calor, lançou de si brilhantes faiscas semelhantes ás do ferro.

6. A oxide de cerio foi derretida; e quando chegou á um estado de calor mui exaltado, parte ardeo deitando uma viva chama branca; e parte ficou volatilizada. A oxide depois de derretida, sendo exposta ao ar, passou em poucas horas ao estado de pó.

7. A oxide de molybdeno foi facilmente derretida e reduzida ao estado metallico. O metal hé fragil, da cor de um cinzento escuro, e exposto ao ar adquire em



breve tempo uma pequena casca de oxide cor de purpura.

8. Um veio de iridio e osmio foi derretido e transformado com um pequeno globo.

9. O iridio foi derretido, e transformado em um pequeno globo em que haviaõ algumas cavidades. O metal era branco, mui brilhante, e a sua gravidade especifica andava por 18.68.

10. O rubi e a saffira não foraõ derretidos.

11. Espinella azul ficou convertida em escoria.

12. Gadolinite se derreteo na forma de um pequeno globo.

13. A magnesia ficou em um estado conglutinado.

14. Zircon da Noruega foi imperfeitamente derretido.

15. Quartz, silica, e plumbago não soffreraõ alteração alguma.

16. Uma porção de ferro que continha um pouco de diamante, ficou convertida em aço, e o diamante desapareceo.

### *Magnetismo.*

1. Hé um facto bem sabido, que se a agulha de marear, antes de ser tocada com a pedra iman, for posta em exacto equilibrio sobre um eixo, cessa de se conservar na postura horizontal logo que fica magnetica; uma ponta se abaixa mais para a terra que a outra ponta; e isto se há denominado a descensão da agulha. Ora tem-se observado que a ponta da agulha que está voltada para o polo mais vizinho hé a que se abaixa; e que a descensão augmenta á proporção que nos approximamos ao polo; e pelo contraro diminue ao passo que nos aporpinquamos ao equador. A descensão se altera muito mais vagozosamente do que a declinação. Pelo que fica exposto bem se vê, que a theoria do magnetismo receberia um consideravel aperfeiçoamento, se estivessemos em posse de uma serie de boas observações sobre a descensão que a agulha experimenta em differentes latitudes; e até mesmo isto poderia dar origem á mui relevantes illações respectivamente á posição, e altura dos polos magneticos da terra. Por estes motivos julgamos



sobre modo interessantes as seguintes observações feitas por Humboldt sobre a descensão da agulha magnetica em diversas partes do Atlantico Septentrional, em o anno do 1799.

Latitude Septentrional.	Longitude Occidental de Greenwich.	Descensão magnetica.	Numero de oscillações em dez minutos.	
38° 52	18° 42	68.18	242 - -	Boa observação.
37 26	18 52	67.81	242 - -	Huma consideravel calmaria.
34 30	19 15	65.70	234 - -	Huma calmaria total.
31 46	19 24	64.71	237 - -	Duvidosa, particularmente a intensão.
28 28	20 53	62.41	238 - -	Boa.
24 53	23 18	60.84	239 - -	Muito boa.
21 29	28 2	58.18	237 - -	Boa.
19 54	31 15	57.27	236 - -	Boa.
14 15	50 23	50.67	239 - -	Boa.
13 20	55 35	45.60	234 - -	Descensão boa, intensão duvidosa.
11 1	57 11	42.34	237 - -	Boa.
10 46	63 14	42.25	229 - -	Boa.

2. A variação da bussola, ou a mudança, que há na sua declinação, ou no ponto para que está voltada em differentes longitudes, foi pela primeira vez observada por Colombo. O facto de que a declinação varia no mesmo lugar foi primeiro descoberto na Inglaterra, ainda que não se sabe exactamente o nome do descobridor. Wallis a attribue á Gellibrand, o qual segundo elle, fez o descoberta em 1645; Bond porem assevera que João Mair fora o primeiro que o observára. No anno de 1857 não havia variação da bussola em Londres, ou por outras palavras, a agulha apontava directamente para o norte. Em 1580 apontava 11° 15' para leste. Em 1692 a variação era 6° para Oeste. Desde o anno de 1659 a declinação tem augmentado para Oeste, e no anno de 1814 era 24° 22' 22", segundo o calculo medio das mui correctas observações do Coronel Beaufoy, as quaes a nosso ver excedem em exactidão á todas as outras que se haviaõ até entãõ feito. No principio a declinação variou bem consideravelmente; assim durante os primeiros quinze annos depois de 1657, a declinação se tinha adiantado



para Oeste dois graus e meio ; o que vem a dar uma variação de dez minutos cada anno. Nestes ultimos annos, porem, esta declinação se tem diminuido gradualmente; e segundo as observaçoens de Beaufoy o augmento desde 1813 até 1814 foi só de 31".

O Dr. Halley foi a primeira pessoa que suggerio uma theoria capaz de explicar a variação da bussola. Elle suppoz, que a terra continha dentro de si um immenso magnete que se sustentava sobre o seo eixo, e possuia quatro polos, dos quaes dois eraõ mais fracos, e dois mais fortes. Este magnete interno julgava elle que se movia, e que este movimento causava a declinação. Nós julgamos ser bem possivel, que o magnete interno produzisse a variação, sem que fosse necessario o elle estar em movimento; pois sabemos que em tal caso os dois polos teriaõ entre si uma influencia reciproca, e que a sua respectiva intensam ficaria por consequente alterada. Se tal porem hé a causa da variação annual, tempo virá quando hade cessar de existir, ainda que este periodo esteja mui remoto.

O Dr. Halley era de parecer, que o principal polo do norte estava situado perto de Bahia de Baffin: e Mr. Churchman, pelo contrario, suppunha que elle existia na latitude septentrional de 58°; e na longitude de 134° ao oeste de Greenwich; porem as observaçoens seguintes feitas pelo Capitão Brown mostraõ, que esta posição não hé exacta.

Variação.	Latitude.	Longitude.
79° 42' Oeste	72° 46' Norte	— — —
79 00 —	72 5 —	— — —
78 15 —	71 26 —	— — —
73 44 —	— — —	— — —
74 00 —	70 58 —	54 14 Oeste
73 40 —	70 55 —	— — —
72 00 —	70 5 —	— — —
71 00 —	66 59 —	57 4 —
70 40 —	65 44 —	59 31 —
70 00 —	63 40 —	59 22 —
68 00 —	63 34 —	58 33 —

Feitas tanto com o Sol como com a Lua.



Ora se os polos magneticos septentrionaes estivessem situados tanto ao sul como na latitude  $58^{\circ}$ , a agulha na taboa precedente teria sempre apontado para o sudueste ; quando alias se vê, que a sua direcção hé para o Norte, mesmo na latitude  $72^{\circ} 46'$ . Hé verdade que este objecção se podia solver, suppondo-se que a agulha era influida por outro polo magnetico septentrional, mas Churchman, que admittia a existencia só de hum polo magnetico septentrional, não podia á tal hypothese recorrer.

4. As mais importantes observaçoens magneticas de que temos idea, são por certo as que fez o Coronel Beaufoy para verificar a variação da agulha. George Graham foi quem descobrio a variação diaria que esta experimenta : e tanto M. Canton com M. Van Swinden fizeram depois varios ensaios sobre esta materia com o intuito de descobrir a differença que nella havia em as diversas estaçoens do anno. O resultado que obtiverão foi, que a variação diaria era maxima no verão, e minima no inverno ; e que augmentava desde as oito da manhã até as duas da tarde, quando gradualmente voltava para a sua posição original.

As observaçoens do Coronel Beaufoy forão feitas com um instrumento muito superior ao que se havia até então empregado ; e forão alem disso continuadas sem interrupção por espaço de dois annos e meio. (Tanto a descripção como a estampa deste instrumento os nossos leitores acharão nos *Annaes de Philosophia*, vol. ii. pag 96.) Beaufoy fez tres observaçoens todos os dias uma ás oito e meia do manhã, outra ao meio dia, e a terceira ás sette da tarde. Eis aqui os resultados que destas experiencias elle alcançou.

1. A variação foi minima de manhã e maxima ao meio dia. A variação media nos tres periodos de observação foi por espaço de dois annos a seguinte :—

De manhaa  $24^{\circ} 14' 39''$

Ao meia dia  $24 \quad 21 \quad 54$

De tarde  $24 \quad 16 \quad 4.5$

Por maneira que ao meio dia a declinação era  $7' 15''$  maior que ás oito e meia da manhã ; e  $5' 49.5''$  maior do que ás sette da tarde.

2. O principio estabelecido por M. Canton, á



saber, que a variação hé maxima no verão e minima no inverno, e que tambem se altera com a temperatura, não hé exacto; por quanto ainda que hé verdade, que durante os dois annos a variação maxima occorreo no mez de Agosto, com tudo a immediata á esta foi a que se observou em Março. Na seguinte taboa se acha a variação meridional do anno de 1813, e os mezes estão collocados segundo a ordem da sua intensam.

Agosto.....	24° 23' 32"	Abril .....	24° 21' 12"
Março .....	24 23 8	Fevereiro.....	24 20 58
Julho .....	24 23 4	Novembro .....	24 20 54
Outubro .....	24 22 53	Maio .....	24 20 54
Septembro .....	24 22 32	Dezembro .....	24 20 30
Junho .....	24 22 17	Janeiro.....	24 19 3

A seguinte taboa hé do anno de 1814:—

Abril .....	24° 23' 53"	Maio .....	24° 22 13"
Agosto .....	24 23 48	Fevereiro.....	24 21 51
Julho .....	24 23 44	Outubro .....	24 21 45
Março .....	24 23 40	Novembro .....	24 20 57
Septembro .....	24 23 17	Dezembro .....	24 20 36
Junho .....	24 22 48	Janeiro .....	24 20 12

Em Janeiro há sempre a menos variação, e este mez se deve considerar como o mais frio de todos; os outros mezes porem apresentam singularidades que não se podem por modo algum attribuir á temperatura: em Março por exemplo, ainda que de ordenario um mez mui frio, se observa uma mui grande variação; entretanto que Fevereiro e Maio são quasi analogos neste particular.

3. A variação entre dois dias contiguos soffre frequentemente uma mudança de quatro ou cinco minutos; e as agulhas vibração algumas vezes 7', ou mesmo 14', sem cauza alguma apparente.

4. O vento sudeste parece augmentar a variação, e instabilidade das agulhas.

Nós nos inclinamos a attribuir a variação diaria á mudanças produzidas nas mesmas agulhas; a sua virtude magnetica parece ser diminuida ou augmentada em consequencia dos varios estados da atmosfera, dos quaes porora ainda temos noçoens imperfeitas. A temperatura hé sem duvida hum dos agentes nestas mudanças, mas não hé por certo o unico; a seccura e humidade da atmosfera parece ser outro; pois vemos



que a intensam magnetica da agulha se augmenta quando o ar está humido. Tambem não hé inverosimel que o estado electrico da atmosfera tenha sua influencia. Seria muito para desejar que ao repetirem-se estas experiencias, se note o estado em que se achão o hygrometro e electrometro ao tempo em que se observa a variação da agulha; e hé bem provavel que isto concorra muito para esclarecer consideravelmente este obscuro assumpto. Que a variação diaria hé devida á mudanças, que a agulha experimenta, parece ser confirmado por um facto que o Coronel Beaufoy observou. Elle usou de diversas agulhas nas suas experiencias, e achou que cada uma delles tinha uma variação differente das outras. Por exemplo as suas observações feitas nos seis mezes de 1815 principiando em Abril, se differencaraõ no grau de declinação daquellas feitas nos mesmos seis mezes de 1813 e 1814; e em ambas se empregaraõ differentes agulhas. Para se decidir esta questão por um modo convincente, seria meramente necessario repetir as observações com differentes agulhas, e empregadas logo uma depois de outra.

5. Cavallo há muito que mostrou, que se puzermos o acido sulphurico diluido em contacto com o ferro, este tem a sua intensam magnetica augmentada. Elle deitou uma porção de limadura de ferro em um vidro de relógio, e collocou um magnete em uma distancia tal que quasi nenhuma influencia podia ter sobre ella; lançou entaõ na limadura acido sulphurico diluido, e observou uma forte attracção entre o ferro e o iman. Como a electricidade hé desenvolvida em grande abundancia durante a acção dos acidos nos metaes; havia bastante razão para se esperar (attendendo á grande analogia que há entre a electricidade e o magnetismo) que houvesse o mesmo desenvolvimento de magnetismo, quando os acidos fossem postos em contacto com o ferro. A pezar disso esta experiencia de Cavallo não deixa de ser ambigua, por quanto hé provavel que o acido produzisse este phenomeno em razão de dar a limadura maior mobilidade, visto que ficando ella mergulhada no liquido vem a ter a sua gravidade especifica diminuida.

8. No vol. VII do Jornal de Schweigger vem uma



memoria assas curiosa escrita por Hansten sobre o magnetismo da terra. Elle traz nella um grande numero de experiencias sobre a variação da agulha; e mostra que a terra tem quatro polos magneticos. No anno de 1769 um dos polos magneticos do norte estava situado na latitude septentrional de  $70^{\circ}$  e  $17'$ , e na longitude ao l'este de Ferro de  $277^{\circ} 40.5'$ . O polo magnetico Siberiano estava situado no anno de 1805 na latitude septentrional de  $85^{\circ} 21.5'$ , e na longitude ao l'este de Ferro de  $133^{\circ} 49'$ . No anno de 1774 um dos polos magneticos austraes estava na latitude meridional de  $71^{\circ} 26.5'$  e na longitude ao l'este de Ferro de  $254^{\circ} 23'$ . Os calculos de Hansten sobre os tempos periodicos das revoluções destes polos são totalmente erroneos; por quanto suppoem elle, que as variações annuaes são iguaes; o que bem sabemos não ser exacto: nem temos a menor idea do grau certo de variação que há nesta declinação annual; e não posuimos por conseguinte dados sufficientes para calcular os periodos das revoluções.

(Continuar-se-ha.)

---

## POLITICA.

---

### ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

---

O *National Intelligencer* de 27 de Janeiro publicou a seguinte noticia, relativa aos actuaes negócios de Hespanha com o Governo Americano:—

“O Presidente dos Estados Unidos enviou hontem a Caza dos Representantes tres documentos, que comprehendem as informações, exigidas pela moção de Mr. Robertson, sobre os recentes requerimentos feitos pela Hespanha. Estes documentos consistem em duas cartas do Ministro Hespanhol ao Secretario d'Estado, a ultima das quaes hé datada de 4 do corrente, e na



resposta que se lhes deo com data de 9. Quando estas cartas se lêram era já tão tarde que foi impossivel poder tirar dellas uma copia para se publicar na gazeta de hoje.—Em substancia, e Ministro Hespanhol faz os seguintes requerimentos pela ordem expressa d'El Rey seo âmo:—

“ 1. Que a porção do territorio, ao oueste de Pedido, reclamado pelos Estados Unidos, e possuido pelo Tratado da Louisiana, fosse restituído; e que depois os dois governos discutiriaõ o direito de legitima propriedade.

“ 2. Que o governo tomasse medidas para punir e dispersar—‘ o partido faccioso de insurgentes que havia na Louisiana, e particularmente em a Nova Orleans,’ o qual, segundo allega o ministro, continûa com impunidade a recrutar exercitos, e acender as chamas da revolução nas provincias Hespanholas, &c.

“ 3. Que se dessem ordens aos officiaes das alfandegas para não consentirem que navios de bandeiras revolucionarias do sul da America desembarcassem ou vendessem fazendas, productos das suas piratarías, como elle lhes chama, e muito menos que se esquipassem ou armassem.

“ O Ministro diz, que há sete annos que um bando de aventureiros, sahidos dos Estados Unidos, ataca a Hespanha. Na segunda nota intima—que Toledo suspende a sua traidora expedição até ver chegar um grande numero de Kentuckianos, e outra partida de Tennesseelianos, que devem juntar-se com elle; e acrescenta; que se for permitido a este bando de desesperados o executar a sua expedição, El Rey seo âmo terá razão para suspeitar que se o governo não sanciona estas empresas, ao menos as promove ou auxilia.

“ Em resposta a tudo isto replicou o Secretario d'Estado, que o seo governo muito sentia que a Hespanha recorresse ao expediente de fazer taes requisições antes de entrar em previa discussão, ou de haver satisfeito aos agravos que della tinhamos recebido; e por esta occasião os recápitulou todos. Quanto a exigencia da cessaõ de territorio, o Governo Americano tinha entãõ o mesmo direito para pedir, antes da discussão, a entrega do territorio de Sabina a que



tambem tinha pertengoens. Que não admitia que fossem exactos os factos mencionados pelo Ministro, e que portanto exigia provas especificas. No que respeitava á petição de excluir a bandeira das colonias revoltadas, respondia—que o governo Americano havia já, como regra geral, auctorisado a admissão de todas as bandeiras, a excepção das dos piratas; e por consequencia não estava disposto a prohibir a admissão da bandeira das colonias, que se haviam constituido em governos independentes.”

*Gazeta da Nova York, 13 de Fevereiro, 1816.*

“Equivalente á um rompimento.—O Chevalier d’Onis, Ministro Plenipotenciario d’El Rey de Hespanha, diz-nos um nosso Correspondente de Baltimore na data de 10 de Fevereiro, sahio hontem de Washington, e viajou com muita pressa até aqui, aonde dormio a noite passada, e logo mui cedo de manham tomou a estrada da Nova York, derigindo-se para a parte oriental. Mostra hir bem pouco satisfeito, e sabemos que declarou em termos mui positivos quaõ mal tratado havia sido no seo character official, dizendo, *estar determinado a nunca mais voltar para Washington.* O publico accrescenta—que o Ministro Hespanhol e o Secretario de Estado tiveraõ diversas conferencias mui interessantes, que terminaram prontamente, e com bem pouca satisfação para o Cavalheiro, em a noite anterior á sua partida.”

*Nova York, 7 de Fevereiro, 1816.*

“O Collector deste porto recebeo esta manham ordens pela repartição do thezouro para providenciar, que os navios Britannicos, vindos da Gram Bretanha e Irlanda, fiquem no mesmo pé, relativamente aos direitos de tonelagem, &c.; em que estão os navios Americanos; e para carregar os mesmos direitos nas fazendas de producto da Gram Bretanha e Irlanda, quer ellas venhaõ em navios Britannicos, ou em navios Americanos. Os direitos de tonelada estrangeiros, eos direitos de importação sobre o commercio colonial Inglez ainda por hora são os mesmos.” (Extracto de



uma Carta, dirigida a Messrs. Price, Nichol, e Forsyth, publicado no Lloyd's na manham de 11 de Março.)

---

*Nova Pauta Americana, relativa aos direitos sobre  
Artigos importados, proposta pelo Secretario do  
Thesouro.*

Resumo:—

1. Livres de direitos—Todos os artigos destinados para o uso dos Estados Unidos, como instrumentos philosophicos, &c., livros para esollas e outros mais estabelecimentos; equipagem pessoal; regulo de antimonio; animaes para creação; oiro e prata em barras; cobre em barras, em pedaços, ou outra qualquer forma; estanho; bronze; chumbo; trapos; laã; e páo não manufacturado (excepto mahogano e páo campeche) zinco; e azeite doce para manufacturas.

2. Direitos de sette e meio por cento ad valorem—sobre drogas de tinturaria e os seos competentes materiaes, que não estiverem sujeitos á outro qualquer direito; sobre goma arabica; goma senegal; joias; relogios de algibeira e parede tanto de prata como de oiro, ou compostos de ambos; caixas de relogios de parede; rendas de linho, algudaõ, e seda.

15 por cento em todos os artigos que não forem livres de direitos; ou que não forem sujeitos á algum direito particular.

20 por cento em todas as sortes de fazendas de linho;—cambraias, panos de linho, velame fazendas de linho da Russia e Alemanha, luvas e meias, tanto de seda como de linho; sedas, setins, e todos os artigos em que a seda hé o principal ingrediente.

22 por cento em todas as obras feitas de cobre, bronze, ferro, aço estanho, chumbo, &c., fivelas de todas as sortes; todo o genero de quinquelharias invernizadas; peças de artilheria, espingardas, armas de fogo, &c.

28 por cento em fabricos de laã de todas as especies; e em todos os artigos em que a laã hé o ingrediente principal.

33 e um terço por cento em todo o genero de manufacturas de algudaõ, ou em que este artigo hé a parte



mais essencial; em louça da China, louça commum, louça vidrada, artigos de porcelana e de vidro; barre-  
tinhas, e toucas para mulheres; leques; plumas; orna-  
mentos para a cabeça; flores artificiaes, e outros mais  
enfeites; chapeos e barretes de laã, coiro, pelles, palha,  
ou seda; cosmeticos, balsamos; perfumes; brins pin-  
tados para alcatifar cazas; esteiras feitas de palha e  
espadanas; azeite para seladas; conservas de alca-  
parras; anchovas; e dôces.

35 por cento—em obras de marcenaria, e todos os  
trastes de madeira; papel de todas as especies; coiro,  
e todos os artigos feitos do mesmo; escovas; ben-  
galas, chicotes, typos para impressas, e roupa já feita.

Na terceira e ultima lista vem especificados varios  
artigos sobre que se carregão direitos particulares.

---

### BARBADAS.

---

*A'bordo do Navio Portuguez "Fama," 6 de Janeiro,  
1816.*

"Como sois um dos interessados na carga deste  
navio, aproveito a occasiaõ de vos escrever duas linhas  
por um official Hespanhol que á manham parte para  
Inglaterra. Nós chegamos hoje, e fizemos esta arri-  
bada em razão de fazer agoa o navio, e não sabemos  
ainda se será preciso descarrega-lo para o concertar, e  
por consequencia que tempo nos demoraremos ainda  
aqui. Sahimos do Rio de Janeiro no dia 23 de No-  
vembro, aonde estivemos 22 dias demorados, com o  
navio carregado, por ordem do governo Portuguez,  
cõ o pretextõ de quererem mandar por elle despachos  
para Lisboa; de sorte que o navio esperou mais tempo  
por estes taes despachos que gastou a carregar. A  
consequencia de tudo isto foi que em razão de estar o  
navio por tantos dias carregado sobre as amarras,  
entrou logo na sahida a fazer agoa, e se julgou precisa  
esta infeliz arribada. O que disto ainda pode rezultar  
não sei; contentai-vos porem por não estar-mos todos



no fundo do mar, e encomendai o negocio a Deos, para que, ainda que tarde e coxeando, tenhamos a boa fortuna de entrar a Barra de Lisboa. No em tanto tomai as vossas medidas de prudencia, e recorrei a *Providencia* de Lloyd's, se ainda o não tiverdes feito, &c. &c.

---

## PRUSSIA.

---

*Berlin, 14 de Fevereiro, 1816.*

“Trabalha-se actualmente em organizar um regulamento, relativo á Liberdade da Imprensa, o qual deve claramente determinar em que consistem os abusos desta mesma liberdade, e como devem ser processados e julgados nos Tribunaes competentes. A Liberdade da Imprensa hé uma couza de que nós actualmente não nos podiamos dispensar, attendendo-se a esse espirito de indagação, que se tem comunicado a todas as classes do povo, e que nestes ultimos annos de guerra tem evidentemente mostrado ser um dos primeiros apoios da Monarquia. Uma grande mudança está pois para haver em as nossas gazetas. Para o futuro haverá uma official, publicada com a maior circumspecção, a qual como hé destinada para só dar as noticias officiaes, estará por consequencia debaixo da influencia do governo; todas as mais gazetas porem serão tão livres como em Inglaterra.”

*(The Champion, 17 de Março, 1816.)*

---

## WURTEMBERG.

---

A assemblea dos Estados do Reino de Wurtemberg derigio em data de 26 de Janeiro uma mui urgente re-



presentação a S. M. requerendo-lhe, que revogasse a ordem de 17 de Janeiro, relativa a nova imposição de tributos, e applicasse em beneficio do paiz, e para cobrir as despesas publicas, o remanescente dos subsidios Inglezes, que se dizem excederem muito ao que o Erario despendeo com a repartição militar; assim como o dinheiro pago como indemnidade para a sustentação das tropas Austriacas e Bavaras; e particularmente a parte das contribuiçoens Francezas que couberão ao Wurtemberg. A este requerimento acrescentaõ outro, pedindo que os Estados hajaõ de ser informados como estas somas tem sido até aqui despendidas.

Esta representação pinta com lingoagem mui energica a miseria publica de Wurtemberg, que se tem augmentado com o ultimo Decreto para o pagamento de novos tributos.

“Pela repartição do Erario de V. M. (diz a representação impressa em alguns Jornaes) se publicou com data de 17 de Janeiro uma nova ordem para impor e cobrar novos tributos, a qual ordem por toda a parte tem excitado a maior consternação, porque ella torna responsaveis pela sua cobrança as pessoas dos Magistrados, dentro de um tempo limitado, e as somas pedidas são mui superiores ás posses da maior parte dos mais consideraveis baliados. Os abaixo assignados limitaõ-se particularmente a provar, que o povo vai a ser de todo arruinado pelo rigor com que os Magistrados o ameaçaõ para a execução desta ordem, sendo bem claro, que de tal rigor não se precisa actualmente para suprir as despesas publicas. Uma das mais consideraveis classes, e a mais opprimida, hé a dos cultivadores e proprietarios de vinhas. As perdas que haõ tido nestes quatro annos passados, são bem sabidas; e a ultima vindima até não merece este nome. A pobreza, em que se achaõ, hé a cima de toda a expressaõ; muita desta gente não vê um bocado de paõ em muitas semanas consecutivas; e muitos, em uma palavra, estão literalmente luctando com a desesperação. Hé precizo, alem disto, considerar, que o povo ainda tem mui frescas as feridas que recebo nos calamitozos 10 annos passados; e depois destas consideraçoens pouco ou nada falta para completar a pintura da



“ miseria publica. Compelidos pela pobreza, já muitos  
 “ dos que agora são do numero dos novos contribuintes,  
 “ tem até vendido o gado de que absolutamente preci-  
 “ savaõ. E quantas familias se sustentão só de batatas  
 “ e do leite de uma vaca? E se esta ainda lhes hé  
 “ tirada como poderãõ continuar a viver? como culti-  
 “ varãõ seos campos, e aonde os cultivadores das  
 “ vinhas acharãõ meios para conservarem esta sua  
 “ industria? A maior parte daquelles que forem for-  
 “ çados a vender o seo gado, faraõ quanto puderem  
 “ para remediar este mal; e desta forma cahiráõ nas  
 “ mãos dos usurarios, particularmente dos Judeos, e  
 “ seraõ obrigados a comprar outro gado muito mais  
 “ inferior, e a credito, e por preço dobrado. Em fim,  
 “ hé impossivel fazer idea da miseria que há nas fami-  
 “ lias do povo das aldeas. Hé possivel que até o  
 “ mesmo travesseiro seja arrancado ao pobre infeliz,  
 “ que ao menos nelle descansava sua cabeça, fatigada  
 “ de amargos cuidados? Ainda quando as *razoens*  
 “ *legaes*, que são taõ decisivas, não fallassem a favor  
 “ do povo, a grande miseria publica seria mais que  
 “ bastante para que os abaixo assignados acreditassem  
 “ quanto tem que esperar dos sentimentos paternaes de  
 “ V. M. Assim como a patria nenhuns sacrificios acha  
 “ pezados para defender e sustentar a caza de seos  
 “ Principes, assim tambem ella certamente espera achar  
 “ em seo illustre Soberano todo o auxilio e assistencia  
 “ que requerem estes tempos de extrema infelicidade,  
 “ &c. &c.”

---

## FRANÇA.

---

### *General Pamplona (Portuguez) no serviço de França.*

Le Maréchal de Camp de Pamplona, qui avoit suivi  
 le Roi T. Ch. à Gand, fut chargé, immédiatement  
 après le retour de ce Monarque à Paris au mois de  
 Juillet, 1815, du commandement du Departement de



Loire et Cher, mission difficile dans le temps. Ce Département traversé par la Loire, étant occupé à cette époque, sur la rive droite du fleuve, par des corps Prussiens, et sur la rive gauche par les troupes Françaises de l'armée de la Loire, le Général a eu à surmonter bien des obstacles, soit par la sédition des troupes Françaises, soit par les menées de quelques malveillans : cependant il montra tant de fermeté et de prudence qu'il vint à bout de surmonter toutes les difficultés et de maintenir la tranquillité publique. Les habitans de Blois, reconnaissans des services rendus par ce Général, lui ont écrit la lettre suivante, quand il leur annonça que par ordre du Roi il alloit quitter le commandement de Loire et Cher. Ce Général passa au commandement du Département de la Côte d'Or, &c. &c.\*

*Carta dos Habitantes de Blois.*

“ Monsieur le Général—Vous avez bien voulu nous faire connoître par votre lettre du deux Fevrier, que par ordre du Roi, vous alliez quitter le commandement du Département de Loir et Cher.

“ Permettez-nous de vous exprimer notre sincère reconnaissance par tout ce que le zèle le plus soutenu, et le devouement le plus pur, vous ont fait entreprendre pour le service de Sa Majesté, la securité de ses devoués serviteurs, et le maintien de la tranquillité publique.

“ C'est certainement à votre energie, à vos sages dispositions que nous avons dû le calme dont nous avons joui dans les moments difficiles qui ont signalé l'époque de votre commandement.

“ Heureux d'avoir pû, de concert avec vous, participer au bien que vous avez fait ; interpretes des sentimens de tous nos concitoyens, nous pouvons vous assurer, Monsieur le Général, que vous emportez avec vous leurs estime, et qu'ils conserveront un long sou-

\* Este Artigo hé um pouco longo, porem conclue :—“ Que o General Pamplona fôra escolhido para este novo Commando d'entre uma numerosa Lista de Generaes, que o Ministro apresentára á El Rey, como mais habeis e fieis ; o que de certo faz muita honra ao General Pamplona, &c. &c.”—*Nota dos Redactores.*



venir des qualités qui vous distinguent si éminemment parmi les fidels serviteurs du Roi.

“ Nous saisissons cette occasion, Monsieur le Général, pour vous renouveler l'assurance de la haute considération et du bien sincère attachement avec lesquels nous avons l'honneur d'être vos très humbles et très obeissants serviteurs.—Blois, le 4 Fevrier, 1816.”

(Signés) “ Le Maire et le Corps Municipal.”

---

*Decreto Real.*

Luis pela graça de Deos, &c. &c.

As leis tem sido violadas em Tarascon. Pessoas sediciozas tem forçado os Magistrados a darem sentenças illegaes; alguns presos, legalmente encarcerados, tem sido tirados das maons da justiça; a Guarda nacional, destinada para manter a ordem, não tem dado um só passo para este fim; e o Sub-Prefeito foi obrigado a escapar-se ás violencias com que estava ameaçado. Taes excessos pedem um pronto e severo castigo. Por estas razoes nós temos ordenado, e ordenâmos o que se segue:

Art. 1. A residencia da Sub-Prefeitura de Tarascon e do Tribunal de primeira Instancia da mesma Comarca (*arrondissement*) e todos os mais estabelecimentos, dependentes ou pertencentes a esta capital, serão transferidos para a cidade de Arles.

2. Os presos, tirados por força das prizoens de Tarascon no dia 13 deste mez, serão conduzidos para as prizoens d'Arles, a fim de que ali sejam processados e julgados conforme as leis.

3. A sentença ou decisão do Tribunal de Tarascon, datada de 14 de Fevereiro as 10 horas da manham, e que declarava que os individuos, chamados Gouvernet e Aubert, não devião ser processados e seriaõ postos em liberdade, será apelada, se assim se julgar necessario, pelo nosso Procurador Geral ou para o nosso Tribunal Regio de Aix, ou para o nosso Tribunal de Cassação, para que ali se tome conhecimento da dita decisão, e das Minutas lavradas pelo dito Tribunal no mesmo dia 14 de Fevereiro.



4. Em conformidade do Artigo 235 do Código Criminal se procederá immediatamente a uma devassa contra os auctores e complices da sedição e actos de violencia cometidos em Tarascon nos dias 13 e 14 de Fevereiro.

5. Dar-se-nos há conta do comportamento dos Juizes e do nosso Procurador Geral no dito dia 14 de Fevereiro, a fim de que possâmos dar as ordens ulteriores que o cazo requerer.

6. Os nossos Ministros, Secretarios de Estado nas Repartigoens da Justiça e do Interior, ficam encarregados da execução do presente Decreto.

Dado em o nosso Palacio das Thuilleries, aos 22 de Fevereiro, 1816.

(Assignado)  
(Contra-firmado)

LUIS.  
MARBOIS.

---

*Projecto de Lei sobre as Elleições dos Membros para a Camera dos Deputados.*

A Camera dos Deputados decidio, que toda ella seria renovada de cinco em cinco annos no cazo de não ser antes dissolvida por El Rey; e que os Deputados podiaõ ser elleitos, tendo 30 annos de idade, com tanto porem que fossem cazados ou viuvos. O resto das outras questoes, relativas a este mesmo assumpto, ficaram atempadas para se decidirem em outra occasião.

---

HESPAÑHA.

---

*Nova prova da inconsistencia do actual Governo de Hespanha.*

As cartas de Madrid, com data de 12 de Fevereiro, mencionaõ,—“ que o Ex-Ministro Valligo, auxiliado pela facção do Concelho de Castela, e aproveitando-se



do Decreto de El Rey, pelo qual S. M. tinha suprimido os Tribunaes Especiaes, &c. requerêra um processo regular, e estava já pronto á provar as queixas que tinha contra o Ministro Cevallos. El Rey, temendo os resultados deste processo, publicou outro Decreto em que annulou o primeiro justissimo, pelo qual ordenava que dali em diante os Hespanhoes seriaõ sentenceados pelos tribunaes estabelecidos em conformidade das Leis, e prohibia as denominaçoens de *Servis e Liberaes*. Assim, os Tribunaes Especiaes, nomeados por El Rey, começaram outra vez a trabalhar como d'antes."

---

*Madrid, 16 de Fevereiro, 1816.*

*Artigo official, communicado pelo primeiro Secretario de Estado e Despacho.*

El Rey N. S. houve por bem, em data de 14 do corrente, transmitir ao Concelho Real e as outras Auctoridades superiores da sua Corte, assim como á Depu-tação dos Reinos, o seguinte Decreto Real:—

“O amor da sua familia, o interesse da sua Corõa, e a felicidade do seo povo induziram meo augusto Avô, Carlos III. de glorioza memoria, a dezejar que minha amada irmam, a Infanta Dona Carlota Joaquina, cazasse aom o Infante D. João, ora Principe do Brazil; e que meo thio, o Infante D. Gabriel, cazasse com a Infanta Dona Marianna Victoria, sendo esta e o dito Dom João ambos filhos de suas Magestades Fidelissimas de Portugal.

“Animado das mesmas louvaveis intengoens, e de-zejando augmentar e estreitar este parentesco com novos e mais fortes laços, tenho tratado com o Principe do Brazil, Regente do Reino de Portugal, de unir-me em matrimonio com sua segunda filha, e minha sobrinha, a Infanta Dona Maria Izabel Francisca; e que o Infante Dom Carlos podesse contrahir igual uniaõ com a sua terceira filha, a Infanta Dona Maria Francisca de Assis. Assim nós temos dado nossos plenos poderes para ajustar e concluir os respectivos Tratados e Contractos matrimoniaes, que se con-



cluíram na melhor harmonia, e a contento de todas as partes; e consequentemente estes contractos e mais actos, que devem preceder aos dois cazamentos, serão celebrados com as augustas cerimoniaes e solemnidades, que a sua grandeza requer. Informo, por tanto, disto o Concelho, que de certo hade ter a mesma satisfacção com estas unioens, das quaes ou espero os melhores resultados para a Religião Catholica, para a minha corôa, e para os meos fieis e amados vassallos.”

“ Assignado pela propria mão de El Rey.”

---

*Edicto da Inquisição de Hespanha, transmitido pelo Ex. Sr. Inquisidor Geral aos respectivos Destrictos de todos os Dominios Hespanhoes, na Europa e na America.*

“ Nós D. Francisco Xavier Mier e Campillo, pela graça de Deos e da Sé Apostolica Bispo de Almeria, Cavalleiro de Gram Cruz da Real e distincta Ordem Hespanhola de Carlos III., Membro do Concelho de S. M. e Inquizidor Geral dos seos Reinos e Dominios:

“ A todos os fieis habitantes destes reinos, saude em nosso Senhor Jesus Christo. Nós estâmos todos atônitos e deplorâmos com a maior razão as terriveis calamidades, que a barbaridade e ferocidade de nossos inimigos cauzaram ao nosso paiz, e que passarão ás geraçoens futuras estampadas na multidão de ruinas, que ferem os olhos de uma a outra estremidade do reino: mas por maiores que sejam todos estes males, e por maior que seja a desolação de todas as cidades, e das numerozas familias de todas as classes e condigoens, ainda temos que deplorar outro mal incomparavelmente peor, com que a divina Providencia castigou nossos peceados; porque a pobreza, miseria, viuvez, orfandade e todas as mais especies de desgraças, que tão justamente excitão a nossa dor e compaixão, por nenhuma forma se podem comparar com o mais que temos que sentir, isto hé,—a perda da nossa Sancta Fé, e das ineffaveis conçoлагоens com que, no meio das mais graves afflicçoens e calamidades, a religião de Jesus Christo nos sustem e nos comforta. Não dire-



mos todavia que esta tenha abandonado a triste e afflicta Hespanha, nem que a sua Sancta Lei e observancia de seos preceitos tenhaõ desaparecido d'entre nós: graças ás infinitas merces do Senhor, que nos tem punido como Pai, elle sempre tem conservado dentro da sua herança zelozos obreiros, e servos fieis que vigiaõ e trabalhaõ pela gloria de seo sancto nome, e pela honra de sua verdadeira espoza,—a Igreja Catholica, Apostolica Romana; porem nós todos vemos com horror os rapidos progressos da incredulidade, e a terrivel corrupçaõ de costumes que tem contaminado o terreno Hespanhol, e de que a piedade e religiozo zello de nossos avós se haveriaõ envergonhado, vendo que os mesmos erros e novas e perigozas doutrinas, que tem miseravelmente destruido a maior parte da Europa, tambem infestavaõ a sua amada patria, e que a mocidade bebia, como agoa, este pestilente veneno, pela razãõ que lizongea suas paixoens e sentidos.

“O compassivo coracaõ de nosso Soberano se magoou, quando na volta de seo captiveiro vio esta nossa triste situaçaõ, e com o seo sancto zello excitou tambem o de todos os Ecclesiasticos e Auctoridades seculares a fim de se extirpar tamanho escandalo; e seguindo o seo exemplo, todos os bons deploraõ, que muitos de seos filhos tenhaõ dado ouvidos, como os Pagaõs de Roma já outr'ora fizeraõ, aos erros de todas as naçoens.

“A' vista de circumstancias desgraçadamente taõ notorias, não hé para admirar que os amantes da religiaõ voltem seos olhos para o Sancto Tribunal da Fé, e esperem de seo zello pela pureza da doutrina e dos costumes, que elle haja de remediar, em cumprimento de seo sagrado ministerio, tam grandes males pelas vias e meios que lhe dá a Auctoridade Apostolica e Real de que está revestido. Nada hé taõ urgente em favor da verdade, nada hé taõ conforme á nossa instituicaõ; porque debalde seriamos nós as sentinelas da Caza do Senhor, se dormisse-mos entre os perigos communs da religiaõ e da patria. Deos não há de permitir que taõ vergonhozamente abandonemos a sua cauza, nem que tam mal correspondamos á elevada piedade com que El Rey N. S. nos restabeleceo nas ponderosas funcçoens do nosso ministerio, no qual



temos jurado ser superiores á todos os respeitos humanos, quer seja necessario vigiar, persuadir, e corrigir, quer separar, cortar ou derribar os membros pôdres, a fim de que os máos não corrompão os bons.

“ Mas no procedimento de tão delicada, importante e necessaria operacão não imitaremos o ardente zello dos Apostolos quando rogaram a Jesus Christo que fizesse chover fogo dos céos para destruir Samaria, antes sim a doçura de seo Mestre e Guia, que bem pouco conhecem aquelles que dezejaõ começemos nossas funcçoens com o fogo e com a espada, anathematizando e dividindo, como unico remedio para salvar o sagrado deposito da fé, e matar a má semente que tam abundantemente tem sido espalhada em nossa terra, tanto pela mão immoral dos Judeos e Sectarios que a tem profanado, como pela desgraçada liberdade de escrever, copiar, e publicar seos erros. Bem diversa hé a nossa resoluçãõ, pois que temos meditado, e cuidadosamente deliberado sobre a materia com os Ministros do Conselho de S. M. e da Suprema Inquisição Geral, e todos havemos unanimemente concordado, que agora e sempre moderaçãõ, doçura, e caridade devem brilhar como caracter principal do Santo Officio, e que antes de empregar o *poder da espada*, que nos tem sido confiado contra os contumazes e rebeldes devemos atrahilos com doçura, apresentando-lhes o ramo de oliveira, simbolo de nossos pacificos dezejos em favor daquelles mesmos que até aborrecem a paz. Para isto temos sido movidos não só pela pratica da Igreja que frequentemente tem sido indulgente, e há mitigado o rigor das penas quando os réos são numerosos, mas tambem por conhecer-mos as circumstancias em que a seduçãõ e o engano fatalmente triumpharam da simplicidade; e mais que tudo pela confiança de que estamos animados: se os coraçõens de muitos Hespanhoes foraõ capazes de se deixar surprehender em momentos de trevas e transtorno geral das ideas, não se tem de certo tornado insensiveis as vozes da religião, nem se tem esquecido dos seos primeiros principios.

“ Por consequencia, longe de adoptar-mos já medidas de severidade e rigor contra os réos, temos determinado conceder-lhes, como com effeito lhes concedemos, um termo de graça, que será desde a data da



publicação deste nosso Edicto até o ultimo dia inclusivo do presente anno, a fim de que todas as pessoas de ambos os sexos, que infelizmente possam ter cahido no crime de herezia, ou se achem culpadas de algum erro contra o que crê e ensina a nossa Santa Madre Igreja, ou de qualquer outro crime occulto de que compete ao santo officio conhecer, possam recorrer a elle, descarregar suas consciencias, e abjurar seos erros, na segurança e certeza que haverá em tudo isto um inviolavel segredo. E fazendo-o assim dentro do tempo prefixo, havendo alem disto uma sincera, inteira, e completa manifestação de tudo quanto possam saber ou lembrar-se *tanto contra si, como contra os outros*, serão caritativamente recebidas, absolvidas, e incorporadas dentro do seio de nossa Santa Madre Igreja, sem por isso poderem temer nem os castigos merecidos, nem injuria de sua honra, character e reputação, e muito menos privação de parte ou do todo de seos bens; porque nos cazos em que os haveriaõ de perder, e deviaõ ser applicados para o Erario de S. M. em conformidade das leis destes reinos, S. M. uzando de sua natural clemencia, e preferindo a felicidade espiritual de seos vassallos aos interesses de seo Erario Regio, as exempta *por agora* desta pena, e lhes concede graça e perdaõ, pelo qual podem conservar e reter suas propriedades, com a condição de que appareçam dentro do termo prefixo, acompanhadas das necessarias disposições para uma verdadeira reconciliação."

"Madrid, 5 de Abril, 1815."

(*Morning Chronicle*, 20 de Março, 1816.)

---

---

## PORTUGAL.

---

*Tratado de Alliança, pelo qual Portugal accede ao Tratado das quatro Potencias Alliadas, assignado em Vienna, aos 25 de Março, 1815.*

Em nome da Sanctissima e Indivisivel Trindade.

S. M. El Rey do Reino Unido da Gram Bretanha e Irlanda, e S. A. R. o Principe Regente dos reinos



de Portugal e Brazil, animados pelo dezejo de unir os seus esforços para segurar a tranquillidade da Europa contra todas as tentativas porque, nas presentes circumstancias, ella pode ser ameaçada; e tendo S. A. R. o Principe Regente dos Reinos de Portugal e do Brazil resolvido, para este effeito, e em consequencia do convite que lhe fizeraõ Suas Magestades El Rey do Reino Unido da Gram Bretanha e Irlanda, o Imperador d'Austria, o Imperador de todas as Russias e El Rey de Prussia, acceder ao Tratado de Alliança concluido aos 25 de Março passado, tem nomeado, a fim de regular tudo quanto pode dizer respeito a este objecto; a saber:—S. M. El Rey do Reino Unido da Gram Bretanha e Irlanda, o Muito Honrado Ricardo le Poer French, Conde de Clancarty, Visconde Dunlo, Baraõ Kilconnel, um dos do Honradissimo Concelho Privado de S. M. na Gram Bretanha, assim como na Irlanda, Prezidente da Meza do Trafico e Plantaçoens, Conjuncto Pagador Geral da Gram Bretanha, Coronel do Regimento de Milicias de Gallway, e um dos Plenipotenciarios de S. M. no Congresso de Vienna; e

S. A. R. o Principe Regente dos Reinos de Portugal e Brazil, ao Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> D. Pedro de Souza Holstein, Conde de Palmella, do seo Concelho, Comendador da Ordem de Christo, Capitaõ da Guarda Real Alemam, Gram Cruz da Ordem de Carlos III. em Hespanha, e Primeiro Plenipotenciario de S. A. R. no Congresso de Vienna; Antonio de Saldanha da Gama, de seo Concelho, e do da Fazenda, seo Inviado Extraordinario, e Ministro Plenipotenciario juncto á S. M. o Imperador de todas as Russias, Commendador da Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, e Viador de S. A. R. a Princeza do Brazil, e seo segundo Plenipotenciario no Congresso de Vienna; e D. Joaquim Lobo da Silveira, do seo Concelho, Commendador da Ordem de Christo, e Terceiro Plenipotenciario, no Congresso de Vienna:

Os quaes, havendo trocado os seus plenos poderes, e achados em boa e devida forma, concordaram nos seguintes artigos:—

Art. I. S. A. R. o Principe Regente de Portugal e Brazil accede á todas as estipulaçoens do Tratado de



Vienna de 25 de Março, 1815, como vai abaixo inserido, a excepção das modificações mutuamente concordadas no Art. 3. da presente Convenção.

(Segue-se a Cópia do Tratado de 25 de Março de 1815, que se acha transcripto em o *Investigador* de Maio, 1815, No. XLVII. pag. 435.)

II. Em consequencia desta accessão, S. M. El Rey do Reino Unido da Gran Bretanha e Irlanda se obriga a considerar como igualmente obrigatorio para com S. A. R. o Principe Regente dos reinos de Portugal e Brazil todas as estipulações do Tratado a cima transcripto, que assim ficam inteiramente reciprocas entre todas as Potencias, partes na presente transacção, e aquellas que ao depois accederem á ella.

III. O auxillio, que S. A. R. o Principe Regente dos Reinos de Portugal e Brazil se obriga a fornecer, com forme o Tratado de 25 de Março passado, consistirá em 30,000 homens; 3,000 dos quaes, pelo menos, serão de cavallaria, e 27,000 de infantaria, sem incluir as guarnições, com uma justa proporção de artilharia e munições.

IV. O presente Tratado será ratificado, e as ratificações trocadas, logo que for possivel.

Em fé do que, os respectivos Plenipotenciarios assignaram o presente Tratado, e lhe affixaram os sellos de suas armas.

Dado em Vienna aos 8 de Abril, 1815.

(L. S.) CLANCARTY.

(L. S.) CONDE DE PALMELLA.

(L. S.) ANTONIO SALDANHA DA GAMA.

(L. S.) D. JOAQUIM LOBO DA SILVEIRA.

*Extracto de uma Carta do Porto.*

Porto, 20 de Dezembro, 1815.

“ Já há muito tempo que não consta haver tanto ladrao como agora. Tem roubado muita gente, e estão a dormir aos 6 e 12 galegos nos armazens, pois do contrario lá hia tudo. Atacaõ na rua até pessoas com luz, e creado a vista.”



## INGLATERRA.

*Cazamento da Princeza Carlota.*

Lord Castlereagh apprezentou á Caza dos Communs na Sessão de 14 de Março a seguinte Mensagem do Principe Regente:—

“GEORGE, P. R.

“O Principe Regente, que ora faz as vezes de Sua Magestade, havendo dado o seo Real consentimento para o cazamento de sua Filha, S. A. R. a Princeza Carlota Augusta, com S. A. S. Leopoldo Jorge Frederico, Principe de Cobourgo de Saafeld, julgou conveniente comunica-lo a esta Caza.

“Sua Alteza Real está plenamente persuadido, que esta alliança não pode deixar de ser muito do gosto dos fieis vassallos de S. M.; e as muitas provas, que há tido S. A. R. da affeição desta Caza á pessoa e familia de S. M., não lhe dão lugar para duvidar da concurrencia e assistencia da mesma Caza para que possa fazer quanto hé preciso para o dito cazamento, e de uma maneira proporcionada á honra e dignidade do paiz.”

“G. P. R.”

A Caza votou agradecimentos ao Principe por esta participação, em que todos os Membros concordaram, *nem. discrep.*

Ná sessão do dia 15 propoz o Chancellor do Exchequer a renda, que se destinava estabelecer para a caza da Princeza e seo marido, a qual era a seguinte:—

Renda annual £.60,000; das quaes 10,000 ditas seriaõ para o bolcinho particular da Princeza, e o resto serviria para as despesas domesticas da caza do Principe de Coburgo.

Se o Principe viesse a morrer antes de sua espoza, a mesma soma se continuaria á dar a Princeza durante a sua vida; porem se o Principe de Coburgo lhe sobre vivesse, teria somente a soma de £.50,000; pois



que as 10,000 ditas eraõ privativas da Princeza como ficava dito.

Propoz mais o Chancellor, que, alem desta soma annual, se lhes desse uma ajuda de custo de outras £.60,000; das quaes 40,000 serviriaõ para compra de trastes de caza, prata, equipagens e vinhos; 10,000, para os vestidos e enfeites da Princeza; e as 10,000 restantes, para augmentar as joias de S. A. R.

Todos os Membros da Caza concordaram unanimemente na proposta do Chancellor do Erario.

---

### Morte Extraordinaria.

Morreo segunda feira a noite (18 de Março 1816), em St. Stephen's Chapel, de uma suffocaçaõ, aquelle singular phenomeno—a *Taxa de Propriedade* (Property Tax).

Hé difficil descrever exactamente a classe a que pertencia esta creatura. Era um monstro que se assemelhava ao *Abutre* pela forma das suas garras, ao *Falcaõ*, na configuraçaõ de seos olhos, e ao Tigre pela sua voracidade. Mr. P—tt, aquelle grande empirico (quack doctor) que Deos haja, foi quem a deo a luz, no que teve grande difficuldade. Ella havia sido gerada pela Revoluçaõ Franceza, e adquirio todo o seo vigor durante as guerras que se succederam depois daquella epocha. Na sua infancia nutria-se particularmente de certa *terra amarella*, mas havendo-lhe faltado aquelle sustento, vivia agora de *trapos velhos*, que devorava em prodigiosa quantidade. Suppoem-se, que se visse ainda mais tempo até lhe viria a faltar este ultimo miseravel alimento. Há um anno que ella já andava em progressiva debilidade, e devia a prolongaçaõ da sua existencia a Mrs. V—ns—tt—rt, uma velha Senhora Holandeza, que havia ganhado alguma reputaçaõ pela sua pericia em *sangrar*. Na ultima doença que atacou esta creatura, a mesma velha Senhora foi chamada para vê-la; porem apezar de todos os seos esforços, auxiliados ainda pelos de algumas outras mulheres velhas, que lhe assistiaõ, e que lhe administraõ em largas dózes mil *esperanças*, mil contos, e



*historias, o monstro paciente foi gradualmente desfalecendo com repetidos ataques, e morreo de suffocaçãõ, tendo vivido quase 16 annos,—e não mais!!! (Morning Chronicle, 22 de Março, 1816).*

---

*Lista dos Acontecimentos mais notaveis, tanto Estrangeiros como Inglezes, desde o 1º do Julho até o dia 30 de Dezembro de 1815.*

*Julho.*

3. A Gazeta da Corte publicou neste dia os despachos do Duque de Wellington datados de Orville, a 29 de Junho, dando parte do numero dos mortos feridos, e estraviados nos ultimos combates; que os exercitos alliados continuavaõ a marchar sobre Paris; e que o Marechal Blucher já se achava em Senlis, doze milhas distante da capital.

4. A Gazeta da Corte continha despachos do Duque de Wellington sobre a approximação dos exercitos alliados á Paris.

Os navios de guerra que se achavaõ em Plymouth e outros portos receberaõ ordens de partir para a Costa de França, a fim de impedirem a fugida de Buonaparte para a America.

5. A Camera da cidade de Londres foi em corpo congratular o Principe Regente pela brilhante victoria de Waterloo.

7. Na Gazeta da Corte vieraõ os despachos do Duque de Wellington, datados de Genasse a 2 e 4 de Julho, dando parte da capitulaçãõ de Paris.

Os despachos mencionaõ que esta convenção decidia todas as questões militares entãõ existentes; mas que inteiramente não tocava em objectos politicos.

Entrada de Luiz XVIII. na sua capital.

8. Principiaraõ-se a fazer subscripções em grande numero para as viúvas e orfaõs dos soldados que pereceraõ na memoravel batalha de Waterloo; e nesta occasiaõ a Camera de Londres votou 2,000 libras.

O Senado da Camera de Londres votou unanime agradecimentos ao Duque de Wellington, ao Principe



de Orange, ao Marechal Blucher, e aos exercitos alliados, pelos seus brilhantes feitos d'armas.

10. Os debates da Camera dos Representantes em Paris continuavaõ a ser mui violentos contra os Bourbons.

Chegada de Lord Castlereagh á Paris.

14. Chegada dos Imperadores d'Austria e Russia, e d'El Rey de Prussia á capital de França.

21. Buonaparte partio de tarde para bordo da náó Bellerophon, a qual estava postada na altura de Rochefort.

25. Por uma circular da Secretaria da Guerra os regimentos Britannicos, que se acháraõ travados na batalha de 18 de Junho tiveraõ permissaõ de trazer inscripta na suas bandeiras a palavra "*Waterloo*."

31. Houve uma grande promoçaõ dos Majores e Capitaens que assistiraõ á batalha de Waterloo.

Por uma circular da Secretaria de Guerra se intimou que todo o official subalterno de infantaria de linha, que servio na batalha de Waterloo, ou nos combates dos dias precedentes, teria, em virtude daquella victoria, o privilegio de contar dois annos de serviço, quanto á soldo, pensão, &c.; e que todo o soldado de Waterloo gozaria das mesmas distincçoens.

### *Agosto.*

2. A Gazeta da Corte deo a noticia de que Ceilaõ se havia submetido ás forças de Sua Magestade Britannica.

7. Em quanto Buonaparte esteve em Torbay e Plymouth, os habitantes destes lugares manifestáraõ summa anciedade por ve-lo; e milhares de botes andavaõ todos os dias ao redor da náó. Buonaparte geralmente passeava sobre a cuberta, a fim de satisfazer a curiosidade da multidaõ.

23. Chegou um correio extraordinario de França, annunciando que no dia 19 o Coronel Labedoyere havia sido arcabuzado por traçaõ e rebelliaõ contra Luis XVIII.

27. O Duque e a Duqueza de Cumberland se toráraõ a cazar quando chegaraõ a Inglaterra, já depois de se haverem previamente cazado no Continente.



29. Por uma ordem do Conselho de Estado se intimou, que os direitos sobre artigos importados, e os descontos sobre artigos exportados em navios Americanos, fossem desde então iguaes aos que estavam sujeitos os mesmos artigos importados ou exportados em vasos Britannicos.

*Septembro.*

6. De varias partes vieraõ noticias de que os Protestantes eraõ perseguidos no Sul da França.

16. Publicou-se um belletim official do Governo, contendo despachos de Sir James Leith e do Almirante Durham, os quaes davaõ parte de que Guadaloupe se havia rendido ás forças Britannicas no dia 10 de Agosto.

18. Receberaõ-se noticias de que Porto Real na Jamaica fora destruido por fogo no dia 13 de Julho; e que unicamente escapáraõ illesos o arsenal, barracas, hospital, igreja, e duas pequenas ruas.

20. Inauguração do Rei dos Paizes Baixos em Bruxellas.

29. Chegáraõ á Inglaterra noticias de que uma insurreiçaõ, cujo chefe era o General Porlier, havia arrebetado na Corunha contra o governo de Fernando.

*Outubro.*

4. Receberaõ-se noticias de que as pinturas Flamengas tinhaõ sido removidas do Louvre; e que a populaça muito se indignára em razãõ do Duque de Wellington enviar para ali uma guarda.

Houve um levantamento de muitos marinheiros em Newcastle e outros mais portos, com o fim de conseguirem ter maiores soldadas.

6. A Familia Real e toda a Corte de França foi em grande procissaõ á igreja de *Notre Dame*, em o dia previo á abertura das duas Cameras.

7. Abertura das Cameras Francezas.

18. Chegáraõ noticias do que a empreza de Porlier sahira mallograda.

23. Chegada a Dover dos Archiduques Joaõ e Luiz d'Austria.



Receberão-se noticias de que Joze Buonaparte, Ex-Rey de Hespanha, havia chegado aos Estados Unidos.

O Duque de Wellington passou revista aos exercitos alliados no *Campo de Marte*, no dia 18 deste mez, anniversario da celebre batalha de Leipsic.

31. Fez-se um Conselho de Estado em *Carlton House*, a fim de se passar uma ordem para prorogar o Parlamento desde 2 de Novembro até 17 de Janeiro, em lugar do 1º de Fevereiro, como se havia intimado na ordem anterior. Achou-se que a exceder-se o intervallo usual de oitenta dias, se poderiam suscitar algumas questoes de privilegio, e por tanto se resolveo recorrer ao periodo ordinario, ainda que ficou decedido, que o Parlamento não se ajuntaria para despachar os negocios do estado senão no 1º de Fevereiro.

*Novembro.*

1. Chegaraõ noticias de que Murat desembarcára na Calabria com duzentos homens, a fim de se assenhorear do throno de Napoles. Foi logo agarrado pelos habitantes, processado perante um conselho de guerra, e condemnado á morte. Foi arcabuzado no dia 15 de Outubro.

15. Houve uma grande explosão em uma manufactura de refinar assucar, em Well's-Street, Ratchliffe, a qual occasionou a morte de muitos individuos.

23. Receberão-se de França noticias do assassinio do General de la Garde em Nismes. Antes de o Duque d'Angouleme partir deste lugar, uma deputação dos Protestantes foi ter á sua presença, rogando-lhe que os houvesse de proteger, a fim de que com segurança podessem abrir os seos templos; ao que o Duque respondeo que era mui reprehensivel a conducta daquelles que tão mal interpretavaõ as intenções do governo, e que daria os passos necessarios para que na sua auzencia não soffressem interrupção no seo culto divino. O General de la Garde, no domingo immediato, no acto de executar o seo dever, foi atacado pelo povo fanatico; e um individuo, chegando-se perto do General, deo-lhe um tiro com uma pistola, cuja bala lhe passou o peito. O assassino escapou.

26. Chegada de Lord Castlereagh a Dover na volta de Paris.



M. Lavalette foi criminado de alta traição, e condemnado á morte. Elle apelou.

Os edificios publicos foraõ illuminados em razão da paz com a França.

*Dezembro.*

1. Publicou-se o tratado entre o Gram Bretanha e a Russia, em virtude do qual as ilhas de Corfu, Cephalonia, Zante Maura, Ithaca, Cerigo e Paxo formaraõ um estado independente, debaixo da denominação do Estado Unido das ilhas Ionicas, ficando debaixo da protecção da Gram Bretanha.

4. Receberaõ-se despachos de Sir George Cockburn, datados de St. Helena, a 25 de Outubro, annunciando a chegada de Buonaparte aquella ilha no dia 15 de Outubro.

12. As Gazetas de Paris deraõ uma exposição circumstanciada de todo o processo do Marechal Ney. No dia oito foi condemnado á morte; e no dia seguinte pelas nove da manhã foi arcabuzado. Morreo com grande firmeza.

25. Chegaraõ noticias de que Lavalette na noite do dia 20 fugira da Conciergerie em Paris, disfarçado nos trajes de sua mulher, a qual se deixou ficar na prizaõ. Elle estava sentençado a morrer na manhã seguinte.

---

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS  
DESTE NUMERO.

---

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, a nossa Patria, e o Augusto Principe que a governa.”)

*Litteratura Portugueza—Extractos de uma Memoria intitulada:—“Dissertação historica e politica de Portugal.”*

O Auctor da Memoria, de que só publicámos os Extractos a pag. 138, não nos deve levar a mal a mutilação que fizemos no seo escripto. O fim do nosso



Jornal hé espalhar ideas uteis e de um immediato proveito; e por isso sempre anteporemos este fim a qualquer outro, que ou somente se destine a ostentar uma ociosa e esteril erudição, ou a expor factos e reflexoens de que nenhum ou bem pouco interesse resulte. Vemos mui bem que as intençoens do auctor parecem louvaveis em quanto pertende honrar a sua patria, citando em seo abono grandes e variados exemplos; mas como estes são tirados dos tempos verdadeiramente heroicos ou fabulosos da historia Portugueza, nem verdadeira honra nos podem dar, nem de judiciozos estimulos nos podem servir. Portugal não está no estado de um rico opulento, que precise de falsas ou duvidosas genealogias para se afidalgar aos olhos do mundo, e encobrir mesquinhas ou baixas origens: tem sobeja honra e mui distinctos padroens de gloria desde a sua creação em reino independente até a epocha actual, e não carece de fabulosos atavios para se apresentar magnifico entre as naçoens mais illustres da terra. Se o auctor nos traçasse os rasgos mais brilhantes do valor e fidelidade Portugueza desde a jornada de Ourique até a de Toloza em França que teve lugar em nossos dias, largo e mui rico campo teria não só para referir feitos briozos, porem indisputavelmente verdadeiros. O auctor parece fazer grande cazo da imaginação de alguns dos nossos Chronistas, porque lhes seguiu as pizadas na exposição de mil factos, e de mil circunstancias, que nem a boa critica pode admitir, nem ao menos podem agradar, ainda tomando-se como romances, genero em que os modernos são mui superiores aos antigos. Não julgámos por tanto nem util nem agradavel copiar da Memoria citada as passagens em que aos Portuguezes se dá a honra de serem os fundadores de Roma, se contaõ as viagens, e os reinados que tiveraõ na Lusitania. Osiris, Hercules Libico, Bacho, Lizias, e Hercules Thebano, e até as expediçoens de um Nabucodonozor, que “de-  
“ pois de haver rendido Tiro, destruido Jerusalem, e  
“ avassallado o Egypto, dá volta por Hespanha para ali  
“ ser vencido pelos Portuguezes!” Todas estas maravilhas talvez ainda possaõ servir para enfeitar alguns contos, escriptos no estillo dos Arabes, mas já não podem ter lugar nas paginas mui serias e correctas da



historia, que por uma vez deve limitar-se a ser fiel expositora da verdade. Estes motivos nos induziram pois a cortar nesta Memoria toda aquella parte que olhâmos como Romance, e só della copiâmos as ideas que mui proximas relagoens tem com os nossos negocios presentes.

As ideas do auctor para extinguir a moeda papel são mui louvaveis; porem não podemos concordar com elle nos meios e planos que lembra para este fim. Ainda dando por verdadeira a asserção do auctor, que nós não sabemos se hé exacta, que as moedas de 6,400 não tem o valor nominal correspondente, que deveria ser 20 por cento, não nos parece nem que o governo tenha agora direito a resarcir pelo modo indicado a perda que tem soffrido ou por generosidade ou ignorancia, nem que este methodo seja vantajozo para o Estado. Se o governo quando mandou cunhar a moeda, não tirou della o lucro que devia tirar, nem por isso se deve ter agora por auctorizado para emendar este erro, ou esta primeira generosidade, diminuindo lhe o seo valor intrinseco. Esta operação seria oppressiva, e faria um grande transtorno no commercio: era oppressiva, porque recebendo do publico as peças de oiro, só com um cruzado de perda real para o proprietario, quando as restituisse, convertidas em outras ou na mesma moeda, já as dava aos proprietarios com mais dois terços de perda. Ora isto era nem mais nem menos querer emendar o mal com outro mal, e acrescentar aos damnos que o povo tem soffrido com o discredito da moeda-papel, outras novas perdas e damnos; e substituir-lhe outra moeda desacreditada para o commercio. Pois que o publico tanto tem padecido com o papel, não hé agora justo nem generoso que com o pretexto de o livrar deste mal, se lhe imponha ainda por fim o oppressivo tributo de 2 cruzados de perda sobre cada peça de oiro que possua. O papel hé uma divida do estado; e não convem que se pague esta divida extorquindo mais propriedade aos individuos, por que neste cazo só nominalmente se pagava, e se metteria em uma algibeira do publico o que se lhe extorquia da outra. Hé verdade que estes planos de finanças sempre são mui faceis, porque não tem outra Sciencia mais do que espoliar o publico por todas as formas



imaginaveis; mas de certo elles não são proprios de governos regulares, nem servem para lhe grangear credito, sem o qual não há governos estaveis. Taes operaçoens podem ter lugar nos governos orientaes ou em tempos de revoluçoens, em que não há verdadeira-mente finanças, nem dellas se precisa; porque o thezouro publico está então em cada uma das algibeiras de cada um dos individuos sem distincção. Parece-nos portanto, que este projecto hé oppressivo, porque augmenta as perdas do publico, e faz com que o governo só nominalmente pague as dividas que contrahio, e que se obrigou a pagar por meios honestos e de verdadeira compensação.

Esta operação faria tambem no commercio um grande transtorno, e a razão disto hé a que vamos já dar. A moeda deve conciderar-se, em todo o cazo, como representação de riqueza e como mercadoria: Na primeira qualidade serve para o giro do proprio paiz; na segunda serve para o commercio externo. Ora se um governo por qualquer motivo altera esta mercadoria, que já tem um valor conhecido nos paizes estrangeiros, ou a destroe, faz com isto dois males: 1º desacredita um producto nacional; 2º priva o seo paiz deste seo ramo de commercio; o que sendo desavantajoso para todas as naçoens, muito mais o seria para Portugal, aonde o seo ouro cunhado tem, como mercadoria, muito maior valor e reputação. Nem nos somos ainda do parecer do auctor quando diz:—" Outra utilidade maior do que o consumo do Papel-moeda se tira deste procedimento, que hé o ficar a exportação da nossa moeda de oiro. Todos os politicos tem conhecido quam necessario seja vigiar rigorosamente sobre esta prohibição; e o Marquez de Pombal, &c." A' isto respondemos, sem nos assustar-mos com a auctoridade dos politicos, que o autor teve em vista, nem com a do nosso grande Marquez de Pombal:—que prohibir a exportação das materias de oiro ou de prata hé um resto de barbaridade e de indigencia, e hé querer, ao mesmo tempo, não pagar as suas dividas, e perder o commercio. Com effeito hé não querer pagar, quando uma nação, que hé devedora, recusa saldar as suas contas com dinheiro corrente; e hé perder o commercio, uma vez que o ouro e a prata, que se consideraõ geralmente



tanto como valores de mercadorias como propria mercadoria, não podem entrar no giro do commercio.

Toda a nação que quizer fazer um extenso e rico commercio com as outras não pode logo estabelecer esta lei barbara; porque em mil occasioens se veria limitada, e até envolvida em difficuldades, de que não poderia sahir nem com honra nem credito. O mal de um paiz não está simplesmente em deixar exportar a sua moeda; porque se elle for, como convem, industrioza, o dinheiro que lhe sahio por uma porta lhe entrará logo por outra. O grande mal e o grande vicio, e de que depois de longo tempo está enfermo o nosso Portugal, hé mandar para fóra moeda sem necessidade nem proveito, e não ter meios, podendo-os ter, de a fazer voltar outra vez para os lugares donde sahio. Manda-se para fora moeda sem necessidade nem proveito, quando um paiz não tem a industria que devia ter, e compra aos estrangeiros a sua comida e vestido, que elle podia mui bem ter em sua caza; quando tem as materias da primeira necessidade para as manufacturas, e as manda em bruto para o estrangeiro para ao depois lhas comprar fabricadas; quando, por exemplo como faz Portugal, vende aos estranhos um arratel de algudaõ em rama por um cruzado, para depois lho comprar preparado e manufacturado por 6,400: e quando em fim um paiz, qualquer que elle seja, não tem agricultura, nem artes, nem industria, e por consequencia tudo compra aos estrangeiros, e pouco ou nada lhes vende, podendo-lhes vender muito, e por preços mais avultados, se alem dos seus productos naturaes tambem vendesse o seu trabalho e a sua industria. Nestas circumstancias hé que a exportação da moeda hé uma verdadeira calamidade, assim como o foi no reinado do Snr. D. Joaõ V., em que todo o nosso oiro do Brazil passou ás maõs de estranhos para nunca voltar; porque nós dentro do reino fomos então o povo mais devoto e religioso do mundo, porem o mais innerte e ignorante que se pode conceber: mas quando o commercio, fructo de uma bem entendida agricultura e industria, se faz igoal e reciprocamente entre os povos, longe de ser um mal a exportação da moeda, antes hé um bem, e até uma necessidade indispensavel. Olhada pois ainda a questão debaixo deste



ponto de vista, parece-nos que o projecto do auctor não deve ser admitido.

Quererêmos nós com tudo inculcar com isto que se não extingua o papel-moeda em Portugal? Não. Hé verdade que nós também não temos por um mal, geralmente fallando, o dinheiro papel; antes o julgamos mui proveitozo em certos cazos, e com certas restricções. O papel-moeda hé para o dinheiro o que este hé para os generos ou para as mercadorias; isto hé uma representaçã, e um equivalente de permutações e de trocas. O dinheiro não hé util, senão porque hé mais facil pagar umas botas ou uns sapatos com algumas moedas de metal do que, por exemplo, com alguns alqueires de trigo. Hé igualmente mais facil á um negoceante enviar á um seo correspondente alguns mil cruzados em um bocado de papel, que se chame letra de cambio ou bilhetes de Banco, do que faze-los transportar em especies com muitas despesas e riscos. Logo um Banco nacional, e um papel acreditado, qualquer denominação que elle tenha, hé mui util. O papel-moeda e as letras são, portanto, para os governos, para o commercio, e para o giro o mesmo que são os cabrestantes para levantar grandes pezos: com elles se levantaõ massas que muitos homens nem sequer poderiaõ mover se simplesmente empregassem seos braços. A vista do que temos dito bem se pode colligir, que não somos inimigos do papel-moeda, particularmente vivendo em Inglaterra aonde estes papelinhos magicos chegaõ muitas vezes a valer mais do que a propria moeda, e com elles se satisfazem com toda a comodidade todas as necessidades e caprichos da vida. Mas nem por isso seremos os advogados do papel-moeda Portuguez: este foi viciozo logo desde a sua creação e origem. O governo estipulou-lhe 6 por cento de interesse, no que bem mostrou que não valia o que pertendia que elle representasse; e portanto o governo foi o primeiro que diffamou e desacreditou a sua propria creatura. O mesmo governo consentio e ordenou que se descontasse o seo papel em muitas repartigoens publicas em que era preciso reduzi-lo a metal, novo insulto que fez a seo filho; e o mesmo governo em fim, prometendo pagar metade em metal e metade em papel, obrigação que impoz a todo o



mundo, esqueceo-se desta sua promessa, e entrou a fazer os seos pagamentos ora metade em papel, ora em dois terços, e ora absolutamente em papel, incoherencia e falta de fé escandalosa e imperdoavel. Alem disto, sendo o papel-moeda um representante dos metaes, e sendo por consequencia uma verdadeira divida do Estado, que emitio aquelle para suprir estes que não tinha, devia necessariamente declarar ao publico, logo na sua creação, qual era a quantia exacta da sua divida, e por consequencia, qual era a soma de papel que hia crear. Mais, devia ter prometido, e cumprido sua palavra, de não crear mais papel do que a soma annunciada; e feito isto tudo, estabelecer-lhe uma hypoteca correspondente, que fosse assas conhecida, que sobre ella não houvesse a menor duvida, e que em todos os momentos e em todas as circumstancias podesse resgatar a sua divida. Nada disto fez o governo, e antes fez em contrario quantas operaçoens miseraveis lhe lembraram para o desacreditar; por isso, somos nesta parte da opiniaõ do auctor, que taõ desgraçado papel se deve quanto antes extinguir, por honra do governo, por interesse publico, e em respeito ao credito e decoro nacional. Neste cazo seria ainda util e até prudente extinguir o papel com novo gravame do publico, e com uma nova operação desgraçada, que fosse desacreditar a melhor moeda metal que possuimos, e goza de maior credito no commercio? Certamente, não: ao menos nós não podemos ser desta opiniaõ. O papel-moeda deve extinguir-se sem novos vexames do povo, e sem transtorno algum commercial: mas como se fará isto? Nós o vamos dizer.

Ainda estando em Portugal o ouvimos asseverar, e depois que estâmos em Londres nos foi certificado, que o nosso Principe havia ordenado ao Governo de Lisboa que resgatasse as dividas do Estado com a venda de algumas propriedades da Coroa, com a das Coutadas Reaes, e com as das Corporaçoens de mão morta. Quanto ás propriedades da primeira classe, somos de parecer que só em extrema necessidade publica se lhes deve tocar; por que hé util que a coroa, ou a caza dos nossos Soberanos e Principes conserve o seo antigo patrimonio; e porque, quanto mais avultado este for, maiores despesas deve poupar a nação para o sustento e dignidade da Familia Real Portugueza.



Naõ há porem os mesmos inconvenientes a respeito das outras propriedades. As coutadas particularmente, (fallâmos das que naõ são fechadas) são nocivas por dois mui ponderozos principios: 1º roubaõ á agricultura terrenos immensos e fertilissimos; 2º impedem que a agricultura vezinha prospere pelos damnos que lhe cauzaõ os animaes das coutadas, e fazem com que os terrenos, proximos a ellas, percaõ pelo menos a metade do seo valor, pelas perdas certas a que estão expostos. Aqui temos pois encontrado já um equivalente para resgate da moeda-papel: e naõ será este melhor que a alteraçã da moeda-metal. Elle dá lucros verdadeiros, porque restitue a agricultura extensissimos terrenos, e augmenta a agricultura vezinha, com lhe tirar os barbaros obstaculos que a oprimem. Porque se naõ porá logo em execuçaõ este plano? O nosso bom Principe sacrifica generosamente os seos prazeres e divertimentos á felicidade publica, e os que mandaõ em seo nome transtornarãõ suas intençoens Reaes e benéficas? Se hé por espirito de adulaçã que se querem conservar para a Familia Real as antigas coutadas, mal reparaõ os que obraõ assim que deste modo mais offendem do que prestaõ serviços ao Principe; porque lhe roubaõ a occasiaõ de fazer um grande bem ao seo povo, de lhe ganhar ainda mais os coraçõens, e de pagar uma divida sagrada a que está obrigado. Ainda quando o Principe estivesse na Europa, naõ seriaõ certamente servos fieis, nem seos verdadeiros amigos aquelles, que lhe aconselhassem conservar as coutadas com tanto prejuizo da agricultura do reino. Com effeito, se o nosso bom Principe, só levado dos estimulos paternaes da sua alma, ordena a venda destes bens para acudir as dividas do Estado, com que melhor vontade ainda a mandaria executar se franca e lealmente lhe dicessem:—“ *Que em quanto muitos dos seos veados e outros animaes vivem abastados e fartos, muitos de seos vassallos vivem na indigencia, ou morrem de fome!!!*” Poderá alguem acreditar, que estimasse em mais a vida ou a existencia feliz de um veado do que a de um subdito Portuguez, que até já terá talvez derramado seo sangue por lhe sustentar a corõa e o throno? Naõ, naõ hé possivel! no seo verdadeiramente Real e generoso coraçã naõ podem caber taes sentimentos. Esses só privativamente pertencem á indivi-



duos do character de um famoso legislador das coutadas, que no seo codigo de sangue (ainda menos barbaro do que insultador da humanidade!) avaliou no mesmo prego a vida de um homem que a de um javali ou de um veado! Tanto pode o espirito de servidaõ, ou de lizonja!

Mas nem esta mesma fraca desculpa, que de certo não hé desculpa, podem ainda ter os que repugnaõ dar á execuçaõ as vontades do Principe, quando este agora se acha fora de Portugal e da Europa, e firmou o seo throno em outra parte do mundo. A adulaçaõ neste cazo não tem nome decente com que se possa caracterizar ou exprimir. Largue-mos porem já esta materia, que hé bem desagradavel, e voltemos ao nosso ponto principal. As coutadas podem logo ser uns dos bens applicados para á amortizaçaõ do papel moeda; e quando ainda não sejaõ sufficientes, se pode recorrer ás propriedades dos corpos de mão morta. Estes são na realidade, pelo menos, um verdadeiro luxo no estado; e quando um judiciozo proprietario tem muitas dividas, e as dezeja pagar, principia primeiro por cortar todos os objectos de luxo, e só em ultimo cazo, e na maior estremidade, recorre a alienaçaõ das couzas que lhe são absolutamente necessarias para a vida.

Vemos por consequencia que a divida principal do Estado, a mais oppressiva, e a que mais descredito lhe dá, tem uma avultada hypoteca, que pode ser não só facilmente realizada, porem produzir dois grandes proveitos: 1º extinguir uma moeda vicioza e desacreditada; 2º augmentar a cultura do Reino, dando valor a terrenos que não só o não tem, mas até o fazem perder aos outros cultivados. E não será isto melhor que tocar na moeda metal, operaçaõ sempre infelis, e que no cazo presente accumularia o mal em lugar de o remediar? Se o nosso Principe hé o primeiro que se presta a estas vistas generozas, que motivo haverá racionavel para não pôr em execuçaõ suas vontades? He bem de esperar que se hé verdade quanto a este respeito temos dito, bem depressa se removaõ todas as difficuldades, e se dêem a execuçaõ as ordens do Principe, por credito e honra delle, e para felicidade de um povo, que tantos direitos tem a ser recompen-



sado pelo muito que trabalhou pela causa do soberano e da patria. Este ponto envolve tanto interesse publico, e merece um tão serio desenvolvimento, que ainda brevemente voltaremos á elle.

---

#### ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.

O Governo de Hespanha trata os seus negocios com tanta pericia na America como os trata na Europa. Pelo artigo que publicámos a pag. 179, viram os nossos Leitores, que não contente com requerer aos Estados Unidos que se não intrometaõ a auxiliar a insurreiçaõ das colonias, exige que por principio de negociação se lhe entreguem ainda certos territorios sobre que tem pertençaõs. Ora isto hé querer nem mais nem menos excitar os Estados Unidos a fazerem uma guerra declarada contra a Hespanha. Não pode haver duvida em que os primeiros tenhaõ um grande interesse politico e local de verem a independencia das Colonias Hespanholas, e por consequencia se terãõ por mui felizes se o governo de Hespanha os leva, por meio de medidas extravagantes, a um rompimento declarado. Que tem que perder os Estados Unidos com esta guerra? nada. Que tem que perder a Hespanha? tudo. Hé logo prudente que esta ultima falle em um tom tão pouco medido, e arrazoadado a uma potencia, que tem por assim dizer na mão a chave dos destinos das Americas Hespanholas? Os concelhos do Gabinete de Hespanha vãõ pois nesta parte bem coherentes com tudo o que tem feito, e vai fazendo na Europa. A sua politica, se o governo Hespanhol entedesse o que hé uma verdadeira politica, seria de tratar o melhor que podesse os Estados Unidos; e em lugar de lhes pedir territorios, como preliminares de negociaçoens, antes lhes havia de offerecer ainda alguns a fim de os obrigar a ficarem neutraes nesta delicadissima questãõ. Neste cazo o Governo Americano, ainda que lhe custasse, por decoro e por honra não auxiliaria abertamente a insurreiçaõ das Colonias, e ficaria com as mãos prezas para lhes dar o socorro que de certo muito dezeja. Até nos parece, que o mesmo Governo Americano há de hir imperceptivelmente puxando o



Governo Hespanhol para um estado de desavença; e se este ultimo tivesse bom tino e prudencia havia de cuidadosamente evitar de cahir no laço que hé mui provavel se lhe arme. Oxalá que o Governo Portuguez veja com olhos mais abertos esta melindroza questão, em que talvez muita gente queira que elle se intrometa. Olhe o Brazil para os seos escravos, e não dê occasião a que ninguem os venha tentar com a perigoza golodice da liberdade!

A Gazeta da Nova York de 13 de Fevereiro, como neste mesmo artigo annunciámos, dava por certa a despedida formal do Ministro Hespanhol, o Cavalheiro d'Onis; mas depois disso lemos no *Times* de 20 de Março o artigo seguinte, que desmente a primeira asserção. Para sermos exactos, passâmos a copia-lo:—

*Washington, 13 de Fevereiro.*

“ Mr. Onis, Ministro de Hespanha partio daqui para hir visitar a sua familia em Philadelphia. Hé de crer, que o Editor da *Baltimore Federal Gazette* está de todo mal informado dos motivos da sua auzencia.— Nenhuma ruptura houve entre elle e este Governo, segundo o que temos ouvido.

“ O Marechal Grouchy, que ultimamente chegou de França a Baltimore, está agora nesta cidade.”—(Extracto das Gazetas Americanas.)

Neste mesmo artigo publicámos a Pauta Americana relativa aos direitos de importação. Ella prova o juizo e prudencia com que o Governo dos Estados Unidos fez o seo ultimo Tratado de Commercio com Inglaterra, porque por elle não atou as mãos para poder legislar dentro de caza como bem lhe parecesse. Agrada-nos tambem muito o principio de não se prohibirem absolutamente as materias que se dezejaõ cohibir: o plano de as carregar de direitos mui fortes nos parece não só mais liberal, porem mais prudente ou proveitozo. Quando um paiz importa fazendas estrangeiras hé porque necessita dellas, não as tem em caza, ou não são tão boas como as de fora. Prohibir logo de repente estas fazendas a que um povo está acostumado, não nos parece util nem racionavel, porque se estas manufacturas faltaõ no paiz, ou não são tão perfeitas, não podem em um instante crear-se ou



levar-se a perfeição; e a consequencia hé então, que se promove indirectamente o contrabando, apezar de quaesquer leis rigorozas que para impedi-lo se fação: quem está costumado a satisfazer certos appetites corre todos os riscos para continuar a satisfaze-los. A imposição forte de direitos hé então util, porque nem priva o povo de seos gostos, e excita os artistas nacionaes a crear, ou aperfeigoar os mesmos artigos, estando certos de os vender, pela vantagem de as suas mercadorias terem de pagar muito mais limitados direitos do que as estrangeiras. Uma prohibição absoluta hé sempre um preceito tacito para pecar, porque excita dezejões irresistiveis. Não succederá porem assim quando no mesmo mercado houverem as fazendas estrangeiras e nacionaes. Os individuos, a quem já falta o poderozo estimulo da prohibição, consultaõ então mais as suas bolças, e vendo que as fazendas do paiz lhe custaõ, por exemplo, 6; e as estrangeiras, ainda que um pouco mais perfeitas, 12; perdem pouco a pouco os seos caprichos, e se vão agarrando aos fructos do paiz. Assim, em pouco tempo começaõ a ser menos procurados no mercado os generos estrangeiros, e a não importação delles por si mesmo se executa.—No artigo Portugal talvez ainda faremos uma applicação destes principios.

---

BARBADAS.

Por honra do Governo do nosso Principe, e pelo bom nome da nossa Patria muito nos tem custado ouvir o que se tem ditto e tem passado em Londres a cerca do navio mercante Portuguez—*Fama*, a respeito do qual já transcrevemos o extracto de uma Carta a pag. 183. Este cazo, como era de esperar, tem aqui feito muita bulha, não só porque o navio tem aqui interessados, mas porque foi seguro, e aos seguradores não se pode occultar a mais pequena circumstancia. Com effeito hé couza inaudita, e até para Inglaterra que não está afeita a prezencear taes acontecimentos, hé couza incrivel, ou lhe parece conto fabuloso, que se lhe diga, que um navio mercante, propriedade sagrada de tantos individuos, fosse retido por 22 dias, depois de carre-



gado, no porto do Rio de Janeiro com o pretexto de ser paquete de despachos! Nós estamos bem certos, que nem o Principe nem os seos Ministros foraõ individualmente sabedores da illegalidade e prejuizos que havia com aquella detençaõ; e que só algum subalterno (pratica taõ ordinaria no Reino Unido Portuguez) servindo-se dos nomes do primeiro e dos segundos, foi a cauza verdadeira de um Acto essencialmente arbitrario, de que já tem resultado sobejos prejuizos; e sabe Deos quantos ainda podem rezultar! Para prevenir que taes procedimentos se venhaõ ainda a renovar, e para que S. A. R. e seos Ministros ponhaõ cobro a fim de que em seos nomes se não tornem a cometer injustiças de tamanhas consequencias, de proposito escrevemos este artigo, porque sem o conhecimento do mal como se poderá elle remediar? O mal por esta vez já hé incalculavel; e os interessados na quelle navio tem direito a serem resarcidos de todas as suas perdas e damnos.

O navio, em consequencia de estar por 22 dias carregado, e trabalhando sobre as amarras, entrou logo a fazer muita agoa, e vio-se na precisaõ de hir arribar as Barbadas. Não está ainda aqui tudo: por cartas posteriores a que publicámos, já souberam alguns dos interessados, que elle fôra obrigado a descarregar para fazer um concerto. Eis aqui pois já está o navio com 22 dias de demora no porto, com quarenta e tantos dias mais, perdidos até as Barbadas, e com quase todo o mez de Janeiro, e talvez todo o Fevereiro para concertar e carregar, tempo em que poderia ter chegado a Lisboa. Ainda que depois ali chegue a salvamento, com que perdas de tempo e de fazenda não entra no porto de Lisboa? Aperda de tempo hé tal, que pelo menos consumirá em uma só viagem o que poderia gastar em duas de hida e vinda. Mas não hé só a perda de tempo, hé a perda de fazenda que todo este mesmo tempo consome que se deve calcular; e todas as perdas juntas se podem reduzir aos artigos seguintes:—1º gastos escuzados de tripulaçaõ nos 22 dias de demora no porto do Rio de Janeiro: 2º gastos de arribada as Barbadas: 3º ditos de demora ali para mantimentos, e mais couzas necessarias para a tripulaçaõ: 4º ditos de concerto: 5º ditos de avarias de



fazendas que não estiverem seguras, ou de seguros mais altos depois destas noticias: 6. perda de lucros que poderiam ter as fazendas se chegassem ao seu destino no tempo competente.

Será bem difficil poder já calcular a soma total que darão todas estas perdas, mas não se pode duvidar de que virão a ser enormes. E quem hé a cauza de tudo isto? Uma simples ordem para reter uma propriedade alheia, e dada com tanta indifferença e tranquillidade como se por ella se executasse um acto de reconhecida justiça ou do maior interesse publico. O susto de alguns interessados na carga do navio era já tamanho, ainda sem conhecerem as circumstancias desastrosas da viagem, mas sómente em razão da demora extraordinaria e falta de noticias que delle havia, que deraõ ordens a alguns dos seus correspondentes em Londres para segurarem immediatamente as suas fazendas até 20 por cento. Veja-se por tanto a consternação que tem cauzado esta ordem arbitraria, que talvez ainda venha a arruinar numerozas familias.

Mas todos estes gravissimos prejuizos são, em nossa opinião, couza nenhuma, comparados com o effeito moral que vão produzir na praça de Londres. Constanos, que alguns seguradores de Lloyd's já declararam á certos negociantes Portuguezes:—Que uma vez que o Governo do Brazil se julgava auctorizado para reter os navios mercantes quando bem lhe parecia, nesse cazo se hiaõ dar providencias para augmentar indefinidamente o premio dos seguros relativos aos navios Portuguezes que de hoje em diante navegassem para o Brazil.—E achará isto bom o nosso governo? E quererá que seja avaliado nos paizes estrangeiros como o governo de Constantinopola, aonde quando por um capricho se querem os bens de algum individuo basta remeter-lhe o *cordão* fatal, e á vista deste simples sinal, como uma ordinaria e regular letra de cambio, o individuo entrega prontamente seus bens e a vida? Com effeito, uma vez que se comecem a desprezar tão abertamente os direitos sagrados da propriedade individual, um igual desprezo pelos direitos da vida dos homens hé uma consequencia bem proxima. Quem sem nenhum escrupulo tira a fazenda, com bem pouco ou nenhum tirará tambem a vida. Por honra e dignidade do



nosso bom Principe, nós rogâmos pois ao Ministerio Portuguez, que ponha todo o côbro em vigiar que os seus subalternos nunca mais tornem a perpetrar actos de tão funesta arbitrariedade: se elles se repetem, desacreditarão indelevelmente o governo da nossa patria. A' nós mesmos, que aqui vivemos em terra estranha, se nos tingem as faces com vergonha quando prezençâmos taes factos.

Este cazo nos faz lembrar outro, que nos foi contado estando ainda em Portugal. No anno de 1808 estava em Pernambuco um navio da Praça de Lisboa, chamado—*S. Caetano*. Por acazo entrou tambem naquelle porto uma não ou uma fragata Portugueza desarvorada, e fazendo-lhe conta os mastros e velame do dito navio *S. Caetano*, sem mais cerimonia, como se aquillo fosse como vulgarmente se diz—*roupa de Francezes*, forão á bordo delle, tiraraõ-lhe a mastreação, e o navio mercante ficou perdido sem poder fazer mais viagem, por que ali não havia mastros de que se refizesse. A consequencia deste procedimento foi que o dono do navio soffreu uma perda horrorosa, andou por muitos annos em requerimentos com o governo para lhe resarcir aquella violencia, e a final só recebeu uma insignificante quantia, e quando o navio já estava pôdre, e para nada servia. Os restos desta embarcação ainda se conservaõ, suppomos nós, no porto de Pernambuco; e de certo não são Padraõ mui honroso para atestar o respeito que tem o Governo Portuguez á propriedade dos cidadãos. Com este, e outros procedimentos, taes como os que houveraõ com o navio—*Fama*, o commercio Portuguez não pode ser respeitado nem vantajoza; com elles se destruirão as primeiras e mais ricas fontes da prosperidade nacional, e se ganhará uma bem triste reputação entre as naçoens estrangeiras.

---

PRUSSIA.

Até o governo militar da Prussia começa a conhecer a necessidade da Liberdade da Imprensa! Com effeito seria o cumulo da ingratitude, e do desprezo para com os homens, se depois de se ter visto o que fez a im-



prensa na cauza da liberdade contra a tirania, e o que fizeram os subditos na cauza dos Soberanos, por fim se pertendesse apagar esta grande luz, que illuminou os governos e os povos, e privar os homens deste poderoso meio e estímulo de instrucção, só com o miseravel pretexto que a Imprensa livre tem abuzos! E quantos não tem a imprensa escrava? Calculem-se uns e os outros, e ponhão-se em juizo; e então se verá quem ganha a demanda não em tribunal de Inquisidores, mas no tribunal da imparcialidade e da justiça!

---

## WURTEMBERG.

As finanças mal calculadas, e mal administradas são a morte das familias assim como dos governos. El Rey de Wurtemberg, esquecido de todas as calamidades e misérias, porque tem passado o seo povo, pertende esmagar-lo com novos tributos, e eilo ahi, por assim dizer, em guerra com os estados do reino. Ordinariamente, quando não há conta exacta de receita e despesa, busca-se ter dinheiro a torto e a direito; e sem saber-se se os contribuintes podem ou não pagar vai-se a um termo fatal, em que ou o povo fica de todo exausto e miseravel, ou se encontra uma contradicção não esperada, que as vezes não só transtorna todos os planos pecuniarios, mas até destroe as primeiras bases sociaes. Que não teria dado o antigo governo de França (fallamos do governo que existia em 1789) se as suas rendas publicas não tivessem chegado a uma desorganisação completa, e se o povo já não estivesse enfastiado de arbitrariamente pagar sem nenhum pezo nem medida? Já não hé tempo de repetirmos os sermoens encomendados do Abbade Barruel, que na sua doutrina (propria do tempo) quiz inculcar ao mundo que a Revolução Franceza era obra dos Filósofos ou dos Pedreiros livres. A Revolução Franceza foi obra do governo de França, que tendo gasto mais do que podia e do que tinha, perdeu o seo credito, e se vio em circumstancias de pedir esmolas ao povo, que até ali havia sem piedade esfolado. Este então vingou-se, como desgraçadamente quaze todos os homens se vingão, quando passam de repente do estado de servos



ao estado de senhores. Sim, as guerras de ambição do longo reinado de Luis XIV. (o Buonaparte dos Bourbons); os tempos escandalozos da Regencia; e as novas guerras e desperdícios de Luis XV. vomitaram todas as desgraças, que fizeraõ com que Luis XVI., o melhor dos homens, fosse o mais desgraçado dos Reys.

Cuidem, portanto, todos os governos em serem economicos, e nem se persuadaõ que a paciencia e as bolças do povo saõ inexauriveis. Em uma palavra, não imitem o que ainda agora está fazendo o governo de Wurtemberg. A experiencia hé a primeira, e a mais util de todas as sciencias humanas.

---

FRANÇA.

O negocio mais importante que agora se trata entre o Governo e as Cameras hé o do Budget; e hé na realidade importante, porque á sua decisaõ marcará um triumpho para o Ministerio ou para os Deputados. Estes parecem estar em guerra com o primeiro, e não lhe querem ceder couza alguma; aquelle vê-se em circumstancias melindrozas, porque ou será obrigado a dimitir-se, ou fara com que El Rey dissolva as Cameras. Mas o primeiro forte combate que já houve, quando se tratou da lei de amnistia, decidio-se por uma especie de composiçaõ entre os dois partidos, e isto mesmo hé de crer que tambem agora succeda pelo que se passou na Camera dos Deputados, na Sessão de 23 de Março. Nós vamos transcrever o seo resumo:—

“ M. de Corbieres, Relator da Commissão para discutir o Budget, recapitulou todos os debates relativos as dividas atrasadas do Estado, e declarou que a Commissão estava firme no seo parecer, isto hé—de não se alienarem os bosques.

“ Entaõ o Conde Corvetto, Ministro das Finanças, dice, que El Rey havia ordenado que se lhe fizesse uma exacta exposiçaõ de todas as propostas debatidas na Assembleia, e que em consequencia disto havia determinado que um novo Projecto fosse apresentado a Camera.

“ Leo-se o novo Projecto que deo cauza, a que se



discutissem muitos dos seus artigos, e nesta discussão M. Corbieres defendeu sempre o parecer da Commis-são. Mas o debate ficou interrompido com a chegada do Duque de Richelieu, portador de uma Mensagem de El Rey.

“O Ministro dice, que El Rey o havia incumbido de communicar a Camera o immediato casamento do Duque de Berry com a Princeza Carolina das duas Sicilias, descendente de Luis XIV., e de Maria Thereza, que tão illustre fôra entre as mulheres illustres como grande entre os grandes Reys. O Ministro concluiu o seu discurso, apresentando um Projecto de lei para que se desse aos noivos uma renda annual de um milhaõ de francos (400 mil cruzados). Porem ao mesmo tempo declarava, que esta renda seria reduzida durante 5 annos, a metade, e que só findos elles se pagaria por inteiro.”

Quanto á tranquillidade actual do Reino pode-se formar idea pelo Decreto de El Rey á cerca dos successos de Tarascon, que deixámos copiado. As noticias particulares confirmão ainda, que o espirito publico em França não hé muito favoravel ao prezente governo. Em nossa opiniaõ, o fanatismo politico e religioso das Cameras hé um dos grandas e poderozos motivos das inquietaçoens, que ainda se experimentaõ em França. A maior parte d'aquelles, que concorrêram emminentemente para a revolução de 1789, bem pouco ou nada tem aprendido das energicas liçoens da experiencia.

---

#### H E S P A N H A.

Uma das boas accçoens de El Rey, isto hé—a supressão dos Tribunaes Especiaes, durou bem pouco tempo. Tal hé o destino das couzas humanas, que o bem dura sempre menos que o mal!

Mas se El Rey não hé assás firme e coherente nas suas boas resoluçoens (o que não será a melhor couza para elle) la tem o seu Inquisidor Geral, que bem o desempenha no character e officio de exacto Inquisidor. O Edicto Inquisitorial, que transcrevemos neste Artigo, ainda que de antiga data, hé um bello monumento de



caridade Christam e de Politica humana. O respeitavel Ministro da Fé, com toda adocura e sensibilidade Evangelica, diz:—que a desolação das provincias, das cidades, das aldeas, e das familias hé uma verdadeira ninharia, uma bagatella, em comparação de outro mal, ainda peor *com que a divina Providencia castigou os peccados de Hespanha*, e que hé a perda da Fé, ou por outras palavras, a herezia. A pezar disto, o que elle toma como castigo do Céu, quer que seja um crime nos Hespanhoes, e portanto lhes ordena, que se denunciem a si e aos outros para não perderem seos bens ou serem queimados no proximo anno de 1816! Que sancta theologia, que religioza dialectica! Os desgraçados Hespanhoes são punidos pela Providencia com a perda da Fé, e o bom Inquisidor ainda os quer punir outra vez por elles se deixarem castigar pela mão de Deos! Hé certamente o mesmo que se qualquer individuo pertendesse castigar segunda vez um escravo, por este não ter podido resistir ao primeiro castigo que lhe deo seo Senhor. Ora quando se querem os bens, a liberdade, e a vida dos homens hé preciso saber dar melhores razoens.

Outra do mesmo lote, e verdadeiramente Inquisitorial, hé a que elle da, quando diz:—“Para isto temos sido movidos pela pratica da Igreja, que frequentemente tem sido indulgente, e há mitigado o rigor das penas quando os réos são *numerozos*.” Isto hé o mesmo que dizer—Quando a Igreja, ou para mais correctamente fallar, nós os Inquisidores somos mais fracos, perdoâmos; porem quando temos mais força, sem piedade encracerâmos, atormentâmos, e queimâmos. Mas quando se não sabe o que se há de fallar, promulgaõ-se estas e outras boas maximas moraes e christans.

O que concluimos de tudo isto hé, que o Edicto Inquisitorial foi uma isca lançada em 1815 para pescar bens e corpos de Hespanhoes no anno de 1816. Agora que as minas do Potosi começam a estar exhaustas hé preciso recorrer a outras, e o Inquisidor deo com ellas. Se Robespierre dizia que a guilhotina cunhava moeda, porque recusará a Inquisição de Hespanha empregar o mesmo engenhozo maquinismo? As boas invençoens não escapão aos intelligentes.



Como Appendice ao Artigo Official, em que El Rey publicou o seo casamento e o do Infante D. Carlos com duas Infantas Portuguezas, transcreveremos outro mais recente, publicado em Madrid, e que trasládamos de uma gazeta de Lisboa. Por occasião destes contractos matrimoniaes fez El Rey mercê, em data de 20 de Fevereiro, ao nosso Ministro Plenipotenciario, o Ill<sup>mo</sup> Snr. D. Joze Luis de Souza, da Gram Cruz da Real Ordem Hespanhola de Carlos III.

*Madrid, 27 de Fevereiro.*

ARTIGO DE OFFICIO.

Depois da mais sanguinolenta e gloriosa luta que tem conhecido os seculos, sustentada pela magnanima e leal nação Hespanhola, contra o oppressor da Europa, coroou o ceo os seos desejos restituindo á seo throno o seo amado soberano o Sr. D. Fernando VII., com seos augustos irmão e tio os Serenissimos Senhores Infantes D. Carlos Maria, e D. Antonio. Desembaraçado S. M. das primeiras e urgentes medidas indispensaveis para affiançar a segurança e quietação dos seos amados vassallos, dirigidas a reparar o immenso cumulo de males que nestes annos haviaõ experimentado, e achando-se restabelecida a paz na Europa, dedicou S. M. toda a sua attenção ao gravissimo cuidado d'um enlace que affiançasse para o futuro o socego e felicidade desta Monarquia; e tendo presente o que nesta grave decisaõ resolveo o seo augusto avô, enlaçando-se com os mais estreitos vinculos á Mui Alta e Poderosa Caza de Bragança, tratou S. M. com o Muito Poderoso e Excelso Principe do Brazil D. João Principe Regente de Portugal, para verificar o seo matrimonio com a sua segunda filha a Serenissima Senhora Infanta D. Maria Izabel, e igualmente o de seo augusto irmão o Serenissimo Snr. Infante D. Carlos Maria com a Serenissima Senhora Infanta D. Maria Francisca de Assis, terceira filha do mesmo Senhor Principe Regente. Ajustados por ambas as partes por meio dos respectivos ministros para este fim designados, que foraõ por parte de S. M. o Excelentissimo Senhor D. Pedro Cevalhos Guerra, Conselheiro d'Estado, Primeiro Secretario d'Estado do



Despacho, e pela de S. A. R. o Principe Regente de Portugal o Senhor D. Joze Luiz de Souza, Ministro Plenipotenciario junto de S. M., o communicou S. M. aos Conselhos por meio de um Decreto, com data de 14 do corrente, e nelles se publicou, tendo-se remetido ás repartiçoens competentes segundo o costume.

Por este motivo mandou S. M. se celebrasse tão plausivel e feliz acontecimento com tres dias de gala, e illuminação em suas noites, contados desde 22 de Fevereiro, destinando a noite deste ás 7 horas e meia para a solemne funcção do outorgamento dos contratos matrimoniaes; o dia 23 para o beijamao geral, e o dia 24 para o beijamao dos Tribunaes.

Disposto tudo na noite de 22, á hora designada, para a solemne funcção do outorgamento da Escriptura de capitulaçoens matrimoniaes no salaõ dos reinos onde está o Docel, concorreraõ á dita hora, em consequencia do aviso que se lhes passou, todos os officiaes Mores do Paço, Grandes Prelados, Ministros, e Generaes que S. M. havia nomeado como testemunhas, e como assistentes á tão augusta cerimonia. Reunidos todos, se apresentou S. M. acompanhado dos Senhores Infantes D. Carlos Maria, e D. Antonio adornados com os collares das suas ordens. Tendo S. M. occupado a cadeira do solio, collocando-se por detraz delle em pe o Mordomo Mor e o Capitão da Guarda Real, sentaraõ-se os Senhores Infantes em duas cadeiras immediatas ao estrado do Docel á direita de S. M. collocando-se seguidamente o Corpo Diplomatico, e occupando os seos respectivos lugares os Officiaes Mores do Paço, a Camareira Mor e Dama da Rainha, a Camareira e Damas da S<sup>ra</sup> Infanta D. Maria Francisca de Assis, e as Senhoras de toucador que são as mulheres dos Officiaes Mores do Paço, as quaes por ordem de S. M. havia convidado o Sumilher de Corpo; e á direita do solio e por detraz destas se postáraõ os Mordomos de S. M.; e á esquerda os officiaes superiores e sargentos da Guarda Real.

Os nomeados para testemunhas do acto foraõ os excellentissimos Senhores Conde de Miranda; Marquez de Valverde, Conde de Torrejon; Duque de Sedavi; Duque de Montemar; Marquez d'Ariza, Conde de la Puebla del Maestre; Marquez de Villanova do Douro



Conde de Villariezo ; Marquez de Belgica ; Marquez d'Astorga ; e Marquez de Villafranca. E para assistentes os Excellentissimos Senhores Conde de Miranda Mordomo Mor d'El Rei nosso Senhor, Cavalleiro Grã-Cruz da Real e distincta Ordem Hespanhola de Carlos III. ; Marquez de Valverde, Conde de Torrejon, nomeado Mordomo Mor da Rainha nossa Senhora, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Duque de Sedavi, Mordomo Mor que foi da Rainha Mãi, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Duque de Montemar, Mordomo Mor que foi da Serenissima Senhora Princeza d'Asturias, Presidente do Conselho das Indias, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Conde de la Puebla del Maestre, Sumilher de Corpo de S. M. em auzencia e por molestia do proprietario, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Marquez de Valmediano, Sumilher de Corpo de S. M. retirado, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Marquez de Belgica, Estribeiro Mor d'El Rei nosso Senhor, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Marquez de Astorga, Estribeiro Mor que foi d'El Rei Pai, Conselheiro de Estado, Cavalleiro da insigne Ordem do Tosaõ d'Ouro, e Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Marquez de Villafranca, Estribeiro-Mor que foi da Serenissima Senhora Princeza d'Asturias, e nomeado para o ser da Rainha nossa Senhora ; Marquez de Lapilla e Monasterio, nomeado Mordomo Mor da Serenissima Senhora Infanta D. Maria Francisca d'Assis, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Duque de Alagon, Capitaõ da Guarda Real, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem ; Marquez de Villadarias e de la Vero, Capitaõ supranumerario em auzencia e por molestia do proprietario ; Marquez de Valparaiso, Capitaõ que foi do mesmo Real Corpo, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real e distincta Ordem Hespanhola de Carlos III. ; Duque del Parque, Capitaõ que foi do mesmo Real Corpo, Cavalleiro Grã-Cruz da referida Real Ordem, e das de S. Fernando e Santo Hermenegildo, Embaixador de S. M. na Corte de Paris ; o Patriarca das Indias, Pro-Capellaõ-Mor de El Rei nosso Senhor, Cavalleiro Grã-Cruz, e Grã-Chancellor da dita Ordem ; D. Christovaõ Bencomo, do Conselho e Camara de Castel'a, Confessor de



S. M.; o Duque do Infantado, Coronel das Reaes Guardas Hespanholas, Presidente do Conselho Real, Cavalleiro Grã-Cruz da Real e distincta Ordem de Carlos III.; o Marquez de S. Simon, Coronel das Reaes Guardas Walonas, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Real Ordem, e Capitão General dos Reaes Exercitos; o Marquez de las Hormazas, Conselheiro de Estado; o Balio D. Antonio Valdez, Conselheiro d'Estado, Cavalleiro da insigne Ordem do Tosaõ d'Ouro, e Capitão General da Real Armada; o Conde de Colomera, Conselheiro de Estado, Cavalleiro Grã-Cruz da Real e distincta Ordem Hespanhola de Carlos III., e da de Santo Hermenegildo, e Capitão-General dos Reaes Exercitos; D. Pedro Cevalhos e Guerra, Conselheiro d'Estado, e primeiro Secretario d'Estado do Despacho universal, e interino do da Guerra e Justiça, Cavalleiro Grã-Cruz da Ordem de Carlos III., das de S. Fernando e do Merito, e de S. Januario das duas Sicilias; D. Antonio de Cordova e Heredia, Conselheiro d'Estado; D. Miguel de Lardizabal, Conselheiro d'Estado, e Cavalleiro Grã-Cruz da Real Ordem Americana de Izabel a Catholica; D. Joze Harra, Conselheiro d'Estado; D. Joze Vasques Figueiroa, do Conselho d'Estado, e Secretario d'Estado do Despacho universal da Marinha, Cavalleiro Grã-Cruz da Real Ordem Americana de Izabel a Catholica; D. Manoel Lopes Araujo, do Conselho d'Estado, e Secretario d'Estado do Despacho universal da Fazenda; o Bispo Inquisidor Geral, Cavalleiro Grã-Cruz da Ordem de Carlos III.; o Duque de Veragua, do Conselho de Estado, e Presidente do da Fazenda, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Ordem, e da Americana de Izabel a Catholica; o Duque de Granada d'Ega, Presidente do Conselho das Ordens, Cavalleiro Grã-Cruz da Ordem de Carlos III.; os Gentishomens da Camara de S. M. com exercicio, Duque de Hjar, Cavalleiro Grã-Cruz da Ordem de Carlos III.; D. Joze Artega, Capitão General de Castella Nova, Cavalleiro Grã-Cruz da mesma Ordem; Marquez de Montealegre, Conde d'Onhate, Cavalleiro Grã-Cruz da dita; o Marquez del Rafal, o Conde de Transtamara, Cavalleiro Grã-Cruz da referida ordem; os Condes de Villamonte e de Salvaterra; o Marquez de Santa Cruz, Cavalleiro



Grã-Cruz da mencionada Ordem; Marquez de Malferit; D. Joze Gutierrez de los Rios; o Conde Belveder, Cavalleiro Grã-Cruz da Ordem de S. Fernando; o Duque de Rivas; o Marquez de Cerraloo; o Senhor de Rubianes; o Duque de Ossuna; o Duque de Frias; o Marquez de Ayerbe; e os Capitaes Generaes do Exercito e da Real Armada D. Felis de Tejada, Decano do Conselho do Almirantado, Cavalleiro Grã-Cruz da Ordem de Carlos III.; e da de S. Hermepegildo; o Marquez de Santa Cruz de Marcenado, Cavalleiro Grã-Cruz da Real Ordem de Santo Hermenegildo; D. Joze de Palafoz e Melcy, Cavalleiro Grã-Cruz das Reaes Ordens de S. Fernando e Santo Hermenegildo; e D. Joaquim Blake, General Engenheiro, e Cavalleiro Grã-Cruz das mesmas ordens.

A' esquerda do Docel havia uma meza coberta e dois tamboretas razos, um delles para a seo tempo se assentar o Snr. Ministro Plenipotenciario e assignar as capitulaçoens. Posto em pe á direita desta meza o Excellentissima Snr. D. Francisco Bernaldo de Queiroz, Marquez de Campo Sagrado, do Conselho de Estado, e do Despacho universal da Guerra, Notario Publico dos Reinos, lêo em voz alta a Escriptura dos contractos matrimoniaes d'El Rei nosso Senhor; e acabada a sua leitura o fez igualmente da dos do Serenissimo Senhor Infante D. Carlos Maria, alumando-lhe um Ajudante do Real Guardajoias de S. M. com um dos castigaes que sobre esta meza havia. Estava preparada outra meza, e pondo-a diante de El Rei nosso Senhor D. Luiz Beldrof, Aposentador Honorario do Paço, com um Ajudante do Real Guardajoias, assignou S. M., ministrando o tinteiro D. João Miguel de Grialva, Moço da Camara de S. M. e seu Secretario particular. Por baixo da firma de S. M. pozeraõ as suas por sua ordem em uma e outra Escriptura os Serenissimos Senhores Infantes D. Carlos Maria e D. Antonio, levando-lhes ante suas cadeiras a meza, e ministrando-lhes o tinteiro as mesmas pessoas, que o haviaõ feito á S. M. Depois disto o Snr. Ministro Plenipotenciario, sentado em um dos tamboretas, que havia junto da meza da esquerda do Docel, assignou em segunda columna em frente da ultima pessoa Real. O Excellentissimo Snr. D. Francisco Bernaldo de



Quiroz. Marquez de Campo Sagrado, usou do outro tamburete que estava destinado para assignar a Escri-tura como Notario Publico, e depois legalizou uma copia, que entregou ao Sr. Ministro Plenipotenciario para que a remetteste á sua Corte.

Finalizado o acto se restituiu S. M. ao seo quarto com os Senhores Infantes, com o mesmo accompanhamento de Officiaes Mores, e dos Grandes, tendo sido mui numeroso o concurso de pessoas distinctas assim do serviço da Caza Real como do exercito e marinha, que tiverão a honra de presenciar tão augusta solemnidade, e que seguindo o voto geral de todos os fieis vassallos de S. M. davaõ graças ao Todo-Poderoso, considerando este acto como preludio dos grandes bens que esperaõ dos paternaes cuidados de tão amado e benefico soberano.

No dia 23 houve beijamaõ geral, e foi mui numerozo e luzido pela concurrencia de Officiaes Mores do Paço, Grandes, Prelados, Titulos, Generaes, e outras muitas pessoas de distincção que se apresentáraõ a congratular S. M. e A. A. por tão plausivel motivo.

No dia 24 recebeo do mesmo modo S. M. todos os Tribunaes, e o Senado da Heroica Villa e Corte de Madrid, fazendo os seos respectivos Presidentes dignas fallas á S. M., em que expressavaõ os sentimentos de amor e gratidaõ ao seu Soberano.

---

#### PORTUGAL.

Neste artigo, a pag. 134, transcrevemos um Extracto de uma Carta do Porto, que não faz grande honra as Auctoridades publicas daquella cidade, a segunda do Reino. Quando em uma terra, aonde há uma Relação de Justiça, uns poucos de Magistrados locaes, e alem disto uma guarda de policia, existem, e se permitem roubos tão constantes e tão descarados, hé bem claro que os empregados publicos não fazem seo dever, nem cumprem com suas obrigaçoens. Hé de certo um grande descredito para o Commandante da policia, e ainda mais para aquelles, a quem compete vigiar sobre o seo comportamento, não darem as providencias ne-



cessarias para que cessem taes desordens. Se a todos esses Senhores se dicer que Londres, que não só hé maior que o Porto, mas que tem em si tanta gente como toda a Provincia d'entre Douro e Minho, hé apenas guardada de noite por patrulhas de velhos e invalidos, que não trazem mais armas do que uma lanterna e um pequeno bordão, e que assim mesmo hé mui raro haver um roubo ou um ataque nas ruas, haõ de persuadir-se que isto hé um impossivel, ou que lhes estãmos narrando contos de Fadas. Com tudo nada há mais verdadeiro. Mas entã como pode acontecer, perguntará ainda alguém, que Londres, proporcionalmente, seja a capital mais segura e pacifica do mundo, e que uma cidade de Portugal, que não faz um bairro dessa mesma Londres, e aonde há mil esbirros e uma guarda de policia, armada de espadas, clavinhas, e pistolas, se veja taõ innundada de ladroens, que até ouzem atacar e roubar pessoas que andaõ com creado e com luz? O cazo de certo hé á primeira vista bem difficil de explicar, mas uma só razã o explica. Em Inglaterra e Londres há leis que se executã á risca, e ás quaes sã indispensavelmente responsaveis não só os ladroens e assassinos porem todos aquelles que tem por obrigação vigia-los, prende-los, e puni-los. Tanto uns como outros achaõ premio ou castigo irremediavel nessas mesmas leis; e em Portugal, e no Porto, aonde tambem há leis, e mui boas, estas não sã executadas nem por aquelles que tem direito de mandar, nem por os que tem obrigação de obedecer. Assim, os ladroens do Porto e de outras mais partes do reino bem sabem o que fazem, e seria grande loucura nelles largar uma especie de industria, em que muito tem que ganhar, e bem poucas probabilidades de perder. Se este mesmo pouco, que aqui escrevemos á cerca de um assumpto que merece quanto há de mais forte e mais energico, lá se podesse escrever e publicar, de certo as couzas correriaõ de outra forma; porem hé o que tambem lá não faz conta, porque entã haveriaõ lampioens acêsos por toda a parte, que deixariaõ ver a face e as feiçoens de todos os grandes criminozos. E que seria nesse cazo dos industriozos ladroens, que ganhaõ sua vida taõ descaçada e hones-



tamente? Perderiaõ o seo lucrativo ramo de commercio, e Portugal está determinado a proteger todas as boas manhas e artes!

Em uma das Gazetas de Lisboa vimos o Edital seguinte, que vamos transcrever:—

“O Principe Regente N. S. por sua Resoluçaõ Soberana de 5 de Outubro de 1815, tomada em Consulta da Direcçaõ da Real Fabrica de Sêdas e Obras de Agoas Livres: Foi servido prohibir geralmente a introducçaõ nestes Reinos dos tecidos de sêda de todas as qualidades, vindos de paizes estrangeiros, salvas porem as estipulaçoens do Tratado de Commercio entre o mesmo Augusto Senhor e S. Magestade Britannica. E para constar se mandou affixar este Edital.—Lisboa em Direcçaõ de 23 de Fevereiro de 1816.—Joze Acurcio das Neves.—Joze Barboza de Amorim.”

Se a Real Fabrica de Sêdas de Lisboa já supre competentemente o que Portugal consome neste genero, boa será a prohibiçaõ absoluta; mas se assim não hé, receamós muito que os contrabandos venhaõ a ser excessivos, e que nada se remedeie com estas providencias em um paiz como o nosso, aonde quem quer hé impunemente contrabandista, sem que se tomem as medidas efficazes que pede a gravidade da materia. Nós já dicemos nas Reflexoens que fizemos ao artigo—Estados Unidos—, que direitos mui fortes são as vezes muito mais proveitozos que uma prohibiçaõ absoluta; porem como nesta materia não estamos sufficientemente informados, nem sabemos até que ponto de extensaõ e perfeiçaõ tem sido levados os nossos tecidos de sêda, por isso não avançaremos asserçoens vagas; e supponmos que nesta parte a Direcçaõ da Real Fabrica procederia com toda a circumspecçaõ e intelligencia. Outro ponto, que hé preciso não perder de vista, hé:—que ficando salvas todas as estipulaçoens commerciaes entre Portugal e a Gram Bretanha, não sirva isto para se introduzir toda a sorte de manufacturas de seda estrangeira, com o pretexto e capa de serem fazendas Inglezas. Nesta parte, para a Real Junta hir coherente, hé preciso conservar sempre os olhos bem abertos; o que hé bem de esperar do seo zello e actividade.



Entre as muitas Mercês, que S. A. R. tem feito a individuos do Reino de Portugal, transcrevemos a seguinte, concedida a favor de um dos Secretarios do Governo:—

“ O Principe Regente Meu Senhor querendo annuir aos dezejões que lhe mostrou a Condeça de Vimieiro, D. Joanna Eulalia Freire de Andrade, de dar a seo marido D. Miguel Pereira Forjaz, Tenente General dos seos Reaes Exercitos, uma prova de reconhecimento, e justa retribuição do muito amor, e da mais perfeita harmonia que entre ambos tem havido: Há por bem, em attenção aos bons e distinctos serviços que este lhe tem feito, como Secretario do Governo de Portugal e dos Algarves nas Repartições de que se acha encarregado desde a memoravel epocha da Restauração, fazer-lhe mercê da sobre vivencia dos Bens da Coroa e Ordens que possue a Condeça sua mulher, por Decreto de 23 de Dezembro de 1802, e Portaria de 21 de Março de 1803, para se lhe verificar em sua vida depois da morte della, de que se lhe passaraõ os despachos necessarios.—Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Outubro de 1815.”

(Assignado)

“ Marquez de AGUIAR.”

#### INGLATERRA.

Os grandes negocios politicos da Europa vão terminando em estillo de Comedia; isto hé, os Principes, já desafrontados dos sustos que lhes deo Buonaparte, só agora trataõ de cazamentos; e aos ruidozos hymnos da guerra vão succeder os epithalamios e as danças. Em Hespanha vão haver não menos que dois cazamentos, um em França, outro em Hollanda, e a final, um em Inglaterra. A bella e amavel Herdeira do throno Britannico já fez a sua escolha, e vai associar ás afeições do seo coração e aos destinos do seo futuro reinado um Principe Allemaõ, taõ distincto pelas suas qualidades pessoas como pela nobreza da sua illustre Caza. Diz-se que a cerimonia matrimonial, entre S. A. R. a Princeza Carlota e S. A. o Principe Leopoldo de Saxe Cobergh, será celebrada em Carlton



House pelo Arcebispo de Canterbury, terça feira á noite, 16 de Abril corrente. Acrescenta-se mais:—que o Principe de Cobergh será feito Duque de Kendal, e que S. A. R. a Princeza Carlota de Galles, Herdeira presumptiva do throno, tomará também o titulo de Duquesa de Kendal, titulo que só hé conhecido em Inglaterra por ser o mesmo que teve uma Princeza Allemam em tempo de George I. O Bill de Naturalizaçaõ do Principe de Cobergh já passou em ambas as Cazas do Parlamento.

O dia 18 de Março de 1816 nota uma epoca de um grande e memoravel triumpho do povo Inglez sobre o actual Ministerio. A proposta do Chancellor do Exchequer para a continuacaõ da Taxa, chamada de Propriedade, foi regeitada pela Caza dos Communs contra toda a expectacaõ dos Ministros, que bem mal supunhaõ teriaõ tal revez. Este tributo de guerra era muito oppressivo naõ tanto pelas quantias que obrigava a pagar, como pelo modo do seo lançamento e cobrança; e por esta razãõ os Inglezes o detestavaõ, e o denominavaõ Inquisitorial e tiranico. Quando no anno passado elle foi prorogado até este Abril corrente haviaõ prometido os Ministros que elle de todo acabaria, e nessa supposiçaõ foi votado pelo Parlamento. Mas esquecido já o Chancellor do Thezouro da palavra que havia dado no anno passado, queria ainda com mil pretextos continua-lo; e entãõ a voz do povo Inglez se fez ouvir por toda a parte pelo meio poderozo das Petiçoens, de sorte que os seos Representantes em Parlamento se viram em necessidade de lhe fazer justiça, e de contrariar o Ministerio. Esta liçaõ, ainda que naõ tivesse outro fim vantajozo, era necessaria para ensinar os Ministros a terem palavra, e a naõ tratarem o povo como se trataõ crianças, a quem quaze sempre se promete com intençaõ de faltar. Com effeito se o Ministerio, depois de ter dado a sua palavra o anno passado-de que a Taxa de Propriedade era só por um anno,—levasse agora ávante o seo projecto, de certo, ufano com a victoria, tentaria e executaria de hoje em diante quanto quizesse ou lhe lembrasse. Mas esta batalha perdida tanto lhes chegou ao vivo, que logo na sessãõ seguinte o Chancellor do Thezouro veio lançar voluntariamente aos pés dos



Representantes do povo outro dos seus tropheos antigos de guerra—a Taxa sobre a cevada de que se faz a cerveja,—que emportava em 2 milhoens sterlingos.

Grande couza e grande bem hé poder o povo livremente reclamar, e queixar-se por meio de Petiçãos! Sem esta prerogativa o povo Inglez certamente ainda se veria vexado com este tributo inquisitorial, e seria sempre taxado á vontade dos Ministros. Na verdade, hé destino bem cruel que só se avalie o povo como uma mina de oiro, e que nem se quer se lhe conceda o direito de queixar-se sem ser havido como rebelde! Por seu interesse proprio deviaõ todos os Monarcas conceder esta prerogativa aos seus povos; porque assim viriaõ sempre no conhecimento do estado da nação; e por culpa ou por caprichos de seus delegados não recahiriaõ odios não merecidos sobre as pessoas dos Soberanos. Esta mesma questão sobre a Taxa de Propriedade provavelmente ainda produzirá outros bens mui consideraveis, como a reducção do exercito, e de pensoens e salarios extraordinarios ou superfluos; porque os Ministros começaõ a proceder com muita medida e cautella, uma vez que se lhes extinguiu uma grande fonte de riqueza, e receaõ fazer novas propostas, que sejaõ regeitadas, e de todo os desacreditem na opinião publica. A nação e o Parlamento estão determinados a empregar uma rigorosa economia, e fazem bem; porque sem economia não há permanencia de prosperidade, e por consequencia nem governo estavel, nem independencia nacional.

Este mesmo espirito de economia se vê agora bem na pensão annual, que se estipulou para a Princeza e seu marido. A Herdeira do throno mais poderoso e rico do mundo, a pezar de viver em um paiz o mais caro e mais dispendiozo que há, só tem 60 mil libras de renda, que pouco mais fazem que 500 mil cruzados da nossa moeda. Daqui podem aprender outros Principes a viver com economia, e a conhecer, que a dignidade Real não consiste em gastar somas enormes, porem só o que hé sufficiente para o esplendor do lugar que occupaõ; porque todas as demazias que inutilmente despendem vem de certo a faltar a subsistencia do povo. A soma que tambem agora se acaba de pedir para um Principe Francez, como em outro



lugar já mencionámos, hé bem limitada em comparação do que se gasta em outras partes, pois que apenas monta a 400 mil cruzados. Mas isto não admira tanto em França, aonde se pode viver com metade do que se gasta em outros paizes: o cazo praticado em Inglaterra hé muito mais digno de notar-se, porque a Princeza Carlota e seo marido vão passar com uma renda bem inferior á que tem muitos dos seos futuros vassallos.

Muito sentimos não poder dar aos nossos leitores a traducção dos muitos e interessantes discursos que nesta Sessão do Parlamento se tem feito sobre as importantissimas materias que nelle se tem discutido; mas apenas poderíamos organizar alguns extractos, que bem pouca ou nenhuma idea dariaõ do seo merecimento, e o transcreve-los por extenso seria impossivel, atendendo a que são de ordinario mui longos, e ao muito que sobre outros assumptos somos obrigados a escrever. O Parlamento Inglez hé o unico grande Senado moderno, em que se trataõ questoes verdadeiramente importantes de legislação e de politica, objectos quase desconhecidos ou indifferentes nas outras partes da terra; assim não hé de admirar que Inglaterra com tal constituição, e com taes meios seja a primeira nação do mundo, e as outras sejam tão apoucadas em poder e dignidade.

*PORTUGUEZ de Março, No. XXIII., pag. 498.*

Em remate, por nossa parte, de tudo o que havemos escripto sobre a prorogação da Companhia do Algarve diremos somente que nos constou ainda, que para a Resolução Regia que o Principe Regente N. S. tomou sobre aquella materia, precederam e subiram á sua Real presença:—

1. Informes e pareceres dos Juizes Territoriaes daquelle Reino: 2. Representações e Pareceres das Cameras: 3. Consultas do Real Conselho da Fazenda e da Real Junta do Commercio: 4. Pareceres dos Governadores do Reino de Portugal. Todas estas diligencias se fizeraõ, e todos estes documentos se apresentaram á S. A. R. antes que elle tomas-se a sua final Resolução.



*Ministro Portuguez em Londres.*

Somos informados, que a Saude que S. Ex<sup>a</sup> deo no jantar publico do Lord Mayor fôra a seguinte:—

“The alliance and friendship between Portugal and Great Britain; and the Duke of Wellington and the British army in Portugal.”

*Assumpto honroso para Portugal.*

Nunca sentimos tanto prazer como quando temos que annunciar couzas, que fazem honra ao nosso Principe e ao seo Ministerio, e dão motivo a que as naçoens estrangeiras olhem com respeito o Governo Portuguez. A seguinte resolução, que vamos copiar, hé uma d'aquellas que pelo seo assumpto muito exaltaõ a sabedoria e judiciosa politica dos que para ella concorrêram: oxalá que sempre podessemos noticiar medidas tão uteis e tão prudentes como esta!

THE OBSERVER, 31 de Março, 1816.

“Hontem recebemos gazetas de Paris de quarta feira passada. Nellas vem uma Nota que a Corte do Brazil dirigio a de Roma á cerca dos *Jesuitas*. O Governo Portuguez exprime o descontentamento, que lhe cauzou a restauração d'aquella Sociedade, em termos tão energicos e cheios de dignidade, que bem indica ser já impossivel que elle possa entrar em negociação alguma á este respeito. Considerando tambem em outro recente e igual exemplo, dado pelo Governo da Russia, com razão prezumimos, que a Corte de Roma mostrará mais prudencia, e será de hoje em diante menos zelozza em pertender ainda sobcarregar a Europa com esse fatal e oppressivo invento, que pela primeira vez appareceo em uma das epocas mais desgraçadas da Igreja.”



## CORRESPONDENCIA.

---

SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR.

*Lisboa, 9 de Março, 1816.*

Quando aqui recebemos a noticia da creação do Reino Unido de Portugal e do Brazil, os que não penetraram além das palavras ficaram-se considerando mais fortes e importantes; e os que passaram a deante á consideração das coizas e das circumstancias logo perceberam que o bem hé mui precario, e dependente de medidas efficazes, que ainda se não tomaram, e que deveram preceder ao Decreto de União. Esta Carta de Lei hé tanto para nos annunciar que o Brazil se acha feito reino, e unido ao de Portugal, como para nos dar a saber, que este talvez nunca mais veja em Lisboa a sede da monarchia. E que há ahi que possa compensar os descontos e graves males que provem desta só circumstancia?

Para avaliarmos bem até onde, em o nosso caso, se estende a significação de Reyno Unido devemos lembrar-nos, que posto este seja o titulo do novo reyno, nem por isso deixa de ser um dos mais separados que hoje existem; e taes são as circumstancias relativas dos dois paizes, que sendo o objecto primario de todas as unioões de povos o tornarem-se por ellas mais fortes e capazes de sustentarem a sua independencia, e, ao mesmo tempo, de cooperarem mais efficazmente para a sua mutua felicidade, nenhuma destas vantagens pode vir a Portugal da sua união em quanto se não tractar de lhe assegurar a existencia politica com as medidas que são proprias da natureza do caso, e que as suas mui particulares e melindrosas circumstancias requerem.

Parece-me, Senhores Redactores, que as circumstancias de uma pequena parte de um reino, que se acha abarcada por uma nação poderosa, antiga rival e per-



tendente, e tam remota das outras partes da monarchia, onde reside o Chefe do Governo, merecem bem a madura reflexão daquelles de seos habitantes que sabem prezar a sua independencia, a segurança da sua propriedade e dos seos direitos.

Da qualidade do Governo, e das medidas que se adoptarem em tempo de paz, ver-se-há com que segurança poderemos subsistir em tempo de guerra.

Todas as medidas do Governo em tempo de paz devem tender a fazer Portugal povoado, industrioso, e illuminado, e independente de fora, ao menos, de tudo o que diz respeito aos artigos da primeira necessidade. O contrario disto hé o que tem desgraçadamente acontecido sempre athegora: precisa-se, portanto, mudar de systema.

Para que Portugal se não enfraqueça e arruine em tempo de paz, nem perigue em tempo de guerra, hé da essencia deste negocio que se *faça um Contracto com o Reino de Portugal, em que se estipulem os termos e as condiçoens da União*, e as obrigaçoens *respectivas e reciprocas* dos dois paizes, em tempo de paz e em tempo de guerra: e sem entrar aqui em meudezas e pontos secundarios (porque nesta materia desejo porora ser circunspecto, até ver o que surde do Rio de Janeiro) quasi todos os pontos que hé preciso regular poderaõ entrar dentro destes geraes:—

Para tempo de paz—*A extensão do poder executivo— a administração e applicação das rendas do estado— e a imposição de tributos*; e para as circumstancias actuaes, algum prudente arranjo á cerca do existente *papel-moeda*.

Em respeito aos meios de segurança, hé evidente que, sendo Portugal a parte mais pequena e desamparada do Reino Unido, e estando milhares de legoas distante do Governo Supremo, e da parte principal da monarchia, o seo governo precisa ter os necessarios poderes de obrar immediatamente, se o caso o pedir, e de ter a todo o tempo os meios necessarios de defeza. Porque, do contrario, não sendo por si mesmo respeitavel e forte, ou vivirá sempre em sustos de cahir nas garras dos visinhos; ou será insultado, espesinhado, e opprimido pelos protectores, o que hé cem mil vezes peor.



Necessita, portanto, Portugal não se enfraquecer em gente, nem em industria, nem em dinheiro de *metal*; nem deixar-se estar falto de coiza alguma que necessaria for para poder defender-se de quaesquer inimigos.

Aqui alguns advinhoes já querem dizer que este Contracto esta na forja e muito *adeantado*: Se assim hé fazem-os e baptisam-os. Se estes Senhores até agora nem sonhavam a uniaõ, como sabiam já do contracto.

Até ver, façamos ponto aqui. Queira Deus que se vençam os prejuizos, e se cuide nisto como deve ser. No entanto roga a Vm<sup>ces</sup> o obsequio de inserirem esta no seo Jornal.

Um seo muito venerador,

LUSITANO.

Os Redactores esperaõ ter lugar em o No. seguinte para fazer algumas reflexoens á cerca de alguns pontos de que trata a carta a cima copeada.

#### SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR PORTUGUEZ.

Em o seo No. passado vi com muito prazer as excellentes reflexoens que Vm<sup>ces</sup> fizeraõ á cerca da doutrina da respeitabilidade e sanctidade dos terremotos e das revoluçoens do povo, como a prega o Redactor do Portuguez. Por certo que devem Vm<sup>ces</sup> ter satisfeito a todos os seus leitores, e remido o seo character da afronta que o tal Jornalista lhes fez, em querer insinuar que talvez Vm<sup>ces</sup> fossem sequazes da mesma. Se a minha carta não tivesse outro effeito, de subejo me dera por contente; pois se o desdizer-se elle não era de esperar, ao menos obrigou-o a dar razoens que valem o mesmo: estas, porem, desprezaraõ Vm<sup>ces</sup> como mereciaõ; e o mesmo fizera eu se o Redactor do Portuguez não pedisse resposta a ellas, e de lha não dar não fosse capaz de inferir que eraõ boas e convincentes. Tambem hé mui curioso contemplar o modo onfiado e ufano com que as expoem, em vez da humil-



dade e modestia com que deverão apparecer no tribunal da razão e do bom senso.

O preambulo da resposta do Portuguez consiste de reincidencias nos mesmos erros, insinuaçoens que já Vm<sup>ces</sup> repellirão, presumpçoens indiscretas, e basofias que mettem nojo, o todo envolvido em um palavriado xoxo de que nada vem a preposito ; e depois continua :

“ Mas porque haviamos nos de ser libelados ? por este nosso credo natural, e politico : *nos temos um sancto respeito por todas as revoluçoens da natureza, e tambem por as da politica, se são feitas pelo povo* Não queremos nos agora explanar por mais argumentos de razão estes theoremas euclidico-politico-naturaes ; será isso nossa tarefa para o mez que vem : com tudo alguns argumentos de authoridade tocaremos de passagem, e esperamos resposta.”

Por outras palavras quer dizer, que a sua crença á cerca das coisas naturaes e politicas hé, que as revoluçoens da natureza, taes como terremotos, pestes, cheias, seccas, &c. &c., e tambem as revoluçoens que o povo faz contra os Governos, são para elle Redactor objectos dignos de serem olhados com a mesma veneração, acatamento, e respeito, com que se deve olhar para as coisas sanctas e boas ; e mais, que estas proposiçoens de reconhecida verdade se podem demonstrar com a mesma evidencia que uma proposição de geometria : mas contenta-se de as provar com razoes de outros assim o dizerem ; e já de caminho pede a refutação das mesmas !!

A' vista desta paraphrase dispensado ficaria eu aos olhos dos seos leitores, e até aos dos leitores do Portuguez, de tomar calções e ir-me medir com este varaõ em campo fechado : mas que ! eu agora estou desocupado, e tambem me diverto com isto. Não privêmos os seos leitores do gostinho que lhes hade causar o saberem quaes são os seos argumentos : continua elle pois :—

“ Nos temos um respeito sancto por todas as revoluçoens da natureza ; e a razão hé, que em Lisboa onde há Limociro e Sancto-Officio não há coisa mais em uso, por occasião de um terremoto que subverta cidades, ou de uma cheia ou seccura que inunde ou esterilise os campos, morte, desgraça, ou calamidade



natural, do que ver um pregador, alludindo áquelles males naturaes, exclamar:—adoremos os altos juizos de Deus; respeitemos os destinos da Providencia; e que naverdade não pode ver qual seja a differença destas proposições comparadas com estoutra d'elle—*Nos temos um sancto respeito por todas as revoluções da natureza*; e que elle ainda não dissera que essas revoluções da natureza erão independentes dos altos juizos de Deus, e dos destinos da Providencia;” e depois pergunta, “Que responderá a isto o Leitor Constante? O mesmo que já respondeo—coisa nenhuma.

Ahi tem provado o primeiro absurdo. Agora convem reflectir aqui, Senhores Redactores, como são mal entendidos os pregadores, até por aquelles que presumem de lidos e expertos; que farão os mais ignorantes; mas, por honra do bom senso, creio que só o Redactor do Portuguez pensa assim. Respondamos-lhe.

Primeiramente, Senhor Redactor do Portuguez, os Pregadores nunca disserão semelhantes palavras assim descosidas, por taes occasiões: isso hé um testemunho que V. M<sup>ce</sup> lhes levanta. O que elles dizem de ordinario, e sempre, são estas doutrinas, as mais sanctas e pertinentes que podem sahir da Cadeira da verdade—Que os *males* que nos affligem são as consequencias dos nossos pecados—que em vez de nos impacientarmos contra a mão poderosissima que nos castiga, nos devemos *conformar* com a vontade de Deus, humilhar-nos deante d'elle, que hé Pae misericordiosissimo, para obtermos o perdão das nossas culpas, e o alivio dos nossos males. Não prova, portanto, coiza alguma a authoridade que V. M<sup>ce</sup> allega: e o estarem esses males destinados pela Providencia, tampouco prova. Toda a gente sabe que os bens e os males deste mundo acontecem porque Deus assim o permite; mas ninguém cré que os males são para se adorarem, só porque Deus os consente. Sabe V. M<sup>ce</sup> bem o que quer dizer adorar? quer dizer pedir, supplicar, e tambem, commummente, tributar veneração. Se V. M<sup>ce</sup>, portanto, deseja para si algum terremoto, ou fogo nas casas, peça-o, e venere-o, e que não faça mal a mais ninguém; mas não ensine os outros a ter tam máo gosto.



E quando fosse certa a citação dos Pregadores, annunciar ao mundo em um jornal publico, por doutrinas innegaveis, proposições que repugnaõ com o senso commum, só pelo ipse dixit dos Pregadores, hé falta de consideração, e mais alguma coisa.\*

Depois disto continua o Redactor do Portuguez a provar a segunda proposição—“*Nos temos um sancto respeito pelos revoluoens da politica, se são feitas pelo povo*; dizendo que a quer provar por uma authoridade tal que lhe arrede todo o susto de por aquella doutrina ser legalmente perseguido; e que se chegassemos a admittir a soberania do povo, não haveria duvida que elle tinha o *direito* de fazer no governo as revoluoens que bem lhe parecesse; e que, por conseguinte, era obrigação de todo o individuo respeitar esse direito que no povo residisse. Ora, a doutrina da soberania do povo hé *aqui* a doutrina parlamentar e corrente; porque em conformidade della está a familia de Hanover assentada no Throno de Inglaterra e tambem há poucos dias que Lord Castlereagh assim o déo a entender em parlamento, e isto *bastará para satisfazer* o Leitor Constante, se tiver algumas duvidas sobre o direito da soberania do povo: donde infere o Redactor do Portuguez—*Atqui* que o povo tem o direito de fazer as revoluoens que quizer no governo, *Ergo*, as revoluoens politicas feitas pelo povo são dignas de se olharem como coisas sanctas e boas!!!

Eisaqui consequencias bem tiradas. A revoluoens da natureza são sanctas boas e respeitaveis, porque os pregadores o *dizem*, e não são castigados; e as do povo, porque este tem o direito de as fazer se quizer: e o direito não há duvida que o tem, porque o disse o outro dia Lord Castlereagh, e os Inglezes assim o intendem e observaõ!!!

Naõ hé preciso mais, Senhor Redactor do Portuguez; somente lhe observarei, que por uma pessoa, ou pessoas, terem o direito de fazerem uma coiza, não se segue

\* O Redactor do Portuguez diz no seo preambulo, que o Leitor Constante, não sendo capaz de per si mesmo impugnar as suas doutrinas, mettêra homem alugado; no que fizera como as mulheres, a quem a fraqueza do sexo tolhia romper lanças na estacada, em peleja de varoens. E elle que faz? chama em seo succorro a doutrina dos Frades. Oh vergonha das vergonhas!!!



que essa coisa seja respeitavel ou sancta, ou boa, nem para elle, nem para ninguem.

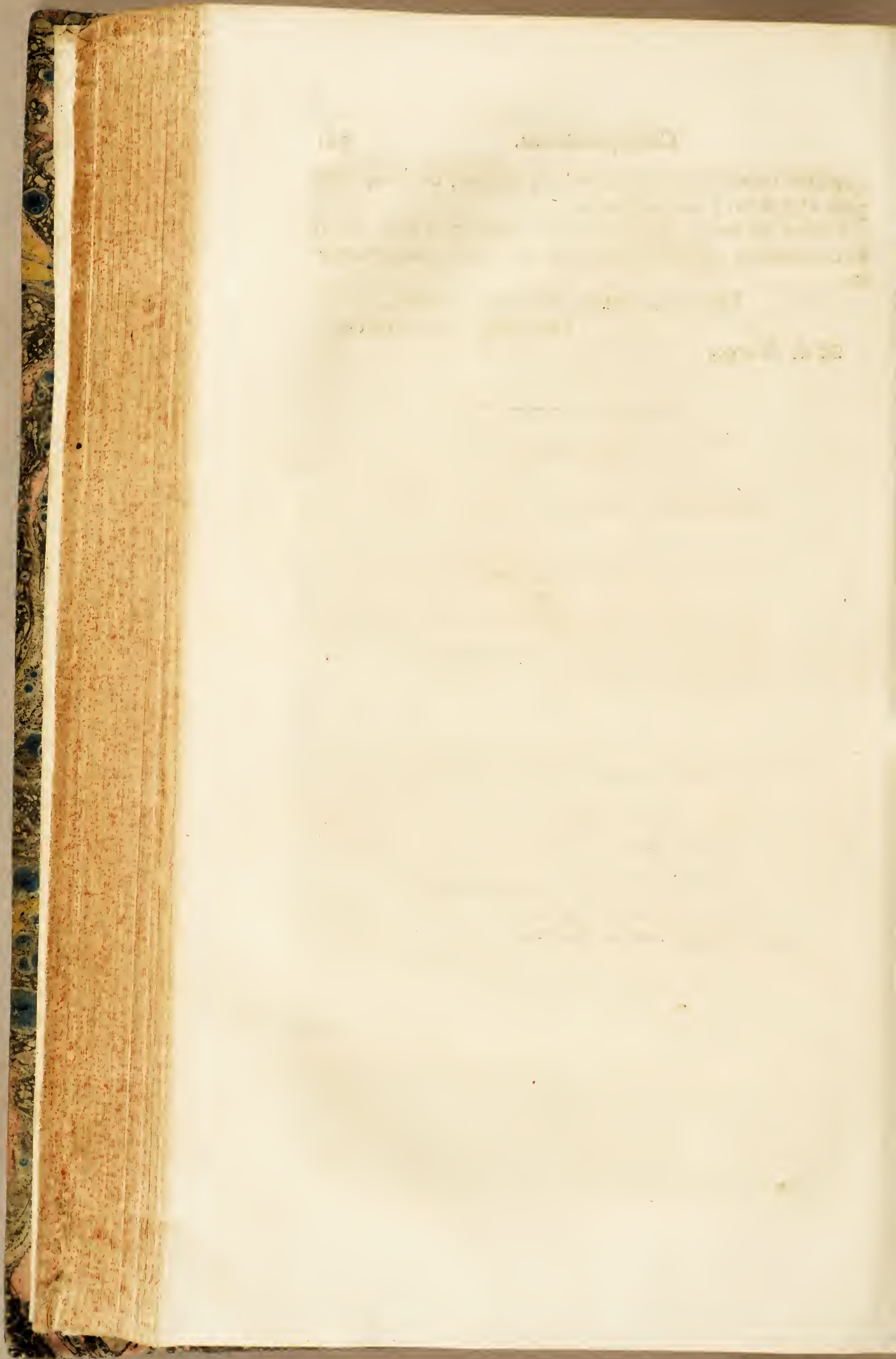
Como da outra vez não pude encobrir o meo debil sexo, tomarei agora o logar que me cabe, assignando-me.

Uma sua creada, amante da ordem,

LEITORA CONSTANTE.

26 de Março.







---

## ERRATAS

*Omitidas em o Jornal de Janeiro, No LV.*

*Pag.*

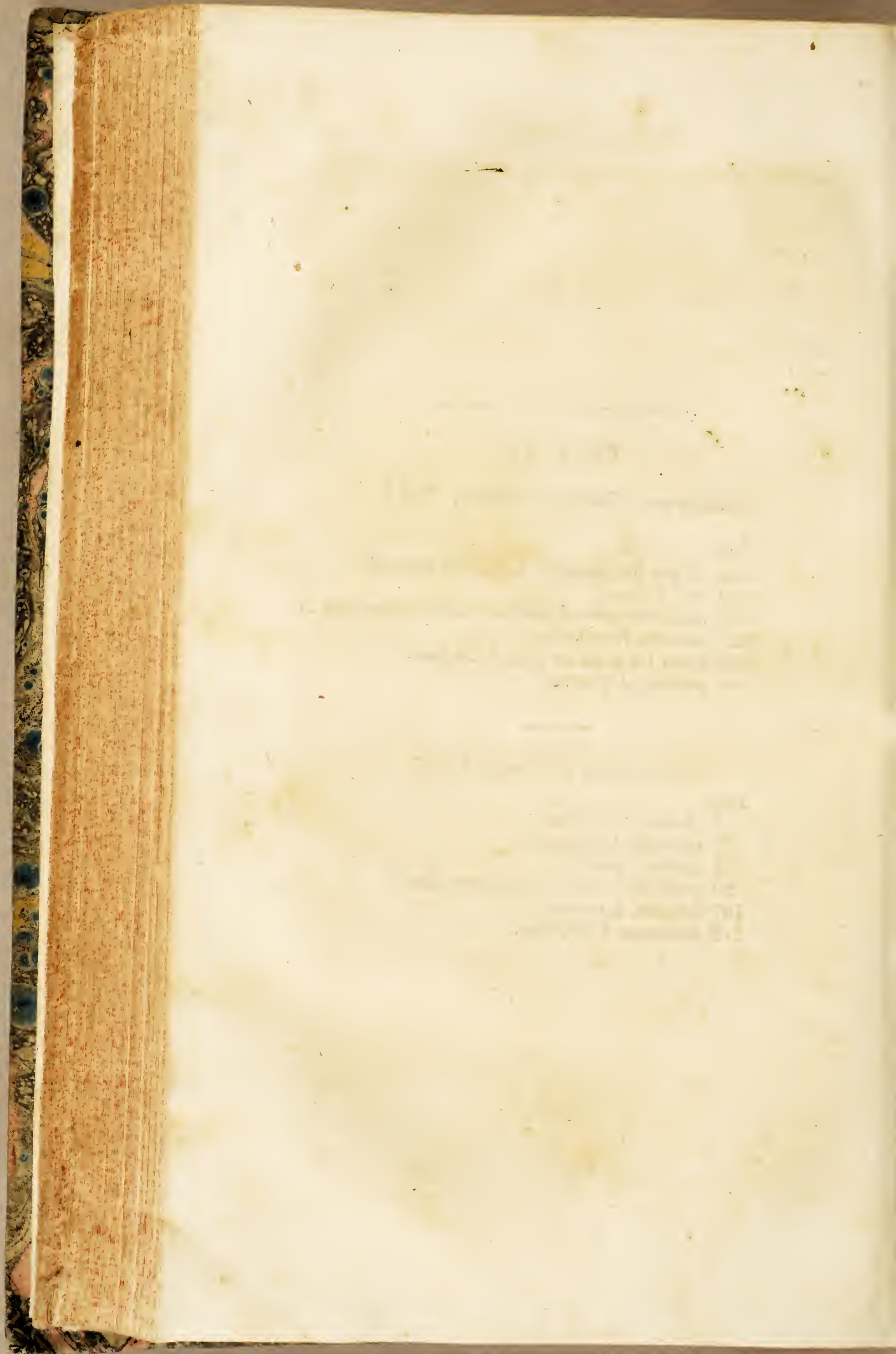
- 314 O que lhe succede, *l.* que lhe succedi.  
320 dos, *l.* de os.  
321 abstenha com, *l.* abstenha de o tratar com . . .  
321 maioria, *l.* materia.  
324 linha 10, e 25 de paiz, *l.* do paiz.  
— parecer, *l.* parece.
- 

*Mais notaveis do Numero LVII.*

*Pag.*

- 5 chavas, *l.* chuvas.  
7 provoça, *l.* provoca.  
13 couta, *l.* conta.  
32 produzir-se naõ, *l.* produzir senaõ.  
107 tornara, *l.* tornar a.  
116 infelezos, *l.* infelizes.







---

O  
INVESTIGADOR PORTUGUEZ  
EM INGLATERRA,

OU  
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

MAIO, 1816.

---

*Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.*

---

LITERATURA PORTUGUEZA.

---

*Fim dos Extractos da Embaxada de Polonia de M. de Pradt, feitos pelo Snr. M. de C. P. de M.*

(Continuados da pag. 138 do No. LVIII.)

M. DE PRADT passa depois a fazer uma longa descripção do sistema de governo, estabelecido no Ducado de Varsovia, mal apropriado ao estado de civilisação do paiz; e do estado de pobreza em que este se achava em consequencia do famoso sistema continental, que tinha destruido a unica fonte de sua riqueza, impedindo a exportação de graons, madeira, canamo, &c. Falla dos grandes sacrificios que o Ducado tinha feito desde a paz de Tilsit, e dos que fizera nesta ultima guerra, em que fornecêra 86 mil homens, e 25 mil cavallos, alem da subsistencia do



exercito Francez, que ali se demorou ou passou por elle. Falla, ainda que ligeiramente, do que dá o titulo a esta obra, quero dizer da Historia da Embaxada, e observa com razão, que as depredagoens do exercito Francez, as rapinas de seos Chefes, e o máo comportamento de muitos agentes Francezes, juntamente com a má politica e character obstinado de Napoleão, destruíram as esperanças dos Polacos, e os desgostaram para sempre da protecção Franceza, ao mesmo tempo que aniquilaram em poucos dias o mais bello exercito que tem visto o mundo. M. de Pradt descreve os ultimos sacrificios, que fez o Ducado durante a sempre memoravel retirada da Russia, e depois continûa da maneira seguinte:—

“ Em fim chegou o dia 10 de Dezembro. Eu acabava de receber um officio que me participava a proxima chegada do Corpo Diplomatico, que havia passado o verão em Wilna, e estava occupado em responder-lhe, quando a porta do meo quarto se abriu, e vi entrar por ella um homem alto, que caminhava encostado a um dos meos Secretarios de Embaxada.— Vamos, aprontai-vos para me acompanhar, me disse aquelle fantasma. Trazia a cabeça embrulhada em um lenço de sêda preta; a cara estava como perdida nas muitas pelles em que a tinha enterrada; seo movimento era vagaroso e pezado por cauza de dois pares de botas que tinha calçadas, e umas dellas forradas de pelles; em fim tudo me estava parecendo uma scena de resuscitados. Então levanteime, cheguei-me a elle, e descobrindo-lhe algumas feiçoens, reconheci-o, e dice-lhe:—Ah! sois vós, Coulaincourt? Aonde está o Imperador?—Está a espera de vós na estalagem de Inglaterra.—E porque razão não veio elle apear-se ao palacio?—Porque não quer ser conhecido.—Tendes precisão de alguma couza?—Dai-nos um pouco de vinho de Bourgonha e de Malaga.—A adega e a caza estão ás vossas ordens; mas aonde hides vós desta maneira?—A' Paris.—E o exercito?—Já não existe, dice elle, erguendo os olhos para o Céu.—E essa victoria do Beresina, e esses seis mil prizioneiros, de que me fallava o Duque de Bassano?—Uns já passáram . . . outros muitos se escaparam . . . muito mais havia que fazer do que guarda-los. Então dei-lhe obraço, e lhe



dice :—Senhor Duque, hé preciso que todos os bons servidores do Imperador se unaõ para dizer-lhe a verdade.—Que miseria, me respondeo elle! ao menos eu naõ tenho que acuzar-me de lha ter occultado. Vamos, que o Imperador está esperando. Entaõ corro ao páteo, á rua, e chego a estalagem de Inglaterra, seria hora e meia da tarde. Estava um Gendarme Polaco de goarda á porta, e o estalajadeiro, depois de me examinar, hesita por um instante, porem me deixa finalmente entrar para dentro. No páteo estava uma pequena caixa de carruagem, posta em cima de um trenó, feito de quatro caibros de pinho quase despedaçados, e ao lado deste mais dois trenós descobertos que tinhaõ transportado o General Lefevre Desnouettes com outro official, o Mameluco Rustan, e um Lacaio. Eis o que restava de tanta grandeza e magnificencia! Figurava-se-me estar vendo em tudo isto a mortalha do Grande Saladino! Abre-se em fim a porta de uma pequena salla baixa, ouço uma pequena conversação; e a este tempo Rustan, que me conhece, faz-me entrar para o lugar aonde se estava aprontando o jantar. O Duque de Vicenza derigio-se ao quarto do Imperador, a quem me annunciou, e depois de introduzir-me me deixou só com elle. Este estava em um pequeno só—taõ envidraçado, com as janellas meias fechadas para melhor se conservar incognito. Uma suja creada Polaca trabalhava por acender uma fogueira de lenha verde, a qual sem se querer accender lançava com muito estrepito mais agoa nas paredes da cheminé do que calor para a caza. O espetaculo da degradação humana nunca foi do meo gosto. Eu passava quase subitamente das scenas de Dresda as desta miseravel taberna; e depois disto nunca mais tornei a ver o Imperador.

“ Este andava passeando no quarto na forma do seo costume, e tinha vindo a pé deste a ponte de Praga até a estalagem. Estava embrulhado em uma pelica de veludo verde guarnecida de alamares de ouro, tinha na cabeça uma especie de capuz forrado de pelles, e nas pernas umas botas de couro, tambem embrulhadas em pelles. Oh lá, Senhor Embaxador, dice elle rindo! Cheguei-me entaõ para mais perto, e com um tom de voz, que só o sentimento sabe articular, e que só elle



pode desculpar na liberdade que um vassallo toma com seo Soberano, fallei-lhe assim:—"Passais bem, "Senhor ; que cuidados me tendes dado ? Mas finalmente aqui estaes . . . quanto estimo ver-vos !" Tudo isto dice eu com uma rapidez e com um tom que davaõ bem a conhecer o que se passava em minha alma ; mas elle não me entendeu. Dahi a pouco ajudei-o a tirar a peliça.—Como vos tendes dado nesta terra ? acrescentou elle ainda.—Eu, tomando em tão o meo lugar, e pondo-me na distancia de que somente sahira por um movimento bem perdoavel em semelhantes circumstancias, tracei-lhe com toda a circumspecção, que se deve ter com todos os Soberanos, e particularmente com um Principe daquelle character, o quadro de tudo o que se passava no Ducado, que na realidade não era brilhante. Naquella mesma manham havia eu recebido noticias de que dois batalhoens das novas levas tinhaõ largado as armas em um combate perto de Krislow, e que dos dois mil e duzentos cavallos das mesmas tropas oitocentos haviaõ perecido for falta de cuidado dos soldados novos. Tambem me avizavaõ que 5,000 Russos marchavaõ com artilhara, na direcção de Zamosk. De tudo isto lhe dei parte, fazendo-lhe ver quanto era conveniente, pela dignidade do Imperador e da Confederação, fazer sahir pouco a pouco a Embaxada e o Concelho do Governo antes da chegada do inimigo a Varsovia, que por ser uma cidade aberta não era entãõ propria para residencia do Corpo Diplomatico. Falei-lhe do estado miseravel do Ducado e dos Polacos, ao que elle me replicou, dizendo:—Pois quem os arruinou?—O que elles tem feito nos seis annos passados, respondi eu ; a esterilidade do anno que acabou ; e o sistema continental, que os priva de todo o commercio. Ao acabar estas palavras seos olhos se inflamaram.—Mas aonde estaõ os Russos ?—Dice-lho, que elle não o sabia.—E os Austriacos ? Dice-lho tambem.—Há quinze dias que não sei delles ! E o General Regnier ?—Dice-lho igualmente ; e depois lhe dei conta do que o Ducado tinha fornecido para a subsistencia do exercito, o que elle ignorava. Fallei-lhe depois do exercito Polaco.—Eu não vi ninguem, respondeo elle.—Expliquei-lhe o motivo, e como a dispersão das forças Polacas tornára



invisível um exercito de 85,000 homens.—E que querem os Polacos?—Serem Prussianos se não poderem ser Polacos. E porque razão não querem ser Russos, dice elle de um ar irritado? Expliquei-lhe os motivos da adhesão dos Polacos ao governo Prussiano, que elle nem se quer suspeitava. Eu sabia isto tão-bem que ainda na vespera alguns Ministros do Ducado, em uma conferencia que tiverão em minha casa, haviaão assentado em tornar a estabelecer o governo Prussiano para se salvarem do naufragio.—Hé necessario levantar 10,000 Cozacos Polacos, continuou elle; um cavallo e uma lança bastão; e com esta força se terá mão nos Russos.—Combati esta sua idea que me pareceo verdadeiramente erronea; insistio nella, defendi-me, e conclui, dizendo:—Em quanto á mim a unica couza útil hé um exercito bem organisado, bem equipado, e bem pago; o mais de pouco serve. Queixei-me de alguns agentes Francezes; e quando lhe dice, que era penozo o ver empregados nos paizes estrangeiros homens sem decencia e sem talentos,—aonde hé que se achão esses homens de talentos, replicou elle? Falando-lhe do pouco acolhimento que os Austriacos acharam na Wolhinia, citei-lhe o testemunho do Principe Luis de Licktenstein, que tinha vindo a Varsovia curar-se de uma ferida que recebêra em um combate, e como ajuntasse ao seo nome um epitheto honroso, que me parece lhe competia, fixou os olhos em mim, e eu calei-me.—Mas então esse Principe, dice elle, repetindo o mesmo epitheto que eu lhe havia dado . . . . continuai. Bem vi por isto que lhe havia desagradado; e logo depois me despedio, recomendando-me que lhé trouxesse, acabado o jantar, o Conde Estanisláo Potoki, e o Ministro da Fazenda, a quem tinha designado como os dois membros mais acreditados do Conselho. Esta conversação durou um quarto de hora pouco mais ou menos, e o Imperador não cessou de passear, agitando-se continuamente, como sempre lhe vi fazer: algumas vezes ficava como pasmado, que hé tambem costume seo.

“Viemos ter com elle as tres horas quando se levantava da meza.—Há quanto tempo estou eu em Varsovia? Há oito dias . . . não, há duas horas,



“dice elle rindo, sem nenhum outro preparatorio ou  
“preambulo. Do sublime ao ridiculo não há mais  
“que um passo. Como passa Senhor Estansláo, e  
“Senhor Ministro da Fazenda?” Quando estes dois  
Senhores lhe protestaram a satisfação que tinham de o  
ver são e salvo depois de tantos perigos, continuou:—  
“Perigos! nenhum. Eu vivo na agitação; quantas  
“mais lidas tenho mais valho. Só os Reys ociosos  
“engordão nos palacios, e eu a cavallo e nos campos.  
“Do sublime ao ridiculo não há mais que um passo.”  
Bem dava a conhecer que se considerava apupado  
pela Europa inteira, o que para elle era o maior de  
todos os suplicios.—“Vos estaes aqui bem assustados!”  
—Hé porque só sabemos o que diz a voz publica.—  
“Historias! o exercito está soberbo; tenho cento e  
“vinte mil homens, e em toda a parte venci os Russos.  
“Não se atrevem a parar diante de nós. Já não são  
“os soldados de Eylau, e de Friedland. O exercito  
“há de fazer alto em Wilna: eu vou buscar 300,000  
“homens. Os successos felizes hão de tornar auda-  
“ciosos os Russos, e dando lhe então duas ou tres  
“batalhas no Oder, dentro em seis mezes voltarei a  
“tomar posição sobre o Niemen. Eu pézo mais sobre  
“meo throno do que a frente do meo exercito: bem  
“me custa deixa-lo, mas hé preciso vigiar a Austria e  
“a Prussia, porque sobre o meo throno pézo mais do  
“que á frente do meo exercito. O que se passou não  
“hé nada; hé uma desgraça, e um effeito do clima:  
“o inimigo não concorreo nada para isso; eu o venci  
“em toda a parte. Queriaõ-me cortar a passagem  
“do Beressina, porem eu escarneci desse patéta do  
“Almirante . . . (nome que elle nunca poudo pro-  
“nunciar). Eu tinha excellentes tropas e artilharia;  
“a posição era soberba,—mil e quinhentas toezas de  
“pantanos e um rio.” Repetio isto duas vezes; de-  
pois fallou largamente das almas de uma tempera  
forte, e das almas fracas, no estilo pouco mais ou  
menos do buletim 29, e continuou, dizendo: “Em  
“lances muito peores me tenho eu já visto: em  
“Marengo fui batido até as seis horas da tarde, e no  
“dia seguinte era Senhor da Italia. Em Esseling  
“estive Senhor da Austria: esse Arquiduque pensou



“ ter mão em mim, e publicou não sei que á esse  
“ respeito.\* O meo exercito já tinha avançado legoa  
“ e meia, e eu nem se quer lhe tinha feito a honra de  
“ tomar algumas disposicoens, porem todos sabem o  
“ que succede quando eu estou presente. Eu não  
“ podia impedir que o Danubio crescesse deseseis pés  
“ em uma noite. Ah! sem isto, estava acabada a  
“ Monarquia Austriaca, mas Deos tinha decretado que  
“ eu cazasse com uma Arquiduqueza de Austria (isto  
“ disse elle com grande ar de satisfação). Na Russia,  
“ igualmente, eu não podia impedir que gelasse.  
“ Vinhaõ-me dizer todas as manhams que tinhaõ mor-  
“ rido 10,000 cavallos de noite; a deos, boa viagem!  
“ (repetio isto cinco ou seis vezes.) Os cavallos Nor-  
“ mandos não são taõ duros como os Russos, e não  
“ rezistem a mais de 9 grãos de gelo: aos homens  
“ acontece o mesmo; se não haja vista aos Bavaros,  
“ dos quaes nem se quer um escapou. Diraõ talvez,  
“ que fiquei demaziado tempo em Moskow: pode  
“ ser; mas fazia bom tempo; o frio veio mui cedo, e  
“ eu esperava ali a paz. No dia 5 de Outubro mandei  
“ Lauriston para tratar disso. Tive lembranças de hir  
“ a Petersburgo, eu tinha tempo; de hir para as pro-  
“ vincias meridionaes da Russia; de passar o inverno  
“ em Smolensko. Havemos de parar em Wilna; la  
“ deixei o Rey de Napoles. Oh! oh! hé uma grande  
“ scena politica! quem não arrisca não ganha. Do  
“ sublime ao ridiculo não há mais do que um passo.  
“ Os Russos deram-se a conhecer; o Imperador  
“ Alexandre hé amado; elles tem nuvens de Cosacos.  
“ A nação vale alguma couza; a nobreza poz-se em  
“ campo. Tinhaõ me proposto de dar a liberdade  
“ aos escravos, não quiz; porque haviaõ de matar  
“ tudo, e seria horrivel. Eu fazia uma guerra regular  
“ ao Imperador Alexandre; e quem podia prever um  
“ golpe igual ao do incendio de Moskow? Agora  
“ querem-no-lo imputar, mas foraõ elles: um facto  
“ como este honraria os melhores tempos de Roma.  
“ Muitos Francezes me acompanharam; são bons  
“ vassallos, e podem contar sempre comigo.”

\* O Arquiduque Carlos imprimio uma Memoria para justificar-se do erros cometidos pelo seo exercito na batalha de Essling, chamada por outros—batalha de Asperne.



“Depois disto entrou em mil divagações a cerca de levantar esse corpo de Cosacos, que, segundo elle dizia, deviaõ ter mãõ no exercito Russo, diante do qual tinhaõ desaparecido 300,000 Francezes. Por mais que os Ministros insistiram sobre o máo estado do paiz, elle não quiz ceder. Até esse ponto pensei que me não devia entremeter na conversação, e somente o fiz quando se tratou de accudir á miseria do Ducado. O Imperador concedeo-lhe, á titulo de emprestimo, uma soma de 2 a 3 milhoens de moeda velha do Piemonte que havia trez mezes estavaõ em Varsovia; e mais 3 ou 4 milhoens em apolices que provinhaõ das contribuições da Curlandia. Eu mesmo escrevi a ordem que se mandou ao ministro do Erario. O Imperador fallou da proxima chegada do Corpo Diplomatico.—“ Bem conheço que são espias, e por isso os não quiz no meo Quartel General. Mandaram-os vir, por que não são senão espias para enviarem buletins ás suas Cortes.” A conversação prolongou-se assim mais de duas horas; o lume apagou-se, e nós estavamos todos gelados, porem o Imperador, á força de fallar, não tinha tomado sentido em tal. Quando lhe propozeram de atravessar a silezia, respondeo:—“ Oh! oh! e a Prussia!” Finalmente, depois de repetir novamente duas ou tres vezes *do sublime ao ridiculo não há mais que um passo*; depois de ter perguntado se o tinhaõ conhecido, e dito que pouco lhe importava; e depois de ter feito aos Ministros novos protestos da suas protecção, e de os haver excitado a terem animo, dice que queria partir. Então tornei a repetir-lhe, que durante a embaxada ninguem se tinha descuidado do seo serviço. Os ministros, e eu lhe fizemos os cumprimentos mais respeituoamente affectuosos pela sua saude e bom exito da sua jornada; a o que elle respondeo!—“ Eu nunca estive taõ bom, e mesmo se tivesse o diabo no corpo, ainda havia de estar melhor.” Taes foraõ suas ultimas palavras, depois das quaes entrou no humilde trenó, que conduzia Cesar e sua fortuna, e desapareceo.

“ Assim foi, palavra por palavra, aquella notavel conversação em que Napoleaõ mostrou sem disfarce seo genio arrojado e incoherente, sua fria insensibilidade, e a fluctuação de suas ideas entre mil projectos diversos,



seos projectos passados, e seos projectos futuros. Como ella fez em mim uma extraordinaria impressão, por isso estou certo que a relato com a mais escrupuloza exactidão. O que domina em toda ella hé o temor dos apupos de que se via perseguido em vez desse *hosanna* continuo, que resoava na Europa havia quinze annos. O orgulho do conquistador, e a vaidade do poeta apupado estão-se vendo desde o principio até o fim desta conversação, e caracterizaõ perfeitamente aquelle homem, cujo amor proprio temeo sempre mais um epigrama do que um batalhaõ.”

O Corpo Diplomatico chegou a Varsovia poucos dias depois da passagem de Buonaparte, e o Duque de Bassano chegou com a sua comitiva no dia 16 de Dezembro.—“No dia seguinte, diz M. de Pradt, entreguei lhe um Memorial a cerca dos inconvenientes da demora da Embaxada naquella cidade; e no mesmo lhe expunha claramente os motivos de desgosto que tinha, declarando-lhe ao mesmo tempo, que naquella epocha havia soffrido physica e moralmente mais que em nenhuma outra da minha vida. Na conversação que se seguiu a entrega do Memorial me queixei de que sem respeito pelo meo character me houvessem metido em uma missaõ que tinha um lado revolucionario mui vizivel; e conclui dizendo-lhe, que estava firmemente determinado a não me meter para o futuro em negocios concebidos sem o meo voto, e derigidos contra o meo modo de ver, e obrar, que me reduziriaõ ao estado de um instrumento meramente passivo. O Duque aprovou a minha resolução de deixar a Embaxada, e me auctorizou a retirar-me debaixo do titulo que mais me conviesse, tendo a delicadeza de não me fallar de um artigo de uma carta, que Napoleaõ lhe escrevêra depois de sahir de Varsovia, que dizia assim: —“Vi em Varsovia o Abade de Pradt, que me dice  
“mil couzas; parece-me que não tem nenhuma das  
“qualidades necessarias para o lugar que occupa.  
“Não lhe dei a entender nada; podeis manda-lo em-  
“bora.”

“Parti no dia 27 de Dezembro, e logo que cheguei a Paris sube que o *Moniteur* tinha publicado, no dia immediato á chegada do Imperador, o Decreto que me tirava o lugar de Esmoler-mor. Achei em minha caza



uma Carta do Ministro da Policia, e outra do Ministro dos Cultos, ordenando-me que lhes fosse fallar prontamente. O primeiro dice-me em termos geraes, que o Imperador não estava satisfeito comigo, e me recomendou que não apparecesse diante d'elle: o segundo mostrou-me a ordem do Imperador para partir para a minha Diecese, o que immediatamente executei.

“Tal hé a narração fiel da minha Embaxada de Polonia, escripta com a maior exactidão, e composta no meio de grandes perigos, que tornavaõ mais importante a conservação dos materiaes de que a formei. Seja-me licito exprimir o dezejo de ver apparecer todos os outros que podem servir para esclarecer a historia do nosso tempo. Até agora não tem apparecido ainda senão romances, satiras, ou hymnos. Em taes obras não temos visto nem verdade, nem moderação, nem ligação de acontecimentos; e muito menos sua origem, sua filiação, e o verdadeiro character dos actores. O prisma das paixões e dos interesses diversos tem transtornado tudo; e a pomba, ao sahir da arca, não se vio certamente mais embarçada do que se vê qualquer no meio da aluviaõ dos escriptos extravagantes, de que até agora se compoem a historia da revolução. Não sabe a gente por onde há de caminhar. Assim, nunca poderá haver boa historia sem a reuniaõ de materiaes semelhantes, podendo afirmar de antemão, que os, que a souberem somente pelos Jornaes ou historiadores Francezes, teraõ motivo para entaõ ficar mais admirados do que Epimenides quando acordou de seo somno.”

Como se tem fallado mui diversamente na Europa a cerca da co-operação do exercito Austriaco na guerra da Russia, penso que os leitores folgarão de saber o que a este respeito diz M. de Pradt.

“Vi dominar na Polonia, a respeito do exercito Austriaco, prejuizos, que a justiça me obriga a dissipar neste escripto, como procurei sempre fazer em todo o tempo da minha embaxada. Os Polacos nem sempre foraõ justos sobre este ponto: cuidavaõ que elle devia reputar-se por mui feliz de trabalhar pela cauza da Polonia, ainda apezar de todos os riscos que corria de poder vir a perder a Galicia.

“Era um espetaculo bem notavel ver trabalhar a



Austria para engrandecer a Polonia, já composta de seos despojos,\* e destinada ainda a custar-lhe bem caro. Porem mais notavel ainda era ouvir o que a este respeito diziaõ alguns Francezes, e de que modo se exprimiaõ a cerca do que mais deviaõ respeitar. Pelo Tratado de Aliança tinha-se obrigado a Austria a fornecer 30,000 homens debaixo das ordens de um commandante nomeado por ella. A sua escolha re- cahio sobre o Principe de Schwartzemberg, que dava todas as garantias necessarias. O exercito juntou-se nas fronteiras da Polonia, composto das melhores tropas da monarchia, e completamente equipado e provido de tudo. Marchou para a Lithuania por pedido do Imperador, e estava já em Ighumen quando a invasão do General Tormansow o obrigou a retroceder para unir-se com o exercito Saxonio, do qual se não separou mais. Juntos ambos os exercitos, repeliram os Russos na Vollinia, ganharam brilhantemente a 12 de Agosto a batalha de Padubrié, e sustiveram o inimigo até a chegada do exercito Russo da Moldavia. O exercito Austriaco salvou duas vezes o Ducado de Varsovia; servio com uma habilidade e perseverança que nada poudo vencer nem abalar; e o seo digno chefe o derigio e susteve com aquella lealdade e franqueza que tanto distinguem seo nobre character. No espaço de sete mezes, que me achei em contacto com este exercito, não notei uma só couza em que elle, nem por sombras, mostrasse separar-se da linha de fidelidade a mais completa, e das obrigaçoens contrahidas pelo seo gabinete. Este exercito nunca procurou modo ou occasião alguma de poupar-se, e pelejou pela Polonia como teria podido pelejar pela Austria.”

\* Na paz de Vienna de 1809 cedeo a Austria uma parte das suas possessoens na Polonia em favor do Ducado de Varsovia.



*Consideração Política e Religioza á cerca da Representação dos Venerandos Bispos da Belgica, feita ao Rey dos Paizes Baixos.\*—Dedicada aos Principes do Seculo e da Igreja.*

In patientia vestra possidebitis animas vestras.—*Luc. xxi. v. 19.*

Homo, quis me judicem constituit aut divisorem super vos?—*xii. v. 14.*

#### INTRODUÇÃO.

Um Catholico Portuguez, que na serie dilatada dos seus avoengos não conta um só, que não tenha aquelle sangue e profissão originaria, levanta agora a vóz contra os respeitaveis Bispos da Belgica: os principios destes venerandos oraculos são inteiramente oppostos á prosperidade e engrandecimento Politico, e aos dictames, que nos prescreve a suavidade do Evangello e a doçura da Religião, por isso eu vou combatelos nestas curtas linhas á face da Europa inteira.

Intolerancia e influencia do Clero no temporal são as maximas, que aquelles respeitaveis varoens poêm na presença do seu Rey. Tolerancia, e separação do Clero das couzas Seculares são as luzes, que vou renovar na Europa, e em todo o Mundo Politico e Religiozo, para que espalhadas em toda a sua extensão cheguem até a essas respeitaveis Mitras da Belgica, para bem se conhecer os verdadeiros interesses dos Estados, e as doces maximas de uma Religião toda espiritual.

Eu direi pouco, cingindo-me aos limites do meu proposito, nesta minha consideração, porem em poucas linhas se comprehenderaõ verdades de grande vulto, e da primeira grandeza no Imperio e na Igreja; attenda um e outro as minhas vistas, que tem por fim a sua firme estabilidade, e reciproca uniaõ.

A tolerancia, terror dos fanaticos, e arreigado escandalo dos ignorantes não teria produzido tantas, e tão funestas discordias no meio do Imperio e da Igreja, se os espiritos, perdendo o calor com que se tem batido, entrassem no verdadeiro conhecimento de uma ma-

\* Foi publicada na Gazeta de Lisboa, No. 244, em Outubro de 1815, e foi assignada pelos V. Bispos em 28 de Julho deste anno.



teria taõ seria pela sua grandêza, e melindroza pelas fatâes consequencias, que a sua má intelligencia tem trasido ao meio do repouzo, e tranquillidade dos povos, a quem por vezes tem perturbado.

Todo o homem, que sem prejuizo, e sem fanatismo for verdadeiramente instruido nas saudaveis maximas do Evangelho, e nos sinceros dictames espalhados pelo Catholicismo, deve confessar, que os erros, que os invertaõ, não podem já mais ser tolerados, mas antes combatidos com todas as armas espirituaes, que são proprias da alçada do nosso animo, e conforme aos principios da verdadeira religião do Crucificado. Porem o homem Catholico será taõbem obrigado a declarar á face dos mesmos principios, que os professos naquelles erros devem ser tolerados politica e religiosamente. Eisaqui uma distincção mui clara, que poderia ter evitado tantos inconvenientes, e tantos males, que a patetica historia da religião nos refere, se a ella se tivesse dado assenso; eisaqui uma distincção, que poderia ter evitado as perigosas lembranças dos venerandos Bispos da Belgica, as quaes, sendo proprias das luzes do s. 13, podem trazer ao mesmo os tristes, e infaustos dias das eras passadas, perturbando o temporal e espiritual das familias; e hé por isso, que eu, ainda longe do perigo, me considero obrigado a evitar o mal quanto couber na alçada da minha penna, cujos traços vão já patentear-se ao publico.

#### TOLERANCIA POLITICA.

Todo o Estado, que não quizer perder as fontes do seu augmento, e engrandecimento deve admittir no centro da sociedade ao cidadão, que regula as suas acçoens conforme a lei, e que pelo exercicio do seu saber, da sua arte e industria fas uma parte da geral felicidade do edificio social. Esta verdade hé da primeira evidencia para o candidato, que apenas tem um vizlumbre dos interesses da sociedade, e hé ella, que conduz por uma verdadeira estrada ao conhecimento da proposição, que eu pertendo de mostrar.

Os homens pois, sobre quem recáhe a tolerancia, tem mostrado por todos os principios, filhos da historia e da experiencia, que são bons vassallos, que



vivem em tranquillidade, e promovem o interesse commum;\* logo o Chefe do Estado deve cobrir com o mesmo manto da sua protecção a todos esses, que assim se conduzem.

Sendo pois admittidos e protegidos os homens na sociedade porque são bons e uteis, deve por uma necessaria consequencia ser admittida a sua religião e o seu culto; por quanto hé um principio indubitavel em toda a politica, que homem sem religião não hé bom vassallo, não hé bom cidadão, porque não tem vinculo algum, que o faça sugeito, e obediente á lei humana: logo se o tolerado se considera bello cidadão e digno vassallo, hé porque as suas acçoens são filhas dos principios da religião que professa; tirada esta, em que elle firmemente crê, e vedado o seu culto, esfriará e acabará de momento a momento o verdadeiro germen das virtudes sociaes, e o forte movente, que o induz á sua pratica; hé pois evidente a vista destes principios, que sendo admittidos, como uteis na sociedade, os individuos de diversa religião, o seu culto deve de necessidade ser tambem admittido.†

Se uma verdadeira reflexão e discurso politico fás persuadir a necessidade da tolerancia, ella hé ainda levada a o maior gráo pelas funestas consequencias, que tras ao meio da sociedade o seu inteiro abandono.

Os homens, rigidos defensores da religião em que nasceraõ, chocando-se primeiro em ideias, renovarão depois as tristas scenas, que a historia nos conta com horror; o não tolerado atacará fortemente a religião daquelle, que o não soffre, elle a considerará, como tyranica, elle fará por isso a guerra a mais perigoza, e fatal. O não tolerado dirá ao Catholico com enthusiasmo, e colera—tu exclues da sociedade o culto da minha religião, eu excluo tambem o teu.—Tu privas a sociedade dos meus serviços, que sem religião sempre são perigosos, tu não poderás tambem exercitalos entre os não tolerados. Estas e outras expressoens

\* Observe o politico essas naçoens famosas, compostas de Reformados, e de differentes seitas, eveja a sua duração e estabilidade; observe taõbem os grandes homens, que tem sahido deste gremio.

† A religião do tolerado ainda que falsa aos olhos do Catholico, não tem a mesma consideração na crença do professo, e por isso hé o unico garante para o Estado obter a obediencia das suas leis.



faraõ decahir o famoso edificio social; uma ideia perdida destruirá o contrato de uniaõ, que felicita os homens no seio da sociedade; e a superstição armará milhares de braços fanaticos, que com indiscreto zello levarão o terror e a morte ás pequenas, e grandes povoaçoens, e farão a monstruosa e terrivel guerra da religião.\*

O' Superstição, O' Fanatismo, até quando inimigos crueis do socego e do repouso haveis levar o estandarte da desuniaõ e discordia ao meio dos povos tranquillos? Até quando inimigos, inseparaveis da ignorancia, haveis aterrar com a ruina e a morte ainda as mais reconditas habitaçoens dos homens? Se vosso coração de ferro não está ainda saciado, deixai pelo menos refulgar a humanidade das frescas calamidades deste seculo e gozar das primicias da paz, que o mesmo lhe offerece. Cessai pois defazer tremer ainda a Europa pela vossa causa, muito mais fatal do que essas que, deixando atromentado o Seculo 18, passáraõ rapidamente para o 19. Se as luzes da minha politica são mui limitadas, ouvi as do Evangelho e da Igreja Catholica, que tem em si toda agrandeza e vehemencia para persuadir, e convencer.

### *Tolerancia Religiosa.*

Tenho exposto em succinto quadro os principios de tolerancia, que se achão debaixo da esfera da melhor politica: uma vóz mais sublime e mais brilhante vai agora renovar-se aos venerandos Bispos da Belgica e de todo o mundo: a philosophia do Evangelho, a verdadeira doutrina do seu Author, que inspirados e illuminados Pregadores, obedientes á vóz do Mestre, espalháraõ pelo universo, será o farol d'esta tarefa do meu discurso.

Hé sabido entre os Catholicos, que uma das báses da sua religião, tantas vêzes ensinada no seu codigo

\* Se os homens da Belgica forem considerados, por um pouco, Cidadaons d'um Paiz Protestante, não quereraõ elles a tolerancia da sua religião? Não levarão a mal todo o procedimento intolerante? Logo elles podem ser accusados de inconsequentes na sua conducta, e do pouco conhecimento do magestoso principio—*Quod tibi non vis, alteri ne facias.*



sagrado, hé o amor do proximo;\* este novo mandamento, que o Salvador do Mundo tanto recomendou, exigindo de nós um amor reciproco de tal grandeza, qual era aquelle com que nos amava, não exceptuou herege, infiel, ou outro qualquer inimigo das verdadeiras luzes. Elle explicou esta verdade nomeio dos Judeos o proximo não hé somente aquelle, que professa a vossa mesma Religião; cada homem, pregava o Divino Mestre, hé vosso proximo, que vós deveis amar. Se esta vontade do Salvador hé uma das bases principaes do edificio religioso, não o podemos sustentar, separando de nós o proximo, por isso que está debaixo d'outra communhaõ; o mutuo amor seria entãõ um nome quimerico, e a exclusãõ do infiel faria criar uma má affeicãõ, que poderia produzir a dissençaõ e o odio, e desta maneira a intolerancia Catholica se opporia claramente á grande lei do amor reciproco.

Por outro lado a pratica, e as acçoens do Divino Mestre seriaõ inteiramente destruidas pelos principios intolerantes: em toda a vida do homem, que nos salvou, se observa, que elle soffreu e tolerou os Gentios e Publicanos, e por todos espalhou a vóz da sua palavra: a uniaõ, a doçura, e uma tocante persuasãõ foi a marcha da sua doutrina; estes foraõ os meios que inspirou para a propagar; elle reprovou com dezagrado a supplica dos Discipulos, que pertendiaõ, que fizesse cahir fogo do Céu sobre uma cidade Samaritana, que recusava recebelo. Eis aqui um verdadeiro contraste, Jesus Christo soffredor, tolerante e paciente, e os seus filhos intolerantes.

Os Apostolos seguiraõ á risca, como era do seu dever, as pisadas do Mestre; elles soffrêraõ os Pagaõs e os Judeos, habitaraõ as suas cazas, aquecêraõ-se á mesma fogueira, e comêraõ á mesma mêza.

O Ministerio da pregaçaõ, instituido por Jesus Christo, e praticado pelos Apostolos, mostra igual-

\* Agrandeza, e magnificencia da Religião Christam inculca-se em uma só palavra—*Amái*. Eis aqui o mais rico manancial de tantas virtudes sociaes e religiosas. Confundaõ-se todas as religioens, a vista do Evangelho, e sejaõ obrigadas a conhecer o seu Divino Autor; e o orgulho philosophico curve a sua cabeça, o qual só, depois d'appariçaõ da nova philosophia, que um Deus se dignou enviar ao mundo, desenvolveo as sentimentos de razaõ.



mente, que o Divino Mestre não quis, que elles fizessem separação, mas sim que instruissem geralmente Gentios, Pagaões e Judcos, espalhando entre elles a sua doutrina. Que provas mais efficases serão ainda necessarias para convencer o intolerante? Os mandamentos de Jesus Christo, as suas acçoens, e dos primeiros homens, que o seguirão, não serão bastantes para a persuasão?

Se consultarmos maduramente os verdadeiros dictames da Igreja veremos, que n'ella sempre tem respirado aquelle espirito; a docura e persuasão forão as armas, que ella sempre empregou, que fizeraõ taõ rapidos progressos em todos os seculos; nada mais trivial no meio da Igreja do que o soffrimento; ella tolerou até os máos Pastores só por evitar o perigo de perder a uniaõ. Quem ler attentamente a historia dos Donatistas, e os generosos procedimentos de S. Agostinho achará as verdades mais puras da tolerancia; aquelle respeitavel Doutor da Igreja fez todos os sacrificios para persuadir e convencer, e para conservar a uniaõ, chegando até a offerecer a sua Sé aos contendedores.

Se as paginas de alguns seculos só nos offeressem o rigor, a persiguição, as fogueiras, o martirio e a morte, esse espirito hé inteiramente alheio da vóz do Divino Mestre, e claramente opposto ás suas acçoens, e ao procedimento d'aquelles, que o ouviraõ, e inspirados leváraõ a todo o mundo a verdadeira luz; e por isso deve ser considerado espurio e aberrante da verdadeira doutrina, que anima a Mai commum,\* cuja tolerancia,

\* Nesta pequena nota ousou dizer uma verdade, que talvez não se tenha ouvido da maneira, que eu vou expolla no publico. Uma das maiores heresias, oppostas a Religiaõ de Christo, e um dos maiores delictos, que em virtude d'ella se perpetrou nomeio des povos Catholicos, foi aquelle, que fez arder a fogueira, que tantas vezes queimou corpos, cujas almas deviaõ ser instruidas, e docilmente convencidas!!! Os Coriféos d'estes depravados erros, e os fautores d'estes nefandos delictos já morrerão, seus nomes talvez que não existaõ ainda no indice dos hereges os mais perigôzos á sociedade e á Igreja, e dos malvados e degradados da humanidade!!! Se a autoridade a tanto não tem levado seu nome e memoria, a penna de um escriptor lhes não perdôa, classificando-os como táes naquelle catalogo.

Talvez ainda hoje dezeje a ignorancia e o fanatismo vêr renovadas essas vergonhozas e terriveis scenas, praticadas no meio d'uma Religiaõ cheia de suavidade!!!



doçura e caridade tanto sobresaem nos primeiros mais puros seculos do Christianismo.

Uma outra vóz ouço eu aos Venerandos Bispos da Belgica, para offuscar as ideias da tolerancia. Este invento da Philosophia moderna, dizem elles, tem por fundamento excitado um espirito de indifferença para com todas as Religioens, a fim de que, affrouxadas de dia em dia, chegue á sua final destruição.

Perdoai os rasgos da minha pluma, respeitaveis Principes da Igreja, e pela grande causa da Religião permitti, eu o supplico, que vos diga, que a palavra indifferença não tem affinidade alguma com a tolerancia, e que differe tanto uma da outra, quanto hé taõbem diverso o seu som no ouvido humano. A tolerancia supoem defeitos e erros de principios, e a indifferença bondade igual; esta hé uma disposição da nossa alma, que mostra a mesma affeição para uma e outra parte, aquella hé um acto do nosso animo, pelo qual, conhecendo os defeitos, estamos dispostos a soffrelos. A indifferença da igual estimação, e a tolerancia reprova os erros, que soffre: eis aqui distincções mui claras, que já mais poderão ser impugnadas; distincções, que socegaõ o nosso espirito, e que levadas a um bom conhecimento, livre de toda a opiniaõ antecipada, poderão dar os melhores resultados de tranquillidade civil e religiosa.

#### *Exclusão do Clero nos Negocios Temporaes.*

A derradeira reflexaõ dos Venerandos Bispos da Belgica hé a exclusão do Clero nos negocios temporaes, maxima do Estado, que elles vêm com mágoa, e dor.

Como sobre esta materia há longos tratados, eu offereço aos Respeitaveis Bispos da Belgica os famosos Escritores historicos, e publicistas Ecclesiasticos, que andaõ pelas mãos de todos, que *ex-professo* têm discutido a differença dos dois poderes, espiritual e temporal, e que tem feito vêr a o mundo com toda a energia, á frente do Evangelho, que um hé inteiramente separado do outro. No meio d'esse grande numero de Escritores, quem quizer evitar o trabalho, adquirindo as mesmo tempo as necessarias luzes sobre



o assumpto, pode ler o Grande Fleury, varaõ de todo o respeito, sabedoria e virtude ; a penna d'este famoso Ecclesiastico sem suspeita me dispensa toda a reflexaõ em uma materia, que elle energicamente desenvolve : basta ler a 2ª Carta do P. Gregorio III. a Leão Izaurio, e a que escreveu Nicoláo I. ao Imperador de Constantinopla, que aquelle egregio Escriptor refere, para se desvanecer de todo a mágoa dos Venerandos Bispos da Belgica. A resposta de S. Agostinho a Bonifacio, Governador d'Africa, referida pelo mesmo Fleury, hé de todo opezo, e merecedora por isso de ser attendida no assumpto proposto, parã que possa servir de exemplo no S. 19, tempo das luzes, em que os Monarcas, á custa da experiencia, tem conhecido os seus sagrados e impreteriveis direitos, fazendo as exclusões, que julgaõ necessarias, para que não chêguem já mais os vergonhosos dias da triste humiliação de um Luiz, a quem a audacia e insolencia deposeraõ da Corôa, no seio do Santuario, e para que senaõ repitaõ terceira vez as estrondozas e fatâes scenas dos Henriques.

Principes do seculo ouvi a minha vóz, que só dezeja a tranquillidade de todos os Estados. As religioens, ainda que falsas, tem a grande vantagem de pôr uma formidavel barreira á introducção de doutrinas novas e arbitrias ; ellas são compostas dos principios da moral, e tem as virtudes e maximas, que co-operão para a conservacão dos Estados, e lhes fazem a sua energia e estabilidade, como se observa nos diversos governos da Europa, taõbem diversos nos sentimentos de religião. Principes da Igreja o ecco politico, que não vos deve ser indifferente, hé apoiado nos verdadeiros dictâmes da doutrina, que como Catholicos, professamos.

As contraversias religiosas são de objecto theorico ; não hé pela exclusão e separação, principios odiosos, e de discordia provada na serie dos tempos, que nós deveinos chamar a o verdadeiro centro da verdade aquelles, que d'elle se tem afastado ; combatâmos pois com toda a coragem o erro e heresia, porem por via da persuasão, e da doçura trabalhemos pela causa da religião ; sejaõ estas as armas, pelas quaes nos conheçaõ os nossos inimigos ; como Christãos sigamos as pizadas



do Mestre, e sua doutrina e invariavel conducta, mostrando-nos beneficos para com todos os homêes, sem excepção, abrindo o caminho á doutrina pura e sã por via de um verdadeiro e tocante zello : desta sorte triunfará a philosophia do Evangelho, e sendo religiosos sem fanatismo alcançaremos o campo da gloria.

Penso ter dito em pouco verdades grandes, porem se o meu zello se tem enganado, eu me sугейto a melhor penna, e melhor juizo, e receberei docilmente toda a correcção.

*Curioza noticia de uma Ilha do Mar Pacifico, novamente povoada por um acontecimento notavel, e até agora mencionada nos Mapas com o nome de PITCAIRN, ou PITCAIRN'S ISLAND.*

No Jornal de uma viagem ao Mar Pacifico, que o Capitão David Porter, commandante da fragata Essex pertencente aos Estados Unidos, fez nos annos de 1812, 1813, e 1814, vem a noticia da povoação desta Ilha, que os Editores do *Quarterly Review* publicaram no seo No. XXVI, Julho 1815, e da qual nós vamos dar o Extracto seguinte:—

“Hé bem sabido que no anno de 1789 a tripulação do navio armado de S. M. o *Bounty*, na occasião em que transportava do Otaheiti a arvore do pão para as colonias Britannicas das Indias occidentaes, se revoltou contra o seo commandante, o Tenente William Bligh. Parte desta tripulação, instigada por Fletcher Christian, contra-mestre do navio, revoltou-se de frente da ilha de Tofoá, e meteo o commandante com o resto da gente, que erão 18 pessoas, em uma Lancha, as quaes, por um acazo bem extraordinario, depois de uma passagem de 1,200 legoas, aportaram salvas em uma Feitoria Holandesa na Ilha de Timor. Os revoltados, em numero de 25, pareciao ter-se derigido, por algumas expreçoens que lhes haviaõ escapado, para a ilha do Otaheiti. Assim que o Almirantado teve noticia deste facto, ordenou ao Capitão Edwards que fosse a esta ilha em o navio Pandora para ver se descobria o *Bounty*, e alguns individuos da tripulação, e os trouxesse para Inglaterra. Com effeito abordou ali em Março.



de 1791, entrou na bahia de Matavai, e quatro dos revoltados se vieraõ voluntariamente entregar. Pelo que estes diceram, os outros, em numero de 10, os que só restavaõ vivos em Otaheiti, foraõ em poucos dias agarrados, e a excepção de quatro, que pereceram em o naufragio da Pandora, junto de *Endeavour Strait*, todos vieram para Inglaterra, aonde foraõ processados, e seis delles tiveraõ sentença de morte. Os outros quatro foraõ absolvidos.

Pelo que referiram estes homens assim como pelo que se sabia por alguns documentos, parecia, que assim que o Tenente Bligh fôra posto fora do navio os 25 revoltados haviaõ navegado nelle para Toobouai, aonde pertendiaõ estabelecer-se; naõ havendo porem achado bastantes recursos naquelle estabelecimento, haviaõ voltado para Otaheiti, aonde se refizeram de muitos provimentos, e tornaram depois a tomar o caminho de Toobouai, levando consigo oito homens, nove mulheres, e sete rapazes, naturaes de Otaheiti. Depois da segunda viagem principiaram a fazer um forte, porem as dissensoens, que entre elles mesmos tiveraõ, e algumas desavenças com os naturaes do paiz os obrigaram a desistir da empreza. Christiano, o seo Chefe, tambem logo percebeo que a sua auctoridade já de nada valia para com os seos complices, e por consequencia lhes propoz de voltarem para Otaheiti, na qual ilha ficariaõ os que quizessem, e os outros hiriaõ em o navio estabelecer-se aonde bem lhes parecesse. Em conformidade deste plano, tornaram ainda a embarcar-se, e entraram em Matavai em 20 de Setembro de 1789.

Destes 25 individuos 16 quizeram hir para terra, quatorze dos quaes, como já fica mencionado, foraõ tomados para bordo da Pandora; e dos outros dois, assim como o referio Coleman, o primeiro que se entregou ao Capitão Edwards, um que se havia constituido Chefe, foi morto pelo seo companheiro, e o outro foi depois assassinado pelos naturaes da terra.

Christiano, com os oito que restavaõ, meteo a bordo alguns habitantes de Otaheiti, a maior parte mulheres, e poz-se ao mar em a noite de 21 para 22 de Setembro de 1789. Na manham seguinte o navio ainda foi visto de *Point Venus* na direcção do Nor-ouest; e aqui terminaõ todas as noticias dadas pelos revoltosos, que se



entregaram e forão agarrados na bahia de Matavai. Estes mesmos declararam com tudo ainda, que Christiano em a noite da sua partida havia dito que as suas intençoens eraõ hir buscar alguma ilha dezerta, e depois de nella se estabelecer, destruir o navio. Assim todos os trabalhos do Capitão Edwards para haver noticia do navio e da sua tripulação forão inuteis em as numerozas ilhas que para este effeito vizitou na Pandora.

Pelo espaço de 20 annos não se havia sabido couza alguma mais em Inglaterra a respeito de Christiano ou de seos companheiros, até que nos principios do anno de 1809, Sir Sidney Smith, então Commandante em Chefe nas paragens do Brazil, transmitio ao Almirantado um papel que havia recebido do Tenente Fitzmaurice, e que dizia ser—"Um Extracto do Diario do Capitão Folger do navio Americano Topazio, e datado de Valparaizo, a 10 de Outubro de 1808."

No principio deste anno (1815) o Vice Almirante Hotham, ao tempo que cruzava junto de *New London*, recebeu uma carta derigida aos Lords do Almirantado, cuja copia hé a seguinte:—

"Nantuchet, 1 de Março, 1813.

"My Lords,—A notavel circumstancia que teve a minha viagem ao Oceano Pacifico, me desculpará de hoje me dirigir a vossas Senhorias. Em Fevereiro de 1808 toquei em *Pitcairn's Island*, na latitude 25° 02' S. longitude 130' W. de Greenwich. O meo objecto principal era procurar pelles de Phoca (vulgarmente *Lixa*) para levar para a China; e segundo o que sabia daquella ilha pela viagem do Capitão Carteret a supunha inhabitada. Chegando-me porem em um bote perto da praia, encontrei tres mancebõs com duas canoas, que nellas me traziaõ um presente, que consistia em algumas fructas, e um pôrco. Fallaraõ-me em Inglez, e informaram-me que haviaõ nascido na ilha, e que seo pai era um Inglez que havia embarcado com o Capitão Bligh.

"Depois de haver conversado um pouco com elles, desembarquei em sua companhia, e fui encontrar-me com um Inglez, chamado Alexandre Smith, o qual me declarou que pertencia á tripulação do *Bounty*, e que



depois de haverem metido o Capitão Bligh no bote com a metade da gente do navio, elles haviaõ voltado para Otaheiti, aonde uma parte de seos companheiros preferio estabelecer-se; Christiano porem, com outra parte, que eraõ oito, e em cujo numero, elle entrava, haviaõ escolhido retirar-se para um lugar mais remoto. Assim, depois de se haverem demorado por breve tempo em Otaheiti, aonde procuraram mulheres, e seis homens para creados, tinhaõ partido para *Pitcairn's Island*, e ali desfizeram o navio, aproveitando-lhe primeiro quanto delle lhes podia ser util. Passados seis annos depois que já viviaõ nesta ilha, os seos creados atacaram e mataram todos os Inglezes, excepto elle, que havia ficado gravemente ferido. Na mesma noite as viúvas Otaheitanas mataram tambem todos os homens da sua nação, e ficou por consequencia só o dito Smith com as viúvas e filhos, vivendo depois disto na maior paz e tranquillidade.

“ Eu demorei-me pouco tempo na Ilha, e ao retirar-me me presenteou Smith com um chronometro e um compasso azimuthal, que me dice haviaõ pertencido ao navio *Bounty*. O chronometro me foi tirado pelo Governador da Ilha de *João Fernandes*, depois de o haver conservado em meo poder por espaço de seis semanas. O compasso, que eu guardei no meo navio, me servio na minha viagem, depois da qual foi concertado em Boston. Agora o remeto a vossas Senhorias, julgando que folgaráõ muito de o ter, simplesmente pelas extraordinarias circumstancias com que elle tem relação.

(Assignado) “ MAYHEW FOLGER.”

Quaze pelo mesmo tempo se receberam outras noticias deste interessante povo pelo Vice-Almirante Dixon, as quaes lhe foraõ transmitidas por Sir Thomas Staines, do navio de *S. M. Briton*, em uma carta, cuja copia hé a seguinte:—

“ *Briton, Valparaizo, 18 de Outubro, 1814.*

“ Sir,—Tenho a honra de participar-vos que na passagem das Ilhas Marquesas para este porto, na manham de 17 de Setembro, dei com uma Ilha em uma paragem em que nenhuma está marcada nas cartas



do Almirantado ou outros mapas, conforme os diversos chronometros do Briton e do Tagus. Encaminhei-me por consequencia para lá durante todo o dia, e procurei saber a final se era ou não habitada. Em pouco tempo descobri que o era, e com maior espanto meo achei que todos os seus habitantes (quarenta por todos) fallavaõ mui bem o Inglez. Mostraõ ser os descendentes da seduzida tripulaçaõ do *Bounty*, que do Otaheiti passaram para esta Ilha, aonde queimaram o navio.

“ Parece que Christiano fora o chefe, e unica cauza da revolta que houve naquelle navio. Um velho veneravel, chamado John Adams,\* hé o unico Inglez que ainda vive de todos os que para ali foraõ do Otaheiti, e o seu exemplar comportamento e paternal cuidado de toda aquella pequena Colonia o fazem digno da maior admiraçãõ. A piedade com que todos os nascidos na ilha tem sido educados, e os bons principios religiosos em que os seus jovens espiritos tem sido imbuídos por este respeitavel anciao, tem-lhe dado uma pre-eminencia decidida sobre toda a povoaçaõ que o olha e considera como o pai de uma unica familia.

“ Christiano teve um filho, que foi o primeiro que nasceo na ilha, e tem agora quaze 25 annos de idade, e se chama—*Quinta Feira Outubro Christiano*.—Seu pai morreo victima do ciúme de um Otaheitano, tres ou quatro annos depois do seu estabelecimento na ilha. Os Inglezes levaram comsigo para ali seis homens do Otaheiti, e doze mulheres. Os primeiros todos morreram em consequencia de bulhas desesperadas entre elles e os Inglezes, e cinco dos ultimos tem morrido em diversas epochas, havendo presentemente só um homem, e sete mulheres dos primitivos povoadores.

“ A ilha deve ser indubitavelmente a que se chama *Pitcairn's*, ainda que erradamente se acha apontada nos mapas. Pelos chronometros do Briton e do Tagus achámos estar na latitude de 25° 4' S., e na longitude de 130° 25' W.

“ Hé abundante da raiz de yam, de *plantains* (arvore

\* Na gente do navio *Bounty* não havia ninguem deste nome, e hé provavel que Alexandre Smith tomasse este em lugar do seu nome verdadeiro.



das Indias occidentaes) de porcos, cabras e galinhas, mas não dá abrigo a nenhuma especie de embarcações, nem pode navio algum fazer ali aguada sem grande difficuldade.

“ Não posso, com tudo deixar de dar aqui a minha opinião, que seria mui digno da attenção das nossas sociedades religiosas, propagar ali a religião Christam, pois que todos os habitantes fallaõ igualmente bem a lingua Otaheitana e Ingleza.

“ Depois que viviaõ naquella ilha um só navio ali tinha abordado, havia seis annos, e este foi o navio Americano—Topazio, de Boston,—Mestre, Mayhew Folger.

“ A ilha tem propriamente uma muralha de ferro, em razão das suas praias pedregozas. O desembarque em botes hé em todo o tempo difficultozo, porem, até certa distancia, pode chegar-se a ella um navio sem risco.

(Assignado) “ T. STAINES.”

Alem destas circumstancias, sabem-se ainda outras, relativas a esta singular Colonia, que devem interessar os nossos leitores. Como a verdadeira posição desta ilha hé mui diversa da que apontaõ os mapas, e na suposição em que estavaõ os Capitaens do Briton e Tagus que ella era inhabitada, muito mais admirados ficaram quando ao avezinhar-se das suas praias devizaram plantaçoens regulares, e choupanas e cazas muito mais bem construidas do que as que se encontraõ nas ilhas Marquesas. Na distancia de duas milhas da praia observaram que alguns habitantes punhaõ as suas canoas as costas, e que arremessando-as ao travez do grande embate das ondas, depois se metiaõ nellas, e remavaõ para os navios. Porem o seo pasmo se tornou verdadeiramente inexplicavel e maravilhoso quando um desses homens, já mui perto das embarcações, dice em mui boa lingoagem Ingleza:—“ Entaõ, quereis lançar-nos agora para cá uma corda?”

O primeiro que saltou abordo do Briton logo manifestou quem elles eraõ, porque dice que se chamava:—“ Quinta Feira, Outubro, Christiano”—o primeiro que havia nascido na ilha. Tinha perto de 25 annos, e era um moço muibem feito, da altura de seis pés pouco



mais ou menos. Seos cabelos eraõ mui pretos, a sua fizionomia mui interessante, e um pouco trigueiro de cor, mas sem algum sinal desse colorido avermelhado que distingue os habitantes das ilhas do Mar Pacifico. O seo unico vestido consistia em um pedaço de pano atado em roda do corpo, e em um chapéo de palha, ornado com pennas negras de galinhas domesticas. “Na sua amavel fizionomia, diz o Capitaõ Pipon, nós descobrimos com muita satisfação todas as feições de um honrado semblante Inglez. E hé preciso confessar, que nunca pude deixar de ver esta interessante creatura, sem mui vivos sentimentos de ternura e compaixão.” Seo companheiro chamava-se—George Young, um bello rapaz de desesete ou desoito annos.

A admiração dos commandantes cresceo ainda quando, dando-lhes Sir Thomas Staines alguma couza para comerem, um delles se poz em pe, e erguendo as mãos devotamente, repetio em um tom mui claro e engraçado—“Pelo que nós vamos receber Deos nosso Senhor nos faça sempre mui agradecidos.”

Os dois mancebos mostraraõ-se muito admirados de ver uma vaca abordo do Briton, e ficaram em duvida se seria uma Cabra extraordinariamente grande, ou uma porca com cornos. Ambos os commandantes foraõ com elles para terra, o que com effeito executaram, depois de grande trabalho e de muito molhados, e ali se encontraram com John Adams, um homem entre os cincoenta e sessenta annos de idade, o qual os levou para sua caza. Com elle estava sua mulher, já mui velha e céga por effeito dos annos. Ao principio mostrou muito susto, assentando que o hiaõ buscar prezo; mas certificando-o que até ali absolutamente ignoravaõ a sua existencia, ficou entaõ socegado. Estando já por fim certo que esta vizita era de uma natureza pacifica, hé impossivel descrever a alegria que elle e toda a sua familia manifestaram por ver pessoas que elles consideravaõ como seos concidadaons. Apresentou-lhes, para comerem, yams, côcos, e outras fructas, com excellentes ovos frescos, e o bom velho até queria hir logo matar um porco para regalar os seos hospedes, mas o tempo não lhes permitio esperar por esta festa que se lhes queria dar.

“Parece que esta interessante nova Colonia se com-



poem agora de 46 pessoas, todas já crescidas, além de muitas crianças. Todos os rapazes, nascidos na ilha, tem mui robustas e bellas formas, e fizionomias mui agradaveis e francas, que denotão muita benevolencia e bondade de coração. Com tudo as raparigas ainda são objectos de mais particular admiração, porque são altas, robustas, bellamente formadas, e suas elegantes faces brilhaõ com tal ar de rizo e bom humor, que misturados com muito pejo e modestia, fariaõ honra á nação mais virtuosa do mundo. Seos dentes, sem uma só excepção, são regulares e bellos, e taõ alvos como pedaços de marfim; e em todo este joven povo, tanto homens como mulheres, achaõ-se claramente marcadas as feições Inglezas. O vestido das raparigas consiste em um pedaço de pano de linho, atado pela cinta e cahido até os joelhos, e geralmente em uma especie de manto que lhes chega até os pés; mas este ultimo traje só parece destinado para abrigo do sol ou da chuva, e por isso de ordinario andaõ sem elle. Trazem a parte superior do corpo inteiramente descoberta, e hé impossivel poder imaginar formas mais belas do que essas que ellas mostraõ. Algumas vezes trazem na cabeça, por cauza do sol, uma mui ellegante especie de barretinas, a cerca das quaes, diz o Capitão Pipon, que apezar de serem só obra e ensino de suas mais Otaheitanas, poderiaõ servir de modelos para as modistas de Londres, que de certo não recusariaõ imitar a simplicidade e bom gosto destas rudes mulheres.

Sua natural modestia, ajudada pelas lições da religião e da moral ensinadas por João Adams, tem conservado este povo perfeitamente casto, e izento de toda a sorte de corrupção. Adams certificou os seos hospedes, que depois da morte de Christiano um só exemplo não tinha havido de que uma rapariga se mostrasse menos casta, ou de que algum homem pretendesse seduzir uma mulher. Todos, em quanto rapazes, occupavaõ-se no trabalho da terra, e depois que possuiaõ um sufficiente terreno cultivado, e tinhaõ bastantes meios para sustentar uma familia, entaõ lhes era permitido cazar-se, porem sempre com o consentimento de Adams, que os unia por meio de uma particular cerimonia, obra e invenção sua. Existia a mais perfeita harmonia entre esta pequena sociedade:



nunca entre elles haviaõ dissensoens, e se algumas aconteciaõ só se limitavaõ a queixas de palavras. Saõ honestos e verdadeiros em seos contractos, que consistem em diversas trocas de couzas necessarias para a mutua comodidade ou subsistencia.

As suas habitaçoens saõ extremamente aceadas. A pequena aldea de *Pitcairn* forma um lindo quadrado do qual as cazas do lado superior estaõ ocupadas pelo patriacha John Adams, e sua familia, que consiste em sua mulher velha e cega, em tres filhas, de quinze a dezoito annos de idade, em um filho de onze annos, em uma filha de sua mulher, que houve de seo primeiro marido, e em um enteado. No lado oposto vive Quinta Feira Outubro Christiano; e no centro há um fresco campo de verdura fechado, dentro do qual pastaõ as galinhas e mais aves cazeiras, livres do encontro dos quadrupedes domesticos. Tudo estava feito e arranjado segundo um plano bem diverso daquillo que se vê nas outras ilhas. Nas suas cazas tambem havia sufficiente quantidade de trastes decentes que consistiaõ em camas, postas sobre leitos, e com mui limpos cobertores. Tinhaõ igualmente mezas, e grandes caixas, em que guardavaõ seos vestidos e mantimentos, as quaes eraõ feitas da casca de uma certa arvore, particularmente preparada pelas mulheres do Otaheiti. A caza de Adams constava de dois quartos, e as janellas tinhaõ fechos com que se fechavaõ de noite. As raparigas ocupavaõ-se com seos irmãos no trabalho que sempre era dirigo pelo Pai commum, Adams, e consistia na cultura da terra, que produzia coqueiros, bananas, arvores de pão, yams, batatas dôces e nabos. Tinhaõ grande abundancia de porcos e cabras; nos matos havia grande quantidade de porcos selvagens, e as costas da ilha abundavaõ em differentes especies de bom peixe.

Todos os seos instrumentos de agricultura haviaõ sido feitos por elles mesmos do ferro que tinhaõ tirado do navio, o qual com sumo trabalho haviaõ batido, e convertido em pás para voltar a terra, em ensinhos, forcados, &c. Mas ainda aqui não está tudo. O bom velho tinha um Diario regular em que havia assentado a qualidade e quantidade de trabalho, que cada familia tinha feito, e o que por elle havia recebido, ou o que



ainda se lhe estava devendo. Alem da propriedade particular parece que tambem havia um depozito geral, donde se extrahiaõ os diversos artigos que cada um precisava; e para mutua conveniencia faziaõ-se trocas de uns generos por outros, como, por exemplo, de sal, por provimentos frescos; e de vegetaes e de fructas, por aves, peixe, &c. Quando o celleiro de uma familia estava diminuto, ou exhausto de todo, supria-se dos celleiros das outras, ou do depozito geral, debaixo da condicão de restituir o que tirava, quando as circunstancias lho permitissem. Tudo isto era exactamente lançado no Diario de John Adams.

O que porem agradou mais aos hospedes foi o verem com que simplicidade e devoção davaõ graças a Deos pelos beneficios que recebiam. Nunca deixavam de dar graças antes e depois de comerem, faziaõ oração de manham e a noite, e frequentemente repetiam o *Padre Nosso*, e o *Crédo*.—“Era na realidade um gosto, diz o Capitão Pipon, ver como este pobre povo, tambem disposto, dava tamanha attenção ás instrucções moraes, acreditava nos attributos de Deos, e punha toda a sua confiança na bondade divina!” O dia em que os dois Capitaens desembarcaram era Sabado, 17 de Setembro, porem pelo Kalendario de John Adams era domingo, 18; dia consagrado a oração e a descânço. Esta diversidade de conta procedia porem de que o *Bounty* havia navegado para ali, seguindo o caminho direito do Oriente, e as duas fragatas haviaõ tomado a derrota occidental. Assim, o Topazio os achou conformes com a sua conta, porque tinha seguido a mesma direcção Oriental. Esta diversidade não hé nova, e forma um dos problemas bem conhecidos de geographia; de maneira que todo o navio que navegar para a ilha de Pitcairn pelo Cabo da Boa Esperança se achará lá com um dia de mais, e o que fizer a mesma viagem pelo Cabo de Horn se achará lá com um dia de menos, como succedeo ao Capitão Folger, e aos Capitaens Sir T. Staines e Pipon.

A vizita do Topazio hé por consequencia uma notavel circumstancia, marcada no Diario de John Adams. O primeiro navio que appareceo de fronte da ilha foi em 27 de Dezembro, 1795, porem como se não chegou



para terra, não poderam distinguir a que nação pertencia. Appareceo outro, logo algum tempo depois, que também não procurou ter noticias da ilha. Um terceiro chegou-se sufficientemente perto para ver os habitantes e as suas cazas, mas nem por isso tentou mandar alguém a terra, o que não hé para admirar, conciderando-se a uniforme penedia da costa, a falta absoluta de abrigo, e o constante e violento embate das ondas sobre os rochedos. O bom velho estava anciozo por saber o que se passava no antigo mundo, e os dois Capitaens lhe satisfizerão a curiosidade dando-lhe alguns Jornaes, e alguns livros modernos. Toda a sua livraria consistia nos livros que tinhaõ pertencido ao Commandante Bligh, porem os dois hospedes não tiverão tempo para examina-los.

Elles quizeram particularmente informar-se a cerca de Fletcher Christian. Parece que este mal fadado moço nunca fora feliz depois do máo e inconciderado passo que havia dado. Passou a ser mui melancolico e impertinente, e praticava com os seos companheiros no crime aquillo mesmo que taõ a mal tinha levado no seo ultimo commandante. Frustrado em todas as esperanças, que punha ná ilha do Otaheiti e ilhas dos Amigos, e mais que tudo receozo de ser descoberto, preferio hir buscar com o resto dos seos complices alguma ilha deserta, e o acazo o levou a de Pitcairn. Não achando boa paragem para desembarcar, arrojou o navio para cima dos rochedos, e depois de haver delle tirado todas as pessoas, animaes, e quantas provi- zoens trazia de Otaheiti, deitou-lhe fogo para que ali não houvesse indicio algum de habitantes, nem seos desgraçados companheiros se podessem retirar. Mas em pouco tempo desagradou á todos, tanto Inglezes como Otaheitanos, pelo seo oppressivo e tiranico proceder: entãõ a pequena colonia se dividio logo em partidos, e as consequencias foraõ—disputas, dissensoens, assassinios. Sua mulher Otaheitana morreo um anno depois do seo desembarque, e depois disto elle roubou outra que pertencia a um individuo da quella mesma nação, o qual, assim que teve oportunidade, vingou-se, matando o roubador de sua mulher. Assim terminou a existencia miseravel deste illudido man-



cebo, a quem não faltavaõ talentos, energia, e até mui boas relações, e que podia ter avançado no serviço, e dar honra a sua profissão.

John Adams declarou, como era natural assim fizesse, quanto estava arrependido do crime em que havia entrado, e disse, que estava doente, e dentro do seo beliche quando a revolta aconteceu. Nós sabemos que isto não hé verdade, ainda que tambem hé constante que elle não foi um dos mais activos n'aquelle attentado. Mostrou os mais vivos desejos de entregar-se, e de ser conduzido para Inglaterra, porem todos os rapazes e mulheres se pozeram em roda d'elle, e com supplicas e lagrimas fortemente pediram que não se lhes levasse seo protector e seo pai, sem o qual não podiaõ viver. Certamente, seria grande crueldade tira-lo agora da ilha ; e Sir Thomas Staines pensou com razão, que ainda quando elle fosse um dos mais criminosos, o seo zello e cuidado em instruir aquelle joven povo nos principios religiosos e moraes, haviaõ consideravelmente diminuido a enormidade dos seos erros passados.

A ilha tem quaze seis milhas de comprido, e tres de largo ; está coberta de arvoredos, e hé de terreno mui fertil. Situada no paralelo de 25° S. de latitude, e no meio de uma extensão immensa de Oceano, o seo clima hé bello, e admiravelmente proprio para produzir todas as riquezas vegetaes do mundo. Apesar de ser pequena, pode sustentar muitos habitantes, e hé de esperar, que á vista do que della agora sabemos, não venha a ser desprezada. O seo Patriarcha deve, mais dia menos dia, faltar-lhe ; e antes que isto acontecesse seria muito para dezejar, que a nação Britannica desse algumas providencias, mandando para lá não um ignorante e ocioso Missionario Evangelico, mas algum zeloso e intelligente Mestre, acompanhado de mais algumas pessoas capazes de instruirem aquelle novo povo nos principios uteis do commercio e das artes. Os artigos mais recommendados pelo Capitaõ Pipon são os seguintes :—aparelhos de Cozinha ; instrumentos de agricultura ; milho ; laranjeiras de Valparaizo, a fructa mais delicioza nos paizes quentes, e desconhecida nas ilhas do Mar Pacifico ; a raiz da abundancia (e não da pobreza como um ignorante auctor a denominou) a



*batata*; Biblias; livros de orações e doutrina Christam, e outros mais bem escolhidos; papel, e tudo quanto hé necessario para escrever. Os vizitantes deixaram-lhes alguns instrumentos mecanicos, caldeiras, panelas, e outros artigos, porem em pequena quantidade. Os descendentes deste povo, como fallaõ a lingoagem Otaheitana, podem mui bem servir para civilizarem muitos povos espalhados pelas innumeraveis ilhas do grande Oceano Pacifico. A' isto só temos que acrescentar, que a ilha de Pitcairn hé tão fortificada pela natureza, que oppoem uma invencivel barreira a todo o conquistador. Nella não há um só lugar em que um bote possa abordar seguramente, e talvez não haja mais do que um em que, ainda assim mesmo com muito risco, se possa desembarcar. As vagas do Oceano quebraõ-se com furia em toda a extensão das suas praias, que, ouriçadas de rochedos, lhe formaõ uma muralha tão forte, ou ainda mais, como o ferro."

---

*Replica "ponto por ponto" ao Relatorio Especial dos Directores da Instituição Africana, por R. Thorpe.*

(Continuada da pag. 153, do No. LVIII.)

Para mais claramente comprovar como os Agentes da Companhia debaixo do pretexto da abolição perpetravaõ actos de summa injustiça e oppressão, passarei a narrar o caso seguinte:—Sabendo o Governador Maxwell que se achava no Rio Sherborough (o qual não está incluído no territorio Britannico) um navio, que intentava tomar á bordo uma carregação de duzentos escravos, enviou para ahi uma porção de tropas, e ordenou que o trouxessem á Serra Leôa; o Cirurgião Purdie então o condemnou, e aos duzentos escravos, os quaes nunca haviaõ estado á bordo do navio, nem tão pouco em Serra Leôa: para remediar porem este disparate, o Governador Maxwell mandou intimar aos Chefes Africanos, que sem demora lhe inviassem os sobreditos duzentos escravos; alias que passaria a destruir as suas habitações e bens. Em conformidade com esta ordem os Chefes mandáraõ todos os escravos que puderaõ haver; promettendo ao mesmo



tempo, que enviariaõ o resto ; logo que coubesse no possivel. Pouco tempo depois deste acontecimento, um individuo, que havia por longo tempo residido em Serra Leôa, teve que hir ao Rio Sherborough, e observou que a gente estava desamparando as suas habitaçoens ; indagando o motivo, foi informado, que visto terem recebido ordens para mandar escravos á Serra Leôa, e não poderem cumprir com ellas ; se viaõ por conseguinte forçados a deixar suas possessoens ; pois que ellas hiaõ ser destruidas. Felizmente como o Governador Maxwell havia neste mesmo tempo partido para Inglaterra, o ditto individuo assegurou ao Chefe Africano, que elle em pessoa hiria ter com o Coronel Macarthy (que era entãõ o Governador de Serra Leôa) a fim de lhe expôr as circumstancias do caso, e ver se conseguia que taõ rigorosa medida não fosse posta em pratica ; com effeito este peditorio teve o successo desejado ; e o filho do Chefe se derigio entãõ á Serra Leôa para protestar ao Coronel Macarthy, que não tinha em seo poder escravos, mas sim cincoenta irmãos e irmãs, dos quaes não era natural que elle se separasse ; e ao mesmo tempo declarou, que attendendo ao nenhum dano que os seus compatriotas faziaõ á Colonia, tambem esperava que a sua propriedade e possessoens não fossem destruidas ; e em fim prometteo, que mandaria aos seis e sette escravos o mais depressa que pudesse, até que o numero de duzentos, que se havia exigido como tributo ficasse plenamente preenchido. O Governador Macarthy porem com toda a propriedade recusou receber taes escravos ; e poupou deste modo á esta miseravel gente a amargura de ver as suas habitaçoens destruidas por não poderem executar as despoticas ordens do Governador Maxwell. Isto hé um facto que póde ser corroborado por pessoas, que se achaõ actualmente em Londres. E póde por ventura haver um acto de injustiça mais abominavel ? O Relatorio se esforça por persuadir o publico, que a Gram Bretanha tem tanto direito sobre o cabo Mesarado e o Rio Pongas, como sobre os Fortes Britannicos, que estaõ situados na Costa de Guiné. O que hé falso ; pois os fortes na Costa de Guiné estaõ debaixo da jurisdicção de uma Companhia privilegiada ; foraõ sempre considerados como possessoens Britannicas ; e



até são conservados por uma soma annual de vinte e sinco mil libras votadas pelo Parlamento; entretanto que a Grã Bretanha não tem forte ou possessão alguma em Mesarado ou no rio Pongas; nem os Chefes Africanos concedem á Grã Bretanha authoridade alguma sobre estes lugares: e para prova de que se julgaõ totalmente independentes, aconteceu que em 1812 em razão de uma leve desavença, um Chefe no Rio Pongas agarrou a escuna do governo de Serra Leôa, a desaparelhou, e meteo tanto o mestre como a maruja em uma prisaõ.

Vendo os authores do Relatorio a impossibilidade de refutar as minhas asserçoens sobre os sobredittos actos de injustiça, cometidos pelo Governador Maxwell, procuraõ ao menos difamar o meo character tentando persuadir o publico, que eu mesmo authorizei taõ abominavel procedimento; e trazem para este fim extractos de certas cartas, que dizem ser minhas, escritas ao Governador Maxwell; e tambem certas expressoens de que, asseveraõ, eu fizera uso em varios processos em Serra Leôa. Ora se o leitor tomar o trabalho de examinar estas cartas achará, que ellas contem conselhos mui saudaveis dados ao Governador Maxwell, admoestando-o que não puzesse em pratica medidas despoticas, nem que excedesse a authoridade que as suas instrucçoens e encargo prescreviaõ. Hé por tanto bem evidente, que taes attentados nunca se teriaõ perpetrado, se elle tivesse seguido os meos conselhos; porem logo que me auzentei da colonia, não achando elle alguem, que se oppozesse ás suas medidas suppoz, que a Instituição Africana o apoyaria em tudo que comprehendesse, e executasse; motivo porque se atreveo a cometer os actos de injustiça acima referidos, os quaes, temos razão bastante para dizer, parecem ter sido sancionados pela mesma Instituição.

Hé tempo que os Directores ponderem mui seriamente sobre os actos de injustiça que procuraõ justificar; sobre as pessoas que se esforçaõ por defender; e sobre a grande mal que a sua mediação há occasionado. Estas personagens (que se intitulaõ “ os maiores bemfeitores d’Africa opprimida), não podem certamente ignorar o deploravel estado daquelle continente tanto em Serra Leôa como nas suas vizinhanças;



nem tão pouco que o desprezo de direitos territoriaes, e o roubo e destruição de vassallos e amigos tem incitado os Chefes Africanos a se unirem contra Serra Leôa, a ponto de os habitantes deste lugar se verem obrigados a recorrer ao Governo Britannico, em razão de considerarem os brancos e a sua propriedade expostos á um imminente perigo. Chegou há pouco á Londres uma deputação dos negros, queixando-se das reiteradas oppressões que soffrião. Está a barra de Serra Leôa coberta de navios de escravatura a espera de serem processados; porem não há lei para fazer justiça ao colono, nem para emancipar o escravo: e eis aqui a condição deste celebre lugar, escolhido para ser um monumento de philantropia e benevolencia; eis aqui o effeito produzido por esses celebres protectores e bem-feitores depois de vinte e quatro annos de clamor. Eu estou persuadido, que se estes mesmos senhores conseguissem a authoridade que desejavaõ, desde Gambia até Angola se accumulariaõ de certo desgraças sobre desgraças por maneira, que a intervenção de Inglaterra veria a ser o maior estorvo para a prosperidade d'Africa, pois elles, á semelhança da arvore *Upas*, parecem envenerar tudo quanto está debaixo da sua influencia.

“Mr. Thorpe insinua, que a instituição procurou occultar o facto de 167 negros terem sido vendidos em Serra Leôa.” Hé impossivel que eu tal coiza quizesse insinuar; pois bem sabia que por mais que a Instituição se esforçasse por sepultar este facto no esquecimento, elle viria sempre a ser bem notorio, em razão do Governador Thompson publicar todas as circumstancias desta venda, logo que chegou á Colonia. Se os Directores quizessem empregar a sua grande influencia de um modo vantajoso á Africa; deveriaõ procurar a correspondencia de Capitão Thompson, (em quanto foi Governador de Serra Leôa) com Lord Castlereagh que então era Secretario de Estado. Sim deveriaõ mandar imprimir essas seis longas e mui interessantes cartas; e então fariaõ justiça ao Capitão Thompson, e á Africa um importante beneficio. Quanto á intervenção da Instituição Africana na venda dos sobreditos 167 escravos, ella parece ter procedido não



tanto do dezejo de fazer serviços á cauza da abolição como de attender aos interesses do seo amigo.

Diz o Relatorio Especial que eu sou inconsequente, pois que ataco a Instituição de querer enganar o publico a respeito da diminuição do commercio da escravatura, quando em cartas escritas ao Coronel Maxwell eu assevero este mesmo facto. Ora nestas cartas digo, que eu havia empecido o commercio de escravos; e que houve um intervallo em que elle não era tão activo: tudo isto hé verdade, porem effectivamente não se conseguiu o effeito desejado; por que depois que os Portuguezes souberão as minhas decisoes, elles se confináraõ mais á Ajuda, Principe, Cabinda, S. Paulo de Loanda, Nova Rodunda, e S. Felipe de Benguela, como lugares donde se julgavaõ authorizados a tirar escravos pelo Tratado de 1810. Assim elles seguramente exportavaõ um numero dobrado de escravos, e ainda que o seo commercio era empecido ao Norte da linha, augmentou com tudo ao sul da mesma. Os Hespanhoes mudáraõ igualmente de sistema; deixáraõ de empregar vasos grandes, e procuravaõ escunas com marinheiros Americanos, as quaes entravaõ e sahiaõ dos rios com tanta celeridade, que mui poucas vezes eraõ aprisionadas.

Sobre o tratamento dos negros aprizionados hé bem futil o modo como o Relatorio Especial pretende defender a Instituição: allega por exemplo que havia summa difficuldade em fazer arranjos para a disposição destes negros; apezar de ter não menos de oito annos para adoptar as regulações necessarias. Taes difficuldades não achou o Governador Thompson, pois logo no principio lhes deo terras, instrumentos de lavoura, e roupa; promettendo ao mesmo tempo suppri-los com arroz por espaço de um anno, com a condição porem que depois deste periodo se deveriaõ manter pela sua propria industria: o resultado foi que elles se tornáraõ mui industriosos, compriraõ a sua promessa, e vieraõ a ser mui valiosos colonos; mas apenas foi o Governador Thompson removido, e certos Senhores restaurados; os pobres negros em lugar de serem protegidos, serviraõ de objectos de lucro; e em lugar de serem libertados foraõ alistados para soldados.



O Relatorio Especial traz entã uma carta anonima, a qual assevera que os negros aprizionados apenas desembarcã recebem logo dois completos vestidos de fazenda Ingleza. Isto hé verdade; mas eisaqui o motivo:—desde que o Governador Maxwell se converteo em trafficante, elle supprio os negros com fazendas do seo proprio armazem, e carregou por ellas ao Governo um taõ alto preço como qualquer negociante na costa d'Africa; tirando um lucro, segundo se tem informado, de settenta e sinco por cento. Vê-se por tanto, que a precedente medida foi adoptada naõ em attençaõ á commidade dos negros, mas sim aos interesses commerciaes do Governador Maxwell. Diz o Relatorio que era do meo dever protestar contra taõ iniquo procedimento. Sim eu estou prompto para produzir provas irrefragaveis e que fiz tudo quanto a minha situaçaõ authorizar podia; de que quando cheguei á Colonia vi, que o tratamento dos escravos era taõ máo como era possivel ser nas Indias d'Oeste; e de que fiz todos os esforços possiveis para os livrar da oppressã. Eu fiz com que varias pessoas fossem punidas por castigar os negros com despiidade; fiz com que os aprendizes fossem de algum modo enroupados, e queixei-me do seo máo tratamento nos hospitaes. Quanto aos negros aprizionados, esses nunca podiaõ ser instruidos, pois ou eraõ alistados para soldados, ou postos por aprendizes; e ficavaõ ao mesmo tempo inhabilitados para serem empregados na lavoura. Eu nunca me oppuz a alistamentos licitos e voluntarios, antes pelo contrario co-operei para elles; e foi sempre a minha opiniaõ que, se os negros aprizionados fossem tratados como deviaõ ser, achar-se-hiaõ entre elles muitos que de bom grado desejariaõ servir; e que á alguns, quando cometessem alguma falta, se poderia perdoar com condiçaõ de que se tornassem soldados. Se se procurasse conservar em boa harmonia os Chefes Africanos, e se ao mesmo tempo se estabelecessem depositos em varias partes da costa (segundo recommendei nas minhas cartas publicadas pelos Directores) se obteriaõ vantagens relevantes: eu porem nunca podia consentir que se agarrassem os pobres negros aprizionados logo que desembarcavaõ; e que esses miseraveis fossem levados immediatamente ao forte, onde sem saber o que se



lhes dizia, e sem se consultar a sua vontade, consentimento &c. eraõ feitos soldados para toda a vida!!— Não estava emmeo poder estorvar a execuçaõ de uma medida, que um acto de parlamento parecia authorizar; nem taõ pouco podia eu fazer nella melhoramento algum.

Quando se organizou o corpo de tropas Africanas, constava este de quatro ou sinco companhias, commandadas por um tenente coronel, e um major; mas fazia grande conta aos principaes officiaes o augmentar o corpo até ouze companhias, fazendo soldados os negros aprizionados; visto que entaõ eraõ precisos um coronel, dois tenentes coroneis, e dois maiores. Ora aqui vemos distincçoens, patrocínios, e lucro adquiridos á custa da liberdade, justiça e humanidade! E que podia eu fazer para prohibir taõ pernicioso systema? Como podia eu oppor-me ás medidas despoticas em um conselho composto do Governador, do seo Major de Brigada, seo Secretario, e de mim? Era unicamente em pontos de lei que eu podia intervir, e mesmo em taes occasiões a justiça era frustrada em razão de eu encontrar opposiçaõ, e não consentir o Governador que o meo protesto se inserisse nas minutas. Eu fui informado deste ultimo facto em Outubro de 1814, e perguntando ao Secretario do Conselho, que entaõ estava em Londres, se isto era exacto, disse-me elle que sim, porem que se vira obrigado a submittir-se á authoridade superior.

O Relatorio Especial diz entaõ victoriosamente:— “ Os Directores, porem, estaõ convencidos que estas asserçoens de M. Thorpe não tem fundamento algum; elles tem feito indagaçoens sobre a materia com todo cuidado, e o unico caso desta natureza, que elles poderaõ descobrir ter occorrido, depois que M. Thorpe havia chegado á colonia, foi um em que este mesmo Magistrado esteve implicado. Elle escreveo o seguinte bilhete á M. G. Cristy commandante do forte Thornton:—“ Caro Senhor, Peço-vos o favor de que façaes com que os tres rapazes, que vos envio, por nomes Jack, Sabby, e Tobby trabalhem muito, e comaõ pouco por espaço de tres mezes; a fim de que isto sirva de uma especie de castigo por terem roubado duas cabras.” —Eu lembro-me ter confiado duas cabras ao cuidado



de tres rapazes aprendizes de M. Craig, e que ellas foraõ roubadas com o consentimento dos mesmos; ora teriaõ esses compassivos e sensatos Directores julgado mais acertado, se eu os tivesse mettido na cadeia; onde depois de estarem encerrados por varios mezes, teriaõ de ser processados, e sentenciados a um severo castigo, vindo alem disso a soffrer a colonia uma consideravel despesa? Como vi que era necessario castiga-los sufficientemente a fim de impedir que commettessem outra vez o mesmo crime, por essa razãõ escrevi a precedente nota, que os Directores taõ generosamente tem publicado. Hé preciso advertir, que o unico lugar, em que se prendiaõ os delinquentes na Colonia, era uma pequena caça, que constava de quatro quartos; por-consequente em quanto se estava reparando o forte Thornton, costumavamos para ahi mandar os rapazes que commetiaõ pequenos furtos, ou raparigas depravadas para trabalhar, levando terra em hum caixaõ até as trinxeiras: este castigo tinha bom effeito em razãõ de elles o temerem como muito ignominioso; e quizera saber se esses sabios e benevolos Directores poderiaõ suggerir um mais efficaç e menos dispendioso modo de impedir a repetiçaõ de roubos e outros crimes? Quanto aos tres rapazes acima mencionados, elles ficaraõ no forte por alguns dias talvez com menos trabalho e comida do que teriaõ em caça, e foraõ soltos logo que o seo mestre veio pedir que os perdoasse.

Pelo que diz respeito ao alistamento dos negros aprizionados, os Directores para mostrar, que eu não era contra esta medida, se referem á uma carta minha, que elles publicaõ no Appendice ao Relatorio Especial. Quem ler esta carta verá, que eu não tinha objecçaõ á um justo alistamento de negros; antes pelo contrario nella proponho um plano, pelo qual se poderia obter voluntariamente um grande numero de soldados negros. O systema que apoyaõ os Directores hé aprizionar os escravos dos nossos alliados (os quaes a não serem tomados talvez tivessem a boa fortuna de obter o seo resgate) e faze-los soldados por toda a vida, sem esperanza alguma de libertaçãõ, excepto com a morte: o systema pelo contrario, que eu suggeri, teria produzido um alistamento voluntario, e vantagens nacionaes,



sem que fosse necessario recorrer á perfidia, e medidas oppressivas.

O Relatorio Especial continua dizendo, “ Os Directores não podem deixar de responder á uma das mais ignominiosas accusações de M. Thorpe, qual hé— “ de que as mulheres e raparigas eraõ escolhidas para os mais depravados fins”— ora elles tem com todo o disvello investigado se esta séria imputação tem ou não fundamento; porem não tem até agora achado uma só prova tanto de boca como por escripto, que a corrobore.” Qualquer pessoa imparcial e interessada na materia seria justo que ponderasse sobre a exposição que fiz, do tratamento das negras prizionadas, nas paginas 23, 24, e 25 da minha carta escrita á M. Wilberforce; e verá se ella não apresenta o maior grau de injustiça, deshumanidade, e desdoiro nacional: e apezar de tudo isto esses senhores, virtuosos por excellencia, assentaõ ser sufficiente assegurar o publico, “ que tem investigado se esta séria imputação tem algum fundamento; e que não tem por ora achado uma só prova tanto de boca como por escrito, que a confirme.” Nem me admira que assim acontecesse por que nunca procuráraõ uma testemunha respeitavel, nem examinaraõ um documento convincente: se elles podessem ter obtido a menor prova para refutar a minha asserção, não teriaõ por ventura de muito bom grado feito della menção? Isto só basta para demonstrar, que não há coiza alguma por mais vil que seja que elles não procurem palear, e defender; e que sacrificão tudo quento há de estimavel, com tanto que apoyem os seos apaniguados, e conservem inalteravel o seo systema: não deixaõ porem sempre de declarar, “ que anciosos desejaõ ver todos os abusos destruidos, todas as accusações de má conducta minuciosamente investigadas, e de as punir severamente sendo estas bem fundadas,” sem com tudo darem os passos necesarios para descobrir a verdade. Eu tenho porem summo gosto de informar á esses anciosos Directores, que as accusações que avancei, em breve tempo sahi-raõ á luz com grandes addicoens: sirva isto de uma opportuna noticia para elles accumularem e fabricarem tudo quanto possaõ dizer contra mim. Eu folgarei



muito com a sua publicação, pois não tenho a menor duvida, que a final se me hade fazer justiça; excepto se esta não existe na Inglaterra.

Os Directores admittem que há muita veracidade na exposição que dei dos máos costumes em Serra Leôa. Assim esses religiosos e morigerados senhores depois de tantas maravilhosas promessas, e depois de possuírem umas poucas de geiras em Africa por espaço de vinte e tres annos, não podem negar, que tem feito este lugar mais depravado, do que outro qualquer naquelle continente: porem dizem elles “que não podem deixar de suspeitar, que talvez a conducta do mesmo M. Thorpe não concorresse para augmentar este mal.” Quão detestaveis parecerão por certo estas insinuaçoens á todo o espirito liberal! Eu já dice bastante para refutar esta não menos vil que falsa insinuação; e não fallarei de mim mesmo, excepto se for forçado a assim fazer: apresentem elles alguma coiza mais que meras palavras, e eu então sahirei a campo para produzir provas irrefragaveis dos esforços que fiz para restaurar aquelles principios de moralidade, que o seo pessimo systema havia exterminado.

O grande atrazamento na cultura, em Serra Leôa os Directores attribuem á lei respectiva ás milicias; em razão de esta dar motivo á que os Maroons deixassem a colonia; e asseverão que eu fora a cauza de ella se ter passado. Ora hé preciso advertir, que a lei á que estes activos e zelosos Directores alludem, foi feita vinte annos depois da Colonia estar debaixo da sua direcção: se esta tem sido realmente a cauza de tal inconveniente; por que motivo nos vinte annos anteriores á sua existencia não teve a cultura algum augmento? logo elles mesmos confessão, que em todo este periodo não prestáraõ attenção alguma á tão importante objecto. Passarei agora a axaminar a veracidade da asserção de que eu fui a cauza de que tal lei se passasse.—O Governador Maxwell me communicou que queria que se formasse uma lei relativa á tropas milicianas, e pedio a M. Hamilton, que então era o Procurador Geral da Coroa, que lhe desse instrucçoens sobre a materia. Eu dei á este ultimo o Acto sobre as Milicias Locaes adoptado em Inglaterra; e recomendei-lhe que o tomasse por guia; elle assim fez e



levou ao Governador um analogo; este porem riscou do manuscrito as clausulas mais favoraveis, e inserio o seguinte:—"que todas as pessoas desde a idade de treze até sessenta annos seriaõ alistadas, e que os individuos não alistados cessariaõ de gozar da protecção das leis;" Mr. Hamilton trouxe-me o manuscrito original, e a modificação feita pelo Governador. Eu mandei chamar tres ou quatro das principaes pessoas da Colonia, e perguntei-lhes, qual era o seo parecer sobre a alteração feita pelo Governador: todos convieraõ comigo em que ella produziria consequencias perniciosas. Fui ter com o Governador a ver se o persuadia a que omittisse a dita alteração; elle porem respondeo-me, que era uma lei militar, e que sobre este assumpto elle era o melhor juiz; o acto por tanto passou como elle prescreveo. Apezar disso julguei do meo dever auxiliar a sua execução; e sabendo que os Maroons se oppunhaõ á ella, fui fallar-lhes publicamente, e tambem conversei com alguns delles em minha caza; e por este modo persuadi pelo menos á doze familias a ficarem em Serra Leõa, e a se deixarem alistar: nem tenho a menor duvida, que gradualmente os reconciliaria a todos; se o Governador Maxwell não publicasse a mais violenta Proclamação em nome de El Rei, sem conhecimento, conselho, ou consentimento meo; do que resultou—que os Maroons deixaraõ a colonia; e tanto suas cazas como propriedade foraõ sequestradas em nome d'El Rei. Fui informado, que o Governador Maxwell appropriara algumas dellas para seo proprio uso. Um caso relatarei eu, que me foi communicado por pessoa fidedigna: ordenou o Governador Maxwell que se vendesse a caza de um Maroon por nome Herbert Jarrat, e elle mesmo a comprou por cento e sette libras: a irmã de Jarrat offereceo a quantia por que ella foi vendida; porem o Governador a não quiz largar, e ordenou a alguns soldados do Corpo Africano, que tinha officios, que a concertassem: depois disto elle a vendeo ao Governo por quinhentas libras, e recebeo letras sobre o Thesoiro pela dita soma. Individuos há em Londres, que confirmar podem o que tenho dito sobre o Acto relativo ás milicias; e sobre a compra e venda da caza de Jarrat.



Continua o Relatorio Especial—" Que se não fosse a moderação e paciencia do Governador Maxwell, estes violentos conselhos de M. Thorpe teriaõ por certo produzido as mais calamitozas consequencias ; porem que em razão do Governador adoptar mais brandas medidas os colonos tornáraõ ao comprimento do seo dever, e ao trabalho da lavoura, mas só um mez ou dois depois que M. Thorpe deixára a Colonia." Que dirão os Directores ao importante facto, de que há tres mezes chegou á Londres uma deputação dos Maroons, cujo objecto hé decedidamente queixar-se das injustas e oppressivas medidas do Governador Maxwell? Elles declarão, que a não se lhes fazer justica estão determinados a deixar a Colonia de Serra Leôa e voltar para Jamaica ou emigrar para outra qualquer parte : e que tambem se o Governador Maxwell voltar para Serra Leôa, na capacidade de Governador, elles desampararão este lugar, visto ser impossivel gozar as vantagens das leis Inglezas debaixo de uma tão despotica administração como a sua : estas são as suas principaes queixas.

E hé isto a que os Directores chamaõ moderação, condescendencia, e medidas conciliantes do Coronel Maxwell? O mais singular hé que ao passo que elles estão accumulando elogios para o seo favorito, chega a Londres essa deputação do Maroons, para assegurar ao Governo Britannico, que elles preferem deixar todas as commodidades que a sua industria por quatorze annos havia creado, ao ficar debaixo da administração de um tal Governador ! E como se podia esperar o contrario, quando attendemos ao despotico Acto sobre as milicias, á violenta proclamação que sobre este se publicou, e á pessima medida de converter a propriedade destes uteis colonos em fins tão iniquos, como lucros pecuniarios? De que sofisma lançarão mão os Directores para se sahirem airosamente de uma tão completa refutação dos encomios que procuraõ dar á conducta do seo afilhado?

O Relatorio torna a insinuar, que eu não posso ter senão noçoens imperfeitas do que diz respeito á Colonia em razão de haver ahi somente resedido vinte e dois mezes. Já no principio desta minha replica mostrei a futilidade de tal ataque ; e resta-me agora acrescentar que ouyi os depoimentos de quasi duzentos trafficantes



de escravos; que conversei com os mais intelligentes de entre elles; e que li a correspondencia particular de milhares de individuos tanto da costa d'Africa para o Brazil, como do Brazil para a costa d'Africa, em que vinhaõ expostas com a maior individuação muitas circumstancias respectivas ao commercio dos negros em ambos os paizes: Eu vizitei quasi todos os estabelecimentos de nota desde Senegal até Annobom, ao sul da linha: e os Directores parece-me que admittiraõ, que eu tenho prestado alguma attenção á materia desde a minha volta; mas não obstante estar por espaço de sette annos e meio á procurar de todas as fontes que pude descobrir, todas as informações possiveis relativas á colonia, á costa occidental d'Africa em geral, e ao commercio de escravos em particular; com tudo assentaõ esses senhores, que não posso comunicar noçoens algumas relevantes; e que só um traficante interessado, que há vinte annos estêve uma so vez em Sera Leõa dois annos, e que não tem idea alguma de outro qualquer parte de Africa, ou do commercio da escravatura, pode dar informações exactas á toda a Inglaterra sobre objectos Africanos, tanto geraes, como particulares!!

(Continuar-se-há.)

---

*Extractos das Cartas de Joze da Cunha Brochado, escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuados da pag. 168, do No. LVIII.)

*Carta de 22 de Setembro, de 1708.*

Com diferentes luminarias se vio alumiada esta cidade em toda esta noite, e madrugada, por que ardeo e se consumio pelo fogo todo o Mosteiro da Trindade sem ficar mais que a igreja, e a torre, triste e formidavel objecto para os olhos e para a contemplação, e ainda mais para esta do que para aquelles, por que vê mais, e de mais longe. Deos, no tempo da lei escripta, mostrava a sua ira permitindo ou que se roubasse a arca, ou se destruísse o templo: queira a sua misericordia que nos incendios das cazas de S. Francisco e



da Trindade, que tambem são arcas e templos da lei da graça, se não verifique algum misterio occulto da sua justiça.

Da nossa frota não temos ainda noticia alguma; com tudo a chegada destes navios nunca foi nem mais importante nem mais necessaria assim para o commum como para El Rey, por que há mais de um mez que para a sua cozinha se compra sem dinheiro, e todos os meios, arcas e cofres estão esgotados, e se querem vender fidalguias, habitos, e officios. A caza das obras tem consumido somas inumeraveis de dinheiro; os aprestos da Caza Real não vão sendo de menos despeza. Estes Senhores, pelo principio destas coizas, não atenderam o fim dellas, facilitaram a despeza, e não ouzão agora impedir-lhe o progresso, nem confessar o erro, que ainda será maior quando Vier a Rainha, em cuja caza se não acha dinheiro algum, antes quarenta mil cruzados de divida; e creia V. Ex<sup>ca</sup> que se não vio nunca a Caza Real em tão miseravel e pobre situação.

Hoje houve Conselho de Estado que devia ser sobre a Campanha deste anno, para a qual se não acha um alqueire de trigo em toda a provincia, nem fóra della, ainda que El Rey o queira comprar a preço de pataca o alqueire. Lisboa, &c. &c.

*Carta de 30 de Setembro, 1703.*

S. M. resolveo mandar um embaxador extraordinario a Roma, e quem ouvir esta resolução entenderá que Portugal quer interpor a sua mediação nas differenças que há entre a Corte de Roma e a Imperial; porem oigo que não hé este o fim de tão apressada resolução. Neste patacho que veio da Bahia chegou um P<sup>e</sup> da Companhia, Italiano e Missionario na China, e vem queixar-se do Visitador Geral que o Papa mandou, haverá tres annos, a conhecer da grande questão que há na China entre os Padres da Companhia e os mais Missionarios sobre o culto de Confucius, de que V. E. tem perfeita noticia, e sobre que tem feito um grande numero de livros, em que a razão theologica está pelos missionarios; porem os *Padres da Companhia*, para se fazerem agradaveis ao povo e aos Senhores da China tem sua razão particular. E porque hé contra a sua con-



servação que o Visitador Geral comece a averiguação desta grande disputa, fizeram com que em Macau o *detivessem* ou *prendessem*, e para se justificarem, querem meter nos seus interesses a Corte de Portugal, resuscitando a queixa que temos contra a congregação "de Propaganda fide," e outras cousas de ciúme dos missionarios Francezes. Estas razões pareceram a El Rey da ultima consequencia, e sem embargo de que S. Ignacio cedeo o seu lugar a S. Felipe Neri, com tudo obtiveram os Padres que a sua defesa em Roma se cobrisse com as representações de um embaxador extraordinario. Esta disputa dos Padres, ainda que hé a primeira vez que veio a presença de S. M. já se tinha feito e repetido de ante de El Rey que Deos tem, e que escreveo uma carta ao Pontifice, que se acha impressa e respondida pelos Missionarios em papeis que vieraõ ao Padre Sebastião de Magalhens no meo tempo. Se esta materia me fôra comunicada, poderia ser que eu informasse a estes Senhores do que ella continha, porem nem a minha ignorancia nem a minha pessoa merecem consideração alguma.—Lisboa, &c. &c.

*Carta de 6 de Outubro, de 1708.*

Por outro modo quer Deos ensinar-nos e hontem entrou um Patacho de avizo com a nova de que as 12 fragatas Francezas, que cruzavaõ entre as lhas desembarcaram 500 homens na de S. Jorge, e a pilharam e a tomaram, e dizem que com animo de fazer o mesmo ás outras. Estes navios esperaõ a frota, e para que o fação mais a seu salvo partio Gaspar da Costa para este reino com os navios da sua esquadra, e diz que a buscar mantimentos, e tambem porque ouvira dizer que a frota não vinha neste anno. Tornaõ a mandalo, e parece que á manham; e por mais que El Rey pedio ao Inviado de Holanda um ou dois navios de guerra, não foi possível até hoje ao meio dia alcançar resposta positiva; nem eu culpo o Ministro, porque nas suas instruções não cabem semelhantes ordens.

Este hé o ultimo estado em que nos achâmos a respeito do maior perigo em que nunca esteve a Coroa de Portugal e a substancia de seu negocio, e tudo nasce dos poucos homens que El Rey tem em seu serviço,



quero dizer:—que ninguem sabe fazer a sua obrigação por não haver nem disciplina, nem doutrina, nem escola. Nem sabemos mandar, nem sabemos obedecer; os governadores das provincias, assim maritimas como do reino, apenas sabem ler e escrever, e sem mais experiencia de que a recommendação de quem os protege, entraõ nos lugares de que daõ tão boa conta. Perdoe V. E. a dureza desta critica, que sou nella tão obstinado, que não explico a minima parte do que entendendo, e tudo se justifica pelo commum erro que publicamente se comete em todo o genero de occupação, seja ecclesiastica, civil, politica, ou militar, e tudo tambem na fé que nunca queremos ser discipulos, nem conhecer que a sciencia entra com sangue e trabalho. Cuidâmos que com uma pouca de dissimulação e de reserva, com que fallâmos em toda a materia, cubrimos a ignorancia que della temos, mascarando por este modo a insuficiencia que conservâmos na nossa poltronaria.—Torno a pedir perdão a V. E., mas como fallo diante de um ministro que hé o lente de prima desta verdade e doutrina, refiro a V. E. o mesmo que de V. E. aprendi.—Lisboa, &c.

*Carta de 27 de Outubro, 1708.*

Hontem 26 entrou a Rainha com sete dias de viagem, e ficou em S. Joze a rogo seo para se remeter um pouco do enjão do mar, e hoje pelo meio dia se fez o navio á vela, chegou diante do Forte pela uma hora, e El Rey depois dos cumprimentos ordinarios a foi buscar um pouco tarde, e não sei a razão, nem a etiqueta. A Rainha hé mais de que ordinario parecer, com magestade e bastante soberania. Falla latim, Italiano, Francez e Hespanhol; tem muita piedade e muita religião; ama a caça e o exercicio que ella traz comsigo. Todo o Paço se encheo de capas negras, forradas de ló, que pareciam as estolas dos nossos reverendos Conegos. Apareceram algumas cazacas da comitiva do Embaxador que honravaõ a festa. Finalmente, Senhor, tudo se fez como se costuma fazer, sempre correndo e sempre a pressa, como quem não sabe o que faz. Houve questaõ com as Damas sobre a precedencia da Duqueza, e porque se rezolveo contra



ellas, quizeram recolher-se; mas oigo que cederam algumas ou todas. As pessoas Reaes haõ de cear em publico, e eu me não atrevi a esperar pela funcção, esperando em outro dia lograr esta honra. Para o correio proximo direi mais alguma individuação desta grande festa.—Lisboa, &c.

*Carta de 3 de Novembro, 1708.*

Acabaram-se as luminarias, mas não se acabaram as festas e as demonstraçoens de alegria, porque até hoje se não abriram os tribunaes, correndo o expediente da justiça pela mão larga dos alvorôços da graça. Dizem que teremos o primeiro dia de toiros em 10 do corrente, e que passada esta festividade birá a Rainha a Metropoli a render vassallagem a Deos; porem como este acto deve ser o primeiro antes de apparecer em publico, supponho que os toiros ficarão para o fim do mez, esperando que os arcos se aperfeiçoem, apezar dos ataques do inverno que não deixa continuar a obra. Alguns dos toureiros, a imitação da embaxada, toireaõ com tezoureiro. Em terça feira passada foraõ os tribunaes beijar a mão a El Rey e depois a Rainha que estava em uma bella caza debaixo de um docel rico, assistida de Damas, umas bem parecidas, e outras de menos que ordinario parecer, principalmente as duas Allemans que, por fazer honra a Rainha, são de uma excellente fealdade, mas nem por isso deixarão de ser bem dotadas. A Rainha tem todas as virtudes que são necessarias para fazer e constituir uma perfeita Magestade; e assim parece que o mostrou na controversia das Damas. Não tem aquella elevação Austriaca, Augusta, Cesárea, que costuma dominar nas Princezas da sua Caza, antes parece docil, e benigna com um grande fundo de equidade e temor de Deos, e entendo que tem Portugal uma Rainha, que El Rey merecia, e que os Portuguezes não merecemos. Até agora não sei circumstancia ou novidade alguma da nossa Corte que communicar a V. E. Tudo no Paço hé grande e profuzo; muito jantar e muita Cêa em publico; e cada um interpoem o seo parecer, e cada um julga como lhe vai na festa.

O Snr. Marquez de Cascaes teve a direcção da si-



metria dos pratos, em que fez singular serviço a El Rey, e queira Deos que se lembre d'elle para a Embaxada de Roma. O Conde de S. Vicente hé presidente do Concelho Ultramarino com grande contentamento do povo e nobreza. O Marquez de Minas teve um presente da Rainha de Inglaterra, que se compunha de uma joia com o seo retrato, que uns avaliaõ assim e outros assim, e eu sem a ver tambem a pudera avaliar. Esta liberalidade da Rainha respeitou á grande atençaõ com que o Marquez tratava as tropas e os officiaes daquelle reino. V. E. dezejava saber as pessoas que vieraõ com a Rainha a Portugal, e no livrinho incluzo do mez de Agosto achará V. E. os seos nomes e as suas qualidades.—Lisboa, &c.

*Carta de 10 de Novembro, 1708.*

Eu sigo a Corte de longe, louvo as suas maximas, e rogo a Deos que tudo succeda á medida das suas proposições. Tudo continua a ser magnifico,—muita despeza e muita abertura: continua o concurso, e S. M. fez entender que o queria. Cuida-se em que haja jogo, e não falta quem diga que assim se faz nas mais Cortes: eu oigo tudo, não afirmo por não mentir, mas não sei se minto por calar. No Paço houve reforma dos trajes ou das caudas, e outras advertencias de que não estou bem informado; porem El Rey N. S. cujas ideas são grandes, quer que se imite o que hé bom, e que tudo se dirija pelas cortes estrangeiras, em cuja pintura cada um debuxa como se lhe antoja; e assim a reforma hirá em augmento Cezáreo—Gallico—Anglico, com mescla de antigo Portuguez nas donas de honôr. Os Allemaens, que vieraõ com a Sra. Rainha, fazem o *petit Maître*, comem bem, mas não sei se fiado. O Snr. Conde de Redondo na despeza desta meza fez crescer a gloria de El Rey, em grande satisfacção dos ventres Tudescos, que em recompensa hiraõ dizer de nós o que custumaõ dizer de todos. Oigo que os Viadores antigos da Caza da Rainha renunciaram esta honra, e que o Duque padece novas melancolias. Queriaõ que o primeiro dia de toiros fosse em 12 deste mez, mas a chuva contramanda esta ordem, e temo que esta festa se mal-logre, não



pela perda publica, mas pela falta particular da propina, que hé o que tiro desta gloria.

Entraram duas naus da India, uma de Gôa com o Vice-Rey, e outra de Thimor com bastantes loiças, segundo dizem. A frota do Rio ficou sem comboy, e a de Pernambuco ficou em trabalho, porque deo com Francezes, e nesta hora estará toda rendida, como diz um navio da sua conserva que hoje entrou. Queira Deos que não tenha a mesma sorte a do Rio, que tras o *lastro de oiro*. Nos navios, que tem chegado, *se aehaõ mais de 500 arrobas de oiro*; mas esta abundancia hé a maior esterilidade daquelle Estado, sobre cujos interesses se cuida mui pouco na prezente conjunctura, em a qual baixou um Decreto ao Concelho Ultramarino para que no seo palanque tivesse assento o irmão de Diogo Luis, ainda que não tivesse voto. Tambem veio outro ao Concelho da Fazenda para se venderem os officios de Provedor dos Armazens, da Moeda, Almoxarife dos fornos, e Provedor da Fazenda do Rio; e esta resolução se venceo contra o voto do Snr. Marquez velho que instou fortemente contra a venda dos officios.—Lisboa, &c.

(Continuar-se-haõ.)

---

## LITERATURA ALLEMAM.

---

*As Analogias de Carolina Pichler.*

XXI.—*As Regioens do Outomno.*

O Outomno reina já sobre as nossas regioens. Com tudo as arvores ainda estão linda-e espessamente folhadas, e com a gentil mistura de seos diferentes verdes corôaõ as rentes-ceifadas campinas; mas já de quando em quando alguma pallida folhinha se despega e cahe ondeando sobre a relva, não mais vecejante. Amarellos e sem graça estão os restos dos vegetaes, e crestados pelo estivo ardor do Sol inclinaõ suas mur-



chas cabeças para a terra, e se aproximão do seu tumulto. Nenhuma ave chocando construe agora occulto ninho na espessura de abastecidos ramos, nenhuns pintainhos chamaõ os pais com seos clamorosos, e bem-aceitos guinchos, requerem a sua comida e despertaõ nos coraçoens senciveis a imagem da ventura domestica. Somente o azulado Ratinho vaguea solitario pelo bosque, luctuoso precusor do proximo inverno.

Quanto tempo ainda este verde ornamento deverá cobrir a espessura? Quantas vezes deverá o Sol inda vê-la no seu esplendor? Quanto tempo hade ainda orvalhar o arroio suas verdes sombras? Vem, vem chegando os dias do inverno, as risonhas horas vôaõ com perfida ligeirera, e chamaõ para ao pé de nós o inexoravel destruidor d'alegria.

Estas arvores vão ser desfolhadas, e luctuozas erguer-se do frio chaõ, este arroio vai petrificar-se como gelo, e alem sobre aquellas montanhas, que agora cobre variada verdura, pousará só neve com morta uniformidade, e só despídos rochedos interromperão o branco deserto. Entaõ, sem ser saudado pelo canto das aves, e pelo rabil dos pegureiros, se ergue do mar o sol solitario, mal-olha as invernosas regioens, que outrora vira em seu lustre, e coberto de nevoa se enlucta por esta mudança e fugida do estio. Com tudo, eu só provo uma ligeira magoa n'auzencia de tantas bellezas, pois sei, que depois do frio inverno torna uma primavera, que hade reverdecer estas arvores, desatar esta torrente, e reproduzir os amores das aves. Entaõ vem o sol da joven primavera com ridente aspecto, e folgando de tornar a ver a terra embellecida, derrama sobre ellá a sua mais bem-fazeja influencia.

Assim vecejamos nós em a flor da mocidade; e tudo se ri para nós em roseo lustre; mas os dias da velhice chegaõ, chega a omni-dissolvente morte, e no véo juvenil trazemos nós já comnosco o germe da nossa destruição. Quanto tempo, oh querida Amiga! quanto tempo andaremos ainda de maons dadas? Quanto tempo haõ de enthusiasmar-nos ainda os objectos, que hoje fazem a nossa dita? Talvez brotáraõ já as violetas immediatas aos nossos jazigos; entaõ vem o sol da primavera, que nos despertára tantas vezes para novos



praseres, e não achando mais os nossos vestigios, raia tam bello nas gôtas de orvalho, que tremem sobre as flores da nossa campã como raiava outrora nas lagrimas de prazer, que borbulhavaõ em nossas faces. Mas não gemamos de lucto! A lêm da estreita e nocturna morada, alem do invernosio tumulo, nos surri uma melhor primavera, uma primavera, cujas mais nobres flores nunca murchaõ, cujos mais bellos sóes nunca passaõ. Entaõ rompe o veo invisivel a liberta mari-posa; todas os suas forças e facultades, que eraõ mui grandes para este mundo, se desenvolvem como suas azas, seus dezejios insaciaveis de felicidade se preenchem, e o ente enobrecido fluctua continuamente de bemaventurança em bemaventurança.

## XXII.—*O Cume da Montanha.*

Que dominante e immensa vista se offerece d'aqui aos nossos olhos! Quam desmedida se estende a terra diante de nós! La jazem os lugares da habitaçaõ dos homens—uma grande e tumultuosa cidade; innumera-veis aldeas, cercadas de jardins e viçosos campos; castellos reaes, que levantaõ excelsos os circumspicientes eirados; elegantes quintas, que annunciaõ a prosperidade e o commodo! E lá no fundo da pintura a magestosa torrente, que em varias tortuosidades, enrosca seos braços azues pela encantadora paizagem! Tudo vive, tudo se move lá em baixo, carruagens se vem rodando pelas ruas da cidade, homens hindo é vindo, e promovendo seos empregos; o operario e artista não trabalhaõ, sem estrepito; carros carregados estrondeaõ pelas estradas; a bulha, a assuada, a occupaçaõ poem em movimento e perturbaõ as enormes capitaes.—E aqui! qué socego, e magestoso silencio! Até este elevado cume não remonta a multidaõ, nem se eleva o mais pequeno rumor! Os sons mais altos resoaõ pelas tranquillias faldas da montanha; e só as vozes da natureza, só o murmurio das fontes e o gorgueio das aves interrompem esta solemne taciturnidade, e se misturaõ nos doces accentos d'amizade, que voluntaria habita nas sombras deste arvoredos.

Não te faz, minha amiga, o tope desta montanha e a sua solidaõ lembrar a virtude, que em perpetua luz



pura, sobranceira ás paixoens aos interesses, e a todas os inquietos esforços, e ordinarias pertençaens dos homens, habita em silêncio e em venturoso descanso? Na sua sublime elevação os objectos e suas relaçãoens se lhes mostrão em proporção da sua realidade. A ambição não levanta para ella a sua voz offerente; os atractivos da voluptuosidade não tocão o seu alto assento, nenhum illusorio caprixo perturba seu repouso, e as exigencias de todo o sentimento ignobil sôão debalde e sem sentido no baluarte inabalavel da sua verdadeira felicidade. A natureza somente lhe falla com todas as suas doces mas potentes vozes; ella descansga nos braços da amizade, e na sua altura sente avesinhar-se ao parente Céu.

### XXIII.—*O Jardim em Setembro.*

Já por detraz da montanha se poem o Sol mais cêdo, já mais cêdo se alastraão as sombras sobre a planicie; e frescas viragoens sopraão em torno das medas, e encrespaão a meos pés as murchas folhas que aqui e ali cahiram das arvores. Apenas agora o derradeiro brilho da tarde avermelha os escurecidos topes das arvores, cujo animado verde a estas mesmas horas já brilhára em todo o lustre do Sol. Acabou-se o risonho tempo da vivificante alegria, e d'abundancia; desapareceram os bellos e longos dias do estio; de mil e mil flores que adornavaão o jardim há poucas luas, nem uma so existe. O anno tem passado a sua juventude, e já se aproxima na virilidade ao cadente Outomno. Mas a bemfazeja Natureza não deixou este periodo sem graça, e sem gozos. Onde outrora se accumulavaão flores sobre flores, e entumecidos gommos desabroxavaão, amadurecem agora preciosos fructos. Ali dos ramos carregados se curvaão as doces pêras até á mão colhedora; aqui as ceruleas ameixas, como entrelaçadas, começaão a sazonar-se, e as maçans ostentaão suas varias cores, e alem reluz o pecego por entre as cobridoras folhas. De um Ceo azul-escuro raia o Sol brando e animador, uma temperatura doce e uniforme coze a seiva dos vegetaes e perfeitamente a sazona. O homem sem ser opprimido pelo calor, anda pelos fructiferos contornos, goza com pleno



anhello de um tepido ar puro, e com silencioso regozijo deleita os olhos no complemento de todas as promessas, que lhe apontára a vecejante primavera.

Tu queixas-te, minha Amiga! da fugida da nossa mocidade e de seos prazeres. Hé verdade, acabou-se o tempo da nossa jovial liberdade, e de nossos exaltados sentimentos. Muitos cuidados, muitas laboriosas occupaçoens tem encurtado os vãos da nossa phantasia, e reconduzido o nosso espirito á fria realidade; a dança, e estrepitosos prazeres já não encantão nossas almas sérias; sobre as nossas faces se desbotaõ as rosas da mocidade; um pequeno desfalque, uma visivel decadencia em nosso semblante mostraõ, que nenhuma plethora mais entumece nossos musculos; e o enxame dos mancebos passa por nós indifferente. Cedo começaõ a murchar-se as Donzellas, que nós conhecemos crianças.

Mas deveremos por isso amargurar-nos, minha cara? Não tem a Natureza com prodiga mão reparado tudo quanto nos tirou? De boa mente esquece a mulher feliz, no circulo de seos filhos, os enfeites e elegantes sociedades, e acha mais doce nas horas silenciosas da noite ver o farto succador infante adormecer no seio materno, do que formigar no labirintho e tumulto das mascaradas. A terna consideração de um espozinho não diminue, porque o tempo, e os maternas deveres tem apagado os primeiros attractivos de nossas faces; e bons e contentes filhos saltaõ a roda de nós, se já nenhum galante nos ladêa. A experiencia, e cuidados domesticos tem sazornado o nosso character, confirmado os nossos principios; e na alegre serenidade do espozinho, na muda sofreguidão, com que volta á noite para sua socegada caça, nas virtudes da crescente especie, colhemos nós mil vezes os fructos que a rissonha primavera nos prometteo.

#### XXIV.—*Os Botoens no Outomno.*

Desapareceraõ todos os prazeres do Jardim. Desfolhados estaõ os arbustos, destruidos os canteiros; o pomar despojado de seos thesouros, e os ramos sem folhas estendidos no turbido ar de Novembro. Apenas aqui e ali floresce o purpureo Chrysanthemo, e o dou-



rado Heliantho raia por entre o nebuloso véo com suas flamantes estrellas. Como tudo está calado em torno de mim! Tudo exprime apartamento e descango depois dos activos prazeres do verão. Ali cobre o jardineiro o tenro pimpolho de mais doces zonas, a figueira, com abrigador tapigo—aqui jaz o jasmin e o clematis debaixo de coberta, e defendido contra a geada.—Exhausta e cansada espera a Natureza a chegada do inverno, e o ferreo profundo somno. Mas por estas aridas circumvesinhanças passeio eu alegre, e, em quanto os prazeres deste anno caminham para o sepulchro, noto as esperanças do futuro aqui, nos vermelhos botoens vecejantes do cortado Platano, ali nas verdes pontas do prematuro sabugueiro, e particularmente nestes redondos e lanosos botoensinhos de arvores fructiferas, que se accumulam nos troncos, e promettam novas flores, e doces prazeres, que haõ de reproduzir-se aos brandos raios do Sol da Primavera. Quam bello tornará a ser o jardim! Que gratas horas não passaremos á sombra das arvores reverdecidas em familiar conversação e animado recreio!

Onde está agora o inverno com seos terrores? Onde estão as sombrias imagens de apartamento e morte?—esquecidas á este prospecto de vindouros prazeres, extinctas ao brilhante esplendor da esperança! Taõ potente hé o seu encanto, taõ benefica e sabia a ordem da Natureza, que ainda quando não pode trazer-nos a rialidade, nos mostra os botoens de futuras flores! Não só na primavera da vida, em que o grande mundo se franquea á vista prespicaz, brilha aos contentes olhos a amiga esperança, tambem nos ferventes dias da idade adulta, e nas horas tristes, liga ella por occultos laços o deleite da existencia, e a força ao magoado coração; e no seu magico espelho deixa ao encanecido, para quem este mundo se tornou vam sombra, ver resurgir outro mais bello, e o consola na lisongeira esperança de tornar a ver os extinctos objectos do seu amor.

#### XXV.—*O Vento do Outomno.*

O rouco vento do outomno zune pellar arvores, lança por terra suas mal-pegadas folhas, e sopra agudo pelos prados, que já nenhuma flor adorna. Com rapidos



passos nos affastâmos das frias sombras, e buscâmos os lugares livres, onde o baixo Sol ao meio dia vibra só tepidos raios, e com deleite nos aquecemos ao suave luseiro. Oh como a scena está mudada! Há poucas semanas fugiamos nós do Sol descoberto, por que seos crestadores raios nos opprimiaõ com dezalento, e buscavamos em solidaõ a frescura de verdes sombras, e o refrigerio das fontes no intimo sanctuario do bosque. Ali abençoavamos nós, suspirando, a branda viraçãõ, que raras vezes se move assaz pelo silencioso arvoredõ; e esperavamos avidamente a vagarosa tarde. Bem depressa, bem depressa hade ainda afrouxar o raio obliquo do Sol, e o vento do Outomno ser mais penetrante. Entãõ desfolha elle a floresta, e agrilhõa a torrente, que inda agora murmura pelo prado; entãõ o mesmo rude sôpro, que taõ vivamente sentimos, será ainda soportavel, e quando a neve tiver coberto os campos, um dia, como o de hoje, poderá chamar-se ainda brando e bemfazejo.

E comtudo o homem soporta estas grandes mudanças sem prejuizo de seu bem ser; elle vive sadio, e contente, quer diante do gelido bafo do inverno se estanque a vida em toda a Natureza, quer Sirio torre as sequiosas campinas; e abençoa tam alegre os vislumbres do Sol, que esclarecem os sombrios dias de Dezembro como as nuvens tempestuosas, que no estio gotejaõ a frescura no aquecido chaõ. Muda e gradualmente se accostuma a sensibilidade ás diversas impressoens, e aprende a avaliar como beneficio, o que outrora lhe parecia insoportavel.

Oh Poder do habito, e do tempo, quam benefica hé tua silenciosa força para o homem, que a Natureza e a Sorte exposéraõ sem ajuda a tantas mudanças! Com branda mão, tu aligeiras os ferreos grilhoens do infeliz, que no primeiro momento ameaçavaõ esmagalo; seu gravame se tornará finalmente imperceptivel, e suas perdas se esquecerãõ bem depressa. Tu nos ensinas a considerar como superfluo, o que outrora nos parecia indispensavel; tu voltas para nós um bom lado do mais acerbo destino, e debaixo de teos macios passos brotaõ mesmo na charneca flores.

Nestes dias, agora de lucto e desolaçãõ universal, em que muitos felizes, precipitados de sua grandeza, apenas em fortuna se assemelhaõ a seos antigos creados,



tu lhes ensinas a se habituarem á pobreza, e escuridade. Pouco á pouco elles esquecem sua antiga potestade, instruidos por ti recebem com reconhecimento das maons de uma reciproca ventura pequenos prazeres, que outrora desprezariaõ, e já chamaõ estado de abundancia o que outrora temeriaõ como precisaõ muito amarga.

Oh quam paternal tem a Providencia cuidado aqui dos pobres mortaes, em quanto lhes deriva do tempo e do habito as mais fortes e seguras consolaçoens, que nenhuma dor, por mais profunda, por mais viva que seja, pode contrariar; e reconduz para a felicidade, contra seu querer mesmo, o coração humano!

---

## SCIENCIAS.

---

### *Nova Exposição dos Progressos que fizeram as Sciencias Physicas.*

(Continuada da pag. 179, do No. LVIII.)

#### *Chimica.*

O progresso annual da chimica em razão de ser muito maior do que o de outra qualquer sciencia julgamos acertado, a fim de evitar confusão, dividi-lo em varios ramos, e arranjar os factos que temos de expor debaixo de differentes capitulos.

#### 1. *Principios Geraes.*

Os nossos leitores estaraõ provavelmente lembrados de que demos uma idea dos principios geraes da theoria atomica na exposiçaõ que fizemos dos progressos que haviaõ tido as Sciencias Physicas no Continente. Desde entaõ não tem apparecido papel algum sobre a materia, que a nosso ver seja taõ importante, como uma memoria anonima há pouca inserida em um dos Numeros dos Annaes de Philosophia, que tem por



titulo—"A Relação entre as gravidades especificas dos corpos no seo estado gazozo, e o pezo dos seus atomos." O modo como o nosso author determina a gravidade especifica de alguns dos gazes merece de certo contemplação, visto que hé com toda a probabilidade capaz de ministrar resultados mais exactos, do que os methodos até agora empregados.

Julga o author que o ar atmosferico hé uma substancia chimica composta de um volume de oxygenio, e quatro volumes de gaz azote. Ora ainda que esta opiniaõ não concorde com as analizes do ar atmosferico que até o presente se tem feito, com tudo não deixa de ser bem plausivel; e na verdade se attendermos ao mui pouco cuidado com que essas analizes tem sido feitas, e juntamente ás numerosas provas que Gay-Lussac há produzido para mostrar, que os gazes sempre se combinaõ por um modo tal, que um volume de um gaz se une com um, dois, tres, ou quatro volumes do outro, acharemos alguma razão para assentir á conclusaõ do nosso author. Segundo este seo calculo elle demonstra, que se a gravidade especifica do ar for como 1, a do gaz oxygenio hé 1.1111, e a do gaz azote 0.9722. Esta demonstração porem depende de duas supposições: 1º que um atomo de azote peza 1.75, 2º que o ar atmosferico hé composto de um atomo de oxygenio e dois atomos de azote; daqui vem que 100 partes de ar atmosferico constaõ á pezo de

Oxygenio ..... 22.222 | Azote ..... 77.777

Quanto á gravidade especifica do gaz hydrogenio o author suppoem ser 0.0694: e deriva esta sua, hypothese da composiçaõ do gaz ammoniacal, o qual se tem mostrado constar de tres volumes de hydrogenio, e um de azote condensados em dois volumes; e da sua gravidade especifica a qual hé 0.5902. A unica duvida que parece haver neste calculo hé se a gravidade especifica do azote hé tal qual o nosso author suppoem: a pezar disto somos de parecer, que elle hé mais exacto do que qualquer dos resultados, que até agora se tem obtido pelo processo de pezar.

Ora se a gravidade especifica dos gazes oxygenio, azote, e hydrogenio hé, do:—

Oxygenio 1.1111 | Azote 0.9722 | Hydrogenio 0.0694



Segue-se entãõ, que o oxygenio hé desaseis vezes, e o gaz azote quatorze vezes mais pezado, que o gaz hydrogenio. De mais a agua hé composta de 1 hydrogenio + oito oxygenio á pezo; e na hypothese de que ella consta de um atomo de hydrogenio e de um de oxygenio, em tal caso o atomo do oxygenio hé oito vezes mais pezado, que o atomo de hydrogenio.

O author julga, que a gravidade especifica do gaz chlorico hé 2.5: a gravidade das outras substancias hé inteiramente deduzida de calculos. O methodo, de que elle faz uso, he achar o pezo de um atomo de qualquer substancia, e multiplica-lo por metade da gravidade especifica do gaz oxygenio; o producto dá a gravidade especifica da substancia, na supposiçaõ de que ella existe no estado gazozo: A gravidade especifica de

Zodine hé . . .	8.611111	ou 124	vezes maior que a do hydrogenio.
Carboneo . . .	0.4166	— 12	ditto
Enxofre . . . .	1.1111	— 16	ditto
Phosphoro . . .	0.9721	— 14	ditto
Calcio . . . . .	1.3888	— 20	ditto
Sodio . . . . .	1.6666	— 24	ditto
Terro . . . . .	1.9444	— 28	ditto
Zinco . . . . .	2.2222	— 32	ditto
Potassio . . . .	2.7777	— 40	ditto
Barytio . . . . .	4.8611	— 70	ditto

O pezo de um atomo de iodine suppoem o nosso author ser 15.5, numero este, que hé quasi analogo ao que Gay-Lussac obteve pelas suas experiencias, isto hé, 15.614.

Quanto ao pezo de um atomo de phosphoro, parecenos que não ser exacto o que propoem o author; e logo mostraremos, que experiencias laboriosas assim o tem mostrado.

Os pezos dos atomos de carboneo e enxofre concordãõ com os que outros chimicos ja tambem tem achado por meio de analizes.

Não approvamos o methodo que o author emprega para determinar o pezo de um atomo de sodio, ferro, zinco, &c. Elle consiste em verificar que porçaõ destes corpos hé dissoluvel em uma quantidade de acido muriatico que seja sufficiente para dissolver certa porçaõ de carbonato de cal: bem se vê que os resul-



ados nunca podem ser taes, que mereçaõ toda a nossa confiança.

2. Hê um facto já há muito sabido dos philosophos, que o volume do ar, e de todos os gases, está na razão inversa da sua compressão. Os Inglezes julgaõ que Boyle fora o descobridor desta lei; os Francezes porem attribuem a descoberta á Mariotte. Não estamos certos qual destes dois philosophos foi na realidade o inventor desta lei, em razão de não termos em nosso poder a dissertação original de Mariotte, nem sabermos exactamente o periodo em que foi publicada: mas se sahio á luz em 1666, comõ temos alguns dados para suppor, entãõ a precedentia da descoberta pertence sem duvida à Mariotte; pois que as experiencias de Boyle não foraõ publicadas taõ cedo. Quando um corpo se acha no estado gazozo, as suas particulas estão taõ distantes umas das outras, que as attracçoens e repulsoens, que ellas possuem, não tem acção alguma sensivel por maneira tal, que a distancia hé simplesmente regulada pela repulsaõ que o calorico, e a compressão externa occasionaõ. Isto hé bem evidente; por quanto se misturarmos um volume de gas oxygenio com um volume de gas hydrogenio, a mistura constitue dois volumes: entretanto que sabemos haver attracção entre estes dois gases. Hê por tanto necessario, que as particulas estejam situadas na esphera de uma attracção reciproca, e entãõ se observa, que ellas se approximaõ, e que occupaõ um menor espaço. M. Amfrere tem demonstrado que a resistencia, que alguma porção de qualquer gaz faz á compressão externa, está na razão directa do numero de particulas que essa porção de gaz contem: isto porem não hé novo, pois Mariotte tambem estabeleceo há muita a mesma lei.

3. Adhesão apresenta signaes caracteristicos de affinidade chimica, e hé uma das mais importantes causas deste fenomeno. As diversas experiencias feitas sobre ella por Brook, Taylor, Merveau e Archard, são assas sabidas, como tambem os defeitos dessas mesmas experiencias apontadas há muito por Dutour. O assumpto hé ainda susceptivel de muito aperfeiçãoamento, e por certo digno de ser investigado com attenção. M. Ruhland publicou ultimamente no Jornal de Schweigger ii. 146, varias experiencias mai singulares sobre a



materia, as quaes merecem ser geralmente conhecidas. Passaremos a dar um pequeno resumo dellas; omitindo porem as suas explicagoens, que a nosso ver não parecem esclarecer muito o assumpto.

Elle achou ser necessario um pezo de 46 graõs para separar um vidro de relógio da superficie de mercurio. Aquecendo-se o vidro eraõ entã precisos 58 graõs para separar as duas superficies. Quando o vidro e o mercurio foraõ elevados ao mesmo grau de temperatura, 46 graõs, ou ainda um pouco menos, foi bastante para apartar as duas superficies. Esta experiencia foi igualmente bem succedida, quando em lugar do vidro de relógio se substituiu um pedaco de marmore.

Ruhland tambem observou o facto, que já há muito era sabido, qual hé, que se duas superficies lisas, forem esfregadas uma contra a outra, a sua adhesã se augmenta mui sensivelmente. Nós suspeitamos, que nestes cazos a electricidade hé a cauza deste phenomeno; e as duas superficies, hé provavel, que adquirã diversos estados de excitamento. O author fez adhirir uma pequena lamina de vidro á superficie de um pouco de mercurio posto em um vidro de relógio. O pezo que elle achou ser necessario para separar as duas superficies foi tres graõs: pôz entã o mercurio em contacto com um pouco de acido nitrico: seguiu-se por conseguinte uma effervescencia, e se formou um pouco de nitrato de mercurio: e o pezo que depois foi preciso para separar as duas superficies foi não menos de sette graõs. Esta experiencia foi por varias vezes repetida, e sempre com o mesmo resultado. Ruhland julga que uma pequena porção de nitrato de mercurio fica entre o metal e o vidro.

A taboa seguinte mostra os pezos que se acharã ser necessarios para separar de differentes liquidos as superficies dos corpos abaixo mencionadas.

Agua duas vezes distillada:

	graõs.		graõs.
Zinco .....	77	Cebo .....	76
Cera .....	79	Chumbo .....	74
Lacre .....	70.5	Marmore .....	77
Vidro .....	75.5	Euxofre .....	80

Azeite de amendoas:

Marmore ... 50 grs.    Cera ... 56 grs.    Cebo ... 54 grs.



Alcohol diluido com tres tantos d'agua:

Marmore ... 45 grs. Cera ... 50 grs. Cebo ... 49 grs.

Vinte graos de acido nitrico concentrado em duas onças d'agua:

Vidro .....	graos. 64	Cera .....	graos. 70
Chumbo .....	67	Cebo .....	69
Euxofre .....	65		

Vinte graos de acido sulphurico concentrado em duas onças d'agua:

Vidro .....	graos. 75.5	Cera .....	graos. 79
Euxofre .....	75	Cebo .....	77
Chumbo .....	80		

Solução de potassa concentrada:

Zinco .....	graos. 65	Cebo .....	graos. 66
Euxofre .....	67	Vidro .....	64
Cera .....	69		

Hé mui notavel o effeito, que um pouco de sal ou acido produz nágua; se por exemplo lançar-mos um pouco de sal em duas onças d'agua acharemos, que laminas de zinco e vidro precisaõ dos pezos seguintes para se separarem do liquido:

Zinco ..... 78 grs. Vidro ..... 76 grs.

Misturando-se com a mesma porção d'agua seis graos de acido nitrico concentrado, foraõ entaõ necesarios os seguintes pezos:

Zinco ..... 74 grs. Vidro ..... 79 grs.

Em outra experiencia os pezos que se precisaraõ para separar o vidro e zinco d'agua pura foraõ:

Zinco ..... 78 grs. Vidro ..... 76.5 grs.

Lancando-se seis graos de acido sulphurico concentrado em agua os pezos foraõ:

Zinco ..... 75 grs. Vidro ..... 71 grs.

4. A fermentação hé um daquelles misteriosos processos, que a chimica por ora não tem podido explicar: por este motivo todos os factos, que com ella tem relação, devem ser tidos por importantes; pois hé unicamente accumulando factos, que podemos esperar esclari-



recer este obscuro mas mui relevante processo. Passaremos por conseguinte a expor o resultado de algumas experiencias feitas com á levadura da cerveja (yeast) por Dobereiner: ellas ainda que não sejam muito importantes; merecem com tudo ser sabidas. Elle tirou uma pouca de levadura da cerveja feita de gingetre, e para a fazer perfeitamente pura lavou-a em uma boa porção de alcohol: não soffreo a levadura alteração alguma na sua apparencia, mas ficou sem gosto algum, e incapaz de produzir fermentação em uma fraca solução de assucar com agua. Isto mostra que a sua natureza experimentou alguma mudança; por quanto hé um facto que se há observado, que se dissolvermos assucar em agua em quantidade tal que reduzamos o liquido ao estado de Xarope, e depois o misturarmos com levadura, se conserva para sempre sem passar pelo menor grau de fermentação; logo porem que hé sufficientemente diluido com agua, principia a fermentação.

5. O absorvimento dos gazes por substancias solidas hé um assumpto de summa importancia, e que tem de vez em quando occupado muito a attenção dos philosophos chimicos. Delametherie, Morozzo, Rouppe, e Von Norden publicaraõ successivamente diversas experiencias sobre a materia; elles porem se limitaraõ em geral á acção do carboneo, e as suas experiencias não foraõ bastante variadas nem exactas para esclarecer muito este assumpto; e muito menos para nos por em estado de formar uma theoria, que explicar pudesse a natureza deste absorvimento. Porem M. Saussure, philosopho Genovez, um dos mais habéis chimicos dos nossos dias, tem ultimamente prestado consideravel attenção á esta mesma materia, e publicou há pouco uma serie de mui laboriosos e importantes experimentos. Elle não se limitou ao carboneo, mas sim tentou muitas outras substancias, e variou as suas experiencias por maneira, que obteve resultados sufficientes para dar-nos uma mui plausivel theoria destes absorvimentos.

A conclusão geral, que Saussure tirou das suas experiencias, foi que o absorvimento dos gazes pelos corpos solidos porosos depende da mesma causa, que a attracção capillar dos liquidos. A affinidade chimica



naõ dei xa de ter sua influencia, assim como tambem a tem sobre a attração capillar. Carboneo, meerschauum, asbestus ligniforme, cortiça mineral, hydrophane, quartzo, sulphato de cal, agarico mineral, páo da aveleira, da amoreira, do abeto, fio de linho, de laã, e seda crua foraõ os corpos solidos que Saussure experimentou, e todos elles tem a propriedade de absorver gases. Carboneo absorve o maior numero; e outros corpos se seguem á este na ordem em que estão aqui apontados. Cada uma destas substancias absorve certa porção de qualquer gaz; e há grande diversidade na affinidade chimica que existe entre estes corpos solidos e os gases; carboneo por exemplo absorve mais oxide nitrosa, do que gas acido carbonico; meerschauum pelo contrario absorve mais acido carbonico, do que oxide nitrosa. A Taboa seguinte apresenta o numero de volumes dos differentes gases absorvidos por carboneo secco:—

	volumes.		volumes.
Gaz ammoniacal .....	90	Gaz olefiante .....	36
Acido muriatico .....	85	Oxide carbonica.....	9.42
Acido sulphuroso .....	65	Oxygenio .....	9.25
Hydrogenio sulphuretado .....	55	Azote .....	7.5
Oxide nitrosa.....	40	Hydrogenio oxy-carburetado .....	5
Acido carbonico .....	35	Hydrogenio .....	1.75

A agua diminue este poder absorvente dos corpos solidos: e quando qualquer destes corpos está saturado com algum gaz, deitando-se-lhe uma porção d'agua, esta expelle parte desse mesmo gaz. O absorvimento dos gases pelos corpos solidos hé acompanhado de calor; e isto claramente procede da condensação, que o gaz experimenta nos poros do corpo solido. Assim o gaz ammoniacal, quando hé absorvido por carboneo, fica noventa vezes mais denso. Estando os gases em estado de rarefacção, os corpos solidos absorvem um maior volume, do que quando elles possuem a densidade que hé occasionada pela compressão da atmosfera. Neste caso a attração entre o corpo solido e o gaz hé facilitada, e o absorvimento por consequente mais acelerado. Quando um pedaço de carboneo, saturado com um gaz, hé mettido em outro gaz; expelle de si parte do primeiro gaz, e absorve



uma porção do novo ; a quantidade do gaz expellido anda sempre em proporção da maior ou menor abundancia do gaz por que hé substituido. Dois gazes, que se achão absorvidos por carboneo, experimentaõ muitas vezes maior condensação, do que se cada um delles existisse separadamente no carboneo. Por exemplo a presença do gaz oxygenio em carboneo facilita a condensação do gaz hydrogenio ; a presença dos gazes acido carbonico e azote facilita a condensação do gaz oxygenio ; e a do gaz hydrogenio a condensação do gaz azote. O mais singular hé, que se não percebe haver combinação alguma entre estes gazes absorvidos juntamente.

M. de Saussure tambem examinou quaes são os gazes que os liquidos absorvem, a fim de verificar se a theoria de Dalton era confirmada por experimentos. Muitos dos nossos leitores, suppomos, saberaõ que segundo Dalton o absorvimento das gazes pelos liquidos hé simplesmente mechanico, e de todo independente de affinidade chimica. A quantidade absorvida elle julga ser ou  $(\frac{1}{1})^3$ ,  $(\frac{1}{2})^3$ ,  $(\frac{1}{3})^3$ , ou  $(\frac{1}{4})^3$ ; isto hé, os liquidos absorvem o seo proprio volume de gaz acido carbonico, gaz hydrogenio sulphurettado, e oxide nitrosa ;  $\frac{1}{8}$  parte do seo volume de gaz olefiante ;  $\frac{1}{27}$  parte do seo volume dos gazes oxygenio e nitroso ; e  $\frac{1}{64}$  parte do seo volume de azote, hydrogenio e oxide carbonica. A Taboa seguinte, publicada por Saussure, mostra os volumes de diversos gazes absorvidos por agua e alcohol :—

	100 volumes d'agua.	100 volumes de alcohol gravidade especifica 0.84.
	Volumes.	Volumes.
Gaz acido sulphuroso .....	4378	11577
Hydrogenio sulphurettado .....	253	606
Acido carbonico .....	106	186
Oxide nitrosa.....	76	153
Gaz olefiante.....	15.3	127
Gaz oxygenio.....	6.5	16.25
Oxide carbonica.....	6.2	14.5
Hydrogenio oxy-carburettado.....	5.1	7.0
Hydrogenio .....	4.6	5.1
Azote .....	4.1	4.2



Esta taboa prova, que não hé exacta uma parte da theoria de Dalton, a saber, que os gases são absorvidos na mesma proporção por todos os liquidos; pois o alcohol evidentemente absorve uma muito maior quantidade de gases do que a agua. São taõ diversas as porçoens, que a agua absorve dos gases hydrogenio sulphuretado, acido carbonico, e oxide nitrosa; que tambem não póde deixar de ser erronea a opiniaõ de Dalton, que a agua absorve exactamente o seo proprio volume de cada um delles. M. de Saussure alem disso achou que differentes liquidos absorvem diversas proporçoens de gases; naphtha por exemplo absorve mais gaz olefiante do que oxide nitrosa, entretanto que oleo de alfazema absorve mais oxide nitrosa do que gaz olefiante: esta particularidade não se póde attribuir senão á influencia da affinidade chimica. Finalmente o mesmo chimico verificou por meio de experimentos ser erronea a opiniaõ de Dalton quanto á porção do gaz que hé expellido, quando a agua saturada com algum gaz hé posta em contacto com outro gaz. Donde se vê, que segundo estas experiencias de Saussure a theoria de Dalton hé falsa em todos os pontos.

(Continuar-se-ha.)

---

## POLITICA.

---

### REINO DO BRAZIL.

*Officio dirigido ao Ministro Portuguez em Roma, á-cerca dos Jesuitas.*

“ S. A. R. o Principe Regente, meo Amo, tendo tomado em consideração as intençoens de Pio VII. como se publicaram na sua Bulla—*Solicitude Omnium*, datada de 7 de Agosto, do anno passado, pela qual Sua Sanctidade julgou conveniente reviver a Com-



panhia de Jesus, que fora extincta, derogando por isso, em tanto quanto pertence a auctoridade da Igreja, a outra Bulla—*Dominus ac Redemptor noster*, de Clemente XIV. de gloriosa memoria: S. A. R. se admira desta determinação de Sua Sanctidade, não tendo esta Corte sido informada disso anteriormente, de maneira alguma, ainda que tivesse a maior razão de queixa dos crimes dos Jesuitas, contra quem Portugal procedeo da maneira mais energica, pela Ordenação de 3 de Setembro de 1759. Sendo as intenções positivas de S. A. R. manter com o maior rigor as disposições da sobredita Ordenação, qualquer que seja a determinação das outras Coroas, ainda mesmo daquellas que se associaram para a extincção da dita Companhia; meo Augusto Amo me ordena, que communique esta resolução a V. S. a fim de que V. S. apresente immediatamente uma Nota declaratoria dos principios invariaveis que S. A. R. intenta manter, e conforme os quaes ordena a V. S. que *naõ admita negociação alguma, sobre esta materia, nem verbal nem por escripto*. Sendo esta resolução de S. A. R. fundada em razoes as mais solidas e proprias, ella se não pode considerar como affectando de forma alguma os invariaveis sentimentos de sua veneração e amor filial para com a sagrada Pessoa de Sua Sanctidade; o que V. S. deverá especialmente expressar.”

“Palacio do Rio de Janeiro, 1 de Abril, 1815.

(Assignado)

“Marquez d’AGUIAR.”

“Ao Sr. Joze Manoel Pinto, Ministro Plenipotenciario na Corte de Roma.”

---

*Extractos da Gazeta do Rio de Janeiro, de 10 de Janeiro, 1816.*

Assim que se publicou a Carta de Lei pela qual S. A. R. elevou á gradação de Reino os seos Estados do Brazil, o Presidente, Vereadores, e Procurador do Senado da Camera, accompanhados dos cidadãos desta capital, solicitaram a honra de hir á presença do Principe Regente N. S. para em nome de todos os habitantes da cidade beijarem a sua Augusta Mão por



motivo da mencionada Lei. S. A. R. lhes destinou o dia 28 de Dezembro, e o Presidente do Senado fez a falla seguinte:—

“ Senhor;

“ A illustrada politica, e espontanea deliberacão, com que V. A. R. houve por bem elevar este Estado do Brazil á preeminencia de Reino, unindo-o debaixo de um só titulo ao de Portugal e Algarves, hé o fausto motivo, que hoje conduz aos Pés de V. A. R. este Senado da Camara, e alguns dos cidadãos desta capital, a fim de renderem as devidas graças a V. A. R., tanto por si, como em nome de todos os seus habitantes.

“ O Brazil, Augustissimo Senhor, merecia aquella preeminencia pela sua vastidão, fertilidade, e riqueza: a mente esclarecida de V. A. R. o reconheceu: a Paternal e Augusta Mão firmou o liberalissimo diploma, a Carta de Lei de 16 de Dezembro corrente. Que inauferiveis direitos á nossa eterna gratidão! Que titulo á immortalidade! A Providencia tinha reservado para V. A. R. esta gloria. O Acto desta uniaão será o objecto de uma brilhante pagina na historia da gloriosa regencia de V. A. R., por isso que abrange a prosperidade geral das partes constituintes da Monarquia Portugueza.

“ Depois do immediato impulso, com que os moradores desta cidade patentearam o seu jubilo, toca ao Senado da Camara, como orgão dos seus votos, hir com elles invocar a clemencia do Todo Poderoso, para que nos conceda a conservacão da preciosa vida de V. A. R., e da Sua Real Familia.

“ Os dias 7 de Março, e 16 de Dezembro, rivaes em celebridade, vão a ser consagrados igualmente nos annaes do Brazil. Commemorados na serie dos annos por vir, renovarão as demonstracoens de gratidão, que constantemente se devera ao Dispensador de tão importantes beneficios.

“ Por addicão a elles, supplica de novo a V. A. R. este Senado queira annuir benignamente á sua humilde offerta de erigir um monumento, que patentêe á posteridade o seu reconhecimento, e perpetue a memoria de um Principe Magnanimo, Munificente, e Justo.”



S. A. R. escutou com a sua natural benignidade esta falla, e se dignou responder o seguinte :

“ Podeis assegurar aos habitantes desta capital, que Prezo as expressoens de gratidão e amor, que em seu nome me tendes repetido. A prosperidade dos meus vassallos hé o monumento, que mais ambiciono ; porem annuindo aos vossos dezejos, permitto aquelle, que me quereis erigir.”

O Presidente, Vereadores, e Procurador do Senado da Camara, e os Cidadaons, que o acompanharão, vivamente penetrados desta honra, beijarão segunda vez a Augusta Mão de S. A. R., e tornando aos paços do Senado da Camara, tomaraõ o acordaõ, cujo theor hé o seguinte.

“ Aos 28 dias de Dezembro de 1815, nesta Corte do Brazil, e nos paços do Senado da Camara, se ajuntaraõ o Desembargador Juiz Presidente, Vereadores, e Procurador do mesmo Senado, e os Cidadaons da mesma Corte abaixo assignados, vindos de beijar a Mão de S. A. R. pela graça de haver elevado os seus dominios da America á graduacão e cathegoria de Reino, e accordaraõ: que se fizessem demonstraçoens publicas de alegria com acção de graças na Igreja, com fogo de artifício, e tres dias de illuminaçãõ. Mais accordaraõ que para eterna memoria se fizesse um anniversario com acção de graças, e tres dias de luminarias, nos dias 16, 17, e 18 de Dezembro ; e que para os moradores desta cidade ficarem scientes se poriaõ os editaes do estilo.—Eu Antonio Martins Pinto de Brito, Escrivaõ do Senado da Camara, o escrevi.

(Assignados)

*Dezembargador Presidente*—LUIZ JOAQUIM DUQUE  
ESTRADA FURTADO DE MENDONÇA.

*Vereadores.*

O Coronel ANTONIO DE PINNA.

O Commendador MANOEL IGNACIO DE  
ANDRADE SOUTO MAIOR.

O Commendador JOSE' PEREIRA GUI-  
MARAENS.

*Procurador*—O Capitaõ CARLOS JOSE' MOREIRA.

*Escrivaõ*—ANTONIO MARTINS PINTO DE BRITO.



*Cidadaons*—O Commendador AMARO VELHO DA SILVA.  
 O Commendador LUIZ DE SOUZA DIAS.  
 O Commendador JOAQUIM JOSE' DE SIQUEIRA.  
 O Commendador JOSE' MARCELLINO GONÇALVES.  
 O Commendador FRANCISCO DE SOUZA E OLIVEIRA.  
 O Tenente Coronel LUIS JOSE' VIANNA GRUJEL DO AMARAL ROCHA.  
 O Tenente Coronel JOÃO PEDRO CARVALHO DE MORAES.  
 O Tenente Coronel MANOEL JOSE' da COSTA.  
 O Capitão Mór LEANDRO JOSE' MARQUES FRANCO DE CARVALHO.  
 JOSE' LUIZ ALVES.  
 MIGUEL ALVES DIAS VILLELA.  
 JOSE' ANTONIO DE OLIVEIRA GUIMARAENS.  
 DOMINGOS JOSE' FERREIRA BRAGA.  
 MIGUEL FERREIRA GOMES.  
 JOSE' PEREIRA DA SILVA MANOEL.  
 MANOEL FERREIRA DE ARAUJO.  
 JOSE' DIAS DE PAIVA.  
 Doutor MARIANNO JOSE' PEREIRA DA FONCECA.  
 BERNARDO GOMES SOTTO.  
 MANOEL GOMES DE OLIVEIRA COUTO.

---

Tambem temos a satisfação de publicar a seguinte Ordem, que mostra a attenção, que a S. A. R. tem merecido os officiaes e empregados na divisaõ de Voluntarios Reaes.

*Quartel General em o Rio Comprido 7 de Janeiro de 1816.*

*Ordem do Dia.*

O Marechal General Marquez de Campo Maior



tem extrema satisfação em publicar o Decreto, que abaixo segue, pelo qual Sua Alteza o Principe Regente seu Senhor dá á divisaõ de Voluntarios Reaes do Principe mais uma prova taõ consideravel da sua graça e real munificencia. Se a este signal da estimaçaõ, que Sua Alteza Real faz do merecimento e serviços deste corpo, se ajunta o que se dignou ordenar em favor dos officiaes inferiores e soldados d'elle, determinando que deveriaõ receber Etapa durante o serviço actual, o Marechal General está convencido de que todos os individuos da divisaõ ficaraõ penetrados da benigna, e animadora protecçaõ, com que os trata o seu Soberano; e se de mais estas tropas reflectirem sobre a benevola condescendencia de Sua Alteza Real em as honrar com a real presença, ficando entre ellas por espaço de alguns dias, e examinando nesse periodo pessoalmente tudo o que lhes dizia respeito, para ter a certeza de que eraõ executadas as suas Reaes Ordens, e dezejos devidamente acerca do commodo dellas, há de ficar impressa no espirito das mesmas tropas a honra, que nisso receberaõ, assim como os signaes de affecto, que S. A. R. lhes patenteou como um pai indulgente, tanto na liberalidade, como na approvaçaõ para com o dito corpo; e servirá isto de estímulo a umas tropas, que sempre se comportaraõ bem, para praticarem esforços novos, e se for possivel, mais fortes pelo interesse, honra, e gloria do seu amavel Soberano, que tanto os particularisou nas demonstraçoens de estima, e afeicãõ.

O Marechal General procurará sempre com inteira confiança, em as participaçõens dos officiaes generaes, que commandarem estas tropas, pelas provas, que haõ de dar da sua gratidaõ para com Sua Alteza Real, do seu amor para com o seu paiz, e da sua perseverança em um comportamento digno da fama do Real Exercito de Portugal, como da sua propria.

Assignada pelo Senhor Marechal General Marquez de CAMPO MAIOR.

SEBASTIAÕ PINTO DE ARAUJO  
CORREA, Marechal de Campo  
Ajudante General.



*Copia do Decreto.*

Fazendo-se mui dignos da minha real consideração o zelo, e lealdade, com que os officiaes, e empregados da divisaõ de Voluntarios Reaes se offerecerão a servir-me na expedição, para que fui servido destinar a mesma divisaõ, e a que passando a estar em tão consideravel distancia das suas cazas, e respectivas familias, ficão privados d'aquelles soccorros, que junto d'ellas podiaõ receber: hei por bem por estes respeitos, e querendo fazer-lhes mercè, conceder a todos os officiaes de patente, e empregados com graduacoens militares da sobredita divisaõ, o vencimento de mais a quarta parte dos seus respectivos soldos a titulo de gratificação, durante o tempo que estiverem empregados neste serviço. O Marquez de Aguiar, do meu Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho, encarregado interinamente da repartição dos negócios estrangeiros e da guerra o tenha assim entendido, e o faça executar, expedindo as ordens necessarias para este effeito. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Janeiro de mil oitocentos e deseseis.—Com a Rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.—Cumpra-se e registre-se. Palacio do Rio de Janeiro 4 de Janeiro de 1816.—Com uma Rubrica de Sua Excellencia.

(Assignado)

CAMILLO MARTINS LAGE.

(Está conforme.)

AMARO JOSE' FERREIRA DA COSTA,  
Capitão de Artilharia e Official  
Maior da Secretaria Militar.

---

---

F R A N Ç A.

---

*Purificação do antigo Instituto Nacional Francez.*

Os Membros excluidos d'Academia Franceza são :—  
Merlin, Garat, Sieyes, Cambaceres, Roederer, Regnaud



de St. Jean d'Angely, Arnault, Cardeal Maury, Etienne, Maret, Luciano Buonaparte.

Da Academia das Inscriptoens e Bellas Letras:—Gregoire, Mongez, Lakanal, Lebreton, Joseph Buonaparte.

Da Academia das Sciencias:—Carnot, Monge.

Da Academia das Bellas Artes:—David.

O lugar de Secretario perpetuo da Academia das Bellas Artes, até agora occupado por M. Lebreton, está ainda vago.

---

*Paris, 30 de Março, 1816.*

A Academia Franceza juntou-se hoje pela primeira vez depois da nova organisação do Instituto. O Duque de Richelieu foi nomeado Presidente, e M. Fontanes, Vice-Presidente. Antes de 5 de Abril a Academia procederá a eleger os membros que lhe faltaõ.

---

*Extracto de uma Carta que se diz Escripta por Lord Wellington á El Rey Luis XVIII.*

“V. M. me permitio escrever-lhe em circumstancias que eu julgasse dignas da sua attençaõ, e nunca ellas tem sido taõ importantes como agora. A Europa está em paz, fiada na minha palavra, e debaixo da minha responsabilidade, porem tambem uma só palavra será bastante para a fazer sahir da sua inacçaõ; e esta palavra eu farei soar se maior estabilidade e prudencia não houverem no Governo de V. M. A tranquillidade do paiz depende absolutamente da presença das tropas alliadas, porque a retirada dellas seria o sinal de uma nova e inevitavel convulsão. A maioria do partido Ultra-realista na Camera fomenta dissensões e desconfianças; mas o que V. M. pode ter por mais certo hé,—*que o maior mal vem de dentro do seo proprio palacio.*” (O Courier, autor não suspeito para os escrupulosos em politica, affiançou a genuidade e authenticidade desta Carta.)



*Projecto de Lei sobre a forma das Eleiçoens.**Paris, 6 de Abril, 1816.*

Os debates na Camera dos Pares á cerca da Lei sobre a forma das elleiçoens foi muito vehemente no dia 3 do corrente. A resolução da Camera dos Deputados a este respeito foi regeitada por uma maioria de 13 votos. A forma das elleiçoens fica por conseguinte como está determinada na carta, isto hé—que a Camera dos Deputados deve ser renovada dentro de 5 annos, sahindo della annualmente uma quinta parte dos seos membros. Em razão disto o Governo propoz outro Projecto de Lei temporario para se dar força de Lei aos Decretos de 13 e 24 de Julho do anno passado. Em virtude delles, como hé sabido, o Governo tem auctoridade para escolher certo numero de membros para os Collegios Elleitoraes, e a Camera deve ser renovada por quintos.

*Sessão da Camera dos Deputados do dia 8 de Abril, 1816.*

Neste memoravel dia, a Commissão nomeada para examinar o Projecto temporario sobre a forma das Elleiçoens quiz fazer o seo relatorio á este respeito, porem o Presidente da Camera, M. Laine, pertendeo oppor-se á isto por motivo de certas faltas de formalidade. Isto porem deo ocaziaõ a mui animados e vergonhosos debates entre o Presidente, e particularmente M. Forbin des Issarts, que desmentio com toda a indecencia e publicidade o primeiro. O resultado á final foi, que a maioria da Camera venceu que se lesse o relatorio, e em consequencia disto, M. Laine, o Presidente, se conciderou afrontado, deixou a Presidencia, e auzentou-se da Camera.

*Sessão do Dia 9.*

O Presidente, M. Laine, appareceo na Cadeira, e dice:—Eu tenho para communicar á Camera a carta seguinte, que recebi do Duque de Richelieu, Presidente do Concelho do Ministros:—



*Paris, 8 de Abril.*

“ Senhor Presidente—Eu tenho exposto a El Rey a vossa tenção de largar o officio de Presidente da Camera dos Deputados. S. M. me ordena de rogar-vos, e se hé preciso, de mandar-vos em seo nome, que continueis a prezidir na Camera, ao menos até que se termine a discussão sobre o Budget. Espero por tanto que não recusareis cumprir com os desejos de El Rey.

“ Aceitai, Senhor Presidente, o testemunho da minha grande consideração.

(Assignado) “ RICHÉLIEU.”

O Presidente acrescentou então:—Esta Carta explica a razão porque o Presidente ainda hoje toma esta cadeira.”

*Sessão do Dia 10.*

Neste dia teve lugar a discussão á cerca da lei provisional, relativa ás Elleições, mas apezar de todos os esforços dos Ministros ella sahio emmendada no mesmo ponto essencial, em que já se havia estabelecido o primeiro projecto, reprovado pelos Pares. Assim a Camera triumphou completamente dos Ministros, porque a favor das emmendas, propostas pela commissão, houverão 205 votos, e a favor do Projecto, proposto pelo Ministerio, só 116 votos. A Camera dos Pares já regeitou aquillo mesmo que os Deputados agora lhe tornão a mandar, veremos por tanto se este nó gordio se corta, ou se desata.

*Camera dos Pares, Sessão de 9 de Abril.*

Depois da leitura das minutas um dos Membros se ergueo e propoz,—que se fizesse uma representação a El Rey, rogando lhe ordenasse ao seo Ministro dos negocios estrangeiros de escrever a todas as Cortes da Europa, e propor-lhes que se abrisse uma negociação geral com as Potencias Barbarescas, a fim de as induzir a respeitarem as bandeiras das naçoens Europeas, e pôrem fim a escravidão dos Christaons. Em consequencia dos motivos desta proposta, decidio-se que



devia ser tomada em consideração, e será portanto mais amplamente desenvolvida nas proximas sessoens.

Numero, e qualidade de Obras literarias publicadas em França, no anno de 1815:

	No. de Obras.		No. de Obras.
Historia natural - - -	7	Biographia - - -	44
Botanica - - -	12	Economia Politica -	84
Filosofia natural, Chi-		Jurisprudencia, Legis-	
mica, Farmacia - -	12	lação - - -	26
Fysiologia, Medicina,		Instrucção, Educação -	22
Cirurgia - - -	47	Filosophia - - -	6
Sciencias Mathemati-		Religiao - - -	4
cas - - -	20	Bellas Artes - - -	36
Astronomia - - -	4	Poezia - - -	33
Artes e Manufacturas -	13	Novellas e Romances -	27
Commercio - - -	11	Obras de Theatro - -	16
Finanças - - -	13	Literatura, Bibliogra-	
Economia rural e do-		phia - - -	26
mestica - - -	17	Numismatica - - -	1
Arte militar - - -	16	Maçonaria (Livre) - -	2
Marinha - - -	7	Musica - - -	17
Bosques, pontes, estra-		Miscelaneas - - -	12
das - - -	4	Estudo das lingoas -	18
Geographia e Topo-		Jornaes - - -	3
graphia - - -	35	Almanacks - - -	4
Viagens - - -	13		
Historia - - -	57	Total - -	674

N. B. As circunſtancias do tempo tem influido muito nos trabalhos literarios de França; porque nos annos ordinarios o numero das diversas publicações andava sempre por 1,000 e as vezes ainda mais.

*Parma, 25 de Março, 1816.*

No dia 19 e 20 do Corrente se publicaram aqui as seguintes Proclamações:—

“Nós, Francisco, pela Graça de Deos, &c. Pelo nosso Decreto de 2 de Abril do anno passado fizemos saber, que pelos dezejos de nossa querida filha, a



Arquidukeza Maria Luiza, Duqueza de Parma, Placencia e Gastalla, nós assumimos o governo provisional destes Estados.

“As circumstancias, que tornavam prudente esta medida, tendo já felismente acabado, nós entregâmos a nossa querida Filha o poder que nos foi confiado, e temos ordenado que a presente se publicasse para este effeito.

“FRANCISCO.”

“*Milaõ, 7 de Março, 1816.*”

“Nós, Maria Luiza, Princeza Imperial, Arquidukeza d’Austria, pela graça de Deos, Duqueza de Parma, Placencia, e Gustalla, &c.

“S. M. o Imperador e Rey, nosso Augusto e amado Pai, resolveo entregar-nos, com a nossa vinda para os nossos Ducados de Parma, Placencia e Gustalla, a administração, daquelles Estados, que elle gracioza e temporariamente havia de nós assumido, como o fizemos saber pelo nosso Decreto de 31 de Março, 1815, datado do palacio Imperial de Schoenbrun. Temos, por consequencia, julgado necessario fazer conhecer pela presente, que reassumimos o governo dos sobre-ditos nossos Ducados, e ao mesmo tempo expressar a nossa gratidão pelo cuidado que nosso amado Pai tem manifestado pelo bem de nossos fieis vassallos. Declarâmos alem disto—que confirmâmos, e pela presente ainda confirmâmos todas as disposições que nosso Augusto e amado Pai julgou proprio fazer durante a sua administração: e por tanto ordenâmos a todos os nossos fieis vassallos, e habitantes dos Ducados de Parma, Placencia, e Gustalla, que continuem a observa-las.

“MARIA LUIZA.”

“*Dada em Veneza, 17 de Março, 1816.*”

---

---

R O M A.

---

(*Morning Chronicle, 8 de Abril, 1816*)

“Lêmos um artigo, datado de Roma, que hé bem curiozo. Diz-se, que a Corte de Portugal ordenára ao



seo Inviado na Corte de Roma, que requeresse a supressão legal do Sancto Officio da Inquisição. A devoção Catholica Romana tem sido sempre mui notavel na Corte de Portugal; mas se esta noticia hé verdadeira, faz um bem extraordinario contraste com o procedimento do Monarca de Hespanha, que parece conciderar o detestavel e impio Officio da Inquisição como essencialmente necessario para a segurança de seo throno, e felicidade de seos Vassallos.”

Noticias de Roma, com data de 31 de Março referem que o Papa prohibíra a applicação da tortura ás pessoas acusadas pela Inquisição; e que esta decisào fôra pártecipada pelo Cardeal Secretario aos ministros de Hespanha e Portugal.

---

## HESPAÑHA.

---

### *Circular do Mordomo-Mor.*

“ El Rei houve por bem dirigirme na data he hoje, 13 de Março 1816, o Real Decreto seguinte:—

“Tendo determinado que partaes para o acto da recepção e entrega da Serenissima Infanta de Portugal, Dona Maria Izabel Francisca, minha futura espoza, pela grande confiança que me deveis; e não convindo que, durante a vossa auzencia, se detenha o curso dos negocios tocantes a minha Real Caza e patrimonio, nem que haja variação substancial em seo expediente, tenho determinado que, durante a vossa auzencia, fique interinamente encarregado do despacho delles D. Santiago Masarnau y Torres, do meo Concelho no Supremo da Fazenda, meo Secretario com exercicio de Decretos, e Secretario da Mordomia-mor de vosso Cargo. Telo-heis assim entendido, &c. &c.—Palacio, 9 de Março de 1816.”

---

*Dádiva benefica d'El Rei de Hespanha ao seo povo!!*

(*Morning Chronicle*, 4 e 8 de Abril, 1816)

“ Cartas de Madrid annunciaõ, que a *tortura* ou o



uzo dos tormentos acaba de restabelecer-se em Hespanha; e acrescentaõ mais, que esta resoluçãõ se tomára por concelho e influencia de Cevallos, Lardizaval, Colon, e o Inquisidor Geral.”

---

*Conspiração contra El Rei Fernando.*

“ Cartas posteriores de Madrid mencionaõ haver-se descoberto uma conspiração contra a vida de Fernando VII. Madrid estava há tempos á esta parte cheia de muitos officiaes de guerrilhas dimitidos, e sem soldo, que se sabia eraõ pouco affeiçãoados a El Rey e o governo. Muitos dos individuos prezos tem sido póstos a tormento segundo o antigo costume de Hespanha, a fim de ver se revelaõ o objecto da conspiração. Das confissoens de alguns se sabe, que o fim da conspiração era matar El Rei, e mais Familia Real. Mr. Rechart foi o primeiro que soffreo a tortura, e diz-se confessára qual era o objecto da conspiração, e nella involucra muitas pessoas de distincção, sobre quem até agora não haviaõ suspeitas. A tortura foi tambem logo applicada a Yandiola, que nada confessou. O General O'Donoghue estava igualmente destinado a soffrer os tormentos, porem delle não tinhaõ podido ainda extorquir mais do que já era conhecido. O General Renovales, implicado neste cazo, soube com tempo da descoberta da conspiração, e assim poudo escapar-se: igual boa fortuna teve o irmão de Calatrava. Grande numero de officiaes de patente, e muitos subalternos estaõ implicados na conspiração, e já tem sido prêzos.”

---

PORTUGAL.

---

*Lisboa, 2 de Março, de 1816.*

SENHORES REDACTORES ;

O que li no Investigador a pag. 543 do No. 56 a respeito da exportação das rôlhas, suscitou-me a lem-



brança de accrescentar áquella voz uma outra fraze nascida do amor, que tenho ás coizas de minha Patria —Sim : considerada a immensidade de cortiça em bruto, que se exporta de Portugal, ver-se-há a utilidade que resultaria, se ella sahisse manufacturada. Talvez dirão ser coiza insignificante ; ao que se responde, que hé os muitos poucos que fazem o muito, para não oppormos á semelhante dito a doutrina de Montesquieu, que se ignora, e não sei se passa por heretica !!

Mas não hé, certissimamente, assim pelo que pertence ás Aduellas para o nosso vasilhame, artigo da maior consideração, que todo nos vem do estrangeiro. Não tendo agora á mão a conta da sua importação, em alguns annos ; por isso não a junto em demonstração positiva da verdade : mas hé certo ser muito grande ; e basta reflectir na grande exportação de liquidos que daqui se faz, e que toda ella hé feita em vasilhas de madeira de fóra ; e não precisa mais. A cazo não era interessante que esta somma ficasse nestes Reinos, estabelecendo-se a exportação das Aduellas do Brazil, onde se aproveitaria immensidade de páos, que por falta de sahida alli se dão ao fogo ? Não seria isto um novo artigo para as permutações dos Portos do Brazil, servindo de meio para animar o commercio nacional, o que verdadeiramente hé muito ?

Facillimo era animar um tal ramo de industria izentando, por exemplo, por certo numero d'annos a Aduella exportada do Brazil, e, que sei eu, dos Dominios Portuguezes Africanos : procurar Mestres praticos na factura das Aduellas. Sem isto nada se faz ; porque hé necessario inclinar a torrente para onde necessitamos : deixar as coizas inteiramente ao acazo hé expô-las a nunca virem á Luz. E o que seria mesmo para a nossa decahida navegação dar-lhe novos artigos ao seu transporte ?

Concluo, que sendo o vinho o unico artigo que temos, esse mesmo parece destinado a animar a industria estrangeira, a quem vai regalar com a sua ambrozia.—Instrumentos com que se agriculturaão as vinhas ; aduellas, aros das pipas, garrafas, rôlhas, e até a propria agua-ardente com que o vinho se approva, hé estrangeira, como ao presente succede, segundo



oigo, concedendo-se a Companhia do Porto faculdade da importar 1.000 pipas de agua-ardente de França!!!

O mesmo succede a respeito da casca de sobro: está sahindo pela barra fóra; e no entanto, a grande fabrica de costume de Odemira, porque nella era interessado um Francez! ainda senão desembargou, e está sem trabalhar, não obstante requererem os interessados dar fianças pelos interesses do supposto Francez!!!

Isto pedia mais largueza; e a minha vida, toda occupada, e entertida com objectos bem desavidos, não permite dedicar a semelhante objecto pennada, que o amor, que tenho a meu adorado Soberano, e á minha Patria, me suggeria.

Ainda que as minhas ideas de nada valhaõ, sempre servirão aos Snrs. Redactores de motivo ás suas reflexoens; e ponho termo a esta com as frases do immortal Linneo á Vandelli.

*Bone Deus! si Lusitani noscent sua bona naturæ, quam infelices essent plerique alii!* (Isto sirva de prova ao que os outros sentem a nosso respeito). No entanto desejarei, e lhes rogo, continuem a servir a sua Patria, escrevendo sobre seus interesses, dispondo assim um curso de instrucção sobre um objecto tão importante, e de que nada possuímos senão o que ultimamente Vm<sup>ces</sup>, e os outros Jornalistas Portuguezes tem escrito.

Sou seo attento Venerador,  
S.

---

## INGLATERRA.

---

### *Dizimos.*

A questaõ dos Dizimos, achando-se particularmente ligada com o augmento da cultura dos vegetaes e hortaliças nas vezinhanças de Londres, entrou em immediata consideração do Parlamento no dia 10 de Abril, em virtude de uma petição que Mr. Serjeant Onslow apresentou por parte dos horteloens, e cultivadores de fructas, e vegetaes, pertencentes a parochia de Isleworth. Estes individuos mui justamente se queixaõ das progressivas reclamaçoens do Clero a respeito dos



dizimos, e dizem, que desde o anno de 1801 até 1815 tem sido augmentados de 5 shillings até 15 ditos, e os querem ainda levar desde a enorme soma de 3 libras até 4 e 10 shillings por geira. Se o Parlamento não interpozer sua auctoridade a bem desta industrioza classe de cultivadores, as consequencias serão mui fataes para a Metropoli. Nós vamos dar o extracto seguinte da petição acima mencionada:—

“ Os supplicantes se achão excessivamente gravados com o presente sistema da Lei dos dizimos, por que ella entende muito com os productos da terra, e com o estado assas dispendiozo da cultura. E a sua opiniaõ hé, que se os terrenos empregados nesta parte da agricultura não forem protegidos das exorbitantes e sempre progressivas reclamaçoens dos interessados nos dizimos, os supplicantes, e todos os mais que cuidaõ da cultura dos vegetaes e das fructas, soffrerão grandes danos, que se não forem remediados produzirão o effeito não só de obstar ao futuro augmento desta agricultura da terra, porem até farão com que de todo se extingua a cultura das hortas.

“ Os supplicantes estão vendo que as somas excessivas, pedidas como compensação pelos dizimos, serão mui prejudiciaes á todos, e tanto mais oppressivas as consideraõ, porque só vão ser dependentes do capricho e rapacidade dos proprietarios dos dizimos, que continuamente sugeitaõ os supplicantes a todos os males de uma oneroza taxaçaõ, e com ella destroem todos os futuros augmentos da cultura das hortas.

“ Os supplicantes não podem deixar de expor a Vossa *Honoravel* Caza a mui particular gravidade do seo Cazo; porque sendo de costume immemorial pagar pelas hortas, situadas dentro desta parochia, uma certa compensação ao vigario, em lugar de dizimos, esta era em 1801 de 5 sh. por geira, e gradualmente cresceo no anno de 1815 até 15 shillings; e agora não menos que de 3 libras a 4 libras e 10 sh. se nos pede por esta composiçaõ.

Os supplicantes de mui boa vontade estão prontos para contribuir com justa proporção para a religião estabelecida e seos ministros, porem ao mesmo tempo dezejaõ, que algumas medidas se tomem para pôr fim a miseraveis disputas, e animosidades, por tantas vezes



occasionadas entre os cultivadores e os que tem direito aos dizimos, que so servem para diminuir o reciproco respeito que sempre deve haver entre o Clero e o povo, e que será constantemente mantido, assim como a cauza da verdadeira religião, se por interferencia da Vossa *Honoravel* Caza se estabelecer uma justa compensação ao Clero em lugar dos dizimos.

“ Esperançados pois os supplicantes na rectidão de suas intenções, e convencidos de que não há outro Tribunal, perante o qual possam expor os seos grâmes, humildemente requerem, que a Vossa *Honoravel* Caza tome em mui seria consideração esta sua petição, e que lhes faciais aquella justiça que pede o seo cazo, e que mais conforme parecer á vossa sabedoria.

*Parlamento Imperial.*

No dia 11 de Abril tiverão a Sancção Real por commissão muitos Bills, passados em Parlamento, entre os quaes foi tambem approvado o—da *Detenção* de Buonaparte. Contra elle, na segunda leitura, fez Lord Holland o Protesto seguinte:—

*Protesto, feito na segunda leitura do Bill para a Detenção de Buonaparte.*

“ Discordo—Porque, sem referencia ao character ou prévio procedimento da pessoa que hé o objecto do presente Bill, eu desaprovo a medida, que elle sanciona e continúa.

“ Destinar á um distante exilio e prizaõ um chefe estrangeiro e captivo, o qual, depois da abdicacão de sua auctoridade, confiando-se na generosidade Britannica, se nos entregou em preferencia a outros de seos inimigos, hé couza indigna da magnanimidade de uma grande nação:—E os Tratados, pelos quaes, depois de seo captiveiro, nos ligámos a conserva-lo em custodia á vontade dos Soberanos, a quem elle nunca se rendeo, me parecem repugnantes aos principios da equidade, e absolutamente desnecessarios ou inuteis.”

(Assignado)

“ VASSALL HOLLAND.”

Na terceira leitura do mesmo Bill, S. A. R. o Duque de Sussex assignou tambem este Protesto pelas mesmas razoes.



## REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

---

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, a nossa Patria, e o Augusto Principe que a governa.”)

### LITTERATURA PORTUGUEZA.

A *Concideração* Politica e Religiosa a cerca da Representação que os Bispos da Belgica fizeram a El Rey dos Paizes Baixos, hé em nossa opiniaõ um escripto de muito merecimento pelo importante assumpto de que trata; e o seo Auctor fará de certo mui relevantes serviços a sua patria se continuar a escrever sobre couzas deste genero, porque Portugal muito precisa ainda ser instruido nestes e outros pontos Ecclesiasticos. A tolerancia hé o primeiro laço social, assim como a primeira das virtudes humanas: sem elle ou sem ella os homens passarão ao estado de animaes selvagens ou ferozes, e o territorio de todas as naçoens do mundo se converterá em um vasto campo de batalha para guerras permanentes.

O primeiro homem, ou o primeiro Inquisidor, que concebeo o projecto de que a sua cabeça fosse a bitóla de todos os conhecimentos humanos, emprehendeo certamente uma bem estulta empreza, porem ao mesmo tempo foi o tirano mais atrevido que pode imaginar-se. Lançar algemas aos corpos hé muito praticavel quando para isto há uma força sufficiente, mas prender as ideas dos homens, ou traçar-lhes limites alem dos quaes seja vedado passar, hé com effeito um despotismo de nova especie, que tanto mostra a fraqueza do espirito umano como um fundo de ambição miseravel. E que diremos, quando alem da concepção destes planos de estulticia e de soberba, se passou aos factos atrozes de levantar infames fogueiras, e nellas lançar milhares de corpos de individuos, que não pensavaõ como este ou aquelle Inquisidor? A Inquisição foi um monstro em politica e religião; e desde o primeiro dia que ella deo ao



mundo o horrendo espectáculo de Lançar nas chamas victimas humanas, (entes seos semelhantes) teve logo contra si o grito geral da natureza ultrajada, que desde então pedio e ainda pede vingança pelo sangue, que brutalmente derramou. Sim, qualquer Inquisidor ainda hoje se pode conciderar como descendente d'esse atrocissimo Cain em cujo semblante gravou a mão de Deos sua maldição pelo sangue fraternal que fez correr sobre a terra!

As bases da Inquisição forão pois a intolerancia, e para acabar com aquella hé preciso aniquilar esta. Em quanto se não admitir como principio Christão, politico, e filosofico, que a tolerancia das opinioens humanas hé não só uma virtude, mas uma lei absolutamente necessaria no estado social, as inquisições existirão sempre de direito, e de facto, porque concedendo-se a um Inquisidor a prerogativa de circumscrever os limites do entendimento humano, com ella tambem se lhe concederá a outra immediata—de punir e queimar os individuos que ousarem transpassar esses limites. Que um Romano ousasse traçar um circulo á um Embaxador estrangeiro, e lhe ordenasse não sahir d'elle sem lhe dar uma resposta, hé uma acção assas atrevida porem nobre, que mui facilmente se concebe; mas que um Inquizidor ousasse dizer a muitos milhoens de homens:—*Vós pensareis como eu, ou eu vos farei prender e queimar vivos*;—hé na verdade uma das maiores ousadias, que a soberba e orgulho humano podiaõ praticar! Grandes serviços fez por tanto, o illustre e illuminado Theologo Portuguez, que tomou a generosa empreza de escrever o pequeno, mas interessantissimo escripto de que fallamos. A tolerancia não só hé necessaria como maxima natural e politica, mas como virtude Christam e religiosa.

Nós já o escrevemos em outra parte, e ainda agora o repetiremos; hé tão impossivel que todos os homens tenhaõ os mesmos pensamentos, ou formem os mesmos raciocinios como que tenhaõ as mesmas feições ou iguaes fisionomias: logo assim como seria o cumulo do absurdo e crueldade punir dois individuos por não terem ambos a mesma Cara, tambem não menos barbaro e insensato será o castiga-los por ambos não



terem iguaes opinioens. A natureza que caracteriza os homens com variedade infinita de formas exteriores, taõbem essencialmente os distingue no interior por outra variedade naõ menos infinita. A natureza contradiz portanto essa lei quimerica de uma geral uniformidade, que o orgulho humano debalde tem querido sancionar com cada falsos e fogueiras. Isto suposto, que deve rezultar nas sociedades humanas desta natural, necessaria, e constante diversidade de opinioens? Ou que os homens se constituaõ em estado de guerra permanente, ou que mutuamente se tolerem. Este ultimo cazo hé logo o unico, que a razã e a politica prescrevem.

Os homens, quer sejaõ conciderados collectivamente como naçoens, ou individualmente como entes singulares, apresentaõ de facto, a pezar de todos os esforços da violencia e do poder, uma variedade constante de opinioens e sentimentos; e esta variedade ou deve ser olhada como um crime, ou como uma irremediavel estrutura moral da natureza. Se for conciderada como crime, eis ahi o mundo todo em guerra, e nunca se poderá conseguir o fim da uniformidade, em quanto a especie humana aniquilada naõ ficar reduzida a um só e unico individuo. Hé por consequencia assas claro, que a politica nunca pode fomentar nem menos aprovar esta guerra de opinioens, porque ella naõ conduz senã a uma devastaçã universal. Se a mesma politica porem olhar com olhos filosoficos para esta geral diversidade de pensar, e simplesmente a conciderar como um defeito natural da nossa especie, effeito constante e irremediavel, entãõ há de ver evidentemente, que a tolerancia hé necessaria, e que sem ella naõ podem haver sociedades, ou naçoens.

Naõ só naõ poderaõ haver sociedades ou naçoens, mas estas mesmas muito menos poderãõ cordialmente tratar entre si, auxiliar-se ou mutuamente defender-se, porque uma vez que nellas há de certo diversidade de opinioens religiosas e politicas, e esta for olhada como um crime, quebraõ-se assim todos os lacos sociaes, e os homens, que se deviaõ reputar como membros de uma unica familia, passaõ a cruelmente aborrecer-se. Hé logo bem claro, que o fomentar ou auctorizar a intolerancia, hé destruir as bases funda



mentaes das sociedades humanas, porque com ella se propagaõ os odios e as vinganças; e por instituição e por habito se convertem em inimigos entes que a natureza fez irmãos, e destinou para serem amigos. Mas, se os governos tem, ao menos, reconhecido a necessidade de uma tolerancia parcial, isto hé, a necessidade de admitirem nos seos estados os estrangeiros de diversos sentimentos religiosos e politicos, porque não teraõ a mesma tolerancia com os habitantes do paiz em que são Chefes, e haõ de ser mais generosos, ou, o que vale o mesmo, menos escrupulosos com os estranhos do que são com os seos nacionaes?

Assim como a humanidade e a politica exigem que os differentes povos da terra se amem, e mutuamente se auxiliem sem repararem quaes sejaõ as suas diversas opinioens religiosas ou politicas, mas simplesmente conciderando-se como homens e como irmãos, com muita maior razaõ entre os habitantes de um mesmo paiz deve haver esta mutua tolerancia. Uma nação hé uma familia, e uma familia nunca pode ser feliz sem paz domestica, e sem o reciproco amor de todos os seos membros. Ora se o governo, que prezide a esta nação ou a esta familia, mostra não só mais predilecção por uns individuos do que por outros, mas até os trata com desprezo, ou os persegue por que não tem as mesmas opinioes dos que governaõ, a consequencia immediata será, que o descontentamento e os odios se propagaráõ em vez do amor e da afeicção; o governo, em lugar de ser conciderado como protector e como pai, será olhado como padrasto ou como tirano; e os concidadaõs, em vez de se tratarem como irmãos e como amigos, ver-se haõ como estranhos e inimigos. As maximas de perseguição e intolerancia são boas para os governos essencialmente barbaros e tiranicos, por que este sistema promove as perseguições, as vinganças, os roubos legaes, e as prizoens; e em tudo isto achaõ semelhantes governos um fundo inexaurivel de riquezas parciaes, com que engordaõ alguns poucos com a ruina e miseria de muitos. Porem em tal cazo que valor tem essencialmente essas nações em que o espirito de intolerancia predomina? Não há patriotismo, por que não há confiança reciproca nem entre cada um dos individuos da nação, nem nas pessoas que a go-



vernaõ; desaparece a industria, e todo o desenvolvimento das faculdades intellectuaes, porque cada um esconde as suas ideas como esconde o seo dinheiro; e uma nação assim constituida marcha rapidamente á tenebroza ignorancia, de que não pode resultar se não fraqueza, cegueira miseravel, aniquilamento de espirito publico, e perda real da sua politica dignidade.

Para elucidar-mos com exemplos domesticos estes principios de eterna verdade, indaguemos por um pouco o que foraõ os Portuguezes em outro tempo, em quanto o seo pensamento foi taõ livre e energico como seos braços, e o que vieraõ a ser quando deste estado natural passáram a ser governados pelas maximas da intolerancia e Inquisição. Em quanto a espada de nossos avós nos abria o caminho da gloria e das riquezas á travez dos sertoes d'Africa, e das brilhantes campinas do Oriente, nossos escriptores, inspirados ora pela Muza da poesia ora da historia, celebravaõ as couzas da patria e os altos feitos de seos heroes com uma liberdade, energia, e espirito taõ pobre, que hoje nos faz pasmar e envergonhar no estado decahido em que nos vemos. Sim; em que viemos a parar, quando depois de tanta grandeza nos mandou Roma para governar-nos *Inquisidores*, e *Jesuitas*? Compare-se a corte magnifica, rizonha, e instruida do Snr. Rey D. Manoel com a corte sacerdotal, fanatica, e tristonha d'El Rey D. Joaõ III.; e nos diversos principios que as derigiaõ achará o observador as verdadeiras causas da nossa grandeza e decadencia.—“Aonde são hidos, “dizia nesta ultima epocha o nosso judiciozo Sá e “*Miranda*, chorando o aviltamento da patria, sim, “aonde são hidos os festins e seroens de Portugal, taõ “afamados no mundo?” Toda a graciosa e amavel urbanidade Portugueza havia morrido sufocada nas fogueiras Inquisitoriaes, e as suas lavaredas já começavam a mirrâr e a crestar os mais sublimes productos do entendimento Portuguez. Depois que aos triumphos d'Africa e d'Asia se seguiram os espetaculos barbaros dos *Auctos da Fé*, e das *Fogueiras*, e em lugar dos trofeos brilhantes do Oriente vio o povo de Lisboa montoes de cadaveres, e de cinzas humanas, enso-padas no sangue dos Mouros, dos Judeos, ou dos incredulos, (espetaculo impio, dado em nome da religião



de um Deos de amor e caridade), expirou logo a gloria Portugueza, e com ella o valor luzo, o patriotismo, e toda a especie de liberalidade e de instrucção.

Com effeito a intolerancia triumphou completamente; e aos Portuguezes foi desde então negado pensar ou meditar alem dos limites que lhes prescreviaõ os *Indices Expurgatorios* de Roma, prégados e sustentados pela Inquisição e Jesuitas. E assim se preparou essa epocha vergonhoza, em que o Tiberio de Hespanha nem se quer teve que vencer, mas unicamente que comprar a Soberania Portugueza! Foi tambem então que o Tejo engolio os restos de toda a intelligencia e sabedoria Portugueza, quando no fundo das suas agoas a perfidia, a intolerancia, e o fanatismo precipitaram o que ainda restava dos bons engenhos patrios. Mas, para que continuaremos ainda com a descripção destes quadros funestos, miseria e vergonha da nossa patria? Basta: de sobejo já temos fallado para mostrar que a intolerancia hé a mãe de todas as calamidades, e publicas desgraças; e que a tolerancia hé necessaria, e se deve conciderar como uma das primeiras maximas naturaes e politicas.

Para fazer-mos ver que hé uma virtude Christam e religioza, pouco teremos que acrescentar ao que escreveo o auctor da *Concideração*, sobre que estamos fazendo as nossas reflexoens. O pregador, o chefe, e instituidor da religião Christam quiz unir os homens pelos laços mais fortes do amor e caridade; e para isso proclamou a grande e sublime maxima moral do illimitado amor do proximo, fazendo ver que o proximo não eraõ só nossos parentes e amigos, ou os homens da mesma religião ou principios, mas todo o genero humano, quaesquer que fossem suas opinioens ou pensamentos. Esta doutrina não só foi a obra da palavra porem do exemplo; porque longe de punir os que o não acreditavaõ, e os que o desprezaram e mataram, antes orou por elles, e lhes perdoou, attribuindo seos erros á ignorancia e a fraqueza. Logo com que direito, ou com que ouzadia brutal se haõ de prender, atormentar, ou queimar victimas humanas em nome de um Deos, que nunca prendeo, nem atormentou, nem queimou, mas antes perdoou seos assassinos? Foi preciso na verdade que a soberba e tirania chegassem



ao maior grão de depravação e atrevimento, e a espécie humana ao maior grão de uma servidão estúpida para ver queimar perante si, seos pais e seos irmãos, em nome de Deos, e não haver tido coragem para extinguir essas fogueiras, ou lançar nellas os Inquisidores ferozes que as sopravaõ! Com muita razão e justiça diz pois o nosso illustre compatriota em uma das notas do seo escripto:—“ Uma das maiores herezias, op-  
“ postas a religião de Christo, e um dos maiores de-  
“ lictos que em virtude della se perpetrou no meio dos  
“ povos Catholicos, foi aquelle que fez arder a fo-  
“ gueira, que tantas vezes queimou corpos, cujas almas  
“ deviaõ ser instruidas, e docilmente convencidas.”

“ Uma reflexão se segue ainda, que hé consequencia immediata destes principios. Se a tolerancia hé necessaria não só como maxima politica porem como virtude Christam e religioza, por que se não há de conceder o livre culto da religião aos diversos Sectarios dos diversos cultos religiosos? Os governos, ainda os mais preocupados e menos tolerantes, não se atrevem a não admitir em seos estados os individuos de diversa religião: logo que maior inconsequencia que a de tolerar suas pessoas e não lhes permitir seo culto religioso tão publica e francamente como se lhes permite o andarem pelas ruas e tratarem seos negocios? Não há religião alguma no mundo que não concorra pelos seos principios para fortificar a moral publica: e entãõ hé bem que os individuos, que politicamente se toleram, esqueçaõ esses seos principios religiosos, não se lhe permitindo cultiva-los livremente; e será mais util que vivaõ sem nenhuma religião do que praticando a sua, donde não podem resultar senãõ muitas vantagens sociaes? Quem assim pensa destroe ignorantemente a baze mais solida em que estaõ fundadas todas as sociedades humanas—o respeito ás instituições religiosas.

A ultima consideração do auctor, isto hé:—que o Clero deve ser excluido dos negocios temporaes—não só hé mui judicioza, mas mui conforme com o espirito Christaõ. Christo disse—“ O meo reino não hé deste mundo:” Ora se o Mestre abertamente declarou, que nada tinha com os negocios mundanos, como haõ de nelles intrometer-se os que querem passar por seos dis-



cipulos? O maior mal que os governos têm feito, e ainda fazem á religião, hé permitirem que seos ministros representem no estado como corporação civil ou politica. Hé verdade que a sua agencia em os negocios temporaes lhes dá por um lado maior influencia popular, porem isto hé o que não convem por dois principios, um politico, e outro religioso. O Clero, como juiz das consciencias humanas, já tem sobejo poderio no espirito do povo; e se a este se acrescentar ainda o que dão as dignidades temporaes, então o manejo dos negocios publicos passará todo por suas mãos, e esta não hé boa maxima para se adoptar em politica. A religião tambem perde com esta sua influencia nas couzas da terra; porque quanto mais os ecclesiasticos se occuparem dellas, mais se esquecerão das couzas do céo, e a razão hé bem palpavel, visto que as primeiras dão mais nos olhos do que as segundas. Em uma palavra, os Ecclesiasticos perderão sempre do respeito que o povo lhes tributa, como Ministros de Deos, em proporção do que para com o mesmo povo ganharem como agentes dos negocios temporaes. A' um Bispo, que ao mesmo tempo era Principe temporal, estranhava certo individuo seos costumes pouco canonicos; ao que elle respondeo:—"Eu faço agora a figura de Principe, e não a de Bispo."—Muibem replicou ainda outro; mas quando o diabo tomar conta do Principe, que será feito do Bispo?—Applicâmos o conto: poder servir bem dois Senhores de jerarquias tão differentes não só hé mui difficil, mas até humanamente impossivel.

---

## POLITICA.

### REINO DO BRAZIL.

O nosso Principe e o seo Ministerio deram um passo que muito honra o governo da nossa Patria, e grandemente concorre para nos ganhar boa reputação entre naçoens estrangeiras. Em Inglaterra, que com razão se pode chamar o tribunal supremo da opinião publica do mundo, foi dignamente avaliado, como me-



recia, este passo mui judiciozo e politico que deo o governo do Brazil na presente questã, relativa aos Jesuitas. A sua Nota, dirigida ao Ministro Portuguez em Roma, e que transcrevemos a pag. 310, assás manifesta o desgosto que lhe cauzou a renovação de uma sociedade que tamanhos males fez no mundo, e particularmente em Portugal. Na verdade seria uma das maiores inconsequencias politicas se o nosso Principe se podesse esquecer por um momento do sangue do seu illustre Avô, o Snr. D. Joze I. derramado em Lisboa por sugestoens não equivocas daquella audaz e pernicioza sociedade! O seu comportamento neste caso hé, por tanto, mui nobre e mui justo, e com elle adquirio novos titulos para o respeito e amor do seu povo.

O que hé com tudo bem extraordinario, e bem digno de notar-se vem a ser o procedimento do Papa Pio VI neste melindrozo assumpto. Sempre todos os Sobranos tem querido (e com maior razão o devia querer o Papa que pertende passar por infallivel) fazer conhecer ao mundo que a sua palavra era sagrada, e um constante simbolo da verdade. Ora pois como se atreveo o Pontifice Pio VII. asseverar á face da terra que o restabelecimento dos Jesuitas lhe havia sido requerido por todo o mundo Christão? Se exceptuarmos Hespanha, que na epoca presente não pode servir de exemplo senão de calamidades, e misérias, e alguns insignificantes Estados de Italia, todas as mais Potencias do mundo tem visto com horror a resurreição monstruosa da Companhia de Jesus. Essa mesma Russia schismatica e heretica, com quem o Papa certamente contava, e incluia na classe do mundo Christão, acaba de patentear os motivos de escandalo que tem contra os Jesuitas, e lhes arranca das mãos a arma perigosa que elles manejavaõ—da Instrucção publica; todos os povos Catholicos de Alemanha não querem admiti-lo, e finalmente o governo Portuguez, expressando o sentimento geral de seus subditos de ambos os mundos, faz a sua nobre e energica Declaração contra uma tal sociedade; e assim mesmo não teve pejo um Pontifice Romano de dizer ao universo, que todo o mundo Christão lhe havia pedido os Jesuitas!

Porem hé já quanto basta neste ponto: muita



graças sejam dadas ao nosso Bom Principe, e muitos bens e felicidades elle goze por esta importante mercê que vem de fazer ao seo povo! passemos a outro assumpto, que não menos honra e gloria lhe dá.

O outro Documento, que neste mesmo artigo—Brazil—publicámos, hé na realidade muito interessante pela epocha que marca, e pelo objecto a que se refere. O povo do novo Reino do Brazil tem certamente todos os motivos para ser agradecido, e assignalar com monumentos duraveis o fausto e brilhante dia da emancipação politica da sua patria. Até agora pupillos, já principiaão a gozar de todas as vantagens e direitos que lhes dá a sua nova graduação politica; e entre a grande familia Portugueza tomaão assento igual com seos nobres Avós, os filhos da antiga Luzitania. Esta circumstancia lhes deve seguramente fazer nascer brios heroicos, e muitos estimulos de agradecimento devido ao generoso Monarca, que recompensou o abrigo que achou entre elles com uma das suas maiores dádivas Reaes.

Mas, assim como o povo do Brazil ficou em grande divida para com o seo Soberano, á qual nunca poderá satisfazer senão estreitando e multiplicando os seos actos de *fidelidade* e de amor; tambem, como já outra vez dicemos, o nosso Principe contrahio novos deveres, que de certo há de cumprir. Nenhum Principe do mundo se tem achado em circumstancias mais felizes e brilhantes do que essas em que hoje está o nosso. Conquistar ou descobrir um paiz novo pode ser effeito do valor ou do acazo; mas dar boas leis, civilizar, e fazer feliz esse paiz, hé obra exclusiva da sabedoria, da bondade, e da prudencia. Pedro I. da Russia, que pela civilisação que deo á sua patria, ganhou um titulo que nunca morrerá,—o titulo de *Grande*, hé o unico Monarca que se achou em circumstancias um pouco analogas ás que caracterizaão o reinado do nosso Principe. Porem o Monarca Russiano nem tinha campo tão vasto e tão rico para desenvolver sua bondade e heroicos principios politicos, e ao mesmo tempo era obrigado a vencer difficuldades horriveis em toda a marcha da sua espantoza empreza. Estas difficuldades não podiaão ser mais bem caracterizadas do que as caracterizou um celebre historiador, quando disse:—



“Que Pedro Grande fôra forçado a operar sobre os Russos da mesma forma que a agoa forte opera sobre o ferro.” Nenhum destes terriveis embarços acha com tudo agora o nosso Principe para a regeneração dos seos vastos Estados do Brazil. Primeiramente, tem só que trabalhar na organização de um povo amavel, docil, e já assás polido para poder adoptar todas as boas e uteis instituicoens; em segundo lugar, piza um terreno o mais abençoado do mundo, em que a natnreza parece que de proposito se empenha para o fazer verdadeiramente rico e feliz. Não lhe falta por tanto senão um bem combinado e prudente sistema civil e politico, em tudo adaptado ás novas circumstancias; não lhe falta senão augmento de uma bem escolhida, e proveitoza povoação; e não lhe falta em fim, senão uma exacta e rigorosa administração economica, que não dissipe, porem augmente as rendas publicas, e com ellas floreça o Estado em todos os ramos civis e politicos. Nestes pontos, de certo, hade cuidar o nosso Principe; e com o seo dezempenho tambem, certamente, ganhará o titulo de *Grande*, que tanto lhe cabe a par do doce titulo de *Bom*, que elle já tem adquirido.

Mas como chegarão ao conhecimento do Monarca, que tão manifestos dezejões tem de fazer a felicidade do seo povo, todas as precisoens em que está o seo novo Reino do Brazil? Devem chegar-lhe em primeiro lugar pelo orgão immediato e mui proximo dos seos Ministros; e da boa e leal co-operação destes para tamanho bem muito temos que esperar, atendendo-se á outras mui sabias medidas, que já temos mencionado, e que tanto honraõ o Ministerio Portuguez. Em segundo lugar, deve o nosso Principe crear quanto antes, e mandar colocar no seo extenso Reino essa *Sentinella* incorruptivel, que já lhe apontamos em outra ocazião,—*A racionavel, e legal Liberdade da Imprensa*. Por ella saberá logo individualmente os bens ou os males que tem os seos vassallos; saberá com exactidão quanto precisaõ; e nunca estará em duvida se as suas leis, e o bem que manda fazer saõ ou não executados. Se porem esta *Sentinella* alguma vez abuzar do seo nobre ministerio, não se assuste o Principe com os seos desvios, ou suas irregularidades:



entregue-a aos tribunaes competentes, e seja tão firme em mandar punir seos delictos como em manter-lhe a existencia.

A maior difficuldade que na verdade há para a marcha forte e regular de um governo está na diaria administração de todos os negocios publicos. Um grande estado hé uma complicada maquina politica, que deve marchar sempre com movimento uniforme em todas as suas partes: se alguma dellas pára ou se retarda, ainda quando o andamento geral vizivelmente não sôfra, de certo a harmonia total se destroe, e mais dia menos dia a dissolução deve vir. Com tudo a mola real da maquina politica com muita preferencia deve sempre ser cuidadosamente vigiada, porque destruida ou enfraquecida ella, todas as mais partes, de necessidade, haõ de cahir em parilizia; e esta mola real hé—"o dinheiro publico, por outros palavras, o Erario." Quer o nosso Principe, alem do que lhe há de revelar a Imprensa, racionavelmente livre, saber se os administradores publicos, que manejaõ o dinheiro, são fieis? Faça só este pequeno seguinte reparo.—Indague quanto rendimento tem os seos administradores, e pergunte quanto gastaõ. Se achar, por exemplo, que um tem rendimento como 6, e gasta como 24, pode logo concluir sem errar; que os 18 que elle gasta alem dos 6 que tem de rendimento, são roubos feitos ao Estado. Passe ainda a indagaçoens ulteriores:—Se na sua Caza Real, por exemplo, achar que as despesas excedem a receita, e ao procurar dinheiro para supri-las, vir que o primeiro que, com aparente generosidade, se offerece para lhe fazer emprestimos pecuniarios, hé um, ou o principal Mordomo da sua caza, que vive lautamente abastado; neste cazo tambem deve logo ficar entendendo o Principe, que aquillo, que á elle lhe falta, sem duvida nenhuma tem passado para as maõs do individuo, que agora, fingindo generosidade, lho empresta. Outras muitas, e mui variadas experiencias deste genero pode fazer; e por ellas se habilitará a conhecer e remediar numerozas delapidaçoens publicas. Seja o nosso Principe sempre inexoravel para com os prevaricadores na administração do dinheiro do Estado, e terá logo rendas suficientes não só para manter esplendidamente, como lhe con-



vem, a sua Caza, porem para ter um bom exercito, uma indispensavel marinha, e grande numero de estabelecimentos publicos, que sendo necessarios em todos os paizes, muito mais o são agora em o nascente Reino do Brazil.

Nem se persuada o nosso Principe que o disfarçar e não punir os delapidadores hé um acto de bondade: lembre-se, que para que esses sejam ricos, vivem na miseria milhares de vassallos; e que sendo compassivo para com os primeiros hé injusto e desapiedado para com os segundos, isto hé—para com o seo povo. Alem disto, quanto mais um punhado de parasitas se engordar com a substancia publica, menos credito ganhará a dignidade Real que os sofre; e o Principe nunca deve querer arriscar e comprometer o seo bom nome só para que poucos individuos absorvaõ riquezas enormes com o detrimento de todos—o Monarca, e a nação. Haja pois responsabilidade em todas as Administraçoens, e em todos os Empregados, e haverá logo dinheiro em abundancia; com elle terá respeito e credito o governo; e do Brazil se fará o Imperio mais opulento, e respeitado do mundo. Esta hé só agrande móla dos Estados: sem ella não há senão descredito, e misérias. Mas só tomando medidas justas e energicas poderá o nosso *Bom Principe* fazer a regeneração do seo novo Reino do Brazil; e esta *Regeneração* será monumento mais nobre e mais duravel de suas virtudes do que esse que o povo do Rio de Janeiro bem merecidamente já quer agora dedicar á sua memoria.

---

FRANÇA.

Se nós vivessemos em França, e nos fosse dado chegar perto da pessoa de El Rey Luis XVIII., em uma manham em que elle estivesse mais desafrontado da gôta, e tivesse feito boa digestão, escreveriamos na parede do seo gabinete em largos e bem legiveis caracteres os versos seguintes, que um Poeta pôz na bôca de S. Luis para Henrique IV. no assalto de Paris, a fim de que este seo filho, ao erguer-se da cama, os podesse ler e meditar:—



“ Arrête, cria-t-il, trop malheureux vainqueur !  
 “ Tu vas abandonner aux flammes, au pillage,  
 “ De cent Rois, tes aïeux, l’immortel héritage,  
 “ Ravager ton pays, mes temples, tes trésors,  
 “ Egorger tes sujets, et regner sur des morts ;  
 “ Arrête ! . . . ”

Luis XVIII., entrando em França parece, com effeito, haver entrado por conquista em um paiz inimigo, e quaze todas as suas medidas tendem mais ou menos a satisfazer vinganças suas, e de um punhado de adherentes, sem nem elle nem seos amigos se lembrarem que procedendo assim completaõ a ruina da patria, e a vão reduzir á insignificancia, á miseria, e a um completo aniquilamento de espirito publico. Todas as Instituiçoens antigas começaõ a destruir-se, só porque nasceram quando elle reinava em Inglaterra; e vão-se lhe substituir outras ainda mais antigas, que não podem trazer á memoria se não ideas desvantajozas aos Bourbons. Até o nome de—*Instituto* não tem parecido sonoramente Real aos puros ouvidos do novo governo, que não se contentando com expulsar delle alguns antigos proprietarios, ainda toma a vingança de o desbaptizar.

Por um Decreto Real, datado das Thuilleries aos 13 de Abril, se acabou tambem com a famosa Escola Polytechnica, porque alguns dos pupillos se mostraram pouco obedientes, ou pouco affectos a nova ordem das couzas. Assim este grande estabelecimento de instrucção militar Franceza já não deve cauzar ciumes aos estrangeiros, que ainda podessem arreçar-se do poder das armas da França. Mas nisto vai mui coherente o governo, porque se elle taõ de boamente entregou aos estrangeiros suas armas, suas municoens, as suas praças fortes, e até parte da herança que lhe deixaram seos pays; para que querem officiaes militares, e escollas que os instruaõ? O novo governo tem o espirito verdadeiramente christianissimo; quer reduzir a patria á toda a estupidez, e virtuoza ignorancia, tornando-a ignoblil e estulta pelo amor de Deos!

No que parece com tudo desviar-se um pouco das virtudes pacificas que inculcaõ o seo titulo, hé a bem pequena propensaõ que parece ter para o perdaõ das injurias; porque neste ponto se tem mostrado tanto de



carne e osso como os mais inveterados peccadores. Hé verdade que tem perdoado a morte a alguns réos, mas tem-lhe commutado este castigo na pena de 10 e 20 annos de prizaõ; talvez porque a dor de um momento lhe parecerá couza nenhuma em comparação de longos annos de uma dor constante e successiva! O General Debelle e o Coronel Boyer tiveram esta commutação de pena; o primeiro em dez annos, o segundo em 20 annos de prizaõ. O virtuozo General Travot tambem foi prezo e condemnado a morte como conspirador; mas a sua sentença ficou annullada por illegalidades no processo, que se há de tornar a instaurar. Para se conhecer o character desta victima basta só, recordar-nos do seo comportamento em Portugal, e de que foi o pacificador de La Vendée; porem quando se quer o sangue de um homem, até a *justiça* dos Aristides hé crime!

O General Druot, que havia acompanhado Buonaparte para a ilha d'Elba, e com elle havia saltado em França, foi mais feliz no resultado da sua sentença. Hé certo que a sua defeza foi mui nobre e mui franca; mas isto só não lhe teria valido se um dos seos juizes não tivesse seguido uma vereda oposta a que se esperava delle. O General Taviel, esse mesmo que foi commandante em chefe de artilharia no exercito de Junot em Portugal, e na primeira invazaõ, quer seja que ficasse aturdido com uma certa Proclamação prophetica de Buonaparte, quando desembarcou em França, a qual foi lida no acto do processo, quer fosse por falta de constancia, ou por bondade de coração, casualmente tomou o partido de um unico voto certo a favor do general accusado, e este foi absolvido.

Mas não existe em França só esta guerra declarada entre os governantes e os governados; mesmo entre os primeiros existem pelejas e combates bem sérios, ou affectadamente sérios, que dão que fallar ao mundo. A Camera dos Deputados está em contradicção verdadeira ou apparente como governo e com a Camera dos Pares. A celebre Lei sobre as Elleiçoens não foi approvada pelos Pares, e querendo o governo compor a desavença, propoz outro Projecto de Lei temporario que foi apresentado aos Deputados: mas estes mantiverão a sua primeira opiniaõ, e emmendaram o Pro-



jecto pela mesma forma que já da primeira vez tinhaõ decidido. Todo o chiste da contenda está porem no cazo seguinte:—Pelo artigo da Charta Constitucional, a Camera dos Deputados devia ser renovada dentro de 5 annos por quintos annuaes, mas o governo que não achou talvez bom depois este arranjo, declarou que este artigo da Charta era um dos que deviaõ ser revistos pelas Cameras. Em consequencia disto, os Deputados regularam a nova Lei sobre as Elleiçoens, e nella estabeleceram por principio, que a Camera dos Deputados se conservasse inteira por 5 annos, e só no fim delles fosse inteiramente renovada. Os Pares não approvaram a resolução, e nisto parecem hir agora de acordo com o governo. Este, que no principio manejou toda a sorte de intriga e dispotismo para que os Deputados da Camera não fossem os verdadeiros representantes do povo, mas só servis representantes da Corte, parece estar hoje mal contente com as suas creaturas, porque ellas não se tem mostrado tão doces como se desejava; nestes termos querendo agora *purificar* a Camera á sua vontade, pertendia que nella entrasse o primeiro quinto em virtude do artigo Constitucional. Os Deputados porem que lhe perceberam as tençoens, e que para seos fins se querem perpetuar todos no officio, durante os 5 annos, illudiram esta proscripção, declarando que a Camera duraria 5 annos completos, e que só findos elles seria renovada *in totum*. Eis aqui pois está todo o ponto da questão. O governo em o novo Projecto provisório queria deixar de fora este ponto essencial, e parecia dezejar que no em tanto se executasse o artigo da Charta á este respeito; mas os Deputados não deram pela insinuação, e emendaram o Projecto, ratificando a sua primeira resolução, de que a Camera se conservasse intacta por 5 annos. Não sabemos o que neste cazo fará o governo, e se mandará ainda o Projecto para os Pares, ou se lhe porá o seo veto. O que dá com tudo a entender, que as couzas acabarão em bem, hé que a outra, igualmente importante questão sobre o Budget se decidio á final segundo os dezejos do governo, e como este tem o dinheiro e meios que pertendia, naturalmente tambem condescenderá com a vontade daquelles que lho deram.

Para em fim mostrar a falta de unidade, e espirito

§



de controversia que dividem todas as classes do povo Francez, acrescentaremos ainda, que até no interior do palacio a Familia Real vive em desavenças politicas. Nós, no Artigo França, pag. 316, já transcrevemos um extracto de uma Carta que se diz escripta por Lord Wellington a El Rey Luis XVIII.; e as ultimas palavras da citada carta são assás curiozas, e grandemente memoraveis.—“*V. M. (diz o Lord) peut être assurée, que le plus grand mal prend sa source dans son propre palais.*” Em explicação deste texto, diz o seguinte uma correspondencia de Paris, com data de 4 de Abril:—

“Observa-se, que M. de Cazes tem ganhado ultimamente um decidida influencia em todo o gabinete. O seo ascendente no espirito de El Rey attribue-se á circumstancia seguinte: Haverá dois mezes o Ministro descobrio uma conspiração formada, não como se suppoz naquelle tempo, pelos Revolucionarios contra a Familia Real, porem pela Familia Real contra El Rey. O seo objecto e seo fim eraõ compellar El Rey a abdicar, e para este effeito até já se tratava de empregar a força no cazo de rezistencia. O herdeiro immediato (Conde d’Artois) estava já previamente composto, e depois da abdicção de El Rey o Duque de Angouleme tomaria logo posse do throno: assim, deste modo, os Ultra-Realistas entrariaõ no pleno exercicio de toda a auctoridade, e tudo quanto ainda falta para completar a obra da contra-revolução se teria triumfantemente executado. Esperava-se que o povo, intimidado com a prezença dos exercitos estrangeiros, não fizesse a mais pequena rezistencia; porem como se viesse a revelar a palavra de guerra—*minuit*, o projecto abortou. Ninguem ignorava naquelle tempo a existencia da conspiração, mas ignorava-se o seo objecto verdadeiro. Prenderam-se muitos individuos, porem á nenhum delles se fez processo, e pratica-se agora tudo quanto hé possivel para sepultar toda esta historia nas trevas do misterio. . . . . O maior receio que tem agora os novos conspiradores hé a opposição dos Alliados, e particularmente do gabinete Britanico, depois que viraõ a carta do Duque de Wellington: uma passagem desta carta allude positivamente a aquella primeira conspiração.”



A' El Rey, Luis XVIII., parece que falta muito daquella consistencia de character que já deitou a perder seo irmão: querer na apparencia seguir a opinião publica, e procurar com manejos occultos destrui-la hé uma marcha mui perigoza em tempos de fermentação, e pouco favoraveis ao governo. Consta que elle, fallando de Fernando VII. de Hespanha, dicéra a sentença seguinte:—*Mon frère d'Espagne se dépêche trop*;—"Meo irmão de Hespanha vai hindo mui de pressa."—Nós porem somos de opinião, que um homem com o character de Fernando, hé mais capaz de manter-se no seo pôsto do que outro com o character de Luis XVIII. Ambos estes planos são com tudo mui perigosos: o unico, bom e verdadeiro, hé o da moderação, e particularmente da franqueza, e lealdade em todas as accoens.

O Projecto proposto na Camera dos Pares para abolir a escravatura Europea, forçando as Potencias d'Africa a seguir os dictames nesta parte de todos os governos civilizados, dará de certo muita honra á nação Franceza, e ganhará muito melhor fama e reputação em acabar com o commercio infame e vergonhoso dos escravos brancos, do que ganhará Inglaterra em acabar com o dos escravos negros.

---

R O M A.

O artigo que debaixo deste titulo publicámos a pag. 321 hé ainda um daquelles que, sendo verdadeiro, muito bom nome dá ao gabinete Portuguez e ás beneficentissimas intencões do nosso Principe. A Inquizição hé um tribunal do maior discredito para a religião Christã, e da maior vergonha para os governos civilizados da epocha actual. Hé quase incomprehensivel como em nome de uma religião, toda de paz e caridade, houvesse quem ousasse crear um tribunal só digno de selvagens, ou de monstros; e ainda mais incomprehensivel hé como tenham havido Monarcas, que não só o tenham auctorizado, mas até hajaõ prezencado sem horror suas execuções barbaras e atrozes, bem semelhantes á horridos festins de Canibales! Mas já hé



tempo de acabar por uma vez com essa Instituição escandalosa: a opinião publica do mundo inteiro já tem lavrado contra ella sua sentença irrevogavel; e a continuação da sua existencia seria um insulto feito á religião e ao sentimento universal dos homens. Que tem com tudo que fazer o nosso governo com o Papa sobre este ponto? Não hé a Inquisição um tribunal regio, e não pode o Principe acabar com elle á toda a hora que lhe parecer? Consultar o Papa nesta materia, e agora no mesmo tempo em que elle resuscita os Jesuitas, hé embarçar e pôr em duvida um direito, que hé inherente a Soberania Portugueza; e se esta já declarou, sem se emportar com as bullas de Roma, que não queria estes, por que lhe não declarará tambem por uma vez, que não só não quer, mas que abomina aquella? Se aos seos muitos titulos á gloria e estimação publica acrescenta o nosso Principe ainda este novo, o de—*Debelador da Inquisição* em todos os seos reinos e dominios; poderá escolher ou ser chamado, como Tito,—*As delicias da Patria*; ou o *Hercules Luzo*, por haver debelado o maior monstro, que tem affligido a humanidade.

Por outras noticias de Roma consta tambem, que o Papa mandára participar aos ministros de Portugal e de Hespanha que a *tortura* estava abolida no santo Tribunal da Inquisição. Isto será talvez para ver se adóça a nossa corte; e agora mais nos persuadimos que terá recebido alguma Nota a este respeito por parte do gabinete do Brazil. Porem não se envergonha um Pontifice Romano, um Successor de S. Pedro, de confessar ainda agora o mundo que a Inquisição applicava a tortura? Hé verdade, que toda a gente bem o sabia, mas hé vergonhozo para quem se diz vigario de um Deos de paz e de humildade, declarar que por grande mercê, que faz aos homens, a Inquisição não continuará a despedaçar como até aqui membros humanos para extorquir revelações, quase sempre filhas ou da desesperação ou da fraqueza. E os carceres, e os processos misteriozos, e occultos não são ainda tambem outra especie de tortura que sempre permanece em quanto houver Inquisição. Pio VII. obraria com espirito mais Christão se aniquilasse este monstruozo Tribunal: a graça, que agora pertende



fazer ao mundo, parece mais filha de uma piedade ironica, do que de um verdadeiro amor do proximo.

H E S P A N H A.

Os antigos Romanos tocavaõ por um lado o apice da civilizaçaõ e urbanidade, e por outro o ponto mais infimo de uma barbaridade grosseira. A escravidãõ humana não repugnava nem á sua polidez nem á sua politica, e o homem que não era Romano ou livre, era havido por barbaro ou escravo. Assim em proporçaõ ao respeito que se tinha pelo homem livre crescia o desprezo pelo homem escravo, e á este só hé que a legislaçaõ Romana applicava as penas infamantes, e a *tortura*. Um unico cidadão Romano crucificado por Verres fez estremecer Roma; e o Juiz que em algum tribunal tivesse ousado applicar os tormentos a um cidadão, teria sido pelo menos precipitado da Rocha Tarpeia entre as maldiçoens do povo Rey, por quem o genero humano era entãõ representado. As naçoens modernas, formadas das ruinas deste portentozo povo, trouxeram comsigo toda a sua barbaridade e os seos vicios, e bem poucas ou nenhuma das suas virtudes. Os noyos Soberanos da Europa quizerãõ ter leis, e as foraõ desenterrar quase todas dos Codigos Romanos; mas infelismemente apropriaram para si quanto era máo, e houveraõ em desprezo quanto era bom, justo, e liberal. Da pratica Romana tiraram pois os governos modernos o uzo da tortura; e na sua applicaçaõ despojaram seos subditos da alta dignidade de homens livres, fazendo-os descer todos á classe infima de escravos. Porem não hé isto o que mais nos deve fazer admirar. Que os descendentes dos Francos, Vandalos, Suevos, Huns, Alanos, Visigoths, Sarra-cenos e Tartaros, que todos passaram a governar sobre os despojos de Roma, tivessem adoptado esta ferós legislaçaõ, nem hé para espantar, nem muito para horrorizar; porque Chefes, essencialmente barbaros, não podiaõ agradar-se senãõ de leis barbaras. Mas que os Pontifices de Roma Christam, os que humildemente se denominavaõ—*Servos dos Servos de Deos*



fossem tambem aquelles que sancionassem esta atroz legislação, e aos filhos de uma religião de caridade, que veio dar a liberdade ao mundo, não tivessem pejo de fazer applicar a tortura nos tenebrosos calaboiços das suas Inquisiçoens, hé com effeito um dos escandalos mais abominaveis com que se tem manchado a Curia Romana. Assim os vigarios de um Christo, que havia ensinado com a palavra e com o exemplo, que os homens começavaõ todos a ser livres e iguaes diante de Deos, vieram depois a contradizer estas maximas conçoladoras, provando de facto, que todos os Christaons não eraõ mais do que méros escravos Romanos! Ao menos as antigas leis Romanas dispensavaõ ainda a metade, por assim dizer, do genero humano da applicação destas penas crueis e infamantes; mas a legislação de Roma moderna, e de todos os mais governos da Europa a applicou ao mundo todo!

Na auzencia de El Rey Fernando de Hespanha os que governavaõ em seo nome foraõ assas humanos e justos para riscarem do codigo penal Hespanhol este vergonhozo resto de atroz barbaridade; mas tamanho bem, assim como outros muitos, não era para durar. O amado Fernando não quiz que seo povo nem ao menos tivesse este distinctivo de povo livre; aconselhado de certo por ferozes Ministros, e por ferozes Inquisidores, reduzio novamente todos os Hespanhoes á infima classe de miseraveis escravos Romanos. Quando nisto considerâmos, e em outros procedimentos humanos, envergonhâmo-nos de ser homens!

Esta nova lei da *tortura* em Hespanha chegou muito a tempo, por que dará agora occasião a todos os algozes de ostentarem sua pericia na applicação das mais exquisitas crueldades. Com ella as mais inveteradas vinganças se fartaráõ, e os tigres, que só se nutrem de sangue e de mutilados cadavéres, exultaráõ de ferocidade e prazer no meio destes horridos festins. Quando assim falâmos temos em vista a nova conspiração, que consta fôra descoberta em Madrid, e tinha por fim o assassinar El Rey e toda a sua familia. Dizem que muitos dos conspirados, ou suspeitos, já estão prêzos, e a todos se tem applicado os tormentos. Entre estes se mencionaõ particularmente o General O'Donohoue, que perdêra todo o uzo das suas mãos por effeito da



tortura, e o Intendente de Valencia que morreo sobre o pôtro. Já as vidas dos homens parecem pouco; e a força e o poder só se contentão com os gritos acerbos da intensa dor e desesperação. Mas não há de ser com estes castigos que se tornará mais firme a coroa de Fernando, nem elle há de ganhar a plena e geral confiança, sem a qual não duraõ os tronos nem os Monarcas. Uma conspiração pode mui bem ser descoberta, porem das cinzas e do sangue das victimas della rebentaráõ ainda outras muitas, entre as quais pode bem ser que haja uma que consiga o seo effeito. El Rey de Hespanha nunca sustentará pois seo throno com cadafalsos e torturas; e só o manterá sendo justo, humano, e liberal. Cumpra com a sua palavra Real, que deo aos Hespanhões no momento que sahio do seo captiveiro; porque se um Rey não tem palavra, como quererá ser bem quisto ou estimado? Esqueça por uma vez os erros daquelles que lhe quebraram as algemas, e que sempre na sua auzencia invocáram o seo nome e lhe reconquistaram o throno duas vezes perdido—pela abdicção e pela conquista; e fazendo-o assim, nem terá conspirações que temer e que punir, nem torturas e cadafalsos que aplicar.

O governo Hespanhol, que está pondo agora toda a sua confiança nas armas e instrumentos dos algozes, tambem pertende achar salvação nas trevas de uma profunda ignorancia. Entre muitos factos que isto provaõ, temos o seguinte artigo, copiado do *Morning Chronicle* de 24 de Abril:—

“O governo de Hespanha faz agora quanto pode para cortar com toda a correspondencia epistolar com Inglaterra. Ordens secretas se tem dado a todos os directores dos correios para que quando nelles appareça alguma carta vinda de Inglaterra, se chame a pessoa para quem hé dirigida, se abra a dita carta na sua presença, e se nella houver algum assumpto politico, seja o individuo prezo até resolução de S. M. Outras ordens tambem se tem passado para não enviar cartas para Inglaterra sem primeiro serem pagas, e disto bem se vê qual hé o motivo verdadeiro. A entrada de todos os livros estrangeiros foi estrictamente prohibida; e o possuir ou lêr uma gazeta Ingleza equivale a um crime de alta traição.”



Que desgraçado não hé o governo que se julga na precisaõ de recorrer á taes medidas! Cartas recentes de Paris, em data de 22 de Abril annunciaõ que o Conde Toreno, dois creados seos, e alguns Cavalheiros Hespanhoes haviaõ sido presos por ordem do governo Francez no dia 21. Não se sabia porem ainda qual fosse o motivo destas prizoens; e se ellas procediaõ de offensas cometidas em França por estes Hespanhoes, ou de estar o governo Francez arvorado em official de Justiça pelo gabinete de Madrid.

---

P O R T U G A L.

Neste artigo, pag. 323, transcrevemos uma Carta, vinda de Lisboa, por que do seo assumpto se podem tirar avizos uteis, e com elles melhorar alguns dos males infinitos, que enfraquecem e desdoiraõ a nossa patria. Portugal hé um enfermo, e bem enfermo: qualquer parte do seo corpo, que se examine, mostra logo sinaes evidentissimos de consumpção, e de falta de cuidado em o reanimar, o que hé ainda peor. Coizas há que por muitos annos se tem feito, e continuaõ a fazer, para as quaes hé impossivel achar uma desculpa racionavel. Por exemplo, como com bem razão e patriotismo nóta o auctor da carta, hé fado bem singular, que sendo o vinho o unico artigo que temos verdadeiramente importante, esse mesmo esteja ainda destinado para hir animar a industria estrangeira! A excepção das uvas, que ali nascem, e ás quaes se faz a primeira operacão para extrahir o vinho, tudo o mais hé feito pelo trabalho estrangeiro. Principia este por virem os gallegos fazerem a vindima, fallâmos no alto Douro; segue-se depois envasilhar o vinho, e ahi apparecem logo as aduellas estrangeiras de que são feitas as pipas, os aros de ferro, as garrafas, as rôlhas, &c. &c. Não fica porem ainda aqui tudo; o mais escandalozo hé, que para preparar este mesmo vinho seja igualmente preciso recorrer a agoa-ardente estrangeira. Que Portugal tenha o melhor vinho do mundo, e na maior abundancia, e que ainda assim mesmo compre aos Francezes a agoa-ardente para o compor e



conservar, hé com effeito uma das mais riziveis indolencias, e miserias imaginaveis ! Que haja uma Companhia, destinada unicamente para proteger e augmentar o commercio dos vinhos, e que esta ouze pedir licença para importar em tanta quantidade agoas ardentes estrangeiras, e que o Governo lha conceda, hé tambem um facto que só se pode conceber em uma administração tal como a nossa, aonde tudo se faz ou por *empenhos*, ou por outros meios, ainda peiores, que a seo tempo serão mencionados.

A lembrança do nosso correspondente sobre o artigo — *Aduellas*,—hé na verdade mui digna de ponderar-se, e deve merecer toda a attenção do governo do Brazil. Tudo quanto for promover a industria nacional, e com ella impedir que recebâmos dos estrangeiros aquillo que temos de abundancia em nossa caza, sempre deve olhar-se como objecto de primeira importancia. Mas quantas couzas não temos nós neste genero para as quaes parece que ninguem repára, e que são todavia merecedoras das mais sérias conciderações ? Para não sahir-mos deste mesmo artigo—Vinhos ;—consta-nos que no Brazil entraõ francamente os vinhos estrangeiros da Europa, e até os do Cabo da Boa Esperança. E sendo isto assim, não hé uma injuria bem prejudicial e palpavel, que se faz aos cultivadores de Portugal ? Isto hé o mesmo que permitir aos estrangeiros que venhaõ cortar pela raiz as nossas vinhas para que não assombrem as suas. Em quanto pois não se olhar para estes e outros grandes defeitos capitaes, que há em nossa administração, hé escuzado pertender ter industria e riqueza : com taes maximas, e com tal pratica não pode haver senão muita miseria publica, e ainda maior miseria particular. Parece com tudo que este nome—*industria*, hé um nôme quimerico, ou totalmente desconhecido dos empregados publicos da nossa terra ; e a prova d'isto hé outro facto que na sua carta aponta o nosso correspondente. A importantissima Fabrica de Costumes de Odimira está fechada só porque se diz que pertence a um Francez ; e assim debaixo deste miserabilissimo pretexto priva-se o paiz de ventagens concideraveis, e se estanca uma fonte certa de prosperidade e de riquezas. Em uma palavra, se vamos neste andar virá tempo em que não comaõ nem vistaõ



os Portuguezes um só artigo que lhes não venha dos estrangeiros, bem entendido em quanto tiverem dinheiro para o pagar; por que acabado elle (pois não hé inexgotavel), então será preciso, por ajuste de contas, entregar a esses mesmos estrangeiros até as proprias cazas e o proprio territorio, e começar depois a servi-los como miseraveis escravos ou llotas, para poder haver delles um grosseiro vestido, e um modico alimento. Desta arte, do auge da maior riqueza e abundancia cahe o homem inerte na mais vil degradação.

---

*Novo Assumpto, prometido em o No. antecedente.*

A pag. 235 do No. LVIII., Artigo—Correspondencia,—publicámos nós uma Carta, datada de Lisboa, e assignada—*Lusitano*. Então prometemos fazer algumas reflexoens á cerca dos pontos que ella tratava, e isto agora vamos já cumprir. As ideas, e os dezejos do nossa Correspondente parecem ser, segundo noticias posteriores que havemos recebido, os de todos os bons Portuguezes da Europa. Na grande e difficil contenda que tão felismente terminou á bem dos principios da civilisação, e independencia das naçoens, todos os habitantes do vasto Reino Unido Portuguez deram com effeito provas bem decisivas do seo patriotismo, lealdade, e amor ao seo Soberano; porem hé preciso igualmente confessar, que nenhums desenvolveram tamanha energia, nem sofreram tanto como os do reino de Portugal. Estes, na verdade, tem a honra indisputavel, no meio da orfandade em que se viram pela auzencia do seo Principe, de conservar illezo e gloriozo o throno Luzo, e de libertar a patria, por um momento surprehendida, e forçada a tolerar o jugo estrangeiro. E então se as provas de seos heroicos serviços são tão brilhantes e magnificas, não terão elles tambem juz a alguma brilhante e magnifica recompensa? O premio hé o natural alimento das virtudes: o nosso Principe o sabe; elle hé generoso e bom; e assim lh'o hade dar.

Assim que o nosso Principe tomou a rezolução de passar com o throno para o novo reino do Brazil, os Portuguezes da Europa entraram a sentir perdas bem



sensíveis, porque além de já não terem no meio de si o seu Monarca, perda que ao seu amor nunca pode esquecer, começaram a achar espaços immensos entre elles e as graças e justiça do seu Soberano. Portugal, que nem de direito nem de facto pode ser colonia, o tem sido de alguma maneira em virtude das circumstancias perigosas do tempo, e dos poderes assás limitados daquelles que até aqui o tem governado. Estes, só com auctoridade absoluta para o mal, isto hé, para punir em nome do Principe, e declarando não poderem fazer justiça em nome d'aquelle mesmo á sombra de quem exercem só medidas rigorosas, formão com effeito um governo bem incomprehensivel, que nunca pode convir a um reino independente, e com especialidade a um reino, como Portugal, que segundo já dicemos, tem todo o juiz á grandes recompensas, não só como berço glorioso da Monarquia, mas como credor de muitos agradecimentos publicos, pelas espantozas maravilhas, de patriotismo, de lealdade, e de valor, que tem obrado. Hé logo evidente que a administração que o tem dirigido em tempo de guerra não lhe pode convir para tempo de paz. Necessita ter um governo, qualquer que elle seja, amplamente auctorizado para o bem e para o mal, isto hé, para fazer graça e justiça, e para processar e punir, sem precisar nos cazos mais ordinarios e triviaes recorrer a muitas mil legoas de distancia. A razão, e a justiça saltão aos olhos de todos neste importantissimo assumpto.

Portugal, pela sua antiguidade, pelos seus feitos heroicos em todas as idades, e por ser o berço illustre da Monarquia Portugueza, não merece passar a uma condição inferior a de que actualmente goza o recente reino do Brazil. Portanto, o meio mais justo e prudente que, em nossa opinião achâmos, para melhor compor todas estas difficuldades, em quanto o throno se conservar no Brazil, seria:—que para governar Portugal fosse nomeado o Principe herdeiro presumptivo da Coroa, com um concelho de homens probros e instruidos, que bem o aconselhassem e dirigissem. Com este plano faziaõ-se dois bens muito essenciaes: 1º. Acostumava-se o Principe, destinado um dia a governar os vastos Estados do seu Reino Unido, ao laborioso e difficil



trabalho da publica administração; e quando a Providencia o destinasse para hir occupar o throno de seo pai na outra parte do mundo, não só levaria já comsigo o amor e as saudades dos seos povos da Europa, porem o pleno conhecimento das suas precizoens, e do seo estado politico, civil, e local; e então la mesmo de longe ficaria mais habilitado para lhe fazer todo o bem que dezejasse. 2º. Honrava-se, e satisfazia-se assim obriozo povo de Portugal, que de certo nunca poderá viver contente se não se vir governado immediatamente pelos seos Principes. Sim, uma Côrte, verdadeiramente Real, faz-se necessaria em Lisboa, para satisfazer as saudades do povo, e para lhe poder dar prontas consolaçoens, e fazer-lhe pronta justiça.

Este plano não pode ter contradicção alguma em politica, e antes elle hé só o que pode fortificar os laços dos Reinos Unidos, que a natureza tanto desunio, e que só uma bem combinada e prudente força moral pode prender e unir eternamente. Por esta mesma razão, já nós não aconselharíamos que o Principe, destinado para governar Portugal, fosse outro alem do Principe herdeiro da Côroa: isto poderia gerar grandes obstaculos para a felicidade geral da Monarquia: e por isso, um Principe, mas só um Principe o primeiro herdeiro do throno hé o que convem em politica que, em nome de seo Pai, venha governar Portugal. Dado este primeiro passo, que hé um dos mais importantes, então hé que se deve passar a cuidar dos mais pontos que menciona o nosso Correspondente de Lisboa. Estes são:—

1. Fazer-se um contracto com o reino de Portugal, que bem explicitamente estipule os termos e condições da União, e as obrigaçoens respectivas e reciprocas dos dois paizes em tempos de paz e de guerra.

2. Determinar a extensão do poder executivo, a administração e applicação das rendas do Estado, e a imposição dos tributos, com os meios convenientes de extinguir a divida publica, particularmente, a do papel-moeda.

3. Pôr termo á emigração voluntaria, ou forçada de Portugal para o Brazil. Hé verdade, que este ultimo está despovoadissimo, porem tambem o primeiro o está, e ainda quando toda a sua povoação de



uma só vez se despejasse na superficie immensa do Brazil, pouco bem faria a este, e arruinaria completamente o outro. Seria como uma gôta de agoa dôce, lançada no oceano, que se perde sem deixar nem se quer vestigios da sua existencia. Hé logo evidentissimo, que o Brazil nunca se deve querer povoar á custa de Portugal, porque em phraze vulgar seria o mesmo que despir um santo para vestir outro; e o que dizemos de agricultores, e artistas, tambem se deve entender do exercito, que hé necessario conservar sempre intacto dentro de Portugal para acudir a urgencias que podem nascer em um instante.

A' vista do que temos dito hé bem claro, que Portugal precisa de uma nova forma de governo, e que, seja elle qual for, tenha muito mais amplos poderes: em uma palavra, taes, que para á execuçaõ ordinaria da justiça, para os despachos, e graças, já estabelecidas pelo uzo ou pelas leis, não sejam obrigados os Portuguezes da Europa a recorrerem ao Brazil assim como antes os Brasileiros recorrião á Lisboa, quando a sua patria era uma simples colonia. O reino de Portugal merece nesta parte ser tratado com todo aquelle respeito, que sempre se deve a um illustre chefe de uma grande familia. Taes são as reflexoens que por esta vez nos lembraõ á cerca deste assumpto: elle hé bem digno das attençoens do nosso bom Principe e do seo Ministerio; e mui bem fundadas esperanças bom hé que tenhamos todos, de que para este fim se hajaõ de dar mui prontas e judiciozos providencias.

---

INGLATERRA.

Perguntando-se ao Arlequin Italiano como hia o mundo, respondeo sem hezitar:—"O mundo inteiro vai tal e qual como vai a minha propria familia." O Arlequin tinha razão: os homens, em toda a parte são homens; e por exemplo, os ecclesiasticos em toda a parte são ecclesiasticos, isto hé, dizendo constantemente em theoria que os bens terrenos são pó e cinza, e a pezar disso os mais afferrados na pratica á estas ninharias mundanas,—os bens temporaes. Em o ar-



tigo Inglaterra, pag. 325, viram os nossos Leitores como ate nos paizes Protestantes e reformados hé a religião sustentada e defendida nesta *parte pecuniaria* com a mesma acrimonia e ambição que lá se experimenta em nossas terras. Os Padres Inglezes tem querido levar a questão dos dizimos a ponto tão exorbitante de lucro, que foi já preciso que alguns habitantes recorressem a auctoridade do Parlamento para cohibir a voracidade inextinguivel e sempre progressiva dos seus bons Pastores, que já não parecem querer simplesmente contentar-se com a lam de suas velhas, porem até mostraõ que já lhes ambicionaõ as péllles. E que não diriaõ tambem os nossos bons Portuguezes se lhes restituíssem o *dom da palavra*, e ao menos podessem queixar-se? Porem nem isso podem! Pertende-se, que os nossos briozos compatriotas morraõ como o gladiador Romano, isto hé—"sem dar um gemido!" Mas em fim, já que elles não podem fallar, e nem sequer gemer, fallaremos nós por elles, e hiremos levando seus queixumes até aos pés do throno benefico, que bem os pode remediar.

Nós já outra vez tocámos esta importante questão, e fizemos ver, publicando alguns documentos antigos, que os velhos Portuguezes tinhaõ nesta parte, assim como em outras muitas, maior abundancia de bom senso e de razão que não tem os modernos. Mostrámos, em consequencia disto, que a cobrança abuziva dos dizimos era um dos embaraços que se oppoem ao adiantamento da agricultura Portugueza; e a fim de que estas concideraçoes não esqueçaõ, quizemos tornar a lembrar o mesmo ponto para que possa entrar em o numero das muitas reformas que se devem fazer, se hé certo com tudo, que há alguma idea de as executar, e que não se prefere este estado decadente, em que vemos Portugal, á uma prudente e activa regeneração.

Na sessaõ da Caza dos Communs do dia 25 de Abril propoz Lord Castlereagh um novo Bill, chamado—*a Peace Alien Bill*, isto hé,—"um novo Regulamento a que devem estar sugeitos os estrangeiros em tempo de paz," para substituir o antigo que até agora existio durante a guerra. Esta medida hé absolutamente nova, e uma daquellas muitas que o governo Brita-



nico vai pouco a pouco tomando para ver se chega ao poder illimitado. Mr. Horner foi um dos Membros que mais combateo este projecto do Ministro, e concluiu o seu discurso dizendo:—" Nós estamos em uma epocha de paz, e ninguem poderá asseverar, que agora haja a mais pequena razão para temer-mos a presença dos estrangeiros. Nestas circumstancias eu solemne-mente protesto contra a medida proposta." A pezar deste protesto de Mr. Horner, e de tudo quanto dice-ram, e poderão ainda dizer outros membros, estamos bem certos que o Bill há de passar. Mas neste cazo cumpre ao governo Portuguez, por honra da dignidade e independencia da nação e do Principe que a governa, mandar ao seu Ministro em Londres as instrucções necessarias para que elle represente ao Ministerio Britanico em favor dos Portuguezes actualmente residentes em Inglaterra, ou que para o futuro nella venhão rezidir. Os Inglezes que vão para os dominios Portuguezes, ou lá rezidem, gozão de todas as prerogativas que tem os proprios nacionaes: ora, porque não se há de praticar o mesmo com os Portuguezes, que estiverem nos dominios Inglezes? Pelo ultimo Tratado de Commercio estipulou-se uma reciproca igualdade de viajar e rezidir nos dois respectivos paizes, isto hé,—que os Inglezes em dominios de Portugal fossem tratados como Portuguezes, e que estes nos dominios de Inglaterra fossem tratados como Inglezes; mas esta prerogativa para com os Portuguezes vai ficar de todo annullada pelo novo Bill relativo aos estrangeiros, como até agora já o estava em tempo de guerra. Se esta ultima circumstancia produzia porem até aqui alguma plauzivel desculpa, a mesma já não pode haver em tempos de paz. Assim hé, como já dicémos, da dignidade do nosso Principe e do seu governo, que se fação as representações necessarias á este respeito, para que ou os Portuguezes sejam tratados em dominios Britanicos como os proprios Inglezes, ou então estes comecem tambem a ser tratados nos dominios Portuguezes pelo mesmo modo e feição que aqui formos tratados. Este proceder hé de rigorosa justiça; e se o governo Portuguez não fizer cazo destas infracções, então hé bem que já se vá preparando para ter ainda bocados mais amargos que engolir,



sem que depois se ouze queixar; porque quem se deixa vilipendiar em um ponto habilita-se para o vilipendiarem em todos.

A cauza dos tres Inglezes, prezos em França por serem acuzados de auxiliarem a fugida de Lavalette, decidio-se no dia 24 de Abril. Forão sentenceados a tres mezes de prizaõ, e a pagarem as custas do processo. O carcereiro, só julgado réo de negligencia no seo officio, teve por sentença dois annos de prizaõ, e acabados elles ficar por 10 annos debaixo da inspecção da alta policia.—Aos quatro individuos, assim condemnados, concederaõ-se tres dias para poderem appellar para o tribunal de Cassação.

Dois dos tres acuzados Inglezes, o General Wilson, e Mr. Bruce, fizeram duas fallas mui energicas, e com particularidade o ultimo. Uma das passagens notaveis do discurso do General Wilson hé a seguinte:—

“ Os governos arbitrarios são os unicos que exigem de seos subditos uma cega obediencia; mas um Estado Constitucional requer, que os cidadaons de todas as classes vigiem escrupulozamente os passos do governo. A natureza, a honra, e a religião fortificaõ este dever, e o seo exercicio hé a mais nobre prerogativa do homem livre. Sim, desta verdade vós mesmos deixareis de duvidar quando tiverdes por mais tempo gozado dos bens da vossa Charta Constitucional.”

Outra passagem não menos forte e notavel da falla de Mr. Bruce hé a que vamos transcrever:—

“ Eu nasci Inglez, e amo com enthusiasmo a Constituição da minha patria, isto hé, a Constituição tal qual foi estabelecida pela nossa glorioza revolução de 1688. Foi entaõ que se formou aquelle bellissimo sistema de governo, que excita a admiração geral; que tem sido modelo para outras naçoens; que tem ganhado para o nosso paiz o nome, por excellencia, *da terra classica da liberdade*; e que nos tem adquirido os elogios do sabio e filosofo Montesquieu, o qual não hé um exclusivo patrimonio da França porem de todo o mundo, e que disse de nós,—“ que os Inglezes eraõ o unico povo “ da terra, que sabia uzar da sua religião, das suas leis, “ e do seo commercio.” Hé pois da Revolução de 1688 que se devem datar a prosperidade, a grandeza, e a liberdade de Inglaterra.



“ Assim posso dizer, que se estes meos principios, que são os da Constituição da minha patria, fossem destructivos das ideas da ordem e do bom governo, e fizessem com que eu fosse inimigo dos Reys, da justiça e da humanidade, nesse cazo eu seria o mais criminozo dos homens, e o meo acuzador teria razão; porem se, pelo contrario, são estes principios os mesmos que tem dado ás nossas leis uma força protectora, que tem garantido a liberdade de nossas pessoas, de nossas propriedades, e nossa religião, e tem feito com que um povo, pouco favorecido da natureza, seja hoje o mais feliz, o mais bem governado, e o mais florescente da Europa: então, á vista disto, tenho direito para concluir;—que a acuzação que se me faz não hé mais que uma atroz calumnia.”

---

*Noticia.*

J. D. Bomtempo, Portuguez Insigne, e universalmente conhecido na Europa pelas suas Composições Originaes, e portentoza execução no Piano Forte, está fazendo imprimir em Londres a obra seguinte, que dentro de poucos dias será publicada:—*Elementos de Muzica para uzo do Piano Forte.*

---

## CORRESPONDENCIA.

---

SENHORES REDACTORES DO INVESTIGADOR  
PORTUGUEZ:

Sendo mui justo que os Portuguezes todos cuidem em conservar o seu bom nome nos paizes estrangeiros aonde vivem, tomo a liberdade de lhe enviar as poucas linhas seguintes para com ellas se poderem desvanecer quaesquer aluzoens ou ideas falsas, a que tenha dado lugar um Avizo, que publicou a Gazeta *Times* no dia



28 de Março passado, e foi transcripto no *Correio Braziliense*, No. 94, artigo—Correspondencia, pag. 316.

M. de Souza, de quem falla o sobredito Avizo, hé um individuo da Bahia, que, vindo a Londres encomendou algumas peças de Cobre a Harvey e Goldwin. Como porem não entendesse a lingua Ingleza, servio-se de um interprete, que interpretou mui mal as suas intenções. Assim que a obra se acabou, como ella não satisfizesse os intentos do Snr. Souza, este teve difficuldade em paga-la, particularmente fiado no que lhe dizia o seo interprete. Em fim para abreviar-mos a historia, houve demanda sobre o ponto, e o resultado foi, que se pagassem as peças de cobre taes como estavam feitas. A este tempo já o Snr. Souza não estava em Inglaterra, e o seo agente pagou prontamente tudo: porem como o verdadeiro dono estava auzente, o seo procurador, depois de pagar a obra, pedio a Harvey e Goldwin quizessem conservar em seo poder as ditas peças até que elle avizasse o seo Correspondente da Bahia de tudo o que se havia passado. Ficaram por tanto em caza dos artifices, e por seo consentimento, as ditas panelas ou o quer que seja; e como desfizessem há pouco a sociedade, um dos Socios, sem ter nenhuma attenção com o Agente do Snr. Souza, á quem mui bem conhece, mandou publicar na Gazeta o mencionado Avizo. . . .

A' vista do que acabo de dizer hé logo mui claro,—que nem o procedimento do artifice mostra *independencia* de character, como quer inculcar o correspondente do *Correio Braziliense*, mas antes sim alguma outra couza que não hé airoza; e que nem o comportamento do Snr. Souza e do seo Agente hé digno de algum *opprobrio publico*.

Sou, De V. M<sup>ces</sup>, &c. &c. &c.

Luzo, defensor dos Luzos.

*Snr. Guilherme, Barão de Eschwege.*

A carta com a Resposta que nos escreveo em defeza do seo Amigo e Patricio, e que vem datada de Villa Rica, a 18 de Julho de 1815, será publicada o mais prontamente que nós for possivel.



*Snr. Correspondente de Lisboa.*

Os papeis e cartas que nos remeteo em datas de 16, 19, e 29 de Março forão recebidas; e de tudo publicaremos o que julgar-mos util e conveniente.—A Memoria “Sobre as Penas e Delictos” será publicada no proximo No. do mez de Junho; e cumpriremos neste ponto quanto nos recomenda.







---

## ERRATAS

*Mais notaveis do Numero LVIII.*

*Pag.*

- 127 pelo M. de Pradt, *l.* por M. de Pradt.
- 128 todo, *l.* toda.
- 142 arves, *l.* aves.
- 151 mosto, *l.* mostro.
- 160 oppozelle, *l.* oppozesse.
- 171 communicacão, *l.* communicão.
- 172 aranio, *l.* uranio.
- 173 com, *l.* em.
- 176 com, *l.* como.
- 177 menos, *l.* menor.
- 214 interressados, *l.* interessados.
- 220 grandas, *l.* grandes.
- 221 encracerâmos, *l.* encarcerâmos.







---

O  
INVESTIGADOR PORTUGUEZ  
EM INGLATERRA,

OU  
JORNAL LITERARIO, POLITICO, &c.

---

JUNHO, 1816.

---

Condo et compono, quæ mox depromere possim—HOR.

---

LITERATURA PORTUGUEZA.

---

SOBRE AS PENAS, E DELICTOS.

DISCURSO sobre *Delictos e Penas*, e qual foi a sua proporção nas diferentes épocas da nossa *Jurisprudencia*.  
Por FRANCISCO FREIRE DE MELLO, *Licenceado em direito pela Universidade de Coimbra*, no anno de 1786, &c. &c. &c.

*Barbarus hic ego sum, quia non intelligor ulli,  
Et rident stolidi verba latina Getæ.*

OVID.

*..... Adsit  
Regula, peccatis quæ poenas irroget æquas :  
Ne scutica dignum horribili sectere flagello.*

*Naturam expelles furca, tamen usque recurret.*

*cur non  
Ponderibus modulisque suis ratio utitur ? ac res  
Ut quæque est, ita suppliciis delicta coercet ?*

HOR.

*Adde, quod injustum rigido jus dicitur ense ;  
Dantur et in medio vulnera sæpe foro.*

OVID.



AO MUITO ALTO E MUITO PODEROSO PRINCIPE  
 REGENTE DO REINO UNIDO DE PORTUGAL,  
 E DO BRAZIL E ALGARVES, PAI DA PATRIA,  
 R. F. A. D. *Francisco Freire de Mello.*

*Do Editor.*

Chegou a mim por diversas mãos o papel manuscripto, o qual não sómente hé para Portugal, porem para todo o mundo, mas que em Portugal não teve licença de sahir á luz. A liberdade de imprimir neste Reino sómente se concede pela maior parte á papeis indignos e infamatorios. Recorre-se á tres repartiçoens para concederem licença; o que desgosta aos autores, e o que faz as edicoens difficultozas, por mais uteis que sejam as obras. Os Censores em geral, são ignorantes, e theologos, e reprovão sempre os livros uteis á Patria, ao Principe, e ao Publico. Hoje não davaõ licença a Camoens, a Antonio Vieira, e a outros grandes genios, de que abunda a nação Portugueza para imprimir as suas obras. A liberdade, não digo já de escrever, mas de pensar hé prohibida em Portugal. Diz bem Bielfeld *Inst. Polit.* tom. 1., cap. 7: *la liberté de la presse est ridicule en Espagne*: ainda melhor o disse Filangieri tom. vi., cap. 52, nas palavras seguintes: *se il male, che l'uomo può fare colla stampa, può esser difficilmente occultato, e facilmente riparato, e quello, che può fare colla spada, può esser facilmente occultato, e difficilmente riparato, perché temer più la stampa, che la spada, e spiare colui, che scrive, e non colui, che é armato?* Esta a razão porque Jugler *Bibl. Histor.* disse: *Lusitani pauca prastiterunt propter præcisam sentiendi libertatem.* Os Inglezes, cuja constituição hé superior á de todas as naçoens, concedem a liberdade da imprensa, e nisto consiste parte de sua felicidade, e o augmento das sciencias, e artes, no que vai muito ao genero humano. A maior parte dos livros antigos de pouco ou nada servem hoje. Os costumes mudaraõ, aos quaes se deve accomodar a legislação em toda a parte; nem a philosophia pode ser agrilhoadá. Os defeitos da legislação não se devem imputar aos Reis, que sempre querem o bem,



mas aos satellites, que estão ao lado delles, avarentos lisongeiros, e sanguessugas, que lhes negão a verdade fingindo-lhes sempre amizade, e zelo publico.

*Hac una Reges olim sunt fine creati,  
Dicere jus populis, injusta que tollere facta.*

---

INTRODUÇÃO.

Para bem desempenhar o difficultozo e arduo objecto, que atégora nunca fei tratado entre nós, e que se contem no Discurso seguinte, hé necessario recorrer ao direito tradicional e consuetudinario, que se observou entre nós no principio do Reino, em quanto as leis eraõ poucas, direito este, que nos ficou da Legislação Romano-Visigothica, muitas vezes citada nos documentos daquella idade, a qual se refere na legislação criminal dos foraes e leis escriptas naquelle tempo. O foro de Leaõ ou o livro intitulado *Fuero Juzgo* (que alguns não sei se com razão, reputaõ ser o mesmo Código Gothico) que D. Affonso V. de Leaõ, e depois D. Fernando o Magno mandaraõ guardar nos Estados de Galiza, e Portugal, e de que usaraõ os nossos maiores, ainda depois de erecta a monarchia, tambem faz parte da nossa jurisprudencia criminal. Para combinar a proporção entre o delicto e a pena, não basta recorrer á natureza absoluta do mesmo delicto, mas hé tambem necessario recorrer á natureza relativa do delicto e da pena, segundo o estado civil, moral, politico, economico, e militar da nação, nas suas differentes épocas, o que muito influe na legislação criminal. A situação politica da nação, a forma do seu governo, o estado da liberdade civil, o direito feudal, o espirito militar e de cavalleria, os direitos municipaes, o das guerras privadas, ou revindictas, que naquelles tempos faziaõ grande parte das suas mal entendidas franquezas e liberdades, certo que se não poderiaõ alterar sem grande turbação da cidade; o que pode justificar em parte a economia do nosso direito criminal naquelles tenebrosos tempos, direito este que hoje hé barbaro e inapplicavel aos presentes costumes, o que digo em



abono dos nossos legisladores. A gradação, que deve haver para se guardar exactamente a proporção entre os delictos e as penas, hé muito difficultoza, e não pode ser perpetua: porque os costumes variaõ de seculo em seculo, e demandaõ nova legislação, que deve variar á proporção que variaõ os costumes. Não me gabo de ter desempenhado o objecto, a que me propuz, com aquella dignidade que elle pede. Há muitos annos que trabalhei o presente Discurso, o qual se achava em um borraõ quasi imperceptivel. O Cl. João Paes de Lima Leal Castel-Branco, meu amigo (palavra que tendo dual sómente entre os Gregos, tenha—o por esta vez tambem na lingua Portugueza) magoado de ver perder o meu manuscripto, o alimpou, emendou, e salvou, com o fim de o fazer estampar, no que se persuade fazer algum serviço á jurisprudencia, e á patria, trabalho este, que hoje me não permite a quebra de saude, fructo de cançados trabalhos litterarios.

Os defeitos das nossas leis criminaes não se devem attribuir aos legisladores, mas sómente aos tempos, em que foraõ feitas. Podemos dizer daquelles tempos o mesmo, que Cicero de *Divinat.* II., 33, dizia dos primeiros tempos de Roma: *Errou em muitas cousas a antiguidade, cujos erros vamos mudando ou por costume, ou por doutrina dos sabedores, ou por inapplicaveis aos actuaes costumes.* As presentes leis, principalmente as criminaes, são hoje impraticaveis, como se diz no Decreto de 31 Março de 1778, pelo qual se mandou fazer um novoCodigo. Os jurisconsultos, que mostraõ aos Soberanos os defeitos das leis, fazem á patria e á humanidade grande serviço. A sociedade Economica de Berne, e a Academia de Châlons sobre o Marne, tem promettido grandes premios á quelles, que propozerem as leis menos severas, e as mais promptas para evitar os crimes. A difficultade deste objecto provem não tanto da natureza dos crimes, como dos prejuizos dos homens. O criminoso ainda hé cidadão, e deve ser tratado como um doente, ou ignorante, que hé necessario curar, instruir, e cauterizar, segundo a enfermidade, no que não somente interessa elle, mas a mesma sociedade. As leis criminaes dos povos antigos, que se achaõ recolhidas por Paulo Canciani, e que passaraõ para a maior parte dos Codigoes actuaes



da Europa, são injustas, crueis, e supersticiosas. Estas leis foraõ edificadas sobre as Romanas, que são mais bábaras, supposto que supersticiosamente adoradas, e adoptadas nos Codigos actuaes da Europa. Esta monstruosa compilação das leis Romanas hé a origem de muitas leis atrozes, que ainda hoje se observão. Seria para desejar, que os leis fossem taes, que o juiz nenhum arbitrio tivesse, e que nunca dissesse: *A lei não quadra para este caso: cessando a razão da lei, cessa a lei*: o que faz o juiz legislador, e todo o direito arbitrario, no que vai grande damno á republica. A interpretação das leis hé um grande mal, como diz o Marquez de Beccaria: *Dei delitti e delle pene* § 4. O juiz deve julgar pela lei, e não da lei: de outro modo as leis nada differiraõ das têas de aranha, nas quaes ficaõ sempre presas as moscas, isto hé, os fracos, e são sempre rotas pelos moscardos, isto hé, pelos poderosos, como diz Solon em Plutarcho. A nossa Caza da Supplicação, tribunal supremo da justiça, tem pelas leis do Reino o poder de interpretar as leis; mas ella não interpreta, mas revoga as mesmas leis, contra o seu espirito e letra; merece que se lhe tire este poder pelo abuso que faz e tem feito delle contra os direitos da Soberania; ou ao menos que seus *Assentos* não valhaõ sem serem primeiro confirmados por El Rei. Dou em prova os mesmos *Assentos* contradictorios uns aos outros, e feitos para casos particulares. A Jurisprudencia entre nós hé arbitraria, hé um chaos, e nem o fio d'Ariadna hé capaz de nos livrar do labirintho das leis, que pela maior parte, principalmente as criminaes, são injustas, bábaras, crueis, e deshumanas, e tem por fundo a legislação Romana dos ultimos tempos. As demandas são immortaes, e a maior parte do Reino vive d'ellas. Este vicio hé geral em toda a Europa, e o foi em todos os tempos, e já Cicero dizia que todo o homem sensato devia fugir de demandas ainda mais do que hé licito: nos Juizos, geralmente fallando, nada há que fiar; nestes se commettem maiores latrocinios do que nos bosques pelos ladroens, como diz Boehmero *Exercit. ci., ad. lib. XLVIII. Pand. tit. 19*, nas palavras seguintes: *Nihil enim tam sanctum et religiosum, quod non flagitiosa hominum cupiditas aut perversa Juris applicatio inquinare et cor-*



*rumpere possit, adeo ut Paris de Puteo haud inique in hæc verba eruperit, maiora fere latrocinia in iudiciis, quam a latronibus in silvis committi; præsertim si antiqua tempora, quibus fora criminalia fœdissimis repleta erant nævis, intueamur.* Quasi do mesmo modo se explicou Saavedrá, Empres. XXI. nas palavras seguintes: *Las plazas son golfos de pyratas, y los tribunales bosques de Foragidos. Los mismos que avian de ser guardas del derecho, son dura cadena de la servidumbre del Pueblo, &c.* Felizes aquelles, que podem escrever das virtudes e ensinallas aos outros. Nada pelo contrario mais duro e mais perigoso do que occupar-se em enumerar os vicios do homem, o peior e o mais estúpido de todos os animaes. A verdade pare inimigos, e perseguições: mas o animo do philosopho intrepido se constrieta com a cogitação das miserias. Em todos os Codigos da Europa há crimes sem pena: mas muito maior hé o numero das penas sem crimes ou de crimes fantasticos e imaginados pelas leis. Quasi o mesmo pensamento se acha no grande Renazzi Elem. Jur. crim. liv. I. Cap. 15. § 6. no fim: *Felices quibus datum est scribere de virtutibus eas que homines docere. Nil contra durius, quam in hominum vitiis enumerandis, exponendisque versari. Siquidem contristatur animus cogitatione miseriarum, quibus sui similes urgentur, et affligantur, eumque alto perfundit pudore intueri, quot sit capax malorum humana nequitia.* Serei breve: Grande Livro, grande mal. *Non tanquam in Romuli faece sentimus.*

---

DISCURSO—SOBRE DELICTOS E PENAS, E QUAL FOI SUA PROPORÇÃO NOS DIFFERENTES PERIODOS DA NOSSA JURISPRUDENCIA PRINCIPALMENTE NOS TRES SECULOS PRIMEIROS DA MONARCHIA PORTUGUEZA.

§ I.—As nossas leis criminaes não guardão proporção entre o delicto e a pena.

O conhecimento da enfermidade hé o primeiro passo para a saude. Entre os defeitos de qualquer legislação criminal deve-se contar, como o primeiro, a despro-



porção ou desigualdade entre os delictos e penas. Está hé facil de encontrar a cada passo em todas as leis não só de Portugal, mas de toda a Europa. As nossas criminaes, assim como todas as outras, forão feitas, por assim me explicar, entre o estrepito das armas e tambores, num tempo, em que a philosophia não tinha ainda lançado raizes entre nós, e em que os costumes da Nação eraõ geralmente rudes, agrestes, e guerreiros, e a verdadeira moral desconhecida: e por isso aos homens fazia então maior e mais viva impressão a dureza das penas, que a sua brandura: tempo, em que por falta de educação publica, e falta de costumes, sem os quaes as leis nada podem, mais se procurava cortar e queimar, do que curar. Era então desconhecida a grande arte de prevenir os crimes, que hé a primeira obrigação do Legislador (Alvara de 28 de Abril de 1681, Coll. 1. a Ord. liv. 1. tit. 33 n. 40.) e as mesmas leis davaõ causa a muitos. Não hé por tanto de admirar, que á quelle, que entra no sagrado templo das nossas leis, e pretende achar a razão e proporção entre ellas mesmas, e entre ellas e o delicto, succeda o mesmo, que á quelle, que tendo corrido um labirintho as apalpadellas, se persuade, que pode desenhar-lhe o plano. Com tudo para conseguir o fim, a que me hei proposto, correrei pelos trez primeiros seculos da Monarchia, colhendo a qui e alli o que me parecer que pertence para este assumpto. Para este fim me servirei tambem o que poder dos nossos historiadores, que será pouco; porque acostumados a historiar assedios, campos, e batalhas, são de ordinario, como os commentadores das leis, diffusos sobre cousas de pouca monta, mudos, e silenciosos sobre o que se quizeria saber delles. Outro si me servirei das leis das Cortes, direito consuetudinario, e foraes da Nação, ainda que não farei menção de todos, por ser escusado, ea sua indagação de medidas, que não estão ao alcance de um particular occupado: e terei como guia o que diz o Jurisconsulto Portuguez, que nos deu o primeiro, o melhor, e o mais completo Compendio de Jurisprudencia Criminal, que podiamos receber, no anno de 1794:\* quero dizer Pascoal Jozé de Mello Freire.

\* Foi reimpressa a mesma Obra em vida do Autor no officina da Academia Real das *Sciencias de Lisboa* no anno de 1795 e 1796,



Como as leis são obra dos homens, sujeitos a tantas mudancas e inconstancias, necessariamente haõ de participar da condiçaõ dos mesmos homens e da sua fraqueza, e variar segundo os tempos, costumes, e estado dos povos, a quem se derem; as que se fazem na paz muda a guerra, e as que se fazem nesta desfaz aquella, como dizia L. Valerio em T. Livio xxxiv. C. Pütmanni: Opusc. Jur. Crim. Prolus. xii., Cap. 2: pelo qual estado de guerra ou de paz se pode muito bem entender a estado do augmento das sciencias, ou do seu atrazamento. As nossas leis criminaes foraõ feitas naquelle tempo, em que estava em voga o erro commum, que tanto maior fosse a pena dos delictos, quanto maior seria o receio de delinquir, erro, que se deve attribuir mais á calamidade e rudeza dos tempos, que a dureza dos legisladores. A brandura de penas, a certeza que o delinquente deve ter de não escapar a ellas em qualquer lugar, a sua prompta execuçaõ, são os meios mais poderosos de conter os homens, e prevenir os delictos. Todos hoje são de opiniaõ, que estas leis foraõ feitas mais para ameaçar do que para ferir, e assim o dizia claramente Alexandre de Gusmaõ, na

pondo-se nestas duas ediçoens ultimas o anno da primeira. De todas as ediçoens, que se fizeraõ, recebeo o Autor metade da ediçaõ de todas as suas obras, segundo o costume da dita Academia, menos das duas ultimas ediçoens do Direito Criminal, que se imprimio duas vezes, cada uma ediçaõ de dois mil exemplares, com a data da primeira—Veja se a ediçaõ de Coimbra do anno de 1815 feita por ordem de S. A. R. para uso dos Mestres e Estudantes, ediçaõ mais correcta, e augmentada, e em typos mais nitidos. A Universidade de Coimbra me consultou sobre a nova ediçaõ; eu lhe remetti seis livros do meu uso, em que tinha muita Notas minhas, que ella imprimio todas: mas não me quiz restituir os exemplares que lhe mandei, e que paraõ na mãõ de Ioaquim Ignacio de Freitas, Professor de Bellas Letras. Imprimio mais e ajuntou á obra o *Panegyrico Historico*, que vem no principio do 1 tomo da Historia. E Imprimio mais a taboa das ordenaçõens concordantes, que se acha no fim do mesmo tomo. Eu lhe doeï a estampa do retrato de meu Tio, e lhe doeï mais o direito da reimpressãõ das minhas Obras, comprando-me a dita Universidade os Exemplares do meu laborioso o Indice, de que me pagou só o papel e a despeza do prelo. A ediçaõ do Compendio da *Historia Jur. Civ. Lis.* foi feita segundo a ediçaõ de 1800, em que emendeï muitos erros, tendo sempre contra mim nas ditas emendas a pre-supposta Academia Real das *Sciencias de Lisboa*. Veja-se o que se diz no meu *Panegy. Histor.* § 16, Not. Ed. Conimbr.



carta escripta por mandado d'El Rei D. João V. ao Desembargador Ignacio da Costa Quintella em 20 de Janeiro de 1745, nos termos seguintes: *Sua Magestade manda advertir a Vossa Mercê, que as leis costumão ser feitas com muito vagar e socego, e nunca devem ser executadas com acceleração; e que nos casos crimes sempre ameaçaõ mais do que na realidade mandaõ, devendo os Ministros executores dellas modificallas em tudo o que lhe for possivel, principalmente com os reos, que não tiverem parte; porque o legislador hé mais empenhado na conservação dos Vassallos, do que no castigo da justiça, e não quer que os Ministros procurem achar nas leis mais rigor, que ellas impoem.* As penas não são arbitrias, ellas são adherentes e intrinsecas a cada delicto, e devem ser tiradas da natureza particular de cada crime, e para isso, e para se poderem impor com proporção, hé necessario estudar a natureza de cada delicto, combinando-o com a condição, fraqueza, e paixões dos homens. Para se estabelecer uma justa proporção, são necessarias regras certas, sem as quaes se não pode achar uma recta proporção, nem julgar da mesma, assim como se não pode julgar se hé ou não proporcionada ou disforme uma pintura, ou uma estatua, e julgar de sua symmetria sem ter primeiro idea da couza pintada e figurada, comparativa na mesma natureza das couzas, e das suas mutuas relaçoens e ordem, Montesq. *De l'Esprit des Lois*, liv. xii. cap. 4. Não hé a fortaleza da pena o remedio efficaç para cohibir os delictos: por que se o homem não tiver o animo affeioado á virtude por meio da educação publica, e se os costumes não melhorarem, será inutil todo o freio das leis. O bom pai de familias procura primeiro a educação de seus filhos, abrindo-lhes o caminho da virtude, e propondo-lhes as vantagens, que della se seguem. Ora a cidade não hé outra couza mais que uma grande familia mais numerosa e composta de pequenas familias, que lhe servem de modelo; e o grande chefe desta familia hé como o pai commum de todos os cidadãos, em que se reúnem todos os direitos necessarios para conseguir os fins da sociedade, isto hé, a tranquillidade, e segurança publica e perticular, entre os quaes devem ser contadas as penas, assim como os premios, que são as duas molas réaes, sobre que rola a grande maquina da republica.



§ 2.—Qual seja a razão e proporção, que deve haver entre o delicto e a pena, e qual a sua medida.

A pena deve ser para o delinquente, assim como hé o delicto para o offendido : e portanto hé injusta aquella pena, entre a qual e o delicto não há proporção e analogia. Quando uma pena menor basta para conter o delinquente, e com ella se consegue o mesmo fim, não se deve impor pena maior. A medida das penas deve ser regulada pelo fim a que ellas se propoem, e o medo de as soffrer maior que o desejo de delinquir, ou o lucro que se espera do delicto : porque a lei geral, gravada no coração de todos os homens, hé que só o maior mal ou maior bem são capazes de nos mover e dobrar a inclinação e vontade. Tal hé o jogo das acções humanas, Hein. *Clement. Jur. Nat. et Gent.* lib. 11., § 164. Nunca hé necessaria pena cruel ; porque hé deshumana, e não tem por fim senão a vingança, que deve ser alhea da lei. A punição do delicto deve ser considerada mais como remedio, que como pena, *Diceosina del Abate Antonio Genovesi*, tom. 1., pag. 68, edic. de 1780. E porque medicar os symptomas sem cuidar do todo, e na causa da doença, não hé dos bons medicos, deve ser o primeiro cuidado da lei o prevenir os mesmos delictos antes de os castigar, e conhecer a causa delles.

As leis devem guardar uma especie de economia na imposição das penas, e guardar tambem entre si certa gradação proporcionada aos delictos, não impondo uma pena maior, propria para outro delicto, a delicto menor : porque quando succede isto, vem a faltar as penas proporcionadas a maiores delictos : o numero das penas hé mui diminuto em comparação do numero dos delictos, e vem então a ser necessario recorrer a penas ferozes e crueis, contrarias a toda a razão e humanidade, quaes as que inventarão os torcedores da especie humana. Não se pode porem estabelecer entre o delicto e a pena uma proporção arithmetica em todo o seu rigor e exacção, numerosa e harmonica : porque os delictos não se podem pesar, nem medir com igualdade arithmetica, e somente admittem, na melhor ope-



niaõ, a proporçaõ geometrica ou a maior aproximaçaõ possivel entre o delicto e a pena, Grot. *de Jur. bell. ac pac.* lib. II., cap. 20, § 33. A medida das penas deve ser na razã da violaçaõ dos pactos denominados sociaes tacitos, ou expressos, quero dizer, dos fins da sociedade, e á proporçaõ que os delictos se oppoem mais ou menos a estes pactos e fins, segundo o maior ou menor grã de interesse e tranquillidade publica, que se viola, devem assim ser mais ou menos graves as penas, mais ou menos punidos os delinquentes. Naõ devem entrar em consideraçaõ das leis penaes delictos miudissimos, que naõ perturbã a publica, nem particular tranquillidade: por isso naõ se devem punir os actos viciosos meramente internos, isentos do poderio de todas as leis, nem aquelles defeitos de pouca monta inherentes á triste desventurada condiçaõ dos homens, e superiores ás suas forças, Grot. *de Jur. bell. ac pac.* lib. II., cap. 20, § 18, 19, 20. Hein. citado §, *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 1, § 6. Not. Portanto deve haver differente peso e medida para cada delicto, e por diverso modo se deve castigar o regicidio, o assassinio, peculato, furto, &c. O mesmo delicto deve ser muitas vezes castigado com diversas penas, segundo as circumstancias de que hé revestido, e segundo o maior ou menor grã de liberdade e vontade, que influe geralmente na moralidade e imputaçaõ das acçoẽs: a ira, o sangue frio, a crueldade, a perfidia, e mil outras circumstancias, devem sempre entrar em conta para a imposiçaõ da pena, e sua proporçaõ com o delicto. Todos hoje tem por um paradoxo ou delirio a opiniaõ dos Estoicos, que Cicero para ostentar eloquencia (da qual muitas vezes foge a verdade e a moral) pertendeo defender, os quaes reputavaõ iguaes todos os delictos, e por consequencia, na sua opiniaõ, deviaõ todos ser punidos com igual pena, delirio este, que por si mesmo se convence: porque sendo a lei uma especie de linha recta, da qual se separaõ os crimes, como outras tantas linhas curvas, hé claro que se podem separar da linha recta por diverso modo de obliquidade: as nossas leis criminaes para a imposiçaõ das penas recorrem as mais das vezes naõ á qualidade, natureza, e objecto dos delictos, mas ás suas circumstancias, e, segundo as opinioẽs, prejuizos, e superstigoẽs dos tempos, em que



influo muito o direito Romano, e o das Decretaes, classificaõ um e o mesmo delicto debaixo de diferentes capitulos; fazendo-o de diversa especie, segundo as diversas circumstancias do tempo, do lugar, e da pena. Por exemplo, no homicidio consideraõ como circumstancia do delicto, para o fazer de diversa natureza, a condiçaõ politica do morto e do matador, se hé nobre, magistrado, particular, ou peaõ. O lugar do delicto tambem hé uma circumstancia que dizem deve entrar em consideraçaõ para aggravar ou mitigar a pena; porexemplo, o homicidio commettido no templo agrava a pena, por se violarem dois pactos com um só delicto, isto hé, o pacto da obrigaçaõ de não attentar contra a vida dos homens, e do respeito do culto devido a religiaõ do paiz (§ 7, Not.) Não se devem porem chamar circumstancias do delicto, nem entrar em conta para a proporçaõ entre elle e a pena, senão aquellas, que fazem mudar a qualidade e a especie dos mesmos delictos, que sendo considerados debaixo deste ponto de vista, se podem reduzir a uma medida geral. A vingança e crueldade não hé necessaria para conseguir o fim das penas, isto hé, a segurança dos cidadãos. Os castigos, a que Justiniano no § 2, Inst. de pub. jud. chama *cum animæ amissione*, são indignos de se adoptarem. Heineccio *Elem. Natur. et Gent.* lib. II., cap. 8, § 160. Not. se explica do modo seguinte: *Hinc ad pœnas humanas non pertinet finis, quem vulgo jactant, expiatio puta reatus, et satisfactio, quam justitiæ divinæ fieri debere, aiunt. Neque enim crudelitatis absolveris Phalaridis similes, qui ideo tantum delinquentes puniunt, ut miseri dolores sentiant. Nec justitiæ divinæ infinitæ satisfieret nocentis hominis doloribus, nisi illi alia vere infinita ratione fuisset satisfactum. Sed talia qui jactant, vix rationem habere videntur pœnarum originis, &c.* Por esta razaõ disse bem o Abbade Antonio Genovesi na *Diceosina*, tom. II., lib. I, cap. 19, § 11. Not. litt. (a): *Ogni pena, che fa orrore all' umanità, che disumana, ed infierisce gli animi, non é più pena, ma delitto. Si é veduto, che gli schiavi diventano ogni giorno più crudeli per la sevizia delle pene. Or far di un popolo du omini un covile di Tigri, é il maggior dei delitti che si possano commettere, &c.* As penas atrozes, crueis, e deshumanas, diz o Genovesi, não são



*pena, mas delicto*, e somente servem para enferecer os homens, e fazer de um povo de homens um covil de tigres, &c. o que hé o maior de todos os delictos.

§ 3.—*Modo de decidir as causas tanto criminaes como civis nos primeiros tempos da Monarchia Portuguesa.*

A Monarchia Portuguesa no principio se governou por foraes, que davaõ ás terras não somente os Reis, mas tambem os Senhores particulares: porque entãõ não havia leis geraes, que foraõ feitas por El Rei D. Affonso II. nas Cortes de Coimbra do anno de 1211. Nestes foraes se fizeraõ leis particulares não so para o que tocava ao civil, mas tambem ao crime. A estes foraes se remettem as nossas leis, como se vê da Ordenação actual, liv. 5º, tit. 36, § 1, Affonsina tit. 33, § 5. O modo de decidir as causas neste tempo, na conformidade dos foraes, era fazendo ajuntamento da gente principal da mesma terra perante o Governador, Conde, Rico-homem, Adelantado, ou Adientado, Thyuphado, e segundo a pluralidade dos votos se tomava assento sobre o que convinha fazer-se. Brandaõ, liv. ix., cap. 12, *Hist. Jur. Civ. Lus.* § 41. As miudezas, com que se tratavaõ estes negocios não nos constaõ.

Nas Cortes de Lamego, cuja era não consta, se fizeraõ tambem leis geraes sobre delictos e penas, as quaes Brandaõ não conta como taes: porque duvida da authenticidade das ditas Cortes, e as publica em duvida. Veja-se a este respeito a resposta de meu Tio á Censura de Antonio Pereira de Figueiredo impressa no anno de 1809. Nellas se estabeleceu: 1º. Que o ladraõ pela primeira e segunda vez fosse posto meio despido em lugar publico, pela terceira fosse marcado na testa com ferro quente, e pela quarta morresse, dando-se primeiro parte a El Rei. Aqui vemos a pena de *combustão*, que hé taõ offensiva a dignidade do homem, pena esta, que depois foi abolida, *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 6, § 20, Partida 7, tit. 31, l. 6., *Discurso sobre las penas contrahido a las leyes criminales de Espanha*, por D. Manuel Lardizabal y Uribe, cap. 5, § 3, pag. 188, n. 1, 2, 3, 4, 5, e 6. Vemos mais que nestas Cortes se duvidou estabelecer a pena de morte



contra os furtos simples, e por esta razão se manda dar parte a El Rei antes da execução da pena. Entre a pena de morte e o furto simples não há proporção alguma: 2º. Determinou-se que os adulteros (accusando-os o marido, que hé a unica pessoa offendida) provado o adulterio por testemunhas de credito, fossem castigados com pena de fogo, depois de o fazerem saber a El Rei; mas que se o marido perdoasse a mulher, este perdão aproveitasse ao adultero. Hé claro que esta pena de fogo hé em si mesma barbara; e opposta a boa moral, e que entre ella, e o delicto não há proporção, mormente em um crime, que tanta escusa tem na natureza humana. Prudentemente assim se determinou nas mesmas Cortes, que o perdão dado pelo marido á mulher aproveitasse tambem ao adultero; porque deste modo raras vezes poderia ter lugar apena, sendo mais fortes e poderosas para o perdão as razões do amor do marido, do que as da injuria e offensa. E quando assim não succedesse, era de esperar, que os Reis não concentissem na execução da pena: 3º. Que o homicida tivesse pena de morte. Esta pena hé a mais analoga e proporcionada ao delicto, attentas as circumstancias do facto violento: 4º. Que aquelle, que forçasse virgem nobre, tivesse pena de morte, e perdesse sua fazenda para a forçada, e não sendo nobre, se determina que o forçador case com ella, ou fosse homem nobre, ou não. Deixadas outras reflexões, que sobre esta lei facilmente occorrem, hé certo que a obrigação de casar com a forçada hé diametralmente opposta a liberdade do matrimonio, essencial em todos os contractos civis, qual o matrimonio. Os matrimonios constrangidos são sempre de funestissimas consequencias, e por isso a mesma Igreja sempre estabeleceu a liberdade do matrimonio. A pena de casar contra vontade com a mulher forçada, a que nossas leis antigas chamaõ *roussadas*, não hé da prudencia das leis, nem conforme aos sentimentos da Igreja. Veja-se a Ord. Affons. liv. 1v., tit. 10, § 2, aonde se acha abolido o constrangimento no matrimonio por El Rei D. Affonso II., D. Affonso III., D. Affonso V. Pittmano acima citado *Prolus.* 12, cap. 4, pag. 341, diz o seguinte: *Nec amor humano subest imperio, frustra que alicui, ut hant, aut illam amet, imperatur. Sibi quisque ducit uxorem, non*



*parentibus, aut patruo, aliisve, &c.* 5°. Que aquelle que ferisse alguem com ferro amolado, ou sem elle, que desse com pedra, ou páo, fosse obrigado ao damno, e a pagar dez maravedis. 6°. Aquelle que injuriasse ao Agoazil, Alcaide, Portador de El Rei ou ao Porteiro, se o ferisse, fosse marcado com ferro quente, e quando não, pagasse cincoenta maravedis, e restituísse o damno. Eis aqui as leis penaes, que forão estabelecidas nestas Cortes respeitaveis. Do que fica dito hé facil de ver qual seja a proporção ou desproporção, que ellas guardaõ entre o delicto e a pena. Nas leis de Lamego se falla tambem da pena de *desnuação* em lugar publico contra os comprehendidos em furto pela primeira e segunda vez. No foral de Aganil se determina tambem a pena de *descalvação*, o que nos veio da legislação, Wisegothica, lib. II., tit. 1, § 7; lib. III., tit. 3, § 9; lib. VI., tit. 4, § 5; lib. XII., tit. 3, § 2. Pena torpe e infame. No foral de Ourem vem a pena de *prisaõ á porta da rua*, e a pena de *lapidação*. No foral de Marmelar vem a pena de *exterminio para fora da Villa ou Cidade* (que era differente do degredo) e a pena de *sepultura do homem vivo*. No dito foral de Arganil vem mais a pena do *exterminio alem do rio*. Algumas destas penas eraõ já usadas entre os antigos Lusitanos, como se vê em Strabaõ. Nas mesmas Cortes de Lamego se acha tambem a *perda da nobreza para sempre* contra o réo, e seus filhos em varios crimes, como se vê do § que começa—*Nobilis*. El Rei D. Affonso II. tambem fez leis geraes nas Cortes de Coimbra no anno de 1211, escriptas no espirito das antecedentes. Destas leis, que se achão na Torre do Tombo, passaraõ algumas para a Ordenação Affonsina, liv. II., tit. 31, 32; liv. V., tit. 2, § 12, 21; liv. III., tit. 108, § 1, tit. 92, tit. 70; liv. III., tit. 10, 25, 37, &c. Tal era o espirito da legislação criminal, e cavalleiresca daquelles remotos tempos. Algumas destas penas tem a sua origem nos costumes, e legislação Mosaica, donde passaraõ para a legislação actual; como se vê em muitos lugares da compilação philippina. Veja-se Pastoret na sua obra : *Moise considéré comme législateur et comme moraliste*.



§ IV.—*Das penas pecuniarias.*

El Rei D. Affonso III. tambem fez leis geraes tocantes a crimes, que punio com multas ou penas pecuniarias, que ordinariamente eraõ as que por este tempo se conheciaõ: a pena de morte ainda era rarissima, e se costumava comprar por dinheiro, Ord. Affons. liv. v., tit. 65. Como neste tempo era limitado o fundo das rendas publicas, e o patrimonio Real era muito pequeno, as leis usavaõ de penas applicadas para o Rei, e para a parte offendida, e nas penas consistia principalmente o fundo das rendas publicas. Ora sendo isto assim, quem não vê, que nestes tempos as penas não eraõ tiradas da natureza dos delictos, a quem devem ser analogas, e que por isso entre ellas e o delicto não havia proporção? Este erro era geral em toda a parte, e os Principes se enriqueciaõ com os delictos dos criminosos, e áquelles, que deviaõ ser castigados com penas corporaes, se impunhaõ pecuniarias, em que nunca podia haver igualdade; porque era, por exemplo, a multa de 300 maravedis grande para um pobre e que lhe absorvia todo o seu patrimonio, quando a mesma para um Neracio era cousa de pouca monta. Este alem d'outros hé um dos graves inconvenientes das penas pecuniarias, porque como são diversas as condicoes dos homens, e não há entre elles a igualdade de riquezas e fortunas, admittidas as penas pecuniarias indistintamente, nunca pode haver proporção entre os delictos e as penas. Outro inconveniente, que influe e influirá sempre muito na proporção das leis penaes pecuniarias, hé a mudança, a que está sugeito o valor da moeda. O dinheiro valendo agora muito, n'outro tempo valeo mais. No tempo de El Rei D. Manoel comprava-se um alqueire de trigo por quatro reis, como se vê da sua Ord. liv. 1, tit. 15, § 6, e quando se fez a Ordenação Philippina comprava-se por quarenta reis, como se vê da Ord. liv. 1., tit. 18, § 19, 20. Crescendo a quantidade do dinheiro, cresce o preço das terras, das manufacturas, e das fadigas, na mesma proporção, e pelo contrario: a razão hé porque o dinheiro hé o representante de tudo, que há no commercio. Portanto se há



pouco dinheiro, este representa muito, e se há muito representa menos, e então se diz o preço caro. Não he o bom ou máo mercado absolutamente o unico, que cria a abundancia ou carestia; mas um mercado caro, ou barato com relação ao representante. Depois de descoberta a America, o ouro e a prata crescerão, por exemplo, vinte vezes mais, e esta alteração diminuiu o seu valor. Se um avarento há trezentos annos estivesse dormindo sobre o seu thesouro de oitenta mil reis, e acordasse hoje, diria: *Sou rico*: e depois ao fazer das contas acharia que este dinheiro estaria na razão de quatro mil reis. E outro, que tivesse dez moios de terra, acharia ter em preço duzentos. Pela mesma razão as penas pecuniarias estabelecidas nestes tempos, foram perdendo a sua proporção á medida, que o valor da moeda hia diminuindo, e estas são as que ainda hoje se achão nas nossas actuaes leis. A Ordenação liv. 5, tit. 60 princ. põe pena de morte ao que furtar o valor de um marco de prata, isto hé, cinco mil e seiscentos reis, que naquelle tempo era um grande valor. Não havia portanto proporção entre os delictos e penas pecuniarias: porque as leis não determinavaõ se tirasse a terça, quarta, ou quinta parte de todos os bens, que hé o arbitrio, a que recorrem hoje os melhores criminalistas, para estabelecer a igualdade nas penas pecuniarias; mas indistinctamente determinavaõ que pagasse, por exemplo, 300 marávedis, sem se fazer differença de rico ou pobre, no que vai muito. O que fazia a pena desproporcionada, vindo deste modo a ser maior a pena do delicto commettido pelo pobre que pelo rico; o que deveria ser pelo contrario. E sendo nestes tempos quasi todas as penas pecuniarias, que se devem estabelecer por via de regra somente contra aquelles delictos nascidos da avareza e que perturbão a propriedade dos outros cidadãos; os ricos, que estimavaõ em menos as riquezas, quasi se divertiaõ violando com uma mão a lei, e pagando com a outra a pena pecuniaria do mesmo modo, que nos refere *Gellio Noct. Attic.* da quelle cidadão Romano chamado Neracio, que claramente mofava da pena da lei das 12 Taboas estabelecida contra aquelle, que esbofeteasse um cidadão Romano, tomando por divertimento esbofetear quantos encontrava, e mandando logo pelo seu escravo



pagar a multa da lei. Não duvido que este rico cidadão Romano achasse alguns, que de bom grado se offerecessem a ganhar a multa, mas talvez que outros se não dessem por pagos com a quantia da lei. Isto hé o que costuma succeder, quando as penas não são tiradas da natureza dos delictos, estabelecendo-se as pecuniarias, quando somente tem lugar as corporaes.

As naçoens septentrionaes, que se estabelecerão sobre as ruinas do povo Romano, cujas leis passaraõ em grande parte para os codigos das naçoens chamadas civilisadas, de nenhum genero de penas faziaõ maior uso, que das pecuniarias, ainda mesmo nos delictos mais graves, por exemplo, no homicido, applicando a maior parte da multa para o Rei, e alguma porção para o offendido. Estas leis penaes dos povos barbaros, que foraõ recolhidas por Lindembrogio no seu *Cod. Leg. antiq.* e por Canciano *Barbaror Leg. antiq.* Vent. 1781, 1783, 1785, 1789, 1792, se encontraõ a cada passo nos codigos actuaes de toda a Europa. Uma lei dos Lombardos estabelece contra quem matar um Subdiacono 300 soldos de pena, um Diacono 400, um Monge 400, um Presbitero 600, um Bispo 900. Veja-se Paulo Canciani *Barbar. Leg. antiq.* tom. 1., pag. 161. Para se conhecer melhor quanto importaõ estas penas, sabe-se que um bom cavallo no tempo dos Longobardos se avaliava em dez soldos; logo a pena de quem matava um Subdiacono era a detrinta cavallos, a do Presbitero sessenta, a do Bispicidio noventa. Náquelle mesmo tempo um carneiro se avaliava em um soldo, logo o homicida de um Subdiacono se remia com 300 carneiros, de um padre com 600, de um bispo com 900. No foral de Freixo de espada Cinta dado por El Rei D. Affonso I. se acha quasi a mesma legislaçaõ. Elle determina, que *quem matar um homem ou Clerigo de Ordens Sacras*, pague nove centos reis. Parte destas penas era para o fisco, e parte para os juizes, que se enriqueciaõ com os crimes. Veja-se este foral, que se acha no *Elucidario Portuguez* na palavra *Pena de sangue*. E o que ainda faz mais horror hé, que em algumas daquellas leis até o mesmo parricidio se compunha com multas pecuniarias. E como os delictos os mais atrozes se compravaõ com dinheiro,



por toda a parte reinavaõ o furor, as iras, as discordias, e as inimizades entre as familias, e principalmente entre os ricos e poderosos. Para prova disto referirei algumas das leis penaes de El Rei D. Affonso III., feitas em 1289, com conselho e confirmação dos ricos homens, em que se determinou o seguinte: 1. Que todo o que fosse a casa de homem fidalgo para lhe fazer mal, pagasse a El Rei 300 maravedis, alem da restitução ao offendido: 2. Que a quelle que em assuada furtasse boi ou vacca, pagasse a El Rei seis maravedis, e quatro ao dono: 3. Que o que tomasse porco, pagasse a El Rei tres maravedis, e a dono dois: que o que tomasse carneiro, pagasse a El Rei dois maravedis, e a seu dono meio maravedim: e o que tomasse galinha, capão, cabrito, ganço, e leitaõ, pagasse para El Rei um maravedim, e para o dono cinco soldos: que o que tomasse capa, ou outra vestidura, pagasse o dobro dentro de nove dias, quando não ficaria exposto á condemnação do meirinho, e pagaria por cada uma das cousas dois maravedis: 4. Que todo o trabalhador, que não fosse lanceiro, vivesse em paz, e ninguem o matasse, nem lhe fizesse mal pelo homicidio de seu senhor, e que se alguem o matasse, ou maltratasse, pagasse 300 maravedis, e restituísse o damno, que lhe, fizesse: que se alguem matasse o seu inimigo, depois que o tivesse morto, nada tomasse do que lhe achasse, sobpena de pagar para El Rei 300 maravedis, e entregar o que tomasse aos credores do morto, Brandaõ Monarch. Lusit. liv. xv., cap. 13. Vemos que nesta lei se reputa maior o crime de furto, que o homicidio, castigando-se com maior pena. Para calcular a desproporção entre o delicto e a pena pecuniaria, hé necessario o conhecimento do valor da moeda naquelles tempos, sobre o que se pode ver o que diz Covarr. de Vet. Numm.; Mariana de Pond. et Mens., M. Smith, tom. i., cap. 4, o Mestre Joaquim José Rodrigues de Britto Memor. Polit. tom. vi., mem. 5, Genovesi delle Lezioni di Commercio, part. ii., cap. 4, e seg. Tal era a philosophia, por não dizer a ferocidade daquelles tempos guerreiros, em que a vida de um homem era tida em tão pouco e se reputava um jogo, em que as vinganças particulares eraõ permittidas, e a cada cidadão era concedido matar impune-



mente o seu inimigo e vingar com a morte as injurias feitas á sua pessoa, honra, e reputação, como consta das leis chamadas das *revindictas* e encoutos, que vem na Orden. Affons. liv. v., tit. 53. Direito este, que estando arreigado, e sendo fundado no uso e costume da nação, e quasi geral em toda a Europa, custou muito a tirar, como se ve das muitas leis, que contra elle se fizeram, principalmente no tempo d'El Rei D. Affonso IV. em 17 de Março de 1364., e 11 de Abril de 1385, *Instit. Jur. Crim. Lusit.* tit. 4, § 14, Not. Nas leis barbaras dos povos Septentrionaes se mandava entregar o criminoso de pena capital aos parentes do offendido para fazerem delle o que quizessem, lib. vi., tit. 1, lib. ii., Codig. Got. Esta a origem da lei das revindictas. Os reptos eraõ autorisados pelas mesmas leis, e eraõ reputados como outras tantas *provas vulgares* admittidas pelas leis civis e ecclesiasticas, pelos quaes o reptado se pretendia purgar do crime de traidor, que se lhe imputava. Hé digna de se ler sobre este assumpto a Ordenação Affonsina liv. i, tit. 64, e a actual liv. ii., tit. 26, § 2, liv. v., tit. 43, Manoelina, liv. v., tit. 93. Na Ordenação Affonsina, liv. i., tit. 64, não se trata verdadeiramente dos duellos, que eraõ differentes dos reptos praticados entre fidalgos e cavalleiros, quando se accusavaõ uns aos outros por traição feita contra El Rei, ou seu Real Estado. Determina esta Ordenação, que aquelle que soubesse, que alguém era traidor ao Rei, ou a seu Real Estado, o dissesse a El Rei em segredo, o que era uma especie de denuncia, como se vê da palavra *repto*, deduzida de *referre*. Na escolha do reptado ficava acceitar o repto, isto hé, o juizo do campo, ou litigar no juizo da Corte: a escolha devia ser feita em tres dias: e escolhendo litigar no juizo da Corte, ou não vindo ou mandando escusar-se ao lugar do campo depois de ser avisado segunda vez, era reputado traidor e bannido. Neste mesmo espirito foi feita a Ordenação contra os bannidos, que vem no liv. v., tit. 126, § 7, que ordena, que vindo o bannido passado um anno, não seja ouvido com defeza alguma, e no § 8, que autorisa a qualquer do povo para o matar. As leis devem sempre deixar a porta aberta para a defesa do delinquente: os direitos da innocencia são imprescriptiveis, Ord. liv. v., tit. 157



princ., e não convem nem hé conforme ao fim das penas, que cada cidadão seja executor da lei, *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 22, § 5 e 6, *Diceosina* lib. 1., cap. 9, § 17 e seg. Temos ainda hoje um resquicio da antiga legislação no caso de adulterio, de que as leis fizeram um delicto publico, e em que se permite ao marido matar os adulteros achados em adulterio, *Ord. liv. v., tit. 38, Princ. § 1, 4, e Manoel. tit. 19, Affons. 18, § 26, do tit. 53, Inst. Jur. Crim. Lusit. tit. 10, § 18.* Excepção esta, que fizeram as leis contra as revindictas, que vem na Ordenação Affonsina já citada. Admittiaõ-se as transacçoens e cartas de perdão entre familias e concelhos. Das mesmas leis de revindictas trazem a sua origem as cartas de perdão, que os parentes do morto costumão ainda hoje dar aos matadores, o que hé antiquissimo. Não hé fora de proposito transcrever aqui uma carta de perdão, que refere Brandaõ Monarch. Lusit. liv. xv., cap. 19, pag. 202, tirada da Torre do Tombo do livro d'El Rei D. Affonso III., concedida nas seguintes palavras: *Saibaõ todos, que a presente virem, que eu Gomes Pires de Alvarenga, Cavalleiro, e meu irmão Estevaõ Annes, de nossa propria e boa vontade perdoamos para sempre ao Concelho de Elvas, assim á quelles que de presente estão como aos ausentes, ou que depois de nós devem residir nesta mesma terra, todo o homisio e má vontade que delles tinhamos pela morte de nossos irmaons Fernaõ Pires, e Paio Pires. E promettemos e obrigamos á boa fé, sem máo engano, a não lhe fazer mal por esta causa, nem nas suas pessoas, nem nas fazendas. Dada em Santarem a 4 de Abril da era de 1293, Inst. Jur. Crim. Lus. tit. 1, § 8, tit. 20, Not. lib. iv., de oblig. et act. tit. 2, § 13, Renazzi, lib. II., cap. 11, § 2.*

#### § V.—Das penas Correcionaes, e de Policia.

Fazem objecto das penas correcionaes a violação simples das leis pertencentes á policia, os crimes de pouca consideração, e as faltas daquelles, que posto não tenham ainda commettido delicto estão no caminho de o commetter. Penas de correcção são aquellas, que as leis devem applicar contra semelhantes delictos, o que deve ser um dos principaes ramos do direito da



policia, e do poder economico, que tem por fim mais o prevenir do que o castigar os crimes. Portanto qualquer outra pena, que não seja a de correcção, não hé proporcionada ao delicto: e debalde se canção as leis em estabelecer contra vicios naturaes outras penas, que não sejam correccionaes, as quaes, tomadas como deve ser, impropriamente se chamaõ penas.

Os direitos da policia tem sido confundidos com os direitos politicos, quando cada uma destas sciencias tem limites, que os separaõ. A politica tem por fim a segurança da republica já interna, já externa, e se dirige principalmente a conhecer as acçoens, e as vistas dos poderes estrangeiros, e tomar as justas medidas necessarias para se por a salvo das suas entreprezas, estabelecer a boa ordem entre os cidadaons, conhecer os sentimentos, que elles tem uns para com os outros, e para com o governo, prevenir e evitar os partidos, sediçãos, e tumultos. A policia tem por objecto limitado vigiar sobre a felicidade interna da cidade, por meio de regulamentos sabios, augmentando-lhe a força e o poder. Hé do objecto da policia a agricultura (primeira columna da republica, aquem as leis devem a sua primeira origem), artes, manufacturas, e procurar aos habitantes do paiz as cousas, de que elles necessitaõ para subsistir, e estabelecer a boa ordem entre os republicos: e ainda que tomada neste sentido, ella tambem deve occupar-se na segurança interna da cidade, com tudo não exercita este poder senaõ como instrumento da politica: porque o seu primeiro fim hé somente occupar-se naquillo, que não perturba directamente o socego e tranquillidade do Estado. As nossas leis nem sempre daõ ideas claras, nem fazem as justas distincçoens dos direitos da policia, politicos, e economicos, e por isso as penas importas aos delictos de policia não guardaõ a devida proporção, e são mais proprias para castigar delictos, do que para prevenir principios, causas, ou symptomas dos delictos. A verdadeira policia, como hoje hé praticada nos outros reinos, está a nascer entre nós, como reconhece o Alv. de 15 de Janeiro de 1780. As mesmas leis daõ muitas vezes causa a estes delictos e a outros muitos, como sabiamente adverte Renazzi



Elem. Jur. Crim. lib. II., cap. 14, § 3, nas palavras seguintes: *Ipsis (legibus) causæ insunt multitudinis malorum, criminumque, quæ aliquam vexant nationem. Ut plurimum namque leges præsentibus contentæ occurrere malis, in criminum pœnis sanciendis totæ occupantur; vix vero aut ne vix quidem antevertendis delictis sollicitæ sunt. Quod ut certo denique fiat, sic leges debent esse comparatæ, ut eis publicum commodum cum privata utilitate semper arctissime jungatur et consocietur. Hujusmodi in conjunctione stat summa civilis prudentiæ artisque antevertendi delicta. Tunc enim tanto magis minuetur numerus delictorum, quanto minus intererit uniuseujusque delinquere. Si igitur legibus, quum publicum commodum privatamque utilitatem simul intendunt, tanta vis inest antevertendi delicta; commune profecto exegit bonum, ut eæ præcipua sint cura sapientiæ principum, magistratuum solertiæ, studii jurisconsultorum, qui sinceram colunt philosophiam. Leges animose abrogentur, quibus vel inconsulta vel tyrannica prudentia publicum commodum a privata utilitate separatur atque distinguitur. Numquam enim potuerunt anteverti delicta, quorum germen et causa in legibus latet, his non sublati. Quæ autem leges, civilis libertatis auctrices atque custodes, publicum commodum cum privata utilitate provide sapienterque conjungunt, ampliandæ sunt, ratihabendæ, rogandæ, exsequendæ. Nihil arduum est atque præclarum, quod eis legislator operari non possit.* As mesmas leis dão causa a muitos crimes que vexaõ as naçoens: porque as leis, ordinariamente contentando-se em occorrer aos males presentes, somente se occupaõ em estabelecer penas aos crimes, e quasi nunca procuraõ evitallos e prevenillos. Para este fim hé necessario, que as leis sejaõ de tal sorte, que unaõ estreitissimamente a utilidade publica com a particular. A utilidade publica se compoem toda da utilidade particular, e sem esta naõ pode haver aquella. Nesta uniaõ consiste toda a somma da sciencia legal e boa economia civil, e toda a arte de prevenir os crimes: o numero dos delictos sera tanto menor, quanto menor for o interesse, que cada um tirar do delicto. Se as leis tem tanta força para prevenir os delictos, quando unem o interesse publico com a particular, pede o bem commum e saude dos



povos, que os principes ponhão nas mesmas leis toda a sabedoria, os magistrados toda a vigilancia, e os jurisconsultos a verdadeira philosophia e todo o estudo, fugindo de interpretaçoens sinistras e dolosas, com que costumão estirar as leis. Abroguem-se para sempre as leis, nas quaes por uma injusta e cruel economia se separa e distingue a utilidade particular da utilidade publica: porque nunca se poderaõ prevenir os delictos, em quanto existirem as leis, em que elles tem a semente e a origem. Aquellas leis porem, que augmentando a liberdade civil, e protegendo-a sabia e prudentemente, unem o interesse publico com o particular, devem-se ampliar, firmar, pedir, e executar. Por meio destas leis se pode conseguir tudo por mais difficultoso e grande que seja, Putman. prolus. 12, acima citada. Para aqui vem todos os contratos exclusivos, mal este taõ damnoso, que fazendo ajuntar todo o sangue em poucas vêas, aonde pela sua abundancia não pode circular, faz secco todo o corpo politico: porque a proporção que os interessados nos contractos exclusivos se vão engordando, este vai emmagrecendo, até que finalmente se dissolve e cahe toda a machina politica. Um dos principaes objectos da policia hé fazer respeitar a religião do paiz, proteger a agricultura, e commercio, a industria, e a propriedade, cuidar na educação civil dos cidadaons, a fim de os fazer uteis a si, e a sociedade, prohibir a ociosidade, e mendicidade, que della nasce, *Genovesi* acima citado tom. 1., lib. 1., cap. 9, § 21, 22, e seg. delle Lezioni di commercio, p. 1, cap. 6 e 13. Nós temos muitas leis agrarias, muitas contra os mendigos, que não estão em uso, e a causa disto são as mesmas leis, ou os seus executores. A mendicidade, de que alguns tem feito profissão, hé um daquelles males, que apezar das leis que entre nós a prohibem, vai sendo cada vez maior, e parece irremediavel e chronica esta molestia, em quanto se não derem novas providencias: o que hé uma prova certo do atrasamento e decadencia da agricultura, artes, manufacturas, e da pouca industria. A ociosidade não tem remedio, em quanto se não estabelecerem casas de correcção, em que se fação trabalhar os ociosos. Em lugar de carceres, aonde costumão ser presos aquelles, que tem commettidos alguns crimes ligeiros,



seria bom estabelecer estas casas de correcção ou de força: as cadeas, aonde estão aprisoados semelhantes ociosos, e confundidos com grandes criminosos, não servem senão de lhes corromper inteiramente os costumes, e de lhes fazer contrahir não digo já vícios, mas crimes. El Rei D. Fernando em 26 de Junho de 1373, a bem da agricultura, mandou que os pobres capazes de trabalhar fossem obrigados a servir por justa soldada, e que no caso de terem aleijão, que os impedisse de trabalhar com os outros membros do corpo, fossem do mesmo modo obrigados a servir naquillo para que tivessem prestimo, e que aos velhos, fracos, e doentes, dariaõ as justiças licença para pedir esmola, e que os que pedissem sem esta licença fossem açoutados: determinou, que os vadios fossem outrosi açoutados, e que esta mesma pena tivessem os ermitaens, que podendo trabalhar, andaõ pelas terras pedindo de porta em porta, e que pela segunda vez que assim fossem achados, fossem açoutados com pregaõ e lançados fora do Reino. E para esta lei melhor se cumprir ordena, que os vintaneiros tenhaõ a seu cargo saber que gente há na terra, e que gente vem de fora: ordena mais que o fidalgo, que amparar algum vadio pague 500 libras, e seja degradado do lugar aonde estiver, e da corte 6 legoas, e que os que não forem fidalgos, paguem 300 libras, e tenhaõ o mesmo degredo. Estas leis não estão revogadas, ainda que não estão em uso. As leis contra os ociosos e mendigos são infinitas: estes fazem da mendicidade officio, e são outros tantos ladroens como mui sabiamente disse o mesmo Rei na citada lei. Todas as providencias das leis acima citadas estão sem execução e o estaraõ, em quanto não houver, em que se occupem utilmente os cidadãos vagamundos. Seria melhor, que se extinguisse inteiramente a mendicidade, e que se não concedessem licenças para pedir, e que os que são verdadeiramente pobres, isto hé, aquelles que estão impossibilitados para trabalhar, fossem soccorridos doutro modo, e que fossem remetidos aos Bispos e outras muitas corporaçoes opulentas a quem incumbe muito esta obrigação. Veja-se *Genovezi delli lezioni di Economia Civile*, p. 1. cap. 13. Entre o numero dos ociosos tem o primeiro lugar a



maior parte dos criados de servir, que são, por assim me explicar, outros tantos zangaões da republica, e outras tantas pessoas prostitutas, ou plantas parasitas, que vivendo na ociosidade, contrahem, toda a qualidade de vícios e os communicão aos outros. E como as cortes, cidades, e povoaçoens maiores são infestadas desta qualidade de gente, que ahi acha maior asilo pertence a boa policia determinar o numero certo dos criados, fazendo abalar para as provincias, em beneficio da agricultura, os desnecessarios, que são muitos. No Alv. de 2 de Abril de 1762 se prohibiraõ, e taxaraõ na cidade de Lisboa, e na distancia de duas legoas as carruagens de mais de duas bestas a todos os que não fossem Embaixadores, Cardeaes, Patriarchas, Arcebispos. Hé digno de se ler Filangieri *la Scienza della Legislazione* (obra escripta para todos os povos) liv. II., cap. 37, aonde vem citado o concilio Lateranense de 1179, o qual reprova aos Bispos este inutil fasto oneroso, apparatuso, e despendioso, que obrigava as Igrejas, e mosteiros por onde passavaõ a vender os vasos de ouro e prata para receberellos e tratалlos em suas visitas. Seria bom que se prohibisse o excesso que há no numero dos servidores, e deste modo ficariaõ livres as capitaes de tantos ociosos, que, alem de faltarem na agricultura, vem a contrahir nas grandes capitaes todos os máos costumes, que ahi reinaõ, e de que os amos são quasi sempre as primeiras victimas, como em pena de manterem a ociosidade, que hé a morte do homem, cuja vida, como diz Seneca, consiste unicamente na acção. A policia pertence prevenir as miseras doenças: a taça de Circe e o saue canto das sereas hé mui funesto a saude e a geraçaõ. Para o prevenir não basta tapar as ouvidos e amarrar-se. Seraõ por ventura os prostibulos publicos capazes de acautelar este mal? Veja-se o sabio *Genovesi di Commercio*, p. 1. cap. 5. §. 10, 11; *Code de l'Humanité*, palavra Police, Bielfield, tom. 1. cap. 7. ed. de Leide em 1768. A' higiena politica para assim me explicar, pertence prevenir este mal. Hé melhor prevenir os delictos ou doenças, do que curallos: assim faziaõ os Persas, como diz Rollin *de la Man. d'Ens et d'Etud. des Bell. Let.* tom. III. art. 3. p. 300, ed. Par. 1755. Os maos medicos curaõ os symptomas e nunca



às causas das doenças. O conhecimento da causa da doença hé tudo para remedio della. Não cessa o effeito, sem que cesse a causa.

§ 6.—*Das penas infamatorias.*

A infamia hé a privação da honra. Esta palavra hé muito vaga e comprehende ideas muito complicadas. O *Marquez de Beccaria* alambicou o seu espirito sobre a indagação da honra. A pena que priva della, recebe a sua força da opinião do povo: por tanto hé necessario que as leis se não opponhaõ directamente a opinião commum e geralmente recebida; e que não julguem infamatoria aquella acção, aonde todos ainda que erradamente procuraõ honra e louvor. Hé necessario espreitar a opinião e sentimento geral da nação e saber quaes são as cousas, que universalmente se julgaõ dignas de louvor ou de vituperio. Os prejuizos da nação nascidos ou da falta de educação ou mammados com o leite, são tão poderosos e respeitaveis, que rezistem a autoridade das mesmas leis, as quaes debalde se canção quando aquelles se lhes oppoem. A pena de infamia funda-se na reputação publica, e as pessoas que perdem a fama julgaõ-se como civilmente excommugados. O maior sinal do augmento ou diminuição da virtude de qualquer nação hé a maior ou menor impressão que nella faz a pena de infamia; e sendo terrivel esta pena, para uns muito grande, e para outros muito pequena ou nada, raras vezes pode entre ella e o delicto haver proporção. Alem disto como o povo do seculos a seculos muda de opinião e de costumes, sem os quaes de nada aproveitaõ as leis, esta pena anda sempre com esta opinião, e não hé perpetua nem constante. Mas com tudo sendo bem applicada parece que pode evitar alguns delictos. Isto mesmo hé o que diz Montesq. *Esprit des Lois*, liv. vi. cap. 9. *Suivons la nature, qui a donnée aux hommes la honte comme leur fleau, et que la plus grande partie de la peine soit l'infamie de la souffrir.* Em linguagem. *Sigamos a natureza que deu aos homens a vergonha como seu açoute, e a mor parte da pena seja a infamia de a soffrer.* Esta pena hé gravissima e della apenas ou nem ainda apenas se deve fazer uso. A



opinião da fama anda com o tempo: por isso dizia Solon em Plutarcho que as suas leis não deviaõ durar mais do que cem annos (era muito). O tempo tudo come e consome; a moral anda com o tempo.

A infamia se divide em infamia de feito (que imprópriamente se chama pena) e de direito. A infamia de feito hé aquella, que não hé fundada na lei, mas derivada da torpeza que se julga inherente a mesma acção. Há certos officios que o povo julga infamatorios, e que, segundo o erro commum e opinião vulgar, infamaõ não só os que os exercitaõ, mas até os filhos, por exemplo, carniceiro, algoz, comico, musico, e outros officios mecanicos, sem os quaes se não pode passar. Neste erro cahio tambem Cicero *de Off.* liv. 1. §. 42. Os officios vulgarmente chamados mecanicos são honrados e os unicos uteis ao publico: as leis os devem proteger e honrar. Estes officios e o modo de os exercitar se julgaõ vulgarmente como doença contagiosa, que passa aos filhos e netos, e os que os exercitaõ se reputaõ como outros tantos excommungados, que o povo ignorante aborrece, e de quem foge, por se persuadir que até o ar que respiraõ fica envenenado, Hein. *Exercit. de lev. not. macul.* §. 29. As nossas leis criminaes para a imposição das penas attenderaõ muito ás qualidades de nobre ou peão, as occupaçoens, empregos e dignidades que qualquer exercita, seguindo a cega opinião vulgar, accommodando-se á opinião commum, e ao modo de pensar da nação. A infamia de *direito* hé aquella, que, posto que não seja inherente á mesma acção, a lei tem unido a certas acçoens, que geralmente são contrarias aos deveres mais communs da sociedade como, por exemplo, a falta de cumprimento da promessa, a infidelidade no deposito, a tutela, a torpe lisonja ou sorração (que sempre tem por fim fazer fortuna) com a qual os nescios se enganaõ, e que sempre val mais do que o solido merecimento, Saavedra, *Empr. Pol.* 48. Para esta pena se chamar justa, hé necessario, 1º Que tenha por fundamento a opinião publica, e que seja applicada a factos que são por sua natureza e em si mesmo infamatorios, *verbi gratia*, o fanatismo ou superstição, a vil hipocrisia civil e religiosa, &c. 2º Que seja rara: porque se for muito frequente não



produz effeito, assim como o veneno não mata aquelle que pouco a pouco se costuma a elle, nem ao escravo pesão já os grilhoens que arrasta, antes por costume os beja com gosto. Os cidadãos que tem soffrido esta pena, perdem inteiramente o brio e pundonor e ficam quasi incapazes de já mais poder fazer alguma acção boa, assim como aquelles que padeceraõ a pena de *combustão*: 3º Esta pena deve somente impor-se as pessoas que presaõ a honra: porque hé inutil na classe das que fazem pouco ou nenhum caso della, e dos que a reputaõ fantastica. As nossas leis nem sempre guardaraõ a devida e justa proporção na applicação desta pena, segundo as regras acima ponderadas. No principio do tit. 13, liv. v. da Ordenação actual se determina a pena de infamia contra os filhos e netos daquelles que commettem o peccado de sodomia, assim como os daquelles que commettem o crime de lesa magestade. Ahi mesmo se diz no § 2. que esta pena não tem lugar contra os que commettem o peccado de bestialidade. Deve-se notar que a Ordenação reputa maior peccado a bestialidade do que a sodomia, a qual iguala ao maior e mais horrendo crime que se pode commetter, isto hé, ao de lesa magestade, com o qual não tem comparação alguma, por ser infinitamente menor, de menor consequencia, e de diversa qualidade. O reo de lesa magestade, que procura mudar a constituição do paiz, se reputa patricida e rompe todos os vinculos sociaes. A lei 5, e 6 tit. 5, liv. III, *del Fuero juzgo* poẽ aos sodomitas a pena de castração em publico, e os manda depois entregar aos Bispos para que fação penitencia. As leis não fazem a justa differença entre delictos e peccados, e castigaõ estes com penas externas, confusaõ esta, que deve a sua origem ás Decretaes de Gregorio IX., que ainda hoje se ensinaõ nas universidades, assim como o Direito Romano!\* A pena de fogo e outras que vem nas

\* Veja-se (se se publicar) a Memoria, que remetti a Academia Real das Sciencias de Lisboa sobre o Programma: *Qual foi a epoca certa da introdução do direito das Decretaes neste Reino de Portugal, que mudança causou, e que influencia teve nos tempos posteriores sobre a legislação Portugueza*: coroadada pela mesma Academia no anno de 1794, e pelo qual e outros serviços feitos a mesma Academia fui eleito socio correspondente em 11 de Maio de 1811. Esta Memoria, que se guarda no archivo da mesma



nossas leis, foraõ tiradas das leis Mosaicas, que acabaraõ com a infame sinagoga, saõ inapplicaveis aos costumes actuaes e ao genio das naçoens. Deixo o que se deve dizer da pena de fogo, que certamente hé desproporcionada e cruel em todo o delicto, o que procede do erro em que estavaõ os compiladores sobre a qualidade do peccado de sodomia e outros contra a natureza, que se pintaõ com cores taõ negras, e que alguma escusa tem, *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. 5, § 13. A pena de infamia que na Ordenaçã actual se estabelece contra os filhos e netos innocentes ainda nascidos antes do crime (olhando a lei para traz e para diante, como Jano) hé dura, e como tal foi tratada na Ordenaçã Affonsina. Neste tempo ainda o direito Romano e o das famosas Decretaes, donde foraõ tiradas estas penas, não tinhaõ feito tantos estragos na Jurisprudencia, nem tinhaõ ainda tantos e taõ supersticiosos adoradores. No liv. 6, das Decretaes, cap. 2, § 2, de hæret. se reputaõ infames os filhos dos hereges até a segunda geraçã, e se manda que não sejaõ admittidos a beneficio ou officio publico. Estas maximas dispoticas passaraõ do direito Romano dos ultimos Imperadores para os Decretaes pontificias, e daqui para os codigos de quasi todas as naçoens. A pena famosa de *calvicio* ou *descalvação* de que já fallamos, a de arrazar, demolir, queimar as terras, a de as salgar, a de matar os brutos, a differença da *morte natural* para *sempre* ou eterna, sem perdoar a sexo, condiçã ou idade, e outras muitas penas sanguinarias foraõ tiradas das leis Mosaicas adoptadas em todos os codigos da Europa. As nossas leis actuaes ainda hoje se explicaõ: *morra por ello: morra para sempre: morra morte*

Academia, ainda não foi tirada á luz até ao dia de hoje! hé de recear o plagiato, de que há exemplos, e de estranhar a tardança da estampa e impressã de uma Memoria, que foi coroada Na Academia Real das Sciencias de Lisboa não se obra de boa fé, e com sinceridade. Veja-se o que contra todas as Academias particulares diz Heineccio *de Jur. Princ. circa civ. stud.* § 16. Veja-se mais o que defendi na Universidade de Coimbra no amo de 1786. *Ex Jur. Publ. Un. Thes. V.* A Universidade de Coimbra entre nós se reputa corporaçã ecclesiastica; todos os lentes andaõ vestidos de clerigos; os grãos academicos sedaõ por autoridade do Papa: o Reitor hé sempre ecclesiastico, e o Chanceller Conego Regular do Convento de Santa Cruz. O reino hé todo papal, e ecclesiastico.



*natural para sempre*: palavras estas que se achão nas leis Mosaicas do modo seguinte: *moriatur pro eo: moriatur in æternum*. Pelo peccado do idolatria se manda no Deuteronomio cap. 13, vers. 15, que se passem á espada todos os habitantes da cidade, que se arraze esta, que até os mesmos gados sejaõ mortos, que se consuma tudo, que tudo seja um tumulto sempiterno no qual nunca mais se torne a edificar: *ut avertatur Dominus ab ira furoris sui!* Nas mesmas leis Mosaicas tiveraõ origem a tortura e as *provas* chamadas *vulgares*. Nessas mesmas leis se acha a famosa lei de *Zelotypia*, que ordenava as agoas de amargura e de maldiçaõ, que se davaõ á mulher casada pela unica suspeita de adulterio, Numer. cap. 5. Estas agoas eraõ só para a mulher e não para o marido. O ventre da mulher adúltera, diz o texto sagrado, se lhe entumecia e arrebentava. Que lei taõ sabia e util para a tranquillidade dos maridos. Veja-se Laur. *Matth. de re crim.* contr. xxiii. A infamia do culpado nunca deve passar para a geraçaõ innocente. Não obsta o argumento vulgar, que esta pena, que vem a recahir nos filhos innocentes, hé a mais forte para conter os pais: o amor paterno não hé mais forte do que o amor da propria vida: o certo hé que a pena com effeito vai recahir no innocente, o que hé iniquo. Não hé de esperar que os filhos imitem a maldade dos pais, antes pelo contrario, e entaõ, segundo diz Plataõ, devem-se honrar e louvar os filhos virtuosos de homens máos e criminosos, por não terem imitado o exemplo dos pais. Os filhos não herdaõ as virtudes, nem devem herdar os vicios ou a infamia dos pais. A educaçaõ civil pertence ao Publico, *Genovezi de Off.* cap. 6, § 9, e seg. Hé digno de transcrever-se aqui e de adoptar-se o que diz Calistrato na l. 26 de *pæn.*, que passou para o can. 6, Caus. 1, Quæst. 4: *Crimen vel pæna paterna nullam maculam filio infligere potest. Namque unusquisque ex suo admissio sorti subicitur, nec alieni criminis successor constituitur.* Em lingoagem: o crime e a pena do pai são meramente pessoaes, não podem nem devem passar ou empecer aos *filhos innocentes*. Cada um deve responder pelas suas acçoens. Ninguém herda os crimes alheos como diz a lei 22 cod. de *pæn.*, que não sei como se possa combinar com a lei 5, § 1, ad leg.



Jul. maiestat. No Deuteronomio se ameaçaõ frequentemente os Judeos rebeldes (que tantas vezes desafiaraõ contra si a colera de Deos) até á terceira, quarta geraçaõ, e por uma infinidade de geraçoens: mas isto não hé applicavel ao presente caso e tem outra intelligencia, que de bom grado deixo a immensa profundidade dos theologos. A lei de 12 de Junho de 1769 poë pena de morte natural, infamia e confiscaçaõ de bens aos sigilistas. O sempre famoso capitulo *Omnis utriusque sexus* 12 de *pœnit. et rem.* lhes impoë a pena de deposiçaõ e reclusaõ perpetua num mosteiro. Bielfield, tom. III., ed. de Leyd. em 1774, pag. 294. Este capitulo passou para as leis das Partidas, partid. 1, tit. 4, l. 35, onde o Autor desta lei e outras que vem no mesmo titulo se houve mais como moralista do que como legislador. A penitencia violenta de nada serve e hé contraria ao espirito da religiaõ e da razaõ, que não soffre violencia. Sobre a prisãõ perpetua veja-se o que dissemos no § 8., Not. A lei de 25 de Maio de 1773, § 3, estabelece a pena de infamia contra os filhos e netos dos hereges como aos reos de lesa-magestade. Esta pena hé tirada das Decretaes cap. 2, § 2. de hæret. acima citada. A lei de 15 de Dezembro de 1774, manda que se não julguem comprehendidos na pena de infamia os filhos e netos dos confitentes reconciliados com a Igreja. Disse muito bem Seneca em Agamemnon, vers. 243; *quem pœnitet peccasse, pene est innocens.* Tem entrado em duvida se a heresia hé crime? *Deorum injuriæ diis curæ*, diz Tacito. Eu não quero prevenir a reflexaõ dos leitores. Vejaõ-se *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 2, § 4, § 9, Not., Bripot., tom. 1, pag. 217, § 6. Os Romanos tinhaõ leis severas contra as profanaçoens: mas ellas nunca se executaraõ; porque os magistrados reputavaõ tudo invençaõ politica para conter o povo, e que nada influaõ sobre o governo politico. Cicero era augur: mas ria-se dos auguros, e reputava tudo fabula. Mas tornando á pena, que se transmite aos filhos dos hereges, hé digno de transcrever-se o que diz D. Manoel Lardizabal y Uribe, *Discurso sobre las Penas contrahido a las Leyes Criminales de España*, cap. 5, § 4, n. 9. pag. 226: *Siendo una maxima cierta y conforme a la razon y a la humanidad, que ninguno debe ser castigado por*



delito ageno, por grave y enorme que sea, parece que la infamia, que es una gravissima pena, no deberia pasar de la persona del delinquente . . . . lo que es mas yusto y equitativo que lo que el astuto Eutropio sugerio al Emperador Arcadio, haciendo-le decir que los hijos de los reos de lesamagestad deberian morir con sus padres, porque era de temer que los imitaren y fuesen tambien herederos de sus delitos. Razon digna de un ambicioso y cruel eunuco, que con la multitud y atrocidad de las penas pretendia conservar la excesiva privanza y despotismo, que exercia en la voluntad de su Señor. Eu reputo a pena de infamia para o cidadão honrado maior do que a da mesma morte, que acaba tudo: conheço porem que os crimes e as suas penas não se herdaõ, nem as virtudes, e que o pai não deve pagar pelo filho, nem o filho pelo pai. Ninguem duvidará destas verdades. As leis que não guardaõ esta diceosina são injustas, barbaras, e crueis. A heresia e o crime de lesa-magestade são de diversa natureza, e tem diferentes consecuencias. O reo de lesa-magestade rompe todas as leis da cidade, rompe as leis fundamentaes do reino, procura escravisar o reino, e introduzir a anarchia, e com ella todos os males: o herege pelo contrario está em um erro involuntario de entendimento, sem dolo, nem malicia, erro este que parece o faz isempto de todas as leis, merecendo mais ser curado e ensinado do que castigado, Hein. *Jur. Nat.* lib. 1, pag. 205, § 3, 4, Filangieri, tom iv., cap. 38. Em todos os Codigos da Europa eraõ iguaes as penas, o modo de pensar e a philosophia era igual. Veja-se o que determina Affonso que se diz *Sabio* nas informes leis das Partidas part. 7, tit. 27, l. III, tit. 1, l. 29. Não se perdoava ao mesmo Cadaver do morto; parte das penas contra os hereges era para o fisco, parte para a igreja: os mesmos que ouviaõ ós hereges, segundo as leis das Partidas eraõ condemnados ainda que não approvassem as suas opiniões, como vem nas montruosas leis das partidas.



§ 7.—*Das penas corporaes, do carcere perpetuo, ou temporario, mutilação de membros, açoutes, servidão publica, desnaturalização, degredo.*

As penas corporaes, que tiraõ por algum tempo ou para sempre a liberdade natural ao delinquente, podem encher uma grande parte do vazio e falta de penas correspondentes ao immenso numero de delictos, de que o homem, porque hé homem, hé capaz. Podem-se dividir estas penas em *temporarias* ou *perpetuas*. As temporarias dizem saõ aquellas, pelas quaes o delinquente hé por certo tempo privado da liberdade civil, de que tem abusado. As temporarias, segundo a opiniaõ commum, tem lugar quando o delinquente naõ mostra sentimentos inteiramente corrompidos, que nunca se devem presumir, antes o contrario: as perpetuas, quando a natureza dos seus delictos o fazem em todo o tempo suspeito a republica e digno da desconfiança perpetua da cidade. A esta especie ou capitulo pertence a pena de carcere perpetuo ou temporario, mutilação de membros, açoutes, servidão publica, condemnação as galés, aos trabalhos publicos, minas, desnaturalização, degredo, &c. Carcere naõ se deve reputar pena, mas custodia: por esta razã se diz na lei 8, § 9, de poen: *Solent præsides in carcere continendos damnare, ut in vinculis contineantur: sed id eos facere non oportet: nam hujusmodi poenæ interdictæ sunt: carcer enim ad continendos homines, non ad puniendos haberi debet.* Em lingoagem: Costumaõ os presidentes condemnar aquelles, que devem guardar no carcere, a que sejaõ retidos e penados em cadeas, naõ convem que façaõ isto: estas penas saõ prohibidas: porque o carcere naõ deve ser para castigo, mas para segurança. Por esta razã diz a lei 6. Cod. de poen: *Incredibile est quod allegas, liberum hominem, ut vinculis perpetuis contineatur esse damnatum. Hoc enim vix in sola servili conditione procedere potest.* Em lingoagem: Hé incrivel o que allegas, que um homem livre fosse condemnado a prisaõ perpetua: porque isto apenas se pode tolerar nos escravos. Nas *Decretas*, lib. vi., cap. 3, tit. de poen. approvou Bonifacio VIII. a pena de carcere perpetuo. O uso de carceres, igual ao que tem os



principes seculares, hé novo na igreja. As nossas leis adoptaraõ o uso do carcere perpetuo para alguns delictos. Os carceres saõ entre nós considerados naõ como convem sejaõ, isto hé, como custodia ou segurança daquelle que se presume suspeito de crime grande, mas como pena, Phaebo 2, p. Dec. 155, Valasc. Allegat. 13 n. 58, Barbos. a Ord. liv. 5. tit. 128. n. 2, *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 1, § 15. A pena que afflige o reo e ao mesmo tempo utiliza ao publico parece a melhor. Um carcere perpetuo ou longo afflige, e naõ utiliza nem dá aos cidadãos um exemplo taõ vivo. O carcere ou clausura perpetua hé mais dura e insoffrivel do que a morte civil, e que naõ somente pode macerar, mas matar: *vix pro mortuo non habendus, qui vivus caret aura vitali, et cui veluti exturbato e censu viventium in carcere emoriendum.* Anco Marcio, segundo alguns, foi o primeiro que em Roma edificou carcere para terror dos cidadãos, como diz Livio 1., 33. Entaipar ou emparedar os homens perpetuamente, qualquer que seja a causa, hé uma pena mui dura, irreligiosa e peor do que a morte; Renazzi *Elem. Jur. Crim.* lib. 11., cap. 10, § 7. Pelas nossas leis ninguem pode ser retido em carcere secreto mais de cinco dias, nem ahi deve ser agrilhoadado, Decreto de 30 de Setembro de 1693, Decreto de 5 de Agosto de 1702, Alvará de 5 de Março de 1790. Em resolução de 2 de Maio de 1775 se determinou que os Corregedores das Comarcas visitem os carceres dos Mosteiros (naõ sabemos porque esta lei naõ está em uso) averiguando as causas porque se achão ahi os regulares. A constituição da Imperatriz Maria The-reza de 7 de Setembro de 1771, que vem em Rieger p. iv., *Jur. Eccles.* § 622. Not. abolio inteiramente os carceres dos mosteiros (que em si mesmos saõ carceres, principalmente os das freiras) tendo em vista a tyrannia de que os superiores regulares, principalmente Franciscanos, usavaõ contra os subditos a titulo de correcção paterna, usando de torturas crueis para lhe extorquir confisões, e impondo lhes penas se naõ capitaes, ao menos proximas a ellas, por meio de processos criminaes irregulares; e por isso se explica bem o citado Rieger no modo seguinte: *Inter ceteros abusos, qui vitam monasticam dehonestare coeperunt, is præ primis*



*huc spectat, quod diuturnis et durissimis carceribus inobedientes ad virtutem reducere, aut poenitentes etiam in meram vindictam delicti commissi, affligere audeant.* Seria bom que se adoptasse em toda a parte a constituição da Imperatriz Maria Theresa contra os carcereos dos regulares e tambem dos Bispos, que os não tinhaõ ao principio nem jurisdicção alguma externa, que o abuso e corrupção dos tempos lhes concedeo, Renazzi lib. II., cap. 18, § 4. Estes carcereos religiosos e de segredo são uma especie de tortura, que hoje se acha abandonada e proscripta entre nós, por consentimento tacito dos nossos sabios e humanissimos legisladores, assim como outras leis injustas e atrozes, de que se faz menção na *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 1, § 29, nas palavras seguintes: *Leges criminales plus justo severiores ipsorum Imperantium voluntate et conniventia quadam, cum illarum non urgeant executionem, aut per non usum abrogatae videntur: quae quidem, ad poenas quod attinet, injustae sunt et atroces, ne dicam crudeles, vix enim debitam servant proportionem.* Neque profecto veremur audacter fidenterque dicere quod sentimus, regnante MARIA I. et JOANNE Brasiliae Principe summam rerum tenente: *dominantur enim non tanquam tyranni et domini, sed tanquam si forent patres et matres subjectorum.* As leis de Inglaterra, cuja constituição hoje se reputa a melhor de todas, admittirão a pena chamada *forte e dura*, sobre a qual veja-se o que se diz no *Code del Humanité*, tom x. ed. de 1778 pag. 459 na palavra *peine forte et dure*; e tom. XI, pag. 669 palavra *question*, *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. XVII., § 15, *Tract. de Torment* ed. Luc. 1766. Os Romanos adoptarão talvez dos Athenienses a lei, que prohibia encarcerar o accusado, quando este achava um cidadão que se obrigava a responder pela sua pessoa: exceptuaraõ somente os delinquentes de crimes mais graves, que assim mesmo eraõ tratados como cidadãos em quanto não eraõ convencidos do crime. Veja-se Demosthenes em *Timocrat.* e o que diz Ulpiano na lei 3 *de cust. et exhor.* Os Ingleses sabiamente adoptarão esta lei Romana: para aqui pertence o *Habeas Corpus*, Blackstone *Comment. sur les lois Angloises*, tom. VI., cap. 22. *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. XV. § 7 Not. Esta lei pela sua humanidade se deve adoptar em toda a parte. Mas



já que os carcereos são necessários para segurança do delinquente, pedem as regras da justiça ou as da humanidade que estes sejam na conformidade da lei 1 *cod. de cust. et exh. reor.*, cujas palavras são dignas de ir em linguagem: são as seguintes: *A nossa justiça, que não podia já mais ser bastantemente rigorosa para com os reos, e a nossa clemencia, que já mais sera bastantemente indulgente para com os innocentes, não soffre que um infeliz accusado seja estreitamente ligado e agrilhado com penosas cadeas: ella não quer que a profundidade de cavernosos carcereos os prive da luz do dia: ella ordena e quer que estes não sejam nem subterraneos nem escuros: manda que os infelizes ahí retidos ao aproximar-se a noite sejam conduzidos a entrada destes carcereos, aonde a respiração hé mais livre e mais sadia: ella quer finalmente e manda que ao a manhecer os presos vejam o ceo e respirem ar livre e quente ao nascer do Sol.* Se os Principes um dia entrassem nestas eternas cavernosas tumbas aonde se respira ar pestilente, aonde se vê muitas vezes a innocencia confundida com o delicto, como outras tantas victimas da vingança e odio, aonde senão vem senão verdadeiros esqueletos da morte, aonde só se ouvem gemidos e enternecidos ais de infelizes opprimidos da miseria, da fome, cobertos de bichos e insectos; se vissem outros ainda mais horriveis calabouços aonde só cabe a metade do corpo e cuja largura apenas soffre que se esteja sentado: então terião dó, e pena daquelles, que se gloriaõ com o nome de seus filhos, cujo honroso titulo não perdem pelo delicto. Veja-se Filangieri tom. 11., ed. de Nap. de 1773, pag. 89, Lardizabal y Uribe acima cit. cap. 5, § 3, n. 27, e seg. pag. 211. Alguns magistrados criminaes (aquem o uso de ver infelizes tem feito endurecer o coração e apagado nelles todos os sentimentos de humanidade, ainda mais duros do que os inertes medicos) se persuadem que por via de correcção ou supplicas de alguns poderosos, de quem dependem para a sua fortuna, podem de *moto proprio ou poderio* encarcerar ao menos por tres dias um innocente ainda mesmo sem indicios alguns, não digo já dos chamados *vehementes*, mas nem ainda *leves*, *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. xv., § 10 Not. A lei da *Reformação do Justiça* de 6 de Dezembro de 1612, Coll. i. a Ord. liv. v., tit. 130



no § 4 manda que senão prenda alguém antes de culpa formada : exceptua desta regra aquelles crimes, que, se se provarem, merecem pena de morte natural : e nestes mesmos manda que não se provando o delicto dentro de oito dias, sejam logo soltos e absoltos sem appellação nem aggravo. *O' tempora, ó mores!*

A pena de mutilação de membros tem sido adoptada na legislação criminal do reino. Esta pena hé cruel e contraria ao principal fim das penas, que hé a emenda do delinquente, e de nada mais serve do que de fazer deformes os homens. Que proveito poderá tirar a sociedade de um cidadão a quem se amputou a mão? Elle por este modo fica incapaz de poder ser util a si e ao publico e hé de ordinario um mendigo, que servirá somente de peso aos outros cidadãos. Não seria melhor que o publico se utilisasse daquella mesma mão, que o offendeo? As leis nunca devem dar exemplos de vingança e tyrannia, nem costumar os homens á crueldade : as penas ferozes e deshumanas nunca são proporcionadas ao delicto qualquer que elle seja, nem precisas para o fim da sociedade. Isto mesmo se deve dizer de outras penas igualmente deshumanas, quaes são as penas de *combustão, vazar os olhos, arrancar a lingua, cortar as orelhas, arrancar os dentes*, e outros de que se horrorisa a humanidade, e a religião se offende. Na lei 6, tit. 31, partida 7, se prohibe marcar alguém na cara com ferro quente (o que revogou a lei 6, tit. 15, lib. viii., das Ordenanças reaes) cortar-lhe o nariz, vasar-lhe os olhos : a razão que da a lei hé a seguinte : *Porque la cara del ome hizo dios a ssu ssemejanza . . . non es guisado que por yerro e por maldad de los malos ssea desfeada nin destorpada la figura del Señor.* Admitte porem esta pena nas outras partes do corpo, salvando sempre a cara. Prohibe cortar a cabeça com espada ou machado, mas diz que o homem possa ser queimado e lançado ás feras bravas para o tragarem e despedaçarem ! determina mais que os juizes não mandem apedrejar nem crucificar alguém nem despenhallo de torre, ponte, ou outro lugar. Das leis criminaes de Espanha já disse Brissot tom. 1., Disc. prelim. : *Quant aux Espagnols, ils ne croient pas meme qu'il existe du mal chez eux, parce qu'il existe depuis long-tems. La victime innocente recoit le coup*



*fatal, et n'a ni le droit ni la force de se plaindre. Que sont donc le bien public et l'humanité dans un pays ou l'homme n'est pas homme pour lui même?* E como o fim das penas hé emendar o delinquente, impedir o damno da sociedade, dar exemplo aos mais cidadãos, e nunca a vingança ou satisfação do offendido, fica claro que estas penas são alheas dos fins, a que se devem propor as leis, e que são filhas das antigas revinditas de que já fallamos, *Hein. Elem. Jur. Nat. et Gent. lib. II., § 160, Not.* O principio errado e barbaro adoptado naquelles tempos a que se devem attribuir todos os defeitos das leis penaes que então vogavaõ, era que qualquer perdesse aquella parte do corpo, com que tivesse delinquido, para que com ella nunca mais delinquisse, como se vê da lei de El Rei D. Diniz da era de 1351, que vem na Ord. Aff. liv. v. tit. 99, Partidas de Affonso, chamado o *Sabio*, part. 7, tit. 21, addicção á lei 2. As leis antigas estão cheas destas penas, mas os nossos sabios legisladores, a proporção que se hia aproximando mais a philosophia, foraõ abolindo semelhantes penas, mitigando e adogando mais e mais as leis penaes. Mas com tudo o nosso código criminal, edificado sobre o edificio antigo ainda conservou muitas destas, que os nossos legisladores actuaes, exemplós dos outros, e cuja sabedoria e humanidade faz o seu principal caracter, hoje não soffrem que estejam em uso. Na Ord. do liv. v., tit. 35, § 7, se manda o seguinte: *Quem mandar dar cutilada pelo rosto com effeito a outra pessoa ou lha der constando sua tenção e proposito não ser outro senão de lhe dar a dita ferida pelo rosto, será degradado para o Brazil para sempre; e perderá sua fazenda para a Coroa do reino, e se for peão sei-lhe há mais decepada uma mão, e mesmo determina a ordenação de El Rei D. Manoel liv. v., tit. 10, § 7. A Ordenação Manoelina liv. v., tit. 10, § 2, impoem pena de morte e de ambas as mãos decepadas ao que matar por dinheiro. A lei chamada da Reformação de Justiça, acima, citada igualou os nobres aos plebeos, que recebessem dinheiro para darem cutiladas, e impoz-lhes a mesma pena, por ser o facto de acceitação do dinheiro para commetter o delicto infamante por sua natureza: por este e outros crimes iguaes se perde o privilegio da nobreza, Phœb.*



p. 1, Arest. 147. A Ordenação, liv. v., tit. 39, § 2, manda decepar uma mão ao que arrancar armas e ferir de proposito na cidade, villa, ou lugar aonde estiver El Rei, ou a Casa da supplicação, ou em seus arrabaldes, sendo peão: que sendo cavalleiro ou escudeiro seja degradado por quatro annos: que sendo fidalgo, e arrancando arma, ou com ella fra ou não, seja degradado para a Africa e privado do soldo e mantimento para si e para os seus. A pena da ordenação hé desproporcionada, em quanto manda decepar a mão ao peão, quando ao que o não hé, mas cavalleiro ou escudeiro, somente por esta razão se commuta a pena de mão decepada em degredo por quatro annos: no que não há proporção alguma; pela mesma razão de escudeiro ou cavalleiro devia ter maior pena, por dever ser mais observador das leis e do respeito: se fosse justa a desigualdade das penas, devia antes ser contra os nobres e fidalgos, do que contra os chamados peoens. As mãos dos peoens agricultores e artistas, unicos nervos e braços da republica e do corpo civil valem menos do que as do cavalleiro, escudeiro, ou fidalgo, e se igualaõ a quatro annos de degredo para Africa! Isto mesmo diz *Hein. Elem. Jur. Nat. lib. II., § 166* Not. *Sic, quod ad personam delinquentem attinet, majorem omnino pœnam meretur is, quem cognatio, prudentia, officium, ætas, dignitas a delicto revocare debuisset, quam extraneus, stupidus, nullo speciali vinculo obstrictus, puer, vel adolescens, plebeius. Majorem quoque pœnam feret robustus, quam infirmior, et si multa irrogatur, minus merito irrogandum erit homini pauperi, quam pecunioso alicui Neratio. Ita, et si personæ in dignitate constitutæ vel ipsi magistratui illata sit injuriæ, quis eam severius vindicandam neget, quam si quis ex fæce hominum contumeliosius habitus sit? Præterea si privati res lucri faciendi causa contrectare delictum est pœna dignissimum: quantum magis peculatum admittere vel sacrilegio sese poluere? Ita acrius puniri animadvertimus desertionem militis e statione sese proripientis, quam ex hibernis aufugientis, ob effectum tristitiorem. Denique injuriam alicui in templo et inter sacra illatam deteriorem videri, quam quæ in loco privato alioque tempore facta sit, omnes æqui rerum arbitri censent.* Flangieri, tom. IV., pag. 314, diz, que a



Qualidade do lugar, ainda que seja a habitação onde reside o Rei, não deve fazer aggravante a pena e que todo o reino se deve reputar palacio do Rei, a onde merece igual respeito, assim como para Deos todo o mundo hé um templo: e que por tanto não deve entrar em consideração a qualidade do lugar para augmento da pena, quando o fim do delinquente não hé offender directamente a soberania, que em qualquer lugar que se commetta o delicto, hé igualmente offendida, e que o seu poder, semelhante ao da divindade, se deve respeitar igualmente em todos os lugares: que em todos os paizes se venera a residencia do supremo poder, ou seja Monarchia ou Republica; mas que nem por isso em todos se agrava a pena dos delictos ahi commettidos, por não haver intenção de offender a soberania. Eisaqui como elle se explica: *In tutt'i paesi, anche né piu liberi, si e sempre venerata la sede del supremo potere; ma non in tutt'i paesi si è innaspita la pene di delitti in questo luogo commessi. Quando nel delitto vi fosse un diretto insulto al sovrano, allora la legge dee stabilere, che alla pena del primo delitto, si unisse anche quella del seondo. Ma se questo diretto insulto non esiste, perché aggravare la pena? Tutti gli spazi dellá Monarchia o della Republica non sono forsi la sede della sovranita? Il suo potere, simile aquello della Divinita; non si dee forsi ugualmente sentire in tutt'i luoghi? In qualunque luogo, che si commetta il delitto, la sovranita non né forsi ugualmente offesa?* Não sigo nisto inteiramente a opiniaõ do grande Filangieri, que respeito ainda mesmo quando parece desvairar-se da sãa philosophia. O lugar do delicto e a pessoa contra quem se commette, deve entrar em conta para a imputação das acçoens. O que furta ao pobre commette maior delicto do que aquelle que furta ao rico. Os ricos Neracios não contaõ, mas pesaõ o dinheiro: menos mal se segue ao publico, se se roubar a estes todo o seu cabedal, do que do roubo dos instrumentos agrarios, que o trabalhador mercenário recolhe na sua pobre cabana e que fazem toda a sua subsistencia e a da republica. O furto feito ao pobre ou ao rico deve entrar em consideração na diceosina das leis para a imputação e imposição das penas: o sexo, a idade, e a condicação das pessoas deve



entrar em conta em toda a legislação justa e humana. Deixo aos theologos a intelligencia do Deutoronomio cap. 13, vers. 15. El Rei D. Diniz em 1340 mandou, que se cortasse o dedo pollegar aquelle que sacasse arma na corte ou uma legoa em redor, pelo unico facto do arrancamento d'arma, ainda mesmo que com elle não ferisse, e que se ferisse, lhe cortassem a mão. Esta lei justamente foi derogada por El Rei D. João I. que mandou se não praticasse mais a pena do cortamento do dedo pollegar, augmentando as penas pecuniarias, que se achavaõ estabelecidas nas ordenaçoes, direito commum, foraes e costumes antigos das terras, nas quaes o fisco tambem tinha a melhor empola, Ord. Aff. liv. v., tit. 33, § 1, 3, 5. Temos outra lei d'El Rei D. Diniz de 7 de Junho de 1353, na qual se mandou que aos blasfemos se cortasse a lingua pelo pescoço e que fossem queimados: o mesmo se acha, pouco mais ou menos, na Partida 7, tit. 28, liv. iv. El Rei D. Affonso V. temperando, como elle diz, a pena desta lei e revogando-a, não em todo, como era justo, mandou que os blasfemos fossem agoutados ao pé do pelourinho, e que em quanto se executava esta pena lhe mettessem pela lingua uma agulha albardeira, Ord. Aff. liv. v., tit. 99, § 1, tit. 34 pr. A pena estabelecida por El Rei D. Diniz contra os blasfemos, alem de não ser proporcionada ao delicto, hé contraria á razão, e tende mais a desnaturar e infamar o homem e a exercitar a vingança do que ao castigo por crime de opiniaõ: porque se o crucificado o não consentio a Pedro, como pode a beneficio do mesmo crucificado (que hé impassivel, e não necessita das nossas vinganças, nem pode ser injuriado ou doestado) exercitar-se esta pena? *Matt.* cap. 26, vers. 53, *Diceosina* cit. tom. 1., pag. 133, cap. 6, § 30, 31, 32, 33, 34, tom. 11., lib. 1., cap. 20, § 25. 26, *Puttmann.* cit. *Prolus.* 12, cap. 5, *Brissot de Warvil Bibl. Philos.* ed. 1782, tom. 1., pag. 212, § 5, 6. Acha-se quasi a mesma pena contra os blasfemos na lei 4, part. 7, tit. 28. A ordenação Manoelina, liv. v., tit. 10, § 6, determina pena de morte contra o escravo, que ferir seu senhor, e contra o que o matar pena de atenazado, e mãos decepadas alem da pena de morte; e pelo simples facto de arrancamento d'arma, pena de açoutes com barço e pregaõ, e mão



cortada. Taõ barbaramente se tratavaõ os escravos que se não reputavaõ homens! Contra o filho que ferio seu pai ou mái com tenção de os matar, ainda que morte se não siga, na Ordenação actual, liv. v. tit. 41, § 1, se estabelece pena de morte. A tenção com que se commettem os crimes, hé mui difficultosa de conhecer, por ser um acto interno isento das leis, as quaes não devem castigar pensamentos. A pena estabelecida por direito Romano contra os parricidas na liv. ix. de *Leg. Pomp. de Parr.* e no § 6, *Inst. de Publ. Jud.* não está em uso, e hé barbara e feroz, assim como o são outras muitas, que se achaõ na informe e indigesta collecção das supersticiosas leis Romanas, aonde ás vezes apparecem algumas leis humanas. A barbara legislação Wisigothica contra os parricidas hé menos barbara do que a dos Romanos, l. 17, tit. 5, lib. vi., *Ott. Comm. Inst. ad tit. de Publ. Jud.* § 6. A legislação Romana contra os filhos e escravos era barbara. Reputavaõ-se cousas, e não homens. Não me agrada o que a este respeito diz *Cocceio Dissert. Proem. ad Hug. Grot.* lib. vi., cap. 1, aonde taõbem tracta da origem das cidades, mostrando que estas são differentes da sociedade dos ladroens. Sobre o poder dos pais contra os filhos, e sobre o dispotico juizo de familia, veja-se o que sabiamente diz meu saudoso Tio *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 4, § 2, Not. As nossas leis temperaraõ e adoçaraõ em parte o dispotismo dos guerreiros barbaros Romanos, cujas leis são em grande parte militares, injustas, e crueis, principalmente as feitas no tempo dos Imperadores.

A pena de açoutes hé vil e infamante: sobre esta qualidade de pena já dissemos quanto basta no § 7. Os Romanos pelo lei Porcia e Sempronia a aboliraõ inteiramente, liv. x., dec. 1. No tempo dos Imperadores foi outra vez admittida: as leis da Europa a tem adoptado. Numa nação taõ honrada como a Portugueza seria bom que esta pena ou fosse inteiramente abolida, ou della se fizesse o menor uso. As nossas leis impoem frequentes vezes ora a pena de açoutes simplesmente, ora de açoutes com barço e pregaõ no pelourinho. A vileza desta pena cresce gradualmente á proporção, que a nobreza e dignidade do homem cresce, e apparecem os sentimentos da verdadeira philantropia.



Esta pena hé mui frequente contra os militares, que frequentemente são verberados, fustigados, e espaldeirados, que lhe faz perder o brio tão necessario ao soldado. As leis militares em toda a Europa são mais severas do que hé justo, e do que pede a nobreza militar, *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. 5, § 10, Not. A morte da fama hé grande pena, e irreparavel. A nossas leis para a imposição desta pena fazem differença entre nobres e plebeos. *Oh! leges Porciae legesque Sempronicae!*

A pena de servidão publica ou a condemnação aos trabalhos publicos de galés, minas, arcenaes, construção e re-edificação de estradas, edificios, náos, encanamentos de rios, roturas de baldios ou terras, ou terras maninhas, fabricas, manufacturas, aceio e limpeza das cloacas, hé capaz de encher o grande vasio das penas, e aquella que, correspondendo mais ao fim que se devem propor as leis penaes, utiliza ao mesmo tempo a sociedade. Destas penas se deve fazer como uma escala proporcionada a gravidade de delicto. Não se diga que deste modo ficam confundidos os criminosos com os innocentes, que trabalham nas mesmas obras por dinheiro: porque há certa qualidade de serviços publicos tão perigosos e tão nocivos á saude e vida, que as mesmas leis os não devem consentir aos mesmos cidadãos innocentes: a isto accresce a perda da liberdade, que com ouro nenhum se paga. Os Romanos reputavaõ a condemnação *in metalla* pena proxima á morte, l. 28, *de poen.* Desta qualidade são as minas de enxofre e obras calcareas. Os criminosos que se empregassem nas obras publicas talvez seria bom que trouxessem um distinctivo rótulo ou carta que desse a conhecer a todos o seu crime, e que lhes servisse como de agoute, e de vergonha: o que não hé pequena pena para os cidadãos honrados. Toda a força e gravidade das penas está na opinião do vulgo, a qual sempre hé mais forte e mais poderosa do que as mesmas leis: *Genovesi na Diceosina*, tom. 11., liv. 1., cap. 19, § 20, diz o seguinte: *Certe pene delle leggi Romane, a cavar metalli, al molino, al lavorare alle strade, a porti, alle fabbriche publiche, servire nelle galee, e ad altre fatiche servili, sono in alcuni casi e più gravi, che la forza, e più utili al publico, e non infieriscono gli animi dei cittadini, &c.*



A desnaturalização, o degredo ou desterro são diferentes pelas nossas leis, e pelas Romanas, que distinguiaõ entre *exsul* e *relegatus* assim como nós entre *desnaturalizado* ou *desnaturado* e *desterrado* ou *degradado*. Pela desnaturalização se perdem todos os privilegios, graças, merces, izençoens, franquezas e liberdades de que gozaõ os naturaes deste reino: o que não hé assim no degredo ou desterro. Estas differenças não me pertencem, e sobre ellas vejaõ-se as *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. i. § 16. A desnaturalização hé gravissima, e raras vezes deve ter lugar, *Filangieri* tom. iv. cap. 34. diz que esta pena hé util e de consequencia nos governos democraticos, aonde os cidadãos gozaõ de iguaes direitos, que perdem pela desnaturalização: que nos governos aristocraticos, aonde todo o poderio está na mão dos nobres, hé sómente a estes prejudicial e não aos outros, que nada tem que perder: que nos governos monarchicos hé perniciosa esta pena para todos e para o mesmo reino. Eu não juro nas palavras do grande *Filangieri*, nem nas de escriptor algum. O codigo da razão hé preferivel a tudo. A desnaturalização hé grande pena em todos os governos: para todos hé doce a terra que os vio nascer, ou seja monarchico, aristocratico ou democratico o governo. O ostracismo hé talvez uma pena gravissima ainda que os Athenienses o reputaraõ um premio. Todas as naçoens, ainda as que se reputaõ mais sabias, tem cousas ridiculas: o que prova quaõ desvairada hé a razão humana: não há erro sem patrono, e dos nossos predecessores tem passado para nós muitos, que são incuraveis, porque estaõ naturalizados. Mas torne a nossa oração ao lugar donde se desviou. O degredo ou hé perpetuo ou temporario. As nossas leis não guardaraõ sempre a devida proporção nas penas do degredo: muitas vezes determinaõ para delicto menor um lugar peor do que aquelle que estabelecem para outro delicto maior: não guardaraõ proporção entre o melhor ou peor lugar, e entre o menor ou maior delicto: assim vem um delicto menor a ser castigado mais gravemente que outro maior. Na Ordenação liv. v. tit. 142 se reputa o degredo para o Brazil maior que o degredo pa a Asia: aquelle que quebra o degredo para o Brazil tem pena capital, a qual não tem aquelle



que quebra o degredo para a Africa e Asia, ainda que seja perpetuo, por se reputar este degredo menor, e não suppor delicto tão grave. O degredo para o Brasil não pode ser por menos do cinco annos, ord. liv. v. tit. 140. §. 1, e deve ser para lugar certo, Decreto de 18 de Janeiro de 1677, Coll. 2. n. 4: para Asia pode ser o degredo para lugar incerto, §. 2 da mesma Ord. *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. xx. §. 6. Not.: no que se vê a desproporção entre delictos e penas. Tal era a errada opiniaõ, que naquelle tempo havia das nossas colonias! As nossas leis naquelles tenebrosos tempos se accommodaõ a opiniaõ commum, que com o andar dos tempos mudou e mudará sempre em tudo, e nem a mesma moral será constante: *nedum sermonum stet honos et gratia vivax*, diz Horacio. O uso e seu capricho tem lugar de lei: *mortalia facta peribunt*.

§. 8.—*Da pena de morte.*

Trataremos da pena capital, ultima a que o legislador recorre para castigar os crimes. Sobre esta horriavel pena se tem entrado em duvida donde nasceo o direito da pena capital ou de morte, se as leis a podem impôr, se hé necessaria para conseguir os fins da sociedade? Tem sido e são a este respeito varias as opinoens dos criminalistas. Os semidoutos, isto hé os de mediocre instrucção, querem que esta pena se imponha por delictos ainda os mais pequenos: outros dizem que sómente nos delictos mais graves: outros que nunca. Os semidoutos, gente indocil e intolerante são os peiores, as mais perigosos e deshumanos. Os que negaõ o direito de impor esta pena, dizem, que se todo o poder civil nasce originariamente de um imaginario e philosophico contracto social, que em parte nenhuma existe (*Boehmero de Jur. Pub. Univ.* tit. 1, cap. 1. §. 22) como poderiaõ ellas consentir na destruição de si mesmas? Ninguém tem direito de se matar a si mesmo, logo, dizem, não podia transferillo para a sociedade, que (segundo dizem os escriptores do direito chamado natural), se compoen do direito que compete a cada um no estado selvatico, que hé o da natureza. Eis aqui os mais fortes argumentos, a que Mably abaixo citado responde muito bem. *Groçio* (cujas obras com razão



se deprimem) lib. II., cap. 20, §. 12 recomenda a quem governa a piedade de Sabocon rei do Egipto, que commutou as penas capitaes no serviço das obras publicas com feliz successo, e diz que as leis Romanas que impunhaõ a pena de morte foraõ pela maior parte mudadas em outros castigos: *quo et acrius damnatis incureretur pœnitentia, et magis ad exemplum proficeret pœna diuturnior.* Henrique de Cocc. no commentario a Grocio diz que esta opiniaõ de Grocio sempre lhe pareceo conforme á razãõ, e que *fôra do homicidio nenhuma proporçaõ ha entre a morte e o delicto*, principalmente havendo outros modos mais graves do que a morte, com os quaes se possaõ punir os delictos: citando para isto o lugar de Cesar em Salustio *de bel. Catil.* cap. 51: *Gravius est verberari ac necari; et multi sunt, qui mortem ut requiem miserorum contemnunt: ac graviter expavescunt ad captivitatem et ignominiosum opus.* Em linguagem. *Hé pena mais grave ser açoutado, do que ser morto; e há muitos que despresaõ a morte como descanso dos miseraveis; mas olhaõ com horror para a pena de captiveiro ou de uma obra ignominiosa.* O mesmo Grocio diz no § 7 do mesmo cap. que *para o mesmo improbo hé melhor morrer que viver*, quando hé incorrigivel. O egregio Heinecio *Prael. in Hug. Grot.* ao § 12. já citado diz: que se deve impor pena de morte até pelo furto; e que a demasiada clemencia degenera em crueldade. Eis aqui as suas palavras: *Et omnino quidem laudabilis est clementia: sed non nunquam clementia fit crudelitas, si ita parcat gladio imperans, ut inde occasionem arripiant homines delinquendi: Sane si fures sciant imperantem non laqueo punire, sed ad operas publicas condemnare fures, actum erit de ejus subditis, &c.* A administraçaõ da justiça commutativa e distributiva hé a primeira obrigaçaõ de quem governa, e para isto hé que os Reis foraõ creados. Se os criminosos naõ forem punidos como merecem, viviremos á maneira de peixes, o maior devorará o menor. Veja-se o que diz o sabio *Saavedra Empr.* XXI, que hé um thesouro, com o qual se conforma a nosso *Sebastiaõ Cesar de Menezes* na sua obra *Summa Politica.* Os philosophos modernos, affectando muita humanidade, quando no fundo saõ rapozas e lobos intolerantes, tem confundido tudo. Se



os ladroões souberem da sua humanidade, para não dizer crueldade, nenhum de nós, como diz Heineccio acima citado, estará em segurança na sua pessoa e bens. O misantropo Hobbes faz dimanar este direito de um poderio irresistivel. Os povos antigos ainda mesmo os barbaros tiverão com pouca differença as mesmas ideas sobre estas penas, considerando-as como outros tantos sacrificios offerecidos a divindade, a quem julgavaõ pertencer unicamente o direito da vida e da morte. Daqui vem que nas leis decemviraes se explica a pena de morte pelas palavras: *Sacer esto*: daqui chamarem-se as penas capitaes: *supplicia*: que val o mesmo que offertas feitas a Deos. O sentimento de Hobbes hé falso e perigoso: elle confundio o poder com o direito. Não hé o poder e a força o que deve dar o direito, mas sim o direito o que deve dar o poder. Deos tem tantos direitos para punir os homens com pena capital, que não era necessario a Hobbes recorrer ao poder irresistivel, absoluto ou dispotico. O grande Marquez de Beccaria, (que no seu pequeno tratado *dei Delitti e delle Pene* disse mais que todos os outros criminalistas em grossos volumes) negou no § 28 o poder de impor esta pena, exceptuando sómente 1º o caso de perturbação, em que uma nação procura alcançar a liberdade: 2º o extremo de perder a liberdade para sempre. A fora estes dois casos não admitte a pena de morte: diz que ella hé uma guerra declarada pela nação contra o cidadão: que esta pena não hé necessaria nem util: que as leis, que a ordenaõ, são ellas mesmas homicidas: que a historia dos tempos hé um mar immenso de erros aonde sobrenadaõ aqui e alli algumas verdades mal conhecidas: que não ha prescripção contra a verdade: que a sua voz chegava aos Soberanos, e que estes prohibindo a pena de morte ficarão acima dos maiores conquistadores, e que seus pacificos trofeos os faraõ superiores aos Titos, Antoninos e Trajanos. Estes philosophos modernos são muito humanos: mas quando são levemente offendidos, são intolerantes, e querem que entaõ se pratique não sómente a pena de morte, a de tortura, e todas quantas tem inventado os torcedores da humanidade. Contra a experiencia não há argumento, digaõ o que quizerem os philosophos. A perda perpetua da liberdade, pena peor do que a da



morte, que o Marquez de Beccaria quer substituir á pena de morte, não hé proporcionada, e hé mais forte para os nobres que para os plebeos, ainda que para todos gravissima e superior a morte. O philosopho, assim como os Bramanes, olha para a morte com desprezo e a reputa um nada, o maior de todos os bens, a linha que poê termo a tudo, e as vezes a procura no mesmo estado chamado da felicidade; e alguns há que a persuadem com tanta vehemencia como de Hegesias nos diz Cicero Tusc. 1., § 34, *Renazzi Elem. Jur. Crim.* lib. 1., cap. 10, § 7, *Brissot.* cit. tom. 1., pag. 251, § 19, *Genovezi de Off.* cap. 3, § 22, *Ecclesiastes*, cap. 3, 7, 9, o que acontece pelo contrario ao que não hé philosopho: M. Mably *de la Legislation*, tom. VIII., liv. III., cap. 4, pag. 277 traz grandes argumentos para provar a opiniaõ contraria a do immortal *Marquez de Beccaria*. Pastoret *des Lois Penales*, tom. I., p. 2, cap. 1, art. 1 e seg. refere todas as opinioes dos melhores criminalistas sobre este ponto, as quaes refuta, e segue a negativa. *Renazzi Elem. Jur. Crim.* lib. II., cap. 9, pag. 190 guardou silencio sobre esta questao, e deste modo explicou a cousa melhor que nenhum dos outros. Esta grande questao, que tanto importa a humanidade, deve julgar-se pelo peso das razoes e não pelo numero das opinioes, que há para tudo, e que nada devem valer para o conhecimento da verdade, se a há, e se em toda a moral não reina uma tenebrosa noite, prevalecendo sempre os prejuizos mammados com o leite, que nunca ou raras vezes se perdem. Faz-me grande peso a força dos argumentos do Marquez de Beccaria, e confesso que a pena de morte faz gemer a triste desventurada humanidade: mas eu não me atrevo a negar ao poder absoluto e supremo o direito de a impor, nem a restrinjo a tão poucos casos, como alguns, nem tambem julgo que ella se deve estender a tantos como a estenderao as leis criminaes da Europa, seguindo nesta parte as leis que se achao espalhadas na monstruosa e informe collecção de Justiniano, aonde vem varios monumentos de sabeloria, de ferocidade, e de fraqueza de varios legisladores Romanos, principalmente nos tempos da decadencia do imperio. Esta pena se costuma executar por diversos e exquisitos modos, que refere *Renazzi*



*Elem. Jur. Crim.* lib. II., cap. 8, cuja simples narração causa horror á humanidade. Em Portugal passa se um anno e mais sem se executar a pena de morte. Quando se executa sempre se dá primeiramente parte a El Rei se está no destricto da execução. Não permite a humanidade dos nossos Soberanos, que se execute esta terrivel pena sem elles a saberem, e a causa, porque morre um filho seu. O mesmo se pratica em Inglaterra, aonde se não executa a pena de morte, sem que o Rei tenha assignado a Sentença. Não hé justo morra um cidadão sem o Rei o saber. O mesmo se pratica em Alemanha, em quasi todo o Norte, e se praticou na França. Na Russia no tempo de Isabel, e de Catherina II. não se executou a pena de morte. Não sei se os crimes se augmentarão por esta humanidade.

As nossas leis fazem uso da pena de morte na mor parte dos delictos, ainda que esta se não derive da natureza do mesmo delicto. A pena de morte mal applicada dá causa a muitos assassinios: porque castigando com o mesmo rigor os assassinos e os ladroões hé o mesmo que dar occasião e convidar estes ultimos a commetter o assassinio, julgando ser este o modo de occultar melhor o seu crime, aonde nada mais vai na pena. A existencia talvez hé o primeiro bem do homem, sem o qual todos os outros são inuteis: as leis devem ter por principal fim a conservação da vida. Hé necessario que haja differença entre a pena do assassinio e furto violento: este um dos modos de prevenir o homicidio, e outros crimes, aos quaes se impoem nas leis a pena de morte. As leis injustas são causa dos crimes e complices nos mesmos crimes. Na China os ladroões crueis são feitos em pedaços; os outros não: esta differença faz que se rouba ahi, mas nunca se assassina: na Moscovia ou Russia, aonde a pena dos ladroões e assassinos hé a mesma, há assassinios todos os dias, como diz Renazzi, lib. II., cap. 4, § 2 Not. Os ladroões tambem tem suas leis, que observão e guardão inviolavelmente, ainda que vivem á maneira de peixes, dos quaes o maior devora o menor. O povo se costuma pouco a pouco á dureza das penas, e costumado elle ás brandas estas lhe fazem tanto



impressão como as fortes, como adverte a Cl. Montesquieu, liv. vi., cap. 12. Entre o crime do furto e a pena capital, quanto maior e qualificado que o furto seja, nunca há proporção. Neste caso toda a proporção deve consistir no aumento ou diminuição das penas, as quaes sempre devem ser do mesmo genero e natureza, como sabiamente se diz nas *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. vi., § 21 Not. A pena de *taliaõ*, a mais antiga de todas foi adoptada na legislação criminal. Esta pena não se deve entender de maneira, que o delinquente seja precisamente obrigado a soffrer o mesmo mal que fez, isto hé *anima pro anima, oculus pro oculo, dens pro dente, manus pro manu, pes pro pede, adustio pro adustione, vulnus pro vulnere, livor pro livore*, o que se acha nas leis do grande Moises: porque nem sempre hé pena proporcionada, nem se pode applicar aos peccados moraes que offendem o corpo, a honra, a castidade. Por pena de *taliaõ* entendo a pena tirada da natureza do delicto, proporcionada ao mesmo, e a malicia do delinquente, *Henr. de Cocc. Disp. de sacr. tal. jur., Sam. de Cocc. Diss. proæm. ad Hug. Grot. xii., lib. v., cap. 6, § 161, Hein. Elem. Jur. Nat. lib. ii., cap. 8, § 155, Inst. Jur. Crim. Lus. tit. 1, § 21.* Mas se me hé licito dizer o que entendo, esta pena ainda que adoptada nas leis Mosaicas, donde talvez passára para as leis das 12 Taboas que Cicero erradamente prefere á bibliotheca de todos os philosophos parece-me sempre injusta e desproporcionada. Mais sabia hé a lei dos Wisigodos, lib. 6, tit. 4, § 3, nas palavras seguintes: *Pro alapa vero, pugno vel calce, aut percussione in capite prohibemus reddere talionem, ne dum talio rependitur, aut læsio maior aut periculum ingeratur.* As leis dos Wisigodos não são tão barbaras como vulgarmente se diz, e talvez sejam em parte melhores e mais sabias, do que as leis das 12 Taboas, que os Romanos forão buscar a uma nação estrangeira, ainda que emtaõ famosa pela sabedoria dos seus legisladores. Sobre a pena de *taliaõ* veja-se o Cl. Philippe Maria Renazzi, lib. ii., cap. 4, § 16. Da pena de *taliaõ* teve origem a lei das revinditas, que hoje não está em uso. A legislação criminal se vai melhorando pouco a pouco: ainda que a molestia na legislação criminal hé chronica, não irremediavel. Os nossos Principes não



saõ tyrannos, saõ philosophos e sabem patrizar. Na Ordenação, liv. 5, tit. 12 pr., Man. 6, Affons. 5, § 6 se poẽ a pena de morte natural de fogo ao que fizer moeda falsa, e pena de morte natural ao que a comprar, vender, ou usar della, sabendo que hé falsa, e ao que a cercear, montando o damno a quantia de dês tostoẽs. A pena de fogo, assim como toda esta ordenação, hé tirada á letra da l. 2, *cod. de fals. monet.*, e parece incrivel que o Imperador Constantino, chamado o Magno, fosse o seu autor! As penas que vem nas leis deste Imperador, quasi todas saõ ferozes como elle. Os reos de moeda falsa não tem outra tenção mais do que furtar, e somente lhes saõ applicaveis as penas do furto. O seu fim não hé offender a Soberania, nem usurpar direitos reaes. As leis positivas nunca podem suffocar as imprescritiveis leis da natureza, nem mudar a natureza dos delictos. A pena de trabalhar na casa da moeda com ferros aos pés, dizia um Jurisconsulto, que era a proporcionada ao delicto. As leis tem feito crime de lesa-magestade o que o não hé, e que não está no poder legal, *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. 5, § 7. Pelas leis dos Wisigodos o matador não tem pena de morte, mas manda-se entregar aos parentes do morto, para fazer delle o que quizerem com tanto que o não matem, l. 16, 18, lib. vi., tit. 5. Veja-se *Cod. de l'Humanité* na palavra peine de mort, e o Discurso de meu Mestre o Cl. Antonio Ribeiro dos Santos sobre a pena de morte, impresso em Lisboa em 1815, *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. 1, § 15, Not. e § 29, *Brissot de Warville*, *Biblioth. Philosoph.* tom. 1, pag. 231. Para se proporcionar a pena ao delicto hé necessario ter em consideração:—1º. O damno da sociedade:—2º. A força irresistivel, que obriga a delinquir, e que tira a liberdade e vontade, sem o que não pode haver crime, nem delicto:—3º. O máo exemplo:—4º. A liberdade do delinquente:—5º. A causa publica:—6º. O impeto dos affectos naturaes que saõ superiores a todas as leis, e ás suas penas ainda as mais ferozes:—7º. Os conhecimentos do delinquente:—8º. A qualidade da pessoa do mesmo delinquente. Veja-se Renazzi, lib. i., cap. 5, § 7 et seg., lib. ii., cap. 4, § 8 et seg., *Inst. Jur. Crim. Lus.* tit. i., § 6, Cicero lib. iii., *de Leg.* § 20 diz: *Noxiæ pœna par esto; ut in suo vitio quisque*



*plectatur : vis capite : avaritia mulcta : honoris cupiditas ignominia sanciat.* O mesmo de *Off.* III. 5 diz : *Hoc spectant leges, hoc volunt incolumen esse civium conjunctionem, quam qui dirimunt, eos morte, exsilio, vinculis, damno coercent* O sagaz astuto Orador Romano não era jurisconsulto : na oração *pro Muræn.* 13, disse que se o estomagassem muito, em tres dias o veria jurisconsulto ! (si mihi . . . . stomachum moveritis, triduo me jurisconsultum esse profitebor.) Os jurisconsultos Romanos, e muito menos Cicero não tiverão verdadeiras ideas dos delictos, e da justa proporção entre delictos e penas. Os philosophos modernos tem alambicado muito o seu espirito. *Naõ há erro sem patrono.* As sciencias parecem prejudiciaes. O crime não deve ser impune. Seja a pena justa e proporcionada. Dracon, legislador de Athenas, cujas leis eraõ escriptas com sangue, dizia que as mais pequenas transgressoens lhe tinhaõ parecido merecer a morte, e que não tinha podido achar castigo para as maiores, como diz Solon em Plutarcho : *Medio tutissimi ibimus.*

---

DECRETO

*Para se ordenar um novo Codigo.*

Tendo pelo primeiro objecto da Minha Real consideração o vigilante cuidado de que aos Meus fieis vassallos se administre prompta e inteira justiça, de que muito depende a felicidade dos povos : E considerando igualmente que esta senão poderá conseguir sem uma clara certeza e indubitavel intelligencia das leis, a qual hoje se tem feito mais difficil, tanto pela *multiplicidade* de umas, como pela *antiguidade* de outras, que a *mudança dos tempos tem feito impraticaveis* : Sou servida ordenar se estabeleça uma Junta de Ministros, que, tendo sciencia e literatura e zelo do Meu serviço e do bem commum dos Meus vassallos, tenhaõ a obrigação de se ajuntarem, ao menos uma vez em cada semana, para conferirem os meios mais proprios e conducentes que lhes lembrarem para o importante e proveitoso fim, de que os encarrego. A dita Junta



presidirá o Visconde de Villa Nova da Cerveira, meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e serão Conselheiros nella o Doutor Joze Ricalde Pereira de Castro, do meu Conselho e Desembargador do Paço, o Doutor Manoel Gomes Ferreira Desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação, o Doutor Bartholomeu Joze Nunes Giraldes de Andrade, do meu Conselho e Procurador da Fazenda de Ultramar, e o Doutor João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, Procurador da Coroa. A mesma Junta virão nos dias que se estabelecer que à haja os Ministros, a quem encarrego o exame não so das muitas leis dispersas e extravagantes, que até agora se tem observado, mas também as do corpo da Ordenação do Reino, a qual Ordenação não hé da Minha Real intenção abolir de todo, constando-me a boa acceitação, com que até ao presente tem sido recebida de todos os Meus vassallos, e não sendo conveniente ao meu serviço obrigar aquelles Ministros costumados a julgar e fazer o seu estudo pelos antigos codigos deste Reino, a um novo methodo, ainda que melhor na opiniaão de alguns, certamente para aquelles mais difficultoso: e que distribuido tudo pela fundamental divisaão dos cinco livros das actuaes Ordenações do Reino, ou origem, averiguem: primo, quaes leis se achão antiquadas e pela mudança das cousas inuteis para o presente e futuro; secundo, quaes estão revogadas em todo ou em parte: tercio, quaes são as que na pratica forence tem soffrido diversidade de opinioens na sua intelligencia, causando variedade no estilo de julgar: quarto, as que pela experiencia pedem reforma e innovação em beneficio publico: para que sendo-me tudo presente, Eu determine e estabeleça o que deva constituir-se no novo codigo. A este fim sou outro si servida encarregar, pelo que respeita a por em ordem, compilar, e examinar o que deve entrar no livro primeiro, ao Doutor Luiz Estanislão da Silva Lobo Desembargador dos Aggravos de Casa da Supplicação: para o livro segundo a D. João Teixeira de Carvalho, Bispo Eleito de Faro, do Meu Conselho, e ao Doutor Estanislão da Cunha Coelho: para o livro terceiro aos Doutores Marcelino Xavier da Fonseca Pinto, Desembargador da Casa da Supplicação, e Bruno Manoel



Monteiro, Desembargador da Relação e Casa do Porto: para o livro quarto até o tit. 79 ao Desembargador Duarte Alexandre Holbeche, Desembargador Honorario da mesma Relação e Casa do Porto e Lente substituto das duas Cadeiras Analiticas da Faculdade de Leis na Universidade de Coimbra; para o que hé necessario estabelecer e definir sobre os direitos mercantis, navegação, cambio, seguro, avarias, e para o mais, que respeita á nautica, e ao commercio, que deve entrar no mesmo livro, a Diogo de Carvalho e Lucena: e para o resto do dito livro, que trata de testamentos, successoens, morgados, e tutelas ao Doutor Luiz Rebello Quintella, Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda: para o livro quinto ao Doutor Manoel Joze da Gama e Oliveira, do meu Conselho e Deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e ao Doutor Jose de Vasconcellos e Sousa, Desembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação. Todos os sobre ditos apresentarão o que successivamente forem escrevendo e dissertando nas conferencias que haõ de fazer, trabalhando debaixo da inspecção e methodo, que o referido Presidente lhes prescrever de sorte, que todos tenhaõ presente a obra toda, para evitar repetiçoens ou antinomias. E sobre o que se Me consultar, e Eu for servida resolver e ordenar, se irá compondo o Codigo. E entendendo a Junta ser preciso fazerem-se alguns exames na Torre do Tombo e mais Archivos, Tribunaes, Corporaçoes, Camaras, e Comarcas, Mo fará presente, para que eu para este effeito mande expedir as ordens necessarias. E a todos hei por muito recommendada esta importantissima obra, na qual se empregão unicamente com o prestimo, diligencia, e satisfacção, de que ella depende, e Eu delles confio. O Visconde de Villa Nova da Cerveira o tenho assim entendido, e faça executar. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda em 31 de Março de 1778. Com a Rubrica de Sua Magestade. Registrado no liv. xix. dos Decretos a folhas 51 vers.

Os nomeados no Decreto acima nada fizeram. Em 22 de Março de 1783 foi chamado da Universidade de Coimbra para esta obra Pascoal Jozo de Mello. Este concluiu não ensaios, mas um verdadeiro Codigo de



Direito Publico, e Criminal Portuguez, o qual foi mandado rever por Decreto de 3 de Fevereiro de 1789, o que ate agora ainda senão fez. O Decreto para a revisaõ hé o seguinte.

## D E C R E T O .

Sendo-me presente, que os ensaios doCodigo, quanto ao Direito Publico, ao Criminal, e ao Testamentario, se achã completos, sou servida ordenar, que se proceda sem perda de tempo á revisaõ, exame, e censura com reflexaõ, prudencia, e zelo, que a importancia e gravidade de um tal objecto por si mesmo está exigindo. Deverá principiar o exame pela parte do Direito Publico, e para esta nomêo para Censores ao Doutor Joze Joaquim Vieira Godinho, Francisco Xavier de Vasconcellos, Antonio Ribeiro dos Santos, e Francisco Pires de Carvalho: E por quanto o Desembargador Joaõ Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, do meu Conselho, Desembargador do Paço, e Procurador da Coroa, assim em razã do seu officio e principalmente pelas luzes claras e superiores, que tem nestas materias, as quaes elle com zelo, e discriçaõ, depois de ser o primeiro, que nestes tempos as cultivou, foi tambem o primeiro que procurou influillas e derramallas: Hei por bem que assista, e dirija as conferencias dos sobreditos Magistrados, sempre que para ellas for avisado pelo Presidente. Attendendo á importancia deste grande negocio, e para que os Ministros delle encarregados empreguem nelle todos os seus cuidados sem interrupçaõ: ordeno que os Censores nomeados, em quanto Eu o houver por bem, se hajaõ por desoccupados de todos os empregos e lugares, em que me servem, vencendo porem todos os emolumentos delles, como se servissem. Depois da primeira conferencia sobre algum ou alguns titulos se passará a approvaçaõ final na conferencia superior, a que preside o Visconde, meu Mordomo Mor, e na sua falta Jose de Seabra da Silva, meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, onde repetirã e sustentaraõ os seus votos os ditos primeiros e principaes Censores: depois delles os Doutores Jose Ricalde Pereira de Castro, do meu Conselho, Desem-



bargador do Paço, e Chanceller Mor do Reino; Bartholomeu Jose Nunes Cardoso Giraldes, do meu Conselho, e Desembargador do Paço, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, do meu Conselho, e Desembargador do Paço, Gonsalo Jose da Silva Preto, do meu Conselho, e da minha Real Fazenda que até agora assistia as Sessoens, e os Doutores Jose Bernardo da Gama e Ataide, João Xavier Telles de Sousa, Manoel Nicolaõ Esteves Negraõ, do meu Conselho, e Desembargador do Paço, e Francisco Feliciano Velho da Costa Mesquita Castello branco, do meu Conselho, e Deputado da Meza da Consciencia e Ordens, que por este nomeo. O Autor da parte offerecida á revisaõ e exame será presente ouvido em uma, e outra conferencia, para melhor averiguaçaõ e intelligencia do que elle trabalhou, e para poder como bem instruido na materia defender, interpretar, ou modificar as suas proposicoens. O resultado desta superior conferencia sobre cada um dos artigos conferidos segundo-se vencer sera lançado por escripto breve e resumido, ou decisivamente, ou para me ser presente, segundo parecer. E como para fazer este resumo se faz indispensavel uma pessoa habil, intelligente, e de confiança, nomeo com o titulo de Secretario doCodigo o Doutor Thomaz Joze Ferreira da Veiga, que poderá com as suas reflexoens auxiliar o exame e censura: devendo todos ter entendido que pela propria reputaçãõ, pela confiança, que nelles tenho depositado, são obrigados a proceder com a gravidade e circunspecçaõ, que pede uma taõ importante obra considerando-a naõ como obra de um, nem de todos, mas como minha, e que hade ser promulgada em meu nome, para regular e manter em justiça aos meus fieis vassallos. Salvaterra de Magos em 3 de Fevereiro de 1789. Com a Rubrica de Sua Magestade.

O Autor da parte offerecida a censura foi Pascoal Jose de Mello; ainda que delle se naõ faz mençaõ (era entãõ Secretario e Ministro de Estado dos Negocios do Reino Jose de Seabra da Silva). Havia mais para a censura alguns titulos pertencentes ao direito testamentario, feitos por Duarte Alexandre Holbeche (morto muito antes do Decreto da revisaõ acima) que mais se deviaõ reputar uns commentarios ao



direito Romano, do que um código de Leis patrias. Veja-se o que dissemos na *Panegy. Histor. Pasc. Jos. Mell.* Do merecimento da obra do Código de Direito Publico, e Criminal, ordenado por Pascoal Jose de Mello, se pode julgar pelas suas obras impressas, hoje classicas, por ordem do Principe Regente N. S. para ensino da Mocidade Portugueza. *Scripta (diz o Salmonemse) placent a morte fere, &c.*

---

OBSERVAÇOENS SECRETISSIMAS do MARQUEZ de POMBAL, SEBASTIAO JOSE DE CARVALHO E MELLO, na occasião da Innauguração da Estatua Equestre no dia 6 de Junho de 1775, e entregues por elle mesmo, oito dias depois, ao Senhor REI D. JOSE o 1º.

A grande cortina, que no felicissimo dia 6 do corrente mez de Junho de 1775 descobrio a Regia Estatua de El Rei meu Senhor, veio a manifestar nos dias successivos ao claro conhecimento de todos aquelles, que, não parando na superficie dos objectos que se lhes presentão á vista, passão a investigar e comprehender a sustancia das cousas, que sua Magestade não só tem inteiramente decipado as trevas, e reparado as ruinas em que achou sepultados os seos reinos, mas que alem disso tem feito apparecer outra vez em Portugal o seculo feliz dos Senhores Reis Dom Manoel, e D. Joao o 3º, para os exceder com os progressos das suas paternaes, magnanimas, e infatigavies Providencias.

§ 2. Pois que dados os principios, que a economia do estado, e arithmetica politica estabelecêrao para que por elles se possa formar uma completa idéa do estado da civilidade, da policia, da opulencia, e das forças de qualquer nação culta, seos effeitos se viraõ apparecer em publico, com esta faustissima occasião, na Corte de Lisboa, causando assombro a todos os nacionaes e estrangeiros.

§ 3. Hé o primeiro dos ditos exemplos, o character commum da Letra de Mão, pois quando até o anno de 1750



era rara a pessoa que escrevesse uma carta com boa letra, há hoje, parece, a mesma raridade de achar quem escreva mal em Lisboa, de sorte, que de cada vez que se quer nomear um escriptorio para qualquer das contadorias do Real Erario, das Juntas da Fazenda, da do commercio, das companhias geraes, e das outras repartiçoens publicas apparecem quase resmas de papel inteiras em memorias, e petiçoens de letras perfeitissimas.

§ 4. Hé o segundo principio, o estado das Artes Fabris, ou officios mecanicos, que são os braços e as mãos de todos os estados; e quando antes tudo, o que elles (estrangeiros) costumavaõ fabricar, entrava pela Barra, vindo dos reinos estrangeiros, se vio agora, quanto as manufacturas nacionaes florecem; porque fabricáraõ em obras de oiro, e de prata, de lam, e de seda, de ferraria, de marcenaria, de corrieria, &c. tudo o necessario para os vestidos e galas de ambos os sexos; para ornato das cazas, e mezas, e para as ricas e numerosas carruagens de uma taõ brilhante funçaõ, sem que viesse de fora cousa alguma; porque até os espelhos, placas, e vidros de beber, foraõ feitos nas fabricas do reino por vassallos de vossa Magestade.

§ 5. Hé o terceiro principio, o do estado das Artes Liberaes; e depois de se haverem manifestado as muitas, e boas pinturas do insigne Francisco Vieira, e dos muitos discipulos, e imitadores em que hoje abundamos; depois de haver a aula do commercio feito de tal sorte vulgar a arithmetica, que para o lugar d'um guarda-livros, que antes se mandava buscar a Veneza, e a Genova, com um conto de reis, e trez mil cruzados de emolumentos, succedendo agora vagar, se appresentaõ logo vinte e mais oppositores habilissimos em todas as arrumaçoens de livres mercantis, e em todas as mais dificeis reducçoens de pezos e medidas, de solidos e liquidos, de todos os cambios, e de todas as differentes moedas que correm nas praças da Europa; depois de terem os sumptuosos e bem delineados edificios de Lisboa acreditado tanto a arquitetura: a portentosa estatua equestre, o soberbo e delicado pedestal della; a elevaçã e collocaçã daquelles incomportaveis pezos, e a primorosa estampa que successivamente manifestou ao publico os merecimentos



daquellas difficilimas obras, todas feitas por mãos dos Portuguezes, mostráráõ bem vivamente aos estrangeiros, que nenhuma inveja podem causar a Portugal nem os seus desenhadores, nem os seus pintores, nem os seus escultores, nem os seus mais famigerados fundidores, nem os seus mais peritos, e habeis maquinistas.

§ 6. Hé o quarto principio, o do estado da *Filosofia*, ou das *Bellas Letras*, que servem de base a todas as sciencias, e a multidão de prozas e de poesias que apparecêráõ na *Meza censoria*, compostas nas linguas Portuguesa, Latina, Grega, Hebraica, e Arabica, com pureza de estilo e elegancia dos seculos dos Demosthenes, dos Homeros, dos Tulios, dos Virgilios, e dos Horacios em Roma; e dos Teives, Andrades, Gouveas, Resendes, Barros, Camoens, e Bernardes em Portugal. Tambem fizeraõ ver demonstrativamente que estes estudos preparatorios se não achavaõ mais florecentes ao tempo da invasão dos Jesuitas, do que hoje se achaõ.

§ 7. Hé o quinto principio, o do estado das *Sciencias maiores*, e a *Restauração da Universidade de Coimbra*, pelo estabelecimento do seu opulento e perduravel patrimonio; pelo outro estabelecimento de tantos e tão magnificos edificios; pelo outro estabelecimento de tantos e tão eruditos professores de todas as sciencias, e dos estimulos para animar os daquelles, cujos estudos são mais arduos e mais escabrosos; pelo outro estabelecimento das *Sacrosantas leis*, que abolindo os expurgatorios Romano-Jesuiticos fecháraõ aos livros perniciosos as portas que abrirám aos de *sam*, e util erudição, e enchêráõ estes reinos de clarissimas luzes em que hoje abundaõ; e pelo outro estabelecimento da importantissima *Meza censoria*, que com incansavel disvelo vigia continuamente sobre a exacta execução das referidas leis em commum beneficio. Todos estes estabelecimentos constituem outros tantos testemunhos authenticos, não só dos rapidos progressos que todas as referidas sciencias tem feito nestes reinos e seus Rominios, mas tambem da justiça com que todas as universidades da Europa estão olhando com admiração para a de Coimbra, e com que Portugal levantou um tão exelso monumento ao seu Augusto



Restaurador, para perpetuar o seo illimitado reconhecimento até o fim do mundo.

§ 8. Hé o sexto principio, o do estado do Commercio Interior. E observando-se por uma parte, que tudo quanto se tem manifestado nas ruas, nas praças, e nas janellas de Lisboa foraõ productos das manufacturas das logeas de mercadores nacionaes, e dos trabalhos de artífices Portuguezes; observando-se pela outra parte, que as fabricas, e as logeas se despejaraõ inteiramente, até lhe não ficar couza alguma que podessem vender; que todos os artífices não bastáraõ para suprirem os trabalhos de que foraõ encarregados, sendo o numero delles presentemente tal e taõ extraordinario, como nunca o foi; e observando-se pela outra parte, a importancia de cabedaes que por todas as referidas vendas, e obras de mãos giráraõ dentro em Lisboa pelas mãos dos habitantes desta populosa capital; logo se comprehende o grande numero de milhoens que em si contem o mesmo commercio interior!

§ 9. Hé o setimo principio, o estado do Commercio Externo. E reflectindo-se tambem por uma parte no grande numero de milhoens que tem entrado em Portugal por diamantes, que até o anno de 1753 não tinhaõ extracção nem consumo: por outra parte os assucares, até ao ponto de faltar na Alfandega, para o consumo do Reino este importantissimo genero, que até o dia 27 de Janeiro de 1751 empachava todos os armazens sem haver já na cidade alguns em que se recolhesse. Por outra parte o outro tambem importantissimo genero de tabaco, que até o regimento de 16 de Janeiro de 1751 se achava igualmente inutil, e a Fazenda Real condemnada em quatro mil cruzados para a queima delle. Por outra parte em coiros e atanados, solas, e vaquetas, cujo valor hé notorio, que sobe tambem a outros muitos milhoens de cruzados. Por outra parte no sal, que se achava quase aniquilado, em quanto Sua Magestade não deo as Providencias que trouxéraõ e trazem sómente ao porto de Setubal mais de trezentos navios de carga cada anno. Por outra parte em vinhos, que sómente do Doiro fazem o giro de mais de quatro milhoens annualmente. Por outra parte em frutas de espinho, que a frequencia dos navios estrangeiros faz extrahir, de sorte, que sómente, em Cintra e



Collares, qualquer pomar do limaõ se reputa uma mina de oiro. Por outra parte em cacau, café, arros, algodão, gengivre, cravo grosso e fino, e outros muitos generos do Pará e Maranhão de que antes das Providencias de S. Magestade não tiravaõ algum proveito os vassallos do dito Senhor. Pela outra parte em Pau Brazil, e nos outros diversos, que tanto aproveitaõ para as tinturarias, e nas ursellas, de que se tem tirado tanta utilidade. E pela outra parte na novissima, e utilissima restituicão do commercio da Asia aos vassallos do dito Senhor, que com as suas innexauriveis Providencias abrio aos seos vassallos, sem sugeicão ao monopolio de uma companhia e sem o desembolso da moeda nacional, de que antes nos privavaõ as náos que hiaõ a Goa, e o abrio e franqueou de tal sorte, que neste ultimo anno despachou Portugal para o Oriente onze navios, quando nelle Inglaterra não mandou mais de treze: de sorte que de tudo o referido vim a concluir por uma demonstrativa consequencia, que Sua Magestade tem feito o seo commercio externo mais feliz e opulento do que foi naquelle seculo dos Senhores Reis D. Manoel, e D. João 3º, porque as drogas da India, que os dois referidos Monarcas tiveraõ em monopolio no seo seculo, quando o Brazil lhes não produzia cousa alguma que fosse significante, se achaõ com muitas vantagens excedidas pelas referidas preciosissimas producçoens da America, que são proprias do Reino, quando ao mesmo tempo lhe não faltaõ as da Asia, que hoje se achaõ divididas por todas as Naçoens da Europa.

§ 10. Hé o oitavo principio, o da Sociedade entre os differentes estados, e entre as ordens, classes, e gremios delles: e agora se tem manifestado a armonia e consonancia em que se viraõ concordes a primeira nobreza com a civil, e ambas com a plebe, sem que no concurso de todas houvesse em tantos e taõ numerosos ajuntamentos a mais leve alteraçã. O mais foi porem concorrerem na praça mais de cento e sincoenta mil pessoas da infima especie do povo miudo em confusã, e aperto sem que se ouvisse soar uma só voz de queixa ou clamor: e sem que se visse atrever-se qualquer pessoa do sexo masculino a attentar, nem levemente, contra a modestia de qualquer outra pessoa do sexo



feminino por palavras, ou obras, nem ainda daquellas que a galantaria tolerava há bem poucos annos nas portas e nos concursos das Igrejas.

§ 11. Hé o nono principio, o estado da Opulencia dos vassallos: e todos os estrangeiros que viraõ com a devida reflexaõ concorrerem ao mesmo tempo por uma parte os muitos milhoens que tem custado, e valem os edificios publicos, e particulares de Lisboa, levantados dentro em taõ poucos annos sobre as funestas ruinas do horroroso terramoto do 1º de Novembro de 1755. Que viraõ por outra parte formar dentro em menos de seis mezes, uma taõ magnifica praça, que excede na grandeza e formosura á todas as que conhece a Europa, com tantas e taõ importantes despesas de materiaes, e de jornaleiros, pagos para trabalharem de dia e de noite. Que viraõ erigir no centro da referida praça, um taõ custoso, e nunca até agora visto collosso. Que viraõ o senado da camara dár ao publico não só umas taõ custosas, e magnificas assembleas, em um salaõ taõ amplo e taõ rico, e primorozamente guarnecido, qual nunca tinhaõ visto os viventes; mas tambem uma igualmente magnifica cêa, em outro salaõ soberbo, e decorado com esquisito gosto, e extraordinario custo, com ornamentos feitos sómente para aquella funçaõ, sem que possaõ ser de uso para outra alguma que se intente fazer; sendo a meza servida com grande exactidaõ e delicadeza de pratos para quatrocentas pessoas, com copiosissima baixella de prata nacional, sem entrar nem uma só peça de estrangeiros; que viraõ as cazas da Junta do Commercio tambem preciozamente ornadas, e nellas outra abundante baixella de prata, e allumiada com grande numero de castiças e serpentinhas do mesmo preciozo metal: que viraõ outra respectiva superabundancia delle em todos os tribunaes da corte em castiças, salvas, bandejas, e todas as mais peças com que foraõ servidos os seos respectivos refrescos; que viraõ a casa dos vinte e quatro, ou dos gremios das artes fabris, fazer as mesmas apparatusas despesas em ornamentos de cazas, comidas, e serviços de prata; que viraõ redundar a mesma abundancia de pratas, e refrescos em todas as casas dos negociantes Portuguezes, e até nas dos habitantes das ruas da passagem de uma taõ augusta funçaõ; que viraõ o mesmo



juiz do povo, e os seus deputados põem aos olhos do publico, á sua propria custa, e espontaneamente em signaes de amor, e de reconhecimento ao seu augusto bemfeitor, sete carros triumphantes allegoricos, tão bem entendidos, como dispendiosos: que virão não só as janellas da primeira nobreza, e todas as varandas da nobreza civil, em um até agora desconhecido numero, cheias de custosissimas gallas, e de importantissimos diamantes, e pedras preciosas; que virão outro respectivo e extraordinario numero de carruagens novas, e de bom gosto, que as ruas da cidade, sendo tão amplas, não poderão conter em si, fazendo-se preciso mandalas accomodar em distancias remotas; que virão o sexo masculino á mesma imitação ricamente vestido e ornado, desdos individuos da primeira nobreza até aos da ultima plebe. Todos os estrangeiros que virão, digo, com a devida reflexão aquelle completo de riquezas, que concorrerão ao mesmo tempo em uma tão augusta função, não poderão deixar de ficar convencidos de que a capital, e o reino se achão constituídos na propriedade da maior opulencia.

A união, e complexo das nove observações que deixo indicadas, vierão pois a constituir-me na plausivel certeza, de que os effeitos dellas não podem deixar de ter causado nos estrangeiros, que presenciáram hũa tão magnifica função, os effeitos seguintes:

Primeiro Efeito: As nações que com arrogancia, vangloria, e superioridade olhavaõ antes para a Portugueza como bizonha, rude, inerte, e destituida de todos os elementos, e principios das Artes Fabrís, e Liberaes, e dos verdadeiros conhecimentos das Sciencias maiores, acabáram agora de ter o ultimo desengano, de que a respeito das primeiras, nos achámos com elles iguallados, e a respeito das segundas, excedemos a maior parte dellas, como os Italianos, e Francezes não tem já feito cerimonia de o confessar muitas, e repetidas vezes, respeitando, e imitando as leis, e resoluções de Sua Magestade; pedindo, e invejando os Estatutos da Universidade de Coimbra, e encommendando aos seus Correspondentes em Lisboa a remessa de todos os Escritos que se tem publicado, e publicarem neste glorioso Reinado; até por esses mesmos estrangeiros cognominado *felicissimo*.



Segundo Efeito : O desprezo que as mesmas nações fazião do nosso commercio interior, e externo, taõbem acabou agora, não só de cessar, mas de se converter em outro incentivo da sua emulação; por que depois de terem visto, que em nenhuma Corte da Europa se ensinou até agora o mesmo commercio por principios em huã escolla publica e magnifica, de que sahem trezentos negociantes peritos e habéis no fim da cada Trienio, viraõ agora ocularmente por huã demonstração fisica, e innegavel, consummados os progressos que a referida Aula tem feito na prosperidade brilhante do corpo mercantil, que encheo de luzimento a Praça Real do commercio, e ruas de Lisboa.

Terceiro Efeito: Havendo sempre tido as referidas nações a Portugueza por barbara, ferós, e insociavel, se acháraõ tambem agora convencidas por outra demonstração, que os surprehendo com maior assombro, vendo-se a este respeito não só igualadas mas muito excedidas. Hé notorio, que na Corte de Londres commette a Plebe, a cada passo, as frequentes desordens que todos sabemos, logo que se ajunta em numero de tres ou quatro mil individuos: Em Paris vimos há pouco tempo, que as festas do casamento do Conde de Provença causáraõ mais de tresentas mortes desastradas, entre os disturbios da referida plebe; e todos aquelles estrangeiros que se achavaõ neste conhecimento, não podéraõ deixar de confessar, que estâmos muito mais sociaveis do que elles, tendo visto por huã parte os differentes estados, ordens, classes, e gremios de porte superior da capital de Lisboa na mais perfeita harmonia, e reciproco trato, e na mais suave consonancia nos camarotes, e saloens das assembleas, e das mezas. E tendo visto pela outra parte mais de cento e sincoenta mil pessoas de ambos os sexos da infima plebe, e especie do povo miudo em confusão e aperto na Praça Real do commercio, por tardes, e por noites inteiras com a mesma tranquillidade e silencio, como que poderiaõ estar em huã igreja fazendo oração; fazendo huns aos outros aquelles numerosos individuos, como se fossem outros tantos irmãos, e unindo-se todos ao fim de concorrerem, quanto nelles esteve, para as demonstraçoens de amor, e do reconhecimento com que viaõ aplaudir a innauguração da Real Estatua



de Sua Magestade, facto que não teve até agora exemplo, nem tera nas outras naçoens facil imitação.

Quarto Effeito: Persuadiaõ-se as mesmas naçoens, de que entre ellas tudo era abundancia, e em Portugal tudo pobreza, quando não há quem ignore, que Inglaterra está implicada com a horrorosa divida de mais de mil e trezentos milhoens de cruzados; e que em França, depois de se exaurirem o Real Erario, e o credito publico, se fundiraõ as Baixellas de Prata da Corte, e dos particulares, e se passou ao excesso de se demolirem palacios reaes para se venderem os materiaes, e ornamentos delles. E a profusaõ, e redundancia que manifestou a dita magnifica funcção de Joyas, Baixellas, Vestidos, Carruagens, Mezas, e Desembolsos de moeda corrente, fizeraõ tambem mudar tanto de parecer aos mesmos estrangeiros, que publicamente confessaõ, que nunca haviaõ entendido que Portugal em tão poucos annos houvesse accumulado riquezas tão superiores á sua comprehensão.

Quinto Effeito: Quando a consistencia do Governo da maior parte das Cortes da Europa se acha enervada e enfraquecida, ou com discordias, e divisoens intestinas, como está succedendo em França, e Inglaterra, ou com sedições clandestinas, e sizanias brotadas pelas venerosas raizes Jesuiticas, que não podéraõ arrancar até agora, como está succedendo em Hespanha, Saboia, Roma, e grande parte de Italia, e Alemanha: depois de terem visto os estrangeiros pelo contrario, que em todo o Portugal e seos dominios não soaõ outras razoes que não sejaõ as que baixaõ do Real throno de Sua Magestade, que delles são ouvidas com summa reverencia, por se acharem os vassallos do mesmo Senhor constituidos na firmissima fé, de que elle só resolve e determina o que hé mais util aos seos vassallos, e de que a todos os ama e ampara como á filhos, e não como á subditos; acabou de ver agora, que antes de amanhecer o dia em que se devia pôr em movimento a quase incomportavel Estatua Equestre para se transportar, apparecêraõ na Casa da Fundição, o juiz do povo, e todos os mais consideraveis artifices dos seos vinte e quatro gremios vestidos de galla, para serem elles os que preferissem, como preferiraõ, no transporte, levando a mesma Estatua, como em triumpho,



tirada pelos fortissimos calabres que o pezo della fez precizos. Que assim continuáraõ pelos quatro dias que esteve no caminho a mesma Estatua. Que na collocação della destribuio dinheiro aos soldados das guardas, e pipas de vinho, e carradas de comestiveis aos trabalhadores. Que nos dias das festas da innauguração, teve nas casas, em que se fazem as suas sessões, assemblea publica, e mezas abundantes e delicadas, para todas as pessoas dos referidos gremios, exultando á mesma imitação toda a universidade de gente do povo miudo de Lisboa, sem que houvesse nelle individuo em cujo semblante se não vissem os signaes da maior alegria, e do maior amor ao seo clementissimo e benignissimo Monarca. De tudo o referido vimos a tirar por claras consequencias, que a estimação nacional está inteiramente restabelecida; que o credito publico se acha consolidado; que o conceito commum das forças politicas, de que depende a conservação dos militares de El Rei meu Senhor, confirmará agora muito mais os alliados na amizade e uniaõ de Sua Magestade; e reportará os seos sempre figurados inimigos, vendo por uma parte, que um Rei de vassallos taes, que só por amor e reconhecimento, dispendem voluntariamente tantos cabedaes para o aplaudirem, sacrificaráõ facilmente todos os que lhe restaõ á necessidade da sua defeza se o virem atacado. E vendo pela outra parte o bom estado das tropas, e da marinha, e que não faltaõ os meios para o dito Senhor as manter e augmentar quando for necessario.

Devo ultimamente protestar, que não foi a vaidade, que nunca tive, a que me deo motivo para escrever estas observações; porque nas prosperidades do Reino que ellas manifestaõ, e no gloriosissimo Governo a que ellas se devem, reconheço que não tive algum merecimento mas sim, e taõ sómente a incomparavel fortuna de Sua Magestade haver confiado da minha fidelidade, zelo, e amor ao seo Real serviço, a execução das suas illuminadas, e providentes resoluções e ordens, sendo aliáz o meu unico objecto deixallas escritas aos meus successores para recommendação do exactissimo cuidado com que devem conservar tudo o que o dito Senhor tem estabelecido no seo felicissimo Reinado;



porque em quanto se governarem pelos mesmos principios, e pelas mesmas maximas, hé certo que teraõ sempre os mesmos felicissimos successos, fugindo ás novidades com que ordinariamente costumão os que entraõ de novo querer emendar o que está bem para que esteja melhor, quando a experiencia tem mostrado, que semelhantes novadores, em lugar de conseguirem o que cuidaõ que hé melhor, arruinaõ assim o que estava bem, com irreparaveis ruinas da Corõa a que servem, e dos vassallos della.

---

NOTE-SE.

Que tendo levado a presença do Senhor Rei D. José o Papel, assima escrito, no dia 8 depois da collocação da Regia Estatua, e havendo o dito Monarca tido a bondade de o lér, como era do seo costume, o depositou no armario contiguo á Meza do seo despacho, fazendo a honra de dizer-me, que era justo que alli ficasse perpetuado para norma, e direcção dos futuros reinados, e ministerios delles: honra pela qual lhe beije logo a Real mão.

---

*Resposta sobre o Extracto de uma Carta do Rio de Janeiro á cerca da riquissima Mina de Ferro da Capitania de S. Paulo, inserido no No. 45 pag. 24 do Investigador; com algumas noticias das Serranias Ferreas da Capitania de Minas Geraes, &c.*

Hé sempre para lastimar, que um ignorante scientifico tome á sua conta a fiscalisação, investigação, ou indagação de alguma obra publica, e principalmente de estabelecimentos montanisticos, ou metallurgicos. Carecendo dos conhecimentos proprios da materia, e querendo, não obstante, dizer alguma cousa ao publico, muito natural hé, ou que trate de objectos assás triviaes, ou que, depois de applicar as suas orelhas á alguma velha, repita, como o papagaio, as historietas, que aprendêra.

Emprehendendo-se estes estabelecimentos no Brazil, e ainda em Portugal (não succede assim em outros



paizes) tem-se a vencer muitos obstaculos por causa dos partidos, que logo se-levantaõ uns, e poucos a favor, outros, e muitos, que lhes-declaraõ guerra aberta; seja por motivos particulares, seja por falta do verdadeiro patriotismo, que em tempo de paz deve influir na prosperidade dos povos; e entaõ feliz hé o partido, que tem a ventura de topar algum enscrupuloso indagador, como o Snr. J. F. C., e de captar a sua benevolencia, e amisade, pois toda a culpa de erros, intrigas, e atrazamento de taes obras recahirá sobre a outra parcialidade.

Se o Autor da Carta fosse um escrupuloso, e scientifico indagador, deveria dirigir suas indagaçoens, naõ sobre intrigas, mas sobre a causa das chamadas intrigas; examinar primeiramente os differentes planos, que se offereceraõ para a erecção da Fabrica de Ferro de S. João de Ipanema; considerar a utilidade da execuçaõ de cada um delles, e por fim exercitar o seu criterio sobre as obras já construidas; talvez entaõ (como tenho de certo) naõ tivesse achado cousa, á que com justiça dêsse o nome de intriga, pelo que respeita ao procedimento do Snr. M. F. E. G. Varnhagen, cuja honra o Autor ataca de um modo o mais maledicente, que hé possivel.

Para offuscar a honra de uma pessoa em papeis publicos, ponto este taõ melindroso, deveria o Autor ter fundamentado melhor suas exposiçoens; pelo menos deveria ter referido factos authenticos, os quaes provassem, que intrigas sómente haviaõ sido causa do atrazamento, e perdiçaõ da dita Fabrica; e intrigas insinuadas, ou influidas por Varnhagen. A impudencia do Autor vai ainda mais longe: até se faz ridiculo, affirmando, que Varnhagen havia estado na Fabrica de Figueiró dos Vinhos em Portugal, onde só tratou de fomentar intrigas na mira de occupar o lugar, que ali exercia o nosso taõ benemerito mineralogico J. B. de Andrada. No tempo, em que Varnhagen estivera empregado n'aquella Fabrica como Feitor, emprego que correspondia ao que teve o director Hedberg na Fabrica de S. João de Ipanema, o que se póde vêr no Alvará das Minas de 1801 no Artigo—Obrigaçoens do Feitor—nesse mesmo tempo, digo, occupava eu o cargo de Inspector das Minas da referida Fabrica de



Figueiró; e pelo espaço de cinco annos, que ali estivemos juntos, não appareceo intriga alguma fomentada por Varnhagen (não sendo este o vicio dos Alemaens) ambos porem tivemos combates que sustentar, e bem renhidos, contra a ignorancia, e indolencia de muitas pessoas. Ridiculo se faz o Autor da Carta, e mostra grande ignorancia das leis montanisticas de Portugal; inculcando que Varnhagen aspirava ao lugar, que occupava J. B. de Andrada: a leitura das ditas leis pode instruir ao Autor, e capacita-lo de que Varnhagen nunca se poderia lembrar de ser Intendente Geral das Minas, emprego, que exercia o nosso amigo J. B. de Andrada.

De mais, avançar o Autor da Carta, que Varnhagen fôra como Interprete dos Suécos, hé a maior injuria, que se pode praticar contra a verdade. Varnhagen, que antes da vinda da Companhia Suéca fôra mandado de Ordem de S. A. R. a S. Paulo, para examinar as minas de ferro, e formar planos para a erecção de uma Fabrica, foi segunda vez mandado com os Suécos para os introduzir, e combinar o seu plano com o que havia de formar o Director Suéco; e como não tivesse lugar esta combinação, sendo o plano do Suéco muito differente do de Varnhagen, este regressou para o Rio de Janeiro até que terceira vez por Ordem Regia foi mandado para S. Paulo com o Tenente General Nacion; logo como pôde Varnhagen influir nas intrigas da Fabrica? Creio, que não deve ter o nome de intriga a declaração de Varnhagen, com que abertamente asseverou, e desde o principio; que o plano do Director Suéco era errado, e fundado em principios falsos; e que executando-se, jamais corresponderiaõ ás grandes despesas os resultados da Fabrica. Hoje a experiencia, com exorbitante prejuizo da Real Fazenda, e dos Accionistas, tem mostrado, que Varnhagen fallou sempre como verdadeiro conhecedor da materia.

Tendo-me sido communicados todos os papeis officiaes relativos á quella Fabrica de Ipanema, bem informado estou, de quanto se passára desde o comêço do estabelecimento, até a despedida da Companhia Suéca. Não havia nesta Companhia um só Fundidor de Ferro; e teve ardiz o Director, para conseguir, que enganadamente se pagassem grandes ordenados a



Alfaiates, Capateiros, Cozinheiros, e Ourives, reputados habeis Mestres Fundidores, Refinadores, e Forjadores de Ferro; dos mesmos papeis se colhe á toda a luz, que o Director Suéco Hedberg não era homem, de quem se podesse confiar o estabelecimento de uma Fabrica de tanta importancia, e as faculdades, que lhe permittia a Carta Regia, com que fôra authorisado para aquelle utilissimo fim.

E quaes as consequencias? Dispenderem-se mais de 80,000rs., e não existir Fabrica, que corresponda a tão excessivo dispendio. O Tenente General Napion foi mandado tarde, nada remediou, nem podia remediar. O plano Suéco estava executado; e só restava, que a pequena Fabrica fundisse a grande porção de ferro, que o seu Director promettia, como infalivel; e com taes calculos pôde em fim illudir o Tenente General Napion sem embargo dos protestos de Varnhagen, e das minhas representações: pois que já então se achava trabalhando a Fabrica de Ferro, que eu construí nesta Capitania de Minas Geraes, e da mesma forma, que o Suéco intentára, que a outra trabalhasse, com quatro fornos; com a differença porem, de que a erecção d'aquella debaixo do meu risco não importou em mais de 4,000rs., mostrando-se pela experiencia a porção de ferro, que se poderia obter de semelhantes Fabricas.

Entretanto sendo presente a S. A. R. o máo estado das cousas, e parecendo ao Mesmo Augusto Senhor, que se não praticava injustiça alguma, despedindo-se do seu Real Serviço o Director Suéco C. G. Hedberg com a maior parte da sua Companhia, assim o mandou, ordenando ao mesmo tempo, que eu informasse sobre o melhoramento da Fabrica, e da sua futura administração; e que fosse coadjuvar aquelle estabelecimento, o que não pôde verificar-se, por achar-me encarregado de objectos, que exigem indispensavelmente a minha presença nesta Capitania.

Uma prova evidentissima de que S. A. R. tem tomado em consideração o merecimento de Varnhagen, hé havê-lo incumbido, depois da dimissão dos Suécos, da administração da Fabrica de Ipanema, adoptando-se o seu plano, e construindo-se fornalhas altas em vez de fornos Suécos. Os progressos, que a dita Fabrica em



pouco tempo fará, debaixo da direcção de Varnhagen, serão os melhores testemunhos da sua capacidade, e que tornarão desprezíveis, e odiosas as calumnias do Snr. J. F. C.

Tenho concluido, pelo que respeita á resposta da Carta do Snr. J. F. C. Aproveito-me porem da mesma occasião, para dizer alguma cousa sobre a abundancia de mineral de Ferro nesta Capitania de Minas; e bem que seria este um objecto para uma extensa memoria, com tudo limito-me a dar sómente algumas idéas geraes.

Se um viajante mineralogico, e geologico ficar pasmado de vêr as grandes riquezas das minas de Ferro de Sorocaba na Capitania de S. Paulo, mais pasmado ficará viajando na Capitania de Minas Geraes, e vendo uma grande parte das suas Serranias formadas de mineral de ferro, principalmente da mina de ferro magnetico, specular micaceo, e vermelho denso.

Há quatro annos, que de ordem de S. A. R. fui mandado para esta Capitania, encarregado de indagações mineralogicas, e montanisticas, e de promover estabelecimentos metallurgicos: tenho viajado uma grande parte della; e sem exaggeração confesso, que a abundancia de mineral de ferro hé tanta, que o mundo inteiro poderia ser suprido d'este genero, e por todo o tempo de sua existencia; o peor porem hé a escassez dos matos em muitas partes, os quaes tem sido, e ainda continuão a ser destruidos pelo methodo barbaro de cultivar as terras; queimando-se para este fim as mais bellas florestas, e deixando-se incultos bellissimos campos.

Segundo minhas observações geognosticas, estas formações ferreas parecem-me contemporaneas com uma formação de uma pedra arenosa, ou gres commum com gluten chloritico, fazendo muitas vezes o mineral de ferro magnetico, e micaceo, transito para este grés, e vice versa. A formação da mina de ferro vermelho denso—*vulgariter* aqui chamado *Canga*—hé a mais moderna, e forma, por assim dizer, uma incrustação de uma braga, até braga, e meia na superficie das montanhas, cobrindo desta sorte todas as camadas inferiores.

O seguimento das differentes camadas das Serranias



ferreas, debaixo para cima, hé de ordinário—Gneis, que constitue a base de todas: um chisto argilloso, ferruginoso, secundario, lhe está sobre posto; e á este cobre, ou o grei commum, ou as camadas ferreas. As camadas de mina de ferro micaceo são em muitas partes auríferas, como p. e. as ricas minas de ouro de cocães, sendo junto de Villa Rica tambem muito auríferas as camadas de mina de ferro vermelho.

A mais extensa das Serranias ferreas hé sem duvida a cordilheira, que corre de N. a S. de Sabará, até Congonhas do Campo, que emportará em doze, ou quatorze legoas de comprimento; porem a mais alta hé a Serra de Nossa Senhora da Piedade, a leste d'aquella villa, e que junto da Villa Nova da Rainha consiste no seu pé, de Gneis, e a este sobreposto chisto argilloso secundario, com camadas de um chisto argilloso ferruginoso mais moderno, que passa a argilla chistosa, e que contem os mais ricos vieiros, e camadas de ouro. Este chisto se elleva até uma altura de 560 toesas sobre o nivel do mar, segundo minhas observaçoens barometricas; e d'ahi se levanta a gigantesca montanha magnetica, no cume da qual está sita a Capella de Nossa Senhora da Piedade, que lhe dá o nome, com a elevação de 910 toesas sobre o mar; e segue de leste a poente uma cordilheira estreita de tres legoas de comprimento, pouco mais ou menos.

Achei remarcavel a pouca influencia, que este Colosso magnetico mostrou sobre a agulha de marear; principiou a irrita-la só na distancia de um palmo, e menos; e não obstante serem os mais pequenos pedaços tirados de qualquer lado dos rochedos tanto attrahentes, como retrahentes, comtudo toda a massa unida não produzia effeito em proporção.

Para tirar proveito das riquezas ferreas, foi o já conhecido no mundo mineralogico, e metallurgico Manoel Ferreira da Camara o primeiro, que tentou a erecção de uma Fabrica de Ferro em ponto grande na Comarca do Serro do Frio á custa da Real Fazenda; mas até agora, apesar dos seus esforços, actividade, e reconhecidas luzes, poucos progressos tem feito aquella Fabrica. Talvez a sua diversão para outros objectos tenha concorrido muito para o seu atrasamento.

Eu havia observado já em Portugal, que obras



grandes, principalmente estabelecimentos metallurgicos, de ordinario encontraõ obstaculos quasi invenciveis, e as causas taõ diversas, que deixo de referi-las. Por isso lembrei, logo depois da minha chegada a esta Capitania, ao Ex<sup>mo</sup> Conde de Palma, que entaõ era Governador, e Capitão-General da mesma, a organizaçaõ de uma sociedade com o fundo de 4,000,000rs. para a erecçaõ de uma pequena Fabrica de Ferro; considerando mais proveitoso n'uma Capitania de pequena populaçaõ, e onde os transportes saõ difficeis, o erigirem-se pequenas Fabricas em differentes lugares, do que uma só, e em ponto grande, faltando o comodo da exportaçaõ. Facilmente se conseguiu este projecto, pois que com as melhores maneiras o mesmo Ex<sup>mo</sup> Governador, e sendo o primeiro em subscrever o plano, que entaõ apresentei, attrahio com o seu exemplo, e com as suas expressoens accionistas, de que se formou a sociedade; e nas vesinhanças do Arraial de Congonhas do Campo, na distancia de oito legoas de Villa Rica se edificou debaixo da minha direcçaõ a Fabrica denominada do Prata, que mereceo a Real confirmaçaõ na Carta Regia de 30 de Agosto de 1811. No espaço de dous annos concluíraõ-se as obras da Fabrica, e desde Dezembro de 1812, está em continuo trabalho; em prol da Capitania, e dos Accionistas, tendo sido a primeira nos Estados do Brazil, que trabalhou em grande.

Como S. A. R. se Dignou Franquear a fabricaçaõ do Ferro a todos os vassallos desta Capitania, já se tem estabelecido muitas fabricas pequenas havendo servido de modelo a de Congonhas. Não me-tenho poupado em dar riscos, e insinuaçoens aos novos fabricantes, do que se tem aproveitado, principalmente os habitantes do Arraial da Itabira de Matto-dentro, onde ao presente se achão doze forninhos, trabalhando, e fazendo já um ramo de commercio d'aquelle paiz. Parece-me, que d'aqui a pouco mais de anno não entrará ferro algum de fóra para esta Capitania, suprimindo no entanto as pequenas fabricas ás maiores necessidades.

Hé sem contradicçaõ que a caristia de ferro obstou muito o adiantamento da Capitania, e particularmente nos trabalhos da mineraçaõ. Este obstaculo porem está quasi ao todo removido. Resta melhorar-se a



exploração das minas do ouro, que vai todos os dias em maior decadencia. As causas desta decadencia tem a sua origem na falta de leis montanisticas applicaveis ao paiz; mas espero, que S. A. R., mediante as minhas representações, que corroboradas pela effeicacia do Ex<sup>mo</sup> D. Manoel de Portugal e Castro, actual governador, e capitão general, tem subido á augusta presença, brevemente se dignará mandar expedir as providencias mais adequadas. Entretanto me occupo a introduzir a minha custa machinas, e engenhos proprios, que não só facilitão a extracção do ouro, mas que tambem poupaõ muitos braços, tendo sido indubitavelmente a ruina da maior parte dos mineiros o servirem-se dos braços de escravos, que chegam aqui a um valor excessivo, em vez de usarem de machinas, que sendo relativamente de menor despeza, são de um proveito muito mais vantajoso.

GUILHERME, Barão de ESCHWEGE,  
Ten<sup>te</sup> Cor<sup>de</sup> Engenheiro.

*Villa Rica* 18 de  
Julho de 1815.

*Extractos das Cartas de Joze da Cunha Brochado,  
escriptas de Lisboa ao Conde de Viana.*

(Continuados da pag. 294, do No. LIX.)

*Carta de 17 de Novembro, 1708.*

A' esta hora chego de ver o segundo dia de toiros, e não posso escusar a V. E. a pena de ler uma letra mais perversa do que elles. V. E. bem sabe já que a praça se fez igual e uniforme; ao menos não faltou regularidade nas couzas inanimadas. Grande concurso, grandes equipagens, passeios affectados, cocheiros imperitos, e todo o triumpho foi dos que chamaõ chascos, que V. E. conhece melhor do que eu. O balção de El Rey hé magnifico; nelle appareceram cinco magestades, digo magestades, porque na mesma linha e nos mesmos assentos assim haviaõ de parecer. Cada cõrte tem sua etiqueta, mas não sei se esta hé a melhor; ao menos na admiracção dos vassallos eclipsa o respeito, e confunde a soberania, de que nascem bem máos effeitos. Depois da funcção da guarda, em que D.



Phelipe o fez como pareceo á Contadoria, entrou o Conde do Rio, e andou com muita attenção, e pareceo muito bem aos toureiros velhos, como eu, que o sou do tempo de Antonio Galvão. A festa começou pelas 10 horas, e acabou pelas 4: nem antes, nem depois houve, nem haverá tão longo dia.

Hoje honrou a praça o Conde de S. Lourenço, por que S. A. quiz que fosse hoje o seo dia contra a vontade de El Rey, que o defferia para segunda feira. Toda a praça esteve cheia de creados do Snr. Infante, e o Conde andou como da outra vez: não quiz que descansassem os toiros, nem elles o cansaram muito. O Conde de Pombeiro me enternecio com a memoria de seo grande pay. Todos os capitaens e toureiros fizeraõ duas cortezias a Snr. Duqueza D. Luiza, coisa que só em Portugal tem exemplo: porque em publico de ante de El Rey não recebe este obsequio Principe algum ainda que fosse legitimo. Ultimamente só direi á V. E. que não houve nada de raro; tudo succedeo como V. E. já tem visto. A Providencia não tem moldes novos para estas solemnidades, e as couzas sempre se repetem por uma necessaria circulação de acontecimentos. O ponto era ver a V. E. na janela mandar, e fazer o destino da festa; e creia V. E. que se apparecesse naquella hora, havia de ver mais lenços arvorados que o proprio Cavalleiro.

Se V. E. deseja saber quando El Rey me fez mercê do lugar de Procurador da fazenda, casa, e estado da rainha, com faculdade de votar nas materias em que não tivesse dito como Procurador, direi a V. E. que a Carta se passou por rezolução de S. M. de 26 de Fevereiro deste anno, e tomei posse no ultimo de Março. Agora, por morte de Luis Pimentel passo a concelheiro, e a rainha há de prover o lugar de procurador; mas o augmento não emporta mais que vinte mil reis; isto hé tudo o que sou, sendo o mais estar na obediencia e resignação de V. E. Lisboa, &c. &c.

*Carta de 23 de Novembro, 1708.*

Acabaram-se os toiros, como diz a copla, mas não se acabou o pezar de ver a máo successo com que o visconde encheo aquelle seo ultimo dia. Bom e gentil Cavalleiro com muito ar, com muita compostura; mas



os toiros, que não eraõ para dar cuidado, investiaõ tão mal que lhe não deixaram lograr sorte alguma; e quando quebrava algum garrochaõ era com a recompensa de uma boa pancada: em fim tudo houve, de queda, de passagens falsas, e de outros desagradados de que o Visconde não era merecedor. Este fidalgo levou 20 negros com as cartas de alforria no braço direito, e eu lhe não aconselharia esta liberalidade, porque a terra está bastantemente provida de chocolateiros, e não necessitava agora esta grande recruta de pobres.

No dia seguinte houve um fogo Portuguez, que pareceo do Alemtejo pela lentidaõ com que ardeo: foi feito pelos mesmos officiaes em emulaçaõ de outro que hé invento de um Carlos Gemae, grande fabricante, e engenheiro. Este segundo fogo, que hé o real, se começa a armar no terreiro do paço; neste se trabalha desde o mez de Maio, e chegará a 80 mil cruzados, que hé uma despeza muito luzida, e bem empregada. O paço vai por diante com a magnificencia e concurso, e me dizem que a nobreza moça anda satisfeita de ver tantas luzes, e todos se prometem grandes vantagens. O passeio de tarde hé numeroso: cada carruagem vai para seo cabo, como se jogassem as escondidas, de que se segue um luzido embaraco, e nobre detrimento das pobres sejes. Lisboa, &c. &c.

*Carta do 1 de Dezembro, 1708.*

A rainha, N. S. ainda espera por alguns aparelhos de magnificencia para fazer com devoçaõ mais pompoza a homenagem da Sé; porque nem o aparato do fogo esta armado, nem a carroça está prestes; porem entre tanto se diverte a corte com muitas assistencias e muito cortejo. A meza de El Rey se cobre tres vezes, sendo o ultimo serviço todo de massas, em que aquelles animaes mascarados tem a pena de não verem nem serem vistos. Esta moda de servir parece que hé nova, porque não ouvi até agora que os Principes se servissem na sua meza de tropas encobertas, podendo ter lugar na primeira e segunda linha, que hé o primeiro e segundo serviço do cozido e do assado, a que se reduz toda a formozura do exercito da gula. Tambem vi que El Rey espera muito tempo que lhe dêem agoa as maons, e depois de sentado tambem espera bastante



tempo que a meza se cubra; e isto mais parece lisonja que desatenção, porque os creados de S. M. ouviriaõ dizer que em quanto se espera na meza naõ se faz um homem velho. No mesmo tempo se acordaõ estas dissonancias com a harmonia dos instrumentos e das vozes que se ouvem na ante-camara da rainha, aonde *frades reverendos, e clérigos sezudos cantaõ motetes muito alegres em que as alcatifas saõ as primeiras prejudicadas.*

Eu, como procurador da rainha, tive a honra de lhe fallar um destes dias: fiz-lhe o meo cumprimento em Francez, e a dita Senhora me respondeo na mesma lingua com muito agrado e discrição, e foi a primeira e unica vez que fui ao paço a tingir com a minha béca a alegria de taõ especiosas salas. Nellas me dizem que há agora grandes disputas entre os cavalheros sobre a constituição da nova Corte: uns querem que as damas se deixem ver, e venhaõ conversar com elles nas ante-cameras, e joguem e bailem sem distincção de sexo e de idade; outros prégaõ retiro, silencio, e recato, e detestaõ com politico anathema o commercio reciproco das damas e cavalheros ainda que seja em presença da mesma Diana. O partido dos primeiros tem por general o Snr. Conde da Ericeira, que se defende com chronicas velhas: o segundo tem na frente o Conde de Vimiozo, illustre defensor do mais purificado decoro. Mas as artes da Corte naõ saõ taõ faceis de aprender e executar como cuidaõ estes cavalheros nas suas vagas imaginaçoens. Lisboa, &c. &c.

(Continuar-se-haõ.)

*Replica "ponto por ponto" ao Relatorio Especial dos Directores da Instituição Africana, por R. Thorpe.*

(Continuada da pag. 288, do No. LIX.)

O Relatorio Especial continua dizendo: "que todos os individuos que tem hido á Serra Leoa negaõ a veracidade da minha asserção, relativa á pouca ou nenhuma attenção que o Companhia de Serra Leoa, a Instituição Africana, ou os empregados publicos prestaõ á civilização da colonia." Hé preciso advertir



que elles querem implicar os empregados publicos, allegando que eu tambem os incluo nas minhas accusações, o que hé mui falso, pois que delles nunca fiz menção. Quanto ao testemunho desses individuos, para que mereça conceito, hé necessario que se declarem os seos nomes. Eu já desafiei, e torno a desafiar aos Directores, que apresentem, se podem, uma testemunha capaz, que declarar possa ter a Companhia de Serra Leoa, ou a Instituição Africana effectuado, ou mesmo pretendido effeituvar coisa alguma que concorresse para a civilização d'Africa. Continuão os directores, asseverando, que alem dos muitos esforços feitos pela Instituição Africana para propagar a *instrucção*, os missionarios tinhão cooperado para este mesmo objecto. Ora eu já mostrei, e elles, tambem já confessárao que a Instituição Africana nenhum bem, havia feito á colonia pelo que diz respeito a educação, e só há poucos mezes que mandou um mestre de escolla, por nome Sutherland; e procuraõ agora esses senhores persuadir o publico que essa mesma Instituição cuidava em propagar a civilização, attribuindo-lhe deste modo parte do merecimento que exclusivo pertence áquellas pessoas que tanto tem trabalhado e trabalhaõ por conseguir taõ desejado objecto. A final exclamaõ os Directores por um modo triunfante, "que se o commercio de escravos hé o grande obstaculo que há para o comprimento da civilização Africana, entãõ tem elles feito á Africa um mui relevante serviço."— Nas paginas 50 e 51 da minha carta escrita a Mr. Wilberforce claramente mostrei, quaõ pouco se havia fomentado a abolição de tal commercio; e toca-me agora a mostrar, que pelo contrario, os seos esforços longe de accelerarem, tem antes retardado o desempenho de taõ philanthropica medida.

Perguntaõ os Directores, "quem primeiro deo o exemplo para se fazerem ajuntamentos a fim de se pedir ao governo que no Congresso de Vienna usasse de toda a sua influencia para a total abolição do commercio dos negros, e quem em todo este negocio fez a principal despesa;—de certo a Instituição Africana!"—Primeiramente hé verdade que esta fez uma grande ostentação dos seos esforços; foi porem a sua conducta neste particular taõ irregular e injudiciosa, que



ate deixou em duvida se as suas intenções eraõ sinceras; o que não hé para admirar attendendo-se ao que eu já anteriormente dice; isto hé, que apenas se conseguir a abolição universal, os lucros dos traficantes em Serra Leoa haõ de necessidade diminuir, e certos senhores viraõ a perder a oportunidade de se fazerem populares. Sim eu não hesito de asseverar, que o ajuntamento, que houve em Freemason's Hall para-se fazer uma petição ao governo sobre o abolição da escravatura, foi indecoroso e mal dirigido, como muitos que á elle assistiraõ, haõ de admittir, se quizerem ser imparciaes. Os directores, depois de ajuntarem muitas petições, fizeraõ com que ellas fossem apresentadas perante o Congresso, sem porem ter primeiramente estabelecido fundamento algum para ellas serem bem recebidas. Sabiaõ as potencias que se achavaõ congregadas em Vienna, que a Gram Bretanha havia abolido o commercio da escravatura; e que procurava agora conseguir, que ellas usassem da sua influencia para que todas as outras nações fizessem o mesmo: ora hé natural, que as sobreditas potencias olhassem como um passo arrogante da Gram Bretanha o querer ella que nações independentes abandonassem um commercio, que consideravaõ legitimo: assim ellas hesitáraõ, e declararaõ que na sua opiniaõ pareciaõ exercer já bastante authoridade em resolver, que o mencionado commercio expirasse dentro de oito annos; isto hé, tres annos e meio alem do periodo que Lord Castlereagh havia estipulado com a França. Pergunto agora se no caso de se haver feito um habil documento diplomatico, em que se provasse "que o commercio de escrãvos era illegitimo em razã de ser uma violação do direito natural e das gentes; que cada nação de persi tem obrigação de cooperar para a prosperidade e melhoramento das outras; que nenhuma nação deve impedir, que qualquer outra obtenha as vantagens de uma sociedade civilizada, ou incapacita-la de alcançar; que segundo este principio geral não hé licito que as nações lancem maõ de medidas, que tendem a produzir desordens em outro qualquer estado, a formentar a discordia, a corromper o seo povo, e a roubar-lhe muitas outras vantagens a que tem todo o jus; e que era a final do dever dos soberanos tomar os



necessarios passos contra as naçoens que commettessem enormes transgressoens do direito natural; “ não se teria então lançado a verdadeira base de um combinado protesto contra este abominavel trafico; e obrigado os Soberanos a anniquila-lo? Hé bem natural de suppor, que visto ter a França por meio de um tratado promettido á Gram Bretanha effectuar a abolição desse commercio dentro de sinco annos, e tambem concorrer para que elle fosse totalmente extincto; que estas duas grandes potencias viessem a effectuar este desejado objecto; em razão de só Hespanha e Portugal persistirem na continuacão de tal trafico; entretanto que agora hé pelo contrario procrastinado por oito annos. Tal foi o fruto dos ajuntamentos neste paiz, e do modo insensato com que se recorre ao Congresso. Pelo que fica ditto, segue-se, que se os Directores se intitulaõ os fomentadores de taes ajuntamentos e petigoens, compe-te-lhes tambem a honra de haverem sido a causa da delonga da total abolição do commercio de escravos: e dizem-nos então que elles foraõ os que concorreraõ com as principaes somas para o comprimento de tal medida, e que constituem a mola principal que poem em movimento todos os esforços para a abolição universal! Se elles porem tem ou não razão para taes merecimentos se arrogarem, os nossos leitores podem bem decidir.

O Relatorio Especial copia então uma pagina do meo folheto que principia “ Eu não tenho tempo para arranjar os assumptos de que trato” e diz a final. “ O facto hé que, quasi todas as accusaçoens, que se achaõ neste folheto, já haviaõ um anno antes sido feitas por Mr. Thorpe, e agora queixa-se de não ter tempo para as arranjar.” Parece-me que o relatorio quer alludir ás notas que fiz á sette dos fallaces relatorios da Instituição, pois foi isto unicamente o que escrevi a seu respeito então: e solemnemente declaro, que não tinha até Dezembro passado intenção alguma de escrever uma carta a Mr. Wilberforce, nem arranjado havia os assumptos de que trata esse folheto. Diz a final o relatorio, que Mesrs. Hamilton, Vanneck, e Nicol foraõ todos examinados sobre as accusaçoens que fiz, e que o resultado foi que contradiceraõ tudo quanto eu havia asseverado. Eu estou perfeitamente convencido de que



Messrs. Hamilton, Vanneck, e Nicol haõ de declarar primeiro, que o exame foi só parcial, e por conseguinte incapaz de dar uma completa e clara exposiçaõ do verdadeiro estado de Serra Leoa; e segundo, que nunca negáraõ todas ou qualquer das accusaçõens que fiz; por quanto mostrando-lhes eu as observaçoens que havia feito sobre os relatorios da Instituiçaõ Africana, elles concordáraõ comigo; e mesmo as suas opinioens sobre o estado da Africa saõ mui analogas á minha, segundo tenho colligido de varias conversaçõens que temos tido sobre esta mesma materia. Por que não produz a Instituiçaõ as provas que tem contra mim, e as assignaturas desses Senhores, mostrando serem falsas todas as minhas asserçoens; isso não lhes pode custar coiza alguma, pois ella tem caixeiros para escrever, papel e imprensa liberalmente paga da caixa das esmolas, a qual foi estabelecida com o fim de civilizar e felicitar a Africa! Porem tal não fazem, assentando ser sufficiente contradizer-me, ou asseverar factos sem o menor fundamento. E como podem esperar, que se não julgue que saõ huns impostores; e que procuraõ por todos os motivos acabrunhar um individuo, que ouzado tem sahido a campo para os desmacarar?

Os Directores não tendo mais coiza alguma que dizer contra mim, recorrem de novo ao que já por varias vezes tem repetido, a saber; “que não tenho a menor candura, que as minhas accusaçõens saõ tão falsas como tôlas e malvadas; e que se admiraõ da impudencia do libellista; porem que menos se não podia esperar de um homem que sempre foi indifferente e até mesmo adverso á cauza da aboliçaõ.” Toda esta rap-sodia de invectivas seria desculpavel se viesse do punho de Dávoast, mas por certo que não faz muito honra á Instituiçaõ; se sou um libellista, porque não procede ella contra mim; a caixa das esmolas tambem pagaria as despesas; e este não seria um dos menos honrosos artigos na conta dos gastos; não hé por falta de desejos, pois qualquer que lêr o Relatorio Especial verá, que se esses Senhores pudessem impunemente acuzar-me, sem duvida o fariaõ; porem receiaõ, que a sua conducta venha entaõ a ser ainda mais investigada. Quanto ao eu ser adverso á cauza da aboliçaõ; felizmente os papeis que tenho publicado; e as minhas



cartas, que elles mesmos mandáraõ imprimir, mostraõ por um modo convincente, quanto isto hé falso; e quanto neste particular tem as minhas obras correspondido com as minhas palavras.

Dizem os Directores “ que elles se lizongeaõ com a esperanza de que com a exposiçaõ que tem feito da sua conducta em Africa, elles adquiriráõ o bom conceito de todos aquelles, cujo voto merece contemplaçãõ; e que esperaõ ser ainda mais auxiliados pelo publico, a fim de que proseguir possaõ em taõ philanthropicas medidas com a maior energia e successo. Ora o publico tem visto que nem a Companhia ou Instituiçaõ tem feito serviço algum á Africa; que uma só promessa ou declaraçaõ não há sido desempenhada; que tem prejudicado muito a cauza da aboliçaõ intrometendo-se com os ministros, com o congresso, com os naturaes d’Africa, e colonia de Serra Leõa; e que todo o seo alvo tem sido popularidade: declaraõ os Directores, que estaõ fazendo á Africa todos os beneficios possiveis; entretanto que vaõ augmentando as suas calamidades; promovem, augmentaõ os lucros, e procuraõ empregos para aquelles mesmos individuos, que tem fomentado o commercio de escravos, estorvado todas as medidas benevolas; e concorrido para a desgraça d’Africa, e desdoiro de Inglaterra: de mais, os Directores tem severamente vilipendiado aquellas pessoas, por meio de cuja informaçãõ, integridade, zelo e veracidade, a Inglaterra viria a ficar sciente do verdadeiro estado do commercio dos negros, da situaçaõ d’Africa, e das falsidades com que tem por espaço de vinte e quatro annos sido illudida: o mais singular de tudo hé que mesmo agora, sem pejo algum, pedem esses Senhores ao publico novas somas de dinheiro para, segundo dizem, proseguir n’este mesmo objecto com maior fervor e successo.

*(Continuar-se-ha.)*



## LITERATURA ALLEMAM.

---

*As Analogias de Carolina Pichler.*

### XXVI.—O *Lithophyto*, (*pedra vegetal*.)

A' meu esposo.

Vede oh Caro, como o brilho do Sol aformosea estes pedaços de *pedra vegetante* á borda do regato! Ainda ha poucos annos era uma pedra calva sem relva, sem musgo, e até sem terra, onde podessem segurar-se raizes. Mas a torrente transbordára na primavera as ribanceiras, e tornando a encolher-se, deixou ficar nas pedras o ester-cador nateiro. Debaixo da tenra cobertura se desenvêraõ depressa germes de plantas, mas sem chaõ bastante para crescerem, depressa murcháraõ aos raios do Sol, e a sua tenue vegetação apodrecendo augmentou a terra fecunda, de maneira que as plantas seguintes ja podêraõ lançar raizes mais fortes. Tambem secáraõ estas por fim; até que uma especie mais forte de maiores vegetaes achou terra bastante, para continuar; e desta maneira se vestio a final a nua pedra. Mas as gramas e outras verduras devem fanar-se, para que brotem novas especies e voltem outra vez para a terra, até que em chaõ sufficiente e fructifero, o ornamento do reino vegetal, a arvore assombradora possa levantar-se.

Quando aqui algum sombrio philosopho não vê nos acontecimentos do nosso tempo mais que a repetição do passado, quando cuida notar, que tudo aqui se eleva á certo ponto, e simultaneamente se despenha, para das ruinas reaparecer sobre a scena, sem progresso, sem aperfeiçoamento do todo; quando ali um philanthropo prantea sobre a sorte de seos irmaons, e as multiplicadas revolucçoens physicas e moraes passãõ em silencio, e sem ser notadas; quando nós mesmos nas tristes horas, pelos inexplicaveis destinos que transtornaõ a felicidade publica e privada de nossos semelhantes, cuidâmos só ver em a natureza leis de



ferro, e nenhum vestigio de uma poderosa e amiga Providencia: então, oh Caro! pensemos um pouco sobre o lithophyto á borda da torrente. Consideremos, que a lei, por que o mundo vegetal se aperfeiçoa, hé a mesma, por meio da qual o genero humano se eleva ao mais alto grau de enobrecimento; e com alegre sentimento de gratidão notemos nos annaes da historia, como a nossa especie resurgio mais bella d'entre os terriveis destroços. Os monstruosos vicios de Roma lançáraõ as degeneradas raças no jugo dos barbaros não corrompidos, cujas silvestres virtudes, adoçadas pelas doutrinas do Christianismo, não recuáraõ mais até aos primitivos horrores. Nos tempos tenebrosos do direito da força crescêraõ cidades florescentes; uma aurora mais bella de conhecimentos rompeo á final por entre a longa noite; e devemos confessar, que nós temos subido a um grau mais elevado, que todos os seculos antecedentes. Mas assim como as primeiras plantas na pedra deveram fenecer, para dezabrochar mais nobres germes, e arvores completas, assim deviamos nós passar tambem por luctuozas revoluçoens, a fim de entrar no circulo, onde o bem só se attinge, e por milhares de aberraçoens habilitar a especia humana para os dons da Providencia. As desgraças dos tempos passados ensináraõ os vindouros a ser sabios; e as artes e sciencias e mesmo a maior parte de nossas virtudes são filhas da precisaõ e do perigo. Esperemos portanto, que haja tambem um futuro em que a Providencia tenha designado um estado de ordem e moralidade para o genero humano, e que lhe não custe a sua presente miseria.

### XXVII.—O Bosque.

Recebe-me nas tuas sombras, alto e abrigado bosque de platanos! O furaçaõ ruge por entre as arvores frutíferas do jardim, que não podem resistir-lhe; varre, sibilando, os canteiros das flores e sacode na terra sem piedade o seu variegado polen. Desinquieta habitaçaõ! tam dezagradavel, como quando o Sol do meio-dia vibra os raios crestadores, de que sombra nenhuma abriga; e o tempestuoso nordeste sobre as humidas azas zune pelos campos, em que não há espessa e copada arvore para cobrir o viajante! Aqui porem,



que differença! Debaixo destas abobadas ramosas domina uma verde noite, que nenhum raio do Sol penetra, nenhuma tempestade perturba; na fervida sêsta encontra aqui o fatigado a fresca sombra, e as doces respirantes auras; e quando a borrasca se levanta, passeia elle tranquillo pelas excelsas colonnadas das arvores e pouco lhe importa o impeto do vento, que sómente agita os mais altos topos do arvoredos.

Tal gira o verdadeiro sabio silencioso e seguro no retiro abrigador de uma vida simples e irreprehensivel que o subtrahе ao claraõ enganoso de uma falsa ventura: e quando ameaçaõ as tempestades da sorte, o encontraõ socegado á sua sombra. Contento da sua moderada condicaõ, elle deixa vagar os pertendidos felizes pela aberta estrada da fama, e externo esplendor, onde saõ notados, mordidos, e envejados da multidaõ, onde ao brilho deslumbrante perdem sempre o repouso, e muitas vezes a sua virtude; e quando se erguem as tempestades do infortunio, sem abrigo, sem salvamento vagaõ pela aberta senda; em quanto o sabio no seu ditoso retiro se vê abrigado de todos esses revezes.

#### XXVIII.—*O Jardim em Novembro.*

Vem ao jardim, minha amiga! olha, tambem a regiaõ invernosa hé bella, e a Natureza dormitante não deixa de ter seos encantos. Nenhuma relva, hé verdade, nenhuma flores adornaõ o chaõ; a fonte ja não murmura por entre os arbustos, nem o fresco zephiro agita os folhosos ramos. Com tudo, ainda aqui e ali verdejaõ tremulos filamentos de musgo, ou o sempre fresco visco, que ondeaõ nos troncos do carvalho. As arvores desfolhadas estendem os braços nus pelo ar azul-escuro, e ja não mais nos estorvaõ a vista dos céos, e argenteas nuvens, que navegaõ pelo ether puro. Sem obstaculo penetra a luz ágazalhadora do Sol do inverno pelos mais pequenos entre-meios; e por entre os arbustos, que outrora se oppunhaõ a escrutadora vista, se vem agora as tortuosas sendas, que se perdiaõ no hosque pela sua estreita irregularidade; ali as pontes, e as urnas no seio do valle, aqui as solitarias cabanas, e os rochedos, donde outrora borbulhavaõ as fontes; vê-se tambem o pequeno carreiro, que cruza todos os outros, e amigavelmente os interlaça. Diante agora



de nossos olhos tudo jaz distincto, pode-se marcar a planície, e este claro e insolito prospecto occasiona um particular prazer.

Ah! possa a bemfazeja Providencia, oh minha amiga, assemelhar a nossa velhice á esta região de inverno! Quando o raio solar da mocidade cessa de brilhar, e só raros vislumbres esclarecem nossos dias; quando o tempo e a experiencia tem desbotado a maior parte das flores de nossa alegria, e nenhuma sensação ardente saltea mais o nosso coração, nenhum fervido affecto dezenvolve e sazona os germes de nosso espirito; quando mesmo a doce companhia da nossas solitarias horas, a grata e creadora phantasia não pode mais levantar as azas: ainda então podemos nós ser felizes, se permanecemos susceptiveis de felicidade. Muito prazer reluz ainda na velhice e muito alegre sentimento anima ainda o coração do encanecido. Se então mais nenhuma viva sensação nos exalta, tambem nos não rouba as nossas melhores considerações; pois com o vivificante calor das paixões estão ligadas as suas tempestades, que muitas vezes perturbão os animos juvenis, e escurecem a razão. Nenhuma leviandade, nenhuma inconsideração nós attrahe involuntariamente para o mal. A pura e animadora luz da razão rompe sem obstaculo pelos mais profundos recessos da nossa alma, illumina os pensamentos, e clarêa todas as obscuras representações. Então já aberto e claro á nossos olhos o caminho de nossos fados, os accidentes de nossos dias juvenis—e quam diversos então nos parecem muitos dos acontecimentos! Veremos então como uns corriaõ aos outros. Como uns se encadeavaõ com a vontade dos outros, e quam tarde, aquillo por que suspirámos outrora, passou a ser dita, e beneficio; agradecendo por isso á Providencia, nossa guia, cujos caminhos claros e luminosos offerecem á nossa alma tranquilla inexprimeveis praseres.



## SCIENCIAS.

*Nova Exposição dos Progressos que fizeram as Sciencias  
Physicas.*

(Continuada da pag. 310, do No. LIX.)

## 2.—Calor.

Ainda que no decurso do anno passado não houve descoberta alguma nova sobre o calor; apparecerão com tudo dois papeis importantes, um escripto por M. Davenport, em que completamente refuta algumas objecções que se haviaõ feito á theoria do calor radiante suggerida por M. Prevost; e outro escripto pelo mesmo M. Prevost, em que dá um mui luminoso e comprehensivo esboço da sua ditta theoria. Como esta tem sido adoptada por quasi todos os philosophos dos nossos dias, parece-nos util inserir aqui os resultados geraes que o author obteve dos seos diversos experimentos:

1º. O calor hé um fluido discreto, cujas particulas se movem todas com rapidez em linha recta. Estas particulas partem em direcções diversas por maneira, que todo o ponto sensivel do espaço quente hé um centro donde partem, e aonde terminaõ porções de particulas, ou raios calorificos.

2º. Todo o raio calorifico que um corpo de si despe ou reflecte, substitue simplesmente outro raio, que tomaria a mesma direcção, se o tal corpo fosse removido. Se esse corpo interceptante estiver em um grau de temperatura igual ao do lugar-em que hé a experiencia feita, o raio então que elle substitue tem igual calor; se a temperatura porem hé diversa, este raio possue maior ou menor abundancia de calor.

3º. Um reverbero, em um lugar de uniforme temperatura, não manda mais nem menos raios calorificos, do que outro qualquer corpo.



4º. Do que fica dito segue-se:—1º. Que em um lugar de uniforme temperatura, um reverbero de qualquer forma não produzirá impressão alguma em um thermometro exposto á sua influencia.—2º. Que se esse reverbero reflectir os raios, que emanarem de um corpo mais, ou menos quente do que o lugar em que se fizer a experiencia, fará o thermometro, que estiver exposto a sua influencia, elevar-se ou abaixar-se respectivamente.

No ultimo volume das Transacções Philosophicas de Edingburgh, que se publicou no verão passado, vem um papel escrito pelo Dr. João Murray, Lente de Chimica em Edinburgh, sobre a diffusão do calor pela superficie do nosso globo. Hé primeiramente necessario advertir, que este mui habil e engenhoso chimico, em um tratado que escreveo sobre o merecimento comparativo dos dois systemas Plutoniano e Neptuniano, ou de Hutton e Werner, traz contra o primeiro, ou o Plutoniano, um argumento que julga conclusivo, a saber;—que se um fogo central existisse no seio da terra, segundo a hypothese de Hutton, então em virtude da mesma natureza do calor não poderia este permanecer no centro, mas de necessidade se espalharia igualmente por toda a extensão do globo de sorte, que a final vivia a superficie da terra a ficar tão quente como o seo centro: á isto porem respondeo M. Playfair o defensor da Theoria Huttoniana, que a supposta uniformidade de temperatura viria sem duvida a effectuar-se, no caso do calor ficar estacionario sobre a superficie da terra; mas se o calor (como era provavel) desaparecia da superficie, logo que do centro para ahi passava; que não se podia então esperar, que houvesse tal accumulacão de calor; ou augmento de temperatura. Ora o principal objecto do sobredito papel do Dr. Murray hé mostrar, que da superficie da terra tal exalacão de calorico não existe; que a natureza tem contra isto efficazmente acautelado por meio da constituicão da atmosfera; que o calor por conseguinte se está de continuo accumulando em o nosso globo; e que tempo virá em que toda a superficie da terra possuirá o mesmo grau de temperatura; que em conformidade com esta noção as regioens polares vão todos os annos ficando mais



quentes ; e que a final teraõ uma temperatura igual á da zona torrida. Nós porem julgamos que a radiação do calor hé muito maior do que este engenhoso chimico parece suppor. Todo o individuo, que com attenção ler o admiravel Tratado do Dr. Wells sobre o orvalho, ficará por certo convencido de que esta radiação, mesmo em tempo frio, hé muito consideravel. Em noites claras achou o Dr. Wells estar o orvalho 13 ou 14 graus mais frio, que o ar atmosferico : nem há razão alguma para suppormos, que o calor que radêa deste modo hé interceptado pela atmosfera. Quanto ao facto das regioens polares estarem actualmente mais quentes do que estavaõ há milhares de annos atraz, não sabemos sobre que fundamento firma o author tal opiniaõ : antes pelo contrario temos convincentes provas de que tal melhoramento não há experimentado o nosso globo ; Greenland Septentrional, por exemplo, que era antigamente accessivel e até povoada pelos Dinamarquezes, está há seculos bloqueada pelo gelo de sorte, que ainda ignoramos, se os seos pobres habitantes continuaõ a lutar com a sua infeliz situaçaõ ; ou se já pereceraõ por falta de mantimentos ou pela inclemencia do clima. De mais M. Scoresby verificou ultimamente, que a temperatura media da latitude 78°, na costa de Spitzbergen, hé só 18 graus em lugar de 34, segundo havia M. Kirwan calculado ; e o mesmo Scoresby assenta ser demonstravel, que no polo a temperatura media não sera mais que 7 ou 8 graus. Quanto a nós, julgamos muito mais provavel que o calor, que a superficie da terra de si despede por meio da radiação, hé quasi equivalente ao que a mesma recebe pelos raios do sol, e que a temperatura media do globo hé quasi estacionaria. Sobre a quæstão da existencia de um fogo central parece-nos, que o author podia lançar maõ de outros argumentos que menos disputaveis fossem ; entre varios trazemos o seguinte que julgamos de todo conclusivo, a saber ;—a temperatura media das minas se tem sempre achado ser a temperatura media do paiz em que está a mina situada ; não se tem porem visto que a temperatura suba a proporçaõ que a mina augmenta em profundidade, o que deveria indubitavelmente accontecer na hypothese de existir um fogo central.



*Simplices Promotores de Combustão.*

Os simplices promotores de combustão, actualmente conhecidos, montão á tres, isto hé, oxygenio, iodine, e chlorine; e será fluorine o quarta, se for exacta a hypothesis de M. Ampere, tão habilmente sustentada por Sir H. Davy. Tem-se ultimamente descoberto factos assas relevantes relativos á estes corpos: e passaremos a fazer menção dos que julgamos mais essenciaes:—

1. Oxygenio. Esta substancia foi elevada por Lavoisier ao mais exaltado grau entre as substancias chimicas. Elle a considerava como o principio acidificante; como o unico promotor de combustão; e como capaz de se combinar com todos os corpos simplices, e de os modificar. Porem as descobertas modernas em chimica tem roubado ao oxygenio grande parte da sua dignidade. Davy por exemplo há mostrado, que elle entra tanto na formação dos alcalis, como dos acidos: que muitos acidos há, que nenhum oxygenio em si contem; e que não hé por conseguinte o principio acidificante: hé justo, ao mesmo tempo que aqui observemos ser esta opiniaõ a que há sempre mantido o illustre Berthollet—philosopho, cuja sagacidade e profundo saber em muitos pontos da chimica são por certo dignos da maior admiração e applauso.

O oxygenio tem igualmente perdido o privilegio de ser o unico simples promotor da combustão: pois que o chlorine possue esta mesma propriedade em maior grau do que o oxygenio; com esta singular excepção, que o carboneo nelle não arde, nem com elle se combina. Jodine hé sem duvida um promotor de combustão inferior aos dois precedentes, visto que potassio hé a unica substancia que por ora se tem observado arder nelle. Apezar de tudo isto, causa na verdade espanto, ver a obstinacia com que os Francezes continuão a dar ainda ao oxygenio o privilegio exclusivo de ser o unico simples promotor da combustão. Dizem elles, que a palavra *combustão* na sua accepção chimica hé mui diversa do sentido que tem entre o vulgo: nada há, diz Thierry, que mais analogo séja á combustão do que o phenomeno que se nos offerece, quando lançamos um pouco de phosphoro em gaz chlorine; observamos



então chama, e o phosphoro desaparece: e por outro lado nada há que menos se pareça com a combustão do que a ferrugem que adquire o ferro em um lugar humido: entretanto a primeira não hé uma verdadeira combustão, mas sim a segunda. (Vid. Annales de Chimie, xciii. p. 53.) Quanto a nós, somos de parecer que os chimicos Francezes simplesmente alteraõ o sentido de uma palavra, que há sido conhecida e entendida desde que o genero humano tem idea de fogo. O que hé o abraçamento do phosphoro em gaz chlorine senaõ uma perfeita combustão no sentido chimico da palavra? A ferrugem porem que adquire o ferro em um lugar humido hé um phenomeno, que não póde ser denominado combustão tanto pelo vulgo como por todo o chimico que attento ponderar sobre a materia, pois que elle meramente consiste na transição do oxygenio d'agua para o ferro. Thenard e Gay Lussac classificaõ chlorine e codine entre as substancias combustiveis, só por que ellas tem a propriedade de se combinarem com oxygenio. Ainda haveria talvez algum fundamento para elles collocarem estas substancias em uma classe separada; mas denomina-las combustiveis hé assaz absurdo: por isso que na sua combinação com o oxygenio nada há que se pareça com a combustão em qualquer accepção da palavra: a sua uniaõ não hé directamente effeituada, e alem disso não hé por modo algum intima. Que motivo há para que os promotores de combustão não tenham a propriedade de se combinarem huns com os outros? Hé bem sabido que os simplicies combustiveis tem esta mesma propriedade: o enxofre por exemplo se combina com o cobre com tal força, que produz luz e calor em abundancia; e ninguém por isso há classificado o enxofre entre os promotores de combustão: nem devemos classificar chlorine e iodine com o enxofre, só porque todos tres se combinaõ com o hydrogenio, e formaõ um acido.

O unico privilegio exclusivo que ainda pertence ao oxygenio hé, que só elle e os seus compostos são proprios para a respiração dos animaes, e mesmo necesarios para a preservação da vida: pois se inspirarmos os outros promotores de combustão, segue-se immediatamente a suspensão da vida animal.

2. Chlorine hé agora geralmente reconhecido como



um simples promotor de combustão. Berzelius hé quasi o unico chimico, que ainda sustenta a antiga opiniaõ: e esta sua opposiçaõ procede de elle considerar a theoria de Davy incompativel com os seos canones chimicos que estabeleceo por meio de exactissimas analizes: julgamos porem, que se Berzelius examinar este assumpto com maior attençaõ, verá que tal incompatibilidade não tem fundamento algum. Se este fosse o lugar proprio, e tivessemos campo para isso, parece-nos que poderíamos mostrar, que a doutrina de Davy e os canones de Berzelius não se contrariaõ por forma alguma.

No Jornal de Schweigger de Maio 1815 (vol. XIII. pag. 72) vem uma memoria escripta pelo Professor Hildebrandt, em que propoem varias objecçoens á theoria de chlorine suggerida por Sir H. Davy. Muito nos admiramos lendo este papel ver, que todas as objecçoens, que elle continha, já há muito haviaõ sido examinadas, e respondidas; e que todas ellas estavaõ fundadas sobre principios falsos. Chlorine, diz Hildebrandt, converte o gaz nitroso em acido nitrico, e por conseguinte deve conter oxygenio. Ora foi esta experiencia feita neste paiz pouco depois de Davy publicar a sua theoria; e com effeito se observou que tal mudanca occorrera; examinando-se porem o gaz chlorine, estava este misturado com ar atmosferico; e preparando-se depois chlorine puro achou-se, que o gaz nitroso nenhuma mudança havia experimentado: Davy tambem fez esta mesma experiencia, e publicou o seo resultado; e não há chimico algum neste paiz que não esteja sciente deste facto. A outra objecçaõ hé que sendo o sal commun decomposto pela bateria galvanica o chlorine apparece no fio metallico positivo. Isto longe de ser uma objecçaõ, hé antes um forte argumento á favor da theoria de Davy; pois se o oxygenio e chlorine, que são simples promotores de combustão, são ambos attrahidos pelo polo positivo; logo o chlorine, sendo um simples promotor de combustão deve tambem ser attrahido para o mesmo polo. A outra objecçaõ hé que ardendo os metaes em gaz chlorine, são convertidos em oxides. Tal não acontece, excepto quando há agua no vaso, em que hé feita a experiencia; se o gaz chlorine hé puro, os



metaes são transformados em chlorides, dos quaes o Dr. João Davy tem descripto varias especies. Quanto ás outras objecções, ellas são da mesma natureza, e pouco dignas de se mencionarem, em razão de haverem sido há muito refutadas.

(Continuar-se-há.)

## LISTA

*Das Principaes Obras Publicadas em Inglaterra nos ultimos quatro Mezes.*

### AGRICULTURA.

Directions for preparing Manure from Peat, and Instructions for Foresters; 2s. 6d.

A Review of the Present Ruined Condition of the Landed and Agricultural Interests. By Richard Preston, Esq., M. P.; 2s. 6d.

Hints addressed to Proprietors of Orchards, and to Growers of Fruit in general. By W. Salisbury; 6s.

### BELLAS ARTES.

Egypt; a series of Engravings, exhibiting the Scenery, Antiquities, Architecture, Costume, Inhabitants, Animals, &c. of that Country, selected from the celebrated Work of Vivant Denon; 5s.

A Familiar Treatise on Perspective, in four Essays. By Ch. Taylor; 15s.

The Arabian Antiquities of Spain, consisting of One Hundred Engravings. By J. C. Murphy, Architect; 42l.

### BIOGRAPHIA.

The Biographical Dictionary, Vol. XXV., Edited by Alex. Chalmers; 12s.

Do. Vol. XXVI.; 12s.



CIRURGIA.

Medico-Chirurgical Transactions, published by the Medical and Chirurgical Society of London; Vol. VI., with Plates, 1*l.* 1*s.*

The Annals of Medicine and Surgery; or, Records of the Occurring Improvements and Discoveries in Medicine and Surgery. Number I., to be continued Quarterly; 3*s.*

A Narrative of a Journey to London, 1814; or, A Parallel of the English and French Surgery: preceded by some Observations on the London Hospitals. By Philibert Joseph Roux. Translated from the French; 10*s.*

ECONOMIA POLITICA.

Observations on the Law relating to Private Lunatic Asylums; 3*s.* 6*d.*

A Treatise on the Law of Scotland respecting Tythes, and the Stipends of the Parochial Clergy. By J. Connell, Esq.; 2*l.* 2*s.*

An Inquiry into the Causes of the High Prices of Corn and Labour, the Depressions of our Foreign Exchanges, and High Prices of Bullion during the late War. By Robert Wilson; 3*s.*

Collections relative to Systematic Relief of the Poor at different Periods and in different Countries, with Observations on Charity, &c.; 6*s.*

Proposals for an Economical and Secure Currency. By D. Ricardo, 4*s.* 6*d.*

The Colonial Policy of Great Britain, &c. By a British Traveller; 8*s.*

England and English People. By J. B. Say; 2*s.* 6*d.*

HISTORIA.

The Civil and Military History of Germany. By T. H. Naylor; 2 vols., 1*l.* 8*s.*

The Edinburgh Annual Register, for 1813; 1*l.* 1*s.*

Memoirs of the Principal Events in the Campaigns of North Holland and Egypt. By Major T. Maule; 8*s.*

Annals of the Reign of King George III., from its Commencement to the General Peace in the Year 1815. By J. Aikin, M. D.; 2 vols. 8vo, 1*l.* 5*s.*



The Representative History of Great Britain and Ireland.  
By T. H. B. Oldfield, Esq.; 5 vols., 3*l.* 12*s.*

The History of the Mahometan Empire in Spain. By J. C. Murphy; 1*l.* 15*s.*

## HISTORIA NATURAL.

The Natural History of British Birds; or, A Selection of the most Rare, Beautiful, and Interesting Birds which inhabit this Country. By E. Donovan; 3*l.* 12*s.*

A Descriptive Catalogue of the British Specimens deposited in the Geological Collection of the Royal Institution. By W. T. Brande; 8vo., 9*s.*

## LITERATURA CLASSICA.

Ovidii Metamorphoses Selectæ, with English Notes, and Geographical and Historical Questions. By the Rev. C. Bradley; 4*s.* 6*d.*

Clavis Virgiliana; for the Use of Schools, and of those who have made but a small progress in the Latin Tongue. 8vo., 7*s.* 6*d.*

D. Junii Juvenalis Satiræ Expurgatæ, &c., with English Notes, for the Use of Schools. By the Rev. W. Wilson; 5*s.*

## LITERATURA PERIODICA.

The Journal of Science and the Arts, edited at the Royal Institution of Great Britain. Number I., to be published Quarterly; 8vo, 7*s.* 6*d.*

## MATHEMATICA.

A Treatise on Practical Mensuration, in Eight Parts; containing the most approved Methods of Drawing Geometrical Figures. By A. Nubit; 6*s.*

Elements of Plane and Spherical Trigonometry. By O. Gregory; 5*s.*

## MEDICINA.

An Inquiry into the Causes of the Motion of the Blood. By J. Carson, M. D.; 9*s.*

A Familiar Treatise on Rheumatism, with Domestic Methods of Cure. By W. Hickman; 1*s.* 6*d.*



The Medical Transactions of the Royal College of Physicians of London; Vol. 5, 8vo., 12s.

MINERALOGIA.

An Elementary Introduction to the Knowledge of Mineralogy; including some Accounts of Mineral Elements and Constituents, Explanations of Terms in Common Use, &c. By W. Phillips; 8s. 6d.

MISCELLANIA.

Eidiometria; or the Art of Optic Mensuration. By Col. Keatinge; 1l. 11s. 6d.

The Edinburgh Encyclopædia; or Dictionary of Arts and Sciences, &c. Conducted by D. Brewster; Vol. X. Part 1, 1l. 1s.

The London Savings Bank; an Account of its Formation, Progress, and Success, detailing the successive Steps adopted, &c. &c. By Charles Taylor; 8vo., 1s. 6d.

The Ninth Volume of the Literary Anecdotes of the Eighteenth Century. By J. Nichols; 1l. 8s.

Essays on Various Subjects; on Grammar; on Temper; on War; on Conversation, &c. By W. Pitt Scargill; 8vo, 7s. 6d.

The Supplement to the Encyclopedia Britannica. By D. Stewart; Vol. I., Part 1, 4to, 1l. 1s.

A Treatise on Dry Rot, in which are described the Nature and Causes of that Disease in Ships, Houses, Mills, &c. with Methods of Prevention and Cure. By A. Bowden; 8s.

The Encyclopædia Edinensis; in 6 vols. 4to. By J. Millar, M. D.; Part 1, 8s.

POEZIA.

Infancy; or the Economy of Nature in the Progress of Human Life: a Poem. 2s. 6d.

The Siege of Corinth; a Poem.—Parisina; a Poem. By Lord Byron; 8vo, 5s. 6d.

The Poetical Works of Robert Southey, Poet Laureate. 13 vols. 8vo, 4l. 16s.

The Wanderer in Norway; a Poem. By T. Brown, Professor of Moral Philosophy in the University of Edinburgh; 7s.



Poems of Melodino; lately discovered. Translated from an ancient MS. By E. Lawson; 8vo, 10s.

## VIAGENS.

Travels in Various Countries of Europe, Asia, and Africa. By E. D. Clarke; 4 vols. 4to, 4l. 14s. 6d.

Travels through Canada and the United States of North America. By J. Lambert; with Maps and numerous Plates: a new Edition, 2 vols. 8vo, 1l. 10s.

Paul's Letters to his Kinsfolk; being a Series of Letters from the Continent; 8vo, 12s.

The Second and Last Volume of the Travels of Professor Lichtenstein in Southern Africa, with a valuable Map and several Plates; 1l. 16s.

Peninsular Sketches during a recent Tour. By J. Milford; 8vo, 9s.

Travels in Beloochistan and Sinde; accompanied by a Geographical and Historical Account of those Countries. By Lieutenant H. Pottinger; 2l. 5s.

Travels of Ali Bey, in Morocco, Tripoli, Cyprus, Egypt, Arabia, Syria, and Turkey, between the Years 1803 and 1807. Written by Himself. With nearly 100 Engravings; 2 vols. 4to, 6l. 6s.

A Tour throughout the whole of France; or a New Topographical and Historical Sketch of its Cities, Towns, &c. By J. Barnes; 4s.

## P O L I T I C A.

## AMERICAS HESPAÑOLAS.

*Exercito de Morillo.*

Por Cartas particulares da Jamaica sabe-se o seguinte:—

“ Morillo, depois de haver occupado Carthagena,



começou a preparar a expedição destinada para o interior da Nova Granada; porem aos males da guerra e da fome se seguiram as doenças. As tropas de Caracas, debaixo de seo commando, foraõ atacadas pelas bexigas, e as Europeas, com desinteria, de que muitas morreram, ainda que fossem removidas para Turbaco, o que retardou muito a expedição. Neste meio tempo Morillo recebeo noticias, que o obrigaram a apressar a sua marcha. No mêz de Janeiro o Brigadeiro Porras atacou em Occuo o Coronel Santander, chefe republicano, e este o repelio com a perda de quase todas as suas tropas, obrigando-o a retirar-se para a provincia de Santa Martha. Capman, segundo commandante dos Realistas, recrutou novas tropas em Mompox e voltou a atacar Occuo, mas teve o mesmo máo successo. Isto obrigou Morillo a abandonar aquella marcha, e a derigir-se para o Sul.

“A ala direita das tropas ligeiras de Morillo havia occupado, durante o sitio de Carthagená, o norte de Nechi, que abre a passagem para a rica provincia de Antioquia; mas ao aproximar-se á cidade de Zargossa, os habitantes lançaram fogo ás suas habitaçoens, e se retiraram para Los Remedios. Os realistas avançaram, porem foraõ completamente destruidos nas embuscadas que lhes fizeram nos caminhos difficeis por onde tinhaõ que passar; de sorte que a maior parte ficou no campo, a excepção de mui poucos que se poderam escapar, e foraõ dar avizo da derrota. Os republicanos tomaram mais de 600 espinguardas, todas as bagagens, artilharia de montanhas, e muniçoens. Estas noticias assustaram Morillo, e o obrigaram a recrutar uma nova força composta dos paisanos de Carthagená, e em numero de 1,500 homens os quaes foraõ forçados a alistar-se contra sua vontade.

“Achando que o caminho do Sul lhe era igualmente funesto, tentou a passagem de Zimity, que hé uma estrada central. Os realistas não acharam resistencia, porque os patriotas, habitantes de Zimity, se refugiaram nas montanhas. Os primeiros deixaram ali 15 homens de guarnição, e marcharam na direcção do Rio Grande de la Madalena e de S. Bartholomeo para Los Remedios com tençoens de vingarem os desastres passados; mas os praticos do paiz dizem, que devem



encontrar neste caminho muito maiores difficuldades que nos outros. Assim que os habitantes de Zimity souberam da pequena guarnição que havia ficado na cidade, desceram das montanhas, e forão degola-la. Entre tanto, o Brigadeiro Morales, com forças novamente levantadas em Carthagená, sabendo o que se havia passado em Zimity, entrou ali e passou á espada 1,500 pessoas—Velhos, mulheres, e crianças: pela outra parte, os habitantes de Los Remedios se vingaram deste assassinato por outro cometido sobre os realistas prizioneiros.

“Pela mesma via se sabe, que á intimação, que fez Morillo ao Governo Geral da Nova Granada, éste replicára:—‘Que se Morillo havia sido capaz de entrar Carthagená, não entraria de certo no interior do reino, porque todos os habitantes estavaõ resolvidos a défender-se, e a aproveitar-se das inconquistaveis posições de suas montanhas, rios, e passos inaccessiveis.’

“Por noticias igualmente recebidas na Jamaica, vindas de Panamá, constava—que o Almirante Brown, commandante das forças navaes de Buenos Ayres havia dobrado o Cabo Horn, e entrado no mar do Sul, aonde havia feito mui ricas prezas Hespanholas, á bordo de uma das quaes estava, como passageiro, o novo governador de Guyaquil. Brown procedeo então a 17 de Fevereiro para a embocadura de Puna, e depois de haver forçado as baterias que defendiaõ a entrada, deixou ali os navios pezados, e navegou para deante com tenções de bombear Guyaquil, mas o navio, em que hia, deo a costa, e elle foi feito prizioneiro. Dizia-se com tudo, que seria trocado pelo governador.”

*Extracto de uma Carta de Curaçoa, datada de 24 de Março.*

“Estamos anciosamente esperando pelos resultados da expedição de Bolivar. Hé certissimo, que Margaritta, Barcelona, e Cumana estão agora livres de Hespanhoes; Languira está tambem em estado de anarquia; e tudo isto nós sabemos por informações veridicas. Os Hespanhoes estão tão faltos de Soldados, que tem recorrido á medida de armarem os negros escravos para repelir os ataques de Bolivar. Que miseravel recurso!



“ Outras Cartas, datadas de Carthagená a 24 de Fevereiro, mencionão, que 19 patriotas tem sido espingardeados pelos Hespanhoes, entre os quaes se contaõ— Garcia, Toledo, Granados, Castillo, Ajos, Porto Carrero, Anquano, &c. Outros, em numero de 12, achaõ-se já sentenceados á mesma pena.

---

## REINO DO BRAZIL.—BAHIA.

---

### *Nova insurreiçaõ dos Pretos!*

Acabaõ de receber-se noticias da Bahia dos principios de Março, eos Extractos de todas ellas reduzem-se ao facto seguinte, bem serio e bem importante :—

“ Pelo meado de Fevereiro houve uma terrivel insurreiçaõ dos negros do Reconcavo. Os males e perdas daquelle primeiro successo não haviaõ passado da queima de 2 Engenhos, e da morte de 4 feitores ou caixeiros; mas as consequencias haviaõ sido fataes, porque desde o dito tempo estavaõ os militares em armas, rondando as estradas. Os proprietarios ricos tinhaõ armado a gente fôrra, e faziaõ das suas cazas Castellos. Todas as mulheres, clérigos, e homens pobres haviaõ desamparado suas habitaçoens, e tinhaõ hido buscar abrigo nas cazas dos Coroneis e Capitaens-mores, que estavaõ sustentando estes hospedes com extraordinaria despeza. No meio porem de tantas desgraças ainda continuava o Exmo. Governador em seos philantropicos sentimentos á favor dos negros, e recebia vivas quando passeava pelas ruas, entre tanto que os brancos esperavaõ de um momento a outro perder suas vidas, ou ver suas fazendas queimadas pelos negros. “ Wilberforce, e outros advogados da cauza dos pretos,” dizia uma das relaçoens deste facto, “ tem-se mostrado sem duvida grandes bemfeitores da humanidade, mas a sua mesma lingoagem na boca de um Vice-Rey será um convite para o assassinio de todos os brancos. Tal hé, nem mais nem menos, a



situação da Bahia com o seu actual governador. Sua obstinação neste ponto não se pode explicar senão pelo que dizem os Medicos, isto hé:—Que S. E. tem mania parcial. Hé pena que um homem, dotado de virtudes e qualidades mui raras, tão infelizmente se corrompa por esta sua imprudente e illimitada predilecção pelos negros. A lição de Fevereiro de 1814 devia te-lo feito muito mais circumspecto; mas o seu actual procedimento indica bem claramente que nada lhe aproveitou, nem cousa alguma com ella aprendeo. Assim a Bahia será irremediavelmente perdida se continúa a ser governada por este homem . . . .” Os trabalhos ruraes estavam de todo suspensos, e a escassez e falta de farinha já começava a ser excessiva. Sem um pronto e energico remedio tudo augurava calamidades horriveis, e á cada momento já estava parecendo aos habitantes da Bahia, que hão ver e sofrer as scenas horrorosas de S. Domingos!”

---

## R U S S I A.

---

A *Gazeta Official* de S. Petersburgo publicou o artigo seguinte, em data de 21 de Março:—

“Mr. Knox disse ultimamente na Caza dos Comuns de Inglaterra:—‘A Russia hé muito poderosa, e ‘hé preciso que se attenda para a extensão daquelle ‘paiz, e para a sua povoação: ella lava a sua mão ‘direita no mar Negro, e a esquerda no Baltico.’ Hé bem para admirar que falle assim um Inglez, que lava ambas as mãos e os pés em todos os mares do universo! Mr. Knox tem um beneficio simples (*a sinecure*) de 10,000 Libras sterlingas por anno.”

---

## *Tratado entre a Austria e Baviera.*

Um Artigo de Frankfort de 21 de Abril menciona a noticia seguinte:—



Pello Tratado, concluido a 14 do corrente entre a Austria e Baviera, esta ultima conserva Bescholdgahen, e parte dos quatro Baliados de Salzburg, e Ivin, na margem esquerda do Salzbach. A capital, a propria Salzburg, e Salzwork, no Hallan, ficaõ para a Austria. Os mui importantes arranjos territoriaes com Baden, que agora devem seguir-se, seraõ discutidos em Frankfort, e as negociaçoens, relativas á este ponto, seraõ ali immediatamente tratadas.

---

## REINO DOS PAIZES BAIXOS.

---

*Decreto, que determina a divisaõ militar do Reino.*

Art. I. O Reino fica dividido em seis divisoens militares, cada uma composta das provincias abaixo nomeadas; e com os seus Quartéis Generaes nos lugares mencionados na tabella anexa ao presente Decreto.

Art. II. 1ª Divizaõ. Hollanda septentrional; Hollanda meridional; Utrecht. Quartel-General, Amsterdaõ.

2. Gueldres, Overysse, Friesland, Groningen; Drenthe. Quartel-General, Deventer.

3. Zelandia, Flandres oriental, Flandres occidental. Quartel-General, Gand.

4. Brabante septentrional, Antuerpia, Brabante meridional. Quartel-general, Antuerpia.

5. Liege, Limburgo. Quartel-general, Maestricht.

6. Luxemburgo, Namur, Hainault. Quartel-general, Namur.

---

*Arau, 20 de Abril, 1816.*

A Gazeta de hoje publicou o artigo seguinte:—

“As Cartas de Roma dizem, que o embaxador de El Rey dos Paizes Baixos recebêra uma bem pouco



satisfactoria resposta ás queixas que havia feito ao Papa á respeito do comportamento dos Bispos da Belgica. O Papa declarou,—que a tolerancia das diversas religioens hé contraria aos principios da Igreja Catholica; e que o Arcebispo de Mechlin havia cometido um crime publico por ter accedido a estes principios de tolerancia, consagrados em a nova constituição do reino dos Paizes Baixos, em quanto os Bispos, que tinham recusado assigna-los, haviam feito o seo dever. Mais;—Que um Principe Protestante não podia nomear Bispos; e que El Rey dos Paizes Baixos ou havia de alterar a constituição nesta parte, ou não havia de convidar o clero a prestar-lhe juramento.”

---

## ITALIA.

---

*Roma, 17 de Abril, 1816.*

A reforma dos Tribunaes da Inquisição e do Santo Officio continûa com actividade, e se estenderá a todos os paizes aonde esta instituição existe. No Breve, dirigido por Sua Sanctidade á Congregação encarregada deste trabalho, diz Sua Sanctidade: “Não deveis esquecer-vos de que o modo de fortificar a religião em todos os Estados, hé mostrar que ella hé divina, e que só veio dar aos homens congoçoens e beneficios. O preceito de nosso divino Mestre—*Amai-vos uns aos outros*,—deve ser a lei do universo.” Todos os procedimentos em materias religiosas ficarão sugeitos ás formas dos processos civis e criminaes. Acusaçoens, denunciaes, e inquisição, em materiaes de fé, não podem servir para principio de um processo legal: este não pode fundar-se se não em factos. As pessoas judicialmente sentenciadas, eos complices de pessoas accusadas, e declaradas infames por um tribunal de justiça, não podem servir de testemunhas. Todas as pessoas, de qualquer communhão religioza que sejam, serão admitidas, no cazo de para isso serem chamadas, na defeza dos accusados. Parentes, e creados não poderaõ ser testemunhas a favor ou contra os accusados. Os pro-



cessos serão publicos, e nenhuma testemunha poderá alegar provas de ouvidas, ou rumores.

Sua Eminencia, o Cardeal Fontana, tem contribuido muito para se adoptarem estas formas juridicas; e hé um serviço mui essencial que tem feito á humanidade e á religião. Afirma-se, que assim que este novo Codigo estiver concluido, será mandado á todas as Cortes.

---

*Parma, 21 de Abril, 1816.*

Desde hontem gozâmos a ventura, que há muito dezejavamos, de ver entre nós a nossa illustre Soberana.

Sua Magestade fez a sua entrada solemne nesta cidade. A Guarda nobre foi espera-la no dia 18 até Sacca; e no dia seguinte o governador, os concelheiros de Estado, os primeiros officiaes da Côrte, as damas do palacio, eos camaristas foraõ espera-la até Colerno. O Cardeal Cosselli, Bispo de Parma, tambem foi esperar Sua Magestade naquelle ultimo lugar. O primeiro Mestre de Cerimonias ficou aqui para ordenar a procissão, que devia receber Sua Magestade á porta da Igreja principal, e acompanha-la até o throno, que ali estava erigido.

---

## FRANÇA.

---

*Camera dos Pares.—Sessão de 29 de Abril, 1816.*

O Duque de Richelieu entregou ao Prezidente a seguinte Proclamação Real:—

“ Luis, &c.—A Sessão da Camera dos Pares, e da Camera dos Deputados dos Departamentos, pertencente ao anno de 1815, esta finda, e fica terminada. A sessão, pertencente ao anno de 1816, será aberta, e começada no 1º dia de Outubro proximo.



“ A presente Proclamação será levada á Camera dos Pares pello nosso Ministro Secretario de Estado dos negocios estrangeiros, e pelo nosso Ministro, Secretario de Estado da Policia Geral.

“ Dada no Palacio das Thuilleries a 29 de Abril, 1816.

(Assignado)

“ Luis.”

Depois de lida a Proclamação, os membros se levantaram, e sahiram da Sala, gritando—“ Viva El Rey.” A mesma formalidade teve lugar na Camera dos Deputados.

---

*Decretos Reaes.*

“ Luis &c. O Senhor Laine, Presidente da Camera dos Deputados, hé nomeado Ministro do Interior.

“ Luis &c.—O Conde de Vaublanc he nomeado Ministro de Estado, e Membro do Concelho privado.

“ Luis &c.—Attendendo ao estado de saude do Conde Barbe-Marbois, nosso Chanceller, e querendo dar as providencias precisas para administração da Secretaria da Justiça, temos ordenado, e ordenâmos o seguinte:—

“ O nosso muito amado e fiel Cavalleiro, Chanceller de França, reassumirá os Sellos do Reino.”

---

*Insurreição em Grenoble.*

*Grenoble, 7 de Maio.*

Há tempos á esta parte que repetidos indicios mostravaõ que alguma conspiração se formava nos arrabaldes de Grenoble contraria á boa ordem. Informaçoens mais exactas fizeraõ prender algumas pessoas no dia 4. Neste mesmo dia foraõ as auctoridades informadas de que nas Communs Vezinhas se faziaõ certos ajuntamentos de gente. As noticias á este respeito se amiudáram successivamente, e as 8 horas da noite cartas e correios, mandados pelos Maires não deixaram a mais pequena duvida de que uma tropa, composta de soldados com baixa, e de paizanos das montanhas de Marl, Orson, Vizille, e outras partes,



se havia juntado em Eybens e Echerolles para marchar contra Grenoble, prender as auctoridades, e destruir o governo estabelecido. As 11 horas da noite, pouco mais ou menos, virão-se fogos nas montanhas, e os insurgentes se aproximaram da cidade pelo caminho de Eybens e Claix, gritando—*Viva o Imperador*; mas foram bem recebidos, e completamente batidos. Ao mesmo tempo, uma parte da Guarda Departamental do Isere, e um destacamento das Guardas Nacionais atacaram outra tropa que se havia apossado da Bastilha, e tomaram á ponta de baionetã este posto importante depois de soffrerem algumas descargas. Em todos os pontos foram derrotados os insurgentes.

---

## INGLATERRA.

---

*Artigo, Copiado do Morning Chronicle, de 3 de Maio, 1816.*

“ Por noticias de Lisboa sabemos que mais tropas estão partindo para o Brazil. Que querem dizer estas medidas, tomadas por um *governo pobretão* (impoverished government) em tempo de paz? O Brazil só se pode engrandecer á custa de seos vesinhos. E hé dos interesses deste paiz que isto assim aconteça? Os Portuguezes estão anciosos por arrojar de si o nosso jugo, como elles lhe chamaõ; e com muita satisfacção quereriaõ tambem riscar a sua *divida de gratidaõ*. Elles tem feito os maiores esforços para quebrar o nosso Tratado de Commercio, e excluir-nos do Brazil. Dezejariaõ que só tivessemos relaçoens com Portugal, *agora convertido em Colonia*; mas como isto hé impraticavel, procuraõ limitar-nos ao Rio de Janeiro. Qual não seria o seo tom se elles entrassem de posse da margem Oriental do rio da Prata, e monopolisassem o commercio dos Coiros! De certo, muito se gloriariaõ de nos verem na sua dependencia para este artigo essencial. A politica, assim como os Ministros do



Gabinete Portuguez mudáram depois da emigração; e sendo todos de nova ordem, só se encostaõ agora ao novo mundo. Todavia, em quanto tudo isto se passa, nós não temos senão um encarregado de Negocios no Brazil, sem influencia nem credito; e para á vazia Côrte Colonial de Lisboa mandámos uma dispendiosa missão Diplomatica, aonde nada podia fazer, excepto o examinar a theoria dos terremotos. A sahida do *Aquilon* está demorada, vai quase em dois mezes, e nós sinceramente esperâmos, para protecção de nosso commercio, que este *egregio* esquecimento seja remediado, e que os invasores projectos dos Portuguezes sejaõ cuidadosamente escrutados.”

*Lista dos Estrangeiros residentes no Reino Unido em cada Anno desde 1793 até o prezente, e dos que foraõ mandados sahir d'elle.*

Annos.	No. d'Estrangeiros.	No. dos mandados sahir.
1793 - - -	—	- - 40
1794 - - -	—	- - 30
1795 - - -	—	- - 15
1796 - - -	—	- - 43
1797 - - -	—*	- - 57
1798 - - -	20,756	- - 118
1799 - - -	20,280	- - 75
1800 - - -	20,412	- - 58
1801 - - -	22,140	- - 27
1802 - - -	20,631	- - 6
1803† - - -	19,350	- - 32
1804 - - -	18,993	- - 8
1805 - - -	18,624	- - 9
1806 - - -	18,708	- - 11
1807 - - -	18,090	- - 29
1808 - - -	18,560	- - 9

\* Não houve lista de Estrangeiros até a creação do *Alien Office* em Junho, 1798.

† Neste anno, por uma Proclamação de S. M., perto de 1,700 Estrangeiros, naturaes de França, ou de paizes debaixo de seo dominio e influencia, tiveraõ ordem para sahirem do Reino; mas, não podendo desembarcar no Continente, voltaram para Inglaterra, aonde tiveram licença para rezidir.



1809	-	-	-	18,631	-	-	11
1810	-	-	-	18,599	-	-	15
1811	-	-	-	19,040	-	-	13
1812	-	-	-	19,377	-	-	27
1813	-	-	-	20,492	-	-	11
1814	-	-	-	21,619	-	-	4
1815	-	-	-	22,244	-	-	6
1816	-	-	-	22,616	-	-	—

*Destruição de Serra Leôa.*

Uma Gazeta Americana, o—*Mercantile Advertiser* de 29 de Março publicou a seguinte noticia:—

“ O Capitão Young, do navio Carlota, que chegou a Providencia no dia 22 do corrente com 44 dias da Ilha de Los, refere, que dois dias antes de partir um grande corpo de negros do paiz atacou Serra Leôa. A’ estes se juntaram as tropas negras, ali estacionadas, destruíram todas as habitações, e assassinaram a maior parte dos habitantes brancos, e muitos officiaes Inglezes. Estas noticias foraõ communicadas ao Capitão Young, ao partir da Ilha de Los, por algumas pessoas vindas em um bote da praia de Bulam, que fica fronteira a Serra Leôa.”

*Declaração de S. A. Maemoud Bashaw, Bey de Tunis, dirigida a S. E. o Barão Exmouth, Cavalleiro Gram Cruz da Ordem do Banho, Almirante da Esquadra azul da Marinha de S. M. Britannica, &c.*

Tunis, 19 do mez Jumed Annel, anno da Hegira 1231  
—(17 d’Abril, 1816).

“ Em attenção aos anciosos dezejos, manifestados por S. A. R. o Principe Regente de Inglaterra para pôr termo a escravidão dos Christaons, S. A. o Bey de Tunis, querendo manifestar a sincera vontade que tem de manter as relações amigaveis que subsistem entre elle e a Gram Bretanha; e para dar uma prova das suas pacificas disposições, e da sua estima para com as Potencias Europeas, com quem S. A. dezeja conso-



lidar uma paz duravel: Declara por esta presente, que em cazo de guerra com alguma das ditas Potencias, nenhum prisioneiro será reduzido á escravidão, mas serão todos tratados com a possivel humanidade, e como prisioneiros de guerra, tudo em conformidade da pratica adoptada na Europa; e no fim da guerra os mesmos prisioneiros serão trocados, e mandados para suas cazas.

“ Dada em duplicata em o nosso Palacio de Bardo, junto de Tunis, aos 19 do mez Jumed Anell, no anno da Hegira, 1231.

(Assignado)

“ MACMOUD BASHAW,  
“ *Bey de Tunis.*”

### *Emigração Inglesa para os Estados Unidos d'America.*

(Morning Chronicle, 15 de Maio, 1816.)

Numerozas emigraçoens se estão diariamente fazendo deste paiz (Inglaterra) para a America. Aqui se achão agora 12 navios Americanos prontos a dar a vela para os Estados Unidos, e quase todos levaõ a seo bordo passageiros, que são ou artifices ou lavradores. Alguns destes navios tem ajustado levar 80 pessoas, outros, 50. Cada individuo paga de passagem 10 libras, mas corre noticia, que o governo Americano pagará a final todas estas despezas.

### *Cazamento da Princeza Carlota de Gales com o Principe Leopoldo de Saxe Cobourg.*

No dia 2 de Maio se celebraram em Carlton House os desposorios da herdeira do throno Britannico com o Principe de Cobourg. O altar para a celebração da cerimonia foi colocado no Carmisim Salaõ de Estado. Depois que tudo estava prompto, o Lord Camereiro-mor chamou o Principe Leopoldo, que foi postar-se em frente do altar. O mesmo Lord chamou a Princeza Carlota, que foi acompanhada para o altar pelo Duque de Clarence. O Principe Regente tomou lugar ao



lado do illustre Par. No outro lado do altar estava a Rainha, para quem se havia posto uma Cadeira de Estado. A' sua mão direita estavam as Princezas Augusta, Izabel, e Maria, a Duqueza de York, e S. A. a Princeza Sophia de Gloucester. No lado esquerdo do altar estavam os Reaes Duques de York, Clarence, e Kent (os Duques de Cumberland e Sussex, e S. A. o Duque de Gloucester não assistiram). O Arcebispo de Cantuaria estava chegado ao altar, e atraz delle o Arcebispo de York. No lado direito do altar estavam o Bispo de Londres, o Bispo de Exeter, como Secretario do Gabinete, e o Bispo de Salisbury, Mestre da Princeza Carlota.

Todas estas illustres personagens tomaram seus lugares um pouco depois das nove horas da noite, tempo em que principiou a cerimonia, que foi executada pelo Arcebispo de Cantuaria, assistido pelo Bispo de Londres, e acabou as 9 horas e meia.

S. A. R. a Princeza Carlota marchou para o altar com muito desembaraço, e todas as suas respostas foram mui claras, e poderam ser distinctamente ouvidas por todos os assistentes. O Principe Leopoldo não se ouviu tão claramente. O Principe Regente fez a solemne entrega da noiva.

Assim que se concluiu a cerimonia, a Princeza Carlota abraçou seu querido pai, e depois se derigio á Rainha, á quem beijou a mão com mui respeitosa ternura. Cada uma das Princezas beijou S. A. R. e esta apertou a mão a cada um dos seus illustres thios. Os noivos se retiraram a final pelo braço um do outro, e pouco depois partiram para Oatlands, aonde chegaram 10 minutos antes da meia noite.

Todos os Embaxadores e Ministros estrangeiros foram particularmente convidados por R. Chester, Esq. o assistente Mestre de Cerimonias, segundo o uzo e etiqueta, para serem testemunhas da solemnisação das nupcias, e o participarem ás suas Côrtes. Tambem esteve presente o Duque de Orleans, e a Princeza sua irmam, e não assistio a Duqueza de Orleans por se achar encomodada.

Os titulos do Principe de Coburg são:—S. A. S. Leopoldo George Frederico, Duque de Saxe, Margrave



de Meissen, Landgrave de Thuringen, Principe de Coburg de Saalfeld.

---

*Club dos Negociantes Portuguezes em Londres.*

No dia 13 de Maio os Negociantes Portuguezes deram o seo esplendido e magnifico jantar do costume em *City of London Tavern* em celebração do Anniversario de S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, a que assistiram o Ministro Portuguez, o Ex<sup>mo</sup> Snr. Cipriano Ribeiro Freire, muitos Portuguezes convidados, e alguns estrangeiros. Entre estes ultimos estiverão o Almirante Sir Home Popham, o Coronel Parker, de artilharia, um dos Ajudantes de Campo do Duque de Wellington, e os Consules da Russia e Dinamarca. Outros muitos illustres convidados não poderam comparecer, por estarem encomodados, ou impedidos em razão de outras funcções a que devião assistir; mas todos elles deram mui polidas e attenciosas respostas de desculpa. Do numero destes foraõ—o Lord Mayor, a quem a Rainha havia destinado o mesmo dia para receber as congratulações da cidade pelas faustas nupcias da Princeza Carlota de Galles; o Almirante Berkeley, o Lord Visconde Strangford, &c. &c.

As saudes principaes que se deraõ neste jantar foraõ as seguintes :

1. O Principe Regente do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Nosso Augusto Soberano, cuja auspiciosa natividade os seos fieis vassallos aqui hoje unidos celebraõ com sincera lealdade.—Possâmos nós continuar este gostozo festejo por dilatados annos.
2. A Rainha Nossa Senhora.
3. S. A. R. a Serenissima Senhora Princeza Carlota, e toda a mais Familia Real.
4. S. M. Britannica George III.
5. S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido da Gram-Bretanha, &c. (saude proposta por S. E. o Ministro Portuguez.)
6. Os Noivos Reaes.
7. A prosperidade do Club dos Negociantes Portuguezes em Londres.



8. A prosperidade do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves.

9. Os Governadores do Reino de Portugal.

10. Os Ministros de Estado na Côrte do Brazil.

11. S. M. o Imperador de todas as Russias.

12. S. M. El Rey de Dinamarca.

13. O Ill<sup>mo</sup> e Ex<sup>mo</sup> Sur. Cipriano Ribeiro Freire, Ministro Plenipotenciario do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, na Côrte de Londres.

14. Os illustres visitantes, e mais Senhores, que hoje tambem nos fizeram a graça de sua companhia neste leal festejo.

15. Ao Prezidente.

16. Ao Vice-Prezidente.

17. As Senhoras.

18. Ao Exercito Portuguez, cujos valorosos feitos tem ganhado a estima, e adquirido a admiração dos mais excelentes guerreiros do mundo. — Possa elle continuar no mesmo heroico valor em defeza da sua Patria e Principe, verificando deste modo o que diz o nosso immortal Poeta:—

“ E julgareis qual hê mais excellente,

“ Se ser do mundo Rey, se de tal gente.”

19. A Marinha Portugueza.—Possa ella rivalizar os feitos valorosos do Exercito Portuguez.

20. A Prosperidade do Commercio Portuguez em todas as partes do globo. (Saude proposta por S. E. o Ministro Portuguez.)

21. Aos Membros auzentes do Club Portuguez.

Depois destas saudes, um dos Membros do Club, o Senhor J. A. G. de Oliveira, pedio licença ao Prezidente para propor e dar a saude seguinte:—

“ Aos Editores dos Jornaes Portuguezes em Londres pelos assinalados bens que tem feito a Nação Portugueza, instruindo-a, e marcando-lhe o caminho da prosperidade, e da gloria.—Possaõ elles ser constantes em seos trabalhos, e crear, judiciosamente combinados, uma opiniaõ publica bem entendida e universal, a fim de que por meio della chegue a nossa Patria ao grão de grandeza que merece, e que pela situaçaõ de seos territorios e nobre espirito de seos habitantes essencialmente lhe compete.”



Para que esta funcção fosse em tudo acabada e brilhantissima só lhe faltou a co-operação dos Musicos da Capella Real Portugueza. Mas sendo para ella convidados, pozeram embaraços tão pouco generosos, e dignos da festivade de um Principe, a quem por obrigação deviaõ ser agradecidos, que o Presidente do Club julgou com muito acerto era mais decoroso recusar-lhes seos serviços. A pezar disto, foraõ chamados outros Musicos, que tocaram os hymnos e Marchas, analogas ás saudes que se fizeraõ.

*O Dr. Nolasco da Cunha recitou por occasiaõ deste faustissimo Festejo o seguinte*

### DITHYRAMBO.

*Facundi calices quem non fecere disertum?*  
HORAT.

Deixa os antigos odios,  
Que em teu Nume accenderaõ  
Lusitanos triumphos no Oriente,  
Oh Baccho, oh gerador de almos Prazeres.  
Vingar-se de mortaes naõ cabe a Numes.  
Nem já tua gloria em Nysa  
Disputaõ do tridente os domadores.

“ Os crespos fios de ouro,  
“ O angelico semblante,  
Os lacteos globos do vergineo seio,  
Berço e throno de Amor, dos Ceos encanto,  
Que um dia Jove contra ti dobraraõ,  
Naõ tens já por contrarios;  
Chypre e Madeira no teu culto se unem.

Lysia, que ufana outrora  
Pelo sceptro das agoas  
Tinha um falso esplendor, já reconhece,  
Mais bella por teos dons, seu novo imperio.  
Trocando ferrea vida em teos altares  
Por meiga convivencia  
Reinar nos coraçoes so quer contigo.



Comtigo sim oh doce,  
Ebri-festante Nume,  
São irmaons os mortaes.—Tu grato arvoras  
Teu sceptro no prazer, na paz teos Louros.  
E aos animos que reges, franqueando  
As portas d'Alegria  
Da Tristeza e Remorso o pezo arrancas.

Vem pois Bromio festivo,  
Vem Nictileo potente  
Não dos serros da Hyrcania, ou fragoas rudes  
Que dão Tockai de imperial renome;  
Nem das margens do Rheno, ou do Danubio  
Com votos te preferem  
Do Thamiza na foz do Tejo os filhos.

Mas dos verdes outeiros  
Que lambe o patrio Douro,  
Ou d'essa, que avantaja a Cypria Deuza  
Sobre Paphos e Gnido, alta Madeira;  
Voto hé Luso que desças.—Desce e traze  
D'ali o puro nectar  
Com que este Dia festival brindemos.

Evoé! Pae dos Risos,  
Bem-vindo, Hospede amigo.  
Como o aspecto de um Nume imprime assombros!  
A mesma invicta mão, que amança os Tygres,  
Guia os choros gentis das nuas Graças,  
E ao carro pampinoso  
Subjuga as horas da festiva Noite!

Sonho? ou m'ingana a vista?  
Não hé este um dos topes  
Do tri-partido radioso Olympo?  
Que aura divina aqui disperge aromas!  
Que pura luz!—Não longe hé tudo sombra;  
Hé phantasmagoria  
Esse do baixo mundo ignobil tracto.



Qual de agitado golphaõ  
 Onda, que segue outra onda,  
 Os Imperios da Terra se deslizaõ.  
 Miseros Entes! que Ambição desgarrat  
 Como os teos turbilhoens, Carthesio illustre,  
 Da Politica os planos  
 Occultas leis do mundo ah! naõ revelaõ.

Triste e mesquinho o alcance  
 Hé da Philosophia;  
 No rumo seu mortaes perdidos foraõ  
 Se Baccho, amigo Nume, os naõ guiara.  
 De Fox e Pitt as porfiosas mentes  
 A' prô da Liberdade  
 D'elle força e fulgor sómente houveraõ.

Penetraõ só ministros  
 Politicos arcanos,  
 Quando culto rendendo ao prazenteiro  
 Franco Dispensador da livre idea,  
 Convivem c' os mais homens,—e desfranzem  
 As testas negociosas  
 A par da illustradora experiencia.

Dos frios gabinetes  
 Calculos sempre abortaõ  
 Se d'um Club a festiva alacridade  
 Naõ sabem imitar—Provoca os Deuzes  
 Sem Deuzes exercido esforço humano.  
 Aos fraternaes banquetes  
 Descem mais que aos dos Reis celestes gosos.

Aqui naõ vem turbar-nos  
 A encommoda etiquetta,  
 D'estupida privança a subergia,  
 D'escravos cortezaons perfido riso.  
 Aqui da liberdade ante os luseiros  
 Na presença d'um Nume  
 Os vapores do Orgulho a força perdem.



Salve Olympica meza!  
Ajuntamento Luso.  
Recebei para bens.—Nossos triumphos  
Um Deus reproduzio. Quanto gosamos,  
Se a mente não m'ingana, e na memoria  
Revolvo antigas actas,  
De nossos fados encerrava o enigma.

~~~~~

Vede (pois que mysterios  
Lico tambem decifra),  
Vede do Luso Esforço a extranha rota,  
Que do Sol imitando a grão carreira,  
Do Tejo devassando ignotos mares  
Correo, qual nova estrella,  
Desde a lucida aurora ao negro occazo.

~~~~~

Os Deuzes se indignaraõ  
De ver poucos humanos  
Tanta gloria alcançar.—Trocou-se a sorte  
Do imperio Luso, domador das ondas,  
E Britano se fez ;—mas resurgindo  
Do Luso sceptro a força  
Lustres d'aurora no occidente excede.

~~~~~

Eis regioens do Austro  
Se tornaõ reino Luso:  
Reino, que o sol olhando derradeiro  
Só findará c' o sol.—Tal prophesia  
Bem quiz fazer Proteo (buscando a Aurora  
Os Lusos navegantes)  
Mas Lico, que o vedou, já faz o annuncio.

~~~~~

Taes são da Lusa gloria  
Os inclytos mysterios  
Que hoje rindo nos abre o Deus de Thebas.—  
Façamos pois um Brinde á excelsa Dextra  
Que faz das Quinas com realce novo  
Tremular o estendarte  
Do Tejo á Aurora, do occidente aos polos.



Mas que subito estrondo  
 Os ouvidos me fere ?  
 “ Soltem-se amarras, ancoras acima,  
 “ Temos o vento amigo, o mar bonança,  
 “ Baccho ordena, partamos.”—E onde, aonde  
     Oh Baccho, determinas  
 Este punhado conduzir de Lusos ?

~~~~~

Que praia extranha hé esta ?  
 Que desusados lenhos  
 Sem vela, ou remo aqui gyrando boiaõ ?  
 Que idade, oh Lusos, em prodigios fertil ?  
 Desde nossos avóz quantos progressos  
     Tem feito humanas artes !  
 Já se anda pelo mar sem remo, ou vela.

~~~~~

Vamos. . . Não hé de Lusos  
 Temer ignotos mares,  
 Tormentorios bramindo, ou Ceos troando.  
 Ri de naufragios quem por si tem Numes.  
 Baccho hé nosso piloto—e socegados  
     Ca vamos navegando  
 Em boiantes toneis no *mar vermelho*.

~~~~~

Grande Albuquerque exulta,  
 Os Mannes teos applaca.  
 Teu heroico projecto encher nós vamos.  
 Hé inda o mesmo o Luso Marte, a mesma  
 Raiva ás leis do Turbante á Baccho adverso.  
     Meka vai ser já cinza,  
 Vai mudar-se do Nilo a grão torrente.

~~~~~

Vai—mas em vão se lucta  
 Contra o querer dos fados.  
 Inda immaturo se retarda o tempo  
 Do exterminio votado aos inimigos  
 Do Deus, que alegra o mundo.—Ca vem terra  
     Surgindo pela proa.  
 Que ilha ditosa hé esta, a que abordamos ?



Ora-sus, companheiros.  
 Eis-nos sobre uma Ilha,  
 Illustre, como aquella, que Acidalia  
 Mostrou já rindo aos Argonautas Lusos.  
 Das filhas de Amphitrite as mais formosas  
     Os bandos nos rodeaõ ;  
 E de Olympico humor nos corre o nectar.

Eia pois, folguemos,  
 Contentes bebamos,  
 E o brinde, que demos,  
 Resoar façamos.  
     No mar d'alegria,  
 Pois um Deus nos guia,  
 Vamos navegar.

1.

Dos cristaes luzentes  
 Baccho fuzilando,  
 A louros virentes  
 Nos está chamando.  
     Sobre a Inveja, e Dor  
 Triumpho maior  
 Nos promette dar.

2.

Evoé, Lico,  
 C' o thyrsos potente  
 Faze o reino teu  
 Luso permanente.  
     E deixa por ora  
 Britania embora  
 Nas agoas reinar.

3.

Do mar, que vencemos,  
 Dispensa o imperio  
 O Sceptro, que temos.  
 Pois um hemispherio  
     De dous tem composto  
 Como se entreposto  
 Não bramisse o mar.

4.

Faça a grande Estrella,  
 Que este sceptro adorna,  
 Sentir, que a Luz bella,  
 Que bens nos entorna,  
     Co' a cor do Oriente  
 Igual no occidente  
 Sempre hade raiar.



REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS  
DESTE NUMERO.

“Vitam impendere vero, et reipublicæ patriæ.”

(“Empregaremos a vida em defender a verdade, a nossa Patria, e o Augusto Principe que a governa.”)

## LITTERATURA PORTUGUEZA.

Começámos este Artigo, a pag. 365, pela utilissima Memoria—Sobre os Delictos e as Penas. A nossa Legislação hé um cahos: formada das leis Romanas, das leis barbaro-Romanas, e das leis Gothicas, Judaicas, Sarracenas e Mouriscas apresenta um codigo nada compativel com os costumes modernos, e que por isso merece ser pontamente reformado. Mas se toda a nossa legislação hé em geral contraria aos usos e habitos presentes, muito mais particularmente o hé a parte criminal pela desproporção que apresenta entre os delictos e as penas. Este ponto, a nosso ver, hé o mais essencial de toda a legislação, porque elle forma uma das primeiras bases da moral publica, e constitue, por consequencia, o espirito publico das naçoens. Hé tambem uma verdade indisputavel, que não há peccado sem lei; e por tanto se os peccados ou as leis se accumulão sem necessidade, longe de se fortificar a moral ou os bons costumes, antes estes se prevertem, e se corrompem os povos. Quando os individuos não achão na lei proveitos ou utilidades verdadeiras, e só a conciderão como effeito do capricho ou das paixoens dos que governão, esta mesma lei perde logo todo o respeito publico, e com elle toda a sua força moral; porque se a convicção da sua bondade não a fizer executar, debalde se pertenderá dar-lhe força por meio dos castigos. Dizia se a um antigo legislador:—“Porque te canças em formar leis, que sempre são como as téas de aranha, em que só as môscas se prendem, e os animaes mais fortes rompem com a maior facilidade?”—Mas hé que eu intento faze-las



taes, replicava elle, que o povo tenha mais interesse em cumpri-las do que em quebranta-las. “Eisaqui está pois todo o segredo das boas leis: hé preciso que ellas tragaõ comsigo bem clara e distincta a evidencia da sua utilidade, e neste cazo seraõ facilmente executadas.

O legislador humano nunca deve querer arrogar-se o poder da Divindade, isto hé, de ser juiz das consciencias dos homens. Toda a sua auctoridade deve limitar-se ás acçoens; e estas devem considerar-se boas ou más segundo o bem ou mal, que fizerem á geral armonia do todo social. Assim toda aquella acção, de que não rezultar offensa alguma dos direitos publicos ou direitos particulares não deve entrar no codigo penal. O homem pode ser culpado ou por faltar á sociedade, ou á sua consciencia: no primeiro cazo só hé que tem que responder diante dos tribunaes humanos; no segundo, só diante de Deos; e não sabemos que elle tenha dado procuração a pessoa alguma no mundo para ser juiz das offensas cometidas contra a sua eterna justiça. Uma vez pois que a legislação distinga bem claramente estas duas sortes de delictos,—delictos sociaes, e delictos de consciencia; as leis seraõ sempre mui claras e terminantes, e pouparão mil castigos, que longem de melhorarem a especie humana, antes a embrutecem ou corrompem.

Vê-se pois que a primeira qualidade de um bom codigo criminal hé de não acumular crimes sem necessidade, nem pertender fazer do homem um ente perfeitissimo; porque quanto mais o quizerem aperfeiçoar, regulando-lhe as acçoens mais indifferentes por uma taboada infinita de leis, mais immoral e corrompido o tornarão, pondo-o na forçada necessidade de cometer delictos em proporção do grande numero das prohibicoens que lhe fizerem. O mundo, dizia um homem celebre, que ainda hoje conta numerozos discipulos na Europa, hé como um bebado, que vai a cavalo; se o indireitaõ para um lado elle cahe logo para o outro. Isto hé rigorosamente verdade; porque quando se quer fazer de um ente essencialmente imperfeito um ente perfeitissimo, forma-se uma especie de *monstro* que nem hé homem nem anjo, e por conseguinte, que não serve nem para Deos nem para o mundo.

Hé logo evidente, que a bondade de uma legislação



consiste primeiramente no menor numero possivel de leis, e taes, que só comprehendão as acçoens verdadeiramente opostas ao bem geral da sociedade, e que deixem as outras para a censura publica, ou para os altos juizos de Deos. Em segundo lugar, como bem reflectio o autor da Memoria que nos sugerio estas reflexoens, hé preciso que as penas, destinadas contra as infraçoens deste menor numero possivel de leis, sejam proporcionadas aos delictos, isto hé, ao mal, ou quebrantamento da harmonia social que houverem de produzir. Nesta parte essencial mostrou pois mui bem o auctor quanto a nossa legislacão hé defeituosa. A proporção entre os delictos e as penas tem duas utilidades:—1<sup>a</sup>. Mostra a justiça e rectidão do Legislador, e por consequencia a bondade e proveito da lei: 2<sup>a</sup>. Estabelece mui claros e palpaveis fundamentos para a moral publica, sem a qual não há patriotismo nem energia em as naçoens, porque todo o mundo pode conhecer a razão do mal que faz o quebrantamento da lei, e a necessidade que há de o impedir pelo meio de castigos proporcionados. Esta convicção universal, que segundo acabamos de dizer, deve constituir o principal fundamento da moral publica, auxilia então maravilhosamente a execucao das leis, porque persuadido o povo que ellas são justas, e que as suas penas são proporcionadas, elle tambem hé o primeiro que se interessa em auxiliar a sua execucao. Em Inglaterra, por exemplo, aonde tres ou quatro Juizes decidem cauzas para as quaes não bastão em nossa terra tres ou quatro duzias de Ministros e Desembargadores, tambem os officiaes inferiores de justiça tem pouco ou nenhum trabalho em executar as decisoes da lei, porque o povo em todos os cazos os auxilia, e lhes presta a força publica. Se aparece um ladrao em uma rua, e este hé pressentido, ainda que logo não esteja presente um official de justiça, o povo toma a defeza da lei, agarra o culpado, e vai immediatamente deposita-lo entre as maons dos Magistrados. E qual hé a razão disto? Hé porque o povo Inglez está intimamente persuadido que as suas leis são justas, e que o castigo determinado por ellas está em proporção com os delictos. E que succede em Portugal, ou nas outras partes do Reino Unido Portuguez? O povo,



em lugar de auxiliar a execução da lei, busca subtrahir o culpado ao poder da justiça, forceja por abriga-lo ou em uma Igreja, ou em um convento, ou em a caza de um Fidalgo, e se persuade em tudo isto que obra uma meritoria acção de caridade. Mas a razão desta differença que vemos, por exemplo, entre o povo Inglez e o povo Portuguez, vem certamente de que o primeiro está capacitado da justiça das suas leis, e o segundo, não. E como o poderá estar este ultimo quando vê, que tanto se castiga um homem por matar outro como por matar um veado das coutadas, e que tão rigorosamente se pune um roubo como um assassinio, ou que a lei sempre hé inexoravel para o pobre e desvalido, quando hé humana e liberal para o rico e poderoso? A este respeito reflecte muibem o auctor da Memoria no § 7 das *Penas Corporaes*, &c. quando falando da Ordenação, liv. v. tit. 39, § 2, diz:—“ A  
“ pena da Ordenação hé desproporcionada, em quanto  
“ manda decepar a mão ao peão, quando ao que não  
“ o hé, mas cavaleiro ou escudeiro, somente por esta  
“ razão se comuta a pena de mão decepada em de-  
“ gredo por quatro annos: no que não há proporção  
“ alguma; pela mesma razão de escudeiro ou cavaleiro  
“ devia ter maior pena, por dever ser mais observador  
“ das leis e do respeito: se fosse justa a desigualdade  
“ das penas devia antes ser contra os nobres e fidalgos  
“ do que contra os chamados peoens. . . . .”

Esta desigualdade das penas, que ainda hoje tanto se observa nos dominios Portuguezes, não tanto relativa ao rigor das mesmas penas, porem ao modo da sua execução, achando sempre o nobre, o rico ou fidalgo meios de subtrahir-se á ellas, em quanto todo o seo rigor recahe sobre o miseravel e o pobre, que não tem o que em nossa terra se chamaõ *empenhos* ou *proteccaõ*, produz de certo toda essa falta de espirito publico e de indifferença moral, que se observa entre nós á respeito dos grandes criminosos. O povo com razão hé indifferente, ou contrario aos castigos dos delictos publicos, porque vê ou que as leis, que punem estes, são barbaras; ou que os individuos, que sofrem aquelles, são unicamente os que não tem valimento nem riquezas. Com effeito hé sempre um grande mal quando as leis são desproporcionadas para os delictos,



porem muito maior desgraça ainda hé, quando essas mesmas leis, assim desproporcionadas, não tem igual applicação, quer seja na theoria quer na pratica, tanto para o rico como para o pobre, e tanto para o nobre como para o plebeo.

Outra desproporção verdadeiramente barbara, que há em nossas leis, hé de certo a applicação das penas infamantes aos filhos dos grandes criminosos. Se elles não herdaõ suas virtudes como haõ de poder herdar os seos vicios? Em tal cazo a lei, que castiga os filhos eos netos de um grande culpado, só porque este cometeo grandes crimes, tambem, para hir coherente, os devia castigar quando não imitassem as virtudes de seos pais ou seos avós. Mas todas estas applicaçoes são absurdas, porque ninguem pode ser responsavel senão pelas acçoens que individualmente comete. Querer aplicar uma especie de pecado original a todas acçoens dos homens não hé da competencia do poder humano; os dogmas religiosos nem sempre podem ser dogmas civis, porque Deos nunca se engana no que faz; mas os homens são essencialmente ignorantes, e as mais das vezes erraõ quando mais querem passar por atilados.

Na mesma classe de leis barbaras deve entrar a da confiscação dos bens. Esta em todo o cazo que se applica a um pai de familia, hé um verdadeiro castigo para seos filhos innocentes; e só serve de enriquecer momentaneamente o fisco com a ruina de geraçoens futuras que podião fazer assinalados serviços ao estado. Que ganha a patria com empobrecer e infamar os filhos innocentes de um culpado? Não só não ganha, porem perde, porque reduzindo á infamia e á miseria individuos, que ainda não sabem o que hé crime pessoal vai de proposito metelos no caminho do vicio, e em lugar de um criminozo, que pertendeo punir, vai crear outros muitos pela desesperação, miseria, e infamia em que os deixa. O principio das virtudes está no brio e na honra; e quando esta gratuitamente se tira a pessoas que ainda não sabem o que hé o crime, que se pode então esperar da sua vida futura? Odios e vicios; e com elles muito bons cidadãos perdidos para a patria.

Apena de mutilação de membros hé ainda mais do



que barbara; hé atroz, hé impolitica. Hé atroz, porque tem um caracter de ferocidade, absolutamente incompativel com os costumes modernos, e repugna a todos os sentimentos naturaes; hé impolitica, porque executada com frequencia reduziria uma nação a um hospital de mutilados e invalidos, e a justiça das leis se confundiria com os horrores que se passam em um campo de batalha. Hé portanto uma pena, que em nenhum cazo e em nenhuma circumstancia pode ser justamente applicada. Não succederá porem assim com a pena de morte, que nós temos por menos cruel que a mutilação.

Muito se tem escripto sobre a pena de morte, e sobre a proporção que entre ella há eos crimes humanos. Acerca desta questão delicada, nós, sem sermos Juristas e só guiados pelo pouco que sabemos, tirado do estudo das cousas e dos homens, tambem diremos francamente a nossa opiniaõ. A sociedade e as leis devem, até por principios de uma judicioza politica, olhar a vida do cidadão como a primeira riqueza do estado, e por conseguinte a perda della como o primeiro e mais formidavel de todos os castigos. Isto suposto, hé logo evidente, que a applicação desta pena deve ser rarissima, e só exactamente naquelles cazos em que entre ella e o delicto se possa dar uma justa proporção. Mas quaes serão estes cazos? O designa-los hé a grande, e mui essencial defículdade. Reflectindo sizudamente nesta materia, nós não achâmos se não um, em que seja licita e até necessaria a pena de morte,—hé no assassinio deliberado e voluntario. Quando um homem mata deliberadamente outro, este pelas leis naturaes tinha direito a tirar a vida ao aggressor em defeza da sua propria; se o não fez por fraqueza ou por qualquer accidente, nem por isso perdeu com a vida o direito de compensação ou de defeza; a sociedade de que elle hé membro, e que o representa, fica entaõ com o direito de fazer aquillo mesmo que o morto deveria ter feito se tivesse sido mais forte. Neste cazo o assassino deve irremediavelmente sofrer a pena de morte, não só para satisfacção da lei natural de defeza que tinha o morto, mas para com ella se inspirar todo o horror que sempre deve trazer consigo a morte de um cidadão: em nenhum outro cazo nós achâmos pro-



porção entre o delicto e a morte. Que se tem feito, com tudo, applicando esta pena ora á delictos atrozes, ora a delictos insignificantes? Tem-se dado uma idea falsa da importancia e da inviolabilidade sagrada da vida do homem, e tem-se acostumado o povo a olha-la como couza nenhuma. Quando os individuos percebem que a lei hé a primeira que trata de bagatella a vida do homem, porque lha faz perder tanto por gravissimos delictos como por couzas de nenhum ou pouco momento; quando, alem disto, observão que esta pena hé frequente, e quase a mais commum em todos os codigos; com razão perdem todo o respeito e sagrada veneração que deviaõ ter pela sua vida e pela dos seos semelhantes. Daqui nasce, por consequente, a frequencia dos assassinios; porque se o povo vê que o legislador e a lei não respeitaõ a vida dos homens, como será elle mesmo entãõ induzido a respeit-la? A frequencia da pena de morte hé logo um dos mais graves defeitos de todos os codigos penaes. Torna barbaras as naçoens, porque as acostuma a ver correr frequentemente o sangue humano, e deixa de ser util pelo habito em que poem o povo de ver com que indifferença se trataõ as vidas dos homens. Porque se não horrorisa o algoz com o sangue e convulsoens dos moribundos; e porque marcha o soldado sobre montoes de cadaveres em um campo de batalha como se passeasse sobre um jardim de flores? Pelo habito em que estaõ de prezençarem estes horrores. Pois tambem as naçoens adquirem os habitos de soldados ou de algozes, quando frequentemente tem diante dos olhos as fôrças ou os cutellos, e vão ver e assistir á morte de um criminoso como á um espetaculo de toiros.

Tudo quanto escreveo o auctor da Memoria Sobre os Delictos e as Penas hé pois na verdade mui digno de ser meditado; e as suas ideas devem servir de guia mui luminosa para o complemento de um novo codigo criminal de que tanto precisa a Legislação Portugueza. Mas que razão poderá ter havido para se lhe não ter permitido imprimir e publicar o seo escripto em Portugal? Com effeito um tal sistema da perpetuar a ignorancia, e com ella todos os abuzos, hé bem digna de toda a censura publica; pois quando até neste ponto



naõ hé licito em Portugal illuminar o governo, como se poderão ainda remediar outros males, que talvez toquem de mais perto a todos os interessados na perpetuação de uma eterna e geral ignorancia? Com muita razão se diz na Advertencia do Editor da Memoria Sobre os Delictos e as Penas:—"Hoje não davaõ licença á Camoens, a Antonio Vieira, e outros grandes genios, de que abunda a nação Portugueza, para imprimir as suas obras. A liberdade, não digo já de escrever, mas de pensar, hé prohibida em Portugal." Um dos maiores castigos com que se diz castigára Deos os Egipcios, foraõ as *trevas*; esta mesma calamidade está actualmente affligindo a nossa nobre e heroica Patria. Quando acabará ella? Assim que o nosso Bom Principe disser: "*Fiat Lux!*" Faça-se a luz! Entaõ o Anjo das trevas fugirá diante de sua mão poderosa e benefica! . . .

---

*Observações Secretissimas do Marquez de Pombal'  
entregues ao Snr. Rey D. Joze I.*

Este papel, que transcrevemos a pag. 422, hé um Monumento realmente magnifico da quelle prodigioso Reinado. Mas quanto não nos deve fazer hoje envergonhar, comparando o estado presente do Reino Unido Portuguez com a epocha memoravel de 1775 em que elle foi escripto? O Senhor Rey D. Jose foi indubitavelmente a Restaurador da Patria. Depois de haver subido ao throno em tempo em que ella não tinha credito, nem dinheiro, nem artes, nem commercio nem industria; depois de ter soffrido os males de uma guerra, e todas as calamidades e horrores do terremoto de 1755: em todo este espaço, que não foi de mais de 25 annos, fez taes maravilhas e prodigios de administração, que seriaõ tidos por fabulozos se ainda não estivessem tão recentes, e se delles ainda não existissem vestigios indeleveis. Com razão quiz aquelle judicioso Monarca, que o catalogo de tão grandes feitos, como o que lhe apresentou o seo ministro, ficasse guardado para servir de norma e de lição para os seos successores; mas vê-se que tão bons dezejões se não realizaram, e que o genio do mal, tomando por empreza destruir tudo



quanto era util, grande, magnifico, e obra daquelle governo regenerador, quase que o tem conseguido, fazendo retroceder Portugal para a mesma epocha de miseria e de pobreza em que estavamos no anno de 1750. Hoje porem cabe ao nosso bom Principe ser o novo Restaurador da Patria, e tomando por modello as maximas de seo Augusto Avô, marchar como elle ao templo da immortalidade e da gloria, e dar a Portugal todo o gráo de riqueza, de independencia, e consideração publica que essencialmente lhe pertence. O nosso actual Soberano vê-se pois como seo illustre Avô, nas felizes circumstancias de desenvolver todas as suas boas e paternaes intenções; e perderá elle a bella occasião, que lhe apresenta a fortuna, de ganhar o titulo de Pai da Patria, e fazer a felicidade dos seus povos? Certamente não: todas as providencias, que já tem começado a dar, augurão bem o cumprimento de tudo o que os seus povos necessitam, e que tanto lhe merecem. O nosso Principe tem diante de si o campo vastissimo do seo novo Reino do Brazil, que mui rico em todos os dons da natureza, só lhe pede boas leis para auxilliado por ellas se converter no mais poderoso Imperio do mundo. Tem mais, diante de si o seo antigo berço, essa heroica Patria de todos os seus antepassados,—o valente e fiel Portugal,—não devastado por um terremoto, mas talado, queimado, e despovoado por uma guerra desastrosa, e que de longe não cessa de mostrar-lhe, que tudo quanto passou a padeceo foi por sustentar a sua lealdade, e com ella o throno, que antigos prodigios já ergueram em Ourique. Assim os dominios de ambos os mundos estão todos pedindo o auxillio da mão poderosa do seo Monarca; e este, abrangendo o poder dos dois hemisferios, não tem mais do que dizer um palavra para se remontar ainda mais alto do que se remontou seo Avô. No que este prodigiosamente fez, e que está estampado nas memoraveis observações de que estamos tratando, achará o nosso Principe modellos de tudo que precisa fazer; e assim não só satisfará os desejos do seo leal povo, mas até os do Grande Monarca, que lhos deixou como em testamento.

Todavia o Brazil já começa a ser premiado pela boa hospitalidade que deo aos caros Penates do seo Prin-



cipe e da Monarquia Portugueza: passando de colonia á dignidade de Reino, e com esta ao melhoramento de leis, de industria, e de commercio, já muito tem por que abençoar a presença do seo Soberano. Mas que se tem feito até agora em beneficio do antigo Reino de Portugal? Será elle de peor condição que o Reino do Brazil? O primeiro já teve premio, o segundo ainda o espera . . . . De certo, todos os leaes Portuguezes da Europa diriaõ ao seo Bom Principe se elle os podesse ouvir;—" Senhor, não se esqueça V. A. R. que os povos dos seos Reinos de Portugal e dos Algarves são os seos filhos primogenitos. Elles não querem transtornar os altos destinos da glorioza Monarquia Portugueza; porem em quanto estes mesmos destinos obrigaõ V. A. R. a estar separado desta primeira porção de seos filhos, elles ao menos dezejaõ ver entre si uma imagem viva do seo Adorado Soberano, e querem ser Reino não só de nome mas de realidade e de facto. Dentro do seo proprio coração achará V. A. R. meios infinitos para satisfazer e premiar copiosamente os seos benemeritos e leaes filhos da Europa."

Com as boas intençoens, que são assas conhecidas em o nosso Principe, nós recomendamos a todos os fieis Portuguezes que esperêm tudo do seo beneficente Soberano: o seo venturoso Reinado está indubitavelmente destinado para marcar ainda uma grande epocha nos annaes da Monarquia Portugueza, e esta epocha memoravel hade fazer a felicidade de todo o Reino Unido Portuguez. Entre os ministros do nosso Principe tambem ainda se hade achar algum que taõ feliz e incangavel como o grande Pombal, possa apresentar ao seo Soberano uma serie de observaçoes, que rivalizem com estas sobre que até agora temos fallado. E qual será o ministro que não cobice esta honra e esta gloria? Este, certamente, há de apparecer, e se cobrirá de fama, assim como cobrirá de felicidades o extensissimo Reino Unido Portuguez. Quanto ao nosso Principe, elle tambem nunca perderá de vista as acçoens magnificas e uteis de seo illustre Avô, o Grande Snr. D. Joze I. Os seos leaes povos de ambos os mundos estão todos mui bem persuadidos das suas reaes e beneficas intençoens: e assim, tomando á lin-



goagem do primeiro dos nossos Poetas, unanimemente he dizem :—

“ Em vós esperaõ ver-se renovada  
“ Sua Memoria, e obras valorosas ;  
“ E lá vos tem lugar, no fim da idade,  
“ No templo da suprema eternidade.”

---

## POLITICA.

### AMERICAS HESPAÑHOLAS.

As ultimas noticias, chegadas das Americas Hespanholas, e que levamos copiadas a pag. 462, mostraõ que o partido Realista não só não tem feito progressos, mas tem sofrido perdas consideraveis. A nossa opiniaõ á este respeito ainda não mudou: Se os Americanos tem constancia, assim como a tiveram os Hespanhoes da Europa, o grande continente Americano está perdido para a Coroa de Hespanha. Os meios de conciliaçaõ eraõ os unicos que podiaõ operar algum bom effeito; mas se em lugar destes se empregam os da pilhagem, assassinios, e toda a especie de crueldades, entaõ os odios e as vinganças tomaõ raizes profundas, e a guerra se faz até a exterminação de um ou outro partido. E qual dos dois partidos (independente, e Realista) será com toda a probabilidade primeiramente exterminado? O que arithmeticamente for menos numerozo. O governo Hespanhol da Europa hé hoje a imagem da fraqueza e da miseria; e ainda que tenha toda a força, que só basta aos algozes, não tem de certo a que precisa ter um conquistador. Mas ainda quando tivesse a deste ultimo, ser-lhe hia possivel despejar no centro das suas Americas braços suficientes para agrilhoar muitos milhoens de Americanos? Isto hé tão absurdo em physica como em politica. Não tem por consequencia outra alternativa se não a da moderação e da justiça. Não se tem querido servir deste meio, nem hé provavel que para ao deante o empregue: segue-se logo, que o Continente Americano, se tiver firmeza, será a sepultura de todos os miseraveis Hespanhoes que la lhe cahirem lançados da Europa.



O que nos custará em tudo isto será ver-mos, que o Governo Portuguez se intrometa activamente nesta delicadissima questão. Pelas ultimas noticias do Rio de Janeiro, copiadas nas Gazetas Inglezas, constava que as tropas chegadas de Portugal, e enviadas para as margens do Rio da Prata, já começavaõ a dezertar e a bandear-se com os Insurgentes: se isto hé verdade, como hé provavel que o seja, ao menos em parte, que consequencias fataes não podem ainda rezultar desta impolitica medida? Por outras noticias, tambem publicadas nas Gazetas Inglezes, corre ainda que de Portugal embarcaram para o Brazil no dia 18 de Abril passado mais 6,000 soldados Portuguezes. E hiraõ estes ainda para as margens do Rio da Prata, para com elles tambem se engrossarem as legioens dos Insurgentes Americanos? Desta sorte se vai enfraquecendo o Reino de Portugal, e se despoeva a joia mais rica e mais valioza de todo o Reino Unido; e para que? para entrar em uma questão melindrosissima, que pode mui bem gerar ainda arrependimentos bem funestos. “Quem tem telhado de vidro, diz um dos nossos proverbios Portuguezes, não atira pedradas ao de seo visinho!”

A politica da Côrte do Brazil deve consistir toda em conservar tranquillo, e contente o seo vasto territorio, governando-o com liberalidade, justiça, e rectidaõ. O meio mais efficaz de impedir revoluçoens hé governar bem, isto hé;—fazer com que todas as medidas, tomadas pelas auctoridades publicas, sejaõ em beneficio e utilidade dos governados: quem está bem, nunca dezeja mudar, por que justamente receia ficar mal. Ora, supposto isto, cuide o nosso governo em tratar bem os negocios da sua caza; e quanto aos dos vezinhos, espreite-os, e conheça-os unicamente; mas nunca se intrometa activamente nelles senaõ quando for hostilmente provocado. Seguindo estas maximas prudentes será sempre respeitado não só pelos de caza, mas pelos estranhos, quaesquer que elles sejaõ.

---

#### REINO DO BRAZIL.—BAHIA.

Os Pretos desta parte do Reino do Brazil quiseram



celebrar a revolta de Fevereiro de 1814 com outra em Fevereiro de 1816. Máo hé que os escravos, em qualquer parte que seja, se acostumem á esta especie de combates, e se ensaiem na arte da desobediencia armada ; porque se muitas vezes podem ficar vencidos, basta que uma só fiquem vencedores para tornarem toda a politica e segurança de todo o Reino do Brazil. Uma das guerras mais dificeis, que teve Roma, foi a dos escravos ; e a victoria, que em nossos dias alcançaram em S. Domingos, deve fazer estremecer á todos os que vivem no meio desta povoação heterogenea, que no fundo dos coraçoens sempre nutre esperanças de vinganças e liberdade. Hé de certo um grande mal querer fazer consistir a força de um Imperio no grande numero dos escravos ; e se o Brazil tivesse só uma vez reflectido que cada negro, que exporta d'Africa, hé um inimigo necessario, que vem meter dentro de caza, hé bem de presumir ou que nenhuns teria ousado empregar em seo serviço, ou o teria feito com muito maior economia. Porem em quanto este sistema desastroso dura, hé preciso, na realidade, ter a maior cautela com os escravos. Nós não somos os apologistas nem da escravidão nem da tirania, mas nem por isso somos tambem os apologistas da anarquia, da insubordinação, ou dos tumultos, seja qual for a classe de individuos que os faça. Os escravos não se devem tratar barbaramente, e antes se deve ter com elles aquella comiserção que a sua mesma sorte miseravel inspira á todas as almas bem formadas ; mas por isso mesmo que a sua condigão forçada, anti-natural, e violenta traz consigo a necessaria lei physica e moral da reacção, hé necessario guardar sempre com elles uma mui escrupuloza vigilancia. Hé preciso acostuma-los a uma disciplina exacta e uniforme de que a mais pequena transgressão seja objecto de um castigo moderado ; e o que se pratica com os soldados ou com as tripulaçoens dos navios deve ainda com maior razão praticar-se com os escravos. Não queremos porem dizer com isto, que se devaõ aplicar aos escravos esses mui ordinarios castigos atrozes, que horrorisaõ, e fazem tremer a natureza : pelo contrario devem ser punidos com toda



a humanidade, porem sempre que mostrarem espirito de insubordinação ou de revolta. A arte de governar não consiste em castigar muito, porem em castigar sempre, uma vez que haja delicto: quando a lei hé ignal e uniforme, os pequenos castigos, que ella ordena, são de maior effeito que os mais barbaros, que leis barbaras, caprichozas, e irregulares applicão sem imparcialidade nem medida.

Se por effeito desta falta de necessaria disciplina teve origem a revolta dos Pretos da Bahia, de que agora tratâmos, e se esta mesma falta recahe, como mencionaõ as noticias que transcrevemos, sobre imprudencias do actual Governador; entaõ este facto merece as mais sérias atençaens da parte do governo do Rio de Janeiro. O facto hé um dos mais importantes para o Brazil, e tanto mais, porque já não hé a primeira vez que ali succede: se for olhado como bagatela, ou em poucos dias esquecer, pode vir tempo em que hajaõ bem amargos arrependimentos. E quem sabe, alem disto, se haveraõ molas estranhas que agitem os escravos? Neste ponto summa indagação, firmeza, e prudencia devem dirigir todos os passos do governo do Brazil.

---

RUSSIA.

O pequeno Artigo, que transcrevemos debaixo deste titulo a pag. 466, não precisa de Comentarios; elle mesmo hé um curto, porem mui expressivo Comentario de um facto politico bem extraordinario do nosso seculo. A Russia, para desviar as más interpretaçoens que se tem dado, ou ainda se podem dar aos motivos da sua *Sancta Alliança*, fez a seguinte Declaração:—

*St. Petersbourgo, 24 de Abril, 1816.*

“ S. M. o Imperador fez á todas as Côrtes da Europa uma mui interessante Declaração, na qual annuncia que a sagrada alliança, concluida entre elle e seos altos Alliados, Suas Magestades o Imperador d’Austria e El



Rey de Prussia, não tem outro objecto em vista mais do que pacificamente fundar a interna felicidade dos Estados, e não só confirmar os mais inviolaveis sentimentos de paz, concordia e benevolencia para com todas as naçoens Christans, porem ainda estende-os até á essas mesmas que não professão a religião Christam. Esta Declaração, e a interpretação da sagrada Alliança confirmão, por consequencia, o sistema de paz adoptado pelo nosso Augusto Soberano até para com a Porta Ottomana ; e são a mais forte e positiva contradicção das vistas occultas que algumas Gazetas estrangeiras attribuem á sagrada Alliança.”

Apezar desta Declaração, na parte que toca a Porta Ottomana, parece que entre as duas Cortes não reina a melhor harmonia. Ao menos existem entre ellas questoens ; e para melhor as rezolverem, a Porta aceitou a mediação da Austria, e Inglaterra.

---

#### REINO DOS PAIZES BAIXOS.

No artigo Arau, pag. 467, publicamos uma noticia relativa aos Paizes Baixos, e que hé mui interessante pelo seo assumpto. Nós todavia, não pertendemos por hora afiançar toda a sua veracidade, por que ella tras consigo sinaes tão vesiveis de extravagancia, que nos parece impossivel que o Pontifice Pio VII. ouzasse dar no seculo prezente uma resposta Diplomatica concebida em taes termos. Mas emfim os Papas, apezar da sua infalibilidade, não deixaõ de ser homens ; e mais de um já tem havido, que não tem dado grandes exemplos de moderação e de prudencia. A Declaração do Pontifice que se lhe atribue neste artigo, afirmando,—“ Que a tolerancia das diversas “ religioens hé contraria aos principios da Igreja Catholica ” hé a todos os respeitos anti-social e anti-Christam. Pode mui bem ser contraria aos principios politicos da Sé de Roma, mas esta não constitue só a Igreja Catholica. Em o nosso No. passado já nós publicámos razoens mais que suficientes para mostrar que a tolerancia hé um dogma politico e religioso ; e agora pouco será preciso acrescentar. Se a tolerancia



hé contraria aos principios da Igreja Catholica, entaõ evidentemente se segue, que—a perseguição hé conforme aos principios da mesma religião. Entre tolerancia e perseguição não há meio. Todavia este espirito perseguidor pode mui bem achar-se comprovado por factos infinitos, consagrados nas Inquisiçoens Romanas, mas não terá certamente apõio algum racionavel em um só capitulo de todos os Evangelhos.

Deixemos porem as razoes theoricas, e vamos á pratica. Até bem poucos dias os Bispos da Belgica eraõ subditos do Imperio Francez; e uma das leis fundamentaes deste Imperio era a tolerancia de todas as religioens. Porque não tiveram em taõ os Reverendos Bispos, nem o mostraram, o mesmo religioso escrupulo, que hoje tem? Hé a religião uma mascara, que se poem e que se tira quando n'isto há o mais pequeno interesse? Neste cazo fizeram entaõ mui bem os Bispos Catholicos de estar calados no reinado de Buonaparte, e de gritar agora em alto e bom som no reinado actual. Mas se a religião hé a mesma em todos os tempos e em todos os reinados, não podêmos neste cazo perceber os religiosos principios dos Bispos da Belgica. Isto hé quanto pertence aos Veneraveis Pastores: passemos agora ao Vigario de J. Ch.

Sua Sanctidade, o Pontifice Pio VII., hé o mesmo que corou Buonaparte, e assignou com elle uma *Concordata* religiosa, que não tinha outro fim proximo se não dar estabilidade á esta mesma tolerancia. Hé logo tambem clarissimo que o Papa não assentou que a tolerancia era contraria aos principios da Igreja Catholica, porque se de tal estivesse persuadido, de certo haveria cahido em herezia; e se isto assim fez naquelle tempo, porque dirá agora ao mundo que—*a tolerancia das diversas religioens hé contraria aos principios da Igreja Catholica?* Mas nós, o repetimos ainda, fallâmos assim na supposiçaõ de que o artigo, datado de Arau, seja veridico. Se o não hé, restitua-se toda a boa fama ao *anel do Pescador*, porque nós, nem zombando, queremos offender pessoa alguma em nossos escriptos. Se em tudo isto há porem vizes de verdade, parece-nos, que o Pontifice fez mui bem em ter resuscitado os Jesuitas; porque havendo elles já querido compor em outra epocha *uma theologia acco-*



modada aos tempos, daraõ agora a S. Sanctidade mui importantes auxilios para esta obra classica.

---

R O M A.

A reforma dos Tribunaes da Inquisição e Sancto Officio não nos parece merecer tantos elogios como ella pertende inculcar-nos. A Inquisição não deve ser reformada, deve ser extincta e abolida. *Delenda est Carthago* era o grito do genero humano de outras Eras, representado pelo Povo Rey. *Delenda est Inquisitio*, “extingua-se a Inquisição” hé hoje o grito de todo o genero humano, representado por todos os homens de uma pura e verdadeira religião. Depois que a Inquisição levantou fogueiras nos dois hemisphérios, e nellas sacrificou milhares de victimas humanas ao Deos da paz, da humildade e caridade, em uma palavra,—ao homem Deos, crucificado por um excesso de amor por todos os homens; já ella não tem mais direito para existir como tribunal de uma religião sancta e de amor: a Inquisição tem sido a imagem de um tigre no meio de um aprisco de cordeiros. Todas as reformas, que se lhe fizerem, seraõ por conseguinte ainda um novo insulto, cometido contra a religião e a humanidade ultrajadas. Mas deixemos este ponto, que até offende a imaginação; passemos a outro assumpto.

*Embaxada Extraordinaria em Roma.*

No Diario de Roma, em data do 1º de Maio, lemos o seguinte:—

“A Sanctidade de N. S. Pio VII. felismente reinante havendo dispensado da entrada publica a S. E. o Snr. Conde de Funchal, Embaxador Extraordinario de S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e dos Algarves, junto da S. Sé, lhe destinou o dia 30 de Abril, para a sua audiencia publica. (Segue-se a Relação extensissima desta mui custoza e brilhante audiencia, que por falta de lugar deixâmos para o No. seguinte.)

O discurso, que S. E. recitou por esta occasião, e



que ainda tambem para outra vez publicaremos por inteiro, foi em resumo o seguinte:—"Mostrou, que os nobres motivos desta extraordinaria Embaxada não eraõ ou'ros mais do que felicitar S. Sanctidade, em nome do Principe Regente, pela sua feliz e fausta volta para Roma, e pela recuperação dos Estados Pontificios; e ao mesmo tempo dar um novo testemunho publico do respeito filial, suma devoção e fidelidade, que a sua generosa Real Côrte sempre manifestou pela Santa Sé. Por fim implorou para o Serenissimo Principe Regente, para a Familia Real, para a Côrte, e para todos os subditos do Reino Unido Portuguez a Benção Apostolica."

O. S. Padre, respondendo com mui affectuosos sentimentos, patenteou o seo sincero agradecimento por este acto de religiosa veneração, tributado a S. Sé, e fez um publico e mui distincto elogio do Serenissimo Regente e de toda a Familia Real pelas luminosas e repetidas provas da sua piedade Christam. Rogou depois a S. E. o Snr. Embaxador, houvesse de participar ao seo Augusto Principe toda a sua paternal afeição, e reciproca estimação por toda a Real Corte Fidelissima. A' final, declarou S. S., com expressoens mui polidas e affectuosas, o muito em que prezava a pessoa de S. E. em attenção as suas distinctas virtudes e talentos.

---

FRANÇA.

As duas Cameras Legislativas de França foraõ prorogadas até o 1º de Outubro proximo. Esta medida, que se tomou muito mais cedo que se esperava, foi, segundo corre, para prevenir algumas differenças que se prezumia poderiaõ ter lugar entre as duas Cameras á respeito do Clero. Os Deputados haviaõ adoptado, há pouco, uma resolução, relativa ás pensoens Ecclesiasticas, que tinha sido acrescentada ao projecto apresentado pela Coroa. O Governo regeitou a dita resolução por não fazer parte do projecto, porem ao mesmo tempo participou á Camera dos Deputados por meio do Ministro Vaublanc, que a resolução seria enviada a Camera dos Pares. Mas no mesmo dia em



que se fez esta participação foraõ prorogadas as Cameras, e por consequencia perdeo-se a Resolução. Este modo de tratar os Deputados não hé com effeito nem mui polido, nem decente, porem o governo tinha já conseguido o que pertendia, isto hé—a *pecunia*, e portanto despedi-os sem cerimonia. Não faça com tudo muitas destas o Ministerio Francez, porque taes subtilezas lhe podem ainda custar caro. Os Deputados, ainda que não conformes em tudo com as opinioens da Corte, tem-se todavia mostrado seos verdadeiros campioens; e se ella assim trata os amigos, que auxilios poderá esperar delles em occasião de perigo? De mais, que será se elles desgostozos se bandêaõ com os milhares de inimigos, que taõ abertamente atacaõ o governo? Nada há mais feio, nem mais impolitico do que empregar medidas doubles, pouco leaes, e pouco francas; e se esta pratica hé vergonhoza, até usada por particulares, quanto mais o não será, empregada pelos governos, que sempre devem mostrar-se leaes e verdadeiros? O governo Francez tinha auctoridade propria e constitucional para regeitar a resolução; e portanto muito mal lhe cabia servir-se de um miseravel engano: a boa fé, e palavra são as que sustentão os thronos.

Todas as mais noticias de França, a excepção de uma pequena mudança no Ministerio, reduzem-se á conspiraçoes, processos, levantamentos, e mortes, quer dadas pelos algozes, quer pelas baionetas, em campos de batalha. Soldados armados são obrigados a *bivouacar* em torno do Louvre para guardarem a pessoa sagrada de Luis o *Dezejado*; e a grossa artilharia de Vincennes foi transportada para os Invalidos para ter em mais amor e respeito a *boa* cidade de Paris! Com effeito não podemos comprehender a politica do actual governo de França! Muitas razoes para explicar toda esta variedade de successos de certo se podem achar no character natural dos Francezes, porem outras muitas há, que exclusivamente pertencem ao character da quelles que os governaõ. Quando o ultimo governo acabou, já taõ desacreditado estava na opiniaõ publica, que tudo indicava, que os Bourbons seriaõ os verdadeiros pacificadores e conçoladores da França. A mesma ultima e desesperada tentativa



de Napoleão sobre a França evidentemente mostrou que, além do exercito, com nenhum outro sincero auxilio podia contar da parte dos Francezes. Apezar disso o mesmo povo, que abominava Buonaparte, não pode supportar os Bourbons: e qual hé a razão disto? Hé porque estes ultimos não tem certamente empregado toda a judiciosa prudencia, que as suas circumstancias e as da França pediao. Luis XVIII. tem querido absolutamente governar como homem cahido do Céu sobre o territorio de França, sem lembrar-se, que os Francezes, que mui bem o escusaram por 25 annos, não terao grande pena em se ver livres delle para sempre. Querer attribuir sempre todo o mal ou toda a culpa aos governados, e proclamar impeccaveis e santos todos os governantes hé lingoagem mui sabida de todos os cortezaons, que mui boas razoes tem para isso; mas o escriptor publico, que tem por dever ajuizar, e reflectir sobre os successos do seo tempo hé obrigado *sine ira et studio*, (sem odio nem afeiçoens) a tomar mui diversa vereda.

Noticias particulares de Paris mencionao—" que Concelhos de Gabinete e Concelhos de Familia estaõ em continua permanencia, mas que os ultimos sempre destroem as resoluçoens dos primeiros. Os mesmos Concelhos de Familia formao dois partidos mui diversos,—o de El Rey, e o dos Principes. Um quer seguir o sistema de moderaçaõ, outro um sistema de exterminaçao. Em um desses Concelhos de Familia, hé voz constante, que Marmont sugerira a idea de re-assumir as cores nacionaes, e de formar um ministerio de que Talleyrand fosse o chefe. "Os militares," dice elle, "nunca pelejarao com brio debaixo de outras cores, nem a naçaõ poderá considerar quaesquer outras como seguro emblema das suas liberdades constitucionaes." Esta idea foi fortemente debatida, e até se diz, que estivera a ponto de adoptar-se, porem a invencivel eloquencia da Duqueza de Angouleme destruiu cabalmente este projecto."

Um facto bem singular de nossos dias hé que os dois reinos (França e Hespanha) que mais descontentes se tinhao mostrado com os seos ultimos governos, e que deram aos seos novos Soberanos os doces titulos de—*Amado*—e *Dezejado*, saõ esses mesmos que agora lhes



daõ as provas mais geraes e constantes da sua aversaõ. Nisto, como já dicemos, há seguramente alguma couza que não hé de todo favoravel ao character dos novos governantes.

Noticias de Paris de 22 de Maio referem um facto estrangeiro, que merece ser aqui copiado. Elle hé o seguinte:—" O tribunal do Santo Officio em Roma, depois de haver invocado a illuminação do Espirito Sancto, annullou o processo começado pela Inquisição de Ravena contra Salomaõ Moises Viviani, que havendo abraçado a religião Catholica, voltou depois ao Judaismo. S. S. no Decreto que expedio nesta occasião se exprime na forma que se segue:—

" A lei Divina não hé como a lei dos homens: o  
" character da primeira hé a persuasão e doçura. Per-  
" seguição, desterro, prizoens são os meios que em-  
" pregaõ os falsos prophetas e falsos mestres. Com-  
" padeçâmo-nos do homem que está privado da luz,  
" e que o dezeja estar; porque as cauzas da sua  
" cegueira podem mui bem servir para promover os  
" grandes designios da Providencia, &c."

S. S. ordena, que por taes crimes nenhum culpado seja punido para o futuro com a perda da vida ou de algum membro do corpo."

Se estes são portanto os principios pelos quaes de hoje em diante S. S. se pertende derigir, por que não extingue por uma vez a Inquisição? De que servem os Inquisidores se estes já não podem prender, encarcerar e queimar os seos consemilhantes? Não são os Bispos e mais pastores os juizes naturaes da fé? Pois restitua-se-lhes o seo antigo direito de instruir e sentencear sobre estas materias da sua verdadeira competencia; e acabe-se por uma vez com os Inquisidores, que trazem usurpada e conquistada a auctoridade Episcopal.

---

#### INGLATERRA.

A' pag. 471 deste No. do nosso Journal publicámos um artigo memoravel do *Morning Chronicle*, que muito entende com as couzas da nossa patria, e que por isso não convem se deixe passar em silencio. Um homem,



que não estivesse ao alcance do que prezenemente se passa na Europa, ou não conhecesse o estado do Reino Unido Portuguez, sua politica, suas forças e recursos actuaes, de certo se poderia mui bem persuadir, ao ler aquelle artigo, que entre a Corte do Brazil e a de Londres existiaõ pelo menos mui serias desavenças, desconfianças ou ciumes, e que a primeira projectava conquistas e invasoens, que hiaõ com effeito transtornar todo o equilibrio da presente balança politica do mundo! Felismente porem nada disto existe, á não ser que seja na imaginação do auctor do artigo, a que aludimos, de quem todavia fazemos mui bom conceito da parte dos talentos, para o julgarmos de boa fé neste ponto. Hé todavia sempre mui desagradavel ver, que individuos de duas naçoens, reciprocamente amigas por interesses e utilidades reciprocas, procurem tão imprudentemente lançar de vez em quando estas sementes de discordia entre os dois povos, quando os dois respectivos governos vivem na maior harmonia, e nada mais querem nem pertendem do que estreitar e corroborar todas as suas relações amigaveis.

O *Morning Chronicle* insulta o governo Portuguez, e ao mesmo tempo cahe em uma miseravel contradicção. Da-lhe o nome de *pobretaõ*, e logo depois d'isso se mostra altamente assustado com os sonhados designios de engrandecimento que lhe suppoem. Este insulto, que todavia hé verdadeiro, não merecia sahir da bôca de um Inglez: Portugal, o Brazil, e os Algarves, sendo paizes de sua natureza riquissimos, constituem sem duvida por uma das mais singulares contradicçoens, um governo sem erario, sem marinha, e sem artes e sem industria, e sem commercio, proporcionado aos grandes meios que tem de ser rico e ser poderoso. Mas se isto hé um grande mal para os Portuguezes, o hé tambem ou o terá sido para Inglaterra? O *Morning Chronicle*, como bom Inglez, devia poupar este insulto ao governo da nossa patria, e em lugar disto o devia antes elogiar pelo muito que trabalha e sempre tem trabalhado por auxiliar a industria estrangeira, particularmente a Ingleza, com detrimento notavel dos seos nacionaes. Porque, que seria de uma grande parte da industria Ingleza se os Portu-



guezes de ambos os mundos fabricassem as materias primeiras que vendem em bruto para depois as comprarem manufacturadas por outros, e por preços excessivos? Reflectindo bem no que diz o Jornalista Inglez, parece-nos que lhe devemos perdoar a indecencia das suas frases pela reprehensão tacita que elle dá a indolencia, e pobreza voluntaria, e mais que Christam, dos Portuguezes.

Há quem calcule em 12 milhoens de cruzados a soma annual que só Portugal paga por manufacturas Inglezas; e que recebe Inglaterra em pagamento destes 12 milhoens? Algumas ceiras de figos e outras passas do algarve, algumas fructas, e alguns vinhos, o que tudo *originariamente* talvez não emporte em mais do 2 milhoens de cruzados annuaes. Logo Inglaterra ganha só com Portugal todos os annos 10 milhoens de cruzados; calculo, que parece não ser exagerado á vista do thermometro commercial, que hé o Cambio, que agora regula entre os dois paizes. Quando as tropas Inglezas estavaõ na Peninsula, e o exercito Portuguez era quase todo pago por Inglaterra, o Cambio entre os dois paizes chegou a 82 por 1,000 reis, couza de 22 por cent. a cima do par ( $67\frac{1}{2}$ ) em favor de Portugal; mas assim que Inglaterra deixou de ter necessidade de mandar numerario para a Peninsula, e que as couzas tornaram ao seo curso ordinario, isto hé, assim que Portugal, em lugar de receber, entrou a pagar quase tudo de que se veste e o que come, entãõ o Cambio, que até ali nos era favoravel, foi logo contra nós, e de 82 desceo a 57, perto de 16 por cento abaixo do par. O que ainda elle descera não sabemos, porem forçado Portugal a despejar constantemente as suas algibeiras, sem ter industria para buscar alguma couza com que as encha, ou ao menos com que as equilibre, o resultado dever ser, que o Cambio baxará ainda consideravelmente, e que por fim já nem haverá Cambio quando já tiver-mos dado até o ultimo real. E á vista disto, será inda decente que um Jornalista Inglez insulte com o epitheto de *pobre* á um governo, que permite que os artifices Inglezes se vistaõ e nutraõ com o oiro Portuguez, em quanto deixa morrer de fome os seos nacionaes, e consente que todas as suas fabricas e manufacturas se aniquilem? Os



Escreptores Inglezes, até por interesse proprio, devião ser mais comedidos e prudentes.

Outro insulto, não menos digno de reparo, hé o que o mesmo Jornalista nos faz quando diz:—"que os Portuguezes estão anciosos por arrojarem de si o nosso jugo como elles lhe chamaõ." Qual hé o Portuguez, verdadeiro Portuguez, que ousará dizer que está debaixo do jugo de uma nação estrangeira? Aos Portuguezes tem-se tirado com effeito o seu ouro, a sua industria e o seu commercio, porem nunca se lhes poudo arrancar nem o seu brio nem o seu valor. O mesmo *Morning Chronicle*, que tantas vezes copiou os feitos heroicos e brilhantes do exercito Portuguez em toda a serie das ultimas campanhas na Peninsula e em França, deve ser o primeiro em confessar, que uma tal nação hé incapaz de sofrer qualquer jugo estrangeiro. Os Portuguezes estão sim debaixo do jugo da sua propria ignorancia, da sua indolencia, e de uma incapacidade fatal de bem se governarem, e isto todos os bons e desapaixonados Portuguezes conhecem: porem nenhum delles se persuade que está debaixo do jugo de Inglaterra.

Tudo o que no mesmo artigo se diz á cerca da denominada *divida de gratidaõ*, hé na realidade um miseravel subterfugio de amor proprio, que nenhuma honra dá ao *Morning Chronicle*. Ambos os governos, de certo mais prudentes e sensatos que o Jornalista, conhecem mui bem que são mutuamente obrigados um ao outro, e que a sua gratidaõ hé reciproca; e nenhum delles, seguramente, ousaria reclamar para si uma gratidaõ exclusiva. Inglaterra deve ser grata á Portugal porque achou um Principe generoso, e um povo leal que sempre, á custa de mil embaracos e riscos, defendeo a sua cauza com uma constancia e intrepidez sem exemplo não só nas guerras modernas porem já nas antigas; e Portugal deve igualmente ser grato á Inglaterra, porque nesta sempre achou um alliado pronto a socorre-lo nos grandes apertos ou difficuldades que há tido, quer sejam antigas ou modernas. Querer passar daqui hé não usar nem de polidez, nem de liberalidade, nem verdade: e hé pertender crear de proposito odios, ou desavenças, que de nenhum bem podem ser para qualquer de ambas as naçoens.



“Elles tem feito (continua ainda o *Morning Chronicle*) os maiores esforços para quebrar o nosso Tratado de Commercio, e excluir-nos do Brazil, &c.” Isto hé tambem uma falsidade, ou uma ignorancia imperdoavel da parte do Jornalista Inglez. O governo Portuguez nunca pertendeo quebrar o Tratado de Commercio, e só tem querido reforma-lo pelos meios legitimos e legaes, isto hé, por meio de negociaçoens. Se o *Morning Chronicle* estiver lembrado dos papeis Diplomaticos, que foraõ apresentados nas ultimas sessoens do Parlamento, depois do Congresso de Vienna, nelles veria como entre os Ministros Portugezes e Lord Castlereagh não só já se havia tractado deste ponto, mas que o mesmo Ministro Britanico não mostrou difficuldade em entrar nesta discussaõ. Logo não se pode dizer em um tom realmente offensivo, “que os Portugezes tem feito os maiores esforços para quebrar o seo Tratado de Commercio com Inglaterra.”

O nosso Tratado de Commercio de 1810 deve ser reformado pelos meios legitimos, e nisto interessão ambas as naçoens; porque nem a mesma Inglaterra tem interesse que Portugal se empobreça a tal ponto, que até fique inhabil para lhe pagar os seus diversos ramos de industria. Um dos grandes defeitos do Tratado de 1810 hé parecer ter unicamente em vista o Reino do Brazil sem contar com o Reino de Portugal. Com effeito, pelas estipulaçoens daquelle tratado parece, que o negociador Portuguez tinha entaõ perdido todas as esperanças á cerca da recuperaçã e independencia de Portugal; porque sendo os seus artigos momentaneamente applicaveis ás circumstancias politicas do Brazil, eraõ fatalissimos para a antiga ordem de couzas em Portugal. O Brazil, no acto da passagem de S. A. R. para aquelle continente, não tinha uma só fabrica, nem uma só manufactura, e portanto não era para estranhar que entaõ desse algumas vantagens aos estrangeiros, que lhe levassem tudo aquillo de que precisava. Mas isto, que momentaneamente podia ser vantajozo para o Brazil, devia ser destruidor de toda a industria de Portugal, assim que este podesse tornar a abrir as suas antigas e naturaes communicaçõens com o novo mundo. Portugal até aquella epocha supria o Brazil com manufacturas da sua propria in-



dustria, a excepção das fazendas de lam de que tinha poucas fabricas; e de pois, em virtude do tratado de Commercio, não só já não o poudé suprir, porque Inglaterra ficou com o direito de lhas levar directamente, mas até se vio igualmente forçado a receber com direitos muito modicos essas mesmas fazendas que elle até alli fabricava para si; e exportava para o Brazil. A consequencia tem sido,—que não podendo já Portugal abastecer exclusivamente o Brazil com as suas manufacturas, e tendo alem d'isso nelle franca entrada todas as manufacturas Inglezas com mui pequenos direitos, toda a sua industria tem acabado, e se vai pondo em termos de gastar até o ultimo real para comprar sua comida e vestido aos estrangeiros. Uma das mais impoliticas clausulas do tratado foi por conseguinte, a sua duração por 10 annos, porque se no acto da sua assignatura se tivesse olhado para o futuro, o resultado seria, que expressamente se havia de ter estipulado, que a sua execução só durasse ou até a paz geral, ou antes até o restabelecimento das antigas relações politicas com Portugal. Não se fez isto, e eis aqui o grande defeito que prontamente se deve remediar, não por quebrantamentos do tratado, mas por meio de negociações, o unico recurso decente, que tem todos os governos independentes para tratarem dos verdadeiros interesses das nações á que prezidem.

Quanto no mesmo artigo se diz vaga e gratuitamente á respeito dos projectos *invasores* dos Portuguezes não tem termos, nem bom senso, e são meros fructos de occiosidade ou maledicencia. O que vemos porem hé, que o Governo Britanico tem muito mais prudencia e reflexão do que o Jornalista, por que a sua mesma demora ou hesitação, em ordenar a partida do Aquilon, mostra que nada quer fazer imprudentemente ou ao acazo.

---

Neste mesmo Artigo, pag. 472, demos a lista dos estrangeiros que tem rezidido em Inglaterra desde 1793 até o presente. Esta lista foi publicada por occasião dos debates que agora tem havido em Parlamento ácerca do Bill dos estrangeiros para o tempo



de paz. Elle já passou na segunda leitura, e estamos quase certos que tambem passará na terceira, assim como na Caza dos Lords; neste cazo nada mais temos que dizer senão que o nosso governo se não deve esquecer dos seos subditos residentes em Inglaterra: nisto vai comprometida muita honra e independencia nacional. Sobre este assumpto importante remetemo-nos ao pouco que já dicemos em o nosso No. passado. pag. 357.

A destruição de Serra Leôa não tem por hora outro fundamento mais do que as noticias vindas pelos Estados Unidos da America; porem todos os que tiverem lido o que Mr. Thorpe tem escripto sobre aquella colonia, e particularmente a sua ultima Replica, que temos já transcripto, em parte, nos differentes numeros do nosso Jornal, devem conhecer que o facto não hé improvavel. Com effeito, em Serra Leôa tem-se cometido abominaçoens, que seriaõ incriveis, se não fossem escriptas e reveladas por um Inglez, que até agora ainda não achou em toda a Gram Bretanha nem pessoa que o contradiscesse, nem que lhe pozesse um libello por calumniador ou por falsario. Esta circumstancia hé a maior prova da verdade das suas asserçoens.

A Declaração do Bey de Tunis ao Barão Exmouth, copiada a pag. 473, he já um grande passo para a civilisação daquella parte d'Africa, e para a tranquillidade e segurança dos navegantes ou commerciantes Europeos. Resta ainda obrigar Argel a fazer a mesma Declaração e a cumpri-la, porque esta Regencia hé a mais barbara, e a mais anti-social de todos os governos Africanos. Se Inglaterra o quizer, tudo se fará, e ella o deve querer por honra de seo nome e dignidade. A'este respeito há pois um Artigo bem curioso, com data de Frankfort, que hé o seguinte:—

“ O Jornal de Frankfort de 13 de Maio publicou debaixo do Artigo-Napoles, de 20 de Abril, as estipulaçoens de paz que Lord Exmouth concluiu com as Potencias Barbarescas, inseridas no *Moniteur* de 18, e copiadas da gazeta intitulada—*Giornelle delle due Sicilies*. A' ellas se juntou o paragrapho que se segue:”—Agora podeis ver “ como todas as esperanças, “ que a Europa tinha no Congresso, se reduziram a “ reconhecer-se por tributaria de alguns miseraveis



“piratas do Mediterraneo. Que o Reino de Napoles  
“que o de Sardenha fiquem satisfeitos com esse  
“tratado, pode mui bem conceber-se: a sua fraqueza  
“acha nelle um certo alivio de seos males. Mas  
“Inglaterra, que por um só aceno podia fazer recolher  
“ás suas côvas estes ladroens; Inglaterra, que possue  
“Malta e as Sete Ilhas, vai cobrir-se de eterna ver-  
“gonha por apertar ainda as algêmas da Europa.  
“Compare-se este tratado com o que os Americanos  
“concluíram com Argel, e então se verá o que neste  
“cazo temos que esperar de tão poderoso Mediador,”

A emigração para os Estados Unidos da America  
continúa, sem interrupção, não só das diversas partes  
do continente mas até mesmo de Inglaterra, como os  
nossos Leitores terãõ visto no pequeno artigo que  
sobre este ponto transcrevemos á pag. 474. Estãmos  
porem persuadidos que ella ainda virá a ser mais con-  
stante e numeroza em razão do novo Bill para os  
estrangeiros de que já temos fallado. Certamente  
nenhum proprietario estrangeiro se aventurará agora a  
vir domiciliar-se em Inglaterra, no receio de poder ser  
mandado sahir dentro em tres dias á vontade dos  
ministros Britannicos; e com razão preferirá um paiz,  
aonde sabe que ninguem o perturbará por qualquer  
pretexto que seja, e aonde só tem que responder pelas  
suas accoens per ante as leis e os tribunaes. Inglaterra,  
que aproveitou tanto com os immensos capitaes estran-  
geiros que acolheo em si durante a ultima guerra,  
parece dar, na realidade, um passo mui errado nesta  
medida que vai tomar. Tudo quanto se tem dito e  
fallado, ácerca do medo de perturbaçoens e pertur-  
badores, hé em nossa opiniaõ emminantemente futil, e  
fica destruido por uma unica razão alegada pelos indi-  
viduos que tem fallado contra o Bill, e vem a ser—  
“Se as leis Inglezas são sufficientemente poderosas  
“para vigiar e punir 15 ou 16 milhoens de nacionaes,  
“por que não poderaõ ter igual força para com 22 mil  
“estrangeiros?” Mas não hé nosso intento tratar  
agora mais deste assumpto; nossa mira está em outra  
parte—no governo Portuguez do Brazil.

Por muitas vezes já nós temos fallado quam judiciosa  
politica seria convidar para o Brazil toda ou uma boa  
parte desta emigração Europea, e agora que a povoação



negra da Bahia dá mais uma prova de quanto hé perigo um illimitado sistema de escravatura, muito mais necessario se faz repetir o que portantas vezes já temos aconselhado. Deixe por uma vez o Brasil as velhas praticas de querer povoar-se com pretos: esta povoação nem hé natural, nem politica, e muito menos se pode cabalmente *nacionalisar*. Então porque não aproveita, agora que há tempo e tão feliz occasião, toda essa industria e riqueza que a afligida Europa está constantemente lançando fora de si para hir estabelecer-se nos Estados Unidos d'America, e fazer desta nação um dos mais poderosos povos do mundo? Será destino nosso nunca aproveitar os bons convites que a fortuna nos depára? Dizia o Cardeal Imperiali (se não lhe errâmos o nome) “que não havia pessoa alguma no mundo que ao menos uma vez na sua vida não fosse visitada pela fortuna; porem quase sempre tambem acontecia, que a boa hospeda, entrando pela porta, achava logo a janella aberta por onde immediatamente saltava.” Sua Eminencia conhecia mui bem os homens e as couzas, porque na realidade esta hé a historia do mundo. Desprezaõ-se as melhores occasioens de fortuna, e depois estultamente nos queixâmos de seos caprichos ou de suas inconstancias. Que melhor occasião podia achar o Brazil para opulentamente povoar-se do que esta em que vivemos, e em que a geração actual da Europa, ou cansada pellas guerras passadas, ou assas debil para digerir tanto bem como o que lhe estão fazendo os novos governos paternaes, anhela em grande parte por expatriar-se, e hir gozar de algum socego em o novo hemispherio? Mas há um fado bem fatal que de longo tempo nos persegue! Ainda não entrâmos bem na idea de sermos Portuguezes: uns dizem-nos que nada podemos ser sem o auxillio de Inglaterra, outros sem o auxillio de França, e outros (o que ainde he mais!) sem termos negros e escravos! Sejamõs pois só, e *unicamente* Portuguezes, e amigos de todo o mundo, que nos prestar verdadeira amizade; mas para que sejamõs só e *unicamente* Portuguezes, he preciso, que comecemos a ser uma nação industrioza, rica, e por consequencia independente. Todavia esta independencia não se pode ganhar, vivendo fracos, pobres, e indolentes; lançando-



nos nos braços ora de uns ou de outros em tempos de perigo ; e querendo povoar o Brazil só com heterogeneas raças de negros, ou com a povoação de Portugal, quando este hé o primeiro que precisa de ser povoado. Penetremo-nos pois bem desta sancta idea —de ser-mos Portuguezes ; e facilmente acharemos os meios de sermos uma grande nação.

O dia 2 de Maio, como já o annunciámos a pag. 474, foi marcado na historia Inglesa pela Cazamento da Princeza Carlota Augusta de Galles com o Principe Leopoldo de Cobourg, que mereceo a mão da herdeira do throno, hoje, o mais poderoso do mundo. De certo este Principe, associado á tão altos destinos, bem pode dizer com o nosso Camões :

“ Todas as Deosas desprezei do Céu,  
“ Só por amar das agoas a Princeza !

Aos seos antigos titulos, e que já em outra parte mencionamos, acreosco agora outro de novo—o de Field Marechal no exercito Britanico.

Os assumptos mais notaveis que em todo o mez de Maio se debateram nas Cazas do Parlamento, são os seguintes :—Despezas da Lista Civil, que se mencionaram ser:

	£.
As de El Rey em Windsor - - - - -	100,000
As da Rainha - - - - -	58,000
As das quatro Princezas - - - - -	122,000
Total das despesas de Windsor - - -	£. 280,000
Bolcinho particular do Principe Regente - -	60,000
Concessão adiccional - - - - -	10,000
Rendas que recebe do Condado de Cornwall	15,000
Das tiradas do Fundo Consolidado - - -	43,000
Total das despesas da Caza do Regente, £.	128,000
Acrescem agora á estas despesas as da Caza da Princeza Carlota e seo Marido - - -	60,000
As quaes somas todos juntas formão	
o total de - - - - -	£. 468,000



Pelo valor da nossa moeda Portugueza andão só todas estas quantias, pouco mais ou menos, por 4 milhoens de cruzados e tantas couzas, e a pezar disso ainda á muita gente parecem exorbitantes. Compare-se porem esta soma com o que gastaõ outros Soberanos da Europa, que não são nem a metade tão ricos como o de Inglaterra, e compare-se, alem disto, a bem diversa figura que todas elles fazem, e entãõ se verá quando convem aos monarchas ser bem governados e economicos. O maior mal que neste ponto há fóra de Inglaterra hé—que o mais que elles gastaõ não hé com as suas pessoas: quase tudo fica pelas mãos dos seos mordomos que impunemente os roubaõ.

Mr. Brougham fez uma moção sobre a Liberdade da Imprensa, a requereo um Bill que melhor segurasse e ampliar se esta mesma liberdade. Não foi a avante a sua proposta; mas hé bom que saibãõ os nossos leitores estrangeiros, que nem todas as proposiçoens, que se fazem nas Cameras, são calculadas para terem algum effeito practico. Os oradores mui bem sabem que muitas não serão aprovadas, e todavia sempre as fazem não só para terem sempre a alerta o espirito publico em assumptos importantes, mas porque muitas propostas perdidas pela maioria dos votos das Cameras são não obstante isto ganhas pela maioria da opiniaõ publica; e a approvaçaõ deste tribunal hé a que sempre se tem em vista em um paiz livre como Inglaterra.

Muito maior attençaõ merecerem nas duas cazas as propostas energicas á respeito da interferencia da força militar nas funcçoens publicas, ou em quaesquer negocios civis. Lord Essex, e outras mais pessoas distinctas haviaõ passado pela afronta e desgosto de verem parar as suas carruagens na rua pela força de uma baioneta ou de uma espada; e por effeito deste atrevimento militar, desconhecido em um paiz, que só respeita o valor dos soldados nos campos de batalha, mas que sempre, e com razãõ o abomina em tempos de paz, houverãõ mui fortes e energicas queixas em ambas as Cameras. O rezultado foi, que lord Sidmouth annunciou officialmente na Caza dos Pares:—“ que para o futuro “ nunca mais se empregariaõ os militares em occasioens “ civis sem uma expressa ordem da sua secretaria.”



Esta declaração, disse um Jornalista Inglez, dá-nos a maior segurança possível, porque ella sahio da boca de um homem de bem. Um ministro nunca pode ambicionar mais lisongeiro elogio! Nada disto porem seria estranhado em Portugal aonde, por exemplo, em um dia de *procissão* os nossos soldados se preparam como para um dia de batalha, e dão nas ruas pranchadas e crônhadadas no povo, como se este se compozesse de batalhoens inimigos. Mas a razão disto consiste em que os Inglezes tem leis civis por onde se governaõ, e que são suficientes; e em Portugal as leis civis são tratadas de bagatella, e há mais gosto em recorrer á força militar, por que está hé mais pronta, e mais conforme ao habito de mandar, isto hé,—aos actos arbitrarios.

Mr. Grattan falou muito a favor dos Catholicos da Irlanda, e propoz:—“Que na proxima Sessão do Parlamento houvesse de tomar a caza em séria consideração o estado presente das leis a que estavam sujeitos os vassallos Catholicos de S. M. na Gram Bretanha e Irlanda, a fim de se adoptarem as medidas que mais uteis parecessem para satisfazer geralmente todas as classes dos vassallos de S. M.” Houve porem na caza divizaõ de opinioens, e a favor da proposta houveram 141 votos; contra, 172: maioria contra, 31.

Igual resultado teve a moção feita por Sir S. Romilly á favor dos Protestantes Francezes, que muito tem soffrido no prezente Reinado. O orador pedia que se apresentassem na Caza copias de todos os officios que tinhaõ havido entre o governo Inglez e o governo Francez acerca do estado dos Protestantes no sul de França; perdeu porem a sua moção.

O Bill contra os estrangeiros, sobre que já temos fallado, foi fortemente combatido por Mr. J. P. Grant, Sir S. Romilly, Lord Milton, Mr. Ponsonby, e Sir J. Mackintosh. Faltaõ ainda os debates da terceira leitura para que passe como lei na Caza dos Communs.

O Chancellor do Exchequer propoz que a Caza discutisse as vias e meios do Budget no anno prezente, e todas as suas despesas foraõ calculadas em £.27,279,295.



## CORRESPONDENCIA.

*Senhor Correspondente de Aldea Galega, em data do  
1 de Maio.*

Valha por esta vez a desculpa que se acha em um PS. da sua Carta. Fique porem entendendo que nunca mais produzirá o mesmo effeito. O meio de remeter papeis aos Redactores, se o Agente dos Paquetes ahi os não quer franquear, hé manda-los a algum correspondente em Londres que os receba, a depois os entregue. Dis o dictado Portuguez:—"que quem espera por sapatos de defuncto morre de fome." Alem disto, as correspondencias devem sempre vir em copia que se possa mandar immediatamente para a imprensa, intelligivel, e sem breves: os Redactores tem mais que fazer do que estarem copiando papelada infinita.

*Snr. Henry Koster.*

A sua correspondencia tem um dos defeitos a cima apontados, isto hé, não está suficientemente intelligivel para se mandar para uma Imprensa Inglesa; e não sabemos se teremos tempo e paciencia para a reduzir a character mais perceptivel para compositores estrangeiros.

*Snr. D. F. F.*

Farêmos por cumprir quanto nos pede a respeito dos papeis do seo amigo da Ilha de S. Miguel, porque tambem da nossa parte muito o dezejâmos obzequiar.

*Snr. C. B. de L. Lobo.*

As suas tres Memorias serão publicadas assim que houver occasião. O Snr. Correspondente, por onde ellas nos chegaram, queixa-se de algumas omissoens nossas sem motivo racionavel. Primeiramente examine bem as datas de alguma couza que nos remeteo, e que já esperava ver impresso: em 2º lugar,—"Roma não se fez n'um dia."



---

## ERRATAS

*Mais notaveis do Numero LIX.*

*Pag.*

272 dirigo, *l.* dirigido.

299 pelar, *l.* pelas.

303 não ser, *l.* não hé.

304 há muita, *l.* há muito.

305 pedaco, *l.* pedaço.

307 gingetre, *l.* gengibre.

325 e 351 costumes, *l.* cortumes.

332 espirito tão pobre, *l.* espirito tão nobre.

355 judiciosos providencias, *l.* judiciosas providencias.



Impresso por T. C. Hansard, na Officina Portugueza,  
Peterborough-court, Fleet-street, London.



---

# INDICE GERAL

DO

## VOLUME XV.

---

No. LVII.

### LITTERATURA PORTUGUEZA.

	<i>pag.</i>
Pensamentos Patrioticos .....	1
Replica ponto por ponto, por M. Thorpe .....	13
Historia da Embaxada da Polonia, por M. de Pradt ...	25
Extractos dos Cartas de J. da C. Brochado .....	31

### LITTERATURA ALLEMAM.

As Analogias de Carolina Pichler .....	36
--	----

### SCIENCIAS.

Novos Progressos das Sciencias Physicas em 1815 .....	43
---	----

### POLITICA.—EUROPA.

NAPOLLES.—Regulamentos sobre o Commercio externo do Reino .....	50
REINO DOS PAIZES BAIXOS.—Convenção entre o Governo Inglez e o dos Paizes Baixos .....	52
BAVIERA.—Discussões entre a Baviera e a Austria ...	57
RUSSIA.—Alliança entre o Imperador da Russia, o Imperador da Austria, e El Rey de Prussia .....	59
FRANÇA.—Instrucções sobre a Lei da Amnistia, dadas aos Procuradores Geraes e Ordinarios d'El Rey .....	61
O Moniteur feito Gazeta official .....	63
Carta de Sir Robert Wilson a M. Pozzo di Borgho .....	63
Individuos excluidos d'Amnistia, e banidos de França ...	64
Artistas Francezes destinados para o Brazil .....	65
HESPAÑHA.—Mudança do Ministerio Hespanhol .....	65
Supressão dos Tribunaes Especiaes instituidos para causas criminaes .....	66



### *Indice Geral.*

PORTUGAL.—Exportação do Vinho do Douro no anno de 1815 .....	67
REINO DO BRAZIL.—Rio de Janeiro.—Carta de Lei ...	68
Despachos mais notaveis publicados no Fautisssimo dia 17 de Dezembro 1815, Anniversaria da Rainha, N. S. ....	70
BAHIA.—Extracto de uma Carta relativa a tomadia de embarçaçoens de escravos .....	71
Noticias do Brazil publicadas nas Gazetas Inglezas .....	72
AMERICAS HESPAÑHOLAS.—Vantagens ganhadas pelos Realistas do Mexico contra os insurgentes .....	73
Tomada de Carthagená .....	74
INGLATERRA.—Abertura do Parlamento Imperial .....	74
Estado Comparativo dos Tributos da Gram Bretanha ...	77
Convenção entre a Gram Bretanha e Austria .....	78

### REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO No. LVII.

Literatura Portugueza .....	79
Reino dos Paizes Baixos .....	84
Baviera .....	87
Russia .....	92
França .....	94
Hespanha .....	96
Portugal .....	98
Resposta ao Portuguez de Fevereiro .....	99
Reino do Brazil .....	102
Americas Hespanholas.....	108
Inglaterra .....	109
Protesto de Lord Holland contra os agradecimentos em approvação dos Tratados feitos com a França .....	116
Assumpto novo .....	117
Erratas do No. LVII. ....	123

---

### No. LVIII.

#### LITERATURA PORTUGUEZA.

Extractos da Embaxada de Polonia de M. de Pradt .....	125
Extractos de uma Memoria intitulada “ Dissertação Historica e Politica de Portugal ” .....	138
Replica ponto por ponto de M. Thorpe.....	143
Elegia á morte da Sra. D. M. la T. Monteiro .....	153



*Indice Geral.*

Extractos das Cartas de J. da C. Brochado .....	164
---	-----

LITERATURA ALLEMAM.

As Analogias de Carolina Pichler .....	156
--	-----

SCIENCIAS.

Novos Progressos das Sciencias Physicas &c. ....	169
--	-----

POLITICA.—AMERICA.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA.—Noticia relativa aos negocios de Hespanha com o Governo Americano.....	179
Nova Pauta Americana relativa aos direitos sobre artigos importados .....	182
BARBADAS.—Carta relativa ao Navio Fama .....	183

EUROPA.

BERLIN.—Artigo respectivo a liberdade da Imprensa ...	184
WURTEMBERG.—Representação feita a El Rey pela Assemblea dos Estados do Reino de Wurtemberg ...	184
FRANÇA.—General Pamplona .....	186
Decreto Real á cerca dos successos de Tarascon .....	188
Projecto da Lei sobre as Elleiçoens dos Membros para a Camera dos Deputados .....	189
HESPANHA.—Nova Prova da inconsistencia do Governo de Hespanha.....	189
Artigo Official communicado pelo primeiro Secretario de Estado e Despacho .....	190
Edicto da Inquisição de Hespanha transmittido os todos os dominios Hespanhoes na Europa e America.....	191
PORTUGAL.—Tratado de Alliança pelo qual Portugal accede ao Tratado das quatro Potencias Alliadas .....	194
Extracto de uma carta do Porto .....	196
INGLATERRA.—Cazamento da Princeza Carlota .....	197
Morte Extraordinaria .....	198
Lista dos acontecimentos mais notaveis tanto Estran- geiros como Inglezes desde o 1 de Julho até o dia 3 de Dezembro de 1815 .....	199

REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO  
No. LVIII.

Literatura Portugueza .....	203
Estados Unidos da America .....	212



*Indice Geral.*

Barbadas .....	214
Prussia .....	217
Wurtemberg .....	218
França .....	219
Hespanha .....	220
Portugal .....	227
Inglaterra .....	230
Portuguez de Março .....	233
Ministro Portuguez em Londres .....	234
Assumpto honroso para Portugal .....	234
Correspondencia .....	235
Erratas do No. LVIII. ....	242

---

No. LIX.

LITERATURA PORTUGUEZA.

Fim dos Extractos de M. de Pradt, por M. de C. P. de M.	245
Consideração politica e religiosa á cerca dos Bispos da Belgica .....	256
Ilha do Mar Pacifico, novamente povoada.....	264
Replica de Mr. Thorpe .....	276
Extracto da Carta de J. da C. Brochado .....	288

LITERATURA ALLEMAM.

As Analogias de Carolina Pichler .....	294
--	-----

SCIENCIAS.

Nova Exposição dos Progressos das Sciencias Physicas	301
--	-----

POLITICA—AMERICA.

REINO DO BRAZIL.—Officio dirigido ao Ministro Por- tuguez em Roma, á cerca dos Jesuitas .....	310
Extractos da Gazeta do Rio de Janeiro.....	311
Ordem do Dia relativa aos Voluntarios Reaes ....	314

EUROPA.

FRANÇA.—Purificação do artigo Instituto Nacional Françez .....	316
Extracto do uma carta que se diz ser escripta por Lord Wellington a El Rey Luiz XVIII .....	317
Projecto de Lei sobre a forma das Eleições .....	318



### *Indice Geral.*

Sessão da Camera dos Deputados do dia 8 de Abril, 1816	318
Sessão do dia 9 .....	318
Da. do dia 10 .....	319
Camera dos Pares—sessão do dia 9 de Abril.....	319
Numero e qualidade de obras literarias publicadas em França no anno de 1815 .....	320
PARMA.—Proclamação do Imperador d'Austria, e da Arquiduqueza Maria Luiza.....	321
ROMA.—Artigo relativo a Inquisição.....	321
HESPAÑHA.—Circular do Mordomo Mor.....	322
Restabelecimento da tortura em Hespanha .....	323
Conspiração contra El Rey Fernando .....	323
PORTUGAL.—Carta escripta de Lisboa aos Redactores...	324
INGLATERRA.—Dizimos.....	325
Parlamento Imperial—Protesto do Duque de Sussex, e Lord Holland contra o Bill para a detenção de Bu- naparte .....	327

### REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DO No. LIX.

Literatura Portugueza .....	328
Reino do Brazil .....	335
França .....	340
Roma .....	344
Hespanha .....	347
Portugal .....	350
Novo assumpto promettido em o No. LVIII.....	352
Inglaterra.....	355
Correspondencia .....	359
Erratas do No. LIX .....	362

---

### No. LX.

#### LITERATURA PORTUGUEZA.

Sobre as Penas e Delictos—por F. Freire de Mello .....	365
Observações Secretissimas do Marquez de Pombal, &c.	422
Resposta ao Extracto de uma Carta do Rio de Janeiro, sobre a Mina de ferro de S. Paulo .....	432
Extractos das Cartas de J. da C. Brochado .....	439
Replica de Mr. Thorpe .....	442

#### LITERATURA ALLEMAM.

As Analogias de Carolina Pichler .....	448
--	-----



*Indice Geral.*

## SCIENCIAS.

Nova Exposição dos progressos das Sciencias physicas ..	452
Lista das principaes Obras publicadas em Inglaterra nos ultimos 4 mezes .....	458

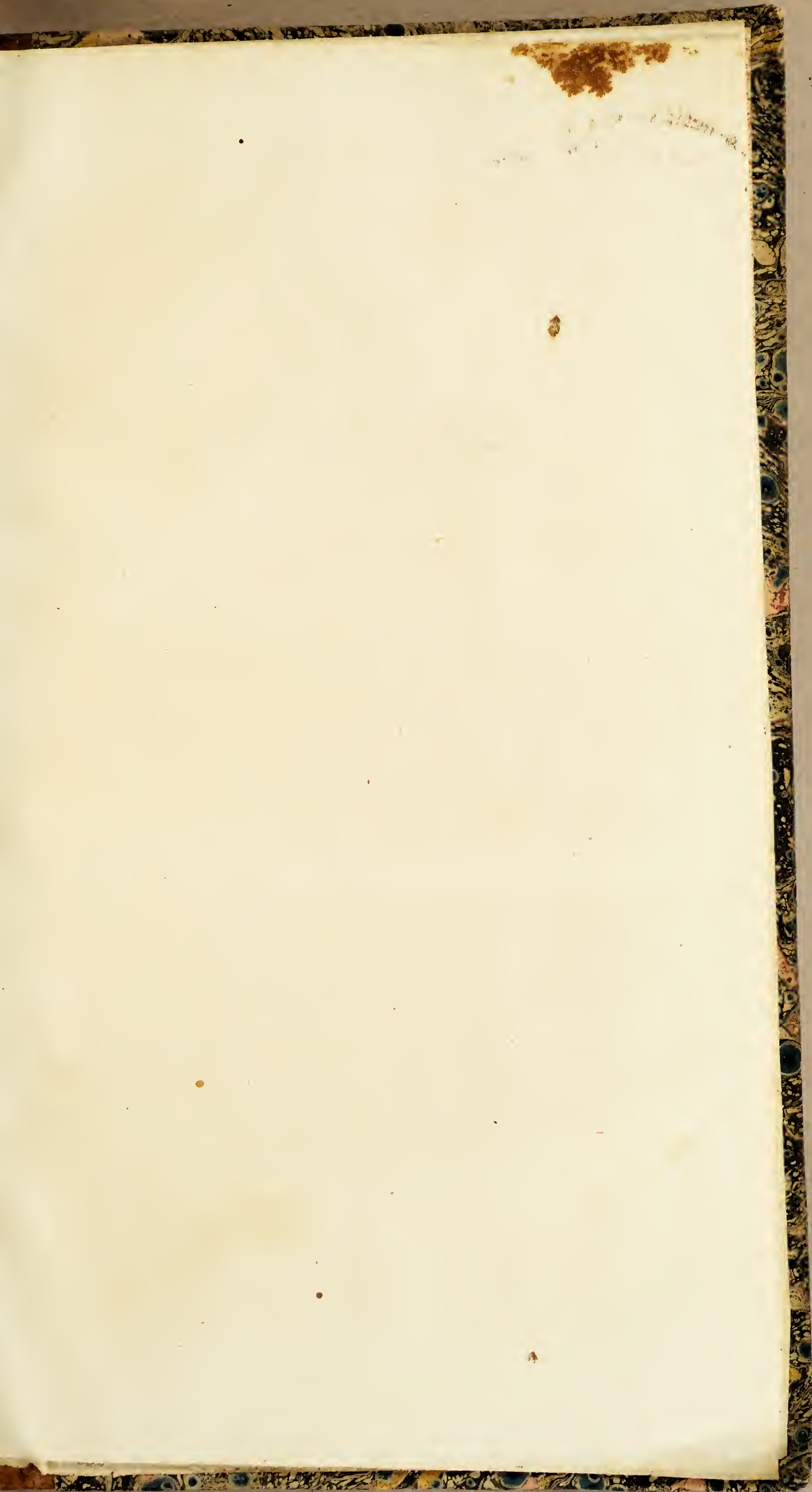
## POLITICA.

AMERICAS HESPAÑOLAS.—Exercito de Morillo .....	462
REINO DO BRAZIL—Bahia.—Insurreição dos Negros...	465
RUSSIA—Artigo sobre Inglaterra .....	466
AUSTRIA E BAVIERA—Tratado entre estas duas Potencias .....	466
REINO DOS PAIZES BAIXOS—Divisão militar do Reino	467
ARAU—Resposta do Papa á respeito dos Bispos da Belgica .....	467
ROMA—Reforma da Inquisição .....	468
PARMA—Entrada da nova Soberana nesta Capital .....	469
FRANÇA—Prorrogação das Cameras .....	469
Decretos para nomeação de novos ministros .....	470
Insurreição em Grenoble .....	470
INGLATERRA—Artigo do Morning Chronicle contra os Portuguezes.....	471
Lista dos Estrangeiros que tem rezidido em Inglaterra desde 1793 até o presente, &c. ....	472
Destruição de Serra Leôa .....	473
Declaração do Bey de Tunis ao Barão Exmouth.....	473
Emigração Ingleza para os Estados Unidos d'America...	474
Cazamento da Princeza Carlota com o Principe de Coburg.....	474
Club dos Negociantes Portuguezes em Londres .....	476

## REFLEXOENS SOBRE ALGUNS ARTIGOS DESTE NUMERO.

Literatura Portugueza .....	484
Politica—Americas Hespanholas .....	494
Reino do Brazil—Bahia .....	495
Russia .....	497
Reino dos Paizes Baixos.....	498
Roma ..	500
França .....	501
Inglaterra.....	504
CORRESPONDENCIA.....	516
Erratas mais notaveis do No. 59. ....	517











cc







cc  
I 62 p  
v. 15



